

5º COLÓQUIO PPGH
19ª PRIMAVERA DOS MUSEUS
42ª SEMANA DE HISTÓRIA

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus

23 a 26
de setembro



ANAIIS DO V COLÓQUIO



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História em emergência [livro eletrônico] : clima, regionalidades e museus / organização Luis Fernando Cerri, Alessandra Izabel de Carvalho.
-- Ponta Grossa, PR : Ed. da Autora, 2025.
PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-94115-8

1. Brasil - História 2. História - Congressos
3. Informação - Circulação 4. Mudanças climáticas - Aspectos sociais 5. Museus - Aspectos educacionais
6. Preservação ambiental I. Cerri, Luis Fernando.
II. Carvalho, Alessandra Izabel de.

26-336393.0

CDD-902

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Artigos e estudos : Coletânea 902

Suelen Silva Araújo Oliveira - Bibliotecária - CRB-8/11482

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Coordenação Geral

Luis Fernando Cerri
Alessandra Izabel de Carvalho

Realização

Programa de Pós-Graduação stricto sensu em História
Núcleo de Pesquisas em Memória, Cultura e Natureza
Núcleo de Pesquisas em Didática da História
Núcleo de Pesquisas em História e Religião
Núcleo de Pesquisas em Estudos de Gênero
Núcleo de Pesquisas em História Intelectual
Núcleo de Pesquisas em História e Imagem

Apoio

Departamento de História Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória)
Primavera dos Museus/Museu Campos Gerais

Comissão Organizadora

Alessandra Izabel de Carvalho
Luis Fernando Cerri
Amanda T. R. Santos Rodrigues
Ana Clara Imianowski Jacopetti
Ana Lúcia da Silva
Barbara Bombasar Faria
Filipe Henrique Mariani
Gabriel Cesar Brunório
Gabriel Lacerda de Souza
Giovana Paganini
Isabela de Fátima Barboza de Melo
Júlia Graciela Machado
Karine de Fatima Almeida
Matheus Menarin Moers
Millena Borcoski
Murilo Carlos Siqueira
Willian Mateus Lisboa

Comissão Científica

Luis Fernando Cerri (UEPG)

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Alessandra Izabel de Carvalho (UEPG)
Janaína de Paula do Espírito Santo (UEPG)
Maria Paula Costa (UEPG)
Edson Armando Silva (UEPG)
Ilton Cesar Martins (UEPG)
Niltonci Batista Chaves (UEPG)
Robson Laverdi (UEPG)
Patrícia Camera Varella (UEPG)
Evelyn Roberta Nimmo (Univ. de Alberta)
Cláudio Luiz Denipoti (UEPG)
Erivan Cassiano Karvat (UEPG)
Georgiane Garabely Heil Vázquez (UEPG)
Maria Julieta Batista de Almeida Weber (UEPG)
Névio de Campos (UEPG)
Rosângela Maria Silva Petuba (UEPG)

Arte

Filipe Henrique Mariani

Diagramação e Editoração

Giovana Paganini
Murilo Carlos Siqueira

Revisão

Alessandra Izabel de Carvalho
Luis Fernando Cerri

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Sumário

Apresentação	05
Entre Memória E Identidade: A Experiência Docente Na Perspectiva Da História Oral De Vida	08
A Inclusão Dos Símbolos Adinkra No Itinerário Formativo De Ensino De História Do Paraná	20
A Ontologia Do Político E As Filosofias Da História No Pensamento Jurídico De Carl Schmitt (1922-1958)	30
Acervo Digital Da Ervateira Kosloski E Silva.....	41
O Ensino De História E O Combate À Violência Contra Mulheres: Reflexões A Partir De Homicídios De Mulheres Em Ponta Grossa Na Primeira República.....	55
O Ensino De História, A Pedagogia Cidadão Nação E A (Des)Construção Da Identidade Paranaense.....	70
As Ferrovias, O Progresso E A Modernidade Em Ponta Grossa No Final Do Século XIX E Início Do XX No Ensino De História	85
Pelas Lentes Fotográficas, Os Passos Da Infância: Os Retratos Infantis Da Coleção Pessoal Do Fundo Foto Bianchi.....	98
Fotografia E Memória: A Musealização Da Imigração Holandesa No Museu Parque Histórico De Carambeí – PR.....	110
Biblioteca Digital Para O Ensino De História: Uma Proposta De Arquitetura De Conhecimento Nas Humanidades Digitais.....	127
Erosão De Identidades No Campo: O Ensino De História Local E A Possível Perda Da Identidade Rural	138
Um Brasil Nem Tão Diferente: Da Historiografia Paranaense À História Local.....	153
Com Os Olhos Desanuviados De Ódio: Uma Breve Análise De Princesa Mononoke (1997) A Partir Da História Ambiental.....	169

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Tecnologia E Inovação: O Processo De Digitalização Do Jornal Da Manhã No Museu Campos Gerais.....	186
A Ditadura Militar No Paraná (1964-1985): Um Processo De Escrita E Um Campo De Articulações.....	195
Entre A Ordem E O Diálogo: Os Desafios De Uma Educação Democrática.....	205
Entre O Céu E O Mar, A Barbárie: A Dualidade Escravista A Partir Do Clero Português.....	220
Preço Em Disputa: Os Preços De Escravizados Nos Testamentos E Inventários Post-Mortem Em Castro, 1840-1870.....	236
Experiências Corporificadas: Espaço, Lugar E Sensibilidades Ambientais.....	246
Festejar É Resistir: Experiências, Memórias E Identidades Na Comunidade Quilombola Do Limitão - Castro Pr (2005-2025)	261
Gaston Bachelard E Pierre Bourdieu: Uma Introdução À Epistemologia.....	276
Formação Da Identidade Nacional Nos Livros Didáticos Durante O Estado Novo Português.....	285
Introdução Aos Conceitos Genius Loci E Cidade Genérica Para Subsidiar Questionamentos Sobre A Representação Da Rua Xv De Novembro Em Ponta Grossa (Pr)	300
Hermann Hesse E O Medievo Intemporal.....	318
Escolas Cívico-Militares E Privatização: A Subjetivação Em Disputa Na Escola Pública.....	330
História, Cultura E Natureza: Um Percurso De Pesquisa Sobre Os Matadouros ..	340
Mateando Um Acervo: A Continuidade Da Digitalização E Análise Ambiental Do Acervo Uriel Carvalho Nogueira Dos Santos.....	355
Interdependência Entre Chico Bento E A Natureza.....	367
Jogos Eletrônicos E Educação: Regimes De Historicidade, Narrativas Digitais E A Gamificação No Ensino De História	381

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O Livro Didático De História: Reflexões Sobre Seus Usos E A Pesquisa No Ensino De História.....	396
"The Prophet Of Women": Charlotte Perkins Gilman E As Performances Textuais Na Criação De Uma Intelectual Reformista Estadunidense (1860-1935)	419
"Minha Terra": Ensino De História E Representações Sobre O Paraná E Santa Catarina.....	436
Autistas Em Sala De Aula: Um Olhar A Partir Da Perspectiva Dos Professores De História (2024)	451
O Ensino De História E As Representações das Mulheres No Jornal Do MST No Período De 1981 a 2015.....	465
Museu De Arqueologia Ciro Flamarion Cardoso: Um Espaço De Memória e Educação Em Ponta Grossa (2001 - 2024)	480
O Brinquedo, A Brincadeira E A Fotografia No Museu Parque Histórico De Carambei.....	496
O Tema Indígena Na Ditadura Civil-Militar Brasileira No Quadrinho Notas De Um Tempo Silenciado.....	505
PDE – Programa De Desenvolvimento Educacional.....	520
Praça Dom Antônio Mazzarotto: Um Bem Cultural Com Potencial De Patrimônio Imaterial Em Ponta Grossa.....	533
Carolina Maria De Jesus Para Além Da Escrita Íntima: Uma Análise De Quarto De Despejo E Casa De Alvenaria.....	544
Histórias, Memórias E Documentos: A Presença Negra No Bairro Da Ressaca Em Piraí Do Sul.....	554
A Cidade, A Fonte E O Crime: O Delito De Estupro Em Processos Criminais De 1970 (Paranaguá-Pr)	568
Ensino De História E Cultura Visual: Antigo Regime E Revolução Francesa Em Imagens.....	580

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



“Não É Ruim De Morar, Mas Não É Seu”: Memória E Moradia Operária Na Comunidade Rio Dos Patos – Prudentópolis, Paraná.....	591
Da Erva-Mate Ao Agronegócio: Ipiranga-Pr Como Um Referencial Histórico Para O Sipam (Giahs/Fao)	607
“Nasci Como Homem, Fui Criado Como Homem, Morro Como Homem”: Suicídios E Masculinidade Em Ponta Grossa Nos Anos 1950.....	621
Saberes Em Movimentos: Um Breve Pensar Sobre A Educação No Assentamento Pirituba (1984-2024)	638
Entre O “Não-Lugar” E O “Mau-Lugar”: Blade Runner (1982) E As Emergências De Uma Época.....	653
Historiografia Do Paraná: A Narrativa E As Representações Nas Obras De David Carneiro.....	665
A Erva-Mate E A Invenção De Uma Paisagem Civilizada: Trabalho, Natureza E Identidade No Paraná.....	680
Mulheres No Ensino De História E Na Historiografia Paranaense: Maria José Correia, A Baronesa Do Serro Azul – 1853 -1921.....	695
Drogadição, Indivíduo E Sociedade: Repensando O Sujeito Histórico (1980-2025).....	708
A História Pensada Por Elas: A Atuação Das Mulheres Pioneiras Na Construção Da Historiografia Brasileira Do Século XX	723
Entre Raça e Gênero na FAFI-PG (1950–1968): Percepções Interseccionais.....	733

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Apresentação

Nosso cotidiano tem sido inundado de informações sobre ameaças globais e concretas à continuidade da presença humana na terra, seja pela emergência climática ou escalada dos conflitos armados. Essas múltiplas crises se entrelaçam aos interesses econômicos e geopolíticos de agentes poderosos que apostam na destruição para acumular ainda mais riqueza e poder. Soma-se a isso mudanças radicais na forma como produzimos, compartilhamos e consumimos informação e conhecimento. Além da dinâmica de algoritmos obscuros das “redes” sociais, as novas ferramentas de IA também populam nosso cotidiano em praticamente todos os aparelhos e plataformas e passam a pautar o entretenimento, as relações de trabalho, a educação, os serviços públicos, o sistema financeiro e as guerras. Qual o papel da universidade, e em especial da história e da educação, frente a esse sentimento de ansiedade que se instaura ao vivermos tantas mudanças radicais e em ritmo tão acelerado? Com essa questão em mente, o tema escolhido para o V Colóquio de História do PPGH-UEPG foi História em emergência: clima, regionalidades e museus.

A emergência da história tem dois sentidos: de urgência, frente a aceleração da destruição do planeta, dos biomas, dos territórios, das culturas, das relações sociais, do nosso cotidiano e sentidos; de emergir, pois os sujeitos não se submetem a esse processo de forma passiva e buscam novos sentidos, estratégias e formas de lidar e viver em meio a tantas perturbações. Tomando como pressuposto que já passamos de um “ponto de retorno”, não só ambiental, mas em tantas outras transformações globais em termos tecnológicos, geopolíticos, culturais, econômicos, dentre outros, propomos uma reflexão sobre como, através da história e da educação, podemos inventar formas de “viver nas ruínas”.

Também propomos refletir sobre essas questões através da noção de regionalidades. A ideia de uma crise global pode transmitir uma ideia de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



universalidade das experiências, mas sabemos que não estamos todos no “mesmo barco”. As ameaças ou problemas globais repercutem de forma diferenciada em cada grupo social e região. Por isso propomos a noção de regionalidades para essa reflexão, não como um mero recorte geográfico, mas como uma perspectiva para historiar processos e experiências em suas múltiplas relações. Essa perspectiva também vai ao encontro da mais recente área de concentração do PPGH que, neste ano, inicia também o curso de doutorado: cultura e regionalidades.

Em 2025 o Colóquio de História do PPGH-UEPG chega à sua quinta edição e tem sido um espaço privilegiado de debates e troca intensa de conhecimentos graças ao engajamento e integração entre professores e estudantes da graduação e pós-graduação. Neste ano o evento acontecerá simultaneamente com a Primavera dos Museus, cujo tema é “Museus e Mudanças Climáticas”.

O V Colóquio de História aconteceu entre os dias 23 e 26 de setembro e contou com as salas temáticas para apresentação e debates dos trabalhos, minicursos e oficinas, além das palestras, e aconteceu no Museu Campos Gerais, na sede do PPGH e no Campus Uvaranas, onde estão localizados os cursos de graduação em História e do Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História. Nessa ocasião, o evento esteve associado à 19ª. Primavera dos Museus e à 42ª. Semana de História da UEPG, articulando docentes e discentes das graduações e pós-graduações reunidas em torno da História na UEPG

O Colóquio de História do PPGH-UEPG, nesta 5ª. edição, aprofunda a sua vocação de horizontalizar o debate sobre a produção de conhecimento histórico, seja em forma teórica, de escrita da história ou de reflexão didática, reunindo nos mesmos espaços de debate os estudantes de iniciação científica, os graduandos que estão no preparo de seus trabalhos de conclusão de curso, egressos da graduação e do mestrado, mestrandos dos programas acadêmico e profissional, estagiários de pós-doutorado e docentes universitários, mobilizados para fazer dos espaços

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



universitários da História em Ponta Grossa um verdadeiro sistema organizado de reflexão, produção do conhecimento e divulgação científica.

A Comissão Organizadora

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ENTRE MEMÓRIA E IDENTIDADE: A EXPERIÊNCIA DOCENTE NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA ORAL DE VIDA

Karine de Fatima Almeida¹
Janaína de Paula do Espírito Santo²

¹ Mestranda em História pela UEPG

² Doutora em História pela UFG

O presente texto faz parte de uma pesquisa em andamento de mestrado (o qual a pesquisadora é bolsista CAPES do programa), o qual tem como objetivo compreender de que forma se dá o uso de diferentes linguagens metodológicas nas aulas de História da rede básica de ensino, a partir das experiências dos docentes. Parte dos conceitos de Consciência Histórica (Rüsen, 2001; 2015), Cultura Histórica (Rüsen, 2001; 2015) e Saberes Docentes (Tardif, 2012), os quais são pensados em conjunto ao ensino de História. Para dialogar com a metodologia de coleta de dados, utilizaremos dos conceitos de _Memória (Pollak, 1989; 1992), Identidade (Candau, 2021) e Experiência (Thompson, 1981), que guiam a abordagem da História Oral de vida no decorrente trabalho, que a partir de um mapeamento inicial será realizada a seleção de 4 professores de colégios públicos da rede paranaense. A principal fonte serão os relatos orais dos professores, mas sendo articulado com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo da Rede Estadual Paranaense. Este trabalho visa discutir as diferentes possibilidades de uso de diferentes metodologias em sala de aula, além de refletir em como se apresenta a identidade docente e pessoal nesse processo de ensino e aprendizagem em sala de aula.

1. CAMINHOS DA PESQUISA: CONSTRUÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O seguinte estudo inscreve-se na área de ensino de História, com ênfase na Didática da História, mais especificamente na vertente da Didática da História alemã (Neu Geschichtsdidaktik)¹, em diálogo com outros referenciais teóricos. Temos por objetivo principal a investigação das trajetórias docentes e as experiências metodológicas dos professores da rede estadual do Paraná que atuam no ensino de História, evidenciando a construção e mobilização dos saberes históricos em sala de aula. Tal abordagem visualiza o sujeito histórico como elemento central no ensino de História, além de apresentar as diferentes formas de produção de sentidos no tempo presente, embasados nos conceitos de consciência histórica e cultura histórica, elaborados por Jörn Rüsen (2001, 2007).

As transformações no ensino de História no campo teórico e na prática, revelam a necessidade de se pensar novas concepções capazes de enfrentar os desafios da sala de aula e suprir as carências de orientação temporal. Nesse contexto, cabe ao professor acompanhar essas reformulações e refletir sobre sua aplicação no cotidiano escolar. Os revisionismos no campo da história provocam mudanças significativas nos estudos da área, influenciando diretamente o ensino. A Didática da História, por sua vez, dialoga com essas reformulações ao traduzir o conhecimento histórico para o meio escolar. As novas pesquisas nesse campo alteraram a percepção sobre a relação entre história e vida pública e sobre o papel do ensino na produção de conhecimento histórico. Essa discussão, embasada nos elementos da Didática da História, tem sido crucial para refletir sobre aspectos histórico-didáticos que antes eram negligenciados pela história como ciência. Assim, compreende-se que o conhecimento histórico não se restringe ao que é produzido na academia, mas

¹ Refere-se a Nova Didática da História, que tem seu surgimento na Alemanha Ocidental no contexto da Segunda Guerra Mundial. Tais estudos partem das premissas da crise da legitimidade da História daquele momento histórico, exigindo novas abordagens pedagógicas. Além de ser um novo modo de se pensar as relações temporais do ser humano diante seu passado, a Nova Didática da História analisa as novas práticas culturais quanto ao processo de orientar-se no tempo.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



também abrange as produções oriundas do meio público e do ambiente escolar (Silva, 2019, p. 50-52).

Essas mudanças também favoreceram a inserção de novas fontes em sala de aula, tornando o aprendizado mais dinâmico e interativo, trazem um novo olhar sobre o meio cultural e explora suas conexões com os aspectos históricos (Costa, 2019, p. 154-156). Embora o conhecimento histórico acadêmico tenha grande relevância, ele não deve ser tomado como única referência para o pensamento histórico. Também fazem parte desse campo os saberes produzidos no cotidiano, fora da universidade e da escola. Nesse sentido, torna-se essencial analisar os métodos aplicados em sala de aula e refletir sobre as formas de produzir história e os procedimentos utilizados (Cerri, 2001, p. 108). Nesse processo, o professor tem a função de orientar os estudantes na produção do conhecimento, destacando sua importância e reforçando a compreensão de que todos são sujeitos históricos.

Desse modo, esse trabalho é guiado pela seguinte questão de partida: Como a formação cultural-identitária estética é mobilizada por meio dos processos de orientação de sentido pelos professores? Para responder a essa questão, temos como objetivos: analisar os processos de orientação de sentido no ensino de História; compreender a formação identitária como um elemento da consciência histórica; identificar práticas docentes que potencializam o desenvolvimento da consciência histórica; investigar a relação entre narrativas históricas e a estética cultural no contexto escolar; e refletir sobre os desafios e potencialidades da orientação de sentido na prática docente.

O método de coleta de dados adotado é a História Oral² de Vida, responsável pela produção das fontes a serem analisadas por meio da técnica de análise de

² Essa abordagem metodológica teve seu marco inicial em 1948, com a valorização da história do tempo presente, cujo propósito era, inicialmente, preencher a falta de documentos e preparar materiais para futuros historiadores. A partir dos anos 1960, a história oral passou a se consolidar como uma alternativa às grandes teorias históricas da época, sendo vista como uma abordagem mais democrática, que privilegia a história de pessoas comuns (Santhiago, 2015, p. 24-25).

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



narrativas (Bastos; Biar, 2015). O objetivo é compreender os sentidos atribuídos pelos professores às suas experiências formativas e práticas pedagógicas. A metodologia também dialoga com documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo da Rede Estadual Paranaense (Crep), de modo a relacionar fontes documentais e orais. A interpretação dos dados será conduzida a partir de referenciais da hermenêutica e da cultura histórica, valorizando a multivocalidade e a complexidade das identidades docentes.

Busca-se compreender como se constitui a formação identitária e estética dos professores de História, considerando de que forma suas trajetórias de vida influenciam suas escolhas metodológicas. Para isso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, analisadas pela perspectiva da História Oral de Vida e pela técnica de análise de narrativas.

Os participantes desse estudo serão quatro professores da rede básica de ensino do Paraná, selecionados pelo critério de tempo de docência: um em início de carreira (5 a 10 anos), um em meio de carreira (11 a 20 anos) e um em final de carreira (21 a 30 anos ou mais). A escolha fundamenta-se a partir de Huberman (2000), que identifica cinco fases principais na trajetória docente: entrada/tateamento (1 a 3 anos), estabilização com consolidação do repertório pedagógico (4 a 6 anos), experimentação/diversificação (7 a 25 anos), preparação para a aposentadoria (35 a 40 anos) e, por fim, o desinvestimento. O autor ressalta que essas fases podem variar conforme a história de vida e o percurso profissional de cada professor.

Para a construção do referencial teórico foi adotado os seguintes conceitos: Consciência Histórica, Cultura Histórica, Saberes Docentes, esses três para se pensar questões do ensino de História. Em relação a metodologia empregada, os conceitos de Memória, Identidade e Experiência serão adotados para constituir o cerne da pesquisa.

O conceito de consciência histórica é fundamental para a discussão proposta. Segundo Rüsen (2001), trata-se de operações mentais voltadas à interpretação

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



temporal e espacial da existência humana, profundamente vinculadas às experiências cotidianas. Nessa perspectiva, a história não se restringe ao estudo do passado, mas expressa a relação entre passado e presente, orientando a compreensão e a ação em direção ao futuro.

A construção da consciência histórica pode ser promovida também pelo ensino de História. Para isso, diferentes metodologias podem ser aplicadas em sala de aula, entre elas o uso de fontes históricas que possibilitam aos estudantes desenvolver um sentido histórico, articulando suas experiências temporais aos elementos da cultura histórica. Esse conceito é especialmente relevante para a investigação, pois favorece a compreensão da interpretação temporal do ser humano e a análise das transformações ocorridas nesse contexto.. Rüsen (2015) define cultura histórica como:

[...] o suprasumo dos sentidos constituídos pela consciência histórica humana. Ela abrange as práticas culturais de orientação do sofrer e do agir humanos no tempo. A cultura histórica situa os homens nas mudanças temporais nas quais têm de sofrer e agir, mudanças que — por sua vez — são (co) determinadas e efetivadas pelo próprio agir e sofrer humanos. A cultura histórica é capaz de orientar quando viabiliza que as experiências com o passado humano sejam interpretadas de modo que se possa, por meio delas, entender as circunstâncias da vida atual e, com base nelas, elaborar perspectivas de futuro (Rüsen, 2015, p. 217).

Os conceitos de consciência histórica e cultura histórica estão diretamente relacionados à orientação temporal do ser humano, construída a partir de suas experiências. Cada estudante carrega sua própria cultura, formada em diferentes contextos sociais, como a família, as práticas religiosas, a escola e outras interações cotidianas. Nesse sentido, o ensino de História desempenha papel essencial ao ampliar a compreensão dos alunos sobre o meio cultural, favorecendo o respeito, a empatia e o desenvolvimento crítico, por meio do uso de elementos culturais que integram a própria dinâmica histórica. Desse modo, o uso de metodologias diversificadas em sala de aula é fundamental para que os alunos aprendam a "ver a história com outros olhos". Produções artísticas, como músicas, filmes, séries, livros

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



e histórias em quadrinhos, podem ser valiosas fontes históricas quando trabalhadas de forma adequada. Para isso, é essencial que sejam apresentadas e contextualizadas corretamente, garantindo sua contribuição efetiva ao processo de ensino-aprendizagem.

Compreender como os docentes elaboram suas práticas e atribuem sentido às suas experiências envolve analisar dimensões fundamentais como memória, identidade, experiência e saberes docentes, categorias que orientam o fazer pedagógico e contribuem para a formação profissional e a subjetividade dos professores. Parte-se do pressuposto de que a prática docente vai além da aplicação de conteúdos e técnicas, constituindo um campo de produção de significados, marcado por trajetórias individuais, contextos escolares e referenciais culturais

Considerando que esse trabalho abordará trajetórias de professores da rede pública, a história oral de vida torna-se essencial. Entre os três gêneros da história oral — história oral de vida, história oral temática e tradição oral —, esse é o mais adequado para essa pesquisa. Utilizar as histórias orais de vida de professores do ensino básico é particularmente relevante, pois permite levantar novas questões no campo educacional, tanto sobre as práticas de ensino quanto sobre as realidades e experiências vividas por cada profissional.

O diferencial da história oral de vida está na independência em relação aos suportes probatórios. As incertezas e a impossibilidade de referência exata conferem às narrativas da memória um caráter original, distinto dos documentos convencionais. Esse gênero se desenvolve por meio de construções narrativas que se inspiram em fatos, mas os transcendem, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções (Meihy; Holanda, 2023, p. 34).

Memória e identidade são conceitos estreitamente ligados à história oral. Na construção da memória, é necessário considerar diversos fatores sociais e reconhecer que ela não pode ser reconstruída de forma completa, por se tratar de acontecimentos passados (Pollak, 1989, p. 3). Durante a entrevista, o entrevistado

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



pode omitir algumas memórias, seja por receio de julgamentos, falta de interlocutores ou outros motivos pessoais. Cabe ao historiador atentar-se ao que não é dito, pois essas lacunas contêm significados, sendo essencial considerar a subjetividade do entrevistado para evitar interpretações equivocadas. Segundo Pollak (1992), a memória exerce papel central na formação do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, contribuindo para a percepção de continuidade e coerência ao reconstruir a própria trajetória.

A memória, assim como a identidade, não se constitui apenas como um fenômeno individual. As experiências podem ser coletivas e compartilhadas por diferentes grupos, formando a base das relações identitárias. O conhecimento e o reconhecimento da própria identidade são essenciais para o autoconhecimento, mas também desempenham papel importante na compreensão e conexão com os outros. Essa percepção favorece a criação de vínculos e o estabelecimento de relações com o desconhecido, promovendo senso de pertencimento e empatia no contexto social. Candau discorre que:

a memória é necessariamente anterior em relação à identidade – essa última que não é mais do que uma representação ou um estado adquirido, enquanto que a memória é uma faculdade presente desde o nascimento é a aparição da espécie humana [...] Não há busca identitárias sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento da identidade, pelo menos individualmente (2021, p. 19).

Reconhece-se a existência de uma relação direta e essencial entre memória e identidade. A análise e a discussão desses conceitos são fundamentais para compreender a formação identitária dos docentes, assim como as relações de memória que podem surgir durante as entrevistas e na análise das falas dos participantes.

Já o conceito de experiência, estudado a partir do historiador E.P. Thompson é compreendido como uma resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a múltiplos acontecimentos inter-relacionados ou a repetidas ocorrências de um mesmo tipo de evento. Trata-se, portanto, de uma dimensão que

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



abrange tanto a esfera individual quanto a coletiva da existência social, expressando-se como uma forma de reação à realidade vivida. Além disso, Thompson compreende que a experiência é gerada na "vida material" e estruturada socialmente, sobretudo em termos de classe. Essa estrutura determina a consciência social a partir do ser social, manifestando-se nas formas culturais, jurídicas, institucionais e ideológicas do processo histórico. A experiência, nesse sentido, não se expressa apenas como ideia, mas também como sentimento, sendo trabalhada culturalmente por meio de normas, valores, obrigações e expressões simbólicas — como a arte ou a religiosidade — que constituem uma consciência moral e afetiva (Thompson, 1981).

Por fim, a investigação propõe-se a compreender como os professores constroem seus saberes históricos e metodológicos a partir de suas experiências formativas e profissionais, e como esses saberes se articulam com as práticas em sala de aula. Ao fazê-lo, contribui para o debate sobre o ensino de História no Brasil, reafirmando a importância da escuta e da valorização das trajetórias docentes como fundamento de uma didática historicamente situada e culturalmente sensível.

2. HISTÓRIA ORAL DE VIDA NA PRÁTICA: DA APLICAÇÃO À ANÁLISE

Como etapa preliminar do trabalho, será realizado um mapeamento de professores de História por meio de um questionário estruturado no Google Formulários. O instrumento visa reunir dados gerais dos participantes, permitindo caracterizar seu perfil e selecionar os professores que participarão das entrevistas em profundidade.

O questionário inclui informações pessoais, como nome, identificação de gênero, idade e cidade/estado de residência, e aspectos profissionais, como tipo de escola, tempo de experiência e instituições de atuação. O questionário investiga as práticas pedagógicas, levantando as linguagens metodológicas utilizadas nas aulas,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



como livros escolares, documentos, vídeos do YouTube, músicas, filmes, séries, documentários, museus, livros não escolares, memes, jogos eletrônicos, desenhos animados e histórias em quadrinhos, assim como quais dessas linguagens citadas os alunos consideram mais atrativas a partir da perspectiva do professor. Por fim, é solicitado que o respondente deixe um contato (telefone ou e-mail) por meio do qual possam ser contatados posteriormente.

Com base na investigação teórica realizada, foram elaborados dois roteiros para a condução das entrevistas. O primeiro tem como finalidade conhecer os entrevistados e suas trajetórias de vida, enquanto o segundo é voltado para a compreensão de suas experiências na docência. Ambos os roteiros são semi estruturados, o que permite certa flexibilidade na aplicação: é possível incluir novas perguntas ao longo da entrevista, bem como alterar a ordem previamente estabelecida das questões, de acordo com o andamento da conversa e as respostas dos participantes. As questões ficaram dispostas como:

TABELA 1 - ROTEIRO DE QUESTÕES

ROTEIRO 1	ROTEIRO 2
1) Conte um pouco sobre suas origens, sua infância sua juventude	1) Como você se define como docente?
2) Fale sobre episódios da sua vida que você considera mais significativos para a formação de seus valores profissionais e morais	2) Que ou quem te influencia (ou influenciou) a se tornar professor de História?
3) Narre sobre episódios da sua trajetória profissional mais significativos para sua formação e prática docente	3) Quais metodologias você utiliza em suas aulas de história que você mais gosta de utilizar e que você considera que seus alunos mais gostam?
4) Descreva suas perspectivas, filiações e atuações políticas, se possível contando experiências de como elas vêm sendo formadas na sua história de vida	4) Quais os desafios enfrentados em suas aulas quando propõe o uso de outras metodologias nas aulas?

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



5) Descreva suas perspectivas, filiações e atuações religiosas, se possível contando experiências de como elas vêm sendo formadas na sua história de vida **OPTATIVA	5) Teve algum momento em que você utilizou outras fontes em sala de aula que foi marcante para você?
6) Fale sobre sua formação cultural atual (música, artes plásticas, literatura, filmes...)	6) Como o currículo nacional (BNCC) e o currículo estadual (CREP) estão situados em suas aulas de história
7) Fale-me sobre seus projetos de vida e expectativas quanto ao futuro	7) Para que você acha que serve o Ensino de História? A sua experiência fez mudar o modo como você a entende?

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

As entrevistas serão analisadas por meio de duas abordagens complementares: análise de narrativas (Bastos; Biar, 2015) e análise textual-discursiva (Moraes, 2006). A primeira possibilita interpretar os sentidos e significados da narrativa como uma performance identitária situada, enquanto a segunda enfoca os recursos linguísticos presentes nos discursos, compreendidos como práticas sociais intencionais. Nessa perspectiva, o discurso é visto como um artefato sociocultural e um mecanismo de produção de sentido, alinhando-se à concepção de Fairclough (2001) de que ele media formas de se identificar, representar e agir no mundo.

A escolha por estratégias analíticas múltiplas busca captar tanto a totalidade quanto os elementos internos das narrativas, compreendendo-as como formas historicamente situadas de atribuição de sentido a saberes e identidades. Considera-se que os sujeitos utilizam diferentes formas narrativas, o que exige ampliar os modelos de consciência histórica propostos por Rüsen (2010b, 2015). Além disso, serão incorporadas categorias analíticas desenvolvidas por Miranda (2022) — conservador, desconstrucionista e genético-crítico —, que expandem e ressignificam as tipologias existentes, permitindo uma interpretação mais complexa das performances identitárias narrativas dos entrevistados.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Para concluir, essa pesquisa, atualmente em fase de produção das fontes, tem como objetivo apresentar as diferentes perspectivas de um grupo de professores selecionados para o estudo de acordo com os critérios apresentados anteriormente. Busca-se analisar essas experiências docentes em relação às identidades construídas tanto no ambiente escolar quanto fora dele, evidenciando, por meio dos relatos orais, a subjetividade de cada entrevistado e o papel de sua memória na constituição de trajetórias e práticas pedagógicas. Dessa forma, pretende-se compreender como os processos de construção identitária e as experiências de ensino se articulam, oferecendo uma leitura mais aprofundada da dinâmica entre formação profissional, memória e percepção individual do docente.

Referências

BASTOS, L. C.; BIAR, L. DE A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 31, n. spe, p. 97–126, ago. 2015.

CANDAU, J. Memória e Identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2021.

CERRI, L. F. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. Revista de História Regional, Ponta Grossa, PR, v. 6, n.2, p. 93-112, 2001.

COSTA, L. P. Música no ensino de História: a canção popular brasileira como documento em sala de aula. Música Popular em Revista, Campinas, ano 6, v. 2, p. 153-179, jul.-dez. 2019.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Coord. trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 316; 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2023. 176 p.

MIRANDA, Augusto Ridson De Araujo. Nos meios-termos dos mundos: dialética entre sentidos históricos e profissionais de professores-referência dos cursos de História da UECE. 2022. 533 f. Tese (Doutorado em 2022) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2005.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. DO C.. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação* (Bauru), v. 12, n. 1, p. 117–128, jan. 2006.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RÜSEN, J. Razão histórica. *Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001.

RÜSEN, J. Reconstrução do passado. *Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: UnB, 2007.

RÜSEN, J. Narrativa histórica: tipos, função. In: SCHMIDT, M. A. M. dos S.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010b. p. 93-107.

RÜSEN, J. *Teoria da História: Uma teoria da história como ciência*. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. *História oral na sala de aula*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SILVA, C. B. da. Conhecimento histórico escolar. In: Ferreira, M. de M.; Oliveira, M. D. (Org.). *Dicionário de Ensino de História*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019, v. 1, p. 50-54.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Trad. Waltensir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A INCLUSÃO DOS SÍMBOLOS ADINKRA NO ITINERÁRIO FORMATIVO DE ENSINO DE HISTÓRIA DO PARANÁ

Viviane Pontes¹

Maura Petruski²

¹ Mestranda em Ensino de História pela UEPG

² Doutora em História pela UFPR

Este artigo resulta de um projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). O estudo tem como objetivo propor a inserção da concepção dos símbolos Adinkra nos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio, como forma de valorizar a História e a Cultura Afro-Brasileira, em consonância com a Lei 10.639/03.

Originários da cultura Akan, da África Ocidental, os símbolos Adinkra representam um sistema de valores, provérbios e ensinamentos que podem enriquecer o ensino de História ao ampliar o repertório cultural dos estudantes e fortalecer a identidade afro-brasileira no Paraná.

A pesquisa, além da fundamentação teórica, propõe uma análise in loco da Mansão Vila Hilda, em Ponta Grossa, onde se encontram vestígios de aculturação desses símbolos na arquitetura e na ornamentação do espaço. Assim, o estudo pretende não apenas resgatar e valorizar a memória afro-brasileira, mas também oferecer propostas pedagógicas que possibilitem o reconhecimento crítico da diversidade cultural. Ao articular a concepção Adinkra aos Itinerários Formativos e à análise do patrimônio histórico, o trabalho contribui para a construção de uma educação inclusiva, capaz de fortalecer vínculos entre passado e presente e de ampliar a compreensão sobre a diáspora africana e suas expressões no Paraná.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



1. SÍMBOLOS ADINKRA E DIÁSPORA AFRICANA

A construção da identidade cultural é um processo dinâmico, marcado por influências, resistências e apropriações que se transformam ao longo do tempo e do espaço. No contexto brasileiro, em especial no Paraná, a presença da cultura afro-brasileira e suas expressões simbólicas oferecem um campo fértil para a reflexão sobre a memória e a identidade negra.

Nesse contexto, os símbolos *Adinkra* constituem uma linguagem visual complexa, originária dos povos da África Ocidental. Cada símbolo sintetiza ensinamentos, provérbios e valores culturais fundamentais, tornando-se um importante veículo de transmissão de saberes e de filosofia ancestral. Tratando-se de um antigo modelo africano de escrita.

No Brasil, vestígios dessa simbologia podem ser reconhecidos em manifestações arquitetônicas, artísticas e religiosas, ainda que muitas vezes sem o devido reconhecimento de sua origem e significado. (NASCIMENTO, 2022)

De acordo com Elisa Larkin Nascimento (2022), o termo "*Adinkra*" significa "adeus". Cujos símbolos representativos se constituíram durante uma guerra entre o rei dos Assante e o rei Kofi Adinkra de Gyaman, uma região atualmente localizada na Costa do Marfim. Após a vitória, o rei Asantehene dominou a arte dos Adinkra, expandindo a área geográfica de sua influência.

O *Sankofa* (ver figura 1) é uma das representações mais emblemáticas, representado por um pássaro mitológico que olha para trás enquanto caminha adiante ou por um coração estilizado, ele expressa o princípio de que é preciso retornar ao passado para aprender com ele e construir o futuro. Nascimento (2022) ressalta que o Sankofa cumpre a função de recuperar a dignidade humana negada aos povos cativos, convocando ao resgate da memória e ao fortalecimento da identidade. Esse símbolo revela que não há futuro digno sem a valorização das raízes, dos saberes e



das experiências do passado, constituindo-se como um chamado coletivo à reconstrução da história e da cultura afrodescendente.

Figura 1 - Uma das versões do ideograma Sankofa.



Fonte: Adaptado de Nascimento; Gá, 2022.

Para o antropólogo Lévi-Strauss (1978), os símbolos não são apenas elementos estéticos, mas componentes estruturais que organizam e expressam o pensamento coletivo, uma vez que codificam conhecimentos, estruturam memórias e dão sentido à experiência social. No contexto do ensino de História, trabalhar a valorização da cultura afro-brasileira através destes símbolos, é relevante, visto que são praticamente desconhecidos tanto por alunos quanto por professores, bem como

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



pela comunidade em geral. Dessa maneira, esta problemática justifica a relevância desta pesquisa.

Mauad(2001) destaca, que toda produção simbólica (como imagens, objetos e signos) deve ser lida levando-se em conta as disputas e negociações culturais em contextos históricos específicos. A autora chama atenção para o fato de que o significado dos símbolos culturais resulta de um processo coletivo de construção de sentidos, influenciado por diferentes agentes sociais e lutas por reconhecimento. Assim, a apropriação de símbolos de origem africana, como os *Adinkra*, não é mero empréstimo, mas é resultado de um diálogo dinâmico que envolve negociação, ressignificação e, muitas vezes, disputa por legitimação e pertencimento ao repertório cultural afro-brasileiro.

Dessa forma, o estudo desses símbolos representa uma oportunidade única de se aprofundar nas formas de comunicação simbólica e cultural que transcendem fronteiras geográficas e temporais. Além de serem expressões gráficas com significados históricos, filosóficos e religiosos, eles têm sido espalhados por diferentes partes do mundo, com destaque à diáspora africana.

2. A MANSÃO VILA HILDA E OS VESTÍGIOS DA PRESENÇA AFRO-BRASILEIRA EM PONTA GROSSA

A herança cultural africana, presente em espaços urbanos, manifesta-se por meio de elementos simbólicos em grades, portas e janelas de residências, tanto em igrejas quanto em edifícios, tem sua origem e significado desconhecidos para a maioria que os utilizam no estado do Paraná.

Como exemplo desse processo de aculturação e utilização dessa representação simbólica pode-se citar a Vila Hilda, mansão construída em 1926 na cidade de Ponta Grossa. Tal casarão, serviu de residência para a família do industrial e comerciante alemão Alberto Thielen. Atualmente, essa construção se encontra

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



tombada como Patrimônio Cultural do Paraná desde 1990, tendo em seu interior pinturas que retratam paisagens europeias e locais contrastando com a cultura europeia. Todavia, nos gradis da edificação, é possível identificar a presença de símbolos *Adinkra*, como o *Sankofa* e o *Asase Ye Duru*, como pode ser observado na imagem 2 abaixo.

Figura 2 - Portão da Mansão Vila Hilda.



Fonte: Autora

A porta de ferro que os pedestres adentram na imponente mansão, é um símbolo da imigração alemã. No entanto, os feixes de metal que forma, guarda uma

23 a 26 de setembro

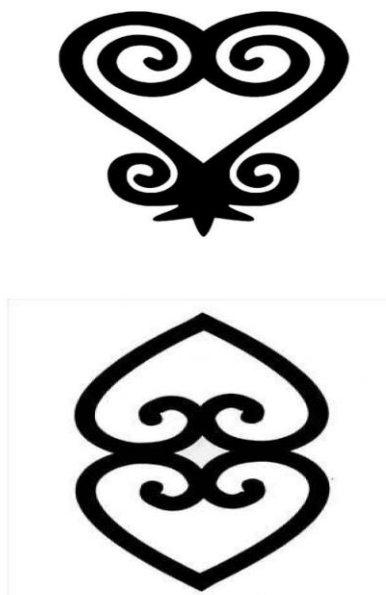
HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



simbologia não identificados pelos que por ela passam: os adinkras. Abaixo apresenta-se exemplos dos símbolos nela representados, provenientes da cultura do povo Akan da África Ocidental.

Figura 3 – *Sankofa* (Versão coração) e *Asase Ye Duru*



Fonte: Adaptado de Nascimento; Gá, 2022

Em *Adinkra*, "*Asase Ye Duru*" significa "a Terra tem peso", exprimindo a importância da Terra como fonte de vida e a divindade da Mãe Terra, configurando a providência e seu poder de sustentar a existência. O pesquisador e arquiteto Clóvis Nascimento Junior, afirma, que o símbolo Sankofa, da mitologia e filosofia africana do povo Akan da África Ocidental, é um dos mais importantes e frequentemente

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



empregados na arquitetura brasileira, especialmente em projetos que buscam valorizar a memória e identidade afro-brasileira.

A presença desses símbolos em uma edificação de origem europeia pode ser analisada sob a perspectiva do Etnopatrimônio. Que segundo Mário Chagas (2007), esse conceito emerge como uma resposta crítica às abordagens tradicionais de patrimônio cultural que frequentemente ignoram ou segregam as práticas e saberes de povos marginalizados. Vale dizer que o patrimônio, não é apenas uma herança transmitida de forma linear, mas um campo dinâmico, permeado por relações de poder, resistência e identidade. Assim, a apropriação dos símbolos Adinkra na Vila Hilda não é um mero empréstimo, mas o resultado de um processo de aculturação, que é um processo complexo que envolve a assimilação e a modificação de elementos culturais como resultado do contato contínuo e direto entre diferentes sociedades.

A importância desse estudo reside não apenas na compreensão das influências africanas no Paraná, mas também na valorização da memória e da identidade afro-brasileira no estado. A pesquisa sobre os símbolos Adinkra pode contribuir para uma reflexão mais ampla sobre os processos de resistência cultural e o fortalecimento da cultura negra na região, além de lançar luz sobre a intersecção de diferentes formas de expressões simbólicas que atravessam o espaço e o tempo.

3. POSSIBILIDADES NO ENSINO DE HISTÓRIA

A Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas do país. Embora o currículo do Ensino Médio no Paraná inclua itinerários formativos que valorizam a diversidade cultural local, percebe-se uma lacuna na abordagem aprofundada da cultura e história afro-brasileira.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Nesse contexto, a introdução do significado da simbologia Adinkra no Itinerário Formativo destinado ao Ensino Médio, demonstra a quebra da homogeneidade de temáticas essencialmente positivistas, com reflexo da ideologia dominante, conforme aponta Elza Nadai (1984).

A ideologia dominante impossibilita demonstrar as consequências sociais do processo de escravização de africanos e seus descendentes, como a marginalização e exclusão social. Nadai (1984) afirma ainda que o branco era tratado como elemento civilizador diante das raças consideradas primitivas ou inferiores, o que se refletiu por muito tempo no ensino de História.

Como educadora do Itinerário Formativo de História no Paraná, observei a necessidade de incluir formalmente essa herança cultural africana. A inclusão do estudo da simbologia *Adinkra* pode ser uma ferramenta pedagógica eficaz para preencher essa lacuna. Tais símbolos, presentes no nosso cotidiano, representam uma herança cultural tangível que muitas vezes não é reconhecida.

A incorporação do tema nos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio (LRCO) poderia promover uma compreensão aprofundada sobre o tema, o fortalecimento da identidade e suscitar uma análise crítica nos alunos a respeito da significação desses símbolos no contexto paranaense.

É importante que se leve para a sala de aula atributos simbólicos e materiais que fazem parte da nossa cultura nacional, mas que também fazem parte da cultura africana e indígena, formulando assim uma compreensão melhor da diversidade étnica e cultural do nosso país (AMERICO JUNIOR, 2020)

Sendo assim, o estudo da simbologia Adinkra no Paraná não se limita apenas à compreensão das influências africanas na região, mas também proporciona uma reflexão mais ampla sobre os processos de resistência cultural. Essa abordagem pode gerar novas perspectivas para os campos da História, Antropologia e Estudos Culturais, além de auxiliar na preservação e valorização de manifestações culturais afro-brasileiras frequentemente negligenciadas pela historiografia oficial.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Assim, a pesquisa sobre os símbolos Adinkra no Paraná não só preenche uma lacuna na investigação sobre a diáspora africana no Brasil, mas também oferece uma contribuição significativa para os debates sobre identidade, cultura e patrimônio nos contextos paranaense e brasileiro.

Referências

AMERICO JUNIOR, Elston; RADVANSKEI, Iziquel Antônio. **Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 27 ago 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [site oficial do Planalto ou http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm]. Acesso em: [04 Agos.2025].

CAVAZZANI, André Luiz; CUNHA, Rogério Pereira da. **Ensino de história: itinerário histórico e orientações práticas**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 27 ago 2025.

CHAGAS, Mário de Souza. **Casas e portas da memória e do patrimônio**. Em Questão, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 207-224, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/2980/2033>. Acesso em: 26 ago. 2025

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAUAD, Ana Maria. **Imagens da cidade: olhares, representações e apropriações**. São Paulo: Annablume, 2001.

NADAI, Elza. **A escola pública contemporânea: os currículos oficiais de História e o ensino temático**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 99-116, set. 1984.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; GÁ, Luiz Carlos. **Adinkra (recurso eletrônico): sabedoria em símbolos africanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó Ipeafro, 2022.

clima, regionalidades e museus



NASCIMENTO JUNIOR, Clóvis; AKINAGA, Patrícia; KUBO, Marcelo Tomé. Sankofa e a Trama da Pequena África: projeto de revitalização urbana na Pequena África, Rio de Janeiro. Casa e Mercado, 2025. Disponível em:

<https://www.casaemercado.com.br/mitologia-africana-inspira-projeto-de-revitalizacao-da-pequena-africa-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 30 out. 2025.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A ONTOLOGIA DO POLÍTICO E AS FILOSOFIAS DA HISTÓRIA NO PENSAMENTO JURÍDICO DE CARL SCHMITT (1922-1958)

Rafael Schier Granado¹
Antonio Paulo Benatte²

¹ Mestre em Ensino de História pela UEPG

² Doutor em História pela UNICAMP

O objetivo do estudo que se segue é de apresentar o projeto de doutorado em desenvolvimento dedicado à obra e trajetória de Carl Schmitt (1888-1985), teórico do direito e professor universitário alemão conhecido por suas obras no campo do direito e por sua colaboração com o regime nazista, período em que ocupou o cargo de “jurista do Reich”. Este estigma marcou profundamente sua trajetória intelectual até os últimos dias de sua vida, já afastado de suas atribuições enquanto professor universitário e dos debates acadêmicos.

O contexto em que Schmitt se forma e atua é o da crise da República de Weimar, instaurada após o fim da Primeira Guerra Mundial e o colapso do Império Alemão. A culpabilização da Alemanha pelo Tratado de Versalhes e a instabilidade política da nova república alimentaram um ambiente de descontentamento e polarização, que Schmitt interpreta como sintoma da fragilidade do sistema político e do parlamentarismo moderno (EVANS, 2016). É nesse período que ele formula suas críticas mais incisivas à democracia liberal, à Constituição de Weimar e ao ideal de neutralidade política que orientava a vida pública alemã.

Avançando em sua trajetória, Schmitt aproxima-se do regime nazista, alcançando a posição de “jurista do Reich” e assumindo o papel de intelectual engajado vinculado diretamente ao Estado totalitário. As consequências dessa adesão tornam-se evidentes com o fim da Segunda Guerra Mundial: após ser preso e interrogado em Nuremberg, embora não condenado, Schmitt é proibido de lecionar e mergulha num período de ostracismo intelectual, vivendo recluso em sua cidade

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



natal, Plettenberg. Esse afastamento marca a segunda fase de sua produção, na qual, já distanciado da vida acadêmica, aprofunda reflexões sobre o tempo histórico, a ordem e o destino da política moderna

Ainda que este estudo dialogue com aspectos da teoria do direito, a filosofia política e até com a biografia de Carl Schmitt, seu objetivo principal é identificar e analisar as diferentes leituras filosóficas da história presentes em suas reflexões ao longo de dois momentos históricos: os anos 1920, marcados pela crise da República de Weimar; e os anos 1940-1950, quando, em meio ao exílio e declínio intelectual, o autor elabora uma nova interpretação da história orientada por fundamentos ontológicos e simbólicos.

O estudo parte da hipótese de que as interpretações históricas de Schmitt se ancoram em um “motor da história” de caráter ontológico: a ontologia do político, fundada no antagonismo amigo-inimigo. Essa concepção, ao orientar os processos históricos, jurídicos e políticos, abre espaço para a identificação de uma narrativa histórico-filosófica implícita que atravessa sua obra.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem analítico-descritiva, voltada à leitura e interpretação das obras de Schmitt à luz de seu contexto histórico. Insere-se, portanto, no campo da história intelectual, ao buscar compreender o autor tanto em sua produção conceitual quanto em sua posição no universo simbólico que definiu sua trajetória

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Este estudo se desenvolve a partir da metodologia analítico-descritiva sustentada na análise das obras de Schmitt, buscando compreender sua percepção ontológica da história. Para tanto, a pesquisa se insere no campo da história intelectual, ferramenta capaz de situar o jurista alemão e seus interlocutores dentro de debates historiográficos e filosóficos mais amplos. De acordo com Helenice Silva,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



“a história intelectual oscila, por um lado, entre uma sociologia, uma história e até mesmo uma biografia dos intelectuais, e por outro lado, entre uma análise das obras e das ideias” (Silva, 2003, p.39).

A história intelectual nos permite refletir sobre a figura do intelectual não apenas como indivíduo isolado, mas dentro de um universo simbólico. Que de acordo com Bourdieu: “é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989, p.7-8).

Ao partir da produção intelectual, não podemos dissociá-la de seu contexto. Dessa forma, buscamos reconstruir elementos da própria biografia do autor, como seus interlocutores e o cenário político que motivou sua produção. O trabalho buscará analisar também o deslocamento na posição de Schmitt ao longo do tempo. Partindo de sua meteórica ascensão como intelectual público, nos anos 20, até culminar no período de ostracismo intelectual, nos anos 40 e 50.

Como referencial teórico, buscamos aportes na “História dos Conceitos” de Reinhart Koselleck considerando que os usos linguísticos e as definições dos fenômenos variam no tempo e no espaço. Como destaca Koselleck: “Todo conceito é sempre concomitante Fato e Indicador. Todo conceito não é apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicador de algo que está para além da língua” [...] (Koselleck, 1992, p. 3).

Os conceitos podem ser ressignificados, transformados pelo meio social e utilizados de diferentes formas pelos historiadores (Koselleck, 2006). Ademais, articulam-se em rede, servindo como “ferramenta de comparação”, podendo ser relacionados por oposição, associação ou substituição (Prost, 2020, p. 124).

É nesse sentido, partindo de um duplo eixo - de um lado, os elementos biográficos e, de outro, a história dos conceitos -, que examinamos a noção do “político”. Considerando esse conceito em seu movimento histórico e ontológico no

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



tempo, como elemento central para compreensão das leituras de história feitas por Schmitt ao longo de sua trajetória.

2. DUAS POSSIBILIDADES DE FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Parte-se aqui da hipótese de que, embora Schmitt rejeite explicitamente as concepções da filosofia da história, suas interpretações do desenvolvimento histórico estão ancoradas em um elemento ontológico fundamental, a saber: a ontologia do político. Essa concepção, baseada no antagonismo amigo-inimigo, ao atuar como um princípio que orienta os processos históricos, jurídicos e políticos denota a possibilidade de uma narrativa histórico-filosófica implícita que se faz presente em diferentes momentos da trajetória intelectual e bibliográfica do autor.

Em *O Conceito do Político*, Schmitt define o político como a possibilidade real do conflito. De acordo com o autor: “A diferenciação especificamente política, à qual se podem reconduzir as ações e os motivos políticos, é a diferenciação entre *amigo* e *inimigo*.” (Schmitt, 2023, p. 50-51, grifos do autor). A partir desse antagonismo fundamental delinea-se aquilo que denominamos “ontologia do político”, entendido elemento intrínseco e definidor da própria essência da política.

Aqui, é preciso compreender quem é esse “inimigo”: ele não é o rival, não é o concorrente, tampouco o inimigo absoluto, aquele que deve ser destruído. Trata-se antes do *hostis*, o inimigo público. Ou seja, a natureza do político é o confronto entre interesses, partidos e grupos sociais. De acordo com Marín,

[...] es Schmitt el que acierta a ver el dualismo del otro para la existencia en la polaridad amigo-enemigo. No obstante, si Schmitt privilegia al enemigo que inaugura y define lo político es porque asimila exterioridad con hostilidad, y toma el clan por el sujeto que se adentra en el mundo y encuentra la oposición de lo hostil: lo político es el nosotros definido por el enemigo hallado en el salir (Marín, 2019, p. 99).³

³ [...] é Schmitt quem consegue perceber o dualismo do outro para a existência na polaridade amigo-inimigo. No entanto, se Schmitt privilegia o inimigo como aquele que inaugura e define o político, é

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Ao delinear a ontologia do político como uma espécie de “motor da história”, encontramos uma justificativa teórica e filosófica para o trabalho, uma vez que, a partir do uso dessa estrutura conceitual, somos capazes de identificar duas filosofias da história propostas por Schmitt.

Uma primeira, datada dos anos 1920, diretamente relacionada ao ensaio *A Era das Neutralizações e Despolitizações* onde se debruça sobre os avanços e recuos da conflitividade das esferas do poder e do movimento das “*zentralgebiete*”, isto é, os âmbitos centrais do espírito europeu (Ferreira, 2012, p. 367).

De acordo com Schmitt esses processos de neutralização se dão de maneira recorrente nos últimos cinco séculos na história europeia. Frente a conflitividade nascida no seio de um “âmbito central” faz-se necessário sua neutralização pela adoção de novos espaço de consenso, - isto é, de novos “âmbitos centrais” -, livres das pugnas inescapáveis à natureza do político. De acordo com o jurista:

Aquele que é até agora o âmbito central é neutralizado ao deixar de ser âmbito central, e do solo do novo âmbito central espera-se encontrar o mínimo de concórdia e premissas comuns que possibilita segurança, evidência, entendimento e paz (Schmitt, 2023, p. 151)

Há também uma segunda filosofia da história, datada dos anos 40 e desenvolvida nos anos 50, que está fundamentada na disputa por ordens espaciais entre potências marítimas e terrestres. A primeira formulação dessa tese aparece em uma obra de 1938, onde Schmitt se propõe a analisar a obra *O Leviatã*, de Hobbes. Em tal obra, Schmitt assevera:

A História universal aparece como uma luta [...]. Luta sobretudo entre o Leviatã, ou seja, as potências marítimas, contra as potências terrestres, o Behemoth. Este tenta despedaçar o Leviatã com seus chifres, enquanto o

porque ele assimila exterioridade com hostilidade, e toma o clã como o sujeito que adentra o mundo e encontra a oposição do hostil: o político é o “nós” definido pelo inimigo encontrado no sair. (Marín, 2019, p. 99 - Tradução nossa).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Leviatã sufoca com suas nadadeiras a boca e a garganta do Behemoth e o mata [...], um belo símbolo da vitória sobre um país por meio do bloqueio (Schmitt, 2002, p. 11, tradução nossa).

O desenvolvimento do conflito entre as ordens espaciais permanece viva na obra schmittiana, sendo tema central de *Tierra y Mar* (1942) e *O Nomos da Terra* (1950). Como se observa no seguinte trecho de *Tierra y Mar*: “La historia universal es la historia de la lucha entre las potencias marítimas contra las terrestres y de las terrestres contra las marítimas” (Schmitt, 2007, p. 5)⁴.

Essas citações ampliam a compreensão sobre a coerência e a evolução do pensamento schmittiano, uma vez que as leituras filosóficas da história, implícitas ou explícitas nos textos do pensador, parecem compartilhar de um mesmo fio condutor. Assim revelando que o elemento ontológico e, por consequência, a leitura histórica a partir da possibilidade do conflito amigo-inimigo permanecem vivas na obra de Schmitt mesmo em seu período de ostracismo enquanto intelectual.

3. APROXIMAÇÕES COM A FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Schmitt, por sua vez, não se considerava um filósofo da história, e essa posição é frequentemente reiterada por seus comentadores (cf. Almeida, 2014; Ferreira, 2012; Kérvegan, 2022; Filchenstein, 2017). Em muitos casos, essa recusa é tratada como algo evidente em seu pensamento, especialmente porque, ao descrever o devir da história, o autor enfatiza que esse movimento histórico não deve ser compreendido “como uma lei de filosofia da história no sentido da lei dos três estádios ou construções semelhantes [...] nem como uma linha progressiva de um ‘progresso’ para cima, nem como o seu contrário” (Schmitt, 2023, p. 143).

⁴ A História universal é a história da luta entre as potências marítimas contra as potências terrestres e das terrestres contra as marítimas (Schmitt, 2007, p. 5).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Ao negar a alcunha de filósofo da história, e, de fato, por não orientar sua leitura de história a partir de uma perspectiva progressista ou decadentista, observamos que Schmitt contradiz algumas das definições clássicas de filosofia da história em seu sentido especulativo, como aquela apresentada por Pecoraro:

A tarefa do filósofo da história, é, pois, voltar-se para o passado, examinar minuciosamente os acontecimentos, individuar as suas conexões e finalmente, detectar as leis causais que os regem e os explicam, a fim de iluminar o presente e tentar prever as consequências futuras (Pecoraro, 2009, p. 20-21).

Diferentemente de outras perspectivas filosóficas, a leitura de Schmitt não se baseia em uma visão nomotética da história, isto é, não visa estabelecer leis para este campo do saber; para ele, a história, ao que parece, é o reino da pura contingência e da unicidade. Não obstante, encontra certas regularidades que não nascem de padrões empíricos, mas de uma leitura ontológica - e portanto, existencial - dos fenômenos históricos. O presente trabalho pretende avançar no sentido de estabelecer uma relação entre o existencialismo e a história, ou melhor dizendo, aventar a hipótese de que Schmitt faz uso de uma hermenêutica político-existencial da história, isto é, uma leitura da história cujo motor é a própria “ontologia do político”.

A negação da filosofia da história por parte do autor também se justifica em um contexto no qual essa tradição especulativa vinha sendo amplamente criticada desde meados do século XIX. Entre seus principais críticos estão os membros da chamada Escola Histórica Alemã e os Historiadores Metódicos Franceses, que rejeitavam as grandes narrativas totalizantes e buscavam um rigor metodológico mais próximo das ciências empíricas.

Como aponta Julião (2010), a filosofia da história pode ser dividida em três grandes acepções: a teológica, que interpreta o curso histórico como manifestação da Providência; a metafísica ou especulativa, que sistematiza concepções filosóficas

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



da humanidade e do seu destino, sendo característica do século XVIII; e a crítica, que assume uma postura epistemológica voltada para a teoria do conhecimento histórico.

A filosofia da história metafísica consiste em:

[...] uma reflexão propriamente filosófica que tem como parâmetro de elucidação do motor da História a vontade, a razão e a liberdade tomadas enquanto categorias (transcendentalmente) constituintes ou (ontologicamente) determinantes do processo histórico (Julião, 2010, p. 237)

Considerando essa divisão, é possível argumentar que Schmitt se aproxima mais do segundo tipo, pois, ainda que rejeite uma filosofia da história progressista ou decadentista, o autor elabora uma estrutura conceitual e interpretativa dos rearranjos históricos.

É possível também recorrer à noção de filosofia da história como uma espécie de realização pessoal, marcada por diagnósticos históricos singulares, que podem ou não envolver expectativas de futuro. Como destaca Barros, “a ‘filosofia da história’ de Kant é só de Kant, e aquela outra é a ‘filosofia da história’ de Voltaire ou de Hegel — isto é, realizações pessoais destes filósofos” (2014, p. 106). Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a perspectiva de Schmitt também lhe é própria e idiossincrática. Ademais, trata-se antes de tudo de uma reflexão filosófica que determina um sentido pessoal para a história, um diagnóstico para o seu tempo.

Nesse sentido, é possível afirmar que Schmitt se debruça sobre a história em busca de estabelecer um novo sentido para ela — um sentido que se contrapõe frontalmente tanto à perspectiva liberal quanto à marxista. Sua intenção é a de fornecer uma chave simbólica capaz de explicar um mundo que vive profundas transformações, seja pelo iminente colapso da ordem liberal na década de 20, seja pelo rearranjo geopolítico vivido no pós-Segunda Guerra Mundial

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Esta pesquisa encontra-se ainda em fase de desenvolvimento, razão pela qual não é possível apresentar conclusões definitivas. No entanto, uma das possibilidades que se delineiam a partir do percurso até aqui trilhado é a de ampliar o escopo da investigação, deslocando-o não apenas para a hipótese de uma filosofia da história implícita em Carl Schmitt, mas também para a análise das concepções de história que sustentam sua produção intelectual.

Dois elementos justificam essa ampliação: Em primeiro lugar, como aponta White, “não pode haver ‘história propriamente dita’ que não seja ao mesmo tempo ‘filosofia da história’” (White, 1992, p. 14). Essa formulação sugere que toda narrativa histórica implica, necessariamente, uma concepção filosófica sobre a história, ainda que de modo implícito. Da mesma forma, toda filosofia da história se ancora em uma concepção de história e de temporalidade, seja ela linear, progressiva, cíclica ou regressiva (Chartier, 1990; Koselleck, 2006).

Em segundo lugar, observa-se que Schmitt recorrentemente propõe compreensões processuais da história como fundamento de suas análises. Isso pode ser notado tanto nas reflexões sobre conceitos e ordenamentos políticos dos anos 1920 (como ditadura e soberania), quanto na formulação do conceito de *nomos* nos anos 1950, concebido como condição *sine qua non* da lei, do Estado e da política. Essa constatação permite supor que diferentes visões de história coexistem e se sucedem em sua trajetória intelectual, transformando-se de acordo com os objetos teóricos em foco.

Nesse sentido, a pesquisa sugere a existência de ao menos dois momentos distintos no pensamento schmittiano acerca da história: um primeiro, vinculado à crise da República de Weimar e orientado pela busca de espaços de paz e neutralidade; e um segundo, posterior à Segunda Guerra Mundial, marcado por uma nova interpretação guiada pelos conflitos espaciais entre terra e mar. A abertura para essa multiplicidade reforça a hipótese de uma filosofia da história implícita, ao mesmo tempo em que permite apreender os diferentes conceitos de história - cronológicos,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ontológicos e até metahistóricos -, mobilizados por Schmitt para embasar suas teorias sobre o ordenamento político e jurídico.

Por fim, destacamos que este trabalho propõe uma leitura inédita da obra de Carl Schmitt, no Brasil e no exterior, ao abordá-lo como autor de uma filosofia da história especulativa. Essa perspectiva articula política, temporalidade e sentidos da história a partir de uma ontologia do político que opera como verdadeiro “motor da história”. Espera-se, com o desenvolvimento da pesquisa, não apenas contribuir para o debate teórico e historiográfico em torno da trajetória intelectual de Schmitt, mas também compreender de que modo sua crítica à modernidade e à ordem política ocidental se articula com uma concepção singular de história.

Referências

ALMEIDA FILHO, Agassiz. 10 Lições sobre Carl Schmitt – 2ª Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BARROS, José d’Assunção, **Teoria da história**: Princípios e conceitos fundamentais (Vol. 1) – 5ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

EVANS, Richard J. **A chegada do Terceiro Reich**. São Paulo: Planeta, 2016

FERREIRA, Bernardo. Exceção e História no pensamento de Carl Schmitt. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 105, p.343-382, Julho/Dezembro de 2012.

JULIÃO, José Nicolao. Ensaio de Introdução à Filosofia da História. In: **Veritas** (Porto Alegre), [S. l.], v. 55, n. 3, 2010. DOI: 10.15448/1984-6746.2010.3.6371. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/veritas/article/view/6371>. Acesso em: 5 abr. 2025.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



KÉRVEGAN, Jean-François, Por que e como ler Carl Schmitt?. In: **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, [S. l.], v. 29, n. 60, p. 47–63, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/30933>. Acesso em: 17 ago. 2025

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. IN: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Vol. 5, n. 10, p. 134-146, 1992. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1945/1084>> Acesso em 04/10/2024 às 10:26.

MARÍN, Higínio, **Mundus**: Una Arqueologia Filosófica de la Existencia - Granada, Espanha: Editorial Nuevo Inicio, 2019.

PROST, Antoine. **Doze Lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PECORARO, Rossano, **Filosofia da História** - Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009.

SCHMITT, Carl. A Era da Neutralização e da Despolitização in: **O Conceito do Político**. Lisboa: Edições 70, 2023.

SCHMITT, Carl. **El Leviathan en la teoria del estado de Tomás Hobbes**, Buenos Aires: Editorial Struhart & Cia, 2002.

SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político**. Lisboa: Edições 70, 2023.

SCHMITT, Carl. **Tierra y Mar**: Una reflexión sobre la historia universal - Madrid: Editorial Trotta, S.A., 2007.

SILVA, Helenice R. da, História Intelectual: algumas observações. In: **Temas e Matizes**, Ano 2, nº 04, Setembro, 2003

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EdUSP, 1992

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ACERVO DIGITAL DA ERVATEIRA KOSLOSKI E SILVA

Ana Clara Imianowski Jacopetti¹
Alessandra Izabel de Carvalho²

¹ Bolsista CAPES pelo mestrado em história da UEPG

² Doutora em História pela UNICAMP

A pesquisa consiste na produção de um acervo digital, o qual foi desenvolvido com uma coleção particular pertencente a Lucélia Kosloski e Silva e João Negir Kosloski e Silva. O casal de agricultores, morador da área rural de São João do Triunfo - PR, é produtor e comerciante de erva-mate sombreada. A coleção conta com 53 peças relacionadas à vida no campo, e foi herdada, em sua maioria, dos pais de Lucélia. Proprietária da fábrica Erva-mate 5 Estrelas, a família tem interesse em montar uma exposição na propriedade, a fim de materializar e valorizar a história da fábrica e da produção tradicional e agroecológica da erva-mate. A marca possui certificação orgânica pela rede Ecovida e é produzida em barbaquá.⁵

1. SISTEMAS TRADICIONAIS DE ERVA-MATE

A produção de erva-mate se iniciou com o povo Guarani e, mais tarde, o conjunto de práticas ligadas ao cultivo da planta foi incorporado pelos colonos espanhóis durante o século XVI. Nos povoados constituídos majoritariamente por indígenas, logo os espanhóis e seus descendentes euroamericanos aprenderam a preparar e a tomar gosto pelo consumo da bebida, afastando-se, porém, do contexto ritualístico no qual era mais consumida (OLIVEIRA, ESSELIN, 2019).

⁵ Estrutura ou infraestrutura permanente utilizada para secar as folhas de erva-mate com uma fonte de calor indireta.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Hoje essa prática tradicional é um sistema alimentar agroecológico desenvolvido principalmente por pequenos agricultores familiares da região Centro-sul e Sul do Paraná e do Norte de Santa Catarina e é uma das suas principais fontes de renda. Como consequência direta desses sistemas, tem-se a proteção da Floresta com Araucárias, já que a erva-mate cresce sombreada dentro dessa tipologia florestal, sem a necessidade do uso intenso de agrotóxicos ou fertilizantes.

No Paraná, durante o século XIX, a erva-mate teve grande importância na economia. As exportações de erva-mate direcionavam-se principalmente para os países platinos, diferenciando-se dos outros produtos exportados na época, que em sua maioria iam para os países mais industrializados.

Já sobre a produção da erva-mate ao longo do século XX, Chaimsohn e Radomski (2016) mostram que é possível duas abordagens: uma pela visão produtivista e outra pela conservacionista. A primeira traz uma lógica capitalista de produção, em que a erva-mate é pensada por um viés mercadológico, sendo matéria prima das indústrias ervateiras. Essa visão busca uma produção em larga escala, geralmente em sistemas de monocultura a céu aberto e de baixa biodiversidade – o que foi possibilitado após as transformações tecnológicas decorrentes da Revolução Verde. Já a abordagem conservacionista busca a produção da erva-mate em sistemas tradicionais, agroecológicos e biodiversos, como alternativa de fonte de renda para os agricultores familiares. Além disso, nesta visão, a produção de erva-mate está relacionada a valores históricos, culturais, ambientais, sociais, étnicos, etc. (Chaimsohn, Radomski, 2016)

É na Mata Atlântica que a produção tradicional da erva-mate se desenvolve, mais especificamente na floresta com araucárias. Entretanto, esse bioma, assim como tantos outros, enfrenta grandes desafios pela preservação. Já na segunda metade do século XX, começam algumas mobilizações pela conservação desse ambiente, muito ameaçado principalmente pelas indústrias madeireiras. Como defendido por Dalmora (2004) em sua tese de doutorado, parte significativa desse

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



esforço encontra-se na agricultura familiar, pois os interesses dos agricultores são movidos pelas suas relações com a vida no campo e pela necessidade de manter a floresta preservada e protegida. Entre eles, destacamos os chamados “erveiros”⁶ que prezam pela qualidade da erva-mate sombreada e agroecológica.

Lucélia e João moram na propriedade onde produzem a erva-mate, seu sustento, vivendo uma relação próxima e envolvida por sentimentos com a terra e a propriedade. O pequeno agricultor entende a terra como parte da sua identidade e, nesta simbiose, sua produção visa tanto o consumo próprio como a comercialização. A produção tradicional e agroecológica difere da produção a pleno sol, que possui uma relação unicamente construída em torno da exploração capitalista e da maximização do lucro.

2. DOCUMENTALIZAÇÃO DO ACERVO

Ao longo da vida, João e Lucélia reuniram 53 peças, as quais foram higienizadas, fotografadas e referenciadas neste projeto. Trata-se de uma coleção, pois o colecionismo tem como base a prática de colecionar artefatos, segundo regras próprias (como: temáticas, cronológicas, afetivas, entre outras). A família Kosloski e Silva tem a intenção de um dia criar um pequeno museu e expor seu acervo. De fato, os museus têm um papel ativo na recepção de coleções e no seu tratamento, processo que pode ser considerado “museológico-curatorial”, para assim torná-las acervos museológicos. Como aponta Bruno (2020), o colecionismo pode ser considerado a matriz simbólica e operacional dos acervos, que serve para compreender temporalidades, identidades culturais e determinações territoriais.

⁶ Termo utilizados por produtores de erva-mate que seguem no âmbito da agricultura familiar e agroecológica; eles se autodenominam dessa forma, diferenciando-se dos ervateiros, os quais produzem em larga escala, no âmbito da monocultura e são, geralmente, os donos das indústrias de erva-mate

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Para melhor compreender a história do acervo, foi marcada uma primeira entrevista com João Negir e Lucélia Kosloski na propriedade onde residem. A preparação para a entrevista pautou-se nos estudos sobre a história oral. Para tanto, foi utilizada a obra de Santiago e Magalhães (2015). Segundo os autores, em uma entrevista, o passado é acessado através da memória, entretanto, os resultados dessa rememoração vão depender do momento presente, das emoções e sentimentos que estão atuando no entrevistado durante esse processo. Por isso há uma série de cuidados e passos que o entrevistador deve ter no momento anterior à entrevista para garantir que os narradores se sintam confortáveis o suficiente para contarem suas histórias.

A memória, como o principal fator desse processo, deve ser entendida como individual e coletiva. A memória coletiva é compartilhada por um grupo de pessoas ou uma sociedade que viveu um fato em comum, gerando uma identidade (no caso da família, é possível perceber a vida no campo e o trabalho com a erva-mate como um fator comum entre eles); mas as memórias são também individuais, pois cada pessoa vai acessá-las de maneira própria, a partir da sua própria experiência.

Essa memória – que é dinâmica, individual (porque única) e coletiva (porque remete a experiências sociais) – é a fonte que abastece as lembranças, que por sua vez, fundamentam as histórias que contamos. São histórias particulares que retiram sua individualidade do conjunto de experiências que convergem para a vida de um só narrador. Esse narrador, que tem uma história singular, compartilha, ao mesmo tempo, da memória e das vivências de seu meio social. O pertencimento a essa coletividade faz com que ele se identifique com seu grupo, isto é, que tenha uma identidade. (Santiago, Magalhães, p.37, 2015)

Por meio da história oral o historiador tem a possibilidade de construir suas próprias fontes, as entrevistas, as quais podem ser gravadas por áudio ou vídeo. Após a gravação, é o momento de transcrever o que foi dito, sempre buscando manter a verossimilhança, sendo fiel às pausas, sentimentos demonstrados, risadas, choros,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



silêncios e a maneira como o narrador fala. A transcrição do material visa facilitar a interpretação das fontes. Neste trabalho, as entrevistas foram um dos meios utilizados para entender as intenções e as motivações da família Kosloski e Silva sobre a coleção das 53 peças, ou seja, as narrativas produzidas buscaram conhecer um pouco da vida do casal e da sua relação com a vida no campo e com a erva-mate a partir do acervo. Uma segunda entrevista foi gravada para que o casal contasse a história de cada um dos artefatos da coleção, rememorando a utilização e a origem deles, através disso foi possível construir as fichas de catalogação.

A família reforça ao longo da entrevista a maneira como ela valoriza e entende a necessidade de dar continuidade à tradição dos seus antepassados com a produção da erva-mate sombreada. Tanto João como Lucélia nasceram em famílias de erveiros e buscam, através do sistema tradicional de erva-mate, continuar essa atividade, compartilhando com a comunidade o sentimento que possuem por essa produção e pela vida no campo. O casal ainda explica o porquê da escolha por trabalhar com os produtos orgânicos, estando relacionado também com a relação afetiva para com a erva-mate. João conta um pouco da sua história com a propriedade, que já fazia parte da família:

Eu sou família Paula e Silva lá de São Mateus né, daí casei com ela que era daqui e a gente veio para cá, se mudou para cá... começamos a vir em 89 né, essa propriedade está na família desde 45, 1945. E daí nós em 89, 90 nós começamos a vir para cá, até para ajudar o meu sogro, ele já não estava muito bem de saúde, e daí viemos e como eu também já tinha me criado com erva, sou de família de erveiros, a gente... a gente tinha erva aqui, a gente resolveu de continuar. Trabalhou um período com o barbaquá antigo, no sistema antigo, e depois mudamos para essa uma construção diferente ali, uma agroindústria, para trabalhar com a erva da propriedade e de outros colonos aí que são outros erveiros aí, que trabalham na nossa linha. A gente trabalha com produto orgânico, nós não... somos contra o veneno né. (João Negir Kosloski e Silva, 2023)

Ao serem questionados sobre o que motivou seu interesse em constituir um acervo museológico da coleção, o casal demonstrou principalmente um sentimento de afetividade para com a história da erva-mate e das suas famílias. Os dois

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



comentaram que cresceram em meio à produção da erva-mate, sendo assim, suas relações familiares foram, ao longo da vida, permeadas por esse trabalho, o que levou Lucélia (mesmo que formada em magistério) e João a optarem por trabalhar com a produção do mate, dando continuidade à essa tradição.

Todas as peças da coleção fazem parte de uma cultura material rural. O colecionismo, dentro dos estudos da cultura material, explica o papel dos artefatos na vida social, possibilitando a compreensão do que levou a família Kosloski e Silva a construir sua coleção. Os interesses do casal são norteados, principalmente, por questões temáticas (como a vida no campo e a erva-mate) e afetivas.

Contudo, sabe-se que, ao ser levada para um museu, uma coleção pode passar por uma interpretação dos “objetos enquanto objetos”, já que, estando fora dos seus contextos cotidianos, estão passíveis à observação e reinterpretação, assumindo valores estéticos, afetivos, cognitivos e sócio-culturais. Além disso, existe também a motivação para a doação ou compartilhamento do acervo com a instituição museal, dentre esses motivos, a maioria dos casos são para homenagear familiares e dar notoriedade a antepassados, através da preservação dos seus pertences, como afirmam Lima e Carvalho (2013).

Pesquisas entre colecionadores têm demonstrado como a prática de reunir artefatos segundo regras próprias – tipológicas, temáticas, técnicas, cronológicas, genealógicas, afetivas, estéticas, excepcionais, entre outras – atende a necessidades de estabilização emocional, integração e triagem sociais; bem como à construção de formas de prestígio e distinção individual, servindo ainda como suporte de laços de afetividade ou como apaziguador das mudanças sociais ou de natureza cíclica da vida. (Lima, Carvalho, p. 85, 2013)

A respeito da metodologia utilizada no desenvolvimento do acervo, após a primeira visita ao casal, quando foi realizada a gravação da entrevista, foi efetuada uma oficina no arquivo do Museu Campos Gerais, em que o profissional responsável compartilhou técnicas, métodos e recursos necessários na produção de acervos. Esse processo começa no reconhecimento do acervo, em seguida é realizada a higienização das peças, a numeração e fotografias e para finalizar, o trabalho passa

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



a ser feito através de softwares que auxiliam no tratamento das imagens e na catalogação do acervo.

O primeiro contato com a coleção foi realizado logo após a gravação da entrevista, as peças estavam guardadas em um galpão na propriedade da família. No momento de reconhecimento do acervo, o casal me acompanhou, contando a história de cada um dos objetos, suas funções e o porquê estavam ali guardados, esse momento foi fundamental para a contextualização, atribuição de significados e sentidos para os objetos referentes àquela coleção, que já estavam fora de seus contextos originais. Foi então possível perceber que não se tratava de uma coleção ligada apenas à erva-mate, mas sim à vida e ao trabalho no campo.

Os materiais utilizados para as fotografias (feitas em duas partes, durante a segunda e a terceira visita ao local) foram o celular, um fundo de papel branco e uma luminária. Durante a realização da foto, é necessário colocar uma escala, para que seja possível identificar o tamanho aproximado do objeto e o número da peça (em um lugar que possa ser recordado no durante a edição), pois assim não se corre o risco de se perder o número daquele artefato, que será utilizado no processo de catalogação. Em seguida, é necessário realizar o tratamento e a edição das fotos, utilizando o software livre GIMP 2.10.32 para os ajustes na exposição, no brilho, contraste e também recortar a foto, para assim, ter uma maior qualidade na imagem, possibilitando uma boa visualização dos detalhes de cada objeto.

A etapa da catalogação, realizada após o tratamento das imagens, exigiu uma última visita à família para que, de peça em peça, o casal pudesse me explicar o histórico e a função de cada um dos objetos do acervo. Com isso, através do software livre Symphytum, o qual consiste num programa que organiza coleções em fichas, utilizado pelo Museu Campos Gerais, foi possível organizar a coleção. O catálogo do acervo possui uma tabela com informações que foram preenchidas para cada objeto, são elas: imagem da peça, número (00001-00053), nome do objeto, descrição intrínseca, descrição extrínseca, nome do colecionador, data/época e dimensões. A

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



imagem 1 mostra exatamente como são preenchidas as informações de cada artefato, tendo como exemplo uma miniatura de monjolo (objeto 00038), comprado por João Negir.

Imagem 1: Primeira parte do catálogo, em forma de tabela, contendo as informações dos objetos 00001 ao 00018. A imagem é uma captura de tela do software Symphytum.

	Foto	Número/tombo	Nome/objeto	escritção intrínseca	escritção extrínseca	me do colecionador	Data/época	dimensões
1		00001	Balança de gan...	Balança de ferr...	Era utilizada par...	Lucélia e João K...	Aproximadame...	110cm e 10cm
2		00002	Cunha	Ferramenta de f...	Ferramenta utili...	Lucélia e João K...	Sem data defini...	13cm x 7cm
3		00003	Serra	Ferramenta co...	Utilizada para c...	Lucélia e João K...	Aproximadame...	110cm x 10cm
4		00004	Peso de balança	Peso de 5kg, pa...	Sobrou como p...	Lucélia e João K...	Sem data defini...	15cm 5kg
5		00005	Mão de pilão	Objeto de mad...	Utensílio utiliza...	Lucélia e João K...	Sem data defini...	100cm
6		00006	Pilão	Pilão de madeir...	Utilizado para s...	Lucélia e João K...	Aproximadame...	73cm x 40 cm
7		00007	Pá	Pá de madeira, ...	Pá utilizada par...	Lucélia e João K...	Sem data defini...	150cm
8		00008	Barrica	Barrica de mad...	Era utilizada par...	Lucélia e João K...	Aproximadame...	70cm x 45cm
9		00009	Rachador de tá...	Ferramenta con...	Ferramenta utili...	Lucélia e João K...	Aproximadame...	40cm x 40cm
10		00010	Tábua	Tábua feita pro...	Essa tábua fazia...	Lucélia e João K...	Aproximadame...	95cm x 10cm
11		00011	Serra	Ferramenta co...	Serra utilizada p...	Lucélia e João K...	Anterior à déca...	185cm x 10cm
12		00012	Faca	Faca de ferro	Talher de ferro, ...	Lucélia e João K...	Aproximadame...	22cm
13		00013	Machado de ca...	Machado feito ...	Ferramenta vin...	Lucélia e João K...	Início do século...	33cm x 15cm
14		00014	Enxó	Ferramenta de ...	Enxó, era utiliza...	Lucélia e João K...	Início do século...	23cm x 14cm
15		00015	Raspador	Objeto com du...	Ferramenta utili...	Lucélia e João K...	Sem data defini...	22cm
16		00016	Grosa	Essa grosa poss...	Ferramenta utili...	Lucélia e João K...	Início do século...	32cm
17		00017	Formão	Ferramenra co...	Ferramenta utili...	Lucélia e João K...	Sem data defini...	15cm e 12cm
18		00018	Nível	Ferramenta de ...	Objeto utilizad...	Lucélia e João K...	Sem data defini...	55cm

Fonte: a autora



Imagem 2: Captura de tela do software Symphytum, apenas com as informações do objeto 00038.

Número/tombo	Nome/objeto	Foto
00038	Miniatura de monjolo	
Nome do colecionador icélia e João Kosloski e Silva		Descrição extrínseca O monjolo era utilizado no processo de socar a erva-mate. Essa miniatura foi feita por um artesão, um senhor já idoso, que tinha contato com a família do proprietário quando ele era jovem, foi quando João Negir comprou o item.
Data/época 1975		
dimensões 50cm x 35 cm		
descrição intrínseca Miniatura de um monjolo, feita toda em madeira, marcas de desgaste apenas superficiais, no acabamento da madeira.		

Fonte: a autora

Imagem 3: Item 00020 do acervo

Número/tombo	Nome/objeto	Foto
00020	Sengo	
Nome do colecionador icélia e João Kosloski e Silva		Descrição extrínseca Ferramenta utilizada na plantação do milho, seu manuzeio era feito batendo com o Sengo no chão para fazer um buraco e plantar a semente. Pertencente ao pai da proprietária.
Data/época Sem data definida		
dimensões 150cm		
descrição intrínseca Objeto longo, com cabo de madeira e a extremidade achatada, de ferro e já oxidada.		

Fonte: a autora



Imagem 4: Item 00026 do acervo

Número/tombo	Nome/objeto	Foto
00026	Cilindro	
Nome do colecionador	Descrição extrínseca	
icélia e João Kosloski e Silva	Cilindro utilizado para esticar a massa do pão. Pertenceu a mãe da proprietária.	
Data/época		
Sem data definida		
dimensões		
60cm x 32 cm		
descrição intrínseca		
Cilindro de madeira, em bom estado de conservação.		

Fonte: a autora

As imagens acima exemplificam o caráter do acervo, ligado à agricultura familiar, ferramentas e objetos que eram utilizados pelos produtores durante as jornadas de trabalho na propriedade (chapéu, sapatos, lampiões, etc.), a exemplo do sengo mostrado na imagem 3, uma ferramenta usada na plantação do milho. Enquanto outras peças estão relacionadas a vida no campo dentro de casa, como a imagem 4, que mostra um cilindro que era utilizado na preparação da massa do pão; além disso, o acervo conta com bacias, rádio, utensílios de cozinha, ferro de passar roupas, malas de viagem, entre outros elementos que representam a história da família.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Os acervos, de modo geral, se constroem a partir da acumulação de documentos, os quais possuem principalmente a função de prova. De acordo com Rizzi (2019), além da função primária do documento, que estaria em seu uso próprio, há uma função secundária cultural e histórica. A função secundária do acervo pessoal de Lucélia Kosloski e João Negir está na valorização e preservação de memórias individuais e coletivas sobre o campesinato na região de São João do Triunfo – PR. Para além disso, os arquivos devem gerar lembrança, compreensão e identificação. Ainda segundo Rizzi, papel do arquivista é facilitar a compreensão dos acervos e documentos, através do processo de catalogação com a sintetização das informações de cada documento, explanando seu contexto e conteúdo.

Como os arquivos, via de regra, armazenam um volume elevado de documentos, a tarefa de encontrar uma informação pode se tornar difícil ou até mesmo inviável sem a utilização de instrumentos de pesquisa, como por exemplo os guias, inventários, catálogos, índices, entre outros. Basicamente, os usuários não podem ler todos os documentos para encontrar o que buscam, então, os arquivistas apresentam algumas informações de forma sintetizada, para que os usuários possam ter acesso ao conteúdo dos documentos que integram os diferentes conjuntos, do nível mais geral ao mais específico. Assim, o acesso aos documentos é possibilitado, entre outros, por meio de instrumentos mediadores que permitem buscar e acessar um ou vários documentos. (RIZZI, 2019, p. 44)

Como complemento para a ideia de Rizzi, o trabalho de Sousa (2003) desenvolve o conceito de classificação de arquivos e seu papel na arquivística. O autor constrói uma relação entre a Ciência da Informação e os arquivos, na qual o processo de classificação teria uma função informacional para o indivíduo que está buscando informação no documento, ou seja, cria uma ponte entre o usuário e o objeto (arquivo). Essa ponte foi construída no acervo de Lucélia e João na

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



catalogação de cada um dos objetos, contendo toda a descrição dos artefatos, como apresentado nas imagens acima.

3. CONCLUSÃO

O trabalho apresentado foi resultado de uma iniciação científica e trabalho de conclusão de curso, defendido em 2023. Foi através de um projeto de extensão, desenvolvido no ano de 2022, que conheci a família Kosloski e Silva. As portas então se abriram para que eu pudesse realizar, em conjunto com o casal, a catalogação dessa coleção que os pertence. A produção do acervo da Ervateira Kosloski e Silva colabora com a família de modo a impulsioná-la e incentivá-la a continuar orgulhosa de sua produção agroecológica, a qual faz com carinho, buscando entregar um produto de qualidade aos consumidores, respeitando, acima de tudo, a floresta e a saúde.

Referências

ALMEIDA, M. Z. T.; REIS, M. A. G. S. Museu como espaço interdisciplinar, simbólico e educativo. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/189168>.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. A Experiência Humana e o Ato de Narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação. Revista Brasileira de História, v. 17, n. 33, p. 293-305, 1997.

BELLOTTO, Heloísa L. Arquivística: objetos, princípios e rumos. Associação de arquivistas de São Paulo, São Paulo, 2002. BITTENCOURT, Circe Maria F. Meio ambiente e ensino de História. História & Ensino, Londrina, v. 9, p. 63-96, 2003.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 28, p. 1-30, 2020.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Acervos arqueológicos: relevâncias, problemas e desafios desde sempre e para sempre. Revista de Arqueologia, vol. 3, nº 3, setembro-dezembro de 2020, Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



CASTILHO, Luciana Aparecida de Lima. A Contribuição da Ciência da Informação para a Preservação de Fotografias Digitais: uma análise da produção científica recente. In: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CEDERVA. Relatório da visita da FAO para conhecer à candidatura do projeto SIPAM dos sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate na floresta com araucária. Observatório dos sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate, 2021.

CHAIMSOHN, Francisco Paulo; RADOMSKI, Maria Izabel. Sistemas tradicionais de erva-mate: características biofísicas, socioeconômicas e ambientais. In: Seminário Erva-mate XXI: Modernização no cultivo do uso da erva-mate, 2016, Curitiba. Anais. Colombo: Embrapa Florestas, 2016. Pág 30-33.

DALMORA, Eliane. O papel da agricultura familiar no processo de conservação da Mata Atlântica em Santa Catarina. Modos de apropriação e transformações no sistema de gestão ambiental na década de 1990. Repositório Institucional da UFSC, Florianópolis, 2004.

GERHARDT, Marcos. História Ambiental da Erva-Mate. Repositório Institucional da USFC, Florianópolis, 2013.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Horizontes Antropológicos, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de; SANTHIAGO, Ricardo. História Oral na Sala de Aula. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2015. MATOS, Júlia Silveira;

SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. Historiae, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011

NIMMO, Evelyn R., CARVALHO, Alessandra I., LAVERDI, Robson, LACERDA, André E. B. de. Conhecimento, memória e história: uma visão transdisciplinar sobre os sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate. Colombo: Embrapa Florestas, 2022.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma etno-história da ervamate e dos povos indígenas de língua guarani na região Platina: da Província do Guairá ao Antigo Sul de Mato Grosso. In: FINOKIET, Bedati A. (Org.). Fronteiras e interculturalidade. Tubarão (SC): UFFS/Copiar, 2019. p.213-260

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. Estudos Avançados 24(68), 2010.

PARANÁ. Lei n. 15.143, de 31 de maio de 2006. Define as atividades turísticas que especifica, como atividades de “Turismo Rural na Agricultura Familiar”. Curitiba: Diário Oficial, 2006.

RAMBO, J. R.; TARSITANO, M. A. A.; LAFORGA, G. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. Revista de Ciências Agroambientais, [S. l.], v. 14, n. 1, 2016.

RESENDE, Roberta Cernelos. A erva-mate e as transformações socioeconômicas e políticas no Paraná. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 15, n. 2, p.278-295, ago./dez. 2017

RIZZI, Iuri Rocio Franco. Organização de arquivos pessoais em museus etnográficos: o caso do arquivo de Théo Brandão. Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2019.

ROSA, Wagner José da. O campesinato como modo de vida. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.1, nº2 jan-jun, 2012.p.98-107.

SANTOS, Márcio Tavares dos. História Memória e Identidade: Como Fazer um Museu. Revista Autos e Baixas, v. 2, n. 1, 2014

SIMÕES, Débora De Souza. Museus comunitários no Brasil: descolonizando o pensamento museológico.RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 03, ed. Especial, 2017.

SOUSA, Renato Tarcísio Barbosa. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete M.; LOPES, Iza L. (Org.). Organização e Representação do Conhecimento. Brasília: Thesaurus, 2003. p.240-271.

_____. Entrevista com João Negir Kosloski e Silva e Lucélia Kosloski e Silva para a pesquisa “Reconhecimento e referenciação do acervo documental da Ervateira Kosloski e Silva”, realizada no município de São João do Triunfo/ PR, em data 24 de fevereiro de 2023, áudio mp3, 00:01:19.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O ENSINO DE HISTÓRIA E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: REFLEXÕES A PARTIR DE HOMICÍDIOS DE MULHERES EM PONTA GROSSA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Lucimara Aparecida Pena¹
Angela Ribeiro Ferreira²

¹Mestre em História pela UEPG
²Doutora em Educação pela UEPG

Este artigo corresponde a parte da pesquisa desenvolvida no programa de mestrado do ProfHistória da Universidade Estadual de Ponta Grossa e expõe a preocupação com a educação e o ensino de História dos estudantes do Novo Ensino Médio, que ocupam salas de aula nas escolas públicas no nosso país, com uma redução das aulas da área de Ciências Humanas, em especial das aulas de História, que cada vez menos tem condições de promover reflexões sobre os acontecimentos históricos e sociais. A promoção do diálogo perpassa as representações de gênero na primeira fase da República no Brasil, através de fontes documentais, processos-crime da cidade de Ponta Grossa, no contexto de sala de aula, no Ensino de História, refletindo sobre mudanças e permanências, sobre como mudamos e avançamos na legislação em defesa das mulheres e de seus direitos ao longo do último século, mas ainda permanecemos com comportamentos sociais violentos contra as mulheres.

1. O ESTUDO DOS HOMICÍDIOS DE MULHERES ATRAVÉS DOS PROCESSOS-CRIME NA PRIMEIRA REPÚBLICA EM PONTA GROSSA, HISTORIOGRAFIA E O ENSINO DE HISTÓRIA

Para realização da pesquisa foram selecionadas como fontes documentais, um conjunto de três processos-crime de homicídios de mulheres de diferentes faixas

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



etárias, de acordo com as datas de suas mortes, Rozelmira (09/02/1925), Idalina (27/10/1928), Sophia (04/09/1930). Esses processos-crime fazem parte da Primeira Vara Criminal de Ponta Grossa e estão disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa em História-CPDH⁷, do Departamento de História, da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Sala da documentação Judiciária, Acervo de processos-crime da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa (1884-1986) organizados pelo ano da capa do processo-crime.

Dos processos-crime de homicídios de mulheres verificados, 11 casos foram de homicídios íntimos, cometidos por maridos, amásios e amantes; 2 casos foram de filhas, vítimas de seu próprio pai; e em 2 casos não foi possível identificar os culpados.⁸ Já as duas tentativas de homicídios foram cometidas por maridos contra suas companheiras.

Os três processos-crime de homicídios de mulheres escolhidos, se destacam pela riqueza das narrativas, representações sociais e pela permanência histórica de culpabilização das mulheres pelo seu próprio assassinato. Nas primeiras leituras das narrativas, identificou-se expressões como “uxoricidas”, “mártir do amor”, “legítima defesa da honra”, “perturbação dos sentidos”, entre outras expressões comuns nos documentos. E a violência contra as mulheres presentes nas narrativas dos corpos de delito e denúncias, demonstravam formas de controle do corpo feminino. Para essa seleção foi importante a definição de Joan Scott que diz que “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primeira de significar as relações de poder”, implicando em quatro elementos relacionados entre si: símbolos (Eva, Maria, Lilith); conceitos normativos (doutrinas religiosas, educativas, políticas); relações sociais (de parentesco, econômicas, políticas) e identidades subjetivas. (Scott, 1990)

⁷ Centro de Documentação e Pesquisa em História-CPDH

⁸ Nestes dois casos uma das vítimas foi morta numa ação policial e a outra em um acidente com fiação de rede elétrica na rua.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A autora define as relações sociais de gênero como “construções culturais”, diante disso, os homicídios de mulheres em Ponta Grossa seguem essa teoria na construção da análise dos processos-crime e as representações de poder nas narrativas da época, criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e mulheres. (Scott, 2002)

O texto “Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica” de Joana Maria Pedro (2005), reafirma a discussão de que gênero é uma categoria de conhecimento, em construção pelos historiadores, principalmente nos EUA e no Brasil. Ela vincula o surgimento da categoria de gênero com a luta dos movimentos feministas, durante os séculos XIX e XX, pelos direitos políticos (voto), contra o patriarcado, pela igualdade de direitos, fim da desigualdade, da submissão, da violência, da invisibilidade ideológica, do sexo biológico.

A preocupação de Joana Maria Pedro com as pesquisas historiográficas é se a disciplina de História discute a temática atualmente, ou simplesmente mantém o discurso patriarcal heterossexual.

(...) é necessário pensar que pesquisas estamos fazendo na História. Estamos usando esta disciplina para reforçar a heterossexualidade ao considerá-la como a norma? Como estamos observando os discursos da constituição do Estado? O que é generificado nestes discursos? Quais relações são feminilizadas e quais masculinizadas? (Pedro, 2005, p.92)

A pesquisadora Sueann Caulfield, na obra “Em defesa da Honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)” “pontua a honra sexual e suas representações sociais de gênero, na imposição de valores raciais, culturais e ideológicos. “O tema do livro é a honra sexual e a elaboração de conceitos sobre “nação brasileira”, no Rio de Janeiro, no período que vai aproximadamente do final da Primeira Guerra Mundial até o início do Estado Novo” (Caulfield, 2000, p.26). A autora delineou as questões conceituais de como analisar os processos criminais e a criação dos códigos penais da República, que impuseram moralidade (discussões sobre censura dos jornais e do rádio) à sociedade. Assim, para ela, o modelo republicano com seus novos padrões de modernidade, definiram representações

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



sociais de gênero, por exemplo, que transformaram a mulher moderna “responsável e não vítima” pela violência cometida contra si mesma.

A inserção da temática no ensino de História sobre gênero e violência contra mulheres é uma preocupação da historiadora Angela Ribeiro Ferreira:

Tanto como vítima, quanto como ré, a mulher é estereotipada, ora é desonesta, ora é louca, histérica. A mulher é julgada não só a partir das leis, mas também dos valores machistas que conduzem a sociedade, e como esses valores são mais severos com a mulher, ela acaba por se tornar novamente vítima. Vítima de uma idealização de mulher; e a que não se encaixa nessa representação é colocada à margem, discussão, aliás, presente até os dias atuais. (Ferreira, 2005, p.52)

Paulo Dias Mello e Angela Ribeiro Ferreira (Mello; Ferreira, 2019), debatem sobre a preocupação de como a “guerra das narrativas” tem assumido um papel atuante no ensino de História no Brasil. Uma das intromissões referendadas é a atuação do Movimento Escola Sem Partido, protagonista de uma narrativa de ataque à produção acadêmica da História, a democracia, ao que chamam de ideologia de gênero, e aos movimentos feministas e as próprias mulheres, impondo uma linha moral e religiosa no currículo de História, principalmente a partir da reforma da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2018. Diante desse cenário, a preocupação dos autores com ensino de História é de valorização da formação intelectual e humanística, de identidades múltiplas e políticas para as gerações atuais. Portanto, as discussões sobre violência contra mulheres objetivam pensar nos estudantes em sala de aula. Este pensar no aluno, necessita de um currículo flexível, que permita ao professor selecionar assuntos, procedimentos didáticos e formas de avaliação que melhor se adequem ao contexto escolar. (Mello; Ferreira, 2019)

A produção historiográfica, utilizando os processos-crime como fontes documentais, permite uma viagem no tempo histórico em estudo. As narrativas construídas pelos atuantes nos cargos do poder judiciário possibilitam revisitar padrões de comportamentos sociais e morais de uma determinada época, principalmente das representações sociais aceitas de masculinidades e feminilidades. A subjetividade contida nos processos-crime enriquece o trabalho do historiador,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



revelando dados antes ignorados pela historiografia, pelas contradições dos sujeitos. Nos processos-crime cada sujeito narra os fatos objetivando defender ou acusar alguém de um crime, ou até mesmo em seu próprio favor.

Mariza Corrêa, na obra *Morte em Família: representações jurídicas dos papéis sexuais*, salienta:

Quando um caso está sendo construído, ele está ao mesmo tempo constituindo seu próprio código, delineando seus próprios limites, escolhendo o que não será, o que não pode ser dito, ao mesmo tempo em que o que pode e deve ser dito. Isso significa que, desde o momento em que um caso começa, ele é único. Nesse sentido, os atores jurídicos têm razão ao dizer que cada caso é um caso. Tendo decidido como enquadrar legalmente um caso, os *manipuladores técnicos* utilizam o tempo do processo selecionando e ajustando os elementos das situações, as 'peças' do processo, que mais se adequem à composição da figura desejada, da verdade a ser demonstrada. (Corrêa.1983. p.14)

Assim, as permanências e rupturas históricas são evidenciadas pelas subjetividades da análise do historiador através das "peças" do processo construindo outros olhares interpretativos daquele mesmo caso. "Assim, se queremos saber o que não está dito, temos de olhar para o que foi explicitamente dito, uma vez que as razões silenciadas necessitam do contraste das razões trombeteadas para emergir". (Corrêa,1983)

A autora analisou casos de feminicídios em Campinas de 1952 a 1972 através de processos-crime, utilizando o termo fábula e construtores de fábulas, identidade social, drama social, manipuladores técnicos, normas legais (escritas) e sociais (não escritas) para compreensão dos assassinatos. O homicídio constitui um desdobramento do drama social, as relações entre um casal, embora legalmente prescritas, socialmente serão transformadas de privadas em públicas, levando o Estado, como força reguladora, intervir através dos meios policiais e jurídicos, enquadrado através do Código Penal e do Código Processo Penal. (Corrêa,1983)

Corrêa organizou um quadro elencando o caminho percorrido por um processo-crime em várias instâncias, que perpassa do inquérito policial, vistas ao promotor, denúncia, oitiva de até oito testemunhas de acusação, recebimento da

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



denúncia, citação e interrogatório do réu, alegações preliminares até oito testemunhas de defesa, inquirição das testemunhas de defesa, alegações finais, pronúncia, libelo e júri. Por esse caminho entram em cena os chamados manipuladores técnicos, que caracterizam os atores principais da construção da “fábula”: advogado, promotor e juiz. (Corrêa, 1983)

A autora afirma que os “manipuladores técnicos” têm plena consciência da atuação que realizam no decorrer do trâmite processual, elencando as estratégias que cada um deles desempenham, por exemplo: delegado, advogado, promotor, juízes e jurados. O feminicídio é a última categoria de violência que ocorre com as mulheres, antes de serem mortas elas já sofreram outras violências emocionais, psicológicas, físicas, patrimoniais. Assim, não se pode dissociar a violência contra as mulheres com as relações de gênero e poder, pois a violência é definida como universal e estrutural e fundamenta-se no sistema de dominação patriarcal presente em praticamente todas as sociedades do mundo ocidental. (Colling; Tedeschi, 2019, p.246-247)

A autora Jaqueline Zarbatto categoriza três tipos de feminicídio: íntimo, não íntimo e por conexão.

- a) Feminicídio íntimo: aqueles crimes cometidos por homens com os quais a vítima tem ou teve uma relação íntima, familiar, de convivência ou afins. Incluem os crimes cometidos por parceiros sexuais ou homens com quem tiveram outras relações interpessoais tais como maridos, companheiros, namorados, sejam em relações atuais ou passadas;
- b) Feminicídio não íntimo: são aqueles cometidos por homens com os quais a vítima não tinha relações íntimas, familiares ou de convivência, mas com os quais havia uma relação de confiança, hierarquia ou amizade, tais como amigos ou colegas de trabalho, trabalhadores da saúde, empregadores. Os crimes classificados nesse grupo podem ser desagregados em dois subgrupos, segundo tenha ocorrido a prática de violência sexual ou não.
- c) Feminicídios por conexão: são aqueles em que as mulheres foram assassinadas porque se encontravam na “linha de fogo” de um homem que tentava matar outra mulher, ou seja, são casos em que as mulheres adultas ou meninas tentam intervir para impedir a prática de um crime contra outra mulher e acabam morrendo. Independem do tipo de vínculo entre a vítima e o agressor, que podem inclusive ser desconhecidos. (Zarbato, 2019, p.247)

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Os homicídios de mulheres, no período inicial da República, não recebiam nomenclatura de feminicídio, como é conhecido na atualidade. O homicídio era enquadrado no artigo 294 do Código Penal de 1890, não havia nenhuma diferenciação de gênero.

2. A MORTE DE SOPHIA E AS PERMANÊNCIAS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Um dos casos de feminicídio íntimo é o de Sophia, neste caso, Olegário, seu ex-marido deixou transparecer suas intenções de retomar o relacionamento, pois não estavam convivendo maritalmente há mais de 7 meses, inclusive morando em cidades diferentes. Ele estava em Porto Amazonas, cidade próxima de Ponta Grossa e ela em Castro primeiro e na data do assassinato em Ponta Grossa. No processo-crime está anexado um Telegrama de Olegário a sua companheira,⁹ dois meses antes do assassinato, julho de 1930. No telegrama constam apelações feitas por ele, para que a mesma voltasse ao convívio íntimo. Os apelos emocionais usados por ele envolvem argumentações religiosas, amorosas e mazelas.

O processo-crime foi o primeiro caso identificado no CDPH, dos homicídios de mulheres entre as fontes documentais e por conter uma carta-postal escrita pela própria Sophia e fotografia pessoal, motivou a pesquisa. Sophia tem uma postura diferente das outras mulheres estudadas. Ela mora numa pensão, que chamada pelos homens de “pensão de meretrizes¹⁰” e se apresentou como uma mulher que frequentava bailes e viajava por cidades próximas à Ponta Grossa, como Castro e até a Capital Curitiba. Algumas informações contidas sobre ela no processo-crime são fornecidas por Olegário, seu marido e assassino. Nas primeiras páginas do processo-

⁹Documento anexo Processo-crime Olegário A.S. 1930 cx1 Fls.18

¹⁰afirmação das testemunhas homens no processo-crime.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



crime encontram-se referências a ela como “*decaída Sophia*”, pelo delegado de polícia, com o intuito de desmoralizá-la socialmente, por sua presença em espaços públicos predominantemente masculinos.

Morta no dia 4 de setembro de 1930, na rua Sant’Anna número 15, com quatro tiros de arma de fogo. A primeira testemunha a depor na Delegacia, Hercília, dona e residente no local onde Sophia foi morta, em seu relato deixa claro que Sophia tinha medo de Olegário por estar “*muito armado*” e insistir em manter contato. No seu relato fica claro que Olegário procurou por Sophia na pensão em diversos momentos no dia do assassinato. Entretanto, Hercília não fez menção alguma sobre a pessoa de Sophia, a quanto tempo ela encontrava-se residindo naquele local e se outras mulheres moravam no local além de Sophia.

Olegário pediu para fazer um novo depoimento no mesmo dia do crime, portanto, prestou dois depoimentos no mesmo dia com narrativas diferentes, demonstrando negar o crime cometido e desmoralizar a vítima com declarações confusas, entrando em cena seu advogado de defesa, usando das suas estratégias para construir a defesa.

Suean Caulfield aponta que “a honra sexual e suas representações sociais de gênero” são muito importantes “na imposição de valores raciais, culturais e ideológicos” como os que são possíveis de ser identificados nos processos-crime analisados nesta pesquisa, nas primeiras décadas do século XX. (Caulfield, 2005, p.26)

Caulfield delineou as questões conceituais de como analisar os processos criminais e a criação dos códigos penais da República, que impuseram moralidade (discussões sobre censura dos jornais e do rádio) à sociedade. Assim, para ela, o modelo republicano com seus novos padrões de modernidade, definiram representações sociais de gênero, por exemplo, que transformou a “mulher moderna”, “responsável e não vítima” pela violência cometida contra si mesma.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



No segundo depoimento de Olegário, ele fala de dados sobre a vida de Sophia fora do casamento, histórias que causam nele descontentamento, ou seja, ela questiona o poder patriarcal, e fere a honra masculina. O réu argumenta no depoimento que esses comportamentos de Sophia o levaram a agir com violência e ódio ao ponto de matá-la, ou seja, culpabilizar a própria vítima para atenuar sua atitude delituosa. A narrativa levou em consideração o “desgosto” pela presença de Sophia em lugares considerados inadequados para uma mulher.

No primeiro depoimento de Olegário na Delegacia de Polícia, afirmou que não era culpado pela morte de Sophia e não sabia sobre o ocorrido, que um padeiro que lhe contou que ele tinha assassinado a esposa, que estava sofrendo de *agitação nervosa* e não se recordava do que havia feito contra Sophia. Alegou que pediu para Sophia abandonar aquela péssima vida que estava levando e voltasse para sua companhia, pois a amava.

Guaracira Lopes Louro trata das definições de poder e biopoder de Foucault, como uma “rede capilarmente” que faz parte de toda sociedade, em variadas direções estrategicamente (Louro, 1997, p.38). No depoimento de Olegário na Delegacia de Ponta Grossa, ficam perceptíveis essas “manobras, as táticas, as disposições, as técnicas, os funcionamentos” sendo usadas na construção de efeitos das relações de poder. (Louro, 1997, p.38)

Em seu depoimento na Delegacia Olegário afirmou que estava de passagem pela cidade de Ponta Grossa, simplesmente para pagar uma dívida com alfaiate, que encontrou sua esposa Sophia e com ela tomou “gasosa”. Além disso, esteve em locais públicos para garantir um certo prestígio social, como Jockey Clube, Quartel da Força Militar, Estação Ferroviária e Pensão de Leonor.

Os três discursos atribuídos a Olegário, (o telegrama, o primeiro depoimento e o segundo depoimento na delegacia) fazem pensar como o agressor tentou controlar e cercear a liberdade da mulher Sophia, com todas as tentativas de manipulação possíveis, sempre alegando amor e paixão por ela, e quando percebe que não vai

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



fazê-la voltar a seu domínio, ele a mata. As manipulações entram em cena para se adequar às brechas do Código Penal de 1890, são utilizados elementos como violenta emoção e paixão, movidos pela excepcionalidade do momento, e a perturbação dos sentidos, ciúmes e domínio do corpo de Sophia. Olegário, afirmou que Sophia recebeu telegrama de outro homem de Castro e diante da proposta de ir morar com ele ficou nervoso e que não recordava mais o que aconteceu.

A necessidade masculina de destruição da beleza do corpo feminino. Isso poderia ocorrer por dois motivos: quando numa lesão corporal, para garantir a permanência dessa mulher no lar retirando dela o artifício da sedução que poderia facilitar a traição; quando num feminicídio, demonstrando que a beleza sedutora era a causa do crime por tê-la conduzido aos braços de outro. A paixão pelas peças processuais, como sentimento incontrolável de fúria diante do rompimento do elo amoroso, passou a eximir os casos de homicídios femininos diante do Código Penal de 1890. (March, 2015)

O controle da mulher e de seu corpo nas peças do processo-crime no caso da morte de Sophia ancorou-se nas narrativas da normalização da violência e culpabilização da vítima e na impunidade pelas alegações de agitação nervosa.

Caulfield (2005) afirma que o Código Penal de 1890 negou ao homem o direito tradicional de defender a honra da família por meio do assassinato da mulher adúltera. Entretanto, os juristas, utilizando-se de doutrina clássica¹¹ ou positiva¹² daquela

¹¹Os juristas reformadores do início do período republicano no Brasil, assim como muitos de seus pares europeus, pretendiam mudar um conjunto de princípios jurídicos que haviam sido herdados do auge do liberalismo do início do século XIX. A influência da “escola clássica”- termo que englobava os princípios básicos do pensamento jurídico iluminista, como a igualdade dos indivíduos perante a lei, o livre-arbítrio, a responsabilidade moral e a punição fixa e proporcional ao crime- representava, para a autopromulgada “nova geração” de juristas do final do século, a fase inicial do progresso nacional.(Caulfield, 2005, p.57)

¹²Apesar das enormes diferenças entre esses especialistas,(juristas brasileiros adeptos da filosofia positivista comtiana) coletivamente identificados no Brasil como a Escola Positiva ou a Nova Escola do Direito Penal, todos trabalhavam para aplicar os novos conhecimentos das ciências biológicas e humanas ao direito, insistindo nas diferenças inerentes aos indivíduos. Eles produziram uma enorme gama de critérios psicológicos, sociológicos e fisiológicos para classificar criminosos e “individualizar”

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



época, encontravam brechas no artigo 42, parágrafo 3 do mesmo código, o atenuante da legítima defesa “da própria pessoa”, que garantia a “defesa da honra”. Os assassinos de mulheres, tinham seu comportamento criminoso legitimado pelo chamado “crime passional”, paixões-amor e a honra - provocavam fortes emoções, “paixão cega” que os faziam perder a racionalidade por decepção amorosa. “Seguindo essa lógica o código penal brasileiro perdoava aqueles que agiam em estado de completa privação dos sentidos.” (Caulfield, 2005)

Olegário usou o amor por Sophia, *que “causa agitação nervosa”*¹³ como justificativa para o crime. Ele foi inocentado por unanimidade no Tribunal do Júri, alegando que estava “em estado de completa privação dos sentidos”. O controle da mulher e de seu corpo nas peças do processo-crime no caso da morte de Sophia ancorou-se nas narrativas da normalização da violência e culpabilização da vítima e na impunidade pelas alegações de agitação nervosa. O processo-crime termina com a Certificação do Escrivão do alvará de soltura de Olegário, em 30 de setembro de 1931 e com a palavra “Arquivado”. Fica evidente que mesmo o Promotor e o Supremo Tribunal do Paraná tendo afirmado que essa alegação era inválida, o corpo de jurados pontagrossense confirmou o mesmo resultado anterior, concedendo liberdade a ele. O promotor ironiza e chama Olegário de “mártir do amor”, concluindo que o réu era um criminoso que “não distingue o amor do ódio, o mártir do algoz e o heroísmo da covardia,” portanto, deveria ser processado. Ao mesmo tempo, em que a fidelidade feminina exigida e a posse do corpo da mulher se mantêm, pela narrativa da perturbação dos sentidos acometidos pela traição, ciúme ou negação da convivência pela mulher.

as penas conforme as características de cada um, rejeitando os princípios clássicos do livre-arbítrio e da responsabilidade penal.(Caulfield, 2005, p.70)

¹³Palavras de época usadas no documento.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Sophia, ao expressar seus sentimentos de negação a Olegário no telegrama, anexado ao processo-crime transpareceu sua repulsa ao usar o termo “nego sujo”, levantando a hipótese de racismo, pelo fato de ter sobrenome europeu e Olegário ter declarado ser pernambucano, brasileiro. Ela também declara ter muitos amantes para satisfazerem seus desejos carnis, portanto sua “morte justificada,” a posse de seu corpo somente cabia a Olegário seu legítimo marido.

O diálogo com as fontes caracteriza-se como favorável para o desenvolvimento do pensamento histórico na compreensão das permanências das representações de gênero, que ainda levam a sociedade a compactuar com a violência contra as mulheres. A violência contra as mulheres nunca cessou, e os dados atuais demonstram a perpetuação da violência. As mudanças nas leis de punição no Brasil caminham entre as mais avançadas internacionalmente, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio. Entretanto, há necessidade de mudanças nos padrões de comportamentos sociais para combater os estereótipos machistas e violentos e de inferiorização das mulheres. Em 37% dos feminicídios consumados detectados em 2023 tinham como suspeito um marido, namorado ou companheiro, e em 24,3% dos casos o suspeito era um ex-marido, ex-namorado ou ex-companheiro. Em 24,5% dos casos as notícias não relataram qual era o vínculo entre vítima e agressor ou a autoria era desconhecida.”(Informe Feminicídios no Brasil, 2023, p.28) Dentre as vítimas de feminicídio em 2023, das 1706 mulheres 400 delas eram mães e seus filhos eram dependentes, perfazendo um total de 692 crianças, média de 1,73 por vítima. E 41 mulheres estavam grávidas.(Informe Feminicídios no Brasil, 2023, p.23-24)

A aprovação recente do projeto da Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva alterou a Lei do Feminicídio 13.104, de 9 de março 2015 e a Lei Maria da Penha de 2006, para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e a de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Essa alteração é um marco histórico para as mulheres e para os movimentos feministas na luta pelos direitos das mulheres. Os avanços na legislação são essenciais e associadas a via da educação e prevenção, as conquistas acarretarão mudanças concretas para a igualdade e equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília-DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília-DF, jan. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em: 15 mar 2024.

BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. **Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília-DF, ago. 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 15 mar 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Brasília-DF, dez. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 15 mar 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília-DF, mar. 2015. Disponível em: 170

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20152018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 15 mar 2024.

CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (organizadores) **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados MS. Editora Universidade Federal de Dourados, 2ªEd, 2019.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. **O ensino da história e os estudos de gênero na historiografia brasileira. História e perspectivas**. Uberlândia, v.53, n.1, p. 295-314, jan./jun. 2015.

FAUSTO, Bóris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Angela Ribeiro. **Representações da história das mulheres no Brasil: em livros didáticos de história**. Ponta Grossa, 2005, 146f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

FERREIRA, Angela Ribeiro; MELLO, Paulo Eduardo Dias de. **Ensino de História em tempos reacionários: das “ilusões” das prescrições à realidade das proscritões**. In.: MORETTO, Samira P.; OLIVEIRA, Núcia Alexandra S. (org.) **Desafios e resistências no ensino de História**. São Leopoldo: Oikos, 2019.

_____. **BNCC DE HISTÓRIA NO PARANÁ: O Novo Ciclo Autoritário de política Curricular**. Ponta Grossa, 2019.

FERREIRA, Helder Rogério Sant’Ana. **Violência e segurança pública em 2023 : cenários exploratórios e planejamento prospectivo** / Helder Rogério Sant’Ana FERREIRA, Elaine Coutinho Marcial – Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/114/violencia-e-seguranca-publica-em-2023-cenarios-exploratorios-e-planejamento-prospectivo>. Acesso 25 maio 2025..

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em:

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

Acesso em: 25 maio 2025.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



LOURENÇO, Elaine; RIBEIRO, Fábila Barbosa; SQUINELO, Ana Paula; FERREIRA, Angela Ribeiro Ferreira; CAIXETA, Vera; [organizadoras] **Diversidade, equidade e ensino de história.** São Paulo : Guarulhos : Universidade Federal de São Paulo, 2023.

PEDRO, Joana Maria. **Translating the debate: the usage of gender category in the historical research.** História, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade,** Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan W. **Os usos e abusos do gênero.** Tradução: SOARES, Ana Carolina E. C. Projeto História, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012.

TEDESCHI, Losandro A. **O ensino da história e a invisibilidade da mulher.** História Unisinos, UFPB, v. 04. 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil.** 1ª edição. Brasília, 2015.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. **As estratégias do uso do Gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras.** Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.4, nº8 jan-jun, 2015.p.49-65.

<https://sites.uel.br/lesfem/> Acesso em 22 de agosto de 2025

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm . Acesso em 22 de agosto de 2025.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O ENSINO DE HISTÓRIA, A PEDAGOGIA CIDADÃO NAÇÃO E A (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PARANAENSE

Tiago Suchecki¹

¹ Mestre em História pela UEPG. Doutorando em Ensino de História pela UEPG

Este trabalho é fruto de leituras, discussões e problematizações realizadas na disciplina de História do Ensino de História, ministrada pelo professor Paulo Eduardo Dias Mello, no Programa Nacional de Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, ofertado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

O texto foi dividido sistematicamente em duas partes, a primeira sendo implicações mais teóricas, acerca da historicidade do ensino de história no Brasil, ligada com a pedagogia de Estado Nação, que utiliza o ensino de história para subsidiar demandas e disputas identitárias que acompanharam a história brasileira, tudo isso em um processo de longa duração não linear¹⁴. A segunda é pensada no contexto regional do Paraná e a construção da identidade paranaense realizada pelo movimento paranista, compreendendo como estas representações ecoam até hoje no sistema de ensino público ofertado no estado.

Neste sentido, o trabalho está alinhado ao campo da didática da história, refletindo a utilização do ensino de história como mecanismo para a formação de uma identidade aliada aos interesses políticos, em diferentes contextos. Contribuindo assim para pensar as discussões historiográficas de Circe Bittencourt, sobre

¹⁴ Segundo o historiador Paulo Eduardo Dias Mello (2020) “É importante que se entenda que o processo de disciplinarização, ou a constituição da História como disciplina escolar deve ser entendido como um processo complexo de longa duração, não linear e permeado de confrontos e contradições, de constituição, legitimação e consolidação de um corpo dinâmico de saberes a serem ensinados nas escolas, que se articulou à ciência de referência – História científica”.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



identidades e ensino de história no Brasil, em âmbito regional, tendo em vista o ensino de história no Paraná e seus desdobramentos na atual conjuntura.

1. A LONGA DURAÇÃO DA PEDAGOGIA ESTADO NAÇÃO

Tendo por base o conceito de longa duração, proposto por Fernand Braudel, que dispõe o tempo das estruturas, analisaremos como fluiu a pedagogia cidadão nação na história do ensino de história brasileiro e como esta esteve associada às disputas identitárias. Lembrando que quando falamos de longa duração não significa que as coisas acontecem de forma homogênea e estáticas, visto que há mudanças pequenas e lentas que perpassam pelos fios dos séculos.

A partir da concepção do estado moderno, nossas análises iniciam com a independência do Brasil em 1822. Com um território e um povo, o império preocupado em forjar súditos para consolidar o estado, percebia a importância da construção de uma identidade nacional. Para subsidiar esta demanda adotou um conjunto de estratégias, entre as quais está o ensino, mais especificamente o ensino de história, para criar os heróis e uma narrativa que gerasse um sentimento de orgulho e pertencimento.

O ensino de história possui uma relação intrínseca com o ano de 1838, em função da ligação entre a estruturação do colégio Pedro II e a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Estas instituições foram importantes para a consolidação da autonomia da história enquanto disciplina a ser ensinada.

O colégio Dom Pedro II, no qual funcionava o ensino secundário, foi o primeiro a incluir estudos históricos em seu currículo, criado pelo imperador se consolidou como o exemplo padrão para o ensino brasileiro. Segundo Elza Nadai (1993), o currículo adotado no colégio teve por base o modelo francês, priorizando a história ocidental, as biografias de homens ilustres, a valorização de datas e batalhas. Cabe-se ressaltar que o IHGB foi fundado em outubro de 1838, com inspiração nos círculos

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



de sociabilidades francês, mais especificamente o *Institut Historique de Paris* – IHP, fundado em 1834, que concebia a religião e a moral como instrumentos essenciais para o enfrentamento dos problemas sociais.

A historiadora Circe Bittencourt (2007), corroborando com Elza Nadai, interliga o início do ensino de história no Brasil ao modelo francês, sob a hegemonia cultural europeia, principalmente com a manutenção do cristianismo.

A cronologia seguia a lógica da organização dos conteúdos de história sagrada: tempos primeiros do antigo testamento correspondiam ao período da colonização entendida como a preparação para a grande momento da libertação; a chegada do messias e sua vida expressa no Novo Testamento teve como correspondente a Independência como o consequente surgimento do estado-nação (Bittencourt, 2007, p. 38).

Neste sentido, de acordo com a autora, a história estava comprometida em forjar uma identidade com o cristianismo da Igreja Católica, na formação de jovens das elites que frequentavam as escolas e aulas.

O IHGB forneceu a base para a história nacional, interligada com a questão identitária, focava-se na importância dos portugueses na colonização e catequização dos indígenas, na proclamação da Independência, nas guerras de resistência contra os franceses e holandeses (ambos protestantes), ou seja, a história do que era tido como heróis da nação, os grandes feitos e datas. O próprio Imperador Dom Pedro II, fazia parte do IHGB, além de financiá-lo, visto que a instituição atendia seus interesses relacionados na construção de uma identidade nacional.

Os professores naquele período eram bacharéis, médicos, poetas, romancistas e engenheiros, todos membros do instituto, quem além de ministrarem aulas de história eram responsáveis por produzir o material didático utilizado, como os compêndios¹⁵. Toda essa conjuntura, trazia no ideário identitário que ser brasileiro é

¹⁵ Um compêndio é uma síntese, um resumo de determinado assunto. Nesta época, em meio a perspectiva de uma história universal, eram produzidos compêndios de história que se tornaram manuais de ensino.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ser branco e pertencente a cultura europeia, neste sentido questões como a escravidão eram naturalizadas e justificadas religiosamente, a igreja era concebida como a salvadora das almas e os que resistiam a este processo eram inimigos da cristandade.

Podemos aferir isso a partir de um dos primeiros compêndios publicados sobre a história do Brasil, em 1843, pelo general José Inácio de Abreu e Lima, um material que sofreu críticas do historiador Adolpho Varnhagen, ambos eram membros do IHGB, contudo Varnhagen criticava o general por considerar os indígenas como brasileiros. Segundo Bittencourt (2007, p. 37), a crítica se deu “pela concepção de povo brasileiro que predominava: são os brancos e seus descendentes, evitando admitir a condição de mestiçagem dessa população nacional”.

Com a Proclamação da República em 1889, apesar de uma nova configuração política, pouca coisa mudou no ensino de história, a pedagogia cidadão nação do império se reforça ainda mais, apenas deixando o viés monarquista e assumindo a identidade republicana. Essa mudança na identidade flui por toda a sociedade, alterando o nome de ruas, praças e espaços que outrora homenageavam “heróis” interligados à monarquia, dão lugar aos símbolos e nomes dos “heróis” republicanos, como Tiradentes e José Bonifácio.

De acordo com Nadai (1993, p. 147), com a república havia uma preocupação com a reestruturação do ensino, levando em consideração “regimes de conquistas, guerras defensivas, a indústria e as biografias dos ocidentais notáveis”. No campo dos estudos a inserção da disciplina “Educação Cívica Moral e Pátria”, em que os estudantes deveriam estudar sobre biografia de brasileiros célebres, notícias do Brasil colonial, imperial e a Proclamação da República.

Em um contexto histórico que a França se tornava hegemônica, na *Belle Époque*, pelo progresso científico e moderno, ser civilizado era seguir este modelo. Percebemos que o Brasil influenciado mais uma vez pela França, inicia um processo de modernização e regeneração dos espaços que eram coloniais, principalmente no

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Rio de Janeiro, que era a capital do Brasil. Movimentos como “bota abaixo”, realizado pelo prefeito Francisco Pereira Passos, expulsavam as pessoas mais pobres dos cortiços, para a construção de avenidas, praças e prédios, cuja arquitetura inspirava-se nas construções francesas.

A Belle Époque tropical¹⁶, buscou europeizar hábitos e costumes brasileiros, deste modo, os negros, ciganos, caipiras eram vistos como “degenerados”. Como exemplo podemos citar os sertanejos nas Guerras de Canudos e Contestado, que apesar de estarem geograficamente distantes, denunciavam os problemas da primeira república, sendo considerados pelo governo como “revoltosos” e “fanáticos”. Ou ainda na literatura de Monteiro Lobato, que cria o personagem “Jeca Tatu”, considerando o caboclo como um “verme”, que “não produz nada”.

Em meio a esta conjuntura, buscou-se a construção de um novo currículo em que a história do Brasil era homogeneizada, colocando em voga a ideia de civilidade em uma perspectiva eurocêntrica. Na qual os indígenas e africanos eram identificados com similaridades europeias, a ideia da miscigenação defendida por Gilberto Freyre. Essa perspectiva do branqueamento social tinha fortes ligações com as ideias de eugenia que circulavam no Brasil. Segundo Nadai (1993, p. 150), o discurso republicano foi fundamentado em uma sociedade irreal “mascarando as desigualdades sociais, dominação oligárquica e ausência de democracia social”.

Na chamada Era Vargas, a história continua sendo utilizada da pedagogia cidadão nação, pensando a formação do patriotismo e pensamento político autoritário, principalmente para justificar o Estado Novo de Vargas. Neste período histórico percebemos similaridades com Stalin, Mussolini e Hitler, que utilizavam a educação para autopromoção de suas imagens como líderes fortes e heróis de seus

¹⁶ O marco inicial da Belle Époque brasileira pode ser colocado em 1889 com a Proclamação da República, mas apenas com o governo de Campos Sales (1898- 1902) e a sua reforma federalista – que deu mais estabilidade política e econômica ao Brasil – que a elite brasileira moderna das principais cidades realmente começou a se formar. Percorrendo o começo do século XX até a Semana de Arte Moderna de 1922, esse período foi marcado pelo recorrente esforço dessas elites de se modernizarem perante o mundo e com inspirações principalmente francesas (Lima, 2017, p. 5).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



respectivos governos. Aliado a isto, havia as discussões sobre a didatização da história na década de 30, sobre ensinar história relacionando com o presente e o método biográfico. Conforme ressalta a historiadora Maria Auxiliadora Schmidt:

as instruções metodológicas de História sugeridas em 1931 revelam uma tentativa de renovação metodológica do ensino, particularmente no que se refere às sugestões de procedimentos técnicos que o professor deveria utilizar para motivar o aluno, ressaltando e valorizando alguns aspectos, como a necessidade da relação dos conteúdos com o presente; a utilização do método biográfico (vida de grandes homens, heróis e condutores de homens, estudados somente a partir de sua inserção nos contextos da sociedade em que viveram) (Schmidt, 2012, p. 81).

Críticas são tecidas a este modelo de grandes heróis, e com influências marxistas começa-se olhar para uma história dos operários, contudo mesmo que renovada continuava tradicional e eurocêntrica. Em meio a Ditadura militar a história sofreu ataques significativos, na tentativa de minimização deste conhecimento, interligando-o a Geografia e a Sociologia no que ficou conhecido como Estudos Sociais. De acordo com Schmidt (2012, p. 85) “foi o regime militar, no governo do general Emilio Garrastazu Médici, que impôs a lei n. 5.692, de 1971, na qual o ensino de Estudos Sociais foi compulsoriamente tornado obrigatório e estendido para as oito séries do antigo Primeiro Grau”. Que posteriormente com o parecer de número 853/71, passou a ser estendido ao Segundo Grau, impondo os estudos sociais como matéria.

Os estudos sociais valorizavam temas como pátria, nação, igualdade, liberdade e os “heróis nacionais” em uma perspectiva que legitimava o poder do governo ditatorial vigente e da classe dominante. Segundo Mello (2020), o conteúdo dos estudos sociais manteve-se fundamentalmente político, factual e cronológico, enaltecendo eventos considerados importantes para o regime autoritário.

Outras disciplinas serviam de base para a legitimação do regime, como Educação Moral e Cívica, que enfatizava a obediência e o respeito à ordem, de maneira ufanista, perseguindo professores e estudantes que divergiam do modelo.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Em meio a censura da Ditadura, o viés marxista cresce, pensando nas lutas e resistências do povo brasileiro, o que vai se desdobrar nas influências e inspirações da nova esquerda inglesa atreladas ao retorno da disciplina história, no fim do regime ditatorial. Em que se pensava uma educação mais plural, uma escola para todos, mudando o viés de uma identidade nacional, para as identidades presentes na nação, considerando o lugar de pertencimento do indivíduo, demandas de gênero, religião, classe e etnia.

Estabelecendo uma relação dialógica entre o nacional e o regional. Segundo Bittencourt (2007, p.49), “a valorização da história regional explica-se pela possibilidade de oferecer para a percepção da configuração e da transformação social do espaço nacional, uma vez que a historiografia nacional trata das semelhanças, enquanto a regional trata das diferenças e da multiplicidade”. Segundo a historiadora, as abordagens de história regional vão ganhando força diante do esgotamento das macroabordagens.

Neste contexto de debates sobre a pluralidade da história, ganha força e se consolida na efetivação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996, e posteriormente em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, que priorizavam na história o ensino local articulado com a história do Brasil e a história geral.

Entretanto, ao analisar a produção historiográfica e os materiais utilizados, pode-se constatar influências dos velhos modelos de história oficial, enraizados no ensino de história. Conforme Bittencourt aponta,

as abordagens sobre a história do ensino de História, relacionadas à produção historiográfica, permaneceram centrando-se nos estudos sobre os problemas relativos à História do Brasil, seus mitos e heróis. Os referenciais teóricos se pautam na historiografia, associando-se, entretanto, com maior destaque, à produção didática de determinados autores aos seus trabalhos como historiadores pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (Bittencourt, 2011, p. 92).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Em face dos dados apresentados podemos compreender o ensino de história em uma perspectiva de longa duração, sob a égide da pedagogia cidadão nação, à medida que o ensino de história estava associado a demandas sociopolíticas e culturais, principalmente relacionadas ao conceito de identidade. A identidade brasileira na monarquia, para conter os movimentos separatistas e a unidade nacional; a identidade republicana, na alternância de um sistema político para outro, com os novos heróis; a Identidade na Era Vargas e na Ditadura Militar, cujo ensino era utilizado para legitimar os governos vigentes; ou na redemocratização com as novas demandas identitárias.

Todavia, cabe ressaltar que a história do ensino de história no Brasil não aconteceu de uma forma linear, mas sim marcada por constante disputas na construção dos currículos até mesmo no ensino prático, tal como é atualmente, pois não existe história sem disputas. Cabe mencionar ainda que a história não é a única disciplina destinada a forjar o sentimento nacionalista, outras também desempenharam esse papel como a geografia, língua portuguesa e a disciplina Educação Moral e Cívica.

2. (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PARANAENSE

O Paraná possui uma história longa, assim como o Brasil, contudo tomaremos como ponto de partida em nossa análise o período de emancipação política, tendo em vista a sistematização do ensino de história paranaense enquanto disciplina. Após diversas “batalhas” em âmbito parlamentar, sobre os limites e as vantagens e desvantagens do desmembramento da província de São Paulo, foi aprovado a emancipação em 2 de agosto de 1853, tornando o Paraná a mais jovem província do império, a instalação foi feita em 19 de dezembro de 1853, tomando posse como o primeiro presidente de província o político Zacarias de Goes Vasconcelos (Wachowicz, 2002, p. 119 – 120).

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Segundo Corrêa a emancipação política do Paraná,

foi o resultado da pressão política local e de um conjunto de interesses do Império, que precisava assegurar sua unidade territorial evitando que os paranaenses se aliassem a outros estados descontentes com a condução do regime. Além disso, este evento é importante para compreender as configurações do poder local e as teias de interdependência com o alto escalão da política nacional (Corrêa, 2006, p. 15).

Neste sentido Corrêa considera a emancipação política um movimento local: conservador, à medida que os interesses econômicos da nascente economia do mate eram travados pelos obstáculos da província de São Paulo; e liberal, visto que muitos revoltosos simpatizavam com os revoltosos gaúchos e os liberais paulistas, negociando apoio ao governo em troca da emancipação.

Alguns autores inclusive ressaltam a ideia de um “vazio demográfico”, considerando que não havia pessoas naquela região, sendo a emancipação importante para promover a ocupação do território.

A província era nesse momento, do ponto de vista humano, um ilimitado deserto, interrompido irregularmente por dezenove pequenos oásis, situados a distâncias imensas um dos outros - e distâncias literalmente intransponíveis, pois, além dos "caminhos históricos", que iam revelar dentro de pouco não serem "caminhos econômicos", nada existia que pudesse prenunciar uma rede qualquer de comunicações. (...) Em compensação, na maior parte do território o vazio era absoluto: eram os "campos gerais", era a floresta, era a Serra do Mar (Martins, 1989, p. 64).

No trecho acima Wilson Martins, destaca que no momento da emancipação política do Paraná, a maior preocupação do primeiro presidente da província Zacarias de Goes e Vasconcellos, era lidar com o “ilimitado deserto” ou “vazio absoluto”. Contudo a historiografia atual, questiona essa ideia de “vazio demográfico”, à medida que aponta a presença dos povos indígenas há pelo menos 9.000 a 12.000 anos antes do presente (Mota, 2008).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Após a emancipação, os intelectuais, literatos e artistas plásticos, se debruçaram na construção de uma identidade paranaense, em contraposição a outras regiões do país, surgindo um movimento denominado como paranismo. O principal personagem deste movimento foi o intelectual Alfredo Romário Martins, que define assim

Paranista é simbolicamente aquele que em terra do Paraná lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore (Martins, 1948, p. 38).

O termo possui uma relação afetiva, um sentimento de pertencimento, de apego e afeição ao estado do Paraná. Se difundindo ainda mais quando Martins fundou o Centro Paranista em 1927. Segundo Peters (2005, p.267) “a criação de uma identidade regional para os paranaenses já fazia parte da intelectualidade, tendo sido incentivada pelo pioneirismo dos imigrantes europeus que chegavam para edificar uma pátria ideal”.

Partindo deste pressuposto a narrativa sobre a história do Paraná vai ser tratada como viés do imigrante europeu construtor do Paraná, responsável pelo progresso e a modernidade. A República teve grande papel neste sentido, houve a necessidade de apresentar o país rumo à industrialização, além de criar uma identidade nacional, constituindo imagens de “heróis nacionais” com intuito de produzir um certo orgulho e o sentimento de pertença.

Romário Martins em seu livro *História do Paraná* (1899), considerado uma das obras fundadoras da historiografia paranaense e do ensino de história do Paraná, realizou uma representação do paranaense como sendo a soma das heranças luso-brasileira com o índio romantizado da literatura, eleitos os seus “ancestrais fundadores”. Portanto, nessa “miscigenação positiva do herói português com o índio romântico, o africano seria eloqüentemente esquecido” (Camargo, 2007, p. 12).

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Neste sentido houve uma romantização do indígena e um apagamento da história negra na identidade paranaense. Cabe mencionar que o cientificismo do século XIX, eurocêntrico e racista, considerava o indígena e o negro como “raças inferiores”, cujos “defeitos” eram transmitidos biologicamente. Nessa configuração “civilizatória”, em uma perspectiva evolucionista da antropologia cultural, buscava-se o branqueamento da população.

Na mesma linha de pensamento Wilson Martins na obra *Um Brasil diferente* (1955), já citada, elenca o Paraná como um pedaço da Europa no Brasil, à medida que considera o estado paranaense como um local sem escravidão e preconceitos, diferente do restante do país. Sendo o Paraná um exemplo da “democracia racial” apresentada por Gilberto Freyre na obra *Casa Grande e Senzala* (1933).

Contudo Geraldo Camargo problematiza essa concepção de branqueamento da identidade paranaense,

Em 1899, Romário Martins afirma na sua História do Paraná que “a população negra e mestiça de negro nunca foi numerosa no Paraná”. Isto é desmentido por trabalhos posteriores que demonstram que a participação “de escravos, índios e africanos, e seus descendentes foi bastante significativa na formação do efetivo populacional do Paraná, tendo persistido durante largo período, imprimindo a essa população as mesmas características do modelo clássico de formação da população brasileira” (Camargo, 2007, p. 50).

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná - IHGPR, em 1900, não dissociou do IHGB e da política nacional e nacionalista. Com o intuito de formar uma identidade paranaense, foi uma das bases do movimento paranista. Os historiadores Antonio Paulo Benatte, Maria Julieta Weber Cordova e Cesar Leonardo Van K. Saad, publicaram conjuntamente o texto “A construção de um lugar: o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) e a historiografia tradicional paranaense”, o qual faz importantes reflexões sobre o papel da instituição na formação da

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



identidade regional do Paraná. Uma identidade a partir da perspectiva da elite ervateira paranaense.

Nesse contexto, a heroicização dos personagens históricos (os 'grandes vultos'), os mitos da 'conquista pacífica' do território, da 'ocupação harmoniosa', do 'vazio demográfico', etc. são construções historiográficas que reforçam determinadas perspectivas ideológicas de leitura do passado. Como não existem regiões naturalmente dadas, mas historicamente construídas, a escrita da história regional, mediante práticas, discursos e representações, participa ativamente desse processo (Benatte; Cordova; Saad, 2017, p. 273-274).

Tais representações do movimento paranista aliado ao IHGPR, criam os heróis paranaenses e os símbolos de pertencimento. Para solidificar uma identidade regional, se utiliza de espaços de memórias, como museus, praças, nome de ruas e escolas, para vislumbrar bustos, nomes de políticos, figuras da elite ervateira, ou ainda os elementos estéticos da geografia regional, como a pinha, o pinhão, a araucária e a gralha azul.

Essa influência é vista no campo educacional por meio dos trabalhos de Romário Martins, Sebastião Paraná, Rocha Pombo, Cecília Westphalen, Luiza Pereira Dorfmund, Enói Renée Navarro Swain, Maria Auxiliadora Schmidt. Seja pelo conteúdo ou pela estética, o paranismo se reinventa e está presente inclusive atualmente.

Neste ano de 2025, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED/PR, disponibilizou pela primeira vez para todos os estudantes da rede pública estadual um *kit* com materiais escolares, conforme podemos observar na imagem 1.

IMAGEM 1 - MATERIAL ESCOLAR DISPONIBILIZADO PELA SEED/PR

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Fonte: Acervo do autor.

Na fotografia podemos verificar que as imagens contidas nas capas do caderno trazem elementos estéticos do paranismo. Além disso podemos observar a continuidade desta estética na política de plataformação neoliberal do estado, com a presença de uma gralha azul como mascote da prova SAEB. Esses mecanismos são divulgados por um aparelho tecnológico conhecido popularmente como *educatron*, compostos por *smart TV* de 43 polegadas, computador, *webcam*, microfones, teclado com *mouse pad* e pedestal regulável. Tal aparelho é de uso obrigatório nas salas de aulas, para registro das chamadas, conteúdo e utilização na aula. Por meio dele a SEED/PR consegue monitorar e obter dados através de uma inteligência artificial denominada *Power BI*, também consegue disseminar conteúdo no *layout* inicial do *educatron*.



IMAGEM 2 - GRALHA AZUL



Fonte: Acervo do autor (2025)

IMAGEM 3 - GRALHITO



Fonte: Acervo do autor (2025)

A imagem 2 ilustra um mecanismo de interação com os estudantes, para acertarem que animal está projetado na imagem, posteriormente na imagem 3 podemos observar que após um mecanismo de interação com os alunos o nome escolhido para a gralha azul foi “gralhito”.

Em suma, o paranismo ou neoparanismo está presente no estado do Paraná com desdobramentos no ensino até na atualidade, o que deve ser problematizado à medida que o movimento não se limita a meros elementos estéticos, visto que estes símbolos representam discursos que produzem uma identidade europeia e por conseguinte invisibilizam, apagam e diminuem outros agentes da história paranaense. Tal tema ainda carece de estudos e problematizações tanto no campo da história como fora dele.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Referências

BENATTE, Antonio Paulo; CORDOVA, Maria Julieta Weber; SAAD, Cesar Leonardo K. **A construção de um lugar: o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) e a historiografia tradicional paranaense.** In: FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (orgs). Os Institutos Históricos e Geográficos: nação e região na historiografia brasileira. Campinas: Pontes Editores, 2017.

BITTENCOURT, Circe. **Abordagens históricas sobre a História Escolar.** Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 83-104, jan./abr., 2011. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/edu_realidade/> .

BITTENCOURT, Circe. **Identidades e ensino da história no Brasil.** In: CARRETERO, Mario; Rosa, Alberto; GONZÁLEZ, María Fernanda, org.. Ensino da história e memória coletiva, Porto Alegre: ARTMED, 2007.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais: a longa duração.** In: Escritos sobre a história. 2, ed. São Paulo: Perspectiva, 2005

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. **Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953).** Tese (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2007.

CORRÊA, Amélia Siegel. **IMPrensa E POLÍTICA NO PARANÁ: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX.** Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

LIMA, N. D. C. **A Belle Époque e seus reflexos no Brasil.** Anais da Semana de História, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/23114>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MARTINS, Romário. **Paranística.** A divulgação. Curitiba: Ano I, n. 3-4, p. 37-39, fev./mar. 1948.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente.** 2ª edição, São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1989.

MELLO, Paulo E. D. **A importância da disciplina de História no ensino médio: a formação do indivíduo no tempo histórico da vida contemporânea.** In: BODART, Cristiano das Neves; ROGÉRIO, Radamés de Mesquita (org.). (Org.). A importância

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



do ensino das Ciências Humanas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia..
1ed.Maceió-AL: Editora Café com Sociologia LTDA, 2020, v. 1, p. 113-138.

MOTA, Lúcio Tadeu. **Os Kaingang do vale do Rio Ivaí – PR, história e relações interculturais**. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá – EDUEM, 2008.

NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectivas**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set. 92/ago.93.

PETERS, Ana Paula. **O Movimento Paranista**. In: SCORTEGAGNA, Adalberto; REZENDE, Cláudio Joaquim; TRICHES, Rita Inocência (org). Paraná espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Bagozzi, 2005. p. 256-281

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **História do Ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização**. Revista História da Educação. Porto Alegre. V.16. no 37. Maio/ago, 2012, pp. 73-91.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, coleção Brasil Diferente, 2002.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



AS FERROVIAS, O PROGRESSO E A MODERNIDADE EM PONTA GROSSA NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX NO ENSINO DE HISTÓRIA

Leonildo Rampazo¹
Antonio Paulo Benatte²

¹Mestrando em História pela UEPG

²Doutor em História pela UNICAMP

Este artigo discorre sobre as representações do progresso e da modernidade em Ponta Grossa no final do século XIX e início do século XX, quando são implantadas/construídas duas redes ferroviárias no município: Estrada de Ferro do Paraná e a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Trata-se de um período em que a população local vivenciou um expressivo crescimento populacional e econômico, bem como um acelerado processo de urbanização. Palavras como “progresso” e “modernidade” ocupavam não apenas as páginas dos jornais locais, mas também as conversas cotidianas das pessoas. Que sentidos ou significados as pessoas, que até então viviam em uma cidade/região afastada dos grandes centros urbanos, davam a essas palavras?

Em suma, a pesquisa propõe uma investigação com fins de elucidar o tema do “desenvolvimento social e econômico por ocasião da instalação das ferrovias” na localidade. O objetivo deste projeto é investigar esta questão e produzir/disponibilizar material de ensino de História pertinente ao período em discussão para estudantes do segundo ciclo do ensino fundamental I, de modo a promover acesso mais significativo sobre a história local.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



1. PROBLEMA

O ensino de História, enquanto componente curricular central para a compreensão crítica da sociedade e da construção identitária do ser social, demanda a possibilidade de acesso aos conteúdos que informam sobre a vida das pessoas em períodos passados; neste caso, o recorte histórico do final do século XIX e início do XX, momento em que a região dos Campos Gerais e sua principal cidade, Ponta Grossa, vivenciaram expressivo desenvolvimento.

Outro aspecto relevante é a dificuldade de acesso a tais conteúdos, não disponibilizados com facilidade, demandando do estudante pesquisa em busca de fontes que forneçam indícios sobre o tema. Neste cenário, o docente se vê em plena secura de fontes e inexistência de material didático, o que faz com que muitas vezes o tema não seja trabalhado ou, quando sim, de modo muito incipiente, numa rápida e “rasa” abordagem “rasa”, privando o aluno do construto do conhecimento histórico de modo pleno.

O eixo temático apresentado pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) de História no Ensino Fundamental – Anos Iniciais contempla, antes de mais nada, a construção do sujeito. O processo tem início quando a criança toma consciência da existência de um “Eu” e de um “Outro”. O exercício de separação dos sujeitos é um método de conhecimento, uma maneira pela qual o indivíduo toma consciência de si, desenvolvendo a capacidade de administrar a sua vontade de maneira autônoma, como parte de uma família, uma comunidade e um corpo social. Esse processo de constituição do sujeito é longo e complexo. Os indivíduos desenvolvem sua percepção de si e do outro em meio a vivências cotidianas, identificando o seu lugar na família, na escola e no espaço em que vivem.

O aprendizado, ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, torna-se mais complexo à medida que o sujeito reconhece que existe um “Outro” e que cada um apreende o mundo de forma particular. A percepção da distância entre objeto e

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



pensamento é um passo necessário para a autonomia do sujeito, tomado como produtor de diferentes linguagens. É ela que funda a relação do sujeito com a sociedade. Nesse sentido, a História depende das linguagens com as quais os seres humanos se comunicam, entram em conflito e negociam. (BNCC, p. 403).

Em suma, os Anos Iniciais contemplam, antes de mais nada, a construção do sujeito. Para que isso se efetive, será necessário acesso aos saberes construídos por meio de fontes/materiais disponibilizadas e acessíveis. Conhecer a história da cidade de Ponta Grossa deve ser do interesse de todos, especialmente, dos seus cidadãos. Sendo assim, se faz necessário que ela seja suscitada por meio de material que disponibilize tal conteúdo de modo didático.

Uma vez que o período a que se propõe esta pesquisa, de modo contributivo, como mencionado anteriormente, se refere ao final do século XIX com a instalação da Estrada de Ferro do Paraná, que ligava Curitiba a Paranaguá, e passa a abranger a cidade de Ponta Grossa com a sua primeira estação ferroviária, a Estação Paraná inaugurada em 1894 (Monastirsky, 2006); e início do XX, com a chegada da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e a construção de outra estação ferroviária, para atender o grande movimento de cargas e passageiros: a Estação Roxo de Rodrigues, amplamente conhecida como Estação Saudade, inaugurada em 1901 (Monastirsky, 2006).

Com exceção do meio acadêmico (em especial nos cursos de História e Geografia da UEPG), esse assunto é pouco difundido e portanto pouco conhecido e estudado nas escolas do município. Suas respectivas instalações e principais consequências, efeitos ou repercussões disto constituem o foco deste trabalho. Uma hipótese pode ser elaborada: é com o advento de ambas as ferrovias que palavras como “progresso” e “modernidade” passam a fazer sentido(s) para a maior parte da população local. Esses “sentidos” podem ser apreendidos e compreendidos nas notícias, crônicas e editoriais publicados na imprensa local, bem como em outras

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



publicações como revistas, memórias, álbuns comemorativos e material publicitário das próprias companhias ferroviárias.

Certamente houve mudanças de modo amplificado na sociedade daqueles dias; transformações que perduram até hoje e que estão perpetradas na história da sociedade local. Um exemplo entre tantos é o surgimento do time de futebol Operário Ferroviário Esporte Clube, o que também abordaremos neste trabalho. De modo geral, pode-se dizer que a chegada das ferrovias transformou as percepções e representações de tempo e espaço das pessoas: as distâncias já não eram tão grandes e o deslocamento de pessoas e mercadorias se tornou mais rápido. De modo geral,

A sociedade campeira absorvia o impacto das conquistas tecnológicas do final do século: máquinas a vapor, telégrafo, telefone, imprensa, estradas de ferro, “ao atingirem a região, despertaram os anseios incubados pelo isolamento interiorano. Foi um período de prosperidade política, de ideias avançadas, até onde permitiam as condições econômicas da região.” A população regional vivenciava as ambiguidades características do Brasil no final do segundo Império: as tensões entre a modernidade (progresso e civilização) e a tradição herdada do período colonial (Bittencourt Filho; Benatte et al., 2022, p. 72).

As ferrovias foram convertidas em símbolos de um novo tempo.

Conforme a historiadora Rosângela Petuba, a estrada de ferro que ligava Ponta Grossa a São Paulo e a Paranaguá “trazia, além de passageiros e mercadorias, os novos fetiches [...] que simbolizavam o que havia de mais moderno e dinâmico na sociedade ocidental.” Johansen e Willenborg consideram que “O processo de urbanização promovido pela ferrovia contribuiu não apenas para o progresso financeiro, mas trouxe principalmente um novo conceito de vida social, oferecendo ao pontagrossenses praticamente as mesmas oportunidades existentes nos grandes centros” (Apud Bittencourt Filho; Benatte et al., 2022, p. 80).

A pesquisa busca problematizar as mudanças do cotidiano urbano neste período pródigo de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que determinaram o desenvolvimento nos mais variados setores da cidade e consequentemente da região. Ainda pretende, singelamente, fornecer conteúdos que possam servir como subsídio à docência, quando se trabalhar em sala de aula temas

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



pertinentes à instalação de ferrovias na cidade (seu período áureo e seu declínio). E, finalmente, contribuir para a elucidação sobre o tema, que é parco em materiais que contam tais acontecimentos, uma vez que a história, neste particular, foi relevante e hoje estes relatos se encontram no obscurantismo para as novas gerações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO/REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa analisará fontes que possam trazer vestígios e informações referentes ao período da virada do século XIX e início do XX, em especial os registros da imprensa sobre as duas redes ferroviárias (notícias, crônicas, cartas de leitores, propagandas).

O ensino de História, conforme a proposta deste trabalho, dar-se-á aos alunos da rede municipal (segundo ciclo), em geral crianças em plena formação, na faixa etária dos 9 e 10 anos; mas também poderá subsidiar as demais etapas de ensino. Assim, o processo ensino-aprendizagem ocorrerá em linguagem acessível, seguindo eixos temáticos propostos no currículo da legislação em vigor.

Os referenciais curriculares abordam de modo genérico o surgimento e o desenvolvimento do município de Ponta Grossa, conforme unidades temáticas – circulação de pessoas, produtos e culturas; objeto de conhecimento – A história do município; Habilidades – Reconhecer a fundação de Ponta Grossa na dinâmica comercial do Tropeirismo. (Ponta Grossa, 2020, p. 451).

Sabe-se que o tropeirismo contribuiu de modo relevante para o surgimento da localidade e da região como um todo; entretanto, na esteira das transformações, houve o momento que alavancou exponencialmente o desenvolvimento. Primeiro sendo bairro de Castro, depois elevada à condição de cidade em 1823. Seguindo a linha do tempo, atinge um momento de ápice com a chegada das linhas de ferro, ocorrendo um salto de desenvolvimento propiciando a chegada em maior número de novos moradores. O crescimento econômico de Ponta Grossa levou-a a condição de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



pólo regional no Paraná, ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, exercendo grande influência na sua área de abrangência. Ocupou a posição de segunda cidade do Estado no que diz respeito ao contingente populacional. Em 1908, superou a casa dos 15.000 moradores. Em 1920, chegou a 20.171 pessoas e em 1940, contava com 38.417 habitantes. A posição de destaque da cidade se confirma, também, pela criação do Bispado em 1926, cuja diocese compreendia doze paróquias em toda região dos Campos Gerais (Ponta Grossa, 2025).

Tal momento na história da cidade é marcado pela modernidade/modernização; e neste sentido, o trabalho busca conceituar a expressão fazendo um contraponto com o antigo. Nesta direção Le Goff (1994) argumenta que na metade do século XIX, na Europa, surge a expressão “modernidade”. A distinção entre os conceitos de “antigo” e “moderno” é apresentada nas fontes como um par conceitual fundamental para a compreensão da história do Ocidente, caracterizado por sua complexidade e ambiguidade. As principais distinções e nuances podem ser delineadas da seguinte forma: A oposição “antigo/moderno” é descrita como um “par ocidental e ambíguo”, fundamental para a história do Ocidente e com equivalentes em outras historiografias. É um par “equivoco e complexo”, pois os termos nem sempre se opuseram de forma direta ou foram substituídos automaticamente.

Segundo Le Goff, o termo “moderno” surgiu no baixo latim com o sentido de “recente”. Ao longo do tempo, pode significar “que pertence ao presente ou ao futuro” e está frequentemente associado a uma “tomada de consciência de uma ruptura com o passado”. O termo “antigo” pode significar “que pertence ao passado”.

De forma mais específica, designa a época histórica que o Ocidente, a partir do século XVI, chama de Antiguidade. No entanto, “antigo” também pode ser o “longínquo ou remoto” ou um período distinto da Antiguidade greco-romana. No Renascimento é um marco crucial, pois, ao criar o conceito de Idade Média, estabeleceu-se uma estrutura cronológica com três períodos: a história antiga, a idade

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



média e a história moderna. A idade média, nesse contexto, serviu para preencher o “fosso” entre o antigo e o moderno.

No século XVI, o termo “moderna” era, na historiografia, um termo intermediário entre “antiga” e “medieval”. Houve um despertar da consciência como ruptura versus continuidade: enquanto o “moderno” está associado à consciência de uma ruptura com o passado e à novidade, o “antigo” pode representar a continuidade.

A tensão entre “antigo” e “moderno” não se limita a um simples confronto entre “passado versus presente”. Pode, em vez disso, refletir o contraste entre duas formas distintas de progresso, ou entre a tradição e a novidade. Um “projeto ideológico” associado à modernidade pode confrontar-se com a complexidade de um passado “muito mais complexo”, sugerindo uma seleção ou simplificação da história para servir a propósitos presentes. Em meio à ambiguidade cultural, o conteúdo histórico legado pelo “antigo” teve um peso significativo na emergência dos valores “modernos” na cultura ocidental, indicando que o moderno muitas vezes se define em relação ao que o precede.

A modernidade pode, paradoxalmente, “camuflar-se ou exprimir-se sob as cores do passado, entre outras, as da antiguidade”, demonstrando uma relação complexa que vai além da simples oposição. Em suma, como mostra Le Goff, a relação entre “antigo” e “moderno” é dinâmica, moldada por diferentes contextos históricos e ideológicos, e não se restringe a uma dicotomia simples de passado e presente, mas sim a uma interação contínua de significados e usos.

No que tange à história local, Rosângela Petuba (2023) trabalhou o conceito de “cidade encruzilhada”. A noção de “cidade encruzilhada” é um conceito central e altamente problematizado nas fontes, especialmente no contexto da cidade de Ponta Grossa.

Embora se apresente como uma chave explicativa poderosa e quase incontestada da história da cidade, a autora investiga como uma construção de memória histórica que reflete interesses e disputas subjacentes. Aqui estão os pontos

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



principais sobre a “cidade encruzilhada”: a expressão “Ponta Grossa-cidade encruzilhada” articulou, de forma majoritária, o desenvolvimento econômico, político e social da cidade à sua pretensa localização geográfica privilegiada. Essa ideia descreve Ponta Grossa como um entroncamento rodoviário e ferroviário, um entreposto comercial e um foco de irradiação industrial e cultural.

É uma explicação que se repete anualmente nos discursos oficiais, textos escolares, editoriais e cadernos especiais de jornais locais, tornando-se uma memória construída e amplamente aceita. Essa imagem também é encontrada em produções contemporâneas, atestando sua força. A historiografia local frequentemente refletiu e/ou reproduziu essa memória, partindo da premissa de que a história da cidade está ligada à sua localização estratégica.

A construção histórica do conceito tem suas origens no tropeirismo e chegada da ferrovia. A história de Ponta Grossa esteve inicialmente ligada à atividade tropeira e a um ritmo de vida rural, configurando-a como um “antigo vilarejo” com uma “alma meio dorminhoca e pesadona”.

A chegada das ferrovias no final do século XIX e início do XX reconfigurou a cidade, tornando-a um ponto obrigatório de passagem e impulsionando um rápido processo de modernização urbana. O canto do galo é suplantado pelo apito do trem; o “barulho dos apitos dos trens”, como a simbolizar e representar um novo tempo, passa a imprimir uma nova época em ruptura com o passado; é o despertar desse vilarejo. Isso ilustra como o “moderno” é definido em contraste com o “antigo”, associando-se à ruptura e ao progresso. O apogeu ferroviário é o triunfo da nova “modernidade”.

A ferrovia contribuiu para que a maioria dos estudos sobre a cidade tomasse sua chegada como fator decisivo na conformação urbana, econômica e política, consolidando uma memória do auge das atividades ferroviárias como o apogeu da própria cidade até o final da década de 1940. Posteriormente, ocorre uma ressignificação da modernidade e a crise (anos 1950-1960): a partir dos anos 1950,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



o “tempo das ferrovias passou a significar o passado” (o “antigo”), e os anseios de progresso se voltaram para novos símbolos, como a implantação de indústrias e rodovias. A Maria-Fumaça vira peça de museu histórico. Ponta Grossa sofreu um impacto significativo, perdendo prestígio político e econômico para novos centros cafeeiros no norte do estado. Nesse contexto de desaceleração e necessidade de adaptação, a concepção de progresso da cidade foi ressignificada.

A formalização do conceito ocorre em 1964: a expressão “cidade-encruzilhada”, especificamente formulada como tal, começa a aparecer a partir de 1964, com o texto “A Encruzilhada do Paraná” do poeta e intelectual local Eno Teodoro Wanke. O surgimento dessa imagem nesse momento é explicado pela necessidade de a cidade reafirmar sua importância e superar o “ostracismo” econômico e simbólico diante do advento do “Norte do Paraná”. O “Não Natural” da encruzilhada: Interesses e Conflitos: a condição de encruzilhada era uma “feliz coincidência geográfica” ou um “destino” natural e incontestável. A imagem encobriu um “processo histórico cheio de interesses e conflitos”, no qual projetos de desenvolvimento urbano foram legitimados e outros silenciados.

A localização geográfica privilegiada foi apropriada em discursos para embasar práticas específicas sobre a cidade. Exemplos de disputas incluem a “Questão do ramal de Guarapuava” em 1910, quando a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande cogitou construir um ramal que não passaria por Ponta Grossa, o que foi visto como um “golpe” aos interesses econômicos locais. Antes disso, em 1895, já havia debates sobre a conveniência da ferrovia passar por Irati ou Ponta Grossa. A condição de entroncamento/encruzilhada, segundo Petuba, “não existiu desde sempre, naturalizada e inconteste”, mas foi construída por meio de articulações políticas e disputas econômicas e simbólicas entre diferentes setores da sociedade pontagrossense.

A “Cidade Encruzilhada” como ferramenta de memória e legitimidade: A imagem serviu como uma “poderosa ferramenta de produção de uma determinada

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



memória sobre a cidade”, buscando traçar um elo de continuidade entre passado, presente e futuro como entreposto comercial e foco de irradiação. A construção dessa imagem, inclusive as narrativas de “auge e decadência” da ferrovia, ocorreu em resposta à necessidade de a cidade se recolocar como importante, estratégica e moderna frente às reordenações econômicas e políticas no Paraná e no Brasil a partir dos anos 1950.

A tese da “cidade encruzilhada”, embora amplamente acionada, continua sendo uma construção da memória, reforçando a ideia de um progresso inevitável e natural. Em resumo, “cidade encruzilhada” para Ponta Grossa é mais do que uma descrição geográfica; é um conceito dinâmico e estratégico, constantemente rearticulado e ressignificado para justificar o desenvolvimento da cidade, legitimar projetos políticos e econômicos, e moldar sua identidade e memória ao longo do tempo, em um processo de disputa contínua entre o que é percebido como “antigo” e o que é representado como “moderno”.

3. METODOLOGIA/ FONTES DE PESQUISAS

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois visa explorar as fontes impressas e materiais diversos em que estejam narrados os acontecimentos e discursos que permitam problematizar a relação ferrovia-progresso-modernidade no final do século XIX e início do XX. Para a coleta de dados serão acessados todo material e acervo disponível como sites (plataformas digitais) jornais, revistas, museus e o que mais puder servir como fonte de pesquisa em que se possa resgatar informações do período supra citado, trazendo ao presente do aluno o que foi vivenciado pelas pessoas do passado.

Referências

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



BNCC. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

CHAVES, Niltonci Batista. **A cidade civilizada**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CINCOENTENÁRIO da Estrada de Ferro do Paraná, 1885-1935. Publicação Comemorativa da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1935.

ESCOLAS PÚBLICAS DE PONTA GROSSA ATRAVÉS DOS ANOS. Disponível em: <https://www2.uepg.br/dicion/escolas-publicas-de-ponta-grossa-atraves-dos-anos/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

FERROVIAS E URBANIZAÇÃO EM PONTA GROSSA. Disponível em: <https://www2.uepg.br/dicion/ferrovias-e-urbanizacao-em-ponta-grossa/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BITTENCOURT FILHO, Ivo; BENATTE, Antonio Paulo: et al. **Uma casa em Ponta Grossa**. Manuel Vicente Bittencourt (1841-1903). Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2022.

BRESCIANNI, Maria Stella. **História e historiografia das cidades**. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 5ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

HISTÓRIA DO CLUBE. Disponível em: <https://www.operarioferroviario.com.br/historia/>. Acessado em: 18 abr. 2025.

KUS, Juliana Pegoraro. **Legislação urbana no início do século XX em Ponta Grossa – PR:** normatização e reclamações no processo de construção da cidade (1914 – 1925). Dissertação (Mestrado em História), Ponta Grossa, UEPG, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1994.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Ferrovia: patrimônio cultural. Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR)**. Tese (Doutorado em Geografia). Florianópolis, UFSC, 2006.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



PELAS LENTES FOTOGRÁFICAS, OS PASSOS DA INFÂNCIA: OS RETRATOS INFANTIS DA COLEÇÃO PESSOAL DO FUNDO FOTO BIANCHI

Vitória Gabriela de Oliveira¹
Patricia Camera Varela²

¹ Mestranda em História pela UEPG.

² Doutora em História pela PUC RS.

A fotografia, algo tão comum na atualidade, desperta várias emoções em quem a observa, já que pode ser um registro do passado. Por meio dela, torna-se possível detectar expressões de sentimentos e poder, bem como diferentes períodos e culturas, servindo como uma importante fonte de informação. Apesar da prática fotográfica ter sido iniciada no século XIX, a utilização deste tipo de imagem é algo recente quando analisados sob a perspectiva dos estudos dedicados ao campo da história.

Esse processo teve início no século XX, com a Escola dos Annales, na França, que questionava o modelo tradicional da História, antes restrito aos documentos oficiais do Estado. A partir dela, houve uma ampliação referente ao uso das fontes no campo historiográfico, além da elaboração de novos métodos de se fazer a História, permitindo que outros temas pudessem ser estudados. Os historiadores tiveram que adquirir habilidades, entre elas a interpretação das imagens, já que se tratava de um novo tema a ser trabalhado (Mauad, 1996). Isso exigiu do pesquisador uma busca por outros métodos de crítica para compreender a fotografia. Sendo assim, uma das possibilidades é conhecer o processo de produção, circulação e consumo das imagens para reestabelecer as condições de emissão e recepção da mensagem e a

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



contextualização que envolve a sua elaboração. Peter Burke, em sua obra *Testemunha Ocular: história e imagem* (2004), afirma que a utilização delas é fundamental para se entender o poder das representações visuais nas culturas passadas, para além dos testemunhos orais e textuais.

Nesse sentido, não se pode pensar na fotografia como algo isolado, desconectado, pois ela faz parte de um determinado contexto, que adquire outros significados e outras interpretações, conforme o período em que é estudada (Canabarro, 2015).

No Brasil, o ato fotográfico teve início no ano de 1839, quando o primeiro processo fotográfico, o daguerreótipo, desenvolvido na França por Joseph Nicéphore Niépce e Louis Jacques Mandé Daguerre, chegou ao país (Wanderley, 2019). Com o avanço do capitalismo, no final do século XIX e no início do século XX o país recebeu um número expressivo de imigrantes, que buscavam melhores condições de vida e que, muitas vezes, possuíam um trabalho “alternativo” para o sustento da família.

Dessa forma, o hábito de fotografar pode ser visto como uma opção ou como forma de construção de um “novo” campo de trabalho no país. Assim, o retrato passou a ser um documento visual importante de representação e perpetuação dos papéis sociais, uma vez que legitimava a existência de cada indivíduo e da cultura. Se anteriormente a família imperial era retratada pelos seus fotógrafos, adiante as famílias que residiam no Brasil passaram a consumir seus retratos feitos em estúdio por diferentes fotógrafos que foram ampliando o mercado.

Em Ponta Grossa não foi diferente. A cidade, que possui sua história atrelada ao tropeirismo e à ferrovia, teve um papel de destaque no cenário estadual, devido ao seu desenvolvimento por conta da construção das estradas de ferro. Com a instalação das ferrovias, três prédios foram construídos para abrigar a nova demanda: a primeira estação, a estação Paraná, em 1894, o barracão de cargas (atual Estação Arte) e a Estação São Paulo - Rio Grande, construída devido ao aumento do fluxo de passageiros e cargas (Kattiaviana; Teles; Dropa, 2003). A geração de empregos foi

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



tão grande que, em 1907, foram criados anúncios em jornais buscando trabalhadores para diversas áreas, já que o município necessitava de mão de obra para o funcionamento de trilhos e serviços gerais nos barracões de cargas e mercadorias. Houve também um aumento no que se refere ao surgimento de novas indústrias e estabelecimentos comerciais ao redor do complexo ferroviário. Tal acontecimento contribuiu para que muitas pessoas se deslocassem até Ponta Grossa em busca de trabalho, inclusive os imigrantes. Entre eles estava o fotógrafo Luiz Bianchi, contratado pela *Brazil Railway Company* para registrar a instalação dos trilhos e estações ferroviárias.

Vindo da Argentina, Bianchi começou a sua trajetória profissional na Lapa, apesar de algumas fotografias indicarem a sua ação antes mesmo dele se estabelecer no município (Camera, 2013). No Fundo Foto Bianchi, por exemplo, há um negativo do ano de 1907, do evento do lançamento da pedra fundamental para a construção do edifício do Hospital Santa Casa de Misericórdia em Ponta Grossa.

No entanto, o acontecimento que marcou a sua mudança definitiva para a cidade de Ponta Grossa foi o casamento com Maria Thommen, que ocorreu em Curitiba em 28 de outubro de 1909, de acordo com o periódico *A República*, que mostrou a integração entre o casal junto ao comércio de Ponta Grossa. Os nomes do jovem casal aparecem frequentemente nos anúncios do jornal pontagrossense *O Progresso*, como sócios de uma loja de armários (Alvarenga, 2016). De acordo com a pesquisadora, ele trabalhou em sua empresa até o ano de 1934, passando a administração ao seu filho Raul e, por último, ao neto, Raul.

A produção fotográfica exercida pelas três gerações da família Bianchi foi adquirida pela prefeitura de Ponta Grossa no ano de 2001. Assim, o Fundo Foto Bianchi, a partir da indicação e aval do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, foi destinado à Casa da Memória Paraná. Constituído por aproximadamente 45 mil negativos em chapa de vidro e suporte flexível, conta

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



também com cadernos de serviços e clientes, caixas originais de negativos e alguns materiais de revelação, bem como equipamentos de laboratório (Alvarenga, 2016).

De forma geral, o arquivo fotográfico é dividido em duas coleções. Uma está ligada ao exercício da profissão para a sociedade local e regional, relacionada a produção comercial e outra, de caráter particular. Essa última é a coleção que será objeto de estudo do presente projeto, com foco nos retratos infantis. Conforme apontado por Grasielle Silva (2024), a produção pessoal se difere por não se ter registros nos cadernos com as numerações dos negativos; sendo que apenas uma parcela conta com numeração, datas e legendas. Ainda de acordo com a autora, há aproximadamente 897 negativos pertencentes a essa coleção. Em um primeiro momento, a metodologia da presente pesquisa deverá passar por um processo de curadoria, já que essas imagens, diferentemente das comerciais, possuem um outro tipo de organização, por apresentarem fotografias da família, amigos, animais, cenas do cotidiano e testes fotográficos.

Com relação aos retratos infantis, objeto de estudo do presente projeto, Sebastião Valério (2012), em sua dissertação, apresenta que o retrato da criança refletia o espaço que ela ganhava na consciência social, ou seja, a cada fotografia, a mesma mostrava a sua existência e a existência de sua família. Nessas imagens, é comum nos depararmos com fotografias de crianças nas mais diversas poses, onde as mesmas se encontram em posição de destaque, estando sozinhas ou em grupo. De acordo com Santos (2016), os pequenos atuavam de forma a transmitir feições sérias ou angelicais. No caso de uma expressão mais rígida, a justificativa é a tentativa de imitar os mais velhos, pois elas não poderiam parecer mal educadas nos retratos e deveriam revelar a boa educação dada pelos pais. Olga Brittes, ao apresentar as imagens de crianças nas revistas *Fon Fon!* e *Vidas Domésticas*, discute que, em algumas circunstâncias, as fotos destacavam a beleza e a felicidade, por meio dos trajes e adereços que ajudavam a compor a figura de uma criança cuidada e feliz (Brittes, 2000). Na maioria das vezes, elas tinham suas imagens atreladas à

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



religião e à escolaridade. Tanto meninos quanto meninas contavam com objetos religiosos e livros nas mãos, mesmo que não tivessem idade suficiente para serem alfabetizadas, o que indicando a “teatralização” do sujeito fotografado.

Entretanto, nem sempre os pequenos eram vistos dessa forma. No livro *História Social da Criança e da Família*, escrito pelo historiador Philippe Ariès (1978), o autor destaca que até o século XVI, os pequenos eram vistos como “mini adultos”, tanto é que as relações entre adultos e crianças não possuíam diferenças, afinal não se tinha um conceito da infância. Tais mudanças foram possíveis a partir da sociedade capitalista urbano industrial, na medida em que a inserção e o papel social da criança passaram a ter outros significados. Se antes elas representavam a força de trabalho, assim como o adulto, a sociedade burguesa pareceu querer preservá-las, como pessoas que precisam ser cuidadas, escolarizadas e preparadas para viver em sociedade (Kramer, 1982). Nesse sentido, a definição de infância é bastante debatida. Alguns autores afirmam ser quase impossível ter apenas uma definição, já que a infância pode apresentar variação de uma sociedade ou de um tempo a outro, caracterizadas pelo trabalho infantil, pela forma de disciplinar as crianças e até mesmo pelos pequenos no ambiente escolar.

Lajolo (1997), ao definir as palavras *infante* e *infância* como ideia de ausência de fala, apresenta que esses conceitos estão em constante oscilação — dependendo do contexto em que se vive, o local onde estão inseridos o pesquisador e o sujeito da pesquisa e as influências sociais e culturais que ambos recebem/receberam. Ela destaca que são variadas as concepções da infância, permeadas pelo adulto em miniatura — onde não se havia diferença entre infância e vida adulta e que depois, a criança se diferente do adulto; *a tábula rasa* e *a folha em branco* — onde a criança é moldada pela educação e pelo ambiente. Dessa forma, entende-se que esses conceitos são construídos socialmente: cada período se relaciona ao contexto e cada um possui a sua singularidade (Stearns, 2006).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A sociologia da Infância também apresenta que a sociedade produziu uma versão particular de infância, não existindo apenas uma, mas várias que se modificam com o tempo e variam de cultura para cultura, contribuindo para uma ruptura no paradigma de criança frágil, inocente, dependente e incapaz, dando lugar à criança rica, forte, poderosa e competente, construtora de conhecimento, algo bastante comum de ser observado em fotografias infantis. No Brasil, a história da criança e da infância é um campo de investigação muito vasto. Diversas produções têm mostrado as especificidades das infâncias brasileiras e historicamente podemos dizer que é um caminho que contempla as crianças nativas, as crianças escravizadas, as crianças livres, as crianças escolarizadas e conforme mencionado anteriormente, os diferentes tipos de infâncias (Azevedo; Sarat, 2015), passando pelo mundo do trabalho até o reconhecimento da criança enquanto detentora de direitos, a partir do século XX.

No Fundo Foto Bianchi, de acordo com pesquisas já realizadas na coleção comercial, os pequenos apareciam com expressões mais sérias que foram mudando ao longo dos anos, conforme o estúdio era equipado com objetos infantis, que deixavam o ambiente mais acolhedor e lúdico. Era comum que brinquedos de montar aparecessem nas fotografias já montados, possivelmente por um adulto, para que se transmitisse a imagem de uma criança inteligente e bem-educada. Entretanto, quando falamos da coleção pessoal, outros aspectos devem ser levados em conta: como as crianças da família Bianchi eram representadas? Quais são as diferenças na representação dos retratos feito pela família e para a família de amigos para os retratos infantis no ramo comercial?

Nesse sentido, a pesquisa busca dar continuidade aos estudos já realizados através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) acerca dos retratos de criança produzidos pelo Foto Bianchi, porém com foco na coleção pessoal da família Bianchi. A proposta do presente projeto se justifica pela valorização de acervos locais e pelo uso da fotografia como fonte histórica e social, em especial sobre sujeitos que foram/são frequentemente silenciados na historiografia, como as

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



crianças. Com a pesquisa, pretende-se ampliar e instigar os retratos infantis enquanto objeto de estudo, em um fundo e em uma coleção que ainda é pouco explorada diante de seu potencial. Além disso, pretende-se fazer um comparativo com as fotografias de cunho comercial, para que se possa averiguar a existência das diferentes formas de representação dos pequenos.

1. OBJETIVOS

Objetivo geral:

Analisar os retratos infantis presentes na coleção pessoal do Fundo Foto Bianchi, buscando compreender as formas de representação da infância no contexto social, cultural e histórico em que foram produzidos.

Objetivos específicos:

- Relacionar as imagens com o contexto social, histórico e cultural de Ponta Grossa no início do século XX;
- Identificar as características formais, estéticas e simbólicas dos retratos infantis presentes na coleção pessoal;
- Investigar como as imagens expressam valores sociais, familiares e culturais atribuídos à infância.
- Relacionar as representações infantis do fundo com debates teóricos sobre memória, fotografia e história da infância.
- Refletir sobre a contribuição desses retratos para a compreensão das concepções de infância na primeira metade do século XX.
- Investigar os elementos visuais que compõem as fotografias infantis do Fundo Foto Bianchi, presentes na coleção pessoal da família;

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



- Discutir as construções sociais da infância presentes nas fotos e possíveis mudanças na forma de se produzir o retrato infantil ao longo dos anos no Estúdio Bianchi e compará-las a produção pessoal;
- Interpretar documentos visuais e textuais associando-os à temática;
- Delimitar como a representação da infância está presente nas imagens, indagando-se sobre a presença e ausência de elementos visuais que indicam aspectos da infância;
- Estabelecer interlocuções teóricas e iconográficas sobre o que pode ser definido como infância no período em questão.

2. METODOLOGIA

A metodologia consistirá, primeiramente, no levantamento inicial dos negativos da coleção pessoal da família Bianchi, cujo personagem central é a criança, estando ela sozinha ou em grupo. Conforme mencionado anteriormente, ocorrerá também o processo de curadoria dos retratos infantis, visto que a coleção pessoal não possui numeração. Para realizar as comparações com a parte empresarial, serão utilizadas as pesquisas feitas anteriormente, pela autora deste projeto, através do PIBIC. Posteriormente, os negativos passarão pelo processo de seleção. Para auxiliar nessa etapa, serão utilizados os textos de Boris Kossoy (2001), Ivo Canabarro (2015) e Ana Maria Mauad (1996) no que se refere às discussões de iconologia/iconografia revisada e também as pesquisas de Olga Brittes (2000), Sebastião Valério Silveira do Nascimento (2012), Mary Del Priore (1991) e Philippe Ariès (1981) no que diz respeito à figura da criança, ao retrato infantil e à ludicidade. Para a curadoria de imagens, será utilizada a dissertação de Santos (2024), o artigo de Lima e Camera (2018), entre outros.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A análise das imagens pretende compreender, de forma geral, como a infância foi construída visualmente e quais valores sociais, culturais e simbólicos estão presentes nas representações fotográficas e em como a criança é representada no acervo pessoal da família Bianchi. Essa abordagem buscará levantar questões pertinentes à representação dos pequenos, considerando a análise dos descritores visuais e suas relações com o campo da expressão e conteúdo, para compreender a representação da infância e das suas modificações com o passar do tempo. Almeja-se discutir a amplitude do que é a infância e como pode ser conceituada e representada no retrato fotográfico.

Este projeto será desenvolvido na Casa da Memória Paraná, mas também irá dialogar com as imagens digitalizadas do FFB pela equipe do Museu Cenas de Ponta Grossa em parceria com a CMP e demais bibliografias a serem incorporadas durante o processo, referentes à história de Ponta Grossa, a história da fotografia no Brasil e outras abordagens interdisciplinares sobre infância, memória e imagem. Ao longo da execução da presente pesquisa, serão adicionados outros documentos e autores que possam contribuir para a pesquisa.

3. FONTES

As fontes primárias desse projeto serão os negativos em chapa de vidro que possuam a criança como principal sujeito fotografado, presentes na coleção pessoal do Foto Bianchi, acondicionados na Casa da Memória Paraná, em Ponta Grossa, Paraná. As fontes secundárias serão obras, artigos e estudos acerca da história da infância, cultura visual e fotografia como documento histórico. Dentre os autores estão Philippe Ariès (1981) e Mary del Priore (2013), que discutem a história social da criança e da infância, tanto na Europa quanto no Brasil. Mesmo que divergentes, ambos os estudos se complementam na compreensão dos conceitos abordados.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Para o contexto de produção de imagens do Foto Bianchi, estão os textos de Patricia Camera e Willian Bedim (2015), Jhennifer Batista de Alvarenga (2016) e de Grasielle Aparecida Santos da Silva (2024).

Buscando trazer a relação entre fotografia e história, se destacam os autores Ivo Canabarro (2015), Boris Kossoy (2001) e Ana Maria Mauad (1996). Com relação aos retratos infantis, os estudos de Nascimento (2012), Santos (2016) e Benjamin (2009) serão fundamentais para compreender a representação das crianças em retratos de estúdio e suas interações com os objetos. Para o conceito de representação como prática social e discursiva, Chartier (2002) e Burke (2004) também serão incorporados à pesquisa, contribuindo para a compreensão da imagem enquanto fonte histórica.

Referências

ALVARENGA, Jhennifer Batista de. **Acervo Foto Bianchi: o contexto de formação e sociabilidades (2001-2016)**. 2016. 92 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

ANGELO, Adilson De. Que infância, para que criança? – Nas sendas da história.

Revista Zero-a-Seis, Florianópolis. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/8706>. Acesso em: 15 maio 2025.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Afiliada, 1981.

BEDIM, Willian; CAMERA, Patricia. O contexto comercial e a produção de Luis Bianchi: memória escrita e fotográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 5. 2015, Londrina. **Anais[...]**, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015. p. 27-44.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas Cidades, 2009.

BRITES, Olga. Crianças de revistas (1930/1950). **Educação e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 161–176, jan. 2000.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



BURKE, P. **Testemunha Ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.

CAMERA, Patricia. Foto Bianchi: O caderno de controle de serviços como indicador do circuito de sociabilidades. In: ENCONTRO HISTÓRIA, IMAGEM E CULTURA VISUAL, 2, 2013, Porto Alegre. **Anais**[...], Porto Alegre: 2013. p.1-8.

CAMERA, Patricia; LIMA, Solange. O outro lado da imagem: o negativo como objeto de conhecimento. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 12, p. 22-46, 2018.

Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/35579>. Acesso em: 20 maio 2025.

CANABARRO, Ivo S. Fotografia e história: questões teóricas e metodológicas. **Visualidades** (UFG), v. 13, p. 98-125, 2015.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Portugal: Difel, 2002b, 244 p. ISBN 972-29-0584-8.

CRUZ, Gislaine Azevedo; SARAT, Magda. História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 5, n. 13, p. 19–33, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/5176>. Acesso em: 19 ago. 2025.

KATTIAVIANA, Hayssa; TELES, Andressa Stefany; DROPA, Márcia Maria. **O complexo ferroviário de Ponta Grossa como Espaço Cultural e possível Espaço turístico**. 2003.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos C. de. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 225-246.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História Interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1 n. 2, p. 73-98, 1996.

NASCIMENTO, Sebastião V. S. **A Criança na Fotografia**: o retrato da infância na primeira metade do século XX em Belém do Pará (1900 a 1950). 2012. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



OLIVEIRA, Vitória Gabriela de. A representação da infância nos retratos de crianças no Fundo Foto Bianchi (1930-1940): uma análise comparativa com os anos 1920-1930. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 30, 2021. **Anais [...]**.

Ponta Grossa: UEPG, 2021. Disponível em:

[https://siseve.apps.uepg.br/storage/eaic2021/15_Vit%C3%](https://siseve.apps.uepg.br/storage/eaic2021/15_Vit%C3%B3ria_Gabriela_de_Oliveira-163314068639998.pdf)

[B3ria_Gabriela_de_Oliveira-163314068639998.pdf](https://siseve.apps.uepg.br/storage/eaic2021/15_Vit%C3%B3ria_Gabriela_de_Oliveira-163314068639998.pdf). Acesso em: 17 maio 2025.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

REDDY, Karina. **Fashion History Timeline**. 18 de agosto de 2020. Disponível em: <https://fashionhistory.fitnyc.edu/1900-1909/>. Acesso em: 18 maio 2025.

RODRIGUES, Adriana Aparecida; SANTANA, Junior Neto; SILVA, Luciana Moraes; GIOVANELLI, Nathalia Martins; BULGARELLI, Paulo Sérgio Souza. A historicidade da infância segundo Ariès, Postman e Stearns: reflexo na infância contemporânea. **Contribuciones a las ciencias sociales**, São José dos Pinhais, v. 18, n. 5, p. 1-19, 2025. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/391578339_A_historicidade_da_infancia_segundo_Aries_Postman_e_Stearns_reflexo_na_infancia_contemporanea. Acesso em: 19 maio 2025.

SANTOS, Francieli Lunelli. Crianças em fotografias de família: registros da infância em estúdio (Ponta Grossa, 1910 – 1940). In: COLÓQUIO NACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA, 2, 2016, Guarapuava. **Anais[...]**, Guarapuava: Unicentro Campus Santa Cruz, 2016. p.1-12.

SILVA, Grasielle Aparecida Santos da. **Curadoria na coleção pessoal do Fundo Foto Bianchi e a representação do feminino em Micky na primeira metade do século XX (Ponta Grossa - PR)**. 2023. Dissertação (Mestrado em História, Cultura e Identidades) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

WANDERLEY, Andrea. **Os 180 anos do invento do daguerreótipo – Pequeno histórico e sua chegada no Brasil**. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=16443>. Acesso em: 10 maio 2025.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



FOTOGRAFIA E MEMÓRIA: A MUSEALIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO HOLANDESA NO MUSEU PARQUE HISTÓRICO DE CARAMBEÍ-PR

Karen Cristina Barros Barros dos Santos¹
Patricia Camera Varella²

¹ Mestranda em História pela UEPG

² Professora do PPGH. Dra. Patricia Camera Varella.

Esse trabalho discute os processos de construção e institucionalização da memória holandesa no Museu Parque Histórico de Carambeí-PR, com uso de registros fotográficos como instrumentos de legitimidade identitária da comunidade imigrante holandesa. Utilizando como fonte as fotografias presentes no acervo do museu, documentos institucionais e história oral, propõe-se uma leitura crítica do museu como espaço de disputa simbólica e invenção de tradições. O campo da História, em seu esforço contínuo de compreender os sentidos do passado no tempo presente, tem sido convocado a lidar com debates emergentes, sejam esses ambientais, políticos e identitários. No centro dessas disputas, os museus surgem como arenas privilegiadas de produção, mediação e circulação de memórias. A partir desse lugar de escuta e enfrentamento, este trabalho propõe uma reflexão sobre os processos de musealização no Museu Parque Histórico de Carambeí (MPHC).

A pesquisa se insere nos debates historiográficos que interrogam a função social dos museus e as disputas simbólicas que atravessam a seleção e institucionalização de narrativas. Ao tratar da constituição do MPHC, especialmente a partir da análise de acervos fotográficos e registros comemorativos, busca-se compreender os mecanismos de visibilidade e silenciamento implicados na construção de uma identidade baseada na imigração europeia, bem como as ausências e apagamentos que essa narrativa provoca.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Situada no eixo temático do colóquio que propõe pensar a história em emergência, esta pesquisa reconhece a urgência de revisitar os espaços de memória como campos de tensão, onde o passado não é apenas evocado, mas continuamente disputado e repensado. Ao articular elementos teóricos da história, da museologia social e dos estudos sobre memória e identidade, o trabalho tensiona as fronteiras entre história e representação, propondo uma leitura crítica do museu como lugar de negociação e não de cristalização das identidades.

Nesse percurso, a análise do caso do MPHC revela uma experiência particular e oferece pistas relevantes para pensar o papel dos museus em tempos de crise, seja pela perspectiva da diversidade cultural, seja pelo seu potencial de reconfigurar pertencimentos.

1. A INVENÇÃO DO MUSEU

Os museus não são apenas paredes que abrigam objetos, mas sim espaços que conectam, que produzem pontes e constroem conexões. Esse entendimento está alinhado ao Conselho Internacional de Museus (ICOM), que define o museu como uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que investiga, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Seu propósito está intrinsecamente ligado à promoção da diversidade cultural e do conhecimento, destacando-se como um espaço de inclusão e diálogo.

Como um campo em constante transformação, o setor museal possui uma trajetória marcada pela exclusão, poder e legitimação de narrativas e sociedades. Mesmo defendendo a democratização do patrimônio cultural, os museus continuaram refletindo as relações e estruturas de poder de suas épocas. No século XX, os museus iniciaram um intenso processo de questionamento sobre o seu papel na sociedade, propondo reflexões sobre a forma de exibição de suas coleções e sua suposta neutralidade. Carol Duncan (2005) argumenta que os museus podem ser

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



compreendidos como espaços ritualísticos, que não apenas organizam a experiência do público, mas também moldam a forma como as pessoas enxergam a história, a arte e a cultura. Dessa forma, mais do que simples repositórios de objetos, os museus participam ativamente da legitimação de discursos e da formação de identidades culturais.

No caso do Museu Parque Histórico de Carambeí (MPHC), esse discurso é elaborado a partir de uma narrativa centrada na trajetória dos imigrantes holandeses que chegaram ao distrito de Castro (PR), então colônia Carambeí, em 1911. Tal discurso é visível tanto na museografia, que privilegia elementos do cotidiano rural e religioso dessas famílias, quanto na iconografia, que destaca personagens e episódios ligados à ideia do progresso e desenvolvimento trazidos pelo processo de imigração. Ao observar as fotografias, os objetos expostos e os roteiros de visita, é perceptível a construção de uma memória idealizada da comunidade, que valoriza o espírito pioneiro e o trabalho coletivo. Assim, os discursos presentes no museu se mostram, ao mesmo tempo, coesos na celebração de uma identidade e limitados quanto à diversidade cultural do município, revelando tensões entre memória, representação e pertencimento.

É possível perceber uma distinção entre os grupos que idealizaram e administram a instituição e os diferentes públicos que a visitam, segundo relatório oficial da instituição (Associação Parque Histórico, 2022). A equipe responsável pela elaboração do museu é composta por profissionais como curadores, educadores, historiadores, museólogos, técnicos e gestores, que atuam na preservação, pesquisa, mediação cultural e organização das atividades e exposições. Já o público visitante é formado por diferentes grupos, incluindo turistas de várias regiões do mundo, famílias, grupos escolares, entidades filantrópicas, moradores locais e visitantes espontâneos, cada qual com perfis e demandas específicas. Esses grupos não são idênticos: o museu tem sua equipe técnica e a associação gestora da instituição, chamada de diretoria, composta por

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



presidente, vice-presidente, secretários e outros conselheiros.

O museu, portanto, articula diferentes funções e públicos, sendo um espaço de produção e compartilhamento de memória, cultura e identidade regional. Como observa Mário Chagas (2009), essa abordagem transforma os museus em espaços de diálogo, onde diferentes grupos podem se reconhecer, compartilhar suas histórias e construir novas formas de pertencimento. Essa nova perspectiva trouxe desafios para os profissionais do campo: como é possível promover um equilíbrio entre preservação e comunicação desses acervos históricos, e garantir que a pluralidade das experiências humanas seja de fato representada nas instituições museais?

É importante destacar que o MPHC foi idealizado e formalizado antes da criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o que implica dizer que seu processo de criação foi em um momento no qual ainda não havia um marco regulatório específico para os museus brasileiros. Isso revela que sua configuração inicial não respondeu a diretrizes nacionais de museologia, mas a demandas próprias da comunidade que o fundou, o que o aproxima de uma dinâmica que se tornaria cada vez mais comum no Brasil nas décadas seguintes: a emergência de museus ligados a grupos sociais e étnicos específicos. Entre essas experiências, ganha destaque a criação dos museus de imigração, ou, como têm sido frequentemente denominados, museus da comunidade. Esses espaços se consolidaram como instituições voltadas à preservação e difusão de memórias, comumente atravessadas por processos migratórios, práticas culturais locais e identidades étnicas.

Os museus comunitários, enquanto instituições culturais, têm como principal característica a criação e gestão direta por parte da comunidade, desempenhando um papel essencial na preservação da memória, identidade e cultura locais. Diferenciando-se dos modelos tradicionais, esses museus priorizam a participação ativa dos habitantes na tomada de decisões e na construção das narrativas

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



expostas, refletindo uma abordagem descentralizada e participativa. De acordo com Priosti (2013), a essência de um museu comunitário reside na sua capacidade de atuar como um organismo vivo, fundamentado na participação direta e contínua dos membros da comunidade em todas as etapas do processo museológico. O Museu Parque Histórico de Carambeí, ao se enquadrar nessa tipologia de museu, ao tempo em que foi fundado, gerido e mantido pela comunidade de imigrantes, sobretudo holandeses carambienses, caracteriza-se como um museu de comunidade.

Materializando as aspirações da comunidade, o MPHC foi inaugurado em 2001, tornando-se um dos maiores museus históricos a céu aberto do Brasil, com mais de 100 mil m² e com uma média de 150 mil visitantes por ano. Este complexo museal, localizado em Carambeí (PR), foi projetado para narrar a saga dos imigrantes que chegaram à região a partir de 1911. Para cumprir essa missão, o museu se organiza em três alas principais: a Casa da Memória, o Parque das Águas e a Vila Histórica, que abrigam um prédio histórico e outros quinze espaços de visitação, cada um representando um local de vivência e importância para a história desse grupo. Vale problematizar que as exposições de longa duração foram primordialmente organizadas pela própria comunidade que idealizou o museu, com nenhum conhecimento técnico, mas profundos laços afetivos com a memória retratada e que ainda permanecem com a mesma leitura do passado. A base para construção do museu e dos espaços expositivos foram as fotografias acumuladas por esse mesmo grupo desde a sua chegada em Carambeí.

2. FOTOGRAFIA E MEMÓRIA

A fotografia ocupa um lugar central na construção das narrativas museológicas, especialmente em instituições como o Museu Parque Histórico, onde as imagens do acervo não apenas registram o passado, mas também moldam a

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



forma como ele é contado e compreendido. No contexto deste trabalho, a análise das fotografias do acervo busca compreender como essas imagens foram incorporadas à narrativa do museu e de que maneira contribuem para a construção de uma memória sobre o território e sua história. Para isso, será adotada uma metodologia que combina a análise documental, a contextualização histórica e a reflexão crítica sobre os processos curatoriais que orientam a seleção e o uso dessas fotografias. O ato de fotografar entre comunidades de imigrantes, como ocorreu na antiga colônia holandesa de Carambeí, não é apenas uma atividade de lazer, mas sim uma prática social investida de significados identitários. Ao documentarem o cotidiano como as plantações, construções, celebrações religiosas, paisagens e retratos familiares, os imigrantes não apenas registravam suas vidas, mas construíam, conscientemente ou não, uma narrativa visual que legitimava sua presença e participação na história do território. Tudo foi cuidadosamente registrado desde os anos iniciais até o tempo presente, desde a vida pública e a vida privada. Nesse sentido, a fotografia operava como uma forma de inscrição cultural. A memória coletiva é sempre socialmente moldada, e os registros visuais tornam-se instrumentos privilegiados na sua manutenção e transmissão (Halbwachs, 2006). Assim, o cotidiano dos imigrantes, muitas vezes invisível nas narrativas oficiais, como poses combinadas, aparece nas imagens preservadas, não apenas como documento histórico, mas como expressão de uma experiência de mundo. O museu buscou referências nessas imagens para construir suas exposições e os prédios que as abrigam.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



IMAGEM 1. DESFILE COMEMORATIVO 75 ANOS DE IMIGRAÇÃO HOLANDESA. 1986



Fonte: Acervo MPHC.

A imagem 1 mostra uma vila de colonos feita pela comunidade holandesa durante a comemoração dos 75 anos da imigração em Carambeí, em 1986. Esse espaço cenográfico, criado para visitação pública durante o evento, funcionou como um protótipo do que viria a se tornar o Museu Parque Histórico de Carambeí, fundado em 2001. Embora temporária, a vila montada naquele ano já revelava uma tentativa de organizar visualmente uma narrativa sobre o passado da colônia, reforçando elementos como o cotidiano agrícola, a religiosidade e os modos de vida dos primeiros imigrantes.

A reprodução da antiga vila de imigrantes no museu a partir de fotografias e memórias comunitárias, revela um projeto museológico que vai além da seleção de elementos simbólicos isolados. Trata-se da tentativa de reconstrução de um modo de vida, materializado em edificações como a igreja, a escola e a fábrica de laticínios. As imagens que serviram de base para essa empreitada não foram escolhidas puramente por sua função representativa, mas por seu caráter documental, eram registros do que existiu, do que foi vivido, do que se lembrava com precisão. Ainda assim, ao serem transformadas em arquitetura, essas imagens assumem novos sentidos, e passam a operar como dispositivos de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



memória que organizam, narram e consolidam uma versão específica do passado.

A imagem fotográfica, ao ser musealizada, atravessa uma transformação semiótica: do uso privado e doméstico, restrito às famílias e suas redes de significação, ela é deslocada para o espaço público, onde passa a operar segundo lógicas curatoriais, pedagógicas e simbólicas próprias da instituição museológica (Lacerda, 2012). Atrelado à seleção curatorial, o museu decide o que deve exibir ao seu público e atua como mediador de um olhar histórico, reconfigurando os significados de origem das imagens e dos objetos, para ajustá-los a uma narrativa institucionalizada. O uso dos registros fotográficos, os eixos temáticos das exposições, os objetos e a lógica de tempo revelam um projeto de instituição que é ancorado pelo passado fundador, linear e coeso, apoiado em um regime tradicional do passado (Hartog, 2013).

Os museus comunitários, enquanto instituições culturais enraizadas em dinâmicas sociais específicas, transcendem o caráter tradicional dos museus enquanto depósitos de objetos. No Brasil, especialmente em contextos marcados por fluxos migratórios, esses museus atuam como instrumentos de agenciamento da memória coletiva, operando na construção e na legitimação de identidades locais. Essa concepção foi incorporada, por meio de políticas públicas como a Política Nacional de Museus (2003) e pelo Programa Pontos de Memória, implementado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Essas iniciativas procuraram reconhecer, se era legítimo ou não esses processos museológicos autônomos, em territórios populares, rurais, indígenas, quilombolas e de imigrantes. Os grupos de imigrantes que se estabeleceram no Sul do país, especialmente os que vieram da Europa Central e do norte, desenvolveram sistemas culturais particulares, expressados através do idioma, religião, festividades e museus (Seyferth, 1989). A entrevista com o Historiador e Curador Felipe Pedroso, realizada em janeiro de 2025, foi conduzida com o objetivo de compreender as práticas curatoriais do Museu Parque Histórico de Carambeí a

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



partir da experiência direta de um de seus curadores. A entrevista foi transcrita integralmente e analisada com base em categorias temáticas. A utilização de entrevistas como fonte oral se justifica por sua capacidade de revelar camadas subjetivas, estratégias institucionais implícitas e disputas simbólicas que não aparecem integralmente em documentos formais. A entrevista é um instrumento que conjuga narrativa, memória e posicionamento histórico, oferecendo ao pesquisador não apenas fatos, mas sentidos atribuídos ao vivido (Alberti, 2005). A fala do curador foi cruzada com documentos institucionais, exposições e um inventário inicial do acervo fotográfico, o que pode permitir uma triangulação sobre as tensões entre memória institucional e participação comunitária. O consentimento do entrevistado foi obtido previamente, conforme as diretrizes éticas da pesquisa. A entrevista em questão constitui uma fonte privilegiada para a compreensão das dinâmicas internas que orientaram a curadoria, a construção da narrativa expositiva e os conflitos simbólicos presentes na gestão do acervo. Sua fala revela tanto a complexidade de lidar com uma memória, que foi fundada sobre pilares comunitários, quanto os desafios de uma instituição marcada por forte vínculo com uma elite fundadora descendente de imigrantes holandeses. Segundo o entrevistado, "[o acervo] já estava organizado, mas de forma tradicional. Era tudo centrado nas famílias fundadoras, nas festas, e na lógica da comemoração. A ideia de museu era muito mais a de um espaço de reverência" (Pedroso, 2025). Conforme relata Pedroso (2025), os desfiles comemorativos, como o de 1986, serviram de base para a formação das coleções do museu. "Os desfiles eram a principal atração... as mesmas alegorias dos desfiles foram transferidas para as coleções do museu... era uma reprodução do vivido." (Pedroso, 2025). "Foi importante não romper com o que já existia, mas tentar abrir pequenas janelas de outros olhares. A campanha de álbuns de família foi essencial nisso", afirma Pedroso, ao narrar seu esforço por ampliar o repertório iconográfico do museu. "As pessoas achavam que fotos de piquenique não importavam..., mas elas mostravam

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



hábitos, sociabilidade e aculturação...angariamos mais de 1000 fotos” (Pedroso, 2025). Essa campanha resultou em mais de mil fotografias digitais, muitas delas do cotidiano, como retratos informais, momentos de lazer, festas familiares que escapavam à lógica da representação cívica ou da história oficial.

O gesto curatorial de incorporar fotografias amadoras, especialmente as de cenas cotidianas como piqueniques, brincadeiras infantis, festas domiciliares, tensiona esse regime. Ao trazer o detalhe, o desvio, o afeto e a imperfeição, essas imagens instauram um regime presentista: um tempo que já não busca apenas conservar, mas interpretar e que não fixa a memória como herança incontestável, mas como matéria frágil, em disputa e em atualização constante (Hartog, 2013).

Até o momento, foram levantadas 425 fotografias, entre momentos de comemorações cívicas e registros pessoais de diferentes períodos. A coleção foi formada por doações da comunidade de diferentes etnias. As fotografias, nesse contexto, desempenham um papel central como ferramentas de reconstrução de memórias. Elas não apenas documentam momentos históricos, mas também carregam camadas simbólicas que refletem relações de poder e identidade. Como argumenta Stuart Hall (1997), as imagens são construídas dentro de regimes de representação e, como tal, seu uso em um espaço museológico deve ser acompanhado de uma crítica às condições de produção e circulação dessas imagens. No MPHIC, isso implica questionar como as narrativas visuais têm sido moldadas e como novas abordagens podem contribuir para um olhar mais equitativo sobre o passado.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



IMAGEM 2. IGREJA COLÔNIA CARAMBEÍ 1930. IMAGEM 3. RÉPLICA IGREJA NO MUSEU. 2025.



Fonte: Acervo MPHC.

A réplica da igreja, construída a partir de registros visuais, se estabelece no centro da Vila Histórica não apenas como reconstituição de um prédio, mas como ponto de ancoragem simbólica dessa comunidade holandesa. Sua presença no museu reafirma a centralidade da fé protestante na história da colônia, atribuindo a esse espaço uma função moralizante e fundadora. Esse fenômeno se insere no contexto das políticas de colonização e ocupação desenvolvidas a partir dos anos 1930, marcadas não apenas pelo incentivo ao povoamento agrícola, mas também pela implantação de referenciais comunitários e religiosos do país de origem, integrando fé e vida cotidiana no novo território. Ainda que não tenha uma escolha curatorial para destacar essa imagem em detrimento de outras, sua posição e reconstrução reforçam uma narrativa hegemônica que silencia outras formas de religiosidade presentes na região, como o catolicismo, as práticas afro-brasileiras ou a religiosidade das camadas marginalizadas. Essa representação fiel do passado acaba por apagar as tensões e as riquezas de experiências que vieram e vem a existir nesse território, fugindo da principal função social do museu, que é dialogar, tensionar e promover o debate crítico do território no qual está inserido. Por outro

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



lado essa reconstrução material do passado baseada em um documento como a fotografia é um recurso importante de não apagamento de uma memória patrimonial.

IMAGEM 4. ESCOLA COLÔNIA CARAMBEÍ 1937. IMAGEM 5. RÉPLICA ESCOLA NO MUSEU. 2025.



Fonte: Acervo MPHC

A imagem 4 foi utilizada como referência visual para a réplica da escola dentro do MPHC, compondo um cenário que remete ao passado, com carteiras alinhadas, quadro negro e alunos caracterizados, servindo de modelo para o espaço educativo na vila. Este tipo de ambiente escolar é representativo do contexto em que a expansão educacional no oeste do Paraná se deu na década de 1940, período marcado pela intensificação da colonização a partir das políticas do Estado Novo de Getúlio Vargas como a Marcha para o Oeste, que incentivou a ocupação planejada das terras paranaenses por migrantes do sul do país, além de imigrantes europeus (Fausto, 2014; Skidmore, 1999; Amador, 2018).

O processo de colonização articulou fatores econômicos, religiosos e políticos, integrando experiências escolares, como a criação das primeiras escolas rurais e a atuação de instituições católicas no ensino da região, cuja missão era a formação moral e cívica dos moradores (Zarth, 2012; Amador, 2018). Ao produzir a réplica da escola, a curadoria do museu reforça elementos da tradição, ordem e moral religiosa típicos da época, porém é importante reconhecer que essa

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



representatividade é seletiva e pouco aborda disputas de classe e as exclusões de gênero e etnia, temas que permeiam as dinâmicas de ocupação no sudoeste paranaense (Zarth, 2012; Fausto, 2014). Assim, a imagem da escola e sua réplica no museu funcionam como marcos visuais da pedagogia do progresso e da memória, tornando visível que a educação foi central no projeto de fundação da colônia, mas sem aprofundar as contradições sociais presentes nesse processo. A réplica é uma lembrança seletiva, aquilo que foi vivido por alguns se transforma em memória de todos, mesmo que muitos tenham sido deixados fora da sala de aula ou da história contada (Trouillot, 1995).

IMAGEM 6. FÁBRICA DE LATICÍNIOS 1940. IMAGEM 7. RÉPLICA FÁBRICA DE LATICÍNIOS NO MUSEU. 2025.



Fonte: Acervo MPHIC.

No caso da fábrica de laticínios, o que se reconstrói é uma memória de produtividade e progresso. A réplica, baseada em fotografias da antiga cooperativa, abriga uma exposição com os processos artesanais de beneficiamento do leite, reafirmando a cooperativa como símbolo de eficiência e trabalho coletivo. Contudo, essa reconstrução omite as transformações econômicas e sociais mais recentes, como a mecanização, os impactos da venda da Batavo e as mudanças nas relações de trabalho. A fábrica reconstruída não mostra o fim da cooperativa, mas

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



sim sua glória e, nesse gesto, seleciona qual parte da memória será eternizada. A venda da Cooperativa Batavo para a multinacional italiana Parmalat, ocorrida poucos meses antes, em abril de 1998, foi um marco para a comunidade holandesa e para Carambeí. Segundo noticiado pela Folha de S.Paulo, a Parmalat pagou cerca de R\$ 150 milhões por 51% das ações da Batávia S.A. O que não era a ideia inicial dos dirigentes da Batavo em Carambeí, mesmo com a possibilidade da venda, a parte majoritária deveria ficar com os membros fundadores (Folha de S. Paulo, 1998). A negociação foi vista como uma estratégia, de sucesso, para ampliar o domínio da multinacional no mercado de laticínios no Brasil, atingindo 19% de participação no setor e se posicionando logo atrás da Nestle, outra grande empresa do ramo (Folha de S.Paulo, 1998). Reportagens de jornais estaduais, como da Folha de Londrina, indicam que a negociação gerou resistência entre os 1.700 cooperados, refletindo as tensões os cooperados e direção da empresa (Folha de Londrina, 1998).

Mesmo que o projeto museológico não tenha operado por uma curadoria seletiva no sentido estrito, ao reconstruir toda a vila de imigrantes com base nas fotografias, o museu acaba produzindo a consolidação de uma narrativa única, coerente e harmoniosa do passado, resultando em uma forma de patrimonialização que naturaliza e estabelece um modo específico de habitar, de crer, de trabalhar e de ensinar. O museu transforma esse modo de vida em experiência normativa, apagando a complexidade da história, os dissensos e as demais formas de existência que coexistiram no território. A reprodução integral da vila, nesse sentido, opera como escolha simbólica que define qual memória será mantida visível.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A análise das fotografias históricas da igreja, da escola e da fábrica de laticínios, utilizadas como base para as réplicas arquitetônicas do Museu Parque Histórico de Carambeí, evidencia a função das imagens na construção de uma memória institucionalizada. As imagens não operam como registros neutros do passado, mas como construções simbólicas carregadas de significados cultural e ideologicamente determinados. A imagem fotográfica articula dois planos de sentido, o denotativo, que representa o que se vê literalmente, e o conotativo, que mobiliza códigos culturais, históricos e sociais para produzir sentidos (Barthes, 1984). No caso das imagens analisadas, os conotadores predominantes, como a religiosidade protestante, a educação disciplinada e o trabalho, revelam uma intencionalidade narrativa voltada à construção de uma memória harmoniosa e exemplar da imigração. Essa leitura permite observar como as fotografias foram mobilizadas não apenas como fontes documentais, mas como argumentos visuais que legitimam uma versão da história. Elas não mostram apenas o que foi, mas o que se deseja lembrar.

Nesse processo, algumas imagens são reiteradas recortadas e ressignificadas, operando como dispositivos retóricos que naturalizam uma tradição (Hobsbawm 1984), transformando práticas históricas em heranças incontestáveis.

Referências

ASSOCIAÇÃO PARQUE HISTÓRICO DE CARAMBEÍ. Relatório anual 2022. Carambeí: APHC, 2022.

AMADOR, Moisés da Silva. Origens da educação pública no oeste paranaense: a implantação da Escola de Porto Britânia (1938-1958). Disponível em: https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_61b8a8312dde47b49aae9f1465205d55.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. CHAGAS, Mário de Souza. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2009.

DUBOIS, Philippe. O ato fotográfico e outros ensaios. Campinas: Papyrus, 2014. DUNCAN, Carol. Civilizing rituals: inside public art museums. 2. ed. Londres: Routledge, 2005. FAUSTO, Boris. História do Brasil. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ICOM – INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Definição de museu (resolução aprovada na 22ª Assembleia Geral, Viena). Paris: ICOM, 2007.

LACERDA, Aline Lopes de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 283-302, jan./mar. 2012. PRIOSTI, Odalice Miranda. O novo museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, n. 28, p. 1-20, 2013.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silencing the past: power and the production of history. Boston: Beacon Press, 1995.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964). 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

ZARTH, Paulo. Colonização, conflitos e convivências nas fronteiras do Brasil, da Argentina e da Bolívia (séculos XIX e XX). Revista História, v. 31, p. 108-115, 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/download/hist.2019.231.13/60746902>. Acesso em: 20 jul. 2025.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Fontes

FOLHA DE LONDRINA. Parmalat adquire controle da Batavo. Folha de Londrina, Londrina, 08

abr. 1998. Disponível em

<https://www.folhadelondrina.com.br/economia/parmalat-adquire-controle-da-batavo-44274.html>. Acesso em: 02 jun. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Parmalat paga R\$ 150 milhões pela Batavo. Folha de S.Paulo, São Paulo, 08 abr. 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi08049820.htm>. Acesso em: 02 jun. 2025.

GAZETA DO POVO. Perdigão assume o controle da Batávia no Paraná. Gazeta do Povo, Curitiba, 04 fev. 2000. Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/perdigao-assume-o-controle-da-batavia-no-parana-a1lsn6jrl5tuw24rjwxetnpq/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

PEDROSO, Felipe André de Oliveira. Entrevista concedida a Karen Cristina Barros dos Santos.

Carambeí, 11 de janeiro de 2025. [Documento não publicado].

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



BIBLIOTECA DIGITAL PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DE ARQUITETURA DE CONHECIMENTO NAS HUMANIDADES DIGITAIS

Isabela Barboza de Melo¹
Luis Fernando Cerri²

¹ Mestranda em História pela UEPG

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas

A consolidação das Humanidades Digitais como campo interdisciplinar nas últimas décadas tem realizado transformações significativas na forma como o conhecimento é produzido, organizado, compartilhado e reaproveitado. Esta é uma área de investigação que está emergindo cada vez mais e tem sido definida como um campo que articula o uso de ferramentas digitais na pesquisa e difusão em humanidades e, simultaneamente, problematiza a cultura digital contemporânea. Dito isso, este projeto propõe o desenvolvimento de uma biblioteca digital voltada ao ensino de História no Brasil, fundamentada nos princípios das Humanidades Digitais, da ciência aberta, da história pública digital e da curadoria colaborativa. A iniciativa responde à problemática da dispersão, fragmentação e inacessibilidade de recursos pedagógicos e fontes históricas digitalizadas, que, embora existam em larga escala em plataformas institucionais, redes sociais, ONGs e acervos acadêmicos, carecem de um espaço comum de organização, indexação e reaproveitamento educacional.

1. INTRODUÇÃO

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A consolidação das Humanidades Digitais como campo interdisciplinar nas últimas décadas tem operado transformações significativas na forma como o conhecimento é produzido, organizado, compartilhado e reaproveitado. Esta é uma área de investigação que está emergindo cada vez mais e tem sido definida como um campo que articula o uso de ferramentas digitais na pesquisa e difusão em humanidades e, simultaneamente, problematiza a cultura digital contemporânea (Svensson, 2010; Burdick et al., 2020). Para Drucker (2013), as Humanidades Digitais devem ser compreendidas não apenas como aplicação instrumental de tecnologia, mas como um espaço de repensar as epistemologias e práticas das humanidades.

O desenvolvimento das Humanidades Digitais está intimamente relacionado à emergência de novas formas de organização do conhecimento, como bibliotecas digitais, arquivos digitais colaborativos e repositórios abertos. Segundo Drucker (2013), as humanidades digitais propõem não apenas novas técnicas de representação e análise, mas também novas epistemologias: a informação torna-se relacional, fluida e passível de reconfiguração constante. Isso faz repensar o próprio papel do historiador diante das fontes digitais, não mais compreendidas apenas como documentos, mas como objetos complexos, atravessados por lógicas hipertextuais, redes sociotécnicas e ecossistemas de dados.

Neste sentido, as Humanidades Digitais dialogam diretamente com os princípios da ciência aberta, que, conforme destaca Maria Fernanda Rollo (2020), pressupõe a abertura do processo científico em sua totalidade: do acesso aos dados à participação cidadã na coleta, curadoria e interpretação das informações. Em seu artigo "Desafios e responsabilidades das humanidades digitais", Rollo afirma que é urgente garantir a preservação da memória digital, ampliar o acesso a patrimônios culturais e promover formas colaborativas de produção de conhecimento. Tais elementos tornam-se ainda mais centrais no campo da história, à medida que a documentação histórica é progressivamente produzida, arquivada

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



e difundida em ambientes digitais. A ciência aberta atua como um catalisador para o envolvimento direto da sociedade com a ciência, criando contextos que estimulam a apropriação do conhecimento por cidadãos e instituições. Essa intermediação entre a academia e a sociedade é fundamental para garantir que o patrimônio digital e as memórias coletadas sejam preservados e valorizados, contribuindo para um legado cultural que beneficie as futuras gerações. Portanto, ao integrar diferentes fontes à biblioteca digital, não apenas se promove a acessibilidade, mas também se fortalece a colaboração entre pesquisadores e a sociedade, alinhando-se aos princípios da ciência aberta e ampliando o impacto das investigações realizadas.

Essa dimensão colaborativa com a sociedade, com as comunidades pode ser determinante na construção de novo conhecimento e em sua preservação presente e futura, e mesmo instrumental na compreensão e na ampliação da utilização da realidade digital até no sentido da salvaguarda e da valorização do patrimônio cultural e digital, em geral e especificamente das comunidades. (Rollo, 2020, p.30)

Isto posto, a proposta deste projeto de pesquisa é desenvolver uma biblioteca digital voltada ao Ensino de História no Brasil, com base em princípios das Humanidades Digitais, da ciência aberta, da curadoria colaborativa e da história pública digital. O objetivo é enfrentar um desafio recorrente no contexto educacional brasileiro: a fragmentação, dispersão e inacessibilidade de materiais históricos e pedagógicos, principalmente no que tange ao Ensino de História, visto que verificamos no Brasil diversas publicações escritas, impressas e eletrônicas (livros, artigos, comunicações em anais de eventos, etc.), arquivos de áudio e de vídeo, dados de pesquisa, documentação de políticas públicas (editais, relatórios, publicações para formação de agentes educacionais, etc.) e de organização não-governamentais (sindicatos, ONGs), referentes a um vasto número de temas sobre o Ensino de História.

A biblioteca digital aqui proposta pretende ser um ambiente de coleta,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



organização, descrição e difusão de materiais históricos digitais voltados à educação. Inspirada em experiências como o programa Memória para Todos¹⁷ (Rollo, 2020), ela atuará como um repositório em acesso aberto, com arquitetura da informação responsiva, metadados estruturados (utilizando para isso, inicialmente, o Zotero¹⁸) e mecanismos de busca e filtragem voltados à usabilidade pedagógica. Lima (2016) destaca que uma arquitetura da informação (AI) bem projetada é fundamental para garantir que os usuários não apenas encontrem o que procuram, mas também descubram relações significativas entre os conteúdos. A proposta de uma biblioteca digital voltada ao Ensino de História exige uma base sólida de organização da informação que permita não apenas o acesso técnico aos conteúdos, mas também sua significação pedagógica e cognitiva. Para isso, a Arquitetura da Informação

desponta como um modelo de gestão do conhecimento nas organizações, que estrutura e organiza a informação com o intuito de mapear as necessidades da instituição, de relacionar os processos e de ser um suporte que facilite as tomadas de decisões. Um dos maiores objetivos da arquitetura da informação é proporcionar uma estrutura lógica que possa ajudar o usuário a encontrar a informação de que necessita, tornando acessível o que já existe na organização. Segundo Davenport (1998), essas informações, muitas vezes, encontram-se dispersas dentro da organização, originadas de diferentes fontes, armazenadas em vários formatos, o que dificulta seu acesso. Nesse caso, a arquitetura da informação surge como um modelo em potencial para solucionar esses problemas, com o planejamento informacional do sistema. (Lima, 2016, p. 48)

Além disso, esse projeto também se ancora na ideia de que o ensino de História deve ser prática crítica e contextualizada. Autores como Jörn Rüsen (Pina, 2011), Bittencourt (2009) e Schmidt (2012) sustentam que ensinar história é desenvolver a competência narrativa e temporal dos sujeitos, preparando-os para compreender o mundo e atuar sobre ele. Assim, uma biblioteca digital não deve

¹⁷ <https://memoriaparatodos.pt/default.aspx?lang=pt>

¹⁸ Software gerenciador de referências em software livre e de código aberto para gerenciar dados bibliográficos e materiais relacionados a pesquisa.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



apenas fornecer documentos, mas também propor caminhos pedagógicos, estimular a interpretação crítica das fontes e abrir espaço para a multiperspectividade histórica. Nesse sentido, a construção da consciência histórica passa por reconhecer o aluno como sujeito ativo do processo de aprendizagem, capaz de elaborar interpretações e atribuir sentidos ao passado com base em sua inserção no presente.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste projeto parte do reconhecimento de que a criação de uma biblioteca digital colaborativa para o Ensino de História demanda uma abordagem integrada entre objeto de estudo, fontes, práticas historiográficas e referenciais teóricos das Humanidades Digitais. Nesse sentido, a investigação será guiada por uma perspectiva qualitativa, fundamentada na análise documental, na curadoria digital e na pesquisa aplicada.

A primeira fase do trabalho consistirá em um levantamento extensivo de fontes históricas digitalizadas e objetos educacionais já disponíveis em outras plataformas. As primeiras fontes a serem levantadas serão anais de eventos. Embora os ensaios, estudos e comunicações de pesquisas sobre o ensino de História possam ser rastreados até o século XIX, o marco da formação de uma comunidade de profissionais dedicados ao Ensino de História é o Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, encontrado no site da ABEH¹⁹, onde contém os objetos digitais referentes aos encontros Perspectivas e aos Encontros Nacionais de Pesquisadores do Ensino de História, iniciados em 1992 em

¹⁹ Na trajetória de consolidação do Ensino de História como um campo de pesquisa e produção de conhecimento, a Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH) está articulada aos eventos *Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História* e do *Encontro Nacional Pesquisadores do Ensino de História*, uma vez resulta de discussões e articulações gestadas nesses eventos e, atualmente, é a responsável por sua organização e promoção.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Uberlândia, e se abre aos anais de outros eventos associados ao Ensino de História, e ainda a trabalhos de Ensino de História publicados em outros tipos de eventos.

Posteriormente, será feito o levantamento de Trabalhos de Conclusão de Curso. Esses trabalhos referem-se a textos produzidos como requisito para a obtenção de títulos acadêmicos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Do ponto de vista do estudioso do campo, esses trabalhos são fundamentais para entender suas características e desenvolvimento, pois são registros das pesquisas originais, com suas novas ideias, dados inéditos, perspectivas teóricas e metodológicas inovadoras, posições críticas e registro dos debates relevantes em cada contexto histórico. Além disso, abrangem uma diversidade de temas, como que refletem áreas emergentes e nichos de especialização dentro do campo, bem como fornecem bases sólidas para trabalhos futuros, e frequentemente são citados em textos científicos subsequentes.

Na sequência, será trabalhado com arquivos de áudio e vídeo. A evolução dos recursos da internet 2.0 possibilitou que os usuários da rede se convertessem em produtores de conteúdo de modo cada vez mais fácil e completo. A pandemia de Covid-19 e a escassez de recursos públicos para financiar eventos e viagens de pesquisadores deram o impulso para a extensa proliferação de vídeos, lives, podcasts e outros recursos de comunicação audiovisual em que o Ensino de História é o eixo articulador. Pretende-se organizar e disponibilizar os metadados desses materiais, começando pelo canal da Associação Brasileira de Ensino de História no Youtube e avançando para materiais de universidades, grupos de pesquisa, outras entidades científicas e profissionais etc. Assim fica viável pesquisar por temas e palavras-chave dentro desse universo de recursos, antes dispersos, para incorporá-los como referência em novos estudos. Ao baixar e arquivar estes materiais, a biblioteca digital contribui para a sua preservação e a disponibilização e difusão dos arquivos. Alternativamente, dos áudios e vídeos

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



podem ser extraídas as transcrições, de modo a aperfeiçoar e agilizar ainda mais as pesquisas.

Além disso, será feito o levantamento de dados de pesquisa – cadernos de campo, planilhas de dados, textos, fotos, depoimentos, entrevistas em áudio e vídeo – enfim, qualquer material e dado resultante de pesquisa concluída. A função desse armazenamento e disponibilização, além dos motivos de registro histórico, é permitir a revisão dos resultados para que pesquisas futuras façam dos pontos de chegada das investigações concluídas os seus pontos de partida, de forma a otimizar o avanço dos resultados e de suas discussões. Adicionalmente, a biblioteca digital cria um recurso para que avaliadores, por exemplo, em bancas de trabalhos de conclusão ou pareceristas de periódicos possam acessar e revisar os dados, ampliando a qualidade da revisão por pares e da interlocução científica.

Por fim, será feito o levantamento de livros e capítulos. Uma característica de diversas áreas das Ciências Humanas é a publicação de ensaios, debates e relatos de experiência educativa e de pesquisa em livros autorais (em que o autor ou autores escrevem unitariamente o conjunto da obra) ou coletâneas (em que diversos autores escrevem cada um uma parte da obra, referente a um ou mais aspectos do tema geral do livro). Dada a importância desses materiais, e uma vez que estejam em acesso público e gratuito ou tenham autorização editorial para armazenamento e/ou disponibilização na plataforma, essa coleção busca organizar os capítulos e os livros completos a partir de seus metadados, e disponibiliza os objetos digitais completos sempre que possível.

As fontes mencionadas serão organizadas, na Biblioteca Digital, por subcoleções. Sendo elas então: Subcoleção Eventos; Subcoleção Trabalhos de Conclusão; Subcoleção Audiovisual; Subcoleção Dados de Pesquisa; Subcoleção Livros e Capítulos.

A coleta e seleção desses materiais não será neutra: será orientada pelo referencial teórico que entende a história como narrativa situada, multiperspectiva

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



e vinculada à formação da consciência histórica dos sujeitos. Assim, a curadoria buscará contemplar vozes plurais, temporalidades diversas e abordagens críticas, reconhecendo o potencial político e formativo das fontes.

Na segunda fase, os materiais selecionados serão organizados e inseridos em uma plataforma digital de acesso aberto, construída com base em software livre (preferencialmente Omeka). A plataforma será desenhada com atenção à arquitetura da informação (Lima, 2016; Cunha e Vieira, 2023), à experiência do usuário e à padronização dos metadados (como o Zotero), garantindo navegabilidade e acessibilidade dos conteúdos.

A terceira fase envolverá a aplicação prática da biblioteca digital em contextos educacionais reais. A intenção é firmar parcerias com professores de universidades, alunos e pesquisadores, que atuarão como colaboradores ativos na testagem da plataforma. Serão utilizados instrumentos como questionários, entrevistas semiestruturadas e grupos focais para avaliar a usabilidade, a clareza, a relevância dos materiais e o impacto pedagógico da ferramenta. Esta fase visa não apenas avaliar tecnicamente a plataforma, mas também investigar como os usuários interpretam, reconfiguram e integram os conteúdos em suas práticas educativas.

É importante compreender que esse projeto parte do pressuposto de que não se trata apenas de digitalizar acervos, mas de reorganizar a forma como o conhecimento histórico é acessado, contextualizado e utilizado. A digitalização, nesse caso, será compreendida como processo ativo de mediação historiográfica, e não mera reprodução técnica de documentos. O historiador passa a operar como curador, designer de experiências de aprendizagem e facilitador de interpretações, papel este potencializado pelas tecnologias digitais e pela cultura colaborativa (Drucker, 2013; Jenkins, 2009).

Por fim, os dados e as experiências resultantes da implementação e testagem da biblioteca alimentarão a produção de um guia metodológico e de artigos

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



acadêmicos, permitindo tanto a reflexão crítica quanto a replicação da iniciativa em outros campos do conhecimento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biblioteca digital aqui proposta não pretende ser um repositório neutro ou meramente informativo. Pelo contrário, ela se configura como uma ferramenta pedagógica dinâmica, que favorece o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, oferecendo recursos que incentivam a leitura crítica das fontes, o confronto entre diferentes versões dos acontecimentos e a compreensão da historicidade dos discursos. Ao reunir materiais oriundos de múltiplos contextos — incluindo coletivos sociais, acervos populares e arquivos institucionais —, a biblioteca possibilita o contato com perspectivas historiográficas diversas, promovendo a abordagem multiperspectiva e combatendo visões únicas ou cristalizadas da história.

Ainda no campo da cultura digital, autores como Jenkins (2009) destacam a importância das práticas colaborativas, da produção participativa de conteúdos e da curadoria digital como formas de democratizar o acesso ao conhecimento. Essa dimensão é central no presente projeto, que se propõe a incorporar contribuições de professores, pesquisadores e estudantes na seleção, descrição e uso pedagógico dos materiais.

No campo das bibliotecas digitais, Rosetto (2008) defende que a concepção de uma biblioteca digital deve ser realizada como uma ferramenta para propiciar o acesso à informação constituída em meio digital e também incluir outros meios tradicionais, mas, antes de tudo, deve constituir-se como um instrumento para a democratização do acesso ao conhecimento e inclusão social e cultural. Nesse sentido, mais do que um repositório de dados, a biblioteca digital deve assumir um papel ativo na promoção da equidade informacional, rompendo barreiras

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



geográficas, econômicas e educacionais, e contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, participativa e informada.

Espera-se, ao fim do processo, produzir não apenas uma biblioteca, mas uma metodologia replicável para outras áreas do conhecimento, contribuindo para a formação de professores, o fortalecimento da memória histórica e a democratização do conhecimento histórico no Brasil. Além de fortalecer os estudos sobre o campo do Ensino de História, pois a partir dessa produção poderá ser observado momentos extremamente importantes desse campo de pesquisa e as múltiplas vozes que constituem e modulam o debate sobre o Ensino de História. Pois, apesar do notável crescimento desse campo, persistem lacunas de conhecimento, uma vez que muitos professores e historiadores demonstram resistência quando o tema é abordado. Embora se trate de uma área consolidada e dotada de uma rica produção, ainda é escassamente explorado pelos historiadores, sejam eles do próprio campo do ensino de história, teóricos da história ou historiadores da ciência, por exemplo.

Portanto, ao unir os princípios da cultura digital, da educação histórica e da participação cidadã, este projeto busca afirmar as Humanidades Digitais não apenas como um campo de aplicação tecnológica, mas como um espaço crítico de produção, organização e democratização do conhecimento histórico no contexto da educação brasileira contemporânea e, não menos importante, fomentar o debate acerca do Ensino de História, contribuindo com os estudos sobre o surgimento e desenvolvimento do ensino de história no Brasil como disciplina de fronteira no campo da História/ Educação.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 2009.

BURDICK, Anne et al. Um breve guia para as Humanidades Digitais. **TECCOGS Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, 2020.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



CUNHA, Murilo Bastos da; VIEIRA, Josina da Silva. Arquitetura da Informação aplicada aos softwares de bibliotecas digitais: um enfoque nos elementos do sistema de organização. **Em Questão**, v. 29, p. e-126808, 2023.

COELHO, Fernando Mendes. Hipertexto e o trabalho do historiador: possibilidades de investigação mediante fontes virtuais. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, v. 1, n. 03, p. 116-132, 2023.

DE LIMA, Gercina Ângela. Arquitetura da informação. **Arquitetura da informação na câmara dos deputados**, 2016.

DRUCKER, Johanna. Is there a "digital" art history?. **Visual Resources**, v. 29, n. 1-2, p. 5-13, 2013.

GUERREIRO, Dália; BORBINHA, José Luís. Humanidades digitais: novos desafios e oportunidades. 2014.

JENKINS, Henry. Enfrentando os desafios da cultura participativa: Educação midiática para o século XXI. MIT Press, 2009.

PINA, Max Lanio Martins. O ensino de história na perspectiva de Jörn Rüsen. **Revista de História da UEG**, v. 4, n. 1, p. 284-292, 2011.

ROLLO, Maria Fernanda. Desafios e responsabilidades das humanidades digitais: preservar a memória, valorizar o patrimônio, promover e disseminar o conhecimento. O programa Memória para Todos. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 33, n. 69, p. 19-44, 2020.

ROSETTO, Marcia. Bibliotecas Digitais—Cenário e Perspectivas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 4, n. 1, p. 101-130, 2008.

SAYÃO, Luis Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique. O desafio da interoperabilidade e as novas perspectivas para as bibliotecas digitais. **Transinformação**, v. 20, p. 133-148, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação**, v. 16, n. 37, p. 73-91, 2012.

SVENSSON, Patrik. O panorama das humanidades digitais. **Digital humanities quarterly**, v. 4, n. 1, 2010.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



EROSÃO DE IDENTIDADES NO CAMPO: O ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E A POSSÍVEL PERDA DA IDENTIDADE RURAL

Lucas Pereira Torregrossa¹

João Paulo da Rocha²

Mestrando em ensino de História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa¹

Mestre em Ensino de História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa²

A presente pesquisa busca construir uma revisão bibliográfica discutindo com outros autores que discutem sobre a desestruturação de sociedades e culturas que possivelmente perderam ou ressignificam a identidade do ruralismo ao longo do tempo. Essa possível perda ou reconstrução identitária será analisada por meio de fatores que exercem influência direta sobre o cotidiano e os modos de vida dos sujeitos inseridos nesse contexto. Sugere-se que o capitalismo, enquanto sistema hegemônico, molda essa crescente imersão de culturas urbanas, interferindo significativamente na formação de uma identidade coletiva que se torna cada vez mais dependente de um mundo regido pela lógica mercantilista e consumista. Nesse processo, a imagem do homem camponês passa a ser marcada por estereótipos que o associam a atrasos e inferioridades, reforçando a ideia de subalternidade em relação aos valores urbanos. O estudo também busca compreender de que forma esses discursos impactam a valorização das práticas, saberes e modos de vida rurais, frequentemente invisibilizados. Ao mesmo tempo, pretende-se refletir sobre as resistências e estratégias de preservação cultural presentes na comunidade, principalmente na educação do campo que passa por uma reformulação com as novas diretrizes curriculares.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta parte será abordado como autores clássicos e fontes bibliográficas discutem sobre o capitalismo na estruturação da urbanização e industrialização, a relação do homem do campo com o meio imerso, a percepção construída de “si próprio” ao longo do tempo e a possível desestruturação de identidades rurais historicamente em diferentes posições geográficas, com foco em abordar esse fenômeno local.

Também trataremos da mudança de conceito entre educação rural (noção de levar o progresso ao atrasado) e educação do campo (formar e educar a partir da experiência e vivência local, compreender a realidade local), que além de uma mudança de terminologia, essa propõe e está estritamente ligada à pesquisa.

Essa análise possibilita identificar características de uma civilização, diversa e plural, possera, arrendatária, meeira ou proprietária de pequenas propriedades rurais.

1.1 ESTRUTURAS RURAIS FRENTE AO CAPITALISMO

Estudos sobre a intervenção capitalista nas formas de produção e construção de novas classes sociais não são recentes, ao analisar a transição que sociedades enfrentaram ao longo do tempo, passando de modelos de caça, coleta, agricultura de subsistência, e enfim partindo grandes produções ou modelos de trabalho assalariados notamos um impacto profundo na autonomia e na "essência da produção" das comunidades rurais, levando à perda de suas características e à dependência crescente de centros urbanos e do sistema industrial.

Para Thompson (1987, p. 11) “a fábrica surge como o símbolo das energias sociais que estão destruindo o verdadeiro curso da natureza”, ou seja, a desigualdade entre proprietários e trabalhadores começa a brotar como o vapor das máquinas.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Historicamente Thompson trata a formação de classes como um fenômeno cultural na formação de distritos e comunidades.

Segundo Thompson,

A equivalência entre a indústria do algodão e a nova sociedade industrial, e a correspondência entre as novas formas de relação social e produtiva, foram um lugar comum para observadores entre os anos de 1790 e 1850. Karl Marx expressou isso com raro vigor ao declarar: “o tear manual gerou a sociedade do senhor feudal; o tear a vapor a sociedade capitalista industrial”. E não era apenas o proprietário da fábrica, mas também a população trabalhadora trazida a viver junto e ao redor dela que parecia “nova” aos seus contemporâneos (Thompson, 1987, p. 12).

As comunidades rurais que antes dependiam de indústrias domésticas, como a tecelagem, e o artesanato gradualmente se tornaram dependentes do sistema industrial. Essa dependência manifestou-se na necessidade de vender sua produção para mercados externos e na busca por trabalho em centros urbanos ou distritos manufatureiros.

Assim, a autonomia das comunidades rurais foi comprometida à medida que elas se inseriram em uma rede econômica mais vasta e hierárquica, perdendo o controle direto sobre seus meios de subsistência e suas práticas produtivas tradicionais. A emergência da “classe operária”, definida tanto por sua existência econômica quanto cultural, reflete essa transformação, na qual os indivíduos passaram a ser identificados por sua relação com o capital e a produção industrial, em vez de suas raízes rurais ou práticas comunitárias.

A “essência da produção” foi alterada, pois a agricultura deixou de ser primariamente para subsistência local e passou a integrar uma economia de mercado mais ampla, na qual os preços e a distribuição eram cada vez mais determinados por forças externas. A mudança de um sistema que antes se baseava em uma “moral paternalista” para uma economia de mercado, é um exemplo dessa alteração, onde a regulação dos alimentos, antes guiada por costumes e tradições locais, passou a ser ditada por regras capitalistas de mercado.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A introdução do capitalismo e do que Thompson concebe como o "estruturalismo" (no sentido de novas estruturas sociais e econômicas emergentes, como a classe operária) rompeu com as formas tradicionais de ruralização, especialmente no período da Revolução Industrial inglesa, entre 1790 e 1832. No entendimento do contexto de agitação popular na Inglaterra consideram-se descontentamentos por razões do preço do trigo e depressões econômicas, mas que ainda assim pode se destacar que a vida do trabalhador industrial em 1840 era melhor, em muitos aspectos, que a do trabalhador doméstico em 1790. A revolução industrial foi um período não de catástrofes ou conflitos e opressão de classes, mas de desenvolvimento (Thompson, 1987, p. 19). O autor trata sobre três grandes influências que agitaram o contexto da revolução: o aumento da população, a revolução tecnológica, e uma contra-revolução política. Influências estas que serviram de justificativas diante da catastrófica exploração econômica e opressão política. "As relações entre patrões e empregados tornaram-se mais duras e menos pessoais; mesmo sendo correto afirmar que a liberdade potencial do trabalhador tenha aumentado, visto que o empregado nas fazendas ou artesão na indústria doméstica" (Thompson, 1987, p. 23).

A mudança de relações entre propriedade e trabalho somados a novas linguagens políticas, surgimento de novas formas de organização social desloca a população rural e rompe não apenas economicamente mas cultural e socialmente, moldando uma nova identidade.

Raymond Williams identifica a introdução do capitalismo e as transformações sociais daí decorrentes como grandes rupturas com as formas tradicionais de ruralização, especialmente marcadas pelo que ele chama de "Primeira Grande Divisão Moderna" e o período da Revolução Industrial.

Williams aponta o período da Revolução Industrial como o marco central, idealizando a noção de avanço, o cinema as luzes, a propaganda encantadora do progresso que diferencia o campo e a cidade. O autor descreve esse fenômeno de

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



transição como uma “escada rolante”. ‘A escada rolante’ que o autor sugere passa por uma retrospectiva que deve ser levada em conta o religioso, humanístico, político e cultural. Houve uma alteração acentuada nas relações entre campo e cidade. Ele situa essa transformação principal entre as décadas de 1820 e 1830 e o início do século seguinte dividido nos seguintes pontos. Movimento dos Cercamentos (Enclosures): Este é um processo fundamental que Williams aborda, mostrando como a legalização da propriedade privada e a dissolução da economia feudal impactaram as terras comuns e as práticas comunitárias. Os cercamentos forçaram a mudança de um modo de vida tradicional para um sistema de trabalho assalariado e a dependência do mercado. O “Desenvolvimento” como Ruptura: O próprio conceito de “desenvolvimento” é um marco, pois implicou uma reestruturação fundamental da vida rural, transformando a agricultura de subsistência em produção para o mercado e a indústria doméstica em trabalho fabril. Manifestações das Rupturas na Vida Social e Cultural do Campo. Mudança nas Relações Sociais: As comunidades rurais, antes vistas como unitárias, tornaram-se estratificadas por novas divisões de classe (proprietários/arrendatários, empregadores/empregados). A identidade coletiva baseada na comunidade e práticas comuns foi substituída por relações mais impessoais e econômicas. Deslocamento de Populações e Urbanização: A necessidade de trabalho levou ao êxodo rural para os distritos manufatureiros e centros urbanos, o que desestruturou as comunidades originais e alterou a paisagem e a cultura do campo. Transformação da Percepção do Campo: A ruptura manifestou-se na forma como o campo era percebido e representado. A ideia do “campo” como um lugar de “pureza” e “natureza intocada” passou a ser um contraste com a realidade das duras condições sociais e econômicas impostas pelo capitalismo, levando a representações literárias que ora idealizavam, ora criticavam a vida rural.

Na literatura idealizadora, segundo Williams (1990, p. 40) a vida rural nos poemas citados pelo autor considera-se um “éden terrestre”. Na literatura crítica é estereotipado como “o matuto, o caipira, de um meio rural distante, leite, palha,

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



animais e bosta são palavras chave que rapidamente levam a paródia e ao riso” (Williams, 1990, p. 58).

Percebe-se que as narrativas históricas dominantes não apenas registraram os acontecimentos, mas também ajudaram a construir uma visão de mundo centrada no urbano e no industrial. Seja pela chamada “propaganda dos vencedores”, pelas ideias iluministas de progresso e civilização, ou mesmo pelos discursos de liberdade e direitos, consolidou-se um imaginário que associava o campo ao atraso e a cidade ao futuro.

No ensino da história, esse movimento tornou-se ainda mais evidente: o foco nos grandes feitos, nas elites e no desenvolvimento industrial reforçou a marginalização das práticas e identidades rurais, muitas vezes tratadas como resquícios de um passado destinado ao desaparecimento. Assim, a relação entre campo e cidade foi moldada não apenas por processos econômicos, mas também por discursos que, consciente ou inconscientemente, desvalorizaram o rural em favor dos valores urbanos capitalistas.

Historicamente percebe-se que o capitalismo institui uma guerra de narrativas entre o ruralismo doce, passivo de uma vida tranquila e com qualidades orgânicas, e um lugar de atraso e decadência, que precisa ser reestruturado.

1.2 IDENTIDADE RURAL

A formação de identidades locais, particularmente em contextos rurais e em face da modernização, é um processo multifacetado que pode ser profundamente compreendido através das lentes das obras de Antonio Candido e Pierre Bourdieu. Ambos os autores investigam como as mudanças econômicas, a penetração de modelos culturais externos e as interações sociais redefinem a auto-percepção e as práticas dos indivíduos em comunidades tradicionais. Em "Os Parceiros do Rio

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Bonito", Antonio Candido oferece uma análise sociológica clássica do caipira paulista e da transformação de seus meios de vida.

A obra reconstrói o que ele chama de "equilíbrio social". Segundo Candido (2010, p. 44) seu estudo permite reconstruir o tipo de equilíbrio entre o grupo e o meio, característico da cultura tradicional do caipira, obtido pela elaboração original das heranças culturais que recebeu.

O caipira tradicional, caracterizado por uma economia de subsistência semifechada e seminômade, com agricultura itinerante e povoamento disperso. Este equilíbrio, considerado "mínimo" em termos vitais e sociais, era sustentado por uma sociabilidade que encontrava seu ponto de referência no "bairro rural", um conceito fundamental para a organização social e a garantia da sobrevivência.

Para Candido,

A combinação dos traços culturais indígenas e português obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta cuja, estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos. por isso, na habitação na dieta, no caráter do caipira, gravou-se para sempre o provisório da aventura (Candido, 2010, p. 45).

O autor cita um hábito pelo qual cada um produzia seu próprio mantimento e raramente precisava ir à vila para comprar sal, e que em anos fartos, sobravam os alimentos. Fiavam o algodão, produziam suas vestes, utensílios que careciam para os afazeres, e até mesmo a pólvora, o chumbo que posteriormente usariam para nutrir a dieta do caipira. Segundo Candido (2010, p. 48), foi o povoamento disperso que favoreceu a manutenção duma economia de subsistência, constituída dos elementos sumários e rústicos próprios do nomadismo".

Os tipos de povoamento geralmente se atrelavam a relações de familiaridade e amizade. A estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas (Candido, 2010, p. 76).

No entanto, com a crescente abertura e dependência do mercado e o avanço da urbanização, Candido observa um processo de desequilíbrio. A vida caipira sofre mudanças significativas, como o enfraquecimento do que ele chama de cooperação vicinal, característica dos bairros rurais e perdas na dieta, que se torna menos variada. Surgem novas necessidades criadas pelo mercado que não são correspondidas pelo aumento do poder aquisitivo, gerando turbulências e indicando um desajuste profundo na identidade e bem-estar do caipira. “A condição do parceiro torna-o vulnerável ao impacto dos problemas econômicos, por meio dos quais ele procura definir e manifestar o seu juízo sobre as ocorrências que lhe vão transformando a vida” (Candido, 2010, p. 225).

Cândido via esse processo como uma “aculturação” e sugeria que os fatores de persistência da cultura tradicional poderiam ter uma função reguladora para a sobrevivência social e cultural do caipira, em vez de serem descartados.

Na análise de Pierre Bourdieu em “O Camponês e Seu Corpo”, baseada em um estudo etnográfico no Béarn, no Sudoeste da França, ilumina a formação da identidade local através do julgamento que penetra no mundo rural. “[...] o camponês é desfavorecido nessa competição [...] porque se mostra tão mal adaptado, tão desconcertado, nas ocasiões institucionalizadas [...]” (Bourdieu, 2006, p. 84).

Ele descreve um verdadeiro “choque de civilizações” onde os modelos culturais da cidade – sua música, danças e técnicas corporais – irrompem na vida camponesa, desvalorizando os padrões tradicionais. Bourdieu destaca como a hexis corporal (o porte, os gestos e o modo de se comportar) funciona como um “signum social” (símbolo social), revelando a condição econômica e social.

O autor cita que,

No meio da pista, uma dezena de casais dança, com muita facilidade, os ritmos da moda. São principalmente os “estudantes” (lous estdians), isto é,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



os alunos do curso secundário e dos colégios dos vilarejos vizinhos, a maioria proveniente do *bourg*. Há também alguns páraquedistas seguros de si e alguns jovens da cidade, operários ou empregados; dentre eles, dois ou três usam chapéu tirolês e se vestem com jeans azul e jaqueta de couro preta. Dentre as jovens na pista de dança, várias vêm dos recônditos dos *hameaux* mais distantes, vestidas e penteadas com elegância, às vezes de maneira estudada; outras são de Lesquire, trabalham em Pau ou Paris como costureiras, empregadas domésticas ou vendedoras. Todas têm a aparência de moça da cidade (Bourdieu, 2006, p. 84).

O camponês, percebido pelos moradores da cidade como "pesadão" ou "rústico", com um andar lento e desajeitado, é levado a essa imagem desvalorizada. Essa introdução resulta em uma "consciência infeliz de seu corpo", que se torna a ocasião privilegiada para a tomada de consciência da condição camponesa de forma pejorativa. "Os camponeses de antigamente", dizia um idoso da cidadezinha, "andavam sempre com as pernas arqueadas, como se tivessem os joelhos virados para dentro, com os braços curvados" (Bourdieu, 2006, p. 85).

O embaraço com o próprio corpo leva a uma atitude introvertida, timidez e sem-jeito, especialmente em situações sociais que exigem extroversão, como a dança, que para o camponês moderno representa uma "feminização" e uma contradição à sua imagem rústica.

As relações de gênero desempenham um papel crucial nessa transformação. As mulheres são significativamente mais aptas e motivadas a adotar modelos culturais urbanos (corporais, indumentários e de relacionamento) do que os homens.

Segundo Bourdieu,

As mulheres são muito mais aptas e mais dispostas que os homens para adotar os modelos culturais urbanos, tanto corporais como indumentários, isso se deve a diversas razões convergentes. Em primeiro lugar, elas são bem mais motivadas para adotar os modelos culturais urbanos que os homens, uma vez que a cidade representa para elas a esperança da emancipação[...] Além disso, as mulheres são preparadas, por toda sua formação cultural, para estar atentas aos detalhes exteriores da pessoa e, mais particularmente, de tudo que se refere à "apresentação" (*tenue*), nos diferentes sentidos do termo. Elas têm, como que de maneira estatutária, o monopólio do juízo de gosto. Essa atitude é encorajada e favorecida por todo o sistema cultural. Não é difícil ver uma menina de dez anos discutir com sua

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



mãe ou suas amigas o corte de uma saia ou de uma blusa (Bourdieu, 2006, p. 84).

Para elas, a cidade representa a esperança de emancipação. Isso as leva a julgar os homens do campo por critérios urbanos, desvalorizando-os. Em contraste, os homens sofrem de uma "cegueira cultural" e são desencorajados a exibir atenção excessiva aos trajes, um comportamento considerado "afeminado", o que contribui para a persistência de uma postura mais tosca e grosseira no campo. Isso influencia no desencontro entre os sexos, e tem um impacto direto nas trocas matrimoniais, resultando em um crescente celibato entre os homens do campo, mesmo entre os mais inteligentes e dinâmicos.

Ambos os autores revelam que a formação da identidade local é um processo dinâmico e muitas vezes conflituoso, moldado pela tensão entre o tradicional e o moderno. Cândido mostra a ruptura do "equilíbrio social" e a "fome psíquica" causada pela inserção do caipira no mercado. Bourdieu, aprofunda-se na dimensão da desvalorização do corpo camponês e a "consciência infeliz" que emerge da comparação com os modelos urbanos, destacando as diferenças de gênero nessa assimilação cultural. A perda de danças e práticas tradicionais, a criação de julgamentos externos e a crise social do celibato são manifestações concretas dessa redefinição identitária.

Assim, a formação de identidades locais não é apenas uma questão de adaptação a novas condições econômicas, mas também uma profunda reconfiguração da auto-percepção, das relações sociais e da própria corporeidade.

1.3 EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO (NOVOS CONCEITOS)

Com a publicação em 2006, das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, no Paraná, as antigas escolas rurais, muitas vezes chamadas de isoladas, o

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



que refletia, ao mesmo tempo, o distanciamento geográfico dessas instituições em relação aos centros urbanos e o seu profundo isolamento estrutural dentro do sistema de ensino, marcado pela precariedade, pela falta de recursos e pelo sistema multisseriado com um único professor (Souza, 2023), passam a se consideradas como Escolas de Educação do Campo.

A compreensão do processo de transição entre a noção de "educação rural" e a formulação de "educação do campo" no Paraná vai muito além de simples mudança de terminologia, mas exige, primeiramente, uma atenção rigorosa ao uso conceitual dos termos.

A escolha de palavras, neste caso, não é apenas um detalhe terminológico, mas uma demarcação epistemológica e política fundamental. Ela expressa visões de mundo antagônicas acerca do papel da escola, da identidade dos sujeitos que habitam o espaço não-urbano e do próprio projeto de desenvolvimento para o campo e para o país. A análise dessa mudança, portanto, revela a passagem de um paradigma de negação para um de afirmação.

O modelo historicamente predominante de "educação rural" carregava um sentido intrinsecamente marcado por uma perspectiva integracionista e compensatória. Nessa visão, o meio rural era percebido como um espaço carente, um resíduo do passado a ser modernizado ou superado pelo avanço urbano.

Como Fonseca afirma,

A educação rural ganha importância política e ideológica depois dos anos 1930, quando "a migração rural para as zonas urbanas passou a ser vista com uma ameaça à harmonia e à ordem das grandes cidades e uma possível baixa na produtividade do campo" (Fonseca, 1985, p. 55).

A escola, nesse contexto, operava como um instrumento para civilizar o "atraso" e adaptar seus sujeitos à lógica da cidade. Como observa Roseli Caldart em sua análise crítica, a própria terminologia cumpria uma função ideológica precisa: "ao falar em educação rural, legitimava-se a ideia de que o campo deveria ser educado

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



para se tornar urbano, negando-se a existência de uma cultura própria e de um sujeito coletivo com identidade própria". O termo "rural" funcionava, assim, como um marcador de déficit, resultando em políticas de fechamento de escolas (nucleação), em currículos descontextualizados e na perpetuação de estereótipos que inferiorizam o modo de vida camponês.

A emergência da noção de "educação do campo" surge como um movimento de ruptura frontal com esse paradigma. Nascida no seio das lutas dos movimentos sociais, especialmente a partir da década de 1990, essa nova expressão é um ato político de autorreconhecimento e de reivindicação de identidade. A substituição do termo não é meramente semântica; ela implica a recusa da visão urbanocêntrica e a afirmação de um projeto educacional concebido "a partir" do campo, e não apenas "para" o campo. Essa concepção se aprofunda na síntese política e pedagógica expressa na luta por uma escola "NO campo, PARA o campo e DO campo". Na perspectiva de Caldart, a escola NO campo é a garantia do território, a base material da resistência contra o fechamento de escolas e o direito de estudar onde se vive. A escola PARA o campo define sua finalidade: formar sujeitos para um projeto de futuro que valorize a vida camponesa, a agroecologia e a cooperação, em oposição a um modelo que historicamente preparou para o êxodo. E, de forma mais radical, a escola "DO campo" é aquela cuja identidade, conhecimento e pedagogia brotam da própria realidade, tendo o trabalho e a luta social como seus princípios educativos. É, portanto, um projeto que não apenas rejeita o modelo urbano, mas afirma a cultura e os saberes da classe trabalhadora camponesa como a matriz de sua própria formação.

A distinção é elucidada por Fernandes e Molina ao afirmarem que "a expressão 'do campo' afirma uma pertença, uma identidade e uma produção cultural; ela marca a diferença em relação à concepção rural, que pressupõe subalternidade e negação". Falar "do campo" é, portanto, reconhecer seus sujeitos como produtores de conhecimento, cultura e história.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



No Paraná, as primeiras conferências estaduais sobre o tema, realizadas a partir de 2002, foram espaços cruciais para consolidar esse deslocamento político e conceitual. Esses encontros, que reuniram professores, pesquisadores, gestores e, fundamentalmente, os movimentos sociais do campo, questionaram a inadequação do termo “escola rural” e reafirmaram a necessidade de uma “escola do campo”, comprometida com os modos de vida, as práticas produtivas e as lutas dos trabalhadores. Nesse processo, a construção conceitual foi compreendida como um ato político essencial: nomear de forma correta e afirmativa significa reconhecer e legitimar a existência e os direitos dos sujeitos envolvidos.

Essa trajetória de debates culminou na institucionalização desses princípios nas Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação do Campo, de 2006. O documento oficializa a ruptura paradigmática de forma inequívoca em seu texto, ao declarar que “a escola rural, entendida como extensão periférica da escola urbana, deve ceder espaço à escola do campo, concebida como instituição que dialoga com a cultura, o trabalho e a organização social das comunidades camponesas”. Essa diretriz não é apenas discursiva; ela se materializa na proposta de uma nova organização curricular, baseada em eixos temáticos que partem da realidade concreta dos estudantes, conectando os saberes locais aos conhecimentos universalmente produzidos.

O processo de transição funda, portanto, uma nova matriz pedagógica. Enquanto a educação rural esteve historicamente subordinada à lógica produtivista do agronegócio e a políticas de escolarização compensatórias, a educação do campo afirma-se como um projeto contra-hegemônico. Ela se compromete com a valorização da memória, do trabalho familiar e comunitário, da agroecologia e da identidade coletiva. Neste horizonte, como reforça Mônica Molina, a escolha terminológica expressa um posicionamento fundamental: “o uso do termo ‘do campo’ expressa a recusa em considerar o espaço camponês como resíduo histórico, assumindo-o como território vivo, de produção de cultura e de saberes”.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Para Molina,

"A nomeação Educação do Campo e não Educação Rural é intencional e demarca um campo político e epistemológico. Implica em reconhecer que o campesinato brasileiro existe, resiste e produz formas de vida e de cultura próprias. Nesse horizonte, o uso do termo 'do campo' expressa a recusa em considerar o espaço camponês como resíduo histórico, assumindo-o como território vivo, de produção de cultura e de saberes. Trata-se de afirmar a existência de sujeitos de direitos e de conhecimento, cujas práticas sociais devem ser o ponto de partida para o projeto pedagógico." (Molina, 2017, p. 52)

Em suma, a precisão conceitual revela-se essencial para a análise. Falar em "escola rural" significa, muitas vezes, permanecer atrelado a um paradigma de marginalização e subalternidade. Utilizar o termo "escola do campo", por outro lado, implica reconhecer a centralidade das comunidades camponesas como sujeitos de direito, de história e de conhecimento. A mudança terminológica, neste sentido, é a materialização de uma mudança de paradigma, demarcando o campo como um espaço de resistência frente às forças homogeneizadoras do capitalismo global e como um locus legítimo para a construção de identidades plurais e de um futuro soberano.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. Tradução de Luciano Coelho. Revisão: Fábila Bertareto e Bruna Gisi. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 83-96, jan. 2006.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

MELLO, G. A.; FERREIRA, L. C. *Ensino de História em tempos reacionários: das "ilusões" das prescrições à realidade das proscricções*. In: FERREIRA, L. C.; MELLO, G. A. (org.). *Ensino de História: desafios e resistências*. Campinas: Papirus, 2022.

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Nead, 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2006.

SOUZA, Grasielly dos Santos de. *Pela escola rural e para além da escola rural: instituições escolares rurais paranaenses*. **ACTIO: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 1-18, maio/ago. 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. v. II: A maldição de Adão. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, v. 5).

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução de Paulo Henriques Britto. 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



UM BRASIL NEM TÃO DIFERENTE: DA HISTORIOGRAFIA PARANAENSE À HISTÓRIA LOCAL

Daniela de Queiroz Martins¹

Christiane Marques Szesz²

¹ Mestranda em Ensino de História pela UEPG

² Doutora em História pela UNB

Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa que tem por finalidade a obtenção do título de Mestre em Ensino de História pelo programa ProfHistória. O objetivo central é analisar como a escravidão africana e a presença negra são representadas na historiografia paranaense, e de que forma tais representações reverberam na construção da História Local e nos saberes escolares. A investigação dialoga com os núcleos de Regionalidades e Museus ao valorizar os espaços de memória no Centro Histórico de Guarapuava, compreendendo-os como dispositivos simbólicos que refletem disputas por narrativas históricas e identitárias.

O potencial de contribuição para o campo historiográfico reside na revisão crítica das interpretações tradicionalmente aceitas sobre o passado paranaense. Autores como Romário Martins (1995), Bento Munhoz da Rocha Neto (1995) e Wilson Martins (1989), inseridos no contexto do Paranismo, contribuíram para uma memória oficial que minimiza a presença negra na formação do estado. Ao confrontar essas narrativas com estudos revisionistas e fontes materiais, a pesquisa promove o deslocamento do olhar histórico para sujeitos subalternizados, ampliando a compreensão sobre o papel da escravidão na dinâmica regional.

Propõe-se, ainda, uma reflexão sobre os silêncios históricos que se perpetuam na educação básica, especialmente nos materiais didáticos e currículos que orientam

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



o ensino de História. Ao propor práticas pedagógicas fundamentadas na valorização da história afro-brasileira e no uso de espaços não escolares como fontes de ensino, a investigação fortalece a construção de um currículo decolonial e antirracista, alinhado às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

No plano teórico, o projeto mobiliza conceitos de memória, identidade, currículo e decolonialidade para compreender como as narrativas sobre a História afro-brasileira são construídas, transmitidas e disputadas. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e interpretativo, fundamentada na análise de produções historiográficas de influência paranista, produzidas nos primeiros cinquenta anos da República. Além disso, contempla o exame de legislações educacionais e de suas possíveis aplicações e alterações curriculares, bem como a leitura de dissertações acadêmicas que dialogam com a temática. Por fim, propõe uma prática pedagógica voltada à visita de espaços de memória, como museus, praças, igrejas e clubes sociais, com o objetivo de integrar o ensino de História às experiências comunitárias. Essa articulação entre teoria e prática fortalece a compreensão do currículo como campo de disputa simbólica e reafirma o ensino de História como instrumento de transformação social.

1. A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NO PARANÁ: SILÊNCIOS E DISPUTAS DE MEMÓRIA

A partir do século XVI, iniciou-se a expansão e colonização ocidental, marcado pela intensificação do tráfico transatlântico de africanos para o continente americano. Milhões de pessoas foram forçadas a deixar o continente africano e submetidas a condições precárias advindas do trabalho escravo, especialmente nas lavouras das colônias europeias. Esses indivíduos escravizados enfrentaram não apenas a violência física e simbólica do cativeiro, mas também os desafios cotidianos da resistência e da luta pela sobrevivência.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (2003), discute a ideia de que a colonização portuguesa na América teria sido favorecida por uma suposta predisposição biológica e cultural dos portugueses a se adaptarem ao clima tropical, bem como por uma alta propensão à miscigenação com mulheres indígenas e africanas, as quais o autor se refere como “mulheres de cor” (Freyre, 2003, p. 97).

Ainda segundo Freyre (2003), regiões como o Sul do Brasil, por apresentarem clima subtropical, teriam sido mais apropriadas à fixação de grupos europeus classificados pela antiga antropologia como “dólico-louros”, ou seja, de crânios alongados, pele clara e cabelos loiros, idealizados como fisicamente e moralmente superiores segundo o imaginário racista europeu.

Ao contrário do que sugere Freyre (2003), a democracia racial no Brasil nunca ocorreu, pois africanos e seus descendentes lutaram pela desconstrução de crenças racialmente hierarquizadas, que tentavam legitimar uma suposta inferioridade da raça negra. Essas concepções, amplamente difundidas nos discursos coloniais e pós-coloniais, contribuíram para o apagamento deliberado das múltiplas contribuições africanas na construção da sociedade brasileira. Tal ocultamento histórico produziu consequências profundas na formação intelectual, psíquica, moral e ética de gerações, afetando as estruturas sociais e educacionais do país.

O final do século XIX foi marcado por um importante acontecimento histórico: a abolição formal da escravidão em 1888, com a promulgação da Lei Áurea. Contudo, é fundamental reconhecer que a extinção do trabalho escravizado não foi um gesto altruísta do Estado imperial, mas resultado de múltiplas pressões, dentre as quais se destacam a mobilização do movimento abolicionista, que teve significativa participação de lideranças negras, e os interesses econômicos e diplomáticos internacionais, especialmente os do Reino Unido.

Nesse contexto, Campello (2021), em *Manual Jurídico da Escravidão (vol. 2): Cotidianos da opressão*, evidencia que o Paraná não esteve alheio ao regime escravocrata. O autor narra um episódio emblemático ocorrido no porto de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Paranaguá, ainda antes da emancipação política da província paranaense, que revela a inserção da região nas dinâmicas do tráfico de escravizados que ocorria no Atlântico.

Em junho de 1850, embarcações negreiras como o Sereia, o Leônidas e o Astro foram flagradas no porto de Paranaguá por um navio de guerra britânico, o Cormorant, desencadeando um confronto armado com forças brasileiras e culminando na destruição de dois dos navios escravistas. O episódio gerou acentuada tensão diplomática entre Brasil e Grã-Bretanha, contribuindo para a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que proibiu definitivamente o tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil (Campello, 2021).

No entanto, a historiografia paranaense tem conferido ênfase a uma narrativa de colonização centrada na imigração de povos oriundos da Europa, cujas características étnico-culturais são frequentemente destacadas como elementos distintivos da identidade regional em relação ao restante do país. Essa construção historiográfica reforça a ideia de uma excepcionalidade paranaense, marcada pela branquitude e pelo afastamento simbólico da presença africana na formação social do estado.

As interpretações de Romário Martins, fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGP) e figura central no movimento Paranista, expressam concepções racialistas que, embora não neguem a presença negra, a enquadram dentro de um paradigma hierarquizante, típico das doutrinas eugenistas em voga no final do século XIX e início do século XX.

Romário Martins (1995), em sua obra *História do Paraná*, no capítulo “Fatores étnicos fundamentais”, destaca as contribuições dos povos indígenas, africanos e colonizadores ibéricos. Segundo o autor, em consonância com o que diz Freyre, os negros cativos possuíam os melhores sentimentos quanto à escravidão e eram considerados os mais aptos para atividades agrícolas.

Adiante, o autor descreve os dados demográficos da presença negra no estado:

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



TABELA 1 - RECENSEAMENTO PARANAENSE POR COR/RAÇA (1858-1890)

Ano	População total	Brancos	Negros e mulatos
1858	69.380	60.380	8.493
1872	126.722	116.162	10.560
1890	249.491	232.373	17.048

Fonte: MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 382.

Martins (1995), ao abordar a situação dos "mulatos"²⁰, sugere que estes viviam em um "paraíso" ou em uma espécie de democracia racial, exercendo influência social e política na sociedade paranaense. Esta visão alinha-se ao mito de uma democracia, corroborada por Freyre, que permeia o pensamento social brasileiro durante grande parte do século XX, minimizando os efeitos do racismo estrutural e das desigualdades raciais persistentes na sociedade.

Wilson Martins (1989), segue essa mesma linha eurocentrada na formação populacional do estado pois em seu livro *Um Brasil Diferente*, chega a intitular um tópico como "Não houve escravatura no Paraná", argumentando que a escravidão na região foi moderada e predominantemente urbana, uma vez que o clima não favorecia a implementação de uma escravidão "senzalesca" como em outras regiões do país. Segundo Martins (1955, p. 133), "o negro, sem o dinamismo reprodutivo que se verificou em outras províncias brasileiras, sempre sofreu, e continua sofrendo, no Paraná, da tendência a desaparecer".

Alinhado à concepção de Wilson Martins, Bento Munhoz da Rocha Neto, ex-

²⁰ O termo "mulato" é utilizado por Romário Martins em *História do Paraná* (1995, p. 155) para se referir à miscigenação entre brancos e negros. O autor também menciona outras classificações de mestiçagem então em uso, como "caboré" (índio e negro), "xibáro" (caboré e negro) e "curibóca" (índio e caboré).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



governador do estado do Paraná de 1951 a 1955, em sua obra *O Paraná: Ensaios*, também minimiza a presença e a importância da escravidão na formação paranaense. O autor argumenta que a presença da população negra na região foi reduzida, justificando este fato pela ausência de uma lavoura extensiva como em outras partes do Brasil. Rocha Neto (1995, p. 114) afirma que "a escravatura veio marcar a massa, distanciando-a da elite como de uma casta inacessível", mas sugere que a discriminação racial no Brasil, e particularmente no Paraná, foi menos severa em comparação a outros países colonizados por europeus. O autor chega a declarar que a questão da cor foi superada na região, com a população branca constituindo a absoluta maioria, o que resultaria na "mancha loira" que caracterizaria o estado.

Esta interpretação evidencia um ponto de vista que valoriza a imigração europeia como elemento definidor da identidade paranaense, minimizando tanto a presença quanto a contribuição africana e afrodescendente na formação social e cultural do estado. É importante ressaltar que Rocha Neto era contemporâneo de Wilson Martins, e ambos compartilhavam visões semelhantes sobre a formação étnica e cultural do Paraná, contribuindo para a construção de uma narrativa que privilegiava a herança europeia em detrimento das contribuições africanas e indígenas.

Em contraposição ao que foi escrito no movimento paranista, na obra *Escravidão e Trabalho*, Alcioly Therezinha Gruber de Abreu e Gracita Gruber Marcondes (1991) estabelecem uma relação intrínseca entre a escravidão e a organização do trabalho, situando os escravizados no conceito de mão de obra essencial para a economia paranaense.

Nos Campos Gerais, os grandes proprietários de terras, diante dos elevados custos do tráfico negreiro, adotaram um sistema mais enxuto: mantinham cerca de três peões para cada 700 cabeças de gado. Nessas propriedades, os escravos de confiança, os capatazes, assumiram a gestão das fazendas pastoris, enquanto os senhores administravam suas empresas à distância, seja por meio de recados

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



transmitidos por “escravos recadeiros”, seja por visitas esporádicas (Abreu; Marcondes, 1991).

As autoras destacam que o aumento do fluxo de escravizados para o Paraná decorreu, em grande parte, de conflitos políticos entre famílias poderosas do interior paulista, como os Pires, Camargo e Taques. Essas disputas motivaram a migração de elites agrárias para o Paraná, onde obtiveram sesmarias e estabeleceram novas propriedades com o auxílio de sua força de trabalho escravizada (Abreu; Marcondes, 1991).

Um exemplo emblemático foi a transferência de Antônio Joaquim de Camargo, pai do futuro Visconde de Guarapuava, para Palmeira e, posteriormente, para Guarapuava, acompanhado por outras famílias influentes, como os Marcondes de Sá e os Siqueira Cortes (Abreu; Marcondes, 1991).

Os capatazes, frequentemente escolhidos entre os escravos crioulos (muitos deles mestiços e considerados “crias de família”), desempenharam um papel fundamental na administração das fazendas. Como ressalta Abreu e Marcondes (1991, p. 82), o escravizado foi o “braço forte” do desenvolvimento paranaense:

O escravo foi o braço forte que abriu as picadas para o desbravamento do sertão. Cortou caminhos, consertou estradas, construiu casas, escolas, praças, capelas e igrejas. Cuidou dos serviços domésticos; foi o enfermeiro, mezinheiro, pedreiro, sapateiro, oleiro, carpinteiro, o guasqueiro (...).

Dessa forma, destaca-se o papel central dos escravos de ganho e de aluguel na dinâmica socioeconômica da região, demonstrando que seu trabalho não apenas sustentou famílias inteiras, incluindo viúvas e mulheres solteiras, mas também movimentou setores essenciais da economia local. Esses escravizados atuavam tanto no pequeno comércio ambulante quanto em ofícios especializados, como barbeiros, doceiras, floreiras e costureiras. Além disso, eram responsáveis pela produção de bens de consumo cotidiano, como sabão, velas, charque, banha, pão e farinha, processados em monjolos e atafonas (Abreu; Marcondes, 1991).

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Outro eixo fundamental de sua atuação foi a cadeia produtiva da erva-mate, na qual sua força de trabalho garantia todas as etapas — desde o corte e a secagem até o beneficiamento —, operando os 90 engenhos de socar erva distribuídos entre Curitiba, Campo Largo, Porto de Cima e o litoral. A participação dos escravizados também foi decisiva no tropeirismo, desempenhando funções diversificadas, desde o pastoreio até a comercialização do gado em centros como a Feira de Sorocaba.

Em Guarapuava, Abreu e Marcondes (1991) iniciam sua análise destacando os embates entre bandeirantes e indígenas, cuja consequência foi a escravização sistemática da população nativa, prática legitimada por cartas régias de D. João VI, emitidas em 1808 e 1809, em que houve o julgamento da população nativa como "bárbara".

Dessa maneira, o regime social de produção que predominava no Brasil durante esse período era fundado no trabalho escravo, o qual se apresentava como uma "realidade imutável e própria da natureza." A sociedade guarapuavana, portanto, não estava dissociada do contexto nacional; o escravo era um elemento central da colonização portuguesa, configurando-se como parte integrante das dinâmicas econômicas e sociais da região.

Segundo Abreu e Marcondes (1991) o escravo negro guarapuavano foi o "campeiro", o "roceiro" e o "doméstico" que trouxe da África técnicas para lidar com a lavoura de subsistência, contudo, sustenta-se que o escravizado adquiriu experiência pastoril a partir da vivência nas fazendas brasileiras.

A chegada dos escravizados no estado era pelos portos do Rio de Janeiro ou de Paranaguá. A população cativa era formada por escravos crioulos, advindos de Santos, Itapetininga, Itu e Sorocaba. Outros chegaram de regiões paranaenses como Curitiba, São José dos Pinhais, Castro, Palmeira, Ponta Grossa, porém, a grande maioria nasceu em Guarapuava (Abreu; Marcondes, 1991).

Dessa forma, a narrativa histórica oficial construída no estado esteve, por muito tempo, atrelada a um projeto de identidade regional que privilegiou a branquitude e a

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



imigração europeia em detrimento das contribuições africanas e afrodescendentes. Os autores paranistas colaboraram para consolidar uma memória seletiva, apagando ou minimizando a presença negra e o regime escravocrata em território paranaense.

A geração que inaugura o IHGPR, no contexto pós-Revolução Federalista, tinha como escopo instituí-lo como “principal bastião da história ‘tradicional’ do Paraná, ativo até os dias de hoje” (Benatte; Cordova; Saad, 2017, p. 269). Esse grupo estabeleceu diretrizes que nortearam a historiografia paranaense, com destaque para a delimitação dos contornos do Brasil, a identificação das características de sua população e a definição de como a história deveria ser escrita.

Por outro lado, a obra de Abreu e Marcondes revela a centralidade do trabalho escravizado na construção econômica e social do Paraná, evidenciando que o apagamento da escravidão não se sustenta diante dos fatos históricos. Assim, a disputa pela memória revela-se fundamental para desconstruir mitos fundacionais e possibilitar a valorização de trajetórias negras que foram historicamente invisibilizadas, especialmente no interior do estado, como no caso de Guarapuava.

2. DECOLONIALIDADE E REPRESENTAÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR

A construção do conhecimento histórico no espaço escolar está profundamente marcada por disputas simbólicas, identitárias e políticas. O currículo, longe de ser uma seleção neutra de conteúdos, constitui-se como um campo de embates sobre quais vozes, memórias e saberes são valorizados ou reprimidos. Nesse sentido, a abordagem das culturas afro-brasileiras e indígenas exige um olhar atento aos processos históricos de colonização e às formas como seus efeitos ainda se manifestam nas estruturas sociais e educacionais contemporâneas.

Embora a independência política do Brasil tenha ocorrido no século XIX, os efeitos do colonialismo ultrapassam a ruptura institucional com a metrópole. Somente a partir da década de 1990, intensificaram-se os debates sobre a colonialidade na

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



América Latina, conceito que descreve a persistência de estruturas de dominação e exclusão herdadas do colonialismo.

Essa compreensão nos remete à necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça epistemológica. A publicação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representou um marco legal nesse processo ao tornar obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Tais medidas visam combater a colonialidade do saber ao garantir a visibilidade de narrativas historicamente marginalizadas.

A memória, nesse contexto, assume papel central como elemento de disputa e ressignificação. Ela atua como ferramenta de reconstrução do passado, resistência ao esquecimento e criação de vínculos identitários; ao mesmo tempo, possui a capacidade de atualizar o passado em função das expectativas e demandas do presente e revela também uma dimensão política, na medida em que a memória nacional é construída por meio de seleções, omissões e enquadramentos deliberados. Esse fenômeno, denominado “enquadramento da memória”, refere-se ao processo pelo qual grupos sociais registram e divulgam determinados conteúdos em detrimento de outros (Scarpim; Trevisan, 2018; Joutard, 2007; Pollak, 1992).

Apesar de sua natureza construída, a memória também pode ser ressignificada. Peter Burke (2000) exemplifica essa resiliência ao tratar da escravização de povos africanos, observando que, mesmo sob o desarraigamento forçado, houve preservação e reinvenção de suas práticas culturais.

Stuart Hall (2003) argumenta que a identidade é um processo discursivo, sempre em negociação, construído pelas relações de diferença. No ambiente escolar, essa construção pode ser marcada por omissões e representações excludentes, principalmente no que se refere a grupos racializados.

Diante disso, os estudos decoloniais propõem uma ruptura com a hierarquização étnica, sexual, de gênero e epistêmica intrínseca nos séculos XIX e XX. Para Quijano (2001), a colonialidade do poder perpetua hierarquias raciais e epistêmicas herdadas

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



da colonização na América Latina a qual envolveu dominação e exploração. A escola, nesse contexto, pode assumir um papel de resistência e transformação. Ao trabalhar com representações plurais e identidades diversas, o currículo torna-se um instrumento de empoderamento, promovendo uma educação mais justa, plural e democrática.

Assim, a forma como sujeitos negros, indígenas e seus legados são retratados ou omitidos nos currículos, nos livros didáticos e nas simbologias escolares revela disputas de poder e memória. Um currículo comprometido com a decolonialidade deve romper com narrativas únicas, incluir múltiplas vozes e propor práticas pedagógicas capazes de reconhecer os territórios, as experiências e os saberes dos estudantes.

3. HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

A história local constitui uma vertente fundamental no ensino de História por possibilitar a valorização de experiências comunitárias e a reconstrução de memórias silenciadas. Conforme destacam Schmidt e Cainelli (2009), trabalhar com a história local contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes e estimula uma postura investigativa diante das dinâmicas históricas que permeiam seu cotidiano.

Do ponto de vista pedagógico, a história local permite uma análise mais aprofundada de distintas dimensões da realidade, sendo estas política, social, econômica e cultural, a partir de recortes espaciais e temporais específicos. Ao se debruçar sobre territórios menores, ela favorece a percepção de permanências e mudanças históricas, incentivando a problematização de narrativas oficiais e a valorização de sujeitos historicamente marginalizados (Schmidt; Cainelli, 2009).

Nesse contexto, o projeto de pesquisa propõe a realização de uma visita

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



pedagógica ao Centro Histórico de Guarapuava, com o intuito de reconhecer e problematizar os vestígios materiais da presença negra na constituição da cidade.

Um dos locais de destaque é o Museu Visconde de Guarapuava, tombado como Patrimônio Cultural do Estado do Paraná (processo nº 43/74), que ocupa a antiga residência de Antônio de Sá Camargo. No interior do imóvel, encontram-se as ruínas de uma senzala, onde viveram pessoas escravizadas.

Fotografia 1 - Ruínas da senzala no Museu Municipal Visconde de Guarapuava



Fonte: A autora

As senzalas eram, em geral, construções coletivas, longas e desprovidas de janelas, contando apenas com pequenas aberturas no teto para ventilação e entrada de luz. Em muitas propriedades rurais, nem sequer possuíam divisões internas. Já nas áreas urbanas, como nas senzalas domésticas, essas construções podiam ser menores, mas mantinham as características de precariedade e confinamento típicas desse tipo de habitação forçada (Pinsky, 2010).

Outros lugares de memória em Guarapuava serão analisados como a Praça Nove de Dezembro, a Catedral Nossa Senhora de Belém e o Clube Rio Branco, que foi um tradicional Clube Social Negro, fundado em 28 de setembro de 1919, localizado

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



na rua Coronel Saldanha, nº 2071, em um contexto pós-abolição. O local foi incluído no mapeamento nacional dos Clubes Sociais Negros do patrimônio imaterial do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 2014.

Fotografia 2 - Carnaval no Clube Rio Branco, na gestão de Américo Nascimento



Fonte: Acervo de Solange e Lena Nascimento

A fotografia registra atividades musicais com instrumentos de percussão, reunindo pessoas pretas, brancas e pardas em um mesmo espaço de convivência. A cena remete ao período carnavalesco, marcado pela formação de blocos e escolas de samba, conforme Fernandes (2015) revela a espíritosidade do clube em seu artigo.

Atualmente, o espaço encontra-se desativado e inserido em disputas judiciais relacionadas a usucapião e questões imobiliárias, sobretudo pelo fato de o centro de Guarapuava ter se tornado uma área altamente valorizada, marcada pela presença de edifícios de padrão elevado. Ainda assim, o Clube Rio Branco permanece como um símbolo de resistência, enfrentando bravamente a modernização que se impõe

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



sobre a cidade.

Nesse sentido, a utilização desses espaços como fontes de aprendizagem histórica possibilita a articulação entre o ensino escolar e a educação patrimonial, promovendo uma reflexão crítica sobre as formas pelas quais a memória coletiva é construída, preservada ou apagada no espaço urbano. Como destacam Schmidt e Cainelli (2009), a análise de edifícios históricos, monumentos e toponímia pode ser incorporada ao currículo escolar como estratégia de investigação e ressignificação da história local.

Assim, ao aproximar os estudantes de marcos materiais de sua própria comunidade, o ensino de História em espaços não escolares contribui para o desenvolvimento da consciência histórica, para a valorização da diversidade cultural e para a construção de uma educação comprometida com a justiça social e a preservação da memória afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de; MARCONDES, Gracita Gruber. **Escravidão e trabalho**. Guarapuava: Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, 1991.

BENATTE, Antonio Paulo; CORDOVA, Maria Julieta Weber; SAAD, Cesar Leonardo Van K. A construção de um lugar: o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR) e a historiografia tradicional paranaense. In: FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (org.). **Os institutos históricos e geográficos: nação e região na historiografia brasileira**. Campinas, SP: Pontes Editora, 2017. p. 265–289.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, incluindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em:

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAMPELLO, André Barreto. **Manual jurídico da escravidão: cotidianos da opressão**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2021.

FERNANDES, Sandro Luis. Clube Social Rio Branco: retratos dos negros em Guarapuava. In: SEMANA DE HISTÓRIA DE IRATI, 10., 2015, Irati. **Anais eletrônicos...** Irati: UNICENTRO, 2015. v. 2, n. 1. Disponível em: <http://anais.unicentro.br/semanadehistoria/pdf/xv2n1/5.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JOUTARD, Philippe. Reconciliar história e memória? **Escritos: Revista da Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 223–235, 2007.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 2 jul. 2025.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. In: **Tendencias básicas de nuestra época: globalización y democracia**. Caracas: UNESCO, 2001. p. 1–33.

ROCHA NETO, Bento Munhoz da. **O Paraná: ensaios**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



SCARPIM, Fábio Augusto; TREVISAN, Mariana Bonat. **História e memória: diálogos e tensões**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2018. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2009.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



COM OS OLHOS DESANUVIADOS DE ÓDIO: UMA BREVE ANÁLISE DE PRINCESA MONONOKE (1997) A PARTIR DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Gabriel Lacerda de Souza¹
Alessandra Izabel de Carvalho²

¹ Mestrando em História pela UEPG

² Doutora em História pela UNICAMP

Este texto tem como intenção analisar através da perspectiva possibilitada pela História Ambiental a obra *Princesa Mononoke*, de 1997, dirigida por Miyazaki Hayao, um filme do estúdio japonês de animação, *Studio Ghibli*. Relacionando o discurso presente na narrativa do filme, considerado dotado de um posicionamento ambientalista, a análise fílmica da fonte, examinando tanto seu discurso direto, em falas de personagens, quanto indireto, através de escolhas criativas por parte da direção e roteiro da obra. Ainda se analisam as relações entre aquilo que está dentro da animação e o que se fazia presente no contexto de produção do filme, traços culturais expressos na obra, correlações entre trechos da análise com falas do diretor em entrevistas e outros documentos.

1. INTRODUÇÃO

O seguinte texto parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, no qual busco analisar através da História Ambiental como se fazem presentes os elementos acerca da natureza dentro da narrativa da obra. Trabalharei aqui uma breve análise da sequência inicial de um dos filmes de animação dais quais analisarei na

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



dissertação, *Princesa Mononoke* (1997), dirigido por Miyazaki Hayao²¹. A pesquisa ainda se encontra em fase de desenvolvimento especialmente quanto à base teórica da História Ambiental.

Após uma análise com relação às produções acadêmicas que vêm sendo feitas com a temática do *Studio Ghibli*, é possível afirmar que elas têm crescido em especial quando se considera os últimos cinco anos, dentre os quais foram realizadas a maior parte das produções. Porém, através desse estado da arte, ainda fica claro que elas se concentram em outras áreas das humanidades, tanto internacionalmente quanto nacionalmente. Trabalhando com temáticas que vão desde o enfoque no visual e representações artísticas a partir das obras, elementos como as relações entre personagens com traumas e noções distópicas, usos em sala de aula como educação ambiental, usos políticos, relações entre humanos e natureza, influências no modo de produzir animação. Além de trabalhos que relacionam elementos ambientais mais diretamente como ideais sobre animismo e noções ambientalistas, porém ainda com possibilidades de desenvolvimento mais aprofundado com as obras selecionadas para este trabalho como campo a se trabalhar.

Com relação ao uso do Cinema como uma fonte para a História, ainda mais nesse contexto de utilizar as animações do *Studio Ghibli* como tema de estudo, jamais deve-se ficar preso apenas àquilo presente dentro do filme, mas procurar outros documentos que possibilitem confirmar ou não o que pode ser compreendido a partir da fonte. Como constata Marc Ferro “desde que o cinema se tornou uma arte, seus pioneiros passaram a intervir na história com filmes” (1992, p.13). A exemplo, neste trabalho se buscam entrevistas de Miyazaki sobre a produção da animação, que podem ajudar no entendimento das intenções do autor que motivaram a obra. Usando a fonte que é o filme de fato, com o apoio de fontes como entrevistas do diretor e

²¹ O nome está escrito em ordem oriental de escrita, como originalmente em japonês, nomeando-se primeiro sobrenome e em seguida nome próprio.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



envolvidos na produção se tem um panorama mais claro do contexto da obra e de suas intenções dentro e fora das telas.

2. O PERÍODO DE PRODUÇÃO DA OBRA

Vale ressaltar o fato de que o contexto de produção e realização de *Princesa Mononoke* tem relação direta com os usos do cinema japonês somados aos modos de fazer este cinema no Japão pós-Segunda Guerra Mundial. Período este no qual se insere Miyazaki, nascido em Tóquio no dia 5 de janeiro de 1941, em meio à Segunda Guerra Mundial²². Esse momento do Japão, após sua rendição incondicional, foi seguido pela ocupação militar estadunidense, que durou de 1945 até 1952. Por mais que exista um distanciamento temporal entre os eventos do fim da guerra com ocupação, na década de 1940-1950, e da criação da obra cinematográfica de fato, na década de 1990, o pós-Segunda Guerra Mundial se trata de um fator que impacta diretamente na carreira de Miyazaki Hayao e, por consequência, nas produções do *Studio Ghibli*.

Durante o período de ocupação estadunidense houve ativamente a censura realizada em meios culturais, como o cinema, para impedir que tais produções fossem capazes de nutrir sentimentos revanchistas nessa sociedade japonesa derrotada na guerra. Além disso, existiu um movimento econômico de auxílio internacional por parte dos Estados Unidos para ajudar financeiramente o Japão a se reconstruir e reerguer após o fim da guerra, que se tratava de uma peça importante aos estadunidenses. Esses movimentos gerados pela ocupação corroboram para o modo de produção do cinema de animação com adaptações de obras de literatura internacionais deste período em diante no Japão. Visto que tal prática, de adaptações

²² Ainda que o Japão só fosse entrar oficialmente na guerra em 7 de dezembro daquele ano com o ataque a Pearl Harbor, o conflito em escala global já acontecia há dois anos e o Japão já agia militarmente na Ásia antes de fazer parte oficialmente desse conflito mundial.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



de obras internacionais, ainda acontecia quando Miyazaki começa a trabalhar com animação juntamente com Takahata Isao, cofundador do *Studio Ghibli* (Novaes, 2021).

Mais adiante, nos anos 1980, Miyazaki e Takahata fundam o estúdio de animação em conjunto com outros colegas. Nesse momento o Japão estava em uma crescida econômica, possibilitada pela injeção de incentivo por parte dos EUA desde a ocupação e que se seguiu no pós-Guerra, tendo o Japão como um aliado de interesses na Ásia. Porém, em 1992 acontece um evento que ficou conhecido como o estouro da bolha econômica japonesa (Kelly, 2022), marcando o começo da década de 1990 como a “década perdida” do Japão (Kingston, 2013, p. 41). Desde o fim da guerra, o país vinha se desenvolvendo cada vez mais com a sua reconstrução, para então nesse período enfrentar o choque que foi a bolha econômica estourando. Algo que tem impacto direto e indireto em todas as áreas da sociedade japonesa e, evidentemente, as sociabilidades dos indivíduos do período.

Somado a isso, em 1995 um terremoto de grandes proporções atinge Kobe e deixa seis mil pessoas mortas, além de destruir as casas de outras dezenas de milhares de pessoas; “e, apenas dois meses depois, uma seita terrorista chamada Aum Shinrikyo lançou um ataque com gás sarin no metrô de Tóquio, capital japonesa, matando 13 pessoas e ferindo milhares de outras.” (Kelly, 2022). É em meio a este período que se insere a produção de *Princesa Mononoke*, com Miyazaki já pessoalmente desiludido com questões políticas e considerando que talvez não devesse “fazer essas coisas leves e divertidas para as crianças”, mas sim “algo substancial” (Yoshioka *apud* Kelly, 2022).

3. RELAÇÕES DO FILME A PARTIR DA HISTÓRIA AMBIENTAL

Para José Augusto Pádua, foi a partir da década de 1970 que o campo da História Ambiental começou a se estruturar, justamente quando o ambientalismo

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



estava ganhando a cena pública global. Segundo o autor, isso marca a história contemporânea, sendo um fenômeno sociológico e considerado um movimento histórico (Pádua, 2010, p. 82), período histórico este que se insere dentro do contexto de produção das obras de Miyazaki Hayao e do *Studio Ghibli*, momento em que o ambientalismo estava ganhando visibilidade internacionalmente.

Em tempos de “reavaliação e reforma cultural”, como pontua Worster (1991, p. 199), a História Ambiental extrapolou os muros da academia e marcou presença em meio a comunidade num geral, acompanhando as discussões dos movimentos sociais ambientalistas, mas mais evidentemente ainda dentro da cultura com os meios de comunicação, nas artes, no imaginário. Algo que evidentemente alcançou o Japão e se constata nas décadas seguintes com a filmografia do *Studio Ghibli*, com o ambientalismo marcando presença dentro dos aspectos artísticos e culturais.

A ideia de “ecologia” rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. Mais ainda, ela penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura (Pádua, 2010, p. 82).

Ainda que não seja possível afirmar que Miyazaki estivesse buscando produzir “obras ambientalistas”, é fato que uma percepção sobre as questões ambientais estava sendo claramente delineadas em seus filmes. Conforme Pádua (2010, p. 96) afirma, pode se dizer que as relações ambientais já estavam presentes, sejam elas percebidas, ou não, segundo os padrões culturais de cada período, ademais neste caso não apenas um período, mas uma localidade específica com padrões culturais também específicos. O que permite uma leitura dos elementos ambientalistas que se evidenciam em *Princesa Mononoke* como uma percepção de ambientalismo que se apresentava no contexto do período no Japão com a conscientização de problemas socioambientais e se expressou na filmografia de Miyazaki.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Assim, o cinema também é fonte para o debate ambiental e para a História Ambiental que tem como premissa a interdisciplinaridade, ou ainda, a junção de vários saberes para compreensão da história que permeia as relações entre as pessoas e o mundo natural ao longo do tempo. De acordo com José Augusto Drummond, a originalidade da História Ambiental “está na sua disposição explícita de ‘colocar a sociedade na natureza’ e no equilíbrio com que busca a interação, a influência mútua entre sociedade e natureza” (1991, p. 185).

Na obra de Miyazaki, podemos encontrar alguns fatores que se relacionam com concepções de Raymond Williams. Por exemplo, quando Williams (2005, p. 92) fala sobre o fato de como antes do cristianismo se estabelecer com uma figura de deus monoteísta, haviam noções de espíritos do vento, do mar, da floresta, da lua e como isso mudou ao longo do tempo, conforme se começou a pensar na natureza como, a figura mais próxima de nosso imaginário atual, “a mãe natureza”. Isso é um elemento relacionável com o que está presente na narrativa de *Princesa Mononoke*, ao tratar das divindades que habitam na floresta e representam ideais de natureza em seus comportamentos e posicionamentos diante da presença humana. Com personagens que se aproximam da figura de deuses de fato, algo que também é próximo das concepções de natureza possibilitadas pela visão de mundo xintoísta. Como afirma Schama (1996, p. 29), sobre a humanidade sempre ter dado lugar para esse caráter sagrado na natureza através de hábitos culturais, algo que podemos constatar através da filmografia do *Studio Ghibli* e de Miyazaki em especial carregam muitos elementos xintoístas em sua narrativa e concepção de mundo, a exemplo do que se vê em *Princesa Mononoke* nessa representação da natureza como lar de figuras espirituais e deificadas.

Na leitura de mundo que se tem a partir de uma perspectiva oriental de valores socialmente construídos, segundo a qual se situam a concepção e a realização do filme, em uma sociedade japonesa que possui o xintoísmo como uma base cultural tal como em nossa sociedade brasileira temos a cultura cristã moldando valores

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



independente de sermos, ou não, cristãos pessoalmente. Neste caso, o xintoísmo japonês difere do cristianismo, dentre tantos aspectos, enquanto à noção da existência de espíritos e divindades para os elementos constituintes da natureza, algo que se evidencia de forma explícita dentro da narrativa fílmica de Miyazaki. Elementos apresentados em tela na narrativa da animação e da obra de Miyazaki, que podem também impactar aqueles que assistem e consomem as obras, sobre as possibilidades de se estabelecer com a natureza uma relação que vai além de explorá-la até seu fim (Schama, 1996, p. 29). Afinal, seja na figura dos espíritos constituintes da natureza ou mesmo na forma de “mãe natureza”, a natureza se mostra presente em todos esses aspectos que constroem *Princesa Mononoke*.

4. ANÁLISE INICIAL DE *PRINCESA MONONOKE* (1997)

Como citada anteriormente, a obra selecionada para essa breve análise é *Princesa Mononoke*²³ (もののけ姫 / Mononoke Hime), de 1997, dirigida e roteirizada por Miyazaki Hayao. Nela acompanhamos a jornada de três personagens principais, sendo eles: príncipe Ashitaka, habitante de uma aldeia que vive em comunhão e respeito para com a natureza; San, uma humana criada por espíritos divinos da floresta com forma de lobos brancos gigantes; e Lady Eboshi, uma mulher que comanda um povoado de pessoas marginalizadas nas montanhas que têm desmatado a floresta para minerar ferro e produzir armas de fogo com intuito de se proteger do imperador. É San quem dá título à obra, com *mononoke* podendo ser traduzido para algo como espírito, monstro, fantasma e *hime* significando princesa.

²³ Sinopse que acompanha o encarte do blu-ray: A aldeia de Ashitaka é invadida por um estranho demônio, e quem resolve enfrentá-lo é o corajoso príncipe. Ele luta com o bicho e consegue matá-lo, mas antes fica com o braço ferido e é contaminado por uma maldição. Ele irá se corroer pelo ódio até se tornar um demônio igual ao outro e morrer, a não ser que ele vá atrás da cura na floresta proibida. É aí que começa a jornada de Ashitaka, que vai enfrentar animais fantásticos, princesas amaldiçoadas e os mistérios da natureza. O príncipe vai conhecer também os homens que querem destruir a floresta e a pequena San, ou Princesa Mononoke.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Sendo assim, San é a princesa dos espíritos, que habitam a floresta, e defende a natureza aonde cresceu e à qual pertence acima de sua própria vida.

Miyazaki relata em um documentário sobre a produção do filme com relação às razões em considerar fazer *Princesa Mononoke* como um trabalho mais sério:

"Comecei a ouvir que o Ghibli era 'doce' ou 'terapêutico'", queixou-se no documentário de seis horas sobre a produção da animação, chamado *Princess Mononoke: How the Film was Conceived* ("Princesa Mononoke: como o filme foi concebido", em tradução literal). "Senti a necessidade de destruir isso." Ainda mais significativo foi o seu crescente desespero diante de um mundo que ele acreditava cada vez mais estar amaldiçoado." (Kelly, 2022).

Por mais que a narrativa seja ficcional, Miyazaki adotou o período Muromachi, de aproximadamente 1336 a 1573 EC²⁴, como plano de fundo o enredo. Este período da história japonesa é caracterizado pelo contato renovado com a cultura chinesa, o ressurgimento do shinto (xintoísmo), a propagação do zen budismo, contato cultural com jesuítas cristãos e o florescer das artes (Miyazaki, 2022, p. 272). Mas por outro lado também é o auge do domínio feudal e imperialista japonês com as figuras dos xoguns, marcando a unificação do Japão, perseguição e extinção de grupos étnicos, além da intensificação de relações comerciais e militares com países ocidentais (Hall, 1979 *apud* Lima, 2024, p. 5).

Aproximação de relações com o Ocidente que nos permite assimilar leituras durante a análise da obra diante dos conflitos em posicionamentos de personagens que consideram a natureza como algo a ser dominado e explorado, caracterizações/representações que se aproximam de uma visão ocidental de exploração. Acompanhamos ao longo da história basicamente o conflito entre aquilo que cada um dos três personagens defende: a comunhão com a natureza, o domínio sobre ela ou a sua preservação acima da própria vida. Mas a narrativa não cai em

²⁴ Se referir a uma datação da Era Comum, o equivalente a d.C. de depois de Cristo. Levando em consideração que a temática da pesquisa é oriental e seu conteúdo conversa com o xintoísmo ao invés do cristianismo, considerou-se mais adequada essa terminologia.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



uma dicotomia entre bem e mal, um dualismo entre mocinhos e vilões, Miyazaki trabalha a complexidade humana e as contradições dentre as decisões e ações dos personagens integrantes da história. Algo que Yonewama (2021) explicita de forma clara e direta em relação a como o diretor trabalha isso em suas obras:

O que é frequentemente mal compreendido como "ambiguidade moral" entre "bem e mal" por espectadores ocidentais educados no dualismo, na verdade, decorre da negação dos binários por Miyazaki. Assim, as representações de "bem e mal" (Napier, 2006) e "pureza e poluição" (Wright, 2005) por Miyazaki são o resultado de seu desafio deliberado à visão dualista do mundo (ver também Reinders, 2016) (Yonewama, 2021, p. 154, tradução nossa).

O momento da animação escolhida para a análise consiste na sequência inicial do filme, com três cenas breves, contando desde 0:00:00 até 0:12:32 de filme. A cena inicial de abertura com o conflito entre Ashitaka e o *Tatari Gami*, a cena imediata a esta primeira, do conselho decidindo que Ashitaka deve partir para o oeste e, por fim, uma cena de vários momentos de Ashitaka em sua jornada, exemplificando o conceito de *Ma* (間) nas obras, o “vazio”, um respiro, que demonstra a vida daqueles personagens e sua relação com o ambiente onde vivem, com um tempo desacelerado e uma construção de presença em habitar naquele mundo, que transparecem as noções de relação direta com a natureza e pertencimento com o ambiente.

Esse elemento relaciona-se com o conceito de animismo presente na filmografia de Miyazaki e que reflete valores morais ligados ao xintoísmo que se refletem em sua obra. Animismo que se trata de “uma cosmovisão em que entidades como animais, plantas, objetos ou mesmo fenômenos possuem essência espiritual” (Stringer, 1999 *apud* Sentanin et al 2025, p. 291). Como aponta Clara Sentanin et al (2025, p. 291) ao tratar deste elemento presente nas animações do *Studio Ghibli*, que apresentam vidas paralelas às humanas e tal característica se dá pelo fato do Japão estar ligado com seu animismo através do xintoísmo, diferente de países ocidentais neste caso.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A cena começa com o príncipe Ashitaka chegando aos arredores da aldeia, mas algo está errado, pois todos os pássaros se foram. Neste momento há ausência de trilha sonora, apenas com o som dos cascos de Yakkuru (montaria de Ashitaka, uma espécie ficcional de antílope), e o som ambiente do vento soprando através da vegetação. Nesse momento vemos a escolha de Miyazaki pelo “silêncio”, o *ma*, a uma forma de calma antes da tempestade, enquanto ainda está tudo bem, mas a ameaça se aproxima. Por mais que esteja um dia belo e ensolarado, não há mais nenhum pássaro cantando ou sinal algum de outros animais, nenhum som de insetos na grama ou nas árvores próximas. O próprio meio ambiente já mostra sinais de que algo está fora dos prumos.

Assim que Ashitaka avista a ameaça da criatura se aproximando, uma trilha tensa entra em cena, os personagens assumem uma posição apreensiva e o sol que antes banhava os campos, é tomado por uma sombra e escuridão perante o dia no limiar da floresta de onde vem o ser. Ao passo que as árvores e a grama murcham e secam ao passo que a criatura se aproxima e passa por estas. Ao ser avistada, a figura do sábio da vila o nomeia *Tatari Gami*, ao passo que Ashitaka constata se tratar de um deus da maldição. Ele vem trazendo sobre o seu corpo um fluído semelhante a pequenas larvas pretas, que tomam conta de toda sua extensão. Só se retiram do corpo quando ele toca a luz do sol e revela que embaixo de todas aquelas pequenas formas se movimentando em um frenesi, estava um javali enorme que avança enfurecido em direção aos personagens. Mas não antes de Ashitaka atirar uma flecha para fazer com que Yakkuru fugisse antes do ataque. Uma atitude singela que demonstra a preocupação com os seres vivos e sua conexão direta de respeito em relação à natureza. Com relação ao posicionamento de cada personagem principal da obra e como se estabelecem suas relações para com seres não-humanos e a natureza em si, Yuan Pan define como cada um deles se encontra em um espectro entre antropocentrismo e ecocentrismo:

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Ashitaka vê um mundo onde os espíritos da floresta e os humanos podem viver em harmonia, a ideia de um sistema socioecológico complexo. Em contraste, San e Lady Eboshi situam-se em extremos opostos de um espectro. San tem uma visão ecocêntrica (ou seja, colocando a natureza no centro) e Lady Eboshi tem uma visão antropocêntrica (ou seja, colocando os humanos no centro). Ambos veem a natureza como uma entidade separada dos humanos e a reconciliação como impossível (Pan, 2020, p. 6, tradução nossa).

Sobre a representação ameaçadora da figura do *Tatari Gami*, Miyazaki fala em entrevista sobre o sentimento de raiva e a inspiração para representa-lo de tal forma no filme: “Sou uma pessoa muito emotiva e, quando fico furioso ou com raiva, sinto como se insetos pretos saíssem dos meus poros. Minha equipe é mais pacífica, então era difícil para eles imaginarem como é ser tomado por uma raiva incontrolável.” (Ebert, 2012, tradução nossa).

Após o primeiro contato com a ameaça, *Tatari Gami* avança em direção a aldeia e Ashitaka o persegue tentando conversar com o espírito, pedindo para acalmar sua fúria e indagando por qual razão este “inominável deus da floresta” se encontra tão furioso, pedindo para que por favor pare e deixe sua aldeia em paz. Mas para salvar uma pessoa ele toma a decisão de atacar diretamente a figura com uma flecha. Porém, por mais que seu ataque funcione e paralise o espírito da floresta por um instante, isso acaba por despertar uma fúria maior ainda nele, disparando em um ataque direcionado para Ashitaka, tocando seu braço com aquele fluído semelhante a larvas, queimando o tecido de sua roupa e sua pele, o afligindo com uma forte dor e deixando uma marca em seu braço. Mas não antes de Ashitaka conseguir disparar uma flecha certa na cabeça exposta do javali, usando o braço ferido, conseguindo abater a criatura com este ataque mortal. Adiante na história se verá que o contato daquela massa disforme infectou Ashitaka com a mesma maldição que assolava aquele espírito da floresta, e irá tomar o seu corpo avançando pouco a pouco, também o enlouquecendo até sua morte ao menos que faça algo para impedir este destino.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Logo após o embate ter acabado Ashitaka sabe que aquela ferida não é normal e pede para que não toquem o seu braço, tenta aplacar a dor usando terra e grama que arranca do chão onde se encontra, até que a figura sábia da aldeia, chamada de Oráculo, chega trazendo um porongo com água que pede para derramarem sobre o ferimento. Por mais que tenha tido uma atitude violenta para com aquele espírito que representa a natureza, por não lhe sobrar outra opção no momento, é também na natureza na qual vive em comunhão que ele busca ajuda para tratar de seus ferimentos. Oráculo se dirige para aquele deus desconhecido e o saúda humildemente, enquanto ele se encontra agora abatido em seus últimos suspiros. Ela promete a ele que os aldeões erguerão um monumento no local onde ele está prestes a morrer e que celebrarão ritos ali. Pedindo encarecidamente que faça a sua passagem em paz e que não nutra nenhum ódio por aquelas pessoas ali. Mas o deus da floresta responde “Ouçam-me, humanos desprezíveis! / Logo todos vocês sentirão meu ódio e sofrerão o que eu sofri.”. E então sua carne simplesmente derrete rapidamente e seu corpo se desfaz, deixando apenas o esqueleto daquela figura de javali gigante no local onde morreu. Essa figura representando a fúria da natureza depois de atacada, jura o mesmo sofrimento em contrapartida como resposta àqueles seres humanos que a feriram em primeiro lugar.

Nesse momento podemos fazer uma leitura de como o grande javali transformado em *Tatari Gami* está representando uma forma da natureza em si revidar uma violência que ela sofreu em primeiro lugar e que em sequência ficará claro na trama. São as ações humanas com relação a como se tratam os elementos naturais que se desenrolam na consequência de despertar a fúria de uma figura divina que acaba por enfurecidamente revidar naqueles que encontra em seu caminho. Com relação a isso Gwendolyn Morgan (2015) constata, fazendo uso de falas do próprio Miyazaki sobre o período histórico onde a história fantástica se passa, acerca de como são as ações humanas que desencadeiam essa reação da natureza:

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A espiritualidade de Miyazaki desempenhou um papel central no desenvolvimento desta personagem em *Princesa Mononoke*: “Acho que os japoneses mataram o Shishigami (deus cervo) por volta da era Muromachi. E então, deixamos de ter admiração pelas florestas.” Quando a humanidade se desconecta da natureza, testemunhamos a ira da natureza, uma limpeza apocalíptica da terra e um retorno à pureza (Morgan, 2015, p. 175, tradução nossa).

A cena corta para à noite no vilarejo, com uma espécie de conselho sendo realizado onde a Oráculo consulta através de uma cerimônia as respostas sobre o que havia acontecido com aquela figura do deus javali para que chegasse até ali tomado pelo ódio aos humanos. Entende-se que ele veio de muito longe ao oeste, e que possuía um tipo de veneno dentro de si que o enlouqueceu e o fez ser tomado pelo ódio, o que consumiu seu coração e sua carne, o transformando assim em um *Tatari Gami*. A Oráculo revela para Ashitaka e o conselho, que foi encontrada uma grande bala de ferro dentro do corpo do deus javali depois de sua morte, o que lhe causou um sofrimento terrível, ao esmigalhar seus ossos. Algo que mais adiante na narrativa da obra, se descobrirá se tratar de uma munição de arma, forjada com o ferro extraído do solo das florestas devastadas com o intuito de explorar a natureza, pelas mãos de Lady Eboshi e sua aldeia. Foi esse ferimento, que gerou a dor e o ódio que tornou aquele deus da floresta em um demônio, o deus javali se tornou um *Tatari Gami* em consequência direta dos atos violentos daqueles abusando da natureza e não respeitando o ambiente onde vivem, pensando na extração dos minérios e para isso o desmatamento da floresta sem considerar as vidas, nesse caso espíritos e divindades, que faziam lá sua morada. O que gerou a revolta da natureza em si e impactou a vida de outros indiretamente.

Em entrevista de divulgação do filme no *Festival de Toronto* em setembro de 1999, quando perguntado se o filme era baseado em mitos japoneses, Miyazaki responde:

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Tanto do que absorvi como mito agora faz parte de mim que é difícil para mim delinear o que é original, o que é mito, o que é história, o que sou eu, o que pertence ao passado. Mas acho que muitos dos elementos do filme eram de senso comum, uma compreensão intuitiva para os japoneses da minha geração. O fato de haver japoneses naquela época trabalhando na floresta, derrubando árvores para ter fogo e fazer aço e ferro forjados, é um fato histórico. Felizmente, o Japão é abençoado com chuvas abundantes, então pudemos continuar derrubando árvores sem perder a floresta, e os mitos da floresta (Ebert, 2012, tradução do autor).

A única alternativa viável de Ashitaka é ir partir em direção ao oeste, de onde aquela figura veio, para ver com os olhos desanuviados de ódio, seguindo as orientações da Oráculo, e entender o que está acontecendo e ocasionou toda essa revolta que veio assolar seu local de morada. E talvez lá ele encontre alguma forma de se livrar dessa maldição e assim se salvar. Desta forma o príncipe parte em sua jornada em busca de compreensão e salvação, se apresentam breves momentos do que parecem ser dias e dias de suas andanças em meio a planícies, montanhas e rios. Com uma abordagem relacionável ao tempo da natureza, com o *ma*, se fazendo presente enquanto um elemento constitutivo da linguagem cinematográfica do *Studio Ghibli*, levando-se em consideração o tempo da animação em célula do filme para cada uma desses rápidos exemplos de paisagens pelas quais Ashitaka passa ao longo de sua jornada, ou seja, cada momento de pausa e respiro relacionado com o *ma* foi pensado e propositalmente animado à mão para estar em tela.

Nessa amostragem de cenas abordadas do início da animação é possível observar vários elementos relacionados com questões ambientalistas nas vivências e atitudes dos personagens. A exemplo, a ausência de sons naturais em um dos momentos iniciais não apenas prenuncia o perigo e a ameaça que surge na forma do *Tatari Gami*, mas simboliza a ruptura ecológica, é uma representação dentro da narrativa das consequências da exploração desenfreada, associada historicamente ao período Muromachi aonde a narrativa se insere e nas relações internacionais que o Japão desenvolveu com o Ocidente.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



São desde singelos momentos como estes, no início da obra fílmica, que nos permitem analisar como se dá a relação que esses personagens nutrem com o meio ambiente onde vivem, as formas como tratam a natureza com respeito, ou não, e de que forma entendem seu lugar como indivíduos em meio a tudo isso. Elementos estes que serão desafiados adiante na história quando se encontrarem personagens que não pensam ou vivem da mesma forma como os integrantes da aldeia de Ashitaka. Seja por terem atitudes mais radicais com relação aos humanos, ou por não respeitarem a natureza e a verem como algo a ser explorado sem considerações acerca de seu próprio futuro habitando naquele local.

Conforme o próprio diretor fala sobre a ideia de preservação ambiental em entrevista de material promocional para um curta-metragem: "Tenho muita atração pela ideia de preservar as florestas... não para o bem dos seres humanos, mas porque elas próprias estão vivas" (Kelly, 2022). Aonde mais uma vez podemos nos aproximar do conceito de animismo presente nas obras de Miyazaki e como esse elemento cultural japonês se relaciona com o xintoísmo e está intrinsecamente presente na filmografia, representado através da presença ativa dos personagens não-humanos e elementos da natureza na narrativa, como as entidades da floresta, os espíritos e animais.

Animismo é o potencial de objetos como animais ou pedras serem animados e possuírem espíritos. Religiões animistas podem ser encontradas em muitas culturas ao redor do mundo, e o xintoísmo é a religião animista mais antiga do Japão. O xintoísmo acredita em Kamis (espíritos ou divindades). Os Kamis estão interligados com a natureza e podem ser rios, o vento ou o sol (Pan, 2020, p. 3, tradução nossa).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada da animação *Princesa Mononoke* (1997) apresenta percepções iniciais acerca das relações ambientais presentes na narrativa da obra e apresentadas através de falas do diretor do filme. Ainda longe de se mostrar o escopo

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



total da pesquisa, tendo tratado de apenas uma breve sequência de cenas iniciais da animação, algo que se pretende aumentar em grande escala para o texto da dissertação em seu final, além de trabalhar com *Nausicaä do Vale do Vento* (1984), primeiro filme a integrar o *Studio Ghibli* e já apresentava em sua construção tantos elementos ambientais como em *Princesa Mononoke*.

O trabalho de análise da fonte ainda não se aprofundou tanto, devido ao aspecto inicial da relação entre as fontes e a bibliografia, em especial na qual se trata da História Ambiental. Tendo em vista tal cenário, se reconhece que se tratam de conclusões provisórias e ainda limitas pela fase inicial de desenvolvimento da pesquisa. O que mudará com o aprofundamento teórico na bibliografia de base para a correlação com aquilo presente nas narrativas a serem analisadas.

Assim como Miyazaki disse em seu memorando de planejamento de *Princesa Mononoke*, faço uso para esse trabalho: “Princesa Mononoke não pretende resolver todos os problemas do mundo inteiro” (Miyazaki, 2022, p, 272, tradução nossa).

Fontes

PRINCESA Mononoke. Direção: Hayao Miyazaki. Japão: Studio Ghibli, 1997. (134 min).

MIYAZAKI, Hayao. **Starting Point:** 1979-1996. San Francisco: Viz Media, 2022.

Referências

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental:** temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 177-197.

EBERT, Roger. **Director Miyazaki draws American attention.** 14 dec. 2012. Disponível em: <https://www.rogerebert.com/interviews/director-miyazaki-draws-american-attention>. Acesso em: 25 maio 2025.

FERRO, Marc. **Coordenadas para uma** pesquisa. In: *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 13-20.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



KELLY, Stephen. **'Princesa Mononoke'**: a obra-prima da animação japonesa que deixou Ocidente boquiaberto. In: *BBC News Brasil*, 30 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/vert-cul-62306990>. Acesso em: 25 maio 2025.

KINGSTON, Jeff. **The lost decade**. In: *Contemporary Japan: History, Politics, and Social Change since the 1980s*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2013. p. 36-43.

LIMA, Marília Da Silva. **A maldição do tatari-gami**: especulações sobre ruínas e alianças em *Princesa Mononoke* (1997). In: *Cadernos de Campo*, v. 33, n. 2. São Paulo: USP, 2024. p. 1-7.

MORGAN, Gwendolyn. **Creatures in Crisis**: Apocalyptic Environmental Visions in Miyazaki's *Nausicaä of the Valley of the Wind* and *Princess Mononoke*. In: *Resilience: A Journal of the Environmental Humanities*, v. 2, n. 3, 2015. p. 172-183.

NOVAES, Viktor Danko Perkusich; PAULO, Inajara Barbosa. **Os cartoons no front**: a Segunda Guerra Mundial sob a perspectiva estadunidense e japonesa (1936-1955). In: *II Diálogos sobre História: Ciclo de Minicursos Online da UFPR*. Curitiba: UFPR, 2021.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. In: *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68. São Paulo: USP, 2010. p. 81-101.

PAN, Yuan. **Human–Nature Relationships in East Asian Animated Films**. In: *Societies*, v. 10, n. 2, 2020. p. 1-13.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SENTANIN, Clara Decol *et al.* **Studio Ghibli**: imperialismo, modernidade e natureza sob a visão do animismo crítico de Hayao Miyazaki. In: *Revista Multidisciplinar Humanidades e Tecnologias (FINOM)*. Patos de Minas: FINOM, 2025. p. 289-309.

WILLIAMS, Raymond. **Ideias sobre a natureza**. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Unesp, 2011, p. 89-114.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. In: *Estudos Históricos*, v. 4, n. 8. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. p. 198-215.

YONEYAMA, Shoko. **Miyazaki Hayao's Animism and the Anthropocene**. In: *Theory, Culture & Society*, v. 38, n. 7–8, 2021. p. 251–266.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DO JORNAL DA MANHÃ NO MUSEU CAMPOS GERAIS

Lucas Vinicius Kaspzack¹
Niltonci Batista Chaves²

Graduando em História pela UEPG¹
Doutor em História pela UFPR²

A pesquisa realizada no *Laboratório Multiusuário de Humanidades Digitais e Inovação* (LAMUHDI) tem como objetivo a digitalização dos acervos e a sua disponibilização no site do museu *Memórias Digitais*, que é o repositório do acervo digitalizado. A minha Iniciação Científica tem como foco a digitalização do Jornal da Manhã (JM), um acervo delicado, com folhas frágeis já que sua edição mais antiga disponível no *Museu Campos Gerais* (MCG) é de 1997 – a edição que digitalizei nessa pesquisa – o jornal já apresenta folhas amareladas, finas e com alguns rasgos, por isso é necessário cuidado ao manusear este acervo.

1. LAMUHDI

O LAMUHDI, localizado no MCG Sede *Banestado*, é equipado com vários *scanners* para a digitalização de documentos e graças a esta grande variedade foi necessário um tempo de adaptação com os *scanners*, processo que me foi ensinado pelos membros mais antigos do laboratório. Além da necessidade de manusear documentos antigos com delicadeza, utilizando luvas e por isso é necessário alguns treinamentos, como o de desencadernação dos jornais, originalmente ministrada por Prof. Dr. Cezar Karpinski da *Universidade Federal de Santa Catarina* (UFSC) e replicado pelo Prof. Dr. Robson Laverdi para o resto da equipe, processo que exige

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



muito cuidado, pois consiste em etapas bastante delicadas, como cortar a linha do encadernamento e passar uma lâmina entre o caderno e o papel que protege o jornal.

O LAMUHDI contém vários scanners, um para cada tipo de documento, de diferentes tamanhos ou quantidades, desde documentos soltos como cartões de visitas, cartas até livros ou jornais encadernados – o foco da minha pesquisa – a seguir irei apresentar cada *scanner* brevemente.

Czur ET Series 18 Pro geralmente utilizado para documentos soltos ou livros, contém até dedeiras – que ficam invisíveis após a digitalização, utilizando o *software* do próprio *Czur* com a captura realizada nele – para segurar páginas de livros, os dedais somem graças a códigos presentes nas pontas, que devem ficar alinhadas a borda das páginas, o software faz com que os códigos sejam substituídos pela cor do papel digitalizado, sendo está a sua função de destaque. Seu uso é simples, entretanto, por ser aberto a luz do ambiente também influencia na digitalização, por isso ele contém iluminação própria em dois ângulos diferentes – cima e lateral – em três níveis diferentes (fraca, média e forte).



Figura 1: Scanner Czur Et Series 18 Pro



Fonte: Retirado da internet. Acesso em: 06 de Agosto de 2025. Disponível em: <https://www.indiamart.com/proddetail/czur-et-18-pro-2853016385730.html?srsId=AfmBOoqbSik7ErFJoLIAYTDgKUDI4xivjUMBB8HVIWodWum68FQxL94o>

Contex IQ Flex que tem uma ótima qualidade de imagem, também serve para digitalizar documentos soltos como cartões, páginas avulsas e *Et Cetera*, mas diferente do Czur, ele tem uma tampa que auxilia na qualidade da imagem.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Figura 2: Scanner Context IQ Flex



Fonte: Retirado da internet. Acesso em: 06 de Agosto de 2025. Disponível em:

<https://www.dccltd.ca/context-iq-flex-flatbed-scanner>

BookDrive como o próprio nome já diz, serve para digitalizar livros, é uma cabine escura com câmeras e uma plataforma em formato de V dentro, para facilitar na digitalização.

Figura 3: Scanner BookDrive



Fonte: Retirado da internet. Acesso em: 06 de Agosto de 2025. Disponível em:

<https://www.pcmag.com/reviews/atiz-bookdrive-mini>

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Zeutchel OS C1 é o *scanner* principal da minha pesquisa, por onde faço a captura de imagem e a edição. Foi projetado na Alemanha, próprio para a digitalização de jornais, contém duas bandejas que servem para compensar o peso de um dos lados do jornal – já que ele é encadernado – e também tem a opção de afastar ou aproximar as bandejas, para se adaptar ao tamanho do volume do encadernado, uma plataforma de vidro que desce e pressiona o jornal contra as bandejas, fazendo com que as folhas fiquem mais legíveis na hora da digitalização, a digitalização é feita através de um feixe de luz que sai da parte superior do scanner, reflete em um espelho e percorre todo o jornal horizontalmente. Após isso, a imagem aparece no monitor do computador inteira, mas com a função de *clips* eu posso recortar duas imagens ao mesmo tempo; todas essas funções ajudam na hora da edição, sendo necessário apenas alguns ajustes como o *deskew* para deixar a imagem alinhada, e o recorte das bordas, sem retirar informações ou deixar com excesso, por exemplo bandeja ou a borda de outras páginas aparecendo. O Scanner também tem várias outras funções que agilizam o processo, como a padronização de qualidade, além de poder ser usado até vinte clips para digitalizar vinte documentos de uma só vez.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Figura 4: Scanner Zeutschel OSC1



Fonte: Retirado da internet. Acesso em: 24 de março de 2025. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fthecrowleycompany.com%2Fpress-releases%2Fcrowley-earn-prestigious-distinction-in-2025-modern-library-awards%2F&psig=AOvVaw2bzvRJRC1gOGGc70yfV1ew&ust=1742922700331000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBQQjRxqFwoTCPCUhpibo4wDFQAAAAAdAAAAABAE>

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O método de trabalho do laboratório se dá na organização dos documentos digitalizados em pastas de acordo com o seu ano, mês e edição; sendo renomeada cada pasta no formato JM_ANO_MÊS, e cada subpasta com a data da edição, por exemplo: a pasta JM_1997_FEV e sua subpasta 10_02_1997.

Em seguida, é feito os metadados de cada edição, onde são colocadas informações como o agrupamento, condição das páginas, data e edição, a localização do arquivo digital, nome da primeira matéria *Et Cetera*.

Também é utilizado IAs (Inteligências artificiais) para tarefas como a transcrição de áudios e manuscritos; Assim como escrevem os Historiadores e bolsistas do MCG Gabriel Lacerda e Karine Almeida, a utilização das IAs no LAMUHD se encontra em fase inicial, em um processo que consiste no treinamento e a utilização sem a necessidade de conexão com a internet ou de IAs de empresas, garantindo assim, o acesso gratuito a estas ferramentas.

Se utilizam as IAs no laboratório para gerar descrições de imagens e fotografias já digitalizadas, poupando o tempo e esforço mecânico da tarefa quando considerada em larga escala em grandes coleções. Encurtando o tempo de trabalho para conferência de tais descrições para corrigir erros e aperfeiçoar o treinamento local das IAs de modo a melhorar o processo exponencialmente. O mesmo também se dá na realização das descrições de metadados de documentações em geral, como por exemplo o número de páginas de cada edição do jornal Diário dos Campos, o número da edição em questão, sua data, a direção do jornal no período vigente, as manchetes das notícias presentes, uma síntese do que se fala em cada notícia, o nome das personalidades citadas na edição. (Souza, Almeida, 2024, p. 12).

2. PARA OS PESQUISADORES

A pesquisa realizada no MCG tem como objetivo a democratização das fontes através da disponibilização dos arquivos digitalizados no repositório digital gerenciado a partir do *Omeka S* e a preservação dos documentos, além do desenvolvimento de novas tecnologias que irão auxiliar os historiadores no futuro.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A digitalização dos jornais e a sua disponibilização na internet torna o processo de pesquisa muito mais atrativo, fácil e acessível como coloca o pesquisador Adrian Bingham em seu texto *'The Digitization of Newspaper Archives: Opportunities and Challenges for Historians'*

These digital archives have suddenly made using newspapers in research a far more attractive proposition, and it is very likely that newspaper evidence will become far more prominent in historical writing. Historians can now, after all, quickly and easily establish whether newspapers contain material relevant to their research questions. (Bingham, 2010, p. 227).²⁵

Todo esse processo torna essas fontes muito mais acessíveis, não apenas para pesquisadores, mas para todo o público que tenha acesso a internet dentro de sua casa ou do seu trabalho, não se limitando à localização geográfica, sejam eles alunos de uma escola ou apenas pessoas curiosas; graças a isso, a preservação do jornal também acontece, já que o contato direto com as páginas frágeis do jornal se torna desnecessária, diminuindo o contato com a umidade das nossas mãos, ou com um manuseio mais descuidado, evitando rasgos.

²⁵ Tradução da citação: Esses arquivos digitais tornaram, de repente, o uso de jornais em pesquisas uma proposta muito mais atraente, e é muito provável que as evidências jornalísticas se tornem muito mais proeminentes na escrita histórica. Afinal, os historiadores agora podem determinar de forma rápida e fácil se os jornais contêm material relevante para suas questões de pesquisa. (Bingham, 2010, p. 227).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Outra parte da pesquisa é o desenvolvimento de tecnologias para auxiliar os pesquisadores, como o desenvolvimento de IA para a transcrição de áudio, um processo que demoraria semanas e até meses, pode ser feito em apenas algumas horas, assim como dito na entrevista com a Dra. Janaina Cardoso de Mello, com a mediação dos pesquisadores pesquisadores Daniel Ferreira da Silva da UFTM e Ygor Demiciano da Universidade Federal do Triângulo Mineiro: a utilização de inteligência artificial não substitui o olhar crítico do historiador, servindo apenas para auxiliar no processo, agilizando e melhorando a acessibilidade e qualidade, como citado acima por exemplo na transcrição de entrevistas, permitindo com que os pesquisadores foquem apenas na parte essencial da pesquisa, como na construção de narrativas, de críticas, análises e reflexões; beneficiando toda a comunidade de pesquisadores.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, todo o processo de pesquisa que ocorre no LAMUHDl demonstra que o MCG não tem apenas preocupação em preservar o passado, mas também se preparar para o futuro, desenvolvendo tecnologias como as IAs, treinando sua equipe para utilizar equipamentos de alta tecnologia. Desenvolvendo o futuro para os pesquisadores amadores ou não, como no processo de transcrição de imagens e até mesmo áudios.

Referências

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos da UEPG**. 5. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2020. Disponível em: <https://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/901/Manual-5-ed-digital%20%282%29.pdf?sequence=4>. Acesso em: 24 jul. 2025.

ARELLANO, Miguel Angel. **Preservação de documentos digitais**. Ciência da informação, v. 33, p. 15-27, 2004.

BODÊ, Ernesto Carlos. **Documento digital e preservação digital**: algumas considerações conceituais. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, v. 9, n. 2, p. 503-516, 2016.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A DITADURA MILITAR NO PARANÁ (1964-1985): UM PROCESSO DE ESCRITA E UM CAMPO DE ARTICULAÇÕES

Rafaela Laurino Carvalho
Georgiane G. Heil Vázquez²

Mestranda em História pela UEPG.

² Doutora em História pela UFPR.

Primeiramente cabe pontuar que este trabalho surge de uma dissertação de mestrado ainda em processo de escrita, através do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Um dos principais objetivos aqui, portanto, será traçar um panorama geral da pesquisa em andamento e uma síntese daquilo que já está produzido, englobado como o primeiro capítulo do trabalho. A essência da pesquisa concentra-se em dois elementos indispensáveis: a Ditadura Militar no Paraná e a História das mulheres entrelaçada à discussão de gênero enquanto categoria de análise.

Em conjunto a uma abordagem mais política, trazemos também essa discussão do gênero enquanto categoria de análise, uma vez que pretendemos alçar esse campo analítico no decorrer da dissertação.

Podemos demarcar a década de 80, no Brasil, como o momento em que acontece uma inovação nos estudos sobre o feminino, através da utilização do gênero como categoria de análise, que procura incorporar o estudo do relacional entre homens e mulheres. [...] Segundo Scott, gênero primeiramente pode ser definido como um "elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos". Por fim, "gênero é um primeiro modo de dar significados às relações de poder". (Cunha, 2000, p. 155-156)

Neste ponto já é possível articular o diálogo entre a pesquisa e o núcleo de estudos a qual se encontra. O Núcleo de Pesquisa em Estudos de Gênero engloba as discussões acerca do gênero, das mulheres, da sexualidade, maternidade e outros

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



diversos assuntos presentes e relacionados a esse eixo temático. Dessa forma, o trabalho que vem sendo desenvolvido, conversa diretamente com os objetivos, propósitos e temas que envolvem esse campo de estudo.

Ainda dentro da disciplina histórica, o “sujeito histórico” foi, por diversas vezes, ligado somente à figura masculina, o que acabou por contribuir para o distanciamento das mulheres - e de temas que as envolviam - dentro do campo historiográfico (e demais outras ciências humanas). Ao mudar esse cenário através de processos de modificações para pensar a história e seus atores - e suas atrizes - refletimos ainda de que maneira as relações de gênero são construídas e como, sua relevância e como isso tem sido trabalhado dentro da historiografia brasileira.

Para Soihet e Pedro (2007), a pesquisadora Joan Scott, já afirmou que as análises acerca do gênero se esbarram naquelas produções que abordam temas em que essa relação entre os sexos transparece de forma mais clara. Quando deixamos as mulheres de fora do campo da política, por exemplo, estamos separando as mulheres dos homens, os colocando em espaços distintos e quase imóveis.

Apesar de traçar muito brevemente essa introdução sobre gênero e a história das mulheres e destacar a influência desse campo para a pesquisa em andamento, reforçamos que o nosso objetivo nesta síntese não irá contemplar essa discussão essencialmente. Nosso foco aqui será exposto nos próximos parágrafos abaixo.

No que diz respeito às questões teóricas e metodológicas da pesquisa, afirmamos que elas se articulam em diferentes campos de análise, para isso, se faz necessário compreender para além da síntese que faremos a seguir. Portanto, antes de entrar na discussão que aqui será colocada, precisamos lembrar como a pesquisa está organizada e estruturada - até o momento - bem como quais objetivos visamos, os aspectos teóricos e metodológicos selecionados e demais questões pertinentes para melhor compreensão da pesquisa e do resumo que procuramos estabelecer nas páginas seguintes.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A pesquisa concentra-se em analisar, através da análise do discurso, a participação das mulheres na oposição e resistência à ditadura militar no Paraná (1964-1985). Para isso utilizamos depoimentos produzidos e publicados na plataforma Youtube através do canal DhPaz. Ao todo são nove relatos analisados e que seguem três principais pontos: I. são depoimentos de mulheres; II. que nasceram no estado do Paraná e, III. que afirmaram em seus discursos a participação na oposição à ditadura militar.

No entanto, especificamente neste trabalho, procuramos sintetizar a discussão realizada no início da dissertação: a ditadura militar e suas nuances, aspectos e desdobramentos. Optamos, portanto, por iniciar dessa forma para que haja um claro entendimento e compreensão acerca do contexto temporal e espacial do qual estamos trabalhando e desdobramos futuramente. Apesar de “comum”, acreditamos que uma boa contextualização, em coletivo já com uma análise esmiuçada, pode dar um bom início a pesquisa.

No que diz respeito aos tópicos a seguir, iremos nos concentrar na ditadura no estado do Paraná, mas que não será abordada em sua totalidade contextual. Desta forma, serão apenas, algumas sucintas considerações que podem contribuir para pensar nesses anos de repressão em nosso estado e que podem deixar brechas passíveis de reflexões e aprofundamentos que serão bem discutidos e desenvolvidos em uma pesquisa futura.

1. O PARANÁ COMO CENÁRIO DO GOLPE: A DITADURA MILITAR NO ESTADO PARANAENSE

Durante o contexto da ditadura militar, o Paraná, embora não sendo considerado um dos grandes epicentros políticos de articulação, atuou como um

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



reflexo do cenário nacional, com intensa articulação entre os militares e uma forte repressão.

Apesar de se colocar de forma mais intensa em algumas determinadas regiões e cidades do Paraná (Curitiba, Londrina, Maringá, por exemplo), a ditadura perpassou diversas outras cidades do estado, uma vez que a situação de polarização política era global, e acabou refletindo também no contexto paranaense. Além disso, conforme afirmação de Dutra (2004) a situação no Paraná era apenas um reflexo do que estava ocorrendo em todo o território nacional, mesmo com intensidades e desdobramentos diferentes. A organização política - pelo menos em sua maioria - do Paraná esteve de acordo com a maioria das movimentações que antecederam o golpe de 1964 e dos demais desdobramentos da ditadura.

Ney Braga, governador do estado no contexto pré-golpe e um coronel com uma trajetória política significativa, foi figura central nesse processo no estado, sendo colocado como um dos principais agentes de articulação e implementação do golpe no estado do Paraná (Batistella, 2015). Contrário a João Goulart, esteve envolvido nas movimentações que levou ao golpe de 1964, contando com o apoio de demais setores conservadores da sociedade paranaense. A repressão no estado foi imediata e intensa, com perseguição a líderes de oposição, as "caçadas aos comunistas" e intervenções em sindicatos.

Com o tempo, a resistência se fortaleceu - na medida em que a repressão também aumentava - especialmente entre os estudantes, que já atuavam em apoio a Goulart antes do golpe, por meio de organizações como o Centro Popular de Cultura (CPC) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A visão militar, por sua vez, apresentava o golpe como uma "ação preventiva" contra o comunismo, justificada pelo suposto "clamor popular", defendendo a ideia de que o golpe traria benefícios ao estado, negando a ocorrência da tortura e justificando a violência como uma resposta ao "terrorismo" e da "subversão". Por fim, mesmo a baixa densidade de tropas no Paraná não impediu a ação autoritária da ditadura,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



tornando a análise da ditadura no estado essencial para a compreensão de como o autoritarismo depositou suas forças em todo o território nacional.

Portanto, o panorama político do Paraná neste período (meados de 1964), de acordo com uma parcela da classe militar pontuava alguns fatores, entre eles: não havia resistência popular; houve poucas prisões; a repressão, às torturas e atos de violências eram pontuais e “necessários” para a manutenção da ordem; o apoio popular era inegável, entre outros (Dutra, 2004).

Consideramos que esse discurso afirmado nos dois últimos parágrafos é quase um consenso entre os militares da época e de alguns setores da sociedade atualmente, que alegam os benefícios que a ditadura militar teria proporcionado para determinado sujeitos - muitas vezes ancorados na questão da “ordem” e do suposto crescimento econômico.

De qualquer forma, a arbitrariedade da ditadura, tanto no Paraná quanto no cenário nacional (ou ainda se considerarmos a América Latina) foi um recurso mais que presente durante toda a sua vigência de autoritarismo, e as atuações dos militares, eram, por diversas vezes, controvérsias, como apontou Carlos Fico (2004):

Os militares somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, não assumindo efetivamente o poder, até porque não estariam convencidos da sua capacidade e legitimidade para governar (Fico, 2004, p.50)

Com base nisso, iniciaremos a síntese de um próximo tópico para reflexão, centrando-se no que diz respeito à repressão e a resistência à ditadura no Paraná, alguns de seus desdobramentos e articulações.

2. A REPRESSÃO E A RESISTÊNCIA NO PARANÁ

[...] os golpistas de 1964 preocuparam-se também com sua legitimidade. O golpe foi dado em nome da democracia, supostamente “ameaçada”. O regime instaurado jamais se assumiu como uma ditadura, no máximo como

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



uma “democracia relativa”. Sempre se preocupou em manter uma fachada democrática [...] (Ridenti, 2014, p.1)

[...] foram alguns instrumentos utilizados pelos militares na tentativa de silenciar os diferentes atores sociais que questionavam, direta e indiretamente, os rumos da política, da economia, da cultura, da militarização, da repressão e da violência vividas pela sociedade brasileira, urbana e rural. Toda uma geração de pensadores, políticos e jovens envolvidos fortemente na política tiveram seus projetos e possibilidades de atuação pública abortadas. (Adamczyk; Myskiw, 2018, p. 143)

A repressão da ditadura militar no Brasil foi organizada através de órgãos como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o SNI, o Serviço Nacional de Informações que atuavam sob a Doutrina de Segurança Nacional para perseguir os opositores. No Paraná, essa repressão assumiu caráter violento - como em todo o país - especialmente durante os anos de mandato de Médici, visando professores, estudantes, líderes camponeses e outros sujeitos considerados subversivos. O DOPS-PR foi o principal instrumento de perseguição no estado, e locais como o presídio do Ahú e quartéis militares em Curitiba serviram como centros de tortura, prisões e cerceamento da dignidade humana.

Apesar da repressão, houve forte resistência que passou a se manifestar de diversas e diferentes formas: manifestações estudantis (principalmente, uma vez que o movimento estudantil passou a ser considerado um dos maiores e significativos elementos de articulação da resistência em todo o país), a atuação de movimentos rurais e alguns setores da própria Igreja Católica, que denunciaram a violência e arbitrariedade da ditadura.

A cidade de Curitiba, especialmente, foi palco de atos de resistência na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e na Rua XV de Novembro, contribuindo para que a oposição assumisse suas múltiplas formas (armada, institucional, religiosa, acadêmica, entre outras).

A maior atividade da repressão contra o movimento estudantil em Curitiba se deu na continuação do frustrado XXX Congresso da UNE que havia começado em Ibiúna, São Paulo. [...] foi realizado na capital paranaense, em um local conhecido como Chácara do Alemão [...] (Silva, 2018, p. 51)



FIGURA 1- LISTA DE REPRODUÇÃO DEPOIMENTOS PARA A HISTÓRIA



Fonte: Captura de tela realizada pela autora. Em: <https://www.youtube.com/@sdhpaz>. Acesso em 13 de agosto de 2025.

Para concluir e finalizar esta síntese procuramos responder, mesmo que em partes, duas questões importantes quando pensamos e produzimos um trabalho no campo da História: quais são - ou serão - as contribuições da pesquisa; quando, como e por que poderão ser utilizadas; como compreendemos seu potencial? Qual o seu “valor” na historiografia? Entre tantas outras indagações aqui pontuo duas principais

No campo historiográfico, o grande potencial de contribuição está centrado no que diz respeito a regionalidade - ou ainda aquilo que compreendemos como uma história local e regional - quando inserimos o contexto do estado do Paraná em uma discussão nacional, com significativo destaque na abordagem da ditadura militar. Por vezes pouco nos atentamos para os desdobramentos do golpe militar de 1964 e da ditadura como um todo em nosso estado, porém, aqui o intuito é não só inserir essa perspectiva, mas também considerar as ações de arbitrariedade, repressão, censura e perseguição política em realmente todo o território brasileiro - não desconsiderando

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



regiões ou focando em um determinado estado como “centro” político ou econômico do Brasil.

Todavia, já conseguimos afirmar que tanto as ações da ditadura quanto das resistências tiveram as suas particularidades ao variar de região para região, estado para estado ou ainda município para município. O que afirmamos, portanto, é que, ao considerar, pontuar e ressaltar - no sentido de “dar ênfase” - à ditadura militar no Paraná, podemos compreender que “pequenos” recortes espaciais também estão envolvidos num cenário mais amplo. Quando, não excluímos, a articulação de alguns políticos na preparação do golpe de 1964, as movimentações de resistências e os atos de repressão no Paraná, tomamos consciência da dimensão que aqueles 21 anos possuíam.

Coletivamente a essa contribuição para a historiografia, há o potencial de contribuição para a sociedade em geral, que muito se relaciona com o que já pontuamos acima, mas que além disso aprofunda os entendimentos acerca do passado e considera as especificidades de grupos, sujeitos e regiões, preserva, de certa forma, a memória, debate questões de justiça e direitos humanos e compreende as dinâmicas sociais, políticas, culturais, econômicas etc.

A historiadora Caroline S. Bauer (2022) pontuou sobre a facilidade com que o discurso negacionista pode se articular diante dos eventos ocorridos durante a ditadura militar no Brasil. Junto a isso, entendemos que essas narrativas não pretendem essencialmente negar a ditadura como um todo, mas, buscar formas de legitimação do autoritarismo e na repressão - utilizando de diversos elementos possíveis e que lhe são favoráveis, entre eles o econômico - e descaracterizar o fazer historiográfico.

Sendo assim, trabalhos como este, contribuem firmemente, em especial, para o fortalecimento da democracia, da cidadania e em combate ao negacionismo que tanto ainda permeia nosso cotidiano, dentro e fora da academia.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Referências

ADAMCZYK, Guilherme L; Myskiw, Antônio M. **O sudoeste do Paraná nos arquivos da DOPS/PR (1963-1970): os Grupos dos Onze**. Fronteiras: Revista Catarinense de História. Dossiê História indígena e estudos decoloniais, n. 31, 2018.

BATISTELLA, A. **Os reflexos políticos do golpe de 1964 no Paraná e as eleições de 1965**. História (São Paulo), v. 34, n. 1, p. 274–302, jun. 2015.

BAUER, Caroline Silveira. **Negacionismo da ditadura, história pública e ensino de história**. In: MENESES, Sônia; WANDERLEY, Sonia Maria de Almeida I; MELO, Rosilene Alves (Orgs.). Ensinar com História Pública: desafios, temas e experiências. Sobral CE: Sertão Cult, p. 143-154, 2022.

CUNHA, Maria de Fátima da. **Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença**. História & Ensino. v. 6, pp. 141, 2000.

DUTRA, José Carlos. **A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da Caserna**. In: Revista de sociologia política. Curitiba, no 22, jun. 2004, p. 195-208.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p. 29-60, 2004.

RIDENTI, Marcelo. **As oposições à ditadura: resistência e integração**. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

SILVA, Luiz Gabriel da. **Repressão e resistência na ditadura civil-militar: construção de site temático para o ensino de história local (Curitiba - PR)**. Dissertação de mestrado, UFPR, Curitiba, 2018.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de gênero**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.27, nº54, p. 281-300, 2007.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ENTRE A ORDEM E O DIÁLOGO: OS DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

Letícia Marques Almeida¹

Luís Fernando Cerri²

¹ Mestranda em História pela UEPG

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas

Este trabalho aborda a militarização das escolas públicas brasileiras e seus impactos na construção de uma educação democrática. O texto discute como, em contextos de vulnerabilidade social, a proposta de gestão cívico-militar surge como resposta a problemas disciplinares e de segurança, mas apresenta riscos ao caráter emancipador da educação. Apoiado em autores como Freire, Foucault e Giroux, o estudo evidencia que a lógica disciplinar e hierárquica restringe a autonomia docente e discente, silencia vozes e compromete o pensamento crítico. Além disso, ressalta como esse modelo se contrapõe aos princípios constitucionais da educação pública, laica e inclusiva.

1. A MILITARIZAÇÃO ENQUANTO FERRAMENTA DE CONTROLE DO CORPO DOCENTE

No campo do Ensino de História, a militarização tende a limitar ainda mais as possibilidades de abordagem reflexiva e plural dos conteúdos curriculares, restringindo o desenvolvimento do pensamento histórico e a compreensão crítica das contradições sociais, como destaca Gatti (2020). A padronização da conduta escolar e o foco disciplinar muitas vezes negligenciam a escuta ativa, o diálogo e a valorização das múltiplas vozes que constituem a comunidade escolar, comprometendo processos formativos essenciais para a cidadania. Assim, embora a militarização possa aparentar ganhos pontuais na organização administrativa, ela

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



frequentemente sacrifica o projeto pedagógico emancipador e inclusivo, conforme revelam análises críticas sobre sua implementação (Cunha, 2020; Rezende, 2021).

Paralelamente, a crescente presença da tecnologia digital na vida dos jovens tem transformado profundamente as dinâmicas escolares e as formas de socialização. Ferramentas como redes sociais digitais, plataformas de vídeo, jogos online e aplicativos de comunicação se tornaram parte indissociável do cotidiano adolescente, oferecendo oportunidades pedagógicas — como aulas interativas, projetos colaborativos e acesso a conteúdo diversificado —, mas também impondo sérios desafios. Do ponto de vista da saúde, uma revisão integrativa da literatura realizada por Arruda et al. (2024) aponta os malefícios do uso excessivo de telas na infância, incluindo prejuízos ao desenvolvimento neuropsicomotor, interferência no sono, alterações de humor como depressão e ansiedade, sedentarismo e problemas no rendimento escolar Revista JRG.

Na dimensão da aprendizagem e da socialização, uma análise sistemática que abrange crianças de 6 a 14 anos indica que o tempo médio de exposição às telas ultrapassa as 2 h diárias recomendadas, chegando a 2,77 h em média, com 46,4 % das crianças enquadradas no uso excessivo; esse quadro se agrava após a eclosão da pandemia, momento em que a proporção de crianças com exposição ≥ 2 h/dia saltou de 41,3 % para 59,4 %. Esses dados evidenciam que, embora a tecnologia digital possa ser utilizada como recurso pedagógico e instrumento de socialização, seu uso desmedido pode comprometer o bem-estar físico e psicológico das crianças, assim como impactar negativamente seu desempenho escolar e suas relações interpessoais. Torna-se, portanto, essencial que escolas, famílias e profissionais da educação articulem estratégias de mediação do tempo de tela, promovendo um equilíbrio entre o aproveitamento das oportunidades digitais e a preservação da saúde e do desenvolvimento integral dos jovens.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



No entanto, mesmo com tais proibições, a presença da vida on-line continuou a se impor de maneira marcante no cotidiano dos estudantes, extrapolando os limites físicos da escola. A cultura digital, mediada por redes sociais, jogos e aplicativos de mensagens, manteve-se como uma poderosa concorrente pelo tempo, espaço e atenção dos jovens, desafiando não apenas a autoridade docente, mas também a centralidade da escola como espaço exclusivo de formação. Como destaca Moran (2015), as tecnologias digitais não apenas transformaram as formas de acesso à informação, mas também reconfiguraram os modos de convivência, de aprendizagem e de construção de identidade juvenil. Nesse sentido, os educadores passaram a enfrentar o duplo desafio de conter os impactos da hiperconectividade no ambiente escolar e, ao mesmo tempo, encontrar formas pedagógicas criativas de dialogar com essa realidade, sem ignorá-la ou demonizá-la. A disputa pelo protagonismo na formação do sujeito contemporâneo, portanto, passou a incluir o enfrentamento das lógicas aceleradas e dispersivas da vida digital, que continuam a moldar os hábitos, os valores e as relações interpessoais mesmo fora dos muros da escola.

Com base nas reflexões apresentadas por Anacleto e Fonseca (2020), a adolescência contemporânea tem sido marcada por uma intensificação da crise de identidade, fenômeno que se evidencia nas dificuldades enfrentadas pelos jovens na consolidação de sua autonomia, no fortalecimento de sua autoestima e na construção de um sentimento de pertencimento. Tal crise, longe de ser um evento isolado, revela-se como um processo multifacetado, influenciado por variáveis sociais, psíquicas e institucionais. Entre os fatores que agravam esse quadro estão a instabilidade das relações familiares, a insegurança socioeconômica, a presença opressiva das mídias digitais e, sobretudo, a inadequação do modelo escolar vigente, que frequentemente ignora as necessidades subjetivas e culturais dos estudantes.

As autoras apontam que a escola tem assumido um papel cada vez mais complexo no enfrentamento das demandas emocionais dos adolescentes, sendo

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



interpelada por sintomas como ansiedade, depressão, automutilação e evasão escolar, que se tornaram recorrentes no cotidiano educacional. Conforme destacam Anacleto e Fonseca (2020), é imprescindível que as instituições de ensino reconheçam tais manifestações não apenas como comportamentos desvinculados de sua prática pedagógica, mas como expressões de um mal-estar subjetivo que exige escuta, acolhimento e articulação intersetorial com outras políticas públicas, como saúde mental e assistência social. Dessa forma, a escola deve se constituir como espaço de cuidado e pertencimento, rompendo com lógicas normativas e disciplinadoras que apenas reforçam a exclusão e o sofrimento psíquico dos adolescentes.

Em meio a esse contexto, é notório o aprofundamento e a complexificação do surgimento de uma crise de identidade entre os adolescentes, que se manifestam em dificuldades na construção de sua autonomia, no fortalecimento de sua autoestima e na busca por um sentido de pertencimento. Esse fenômeno é impulsionado por múltiplos fatores: instabilidade familiar, insegurança econômica, pressão social das mídias digitais e um modelo escolar que, muitas vezes, não consegue dialogar com as reais necessidades emocionais, culturais e sociais dos estudantes.

Neste cenário complexo, os docentes ocupam uma posição profundamente desafiadora, sendo constantemente tensionados a conciliar múltiplas demandas, muitas vezes conflitantes. Espera-se que sejam, ao mesmo tempo, mediadores do conhecimento, agentes de cuidado, promotores de inclusão social e, por vezes, substitutos de estruturas familiares fragilizadas. Além disso, precisam adaptar suas práticas às rápidas transformações tecnológicas, enfrentar pressões por resultados quantitativos, lidar com a sobrecarga burocrática e, ainda, garantir um ambiente que favoreça o desenvolvimento socioemocional dos alunos. Tudo isso sem contar as condições frequentemente precárias de trabalho, como baixos salários, falta de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



recursos didáticos, infraestrutura deficiente e escassez de apoio psicossocial nas escolas.

A partir deste panorama, torna-se urgente repensar modelos educativos que sejam, de fato, emancipatórios, capazes de articular conhecimento acadêmico, competências digitais, valores éticos e práticas de cuidado. Isso implica investir na formação continuada dos professores, no fortalecimento dos vínculos comunitários, na ampliação de políticas públicas que integrem educação, saúde e assistência social, além da construção de uma cultura escolar baseada no diálogo, na escuta ativa e no respeito à diversidade. A educação, para não ser reduzida à transmissão de conteúdo, precisa ser contemplada pelos diversos sujeitos do processo educativo como um espaço de transformação social, de construção de projetos de vida e de afirmação dos direitos fundamentais de crianças, adolescentes e jovens.

2. MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS E AS IMPLICAÇÕES PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A militarização das escolas públicas brasileiras, iniciada na década de 1990 e intensificada a partir de 2019, tem gerado controvérsias significativas tanto no campo educacional quanto no social. Modelos como o das escolas cívico-militares, que propõem uma gestão compartilhada entre civis e militares, sustentam-se em pilares como disciplina, hierarquia, controle comportamental e rígido cumprimento de normas. Tais modelos são frequentemente defendidos por setores políticos e sociais que associam a ordem militar à melhoria dos índices de segurança e de desempenho escolar. Contudo, uma análise crítica, sustentada por diversas pesquisas acadêmicas, bem como podemos observar em obras de Cavalcanti (2021), Freitas (2019), Miguel (2021), Rezende (2021) e Saviani (2007), as quais evidenciam sérias limitações e efeitos colaterais preocupantes no contexto educacional.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Além disso, ao se apoiar na lógica disciplinar, centrada na obediência, na hierarquia rígida e na padronização dos comportamentos, a proposta de educação cívico-militar compromete diretamente o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e da identidade dos estudantes. Como alerta Foucault (1975), “a disciplina fabrica indivíduos; ela é uma técnica que permite o controle minucioso dos corpos e dos comportamentos” (p. 173), evidenciando como tais estruturas operam na docilização dos corpos e na normatização das condutas. Essa racionalidade disciplinar, típica das instituições militares, busca conformar sujeitos em detrimento da formação plena e crítica dos educandos.

Essa concepção entra em nítida contradição com os fundamentos de uma educação democrática, que, conforme defendido por Paulo Freire (1996), deve ser dialógica, libertadora e comprometida com a formação de sujeitos históricos e conscientes de seu papel social. Para Freire, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou construção” (p. 47), o que exige um ambiente escolar baseado no respeito mútuo, na escuta e na problematização da realidade. A educação democrática, como destacam também autores como Michael Apple (2003) e Henry Giroux (1988), busca formar sujeitos autônomos e engajados na transformação do mundo, em oposição à lógica da domesticação, que caracteriza os modelos autoritários.

Fernando Penna (2018) reforça essa perspectiva ao afirmar que a educação democrática deve ser entendida como um “antídoto ao Escola sem Partido”, defendendo que a escola deve ser um espaço de liberdade, pluralidade e reflexão crítica, e não de imposição ideológica. Nesse sentido, a educação deve ser um meio para a construção da autonomia dos sujeitos, permitindo-lhes questionar e transformar a realidade em que vivem.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Portanto, é fundamental reconhecer que a proposta de educação cívico-militar e a concepção de educação democrática não apenas trilham caminhos distintos, mas expressam projetos políticos e pedagógicos antagônicos. Enquanto a primeira privilegia o controle, a hierarquia e a neutralização das vozes dissonantes, Além de uma concepção conteudista e transmissivista do ensino e da aprendizagem, a segunda se funda na pluralidade, no diálogo e na construção coletiva do conhecimento e de um espaço escolar verdadeiramente cidadão. Sustentar a educação democrática, neste sentido, é não apenas um compromisso pedagógico, mas também um posicionamento ético e político diante da sociedade que queremos construir.

Para os profissionais da educação, particularmente os docentes, a militarização impõe uma estrutura hierárquica que reduz drasticamente sua autonomia pedagógica. Essa lógica verticalizada não dialoga com os princípios da gestão democrática e participativa, previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), nem com os fundamentos da pedagogia crítica. Como alerta Arroyo (2012), “não se pode educar na diferença sem que se reconheçam as identidades, os pertencimentos e as histórias dos sujeitos que chegam à escola” (Arroyo, 2012, p. 65).

A adoção de uniformes padronizados, rituais cívicos diários e normas de conduta rígidas sufoca a diversidade sociocultural e limita as expressões identitárias dos estudantes. Esse processo acaba, muitas vezes, por reforçar mecanismos de exclusão, preconceito e estigmatização, especialmente contra jovens das periferias, populações negras, indígenas e LGBTQIA+. Como reforça a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), “a militarização escolar atenta contra os princípios constitucionais da educação pública, laica, democrática e inclusiva” (ANPED, 2020, p. 3).

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Do ponto de vista dos direitos humanos, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH, 2020) alerta que tais modelos podem legitimar práticas punitivas e naturalizar relações autoritárias dentro do ambiente escolar, afastando-se dos fundamentos da educação cidadã e inclusiva. Esse processo, ao invés de construir soluções efetivas para os problemas educacionais, encobre as verdadeiras demandas estruturais da escola pública.

Portanto, argumentamos que a militarização das escolas públicas não responde às necessidades contemporâneas de uma educação comprometida com os valores democráticos, com a diversidade e com a formação cidadã. Mais do que impor regras arbitrárias e disciplina, a escola precisa ser um espaço de diálogo, escuta, acolhimento e construção coletiva do conhecimento. Retomar a centralidade do projeto pedagógico na formação crítica e emancipatória dos sujeitos é condição indispensável para enfrentar os desafios da educação pública brasileira no século XXI.

A militarização das escolas públicas, embora muitas vezes defendida sob o discurso da disciplina e da ordem, tem produzido efeitos visíveis e, muitas vezes, perversos no cotidiano escolar. Como docente atuante nesse contexto, compartilho aqui quatro relatos que, mais do que experiências isoladas, refletem um fenômeno estrutural que atinge diretamente o processo educativo, impactando tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o socioemocional dos alunos, além de gerar tensões na prática pedagógica.

Ainda nessa mesma linha de pensamento, é possível dialogar com autores como Freire (1996), que defende uma educação dialógica e libertadora, em contraste direto com a lógica vertical, autoritária e disciplinadora trazida pela militarização (Cavalcanti, 2021; Almeida, 2019). Esses episódios cotidianos evidenciam como a pedagogia da obediência, que atua para silenciar sujeitos, inibe processos criativos e

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



difficulta a construção do pensamento crítico, construindo um modelo educacional pautado na imposição da autoridade, na disciplina rígida e na negação da autonomia dos sujeitos. Tal pedagogia tem como objetivo central a conformação dos estudantes a normas e hierarquias, promovendo o silenciamento de vozes dissonantes e o enfraquecimento da criticidade. Segundo Freire (1996), trata-se de uma prática antidemocrática, pois impede o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. No contexto da militarização das escolas, essa pedagogia se manifesta de forma acentuada, como mostram estudos como os de Cavalcanti (2021) e Almeida (2019), em que a lógica disciplinar prevalece sobre os princípios de emancipação e participação ativa dos alunos

Os relatos apresentados a seguir buscam evidenciar, a partir da experiência docente, os desafios concretos de lecionar em escolas submetidas ao modelo de gestão militarizada. Nesse contexto, a rotina escolar passa a ser marcada por normas rígidas, fiscalização constante e pela centralidade da disciplina, elementos que muitas vezes se sobrepõem ao diálogo pedagógico e à escuta das necessidades dos estudantes. Como destaca Freire (1996), que ensinar não é um processo imutável, mas sim uma construção dinâmica do saber que vai além do controle, perspectiva que entra em contradição com a lógica de obediência imposta pela militarização. Para Cavalcanti (2021), essa pedagogia da obediência limita a autonomia discente e silencia vozes críticas, enquanto Rezende (2021) reforça que tais práticas comprometem a função democrática da escola ao reduzir sua atuação à manutenção da ordem. Esses episódios cotidianos revelam, portanto, como a militarização não apenas afeta o processo de ensino-aprendizagem, mas também redefine as relações entre professores, alunos e gestores, instaurando um ambiente de controle que fragiliza a pluralidade e inviabiliza a construção de uma educação verdadeiramente emancipadora.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



2.1 AULA INTERROMPIDA PELO APITO

Em uma manhã comum, enquanto conduzia uma roda de conversa sobre diversidade cultural com participação ativa dos alunos, fui abruptamente interrompida por um apito estridente e uma ordem autoritária: "Formem filas imediatamente!" — gesto que, de forma simbólica e prática, dissolveu o diálogo em nome de uma obediência cega. A reação imediata dos estudantes, que fecharam os cadernos apressadamente, refletiu o medo instaurado. A partir daquele momento, percebi uma mudança profunda no ambiente escolar: a espontaneidade cedeu lugar a um silêncio opressor, não de concentração, mas de receio — de falar, errar ou ser punido. A participação murchou, o interesse esmoreceu, e eu passei a me questionar sobre o real sentido de tentar promover uma educação dialógica em um espaço que me empurrava, cotidianamente, para o autoritarismo.

2.2 O CABELO “IRREGULAR”

Durante a semana de avaliações, um episódio marcante revelou o caráter opressor das normas disciplinares da escola: João, um dos alunos mais dedicados e inteligentes, foi impedido de entrar por usar um penteado Black Power, considerado “fora do padrão”. Indignada, procurei a direção para argumentar contra essa violência simbólica, mas a resposta foi fria e autoritária: "Aqui, obediência vem antes de qualquer coisa." O impacto foi profundo — João, antes participativo e confiante, passou a se isolar, e sua autoestima foi abalada. A mensagem ficou clara para todos: expressar a própria identidade era motivo de repressão. Assim, o que deveria ser um espaço de liberdade e construção foi tomado pelo medo e pela negação da diversidade.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



2.3 PROVA DO SILÊNCIO

Em uma aula de História, ao propor um debate sobre direitos civis com o intuito de estimular o senso crítico e a argumentação dos alunos, fui surpreendida por um comunicado no grupo da escola exigindo autorização prévia da direção para atividades com teor político; imediatamente, senti um receio que logo se espalhou entre os estudantes, refletido em falas como “Professora, melhor nem falar muito disso... vai que dá problema...”, revelando como o ambiente escolar, que deveria fomentar a reflexão e o pensamento autônomo, tornava-se cada vez mais um espaço de censura e medo, no qual o desejo de aprender era silenciado pelo receio de represálias, afetando profundamente o envolvimento e a participação dos alunos.

3. O QUE ESTAS SITUAÇÕES PODEM NOS DIZER?

A partir desses relatos, é possível dialogar com autores como Freire (1996), que defende uma educação dialógica e libertadora, em contraste direto com a lógica vertical, autoritária e disciplinadora trazida pela militarização (Cavalcanti, 2021; Almeida, 2019). Esses episódios cotidianos evidenciam como a pedagogia da obediência silencia sujeitos, inibe processos criativos e dificulta a construção do pensamento crítico. O impedimento de um aluno acessar a escola por conta de sua estética – no caso, seu cabelo Black Power – revela como a militarização também opera na reprodução de práticas racistas e na padronização dos corpos (Hooks, 2019).

O episódio expôs de forma brutal a contradição entre uma escola que deveria ser espaço de afirmação identitária e uma instituição que prioriza o enquadramento disciplinar em detrimento do respeito às diferenças. Como bem discute Almeida (2019), essa lógica reforça processos de exclusão e negação das culturas juvenis,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



impactando diretamente o pertencimento e o desempenho dos alunos. O cerceamento de um debate sobre direitos civis é emblemático do controle não apenas dos corpos, mas também das ideias. Aqui, a militarização se materializa na censura velada (ou nem tão velada) dos temas que poderiam fomentar pensamento crítico. Para Giroux (2018), práticas assim esvaziam a função social da escola como espaço de formação cidadã, reduzindo-a a um ambiente de reprodução de normas, onde pensar diferente se torna um risco. Meus alunos, que antes participavam ativamente, passaram a evitar posicionamentos, afetando não só sua oralidade, mas também sua capacidade de construir argumentos, fundamentais para qualquer processo de aprendizagem.

A transformação dos corredores escolares em verdadeiros murais de advertências simboliza o que Foucault (1975) denominou como sociedades disciplinares. A vigilância constante corrói a confiança entre estudantes e professores, substituindo o vínculo afetivo por uma relação baseada no medo. Esse ambiente altamente controlado gera impactos que vão além do comportamento. Segundo Cavalcanti (2021), há uma relação direta entre o excesso de disciplina e a queda no desempenho acadêmico, especialmente em atividades que exigem criatividade, colaboração e desenvolvimento socioemocional.

4. ALGUMAS POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE DIANTE DO CENÁRIO DE MILITARIZAÇÃO

O exercício da docência, historicamente associado à formação de cidadãos, tem enfrentado nas últimas décadas crescente desvalorização social, econômica e simbólica. Ser professor atualmente implica lidar com precarização das condições de trabalho, perda de prestígio e intensa sobrecarga emocional. De acordo com o relatório *Education at a Glance* (OCDE, 2021), os salários docentes em muitos países

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



estão abaixo da média de outras profissões com formação equivalente, o que desestimula a entrada de jovens na carreira; o Brasil se destaca negativamente nesse aspecto, com remuneração insuficiente para professores da educação básica. Além do ensino, espera-se que os docentes atuem como psicólogos, assistentes sociais e mediadores de conflitos, enfrentando demandas que não fazem parte de sua formação inicial (Tardif, 2014). A violência simbólica e física no ambiente escolar agrava esse cenário: 67% dos professores brasileiros já sofreram agressões verbais ou psicológicas (Datafolha, 2019), e 72% relataram quadros de ansiedade, depressão ou burnout decorrentes das condições de trabalho (Associação Nova Escola, 2022). A sobrecarga se evidencia também nas atividades extraclasse, como correções e planejamentos, que somam em média 13 horas semanais (Fundação Carlos Chagas, 2020). Esse contexto compromete não apenas o bem-estar dos docentes, mas também a própria qualidade da educação, reforçando a necessidade urgente de políticas públicas eficazes, investimentos consistentes e valorização social da profissão, elementos essenciais para uma educação democrática e de qualidade (Nóvoa, 2019).

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. M. **A escola silencia: juventude, disciplina e identidade**. Cadernos de Educação, v. 22, n. 3, p. 55–72, 2019.
- Anacleto, S. N.; Fonseca, M. P. **Adolescência e escola: identidade em crise e sofrimento psíquico**. Revista Educação e Contemporaneidade, v. 29, n. 60, p. 1–17, 2020.
- Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Nota técnica da ANPED sobre a militarização das escolas públicas**. 2020. Disponível em: <https://anped.org.br>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- Apple, M. W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Arroyo, M. G. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Brasil. *Lei nº 12.730, de 11 de outubro de 2007. Proíbe o uso de telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado de São Paulo*. Diário Oficial da União, São Paulo, 12 out. 2007.

Cavalcanti, F. A. *Militarização escolar e a pedagogia da obediência: um estudo de caso em escolas públicas*. Educação em Debate, v. 43, n. 82, p. 211–230, 2021.

CNDH – Conselho Nacional dos Direitos Humanos. *Nota Pública sobre os riscos da militarização das escolas públicas*. 2020. Disponível em: <https://www.cndh.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2025.

Cunha, M. I. *A militarização da educação e o apagamento do projeto pedagógico*. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 36, n. 1, p. 29–45, 2020.

Datafolha. *Percepções sobre a violência nas escolas brasileiras: pesquisa nacional com professores*. São Paulo: Instituto Datafolha, 2019.

Foucault, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

Freire, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Freitas, H. C. *A militarização das escolas públicas e a negação da diversidade*. Educar em Revista, v. 35, n. 75, p. 227–246, 2019.

Gatti, B. A. *Ensino de História e os desafios da liberdade pedagógica*. História & Ensino, v. 26, n. 2, p. 31–48, 2020.

Giroux, H. A. *Escola e luta pela cidadania*. São Paulo: Cortez, 1988.

Giroux, H. A. *A pedagogia crítica no tempo da guerra permanente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2018.

Hooks, B. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Libâneo, J. C. ***Democracia e educação: do liberalismo ao neoliberalismo***. São Paulo: Loyola, 2004.

Miguel, M. E. ***A escola sob ataque: conservadorismo e autoritarismo na educação***. Currículo sem Fronteiras, v. 21, n. 1, p. 31–52, 2021.

Moran, J. M. ***Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação***. Revista Comunicação & Educação, n. 20, p. 7–14, 2015.

Nagle, J. ***Educação e autoritarismo: o projeto educacional do Estado Novo***. História da Educação, v. 12, n. 26, p. 101–117, 2008.

Nosella, P. ***A escola no Estado Novo: entre a tradição e a modernidade***. Educação & Sociedade, v. 26, n. 91, p. 1021–1036, 2005.

Nóvoa, A. ***Os professores: o futuro de uma profissão em crise***. Revista Brasileira de Educação, v. 24, e240062, 2019.

OCDE – **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. *Education at a glance 2021: OECD indicators*. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: <https://www.oecd.org>. Acesso em: 21 ago. 2025.

Puiggrós, A. ***Reformas educacionais na América Latina: balanço e perspectivas***. Campinas: Papius, 2006.

Rezende, M. ***A militarização escolar como ameaça à formação crítica***. Educação em Revista, v. 37, p. 1–18, 2021.

Saviani, D. ***Escola e democracia: teorias da educação, curvaturas da vara***. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

Tardif, M. ***Saberes docentes e formação profissional***. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ENTRE O CÉU E O MAR, A BARBÁRIE: A DUALIDADE ESCRAVISTA A PARTIR DO CLERO PORTUGUÊS

Rosa, Luã Francisco Sales¹
Martins, Ilton César²

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Licenciando em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

² Doutor e professor na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ao se falar sobre a exploração e colonização efetuada pelos portugueses no Atlântico Sul, o assunto escravidão ganha destaque, considerando o impacto causado por essa prática na sociedade brasileira, ecoando até os dias atuais. Vanguardistas na prática do imperialismo global, os portugueses notadamente têm um papel chave no tocante à formação do tráfico negreiro no ultramar e na utilização do trabalho forçado de inúmeros povos como força motriz econômica nas colônias europeias.

Frisa-se que essa prática não era homogênea em todo ultramar português ou no mundo das ideias europeu, variando conforme a etnia e o espaço - tempo em que ela se encontrava. Dessa forma, o presente trabalho busca verificar a heterogeneidade na prática da escravidão portuguesa, tendo enfoque em dois grupos específicos no contexto do Atlântico Sul português: a escravidão negra e a escravidão indígena através do discurso religiosos.

Dentro do contexto apresentado anteriormente, foi necessário delimitar um escopo de estudo, tendo o presente trabalho voltando-se a análise da heterogeneidade da escravidão a luz do clero, visto o papel legitimador que essa casta social detinha no início do imperialismo português no Atlântico Sul. Dessa forma, utiliza-se como fontes tanto os discursos religiosos proferidos pelos missionários nos espaços atlânticos quanto as bulas papais, decretos máximos emitidos pela Igreja Católica.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A partir das considerações expostas até o momento, levanta-se questões como: Qual é a dicotomia entre as escravidões negra e indígena? Qual a posição do clero sobre a prática do trabalho forçado no ultramar português?

Para buscar as eventuais respostas dessas perguntas, é necessário contextualizar o impacto do cristianismo na expansão marítima europeia e o papel do papado na delimitação da legitimidade dos interesses ibéricos no além-mar perante as outras potências cristãs.

1. A disputa pelo além-mar: O papado e o papel de mediador na expansão marítima ibérica

O momento de expansão do imperialismo português no além-mar, popularmente conhecido como Era das Navegações, é um momento de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna²⁶. Essa dualidade de “pensamentos” do “medieval” para o “moderno” pode ser observada tanto nos homens, como por exemplo em Cristóvão Colombo e Vasco da Gama, como em instituições que moldam a sociedade da época, destacando o Direito e as relações dos Estados com os seus integrantes.

²⁶ Nota-se que essa “transição” é um conceito arbitrário oriundo da historiografia europeia, visto que essa “transição” varia de local e período. Como destaca Gruzinski (1999, p. 10 - 11) “se os cortes clássicos da história europeia fazem coincidir essa data (o ano de 1500) com a passagem da Idade Média para os Tempos Modernos, nada permite supor que essa mudança de século tenha a priori um significado para o continente americano. Será que podemos continuar a crer que pulsações de nosso calendário deveriam naturalmente ritmar o curso da história universal, e que uma mudança de século no Ocidente teria necessariamente um significado e um alcance para todas as sociedades do planeta? Tanto mais que, de forma relativamente inconsciente, acrescentamos a essas mudanças de século um toque de angústia e de suspense, como se essas datas fossem secretamente portadoras do fim dos tempos ou anunciadoras de um milênio de paz e felicidade. No entanto, mesmo sabendo que durante milênios a América e a Europa seguiram trajetórias radicalmente diferentes, um velho eurocentrismo ainda nos leva a imaginar o passado pelo prisma do Velho Mundo que estenderia a qualquer preço as histórias dos Outros no leito de Procusto da história da Europa e do cristianismo. Para dizer a verdade, os descobrimentos europeus só têm sentido para os europeus, e as terras e povos que os europeus passam a conhecer jamais brotam do nada.”.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Frisa-se, que nesse momento, a Igreja Católica detinha um papel essencial no mundo ocidental. Era a Igreja Católica, através de seus dogmas, que ditava os preceitos da vida social na Europa. Destaca-se o papel do direito canônico, oriundo da atividade legislativa da Igreja, que versava não apenas matérias de cunho espiritual, mas também permeando matérias de competência civil, como por exemplo testamentos e matrimônios. Sobre o papel da Igreja na vida do homem medieval, discorre Jean-Frédéric Schaub:

Se tivéssemos de levar em conta apenas uma característica do Ocidente medieval, seria sem dúvida o lugar central nele ocupado pela Igreja. A comunhão cristã é a única dimensão da vida social que abarca o conjunto das pessoas, famílias, populações, territórios e instituições. A paróquia é a unidade em que se alicerça a vida coletiva, em regime de senhoria rural e no espaço urbano. Do nascimento à morte, cada um dos momentos da vida dos indivíduos é enquadrado rigorosamente pelas regras da Igreja, conferindo-lhes forma e sentido. [...] Afetada por mil falhas e fraturas, permeada de tensões e contestações, a Igreja surge como instituição total da vida social. Os homens provenientes da Europa que conquistaram a América não faziam as distinções que só viriam a adquirir sentido no processo tardio de secularização da Europa ocidental. (Schaub, 2019, Apud Fragoso & Gouvêa, 2019, p 110 - 111).

Em relação às monarquias ibéricas, essa relação do catolicismo era mais pontuada em virtude do contexto da formação desses Estados. Os Estados que compunham a Península Ibérica, no escopo temporal do trabalho, são oriundos de um processo de conflitos entre cristãos e muçulmanos, conhecido popularmente como “Reconquista”. Entre as consequências desse conflito, tem como ênfase a origem do chamado “espírito cruzadístico” na Era das Navegações, doutrina em que os ibéricos enxergavam a expansão marítima de suas nações também como uma expansão do cristianismo e um confronto com os infiéis.

Dentro do contexto da expansão marítima europeia, também é necessário trazer à tona o papel da Igreja Católica, em um âmbito mais “político”, como a de mediadora entre os Reis Cristãos. Era o papado que exercia o encargo de árbitro

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



internacional e que impunha, através das bulas papais, as garantias e direitos de determinados reinos aos outros²⁷. Sobre esse papel, expõe Pius Onyemechi Adiele:

Mesmo que tais medidas drásticas tenham sido tomadas pelo Rei de Portugal para garantir seus interesses econômicos na África, era muito claro para ele que tais medidas e o acordo alcançado no tratado de paz com o Rei e Rainha dos reinos espanhóis não eram o suficiente para tornar essas medidas obrigatórias para todas as pessoas de dentro ou de fora dos reinos citados. Portanto, para dar tais medidas uma força eficaz e internacional, de forma obrigatória para todas as pessoas, foi necessário exercer o peso da autoridade papal sobre o tratado de 1479. Isso foi feito em cumprimento ao papel internacional e exclusivo dos papas medievais de exercerem o papel de juiz e árbitro internacional entre nações e reis cristãos, além de intervir em momentos de conflito entre os mesmos. E neste papel de mediador da paz, a decisão papal como Vigário de Cristo na Terra era considerada final e possuía uma força vinculativa internacional, e qualquer violação dessa decisão era punida com a excomunhão e interdição, que era temida entre os reis cristãos e seus súditos por toda a cristandade medieval. (Adiele, 2017, p. 347)²⁸

Vislumbra-se a necessidade da atuação do papado durante a expansão marítima europeia, em virtude do limbo jurídico que os territórios “recém-descobertos” se encontravam. A doutrina da época vislumbra que os territórios no além-mar eram enquadrados na categoria de *Res nullius*, isso é, coisa de ninguém. A *Res nullius* é

²⁷ Denota-se, inclusive, um caráter universalista do papado expresso na Bula *Romanus Pontifex*: “O romano pontífice, sucessor o que tem as chaves do reino celeste e vigário de Jesus Cristo, percorrendo com cuidado paternal sobre todas as regiões do mundo e as qualidades dos povos que vivem nelas, procurando e desejando alcançar a salvação de cada um deles, ordena e dispõe salutarmente, com deliberação propícia, o que julga ser agradável à divina majestade, para que as ovelhas que de cima lhe foram confiadas sejam trazidas ao redil único do Senhor e obtenham para si o prêmio da felicidade eterna e impetrem o perdão das almas.” (Suess, 2024, p. 221).

²⁸ Traduzido do original: “Even though such drastic measures were taken by the king of Portugal to secure his economic interests in Africa, it was very clear to him that such measures and the accord reached in this treaty of peace with the king and Queen of the Spanish kingdoms, were not enough to make these measures very binding on all persons within and outside of the aforesaid kingdoms. Therefore, to give such measures effective and international force binding on all persons, the weight of the papal authority was brought to bear on this treaty of 1479. This was done in fulfillment of the international and exclusive role of the medieval popes on whose shoulders it rested at the time as judge and arbitrator among Christian nations and kings, to intervene in moments of conflicts among Christian kings. And in this role of a peace broker, the decision of the pope as vicarius Christi on earth was taken to be final and possesses an international binding force, a violation of which was punished with excommunication and interdict, which was feared most among Christian kings and their subjects throughout the whole medieval Christendom.”

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



um entendimento oriundo do Direito Romano, podendo ser traduzido para “coisa sem dono”. Destaca Thomas Marky (1995, p. 41) que a *Res nullius*, junto com a *Res hostium* (coisas dos inimigos), adentrava o conceito de *extra patrimonium*, patrimônios que não tinham donos e poderiam ser apropriados.

Com base nesse entendimento, chega-se a uma conclusão: se o território não era de ninguém, ele poderia ser reclamado por alguém, sendo necessário legitimar essa propriedade perante os outros. Dessa forma, começa-se a enxergar a importância do papado nesse processo, sendo a Santa Sé responsável, através do seu papel de árbitro internacional, a legitimar os interesses ibéricos no trato aos territórios ultramarinos.²⁹ Verifica-se a comprovação de um papel ativo do papado nesta legitimação, através da promulgação de uma série de bulas papais, tal como as bulas portuguesa *Sane charissimus* de 1418, *Rex regnum* de 1436, *Dum diversas* de 1452, *Romanus Pontifex* de 1455 e a *Inter caetera* portuguesa de 1456 e as bulas espanholas *Inter caetera* e *Eximiae devotinis* de 1493. Além disso, o papado também deu validação aos dos tratados ibéricos com as bulas *Aeterni Regis* de 1481, que validava o Tratado de Alcaçovas-Toledo, o primeiro tratado que versava o atlântico como um objeto de disputa entre os ibéricos, e *Ea quae* de 1506, que validava o conhecido Tratado de Tordesilhas.

Outro papel importante da Igreja Católica na expansão ultramarina ibérica foi a de delimitação dos direitos dos reis católicos dentro destes espaços coloniais através das bulas papais. Dentro dessas delimitações, o destaque acaba sendo os direitos que a Cúria Romana e os reis ibéricos teriam sobre as almas e corpos dos habitantes desses territórios no além-mar.

²⁹ Interessante comentar que havia uma relação mutualista no que tange a Santa Sé e as Monarquias Ibéricas, como versa José Pedro Paiva (apud Fiolhas, Franco & Paiva, 2020, p. 355): “Neste sistema, o papado preservava o combate aos muçulmanos, protegia a sua autoridade no mundo cristão e provia a expansão mundial do catolicismo. Os monarcas legitimavam conquistas e alcançavam maior tutela sobre a Igreja, assumindo influência, ainda que indireta na organização e no funcionamento desta estrutura de dominação”.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



2. A escravidão do outro no imaginário católico através das bulas papais

Antes de adentrar nos aspectos a respeito da escravidão expostas nas bulas papais, há a necessidade de contextualizar alguns entendimentos a respeito dessa instituição. Primeiramente, é necessário frisar que a escravidão já era uma instituição conhecida desde a Antiguidade e perpetuada durante o Medievo, mas que ganhou novos contornos no período das Grandes Navegações pelo caráter mercantilista instituído a ela. O escravo, principalmente com o desenvolvimento colonial português, acabou sendo transmutado de pessoa para propriedade, passando por um amplo processo de desumanização. Destaca-se que a desumanização do outro era essencial para a legitimidade dessa prática, visto que se compreendia a escravidão dentro de um caráter civilizatório, ressocializando o “incivilizado” através da prática e o inserindo em “uma sociedade mais civilizada”. Luis Felipe de Alencastro expõe que:

Por volta de 380 a.C., feito proprietário rural depois da epopéia da Retirada dos Dez Mil, Xenofonte redige o Econômico, tratado socrático sobre a agricultura. Na obra, traduzida mais tarde por Cícero e bastante citada na Antiguidade, Xenofonte elogia os guerreiros e conquistadores benévolos, benfeitores, os quais, em vez de massacrar seus prisioneiros de guerra, reduzem-nos à escravatura, “forçando-os a se tornarem melhores, e levando-os assim a terem, doravante, uma vida mais fácil”. Ou seja, a escravização se define como um ato de generosidade, reiterativo da natureza humana do prisioneiro, do cativo, na medida que o resgata de uma morte certa para integrá-lo numa sociedade eventualmente mais avançada. (Alencastro, 2017, p. 152).

Dentro do contexto inicial das Grandes Navegações, denota-se a legitimidade da escravidão com base na expansão do cristianismo, suplementada pelo caráter cruzadístico das primeiras expedições. Era o infiel combatido pelos cristãos no ultramar que se tornava servo perpétuo, sendo legado a escravidão,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



conforme o entendimento das bulas “portuguesas”³⁰ *Dum diversas de 1452* e *Romanus Pontifex de 1455*, respectivamente:

Nós vos concedemos pleno e livre poder, por meio da autoridade apostólica por este edito, para invadir, conquistar, combater, subjugar os sarracenos e pagãos, outros infiéis e outros inimigos de Cristo, [...] e conduzir esses povos a escravidão perpétua e aplicar e apropriar seus domínios [...] para você e seu uso e seus sucessores os Reis de Portugal. (Suess, Apud Oliveira, 2017, p. 85). (Grifos nossos).

Nós, pensando com a devida meditação em todas e cada uma das coisas indicadas, e levando em conta que, anteriormente, ao citado rei Afonso foi concedido por outras cartas nossas, entre outras coisas, faculdade plena e livre para invadir, conquistar, combater, vencer e submeter a quaisquer sarracenos e pagãos e outros inimigos de Cristo, [...] e reduzir à escravidão perpétua as pessoas dos mesmos, e destinar para se e seus sucessores, e se apropriar e aplicar para uso e utilidade sua e de seus sucessores os reinos, ducados, condados, principados, domínios, possessões e bens deles [...]. (Suess, 2024, p. 223). (Grifos nossos).

Interessante notar um interesse do papado em garantir a cristianização dos povos “recém-descobertos” através da escravidão, considerando ainda que na data da promulgação das bulas papais, a América ainda não havia sido invadida e a escravidão africana, embora já existente, ainda não possuía a dimensão escravista que ela adquiriria nos séculos vindouros. Ao se observar a bula *Romanus Pontifex*, verificamos uma correlação desses fatores ao comentar sobre o trato escravista da Guiné:

E contra aqueles povos daquelas partes, [...] durante alguns anos se fez guerra, e nela foram subjugadas e possuídas pacificamente muitas ilhas vizinhas que ainda se possuem com o mar adjacente. Depois disso muitos guineenses e outros negros capturados pela força e também alguns por troca com coisas proibidas ou por outro contrato legítimo de compra ofram trazidos a estes ditos reinos, e alí grande número deles se converteu à fé católica, esperando-se que, com a ajuda da divina clemência, deste modo se continue

³⁰ Necessário expor o motivo da utilização das aspas: as ditas bulas foram com o intuito de legar direitos e garantias aos reis portugueses, em específico os da dinastia de Avis e seus descendentes. Denota-se que os mesmos direitos foram legados aos reis castelhanos através da bula *Eximiae devotionis*, que igualava os privilégios sobre as terras descobertas e conquistadas.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



com eles o progresso, estes povos se convertam a fé ou, pelo menos, as almas de muitos deles se salvem em Cristo. (Suess, 2024, p. 222).

O interesse pela vida espiritual do recém descoberto se confirmou com a vila *Inter caetera* de 1456, em que o papado legava a Ordem de Cristo a jurisdição pela conquista espiritual das terras a serem descobertas fora da cristandade. Nesse quesito, é necessário destacar dois pontos: Primeiramente, no momento da promulgação da dita bula, a Ordem de Cristo já estava sobre o controle da dinastia reinante de Portugal, sendo que o Grã-Mestre da ordem supracitada no escopo temporal era o tio do rei Afonso V, o Infante Henrique, popularmente conhecido como “o navegador”, e com a morte do mesmo, o título passou por todos os duques de Viseu até chegar nas mãos do rei de Portugal, com Dom Manuel I. Além disso, a bula também serviu como uma germe do Padroado, um direito outorgado pelo papado aos reis portugueses em que o Estado lusitano administraria todo o clero no além mar, inclusive tendo o direito de vetar bulas papais. Em suma, o poder real, nos territórios ultramarinos, se sobrepujava ao poder papal. Sobre essa instituição, comenta Charles R. Boxer:

Em termos mais específicos, os monarcas ibéricos foram autorizados pelo papa a: (a) construir e permitir a construção de todas as catedrais, igrejas, conventos e ermidas no âmbito de seus respectivos padroados; (b) apresenta a Santa Sé uma pequena lista de candidatos adequados a todos os arcebispos, bispados e abadias, bem como encaminhar os postulantes a dignidades e cargos eclesiásticos de categoria inferior aos bispos pertinentes; (c) administrar as jurisdições e receitas eclesiásticas, e vetar bulas e breves papais que não fossem primeiramente autorizadas pela chancelaria das respectivas Coroas. [...] O Estado monárquico, além disso, ganhou o direito de transferir, promover ou afastar os clérigos; de determinar os limites de suas jurisdições; de arbitrar os conflitos de jurisdição que porventura ocorressem entre membros do clero e o poder civil, e entre os próprios eclesiásticos. (Boxer, 2007).

Com a chegada dos europeus à América, inicia-se um novo debate em relação escravidão do “outro”. Dentro do escopo da chegada dos europeus ao Novo Mundo, se desenvolveu uma tese de um “éden tropical” nas terras recém-

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



descobertas, imbuindo o nativo como uma figura ainda não corrompida pelo mundo dos homens, um padrão natural da humanidade antes do pecado. Essa tese acabou gerando conflitos entre a ideia de escravidão e liberdade no Novo Mundo, destacando teses de estudiosos como o cardeal Cayetano, que defendia a capacidade dos nativos de gozarem de direitos e exercer soberania popular, independentemente de sua religiosidade, e diferenciava os mesmos dos infiéis “inimigos dos cristãos”, como mouros ou sarracenos; John Maior, que afirmava que os direitos de soberania europeus não eram dependentes da fé, mas sim de títulos de direito natural, dessa forma, permitindo os indígenas a terem propriedade, liberdade e jurisdição; e Francisco de Vitória, pai do Direito Internacional, que estabelecia os nativos como detentores da propriedade de suas terras, independentemente de sua fé e que os mesmos não poderiam ter seus bens usurpados por conta de sua religiosidade.³¹

A conclusão das controvérsias a respeito da qualidade do indígena veio com a promulgação da bula papal *Sublimis Deus*, também conhecida como *Veritas ipsa*, em 1537. De acordo com a dita bula:

Pela presente carta decretamos e declaramos: os ditos indígenas e todos os povos que no futuro vierem ao conhecimento dos cristãos, embora vivam fora da fé de Cristo, não são nem deverão ser privados de sua liberdade e de propriedade de bens. Pelo contrário, podem livre e licitamente usar, possuir, e gozar de tal liberdade e propriedade, e não poderão ser reduzidos à escravidão; [...] e que os ditos indígenas e os outros povos deverão ser atraídos à fé de Cristo pela pregação da palavra de Deus e pelo exemplo de uma vida correta. (Sauss, 2024, p. 266). (Grifos nossos).

De forma explícita, o papado vetou a escravidão dos indígenas americanos mas deixou brechas para a compreensão da escravidão africana. Como pode-se notar, nada se fala sobre outros povos descobertos antes dos americanos, apesar de vetar a escravidão de povos que viessem ao conhecimento futuramente. Bem como denota Boxer (2007), nem o papado e nem a coroa portuguesa realizaram esforços

³¹ Maria Isabel de Siqueira (2011, p 192).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



para aplicar a bula supracitada ao trato africano escravista ou contestaram as bulas anteriores que permitiam essa instituição.

Assim, começa a se notar uma dualidade entre o trato das populações ultramarinas, se de um lado a escravidão indígena era coibida pela Igreja, do outro lado do Atlântico, não se questionava o trato do africano e enquanto a escravidão negra não se estabelecia, a indígena era, no mínimo, tolerada e operante. Dessa forma, busca-se esmiuçar essa dicotomia no pensamento do clero lusitano no Atlântico português.

3. A Dicotomia clerical no trato escravista do Atlântico Português

A promulgação da Bula *Sublimis Deus* marca um ponto chave no pensamento sobre o escravismo no além-mar. Como foi comentado anteriormente, a promulgação da dita bula é oriunda de uma discussão sobre um caráter de “humanismo” do nativo americano, que não se transmitiu ao africano. Nota-se que esse caráter de humanização é um dos pontos centrais da legitimação da escravidão, visto que o escravo era o “não humano” que poderia ascender a sua humanidade através da inclusão a uma civilização pelo trabalho forçado. Discorre-se, de forma correlacionada, que o principal quesito civilizatório anterior a promulgação da bula advém da fé, sendo que o “bárbaro” era o infiel ou herege, sendo passivo de escravidão, e o “civilizado” aquele que era convertido ao cristianismo, não podendo ser escravizado.

Em decorrência da dita bula, se abriu o precedente de que uma ignorância sobre o cristianismo permitia a liberdade, em virtude de que a cristianização deveria ocorrer através de bons exemplo e não da escravidão. Entende-se, a partir de discussões da época, que o nativo americano detinha um caráter de “potencial de humanidade”, podendo chegar a uma “humanidade total” através da conversão ao catolicismo e não através do trabalho forçado. Apesar desse entendimento, é

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



necessário versar que isso não era unânime em todo o mundo católico, destacando-se as Controvérsias de Valladolid, debate entre o frade Bartolomeu de Las Casas e o teólogo Juan de Sepúlveda em que discutia-se concepção humana do indígena, em específico a caracterização ou não do nativo como bárbaro. A concepção de humanidade do nativo americano também gerou ecos no império português, visto a discussão entre Manuel de Nóbrega e Quirício Caxa sobre a legalidade da escravidão e conflito dos interesses do clero, dos colonos e da própria Coroa portuguesa no tocante à colonização do ultramar expostos na legislação da época.

No início da colonização do Brasil, em específico no contexto das capitanias hereditárias, houve uma busca desenfreada por escravos indígenas nos territórios recém-descobertos, visto que a força motriz do nativo era entendida como uma necessidade para a consolidação do projeto colonial. Os ataques portugueses aos indígenas por escravos acabou levando a um efeito rebote na administração da colônia, em virtude ao grande número de ataques de retaliação no período supracitado. Em decorrência do fracasso do modelo administrativo das capitanias, a Coroa portuguesa instituiu o Governo-Geral em 1548, promulgando um estatuto que definiu algumas regras e direitos no tocante à colonização.

Foi no contexto do Governo-Geral que adveio, ao Brasil, a Ordem Jesuíta. Tal como expõe Almeida (2019), a Companhia de Jesus foi a primeira ordem clerical a assumir a tarefa missionária na América Portuguesa, sendo reconhecida como agente essencial no exercício das funções espirituais junto aos indígenas. Destaca-se o papel chave da ordem na elaboração do Regimento de 1548, principalmente no tocante ao trato do gentio e na proteção de sua liberdade através da catequização.

Entretanto, o maior destaque advém da ideia de aldeamentos, locais em que os nativos eram encaminhados após a conversão para não retornarem a suas raízes pagãs. Denota-se que, a pedido da Companhia de Jesus, o nativo aldeado não poderia ser escravizado, em virtude do seu caráter de convertido, mas poderia trabalhar nas fazendas mediante um pagamento. Como bem informa John Manuel

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Monteiro (2022), os colonos, inicialmente, aceitaram bem a política de aldeamento, em virtude da possibilidade de fornecimento de uma mão de obra sem retaliações, mas acabaram se voltando à escravidão em decorrência da burocracia do poder clerical. Advém expor que a política de aldeamento não obteve o sucesso desejado, seja pela alta mortalidade dentro dos aldeamentos quanto pela resistência indígena de abandonar a sua original forma de vida.

Com a falha da modalidade de aldeamento, alguns jesuítas, entre eles José de Anchieta e Manuel de Nobrega, começaram a enxergar a escravidão como necessária para a garantia, tanto da catequização, quanto para o sucesso do empreendimento colonial. Em contrapartida, mesmo com o tom pró-escravista de alguns clérigos, os jesuítas foram parte essencial na formulação da Lei de 20 de março de 1570, que regulamentava a escravidão indígena no Brasil Colonial, mas que não a extinguiu.³²

Posição análoga em relação a aceitação da escravidão pode ser observada do outro lado do Atlântico. Como apontado anteriormente, havia uma diferença no entendimento da civilidade do nativo africano e do ameríndio. Diferentemente da inocência natural do americano e o seu potencial de se tornar “humano” aos olhos do europeu através do bom exemplo, o africano era enxergado como bestial, infectados pelo pecado, vendidos por seus semelhantes e passivos da aplicação da escravidão civilizatória. Nesse entendimento, destacamos, por exemplo, os padre jesuíta Alonso de Sandoval, que conforme expõe Alencastro, afirmava que:

No seu tratado sobre a escravidão negra, ele sustenta que os calores e desertos da África misturavam todas as espécies e raças humanas [...] criando um ecossistema particular capaz de engendrar hibridações monstruosas. Tal circunstância fazia da África o continente de todas as bestialidades, o território de eleição do demônio. (Alencastro, 2020, p. 53).

³² Denota-se que, apesar da existência dessa regulamentação, ela foi constantemente ignorada pelos colonos ou modificada para que houvesse um abrandamento da lei, como foi com a Junta de 1574.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Obviamente, não havia uma homogeneidade no pensamento clerical a respeito da escravidão negra. Alguns argumentos contrários ao trato negreiro buscavam informar a falta de “preceitos cristãos” no que tange a brutalidade vinculada aos portugueses no trato do escravo africano, que os mesmos argumentos que se aplicavam aos americanos poderiam ser aplicados aos africanos e que não havia um comércio legítimo de escravos, em virtude de que não havia uma guerra santa contra os pagãos, infiéis e hereges africanos que justificasse o jugo com intuito de conversão.³³

Em decorrência desses levantamentos, os jesuítas desenvolveram uma série de teorias que legitimavam o trato escravista africano. Em suma, argumentavam que: 1) Não havia possibilidade de auferir a legitimidade de todos os cativos, argumentando que a escravidão se manteria legítima caso o comprador tenha agido de boa-fé (isso é, que não detinha o conhecimento de alguma ilegitimidade na “obtenção” do escravo);³⁴ 2) Que a escravidão do africano na América Portuguesa seria o remédio correto para a conversão/civilidade, pois ao colocar os escravos em um ambiente que eles não conheciam, impedia a possibilidade de retorno do escravo ao paganismo/barbarismo³⁵; e por fim que 3) O tráfico negreiro era peça essencial

³³ Boxer (2007, p. 47- 48).

³⁴ Como se pode observar no exposto por Alonso de Sandoval (apud Alencastro, 2020, p. 177 - 178): “Vossa Reverência gostaria de saber se são bem cativos os negros que iam. Ao que respondo, que me parece não devia V. R. ter escrúpulo nisto. Porque isto é coisa que a Mesa de Consciência em Lisboa nunca condenou, sendo homens doutos e de boa consciência. [...] E nós estamos aqui há 40 anos e estiveram aqui padres mui doutos, e na província do Brasil [...] nunca tiveram este trato por ilícito: e assim nós, e os padres do Brasil, compramos estes escravos para nosso serviço, sem escrúpulo algum. E digo mais, que quando alguém podia escusar de ter escrúpulos, são os moradores dessas partes, porque como os mercadores que levam estes negros os levam com boa-fé, mui bem podem comprar a trais mercadores sem escrúpulo nenhum, e eles os podem vender: porque é comum opinião, que o possuidor da coisa com boa-fé, a pode vender, e se pode comprá-la.”

³⁵ Segundo Alencastro (2020, p. 178): “No mundo da mercadoria triunfante surgia, vindo das regiões e sombras da morte, o argumento mais definitivo em favor do tráfico: o comércio negreiro apresentava-se como um elo fundamental da inserção da África no mercado mundial. Suprimi-lo seria pôr em xeque o domínio ultramarino português e romper a cadeia de comércio montada no Império do Ocidente. Acessoriamente, as almas dos negros que poderiam ser remidos pela escravidão na América se perderiam no paganismo dos sertões africanos.”

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



para o sucesso do empreendimento lusitano no Atlântico Sul, e como esse empreendimento era essencial para a “salvação das almas” de ambos os lados do Atlântico, era um “mal menor”.

Nota-se que, em ambos os lados do Atlântico, se aceitava a ideia de escravidão do outro, havendo a diferença no que tange a atuação dos jesuítas nesse meio. No Brasil, se buscava inibir o escravismo ameríndio, em virtude da busca de uma catequização “exemplar” e não imposta. Em contrapartida, na África, os jesuítas entendiam a escravidão como uma garantia e necessidade para salvação das almas, inclusive, possuindo e detendo escravos negros de ambos os lados do Atlântico.

4. Considerações finais

Assim, fica-se demonstrada uma dicotomia em relação as escravidões no Atlântico Sul Português, principalmente no que tange os caminhos que levavam a legitimação da prática correlacionada a conversão do “Outro”, mas que acabavam levando ao mesmo resultado: a necessidade da escravidão para a garantia da cristianização. Enxerga-se também a importância do clero na legitimação dessas práticas, seja em um escopo externo ao Império Português quanto interno ao próprio império, com a finalidade de garantir os interesses da fé católica e da própria Coroa Portuguesa, visto o caráter de expansão do cristianismo que essa monarquia buscava para si.

Entende-se a importância de verificação dessas práticas com a necessidade de vislumbrar as eventuais evoluções do caráter legitimador da escravidão. Se considerarmos apenas a escravidão negra, tendo como ponto de partida a bula *Dum Diversas*, publicada em 1453, e a assinatura de Lei Aurea em 1888 como termino, se tem mais de 04 séculos de escravidão, que se transmuta conforme as necessidades sociais são colocadas a tona. Assim, busca-se prosseguir com essas investigações, seja com um caráter mais afunilado em um escopo espacial, verificando o trato

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



escravista em espaços como o sul do Brasil, em um escopo temporal, nas diversas fases das monarquias luso-brasileiras, e em um escopo social, podendo trabalhar as diversas ordens religiosas ou outras castas presentes na hierarquia social do Atlântico brásílico.

Referências

ADIELE, Pius Onyemechi. **The Popes, the Catholic Church and the Transatlantic Enslavement of Black Africans 1418-1839**. 1º ed. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 2017.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul. 10º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Catequese, aldeamentos e missionização. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial 1443 - 1580**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019. p. 435 - 478.

BOXER, Charles Ralph. **A Igreja Militante e a Expansão Ibérica**: 1440 - 1770. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRUZINSKI, Serge. **A passagem do século**: 1480 - 1520 As origens da globalização. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano**. 8º ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1995.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

OLIVEIRA, Cleiton. **A prole de Caim e os descendentes de Cam**: legitimação da escravidão em Portugal e a influência das Bulas Dum diversas (1452) e Romanus Pontifex (1455). Dissertação (Mestrado em História Ibérica) , Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2018.

Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1161>. Acesso em: 14 ago. 2025.

PAIVA, José Pedro. Uma religião para o mundo. Padroado régio e uma diocese pluricontinental. In: FIOLEHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro. **História Global de Portugal**. Lisboa: Temas e Debates, 2020. p. 353 - 359.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



PREÇO EM DISPUTA: OS PREÇOS DE ESCRAVIZADOS NOS TESTAMENTOS E INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* EM CASTRO, 1840-1870.

Lorenzo Priotto dos Santos¹
Ilton Cesar Martins²

¹ Graduando em Licenciatura em História pela UEPG

² Professor efetivo do curso de Licenciatura em História pela UEPG

A pesquisa histórica parte das inquietações e interesses do presente do historiador. Ao olhar para o passado, deve-se ter em conta que as dinâmicas históricas que hoje apresentam-se como fatos consumados foram, aos seus contemporâneos, recheados de discordâncias, incertezas e conflitos. Então, o papel do historiador, ao olhar em retrospecto, dirige-se a compreender como determinadas ferramentas foram utilizadas, por quais meios e quais os interesses dos indivíduos envolvidos neste processo. Disto resta perguntar: eles se realizaram? Quais foram os percursos ocorridos e, principalmente, como estes se refletem hoje? E, nesta perspectiva, entende-se aqui a abolição da escravidão no Brasil: como uma dinâmica pontuada por lutas, seja contra ou a favor dela. Como destaca a historiadora Emília Viotti da Costa:

Para nós, atualmente, parece possível atribuir-lhe [o processo de Abolição] um sentido, uma direção e uma lógica. Para aqueles que participaram desse processo, ele foi muitas vezes incompreensível, cheio de incertezas, angústias e frustrações (Costa, 2010, p. 127).

Assim, o problema fundamental da atual pesquisa é compreender como o preço dos escravizados, registrado em testamentos e inventários *post-mortem*, funcionava como instrumento de negociação e privação da liberdade para os cativos, sendo, conjuntamente, um espaço de disputa entre senhores e cativos. Intentamos demonstrar como o preço sofreu transformações a partir das leis emancipacionistas que marcaram o período no município de Castro, restringindo-se ao período de 1840

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



a 1870 e utilizando como fontes os testamentos e inventários *post-mortem* transcritos e armazenados no Museu do Tropeiro, em Castro, Paraná.

A pesquisa, ao tratar sobre a história da escravidão no Paraná, pretende entender as muitas variantes contidas na ideia de preço atribuído no momento de precificação dos escravos e como estabeleceu-se manifestação das suas próprias vontades.

1. Um comentário sobre as leis emancipacionistas

As leis emancipacionistas foram, em seu conjunto, leis promulgadas pelo governo imperial brasileiro com intuito de construir espaços de emancipação, nem sempre linear, aos cativos durante o século XIX, impulsionadas por um misto de fatores: interesses de grupos específicos, como grandes proprietários, população escravizada ou livre, pressão internacional, mudanças econômicas, políticas, etc. Ao todo, seu projeto era uma abolição da escravidão gradual, lenta e alinhada com os interesses dos proprietários de escravizados, ignorando os interesses destes últimos.

A primeira delas, a Lei Feijó de 7 de setembro de 1831, foi responsável por conceder amplos poderes às autoridades brasileiras judiciais da época para reprimir a entrada de escravizados, além de ter declarado livres aqueles que entrassem no território a partir da data de sua promulgação. Contudo, vemos como ela fracassou em seu intento ao não impactar o comércio de pessoas (Glauber, 2023, s.p.). Ligado ao fracasso da Lei Feijó, temos a lei inglesa Bill Aberdeen, de 8 de agosto de 1845, que autorizou os britânicos à apreender embarcações que praticassem tráfico de escravizados, bem como o julgamento de sua tripulação por autoridades britânicas. O governo brasileiro, em resposta, promulgou a lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico transatlântico de escravizados:

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A lei determinou a punição das pessoas envolvidas nesse crime [o tráfico transatlântico] e estabeleceu que os escravizados apreendidos deveriam ser reexportados para os terminais de origem ou para qualquer outro ponto fora do Império. Nos casos onde não fosse possível a reexportação, os africanos seriam empregados em trabalho sob a tutela do governo, não sendo em nenhum caso os seus serviços concedidos a particulares (Glauber, 2015, s.p.).

É sabido que essa medida provocou a elevação dos preços dos cativos (Costa, 2010, p. 33). Aliado a esses processos, a característica de uma economia periférica como era o Paraná, vê ainda na segunda metade do século XIX, com o fim do tráfico de escravizados e a impossibilidade de importação transatlântica de pessoas, o aumento da presença do tráfico interprovincial, com direção principalmente à São Paulo (Mello, Slenes, 1980, p. 98).

Por fim, para nosso recorte temporal, importa à Lei de Terras, também de 1850.

A extinção do ofício em 1850 sinalizou aos cafeicultores, produtores do principal produto de exportação da época, não apenas que os dias da escravidão estavam contados, mas também colocou para eles e para as autoridades o problema de como encontrar trabalhadores suficientes para substituir os escravos que não chegariam mais³⁶ (Gutiérrez, Lopes, 2007, p. 327, tradução nossa).

Ela também teve como objetivo preparar espaço à vinda de mão de obra europeia imigrante. A Lei de Terras, basicamente, determinava a proibição de aquisição de terras devolutas - entendidas como “aquelas que se encontram em uso público nos âmbitos nacional, provincial ou municipal, e as que não tinham título legítimo³⁷” (Gutiérrez, Lopes, 2007, p. 332) - por outro meio que não a compra. A partir de sua promulgação, os indivíduos que ocupassem terras públicas indevidamente, seriam castigados com encarceramento e pagamento de multas (Gutiérrez, Lopes,

³⁶ No original: “La extinción del tráfico en 1850 señaló para los hacendados del café, productores del principal género de exportación de entonces, no sólo que la esclavitud tenía sus días contados, sino que planteó para ellos u para las autoridades el problema de cómo conseguir trabajadores suficientes en remplazo de los esclavos que dejarían de llegar” (Lopes, Gutiérrez, 2007, p. 327).

³⁷ No original: “[...] aquellas que no se encuentran en uso público en los ámbitos nacional, provincial o municipal, y las que no tenían títulos legítimos [...]” (Lopes, Gutiérrez, 2007, p. 332).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



2007, p. 332). Vemos, então, um processo de maior consciência sobre a proximidade do fim da escravidão e como, a partir disso, se aproximava cada vez uma reformulação da posse de terras - e a região sul seria especificamente propensa aos imigrantes (cf. Gutiérrez, Lopes, 2007, p. 342-343).

Assim, todas essas leis tinham como objetivo preparar de maneira lenta e gradual a transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado no Brasil, tendo participado inúmeros atores sociais na sua redação, aprovação, recepção e aplicação. Nossa pesquisa pretende tomá-las duplamente como pano de fundo e agentes ativas na variação do preço de cativos no Paraná, aliado à avaliação de outros fatores, como mudanças econômicas, políticas e sociais em âmbito nacional e regional.

2. Castro: indicações sobre a formação histórica da região

Sobre a região de Castro na primeira metade do século XIX, vê-se que, em 1818, era o principal centro de fazendas de gado na região (Gutiérrez, 2001, p. 8). A venda de gado *vacum* era a grande fonte de receitas e o setor mais dinâmico da economia local, sendo responsável pela ocupação da maior parte da superfície do atual Paraná, com apenas Castro concentrando 57% dessa área (Gutiérrez, 2001, p. 8). Sobre a criação de gado na Província, aparece nos princípios do século XVIII. Devido à concentração de mineradores em Minas Gerais, houve uma crescente dificuldade de alimentar estas áreas. Por isso, o governo de São Paulo - neste período, o responsável jurídico do (futuro) Paraná - apelou para o gado criado pelos curitibanos: “a criação [de gado] nos campos paranaenses se desenvolveu, e a comunidade, com esse comércio, encontrou uma função com que iniciou o caminho de sua integração na estrutura econômica brasileira” (Machado, 1962, p. 132).

O tropeirismo, que consistia, basicamente, no transporte de grandes quantidades de cavalos, mulas e éguas de cidades do Rio Grande do Sul, com direção

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



à Feira de Sorocaba, em São Paulo, para serem vendidas, foi uma importante atividade econômica do período, motivando o estabelecimento de outro ramo de serviço na região: as invernadas. As viagens demoravam meses e, durante os trajetos, eram precisos espaços onde as tropas pudessem descansar com seus animais. Distribuídos pelos caminhos das tropas, então, estavam as invernadas: os fazendeiros da região do atual Paraná arrendavam seus campos, aos quais incluíam toda sua organização, a essas enormes campanhas, não obstante continuassem administrando sua fazenda por meio de capatazes (Machado, 1962, p. 144). Assim, na região, ambas atividades econômicas, a criação de gado e as invernadas, foram importantes atividades econômicas que estarão em vigor até a segunda metade do século XIX (Balhana, Westphalen, 1976, p. 405-406), relacionadas ao tropeirismo.

Com isso, a presença negra também foi (e é) muito marcante aqui. Característica demográfica de uma economia não-exportadora, como foi o caso do Paraná, onde a produção realizada dentro do estado tinha como objetivo consumo interno, muitas vezes de subsistência (Gutiérrez, 2001, p. 6), os escravizados possuíam um certo equilíbrio de sexos e, como deduz Gutiérrez (1986, p. 300), a reprodução natural pode ter exercido importante papel na preservação da harmonia. Eles estavam, destaca-se, profundamente relacionados com as atividades tropeiras e de criação de animais na antiga Província.

A partir dessas discussões, objetiva-se construir uma pesquisa que, compreendendo dinâmicas internas e desenvolvimentos específicos da região de Castro na segunda metade do século XIX, compreenda como as leis emancipacionistas, enquanto produtos e produtoras do processo histórico, influenciaram os valores de troca registrados nos documentos - e em que medida esses documentos foram não apenas reflexos de dinâmicas anteriores, mas também ferramentas que as moldaram. Como interesses secundários, intenta-se pensar características demográficas desta população, como suas profissões, taxas de crianças e mulheres e possibilidades da formação de famílias.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



3. Das fontes cartoriais e metodologia

O recorte temporal escolhido baseia-se em 1840 devido o interesse de entender como eram os preços de escravizados no período anterior à abolição do tráfico transatlântico em 1850, abrangendo suas raízes com a Lei Feijó de 1831 e impactado com a decisão inglesa em 1845 da Lei Bill Aberdeen. O nosso interesse principal enfoca o período a partir de 1850, estendendo-se até 1870, data-limite dos arquivos do Museu do Tropeiro - local onde a transcrição das nossas fontes se encontra

Para realizar a pesquisa, serão utilizadas duas fontes cartoriais: os inventários *post-mortem* e os testamentos. Os primeiros, escritos após a morte de um indivíduo, trazem o arrolamento de todos os seus bens a serem partilhados por herdeiros. Geralmente compostos por: termo de abertura, que informava dados de local; a data, o juiz responsável e a data de óbito; a transcrição do testamento, quando havia; designação de tutor, ao haver herdeiros menores de idade, e cônjuge sobrevivente, se fosse mulher; inventariação e avaliação de bens por avaliadores designados; e a partilha (Machado, 2019, p. 285).

Já os testamentos eram produzidos antes da morte de um indivíduo, no qual registram-se as últimas vontades do testador frente a, no mínimo, um tabelião e acompanhado de cinco testemunhas. Além do testador, aquele que possui o patrimônio a ser distribuído, compõem os testamentos a testamentária, que é a execução do documento, o testamentário, que é o conteúdo do documento, e o testamenteiro, a pessoa encarregada de executar a vontade do testador (Machado, 2019, p. 285).

Como fontes de pesquisa, ambos documentos são úteis para investigar-se a temática da escravidão: os inventários, principalmente por terem discriminados todos os itens de uma pessoa, incluso aí seus escravizados, além de fornecer-nos dados

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



relacionados a sexo, idade, naturalidade, preço e condições de saúde dos mesmos (Machado, 2019, p. 288). Já os testamentos revelam um caráter mais doméstico e íntimo do testador e seu parentesco, incluindo, por exemplo, pontos de discussão sobre liberdade e servidão, com senhores, em alguns casos, registrando o intento de libertar seus cativos depois de determinado serviço prestado, seja após sua morte, seja depois de finalizar algum tempo de serviço a outrem (Machado, 2019, p. 287). Ponto interessante a ressaltar é o caráter de quem produzia tais documentos: eles representam um determinado recorte da sociedade, afinal, quem realizava testamentos e inventários eram aqueles detentores de posses e bens suficientes para tanto, sendo, vale ressaltar, vedado a cativos prestarem papel de inventariantes, testadores ou testamenteiros (Machado, 2019, p. 291).

Em relação aos documentos utilizados por esta pesquisa, os testamentos e inventários encontram-se no Museu do Tropeiro, em Castro. O período abordado pelos arquivos compreende desde 1800 a 1870. Tratando-se de transcrições, com os originais resguardados no Fórum da Comarca de Castro, a busca dos últimos, devido ao tempo de desenvolvimento desta pesquisa, mostrou-se como impossível. Dessa forma, optamos por utilizar-se das transcrições, levando em consideração para formulação deste trabalho as dificuldades que o não-acesso aos originais nos traz.

Por fim, a metodologia a ser utilizada relaciona-se à História Social, a qual “prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos - sociais - na explicação histórica” (Castro, p. 89-90). Assim, entendida como um campo que encara a relação entre sujeitos, coletivos ou individuais, nas dinâmicas de embate e disputa no interior de determinada sociedade, objetiva-se analisar nos documentos como os senhores e os escravizados expressavam suas vontades e instituem relações de poder e afeto, revelando as margens e contradições da escravidão a partir de relações de poder e legislação que permeavam suas vidas.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



4. Considerações finais

A pesquisa busca compreender como os preços dos escravizados, registrados em inventários post-mortem e testamentos funcionaram não apenas como medidas econômicas, mas como instrumentos de poder, negociação e conflito. O recorte temporal escolhido evidencia, aliado a isso, que os valores atribuídos aos cativos foram moldados por fatores políticos, sociais e econômicos, refletindo as especificidades de uma economia regional ligada à pecuária e ao tropeirismo.

Ao contrário, ao tentar estabelecer a experiência cativa como central, torna-se possível perceber como a violência estrutural e as disputas em torno da liberdade se fizeram presentes de forma marcante também em economias periféricas, revelando tanto a integração regional quanto as singularidades locais do processo escravista.

O diálogo com o Núcleo de Pesquisa Memória, Cultura e Natureza (NPMCN) se estabelece justamente na valorização das narrativas, documentos e memórias que, ao mesmo tempo em que registram relações de poder e hierarquias sociais, permitem resgatar subjetividades, experiências e vivências que compõem a trama histórica. Mesmo com o uso das fontes cartoriais, estas inserem-se no esforço de compreender como a produção social de sentidos, mesmo em registros oficiais, também revelam espaços de disputa, debate e pressão por parte dos oprimidos.

Assim, este trabalho insere-se nos debates promovidos pelo Núcleo, ao buscar compreender as múltiplas vozes e dinâmicas sociais que constituíram o processo abolicionista. Ao analisar a escravidão no Paraná a partir das dimensões locais, mas sempre em conexão com os processos nacionais mais amplos, a pesquisa pretende não apenas discutir a história da região de Castro, mas, também, oferecer subsídios para a crítica às narrativas que ainda planificam o lugar da escravidão na formação social e cultural do Paraná contemporâneo.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Referências

BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. Fazendas do Paraná provincial. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA**, 8., 1975, Aracaju. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade rural. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. v.2, p. 391-406.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 76-96.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 9.^a edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GABLER, Louise. **Legislação abolicionista no Império**. 12 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1/brasil-oitocentista/temas-oitocentistas/legislacao-abolicionista-no-imperio>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

GABLER, Louise. **Lei Eusébio de Queirós**. 11 de maio de 2015. Disponível em: <<https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/288-lei-euzebio-de-queiroz>>. Acesso em: 15 de agosto de 2025.

GUTIÉRREZ, Horácio. A pequena propriedade no Paraná antes da imigração. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica**. São Paulo: ABPHE, 2001. p. 1-21.

GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava em economias não-exportadoras: Paraná, 1800-1830. In: **Estudos Econômicos**. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 17, n.3, p. 297-314, 1987.

LOPES, Maria Aparecida; GUTIÉRREZ, Horácio. Legislación agraria y tenencia de la tierra en el Brasil decimonónico: La Ley de Tierras de 1850. In: ORTELLI, Sara; CUAUHTÉMOC, Hernández Silva (Org.). **América en la época de Juárez (1854-72)**. México: Universidad Autónoma Benito Juárez de Oaxaca/Universidad Autónoma Metropolitana, 2007, p. 321-350.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná - I: Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. In: **Anais do II Simpósio de Professores de História do Ensino Superior**. Curitiba: ANPUH, outubro de 1962, p. 128-155.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



MACHADO, L. D. S. O uso de inventários post mortem e testamentos nas pesquisas históricas sobre famílias escravas: o caso de Itapemirim - ES. In: **Anais do IV Congresso de Processo Civil Internacional**. Vitória, 2019, p. 284-296.

MELLO, Pedro Carvalho de; SLENES, Robert W. Análise econômica da escravidão no Brasil. In: NEUHAUS, Paulo (Coord.). **Economia Brasileira: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1980, p. 89-122.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



EXPERIÊNCIAS CORPORIFICADAS: ESPAÇO, LUGAR E SENSIBILIDADES AMBIENTAIS

Renato Ricardo Schnell Junior¹
Alessandra Izabel de Carvalho²

¹Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

²Professora do PPGH/UEPG, Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas

As noções de espaço e lugar, articulada por distintas áreas do conhecimento como geografia, filosofia e ciências sociais, constitui um ponto de partida para analisar as experiências humanas em suas múltiplas sensibilidades. O espaço, frequentemente entendido como uma extensão física abstrata, e o lugar, como um espaço investido de significado e experiência humana, são conceitos inter-relacionados que moldam nossa compreensão do mundo.

No entanto, a simples distinção entre espaço e lugar não captura a complexidade de como as pessoas vivenciam, interpretam e se conectam com diferentes ambientes. Este breve ensaio, derivado da dissertação de mestrado “Ultrapassando a superficialidade do mundo: subjetividades ambientais em meio a imensidão antártica (1910-1917), busca explorar essa complexidade ao investigar como o lugar emerge da interação entre o corpo, os sentidos e o espaço físico.

O presente trabalho insere-se no Núcleo de Pesquisa em Memória, Cultura e Natureza, e dialoga com a historiografia propondo novas formas de compreender a relação entre a experiência, a corporeidade e a produção de significado nos espaços vividos. Além dessa contribuição, o estudo busca oferecer ferramentas conceituais que possibilitam refletir a relação entre os indivíduos, as comunidades e seus respectivos ambientes, demonstrando a importância das relações afetivas, sinestésicas e simbólicas para a construção de identidades e sua valorização cultural.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Nesse percurso, as questões teóricas e metodológicas se articulam a partir de uma perspectiva interdisciplinar, integrando diferentes campos do saber, como a geografia humanista, antropologia e a história.

1. ESPAÇO E A CONSTRUÇÃO DO LUGAR

Torna-se necessário, em primeiro lugar, refletir sobre o que significa espaço. Para isso podemos recorrer a Yi-Fu Tuan e seus trabalhos acerca da geografia humanista. Segundo o autor (2013, p.49), “espaço” consiste em um termo abstrato empregado para definir um conjunto complexo de ideias. Pessoas de diferentes culturas dividem o mundo no qual vivem de formas diversas, atribuindo valores e formas de medi-lo. Esse processo de definição do espaço resulta de uma íntima experiência envolvendo o corpo individual e o coletivo, onde a organização do espaço busca adaptar-se as necessidades tanto biológicas quanto sociais. Com base em seus estudos, Tuan ressalta a importância da presença corporal em um espaço localizado. Embora, durante muito tempo a sociedade tenha se desenvolvido se afastando da ideia do corpo físico e ressaltando apenas as questões espirituais e racionais, torna-se fundamental compreender o ser humano em suas relações corporais como algo vivo, subjetivo e sistemático (2013, p.49).

O autor identifica três tipos de espaço que compõem o que chama de “continuum experiencial”: o mítico, o pragmático e o abstrato ou teórico. O espaço mítico abrange uma área imprecisa que envolve o conhecimento baseado na experiência compondo uma visão de mundo que organiza forças da natureza e da sociedade em lugares significativos. Desta forma, esse espaço tem o potencial de transformação do ambiente em cosmos específicos, atribuindo-lhes personalidade e os tornando “lugares” (2013, p.116-117). O espaço pragmático tem sua ligação com as ordenações de atividades práticas e econômicas, limitadas, além de também ser influenciado por aspectos míticos. Já o espaço pragmático ou abstrato, consiste em

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



um elemento desenvolvido no ocidente de forma a se basear em sistemas geométricos, criados a partir de experiências espaciais primordiais, e dando origem, por exemplo, a arquitetura e ao planejamento urbano (2013, p.27-28). De modo geral, Tuan destaca o espaço também como símbolo de liberdade, sobretudo na sociedade ocidental, por transmitir a ideia de futuro aberto à ação por parte de quem o nota: “O espaço aberto não tem caminhos trilhados nem sinalização. Não tem padrões estabelecidos que revelem algo, é como uma folha em branco na qual se pode imprimir qualquer significado” (p.72).

Ainda que Tuan ressalte a centralidade do espaço como construção simbólica, Ingold (2015, p.215) propõe uma crítica à própria noção de espaço enquanto categoria central, deslocando a atenção para a experiência concreta do habitar. Para o autor:

Os agricultores plantam suas culturas na *terra*, não no espaço, e as colhem dos *campos*, não do espaço. Seus animais pastam *pastagens*, não espaço. Viajantes atravessam o *país*, e não o espaço, e quando andam ou ficam em pé, eles plantam os pés no *chão*, não no espaço. Pintores armam seus cavaletes na *paisagem*, não no espaço. Quando estamos em casa, estamos *dentro de casa*, não no espaço e quando vamos ao *ar* livre estamos a céu aberto, não no espaço. (2015, p.215)

Dessa forma, embora Ingold recuse o termo “espaço” e Tuan utilize como categoria fundamental, ambos convergem na defesa de que a experiência sensível e corporal é o eixo pelo qual os sujeitos se relacionam com o mundo. Nesta existência, os humanos experienciam o mundo através de seus sentidos e mente, os quais para Tuan acabam refletidos nos espaços construídos, e que para Ingold fazem parte desta existência no mundo e não sobre ele.

Para Tuan, “Duas pessoas não veem a mesma realidade” (2012, p.21). Os sentidos são, acima de tudo, “modalidades de existência” do corpo no mundo. Como destacado por Christopher Tilley: “Conhecer realmente é sentir e perceber através de todos os sentidos” (2014, p.39). Esse exercício implica na utilização de todos os sentidos ao mesmo tempo, realizando uma prática de sobreposição e que resulta em

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



nossa experiência corporal no mundo. Hoje, muito se fala e se estuda a respeito dos sentidos separadamente, o que facilita sua compreensão, mas fornece uma visão empobrecida sobre a realidade (2014, p.38-40). Nesse sentido, mesmo que determinados sentidos adquiram maior destaque em certas vivências, é importante compreender que eles nunca atuam se forma isolada, mas em constante inter-relação.

2. EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS CORPORIFICADAS

As capacidades sensoriais humanas – os sentidos – se diferem se comparadas com as de alguns animais. A visão, predominante na sociedade ocidental, se desenvolveu a partir do ambiente arbóreo dos primatas, evoluindo de olhos pequenos para grandes enquanto os narizes se tornaram menores permitindo uma visão sem impedimentos. O desenvolvimento da visão acompanhou o desenvolvimento do polegar nas mãos humanas, contribuindo para que juntos se tornassem o elemento essencial para o ato de brincar com objetos e conhecê-los (Byington, 2002, p.202-203). A localização dos olhos na face torna o ser humano um animal binocular, o que limita sua capacidade de adquirir informação do meio, mas garante a habilidade de decifrar mais nitidamente objetos tridimensionais (Tuan, 2012, p.23). Sua importância para a organização do espaço é evidente, mas sempre enriquecida pelos demais sentidos (p.26). O tato, embora seja o sentido o qual os humanos são menos conscientes, é o sentido mais fundamental, sendo meio de contato intrínseco com o mundo por meio do corpo. Ao longo da história, mudanças anatômicas e culturais moldaram sua relevância e a forma como a sociedade o percebe, contudo sem alterar sua importância para a experiência sensível no mundo. O olfato e o paladar são ambos sentidos que atuam em conjunto, com funções de adaptação e também de alerta, comunicando sobre situações potencialmente perigosas (Franco, 2018, p. 05). Mesmo diante da limitação olfativa humana, em relação a outros animais, ele possui

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



a habilidade de evocar lembranças e sensibilidades, ficando registrado da memória (Tuan, 2012, p.27).³⁸ No caso do paladar, ele evoluiu como um mecanismo de sobrevivência, distinguindo alimentos benéficos e prejudiciais.³⁹ Além disso, assim como o olfato, desempenha um relevante papel na evocação de lembranças e emoções.⁴⁰ Por fim, a audição possui um papel central na sobrevivência das espécies, permitindo que os seres se tornem cientes do espaço onde se encontram, detectando perigos invisíveis e construindo experiências espaciais únicas.⁴¹ O som possui a habilidade de sensibilizar e dramatizar a experiência, evocando emoções como o medo, ansiedade, encantamento, tranquilidade (Tuan, 2013, p.25-26)

Esses cinco sentidos, juntos, realizam a troca de informações que constitui a vida humana em determinado ambiente. Em diferentes culturas, diferentes sentidos podem ser privilegiados,⁴² mas seu funcionamento ocorre sempre em conjunto.

3. LUGAR, SIGNIFICAÇÕES E SENSIBILIDADES

³⁸ Durante os séculos XVII e XVIII, grande parte da repugnância que os sujeitos sentiam referente ao litoral estaria ligada à experiência sinestésica olfativa adquirida por aqueles sujeitos que frequentavam a região. Pois, os fortes cheiros exalados pelo mar ligados aos apodrecimentos dos depósitos marinhos, somado ainda com os detritos (algas, excrementos marinhos e detritos orgânicos), contribuíam para que as pessoas considerassem as costas zonas malcheirosas (Corbin, 1989, p. 6-27).

³⁹ Sabores agradáveis como doce e umami, fornecidos por componentes energéticos como hidratos de carbono e proteínas, promovem uma maior apetência por alimentos nutritivos. Sabores desagradáveis como amargo e azedo, evoluíram no sentido de detectar componentes potencialmente letais como toxinas microbianas. O sabor salgado, por sua vez desenvolveu-se para garantir a homeostase hidroeletrólítica (Franco, 2018, p. 13).

⁴⁰ No caso do olfato, devido a sua capacidade reduzida nos humanos, ele acaba não contribuindo da mesma forma para a organização do espaço como o de alguns animais de outras espécies. Contudo, os odores podem contribuir para definir distâncias e também direção. Além disso também apresentam a capacidade de sugerir volume e massa (Tuan, 2013, p.22).

⁴¹ Além disso, os sons contribuem para que o ser humano consiga relacionar a própria distância dentro do espaço, relacionado com os corpos através da própria voz, como exemplo, esse exercício possibilita a delimitação de distância ou proximidade, de um “íntimo” para um “público” (2013, p.25).

⁴² Em algumas culturas africanas, por exemplo, que dedicam grande importância para a tradição da oralidade, a audição é privilegiada entre os sentidos. (BÂ, Amadou Hampatê. A tradição viva. In. *História geral da África*, v. 1, UNESCO, Brasília, 2010. p. 167-212).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O conceito de “Lugar” entendido como componente do espaço, pode ser expresso por propriedades concretas, classificadas como primárias – relacionadas às conexões entre o espaço interno e o externo – e secundárias, vinculadas a ideia de centralização, direção e ritmo (Menezes, 2000, p.157). Em seu trabalho, Menezes explora a ideia de lugar como “mundo habitado”, entendido como um espaço que é produzido e organizado pelos indivíduos e pela sociedade, no qual se desenvolvem e se articulam as relações humanas. Para Ingold (2015, p.216-218.), lugares não podem ser vistos como entidades estáticas, mas sim pontos de passagem em um contante movimento, descrito por ele como “peregrinar”⁴³: “Minha objeção é que vidas são vividas não dentro de lugares, mas através, em torno, para e de lugares, de e para locais em outros lugares” (p.219). Assim, diferentes formas de habitação temporária – como cabanas, acampamentos ou embarcações – podem ser entendidas como lugares que, inseridos em um espaço mais amplo, articulam múltiplos sentidos e significados.

Tuan, apresenta duas perspectivas que ao longo dos últimos anos se desenvolveram nas ciências geográficas a respeito da noção de “lugar”: a primeira o compreende como “localização”, ou seja, uma unidade situada em determinada hierarquia dentro do espaço; a segunda o entende como um espaço único, individualizado (2018, p.05). Para o autor, ambas apresentam limitações, uma vez que, para ele, lugar é um centro de significados construído através da experiência vivida: “É conhecido não apenas através dos olhos e da mente, mas também através dos modos de experiência mais passivos e diretos, os quais resistem à objetificação” (p.05). O autor ressalta que conhecer um lugar envolve um processo complexo: por um lado significa conhecê-lo de modo abstrato (cuja consequência é torná-lo muito distante da experiência sensorial), e por outro, implica em conhecê-lo de forma mais

⁴³ Ingold utiliza o termo “peregrinar” para descrever esse movimento proveniente da experiência corporificada, marcada pelo movimento que constituiriam linhas e os lugares os quais gerariam entrelaçamentos nessas, antes de continuarem sendo tecidas (2015, p.219).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



íntima (em uma prática semelhante ao conhecer outra pessoa), o que por sua vez exigiria um certo enraizamento em determinado lugar. Em consequência, lugares raramente são conhecidos em sua completude (2018, p.06).

A partir da experiência vivida, lugares são continuamente construídos e reconstruídos. A casa, a cidade, a região e a nação, assim como o parque, a floresta. Todos esses constituem lugares que recebem significados distintos de pessoas distintas, mas englobam também significados comuns para certos grupos. Dentro da significação, existem mais lugares no mundo do que se poderia ter consciência, assim como de suas próprias redes de significados: “A mesa da sala de jantar é um lugar. Em torno dela a família se reúne tradicionalmente para o jantar.” (2018, p.06). Assim, se relacionando com o que coloca Ingold, lugares são compostos por lugares (2015, p.216-217). Lugares para Ingold e para Tuan são centros de significação e de sensibilidades provenientes de um contato corporal que envolve tanto a sinestesia (associação entre os sentidos), quanto cinestesia (movimento do corpo), ou seja, a percepção do movimento. São construções individuais que podem possuir significados diferentes para pessoas diferentes, mas que são fruto de movimentos ou “peregrinações” que contribuem para a atribuição de sentido. Mesmo que seus estudos partam de perspectivas distintas, cabe pensar através dos dois autores o significado que ambos apresentam, por constituírem diferentes áreas do conhecimento e que podem contribuir com novas reflexões.

Conforme destacado por Solange Guimarães, os lugares vivenciados não apenas se inscrevem na memória, mas se registram no próprio corpo daquelas que com eles estabelecem vínculos. Nas palavras da geógrafa:

Os lugares vivenciados estão e são com toda a força da expressão, registrados indelevelmente nas faces, nos corpos, e sobretudo, nas representações e nos olhares: no fundo dos nossos espíritos, vindas à luz por intermédio de experiências e percepções exteriorizadas em atitudes, condutas, emoções (Guimarães, 2002, P.132).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



No processo de construção dos lugares, tornam-se inevitáveis os sentimentos de pertencimento e os elos estabelecidos com os ambientes, cuja carga de sensibilidades contribui para que estes se convertam em “lugares”.⁴⁴ Esses sentimentos podem se manifestar em extremos opostos, frequentemente coexistindo e interagindo no mesmo espaço. Trata-se, de um lado, da topofobia, e, de outro, da topofilia.

Quanto à “topofilia”, Tuan (2012, p.135-136) observa que se trata de um neologismo, uma palavra nova formada por outras já existentes. Para o autor, a expressão pode ser muito útil para a compreensão dos laços afetivos por possuir um sentido amplo em seu emprego, podendo representar um prazer estético, efêmero e até sentimentos mais intensos. Consiste em um termo de capacidade de expressar sensibilidades as quais não se poderia com outras palavras, aquelas as quais são mais corporais do que conscientes mentalmente. Em uma definição geral pode ser compreendida como afeição pelo ambiente.

Já topofobia consiste no oposto da topofilia, sendo compreendida em um sentido geral como aversão pelo lugar. Esse sentimento implica em traumas, sentimentos de medo e angústias. Em seu livro “Paisagens do Medo” (2005), Tuan apresenta inúmeros ambientes os quais ao longo da história humana representaram algum sentimento traumático ou de aversão, como por exemplo as florestas escuras, locais de doença, as cidades e de locais isolados.

É importante ressaltar que topofobia deriva também das relações com o lugar, ou seja, desenvolvem-se no contexto da construção do próprio espaço e pode ser influenciada por experiências, traumas ou temores pessoais. Diferentes grupos sociais apresentam distintas formas de sentimentos topofilicos e topofóbicos com o

⁴⁴ É interessante refletir acerca de como os lugares podem trazer características das pessoas que ali moram, como as cores de uma residência remetendo a sua cultura ou suas descendências, as decorações que representam suas crenças como objetos religiosos e também a existência ou não de hortas no jardim, acarretando interpretações ambientais, alimentares ou culturais. Contudo, se torna interessante pensar em como os seres humanos também refletem os seus lugares significados, nas marcas em suas peles, ferimentos, na forma de se movimentarem.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ambiente. Segundo Tuan, nenhum grupo mantém as mesmas relações com o espaço que outro, havendo variações significativas conforme o contexto social e cultural. No caso dos exploradores e viajantes de grandes distâncias, por exemplo, Tuan destaca a superficialidade do contato que esses normalmente possuem com o meio, e que seus sentimentos topofilicos residem apenas no visual e de uma apreciação estética (2012, p.138-139). Já em agricultores, uma relação que implica em íntima relação com a terra, os sentimentos topofilicos podem ser diversos dependendo de seu status socioeconômico, do número de posses e de suas atividades. O autor aponta que em alguns casos, a relação com a natureza para agricultores consiste em um misto de amor e ódio, mas que no exercício da vida é fundamental que todo ser humano acabe por atribuir algum tipo de valor ao seu mundo, mais como uma necessidade do que desejo.

Para Guimarães (2002, p,134-135), esses sentimentos quando fundamentados em aspectos geográficos contribuem para a compreensão da realidade ambiental dos sujeitos e também dos contextos vividos e experienciados. Segundo a autora, as imagens, sejam topofilicas ou topofóbicas, advém de uma realidade que circunda o sujeito e que embora sejam opostas, elas não podem ser excluídas mutuamente, podendo atuar separadas como também de forma conjunta. Para a autora:

Neste sentido, pessoas e paisagens encontram-se em uma fusão afetiva permanente, onde topofilia e topofobia implicam o reconhecimento de espaços e lugares muito além da realidade terrestre: de uma paisagem interna construída a partir da concretude dos laços com o exterior, pois são múltiplos os símbolos, as imagens, os sentimentos e expressões. (2002, p,134-135)

Tais sentimentos, desta forma, constituem a experiência humana no mundo, fazendo parte do lugar e por consequência componente do espaço.

4. CORPO, MOVIMENTO E DIMENSÕES ESPACIAIS

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



As relações com o corpo estão sempre presentes enquanto um ser para e no mundo, se localizando e habitando a partir de suas próprias formas de se locomover chamadas de díades corporais. Como destacado por Tilley, os seres humanos se movimentam no mundo através de lógicas próprias também construídas ao longo do tempo, mas sempre relacionadas com seis dimensões básicas que mantêm profundos impactos na experiência corporificada do lugar e da paisagem, sendo elas: Acima/abaixo (ou também: cima/baixo), frente/trás, esquerda direita (Tilley, 2014, p.27). Através dessas dimensões corporais é possível estabelecer a movimentação no mundo o que somado com o “habitar” fornece a mais básica relação de localização para sua habitação, se conectando com os lugares e criando coordenadas. A própria constituição das moradias, cidades e nações acompanha essas dimensões divergindo de cultura para cultura.⁴⁵ Além das questões estruturais, é possível considerar outras duas influências dessas dimensões que se articulam ao habitar. A primeira refere-se às metáforas construídas historicamente em torno do par “cima/baixo”, carregado de significados fundamentais. Nessas representações, “cima” associa-se ao positivo — como na expressão “estar para cima”, vinculada à felicidade — enquanto “baixo” remete ao negativo — como em “estar para baixo”, relacionado à tristeza. Essa relação não se restringe ao campo simbólico: manifesta-se também nos movimentos corporais, como o ato de subir para alcançar objetos ou de abaixar-se para pegá-los (Tilley, 2014, p.28). Desde a Antiguidade, tais significações já eram discutidas, como nas reflexões de Aristóteles, para quem o “acima” era o lugar do fogo e da luz, enquanto o “abaixo” correspondia à esfera do pesado e do terreno (2014, p.28). Com o tempo, essas associações foram projetadas sobre o próprio

⁴⁵ Um exemplo é o apresentado por Tilley ao demonstrar que a paisagem de Samoa foi estruturada de forma a localizar o litoral na zona da frente da ilha e o lado do interior para a zona de trás. O autor ainda ressalta os impactos tanto sociais e morais dessa estruturação, onde as partes mais altas se associam a status mais baixos na dinâmica política e organizacional da aldeia, enquanto a frente se destina para os de posições mais altas. Da mesma forma, há lugares onde a estruturação ocorre a partir de um centro seguindo para as regiões periféricas, algo que normalmente pode ser observado nas grandes cidades brasileiras (Tilley, 2014, p.28.).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



corpo humano, de modo que a cabeça, situada no “acima”, passou a ser considerada nobre, enquanto as partes genitais, por se encontrarem “abaixo”, eram vistas como repugnantes (p.28-29). Tuan acrescenta que o “cima” também se relaciona à morada divina, reforçando sua associação com o positivo, em contraste com a negatividade atribuída ao “baixo” (Tuan, 2013, p.52-53). A segunda influência diz respeito às sensibilidades derivadas dessas significações, sobretudo no que se refere aos lugares e paisagens. Historicamente, espaços elevados, como montanhas, penhascos e cachoeiras, foram percebidos como grandiosos e impressionantes, ao passo que os espaços subterrâneos, como cavernas, foram comumente associados ao medo e ao risco da morte.

As dimensões de frente e atrás também carregam sensibilidades e metáforas próprias. Frequentemente, são associadas à passagem do tempo: o que está à frente representa o futuro, enquanto o que fica atrás simboliza o passado. Essa relação, contudo, gera diferentes sensibilidades quando vinculada ao habitar: o futuro pode evocar insegurança e risco ao avançar, ao passo que o retorno ao passado sugere a ideia de proteção e segurança (Tilley, 2014, p.29). No que se refere às dimensões de esquerda e direita, estas dependem, inicialmente, da definição das dimensões de “frente e trás” e, por isso, consistem em dimensões mais instáveis:

Esquerda e direita, em oposição à ‘cima/baixo’ e à ‘traseira/dianteira’, são os dualismos corporais mais instáveis e mutáveis, afetando a forma como nós experienciamos o mundo. O que está à nossa direita, ou à nossa esquerda, é dependente da direção que encaramos, e somos muito mais propensos a confundir as direções ‘esquerda/direita’ do que as ‘cima/baixo’ e ‘frente/trás’ (Tilley, 2014, p.31)

Essas dimensões carregam cargas sobretudo metafóricas onde a direita é considerada como o mais confiável (“meu braço direito”), principalmente devido ao grande predomínio de destros à canhoto, mas também devido a questões culturais:

Em quase todas as culturas, sobre as quais há informação disponível, o lado direito é considerado como muito superior ao esquerdo. A evidência desse preconceito é particularmente abundante na Europa, Oriente Médio e África,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



mas o preconceito é também bem documentado para a Índia e sudeste da Ásia. (Tuan, 2013, p.59)

Tuan destaca também, que a direita é normalmente percebida através de significações do sagrado, como um princípio da atividade afetiva e como “a fonte de tudo que é bom e legítimo.”. Enquanto isso a esquerda consistiria em sua antítese com vínculos com o que é profano (2013, p.59). “Esquerda e direita” também estão presentes na própria dinâmica corporal e na forma como os corpos são definidos (lado direito e lado esquerdo).

As cinco díades são essenciais para compreender o corpo no mundo e como ambos interagem com a relação com o habitar e os abrigos. Como destacado por Tilley:

É através desse corpo que encontro meu caminho para dentro e fora dos lugares e paisagens, experienciando-se e compreendendo-os. ‘Aqui e lá’, ‘perto e longe’, ‘cima e baixo’, ‘frente e trás’, ‘esquerda e direita’ constituem o elo mais íntimo entre meu corpo e o mundo. O corpo, assim, traz com ele um quadro espacial de termos organizados a partir dessas cinco díades, as duas primeiras absolutas (eu não posso estar ao mesmo tempo lá e aqui, coisas estão perto ou longe de mim, ao meu alcance ou fora dele) e as três últimas relacionais. (Tilley, 2014, p.33)

Nesse sentido, como ressalta Tuan (2013, p.50), cada pessoa se encontra no centro de seu próprio mundo, diferenciando o espaço circundante a partir das díades corporais em um movimento contínuo de alteração e esquematização das relações com o corpo. Dependendo da posição e condição corporal, o espaço também se transforma e sofre efeitos diretos dessa interação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, este artigo evidencia que a compreensão do espaço e do lugar vai além de sua configuração física e deve incorporar as dimensões sensoriais e corporificadas das experiências humanas. A análise das interações entre corpo,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



espaço e lugar revela que os ambientes não são simplesmente contextos passivos, mas sim construções dinâmicas, que ganham significado por meio das sensibilidades e vivências dos indivíduos.

Ao reconhecer a importância das experiências sensoriais na constituição do lugar, compreende-se que a percepção do espaço está intrinsecamente ligada às dimensões emocionais e culturais da experiência humana. Tal perspectiva amplia o fazer histórico, pois permite compreender sujeitos, práticas e paisagens a partir das formas de habitar e sentir o mundo, incluindo dos afetos e vínculos cotidianos que moldaram sociedades em diferentes tempos e contextos. Essa abordagem não apenas enriquece a reflexão teórica, mas também fortalece a relação da História com outras áreas do saber, oferecendo subsídios para pensar como os humanos constroem sentidos em seus ambientes. Futuras pesquisas podem expandir essas ideias, investigando como diferentes sensibilidades e experiências corporificadas moldaram vivências históricas em contextos diversos, contribuindo para uma historiografia mais inclusiva, atenta às complexidades da experiência humana e às múltiplas formas de relação com o ambiente.

REFERÊNCIAS

BÂ, Amadou Hampatê. A tradição viva. In. *História geral da África*, v. 1, UNESCO, Brasília, p.167-212, 2010.

BYINGTON, Carlos Amadeu B. Os sentidos como funções estruturantes da Consciência. Um Estudo da Psicologia Simbólica. *Junguiana*, v. 37, n. 1, p. 201-208, 2002.

CORBIN, Alain. O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental. [Por: Paulo Neves]. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



DE SOUZA PINTO, Júlia Paula Motta; DE JESUS, Adilson Nascimento. A transformação da visão de corpo na sociedade ocidental. *Motriz*, v. 6, n. 2, p. 89-96, 2000.

FRANCO, Ana Leonor de Abreu Ladeira Franco. *Correlação dos sentidos do olfato e paladar entre si e com comportamentos sociais*. Trabalho final de mestrado integrado em medicina. Faculdade de Medicina de Lisboa. 2018. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/6324156de5dd97d893e6ad080a015d92/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 26 de fev. de 2022.

GUIMARÃES, Solange Terezinha. Reflexões a respeito da paisagem vivida, toponímia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. Florianópolis, *Geosul*, v. 17, n. 33, p. 117-142, 2002.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Rio de Janeiro: Editora Vozes – (Coleção Antropologia), 2015.

MENEZES, Marluci. Do espaço ao lugar: do lugar às remodelações sócio-espaciais. Porto Alegre. *Horizontes Antropológicos*, v. 6, p. 156-175, 2000.

MIRA Y LÓPEZ, Emilio. *Quatro Gigantes da Alma: o medo, a ira, o amor, o dever*. EDIJUR, Série Leitura e Cultura. Leme, 2021.

TILLEY, Chris. Do corpo ao lugar à paisagem: uma perspectiva fenomenológica. *Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 8, n. 1, p. 24-62, 2014.

TUAN, Yi Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduep, 2012.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*. Londrina: Ed. Eduep. 2013.

TUAN, Yi-Fu. Lugar: uma perspectiva experiencial. *Geograficidade*, v. 8, n. 1, p. 4-15, 2018.

5º COLÓQUIO PPGH / 19ª PRIMAVERA DOS MUSEUS / 42ª SEMANA DE HISTÓRIA

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



FESTEJAR É RESISTIR: EXPERIÊNCIAS, MEMÓRIAS E IDENTIDADES NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO LIMITÃO - CASTRO PR (2005-2025)

Julia Graciela Machado¹
Robson Laverdi²
Ilton Cesar Martins³

¹ Mestranda em História pela UEPG.

² Doutor em História Social pela UFF, Docente permanente no Departamento de História e no PPGH da UEPG, orientador da pesquisa.

³ Doutor em História: Cultura e Poder pela UFPR, Docente permanente no Departamento de História e no PPGH da UEPG, coorientador da pesquisa.

Este projeto investiga as memórias da Comunidade Remanescente Quilombola do Limitão, em Castro-PR, a partir de suas festividades, como a celebração de São João Batista, as Mesadas dos Anjos e a Festa de Trocas de Sementes Crioulas. A pesquisa adota a história oral como campo epistemológico e compreende essas práticas como lugares de memória onde se articulam vivências, afetos, ancestralidade e resistência. Por meio da escuta atenta e do diálogo com os sujeitos da comunidade, busca-se compreender como as experiências são narradas, ressignificadas e transmitidas, especialmente após a certificação da comunidade pela Fundação Palmares, em 2005. Ao reconhecer as festividades como espaços privilegiados de construção de sentidos e de afirmação identitária, este estudo pretende valorizar as memórias quilombolas e fortalecer narrativas que desafiam o silenciamento imposto pelas versões tradicionais da história local.

1. INTRODUÇÃO

Não é possível compreender a história de Castro sem reconhecer que, ainda hoje, a presença quilombola constitui parte essencial de sua formação. O Limitão não

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



é apenas um resquício de um passado escravista, mas expressão viva de práticas e modos de vida que continuam a estruturar a região. Esse dado impõe uma inversão de perspectiva: em vez de aceitar a narrativa consagrada, que celebra a pecuária e o tropeirismo como símbolos de origem, é preciso confrontar os silenciamentos que sustentaram uma identidade branca e homogênea para os Campos Gerais.

Desde o século XVII, quando os Campos Gerais deixou de ser considerado região periférica e passou a ganhar destaque por suas excelentes pastagens (Martins, 2011, p. 48), o desenvolvimento do mercado pecuário esteve articulado à escravidão. Nas vilas mais dedicadas à criação de gado encontravam-se também as maiores concentrações de pessoas escravizadas (Gutiérrez, 2006, p. 102). O problema, portanto, não é apenas revisitar esse passado, mas enfrentar os efeitos das narrativas que exaltaram o tropeiro de forma estereotipada, atribuíram centralidade ao imigrante europeu e relegaram a contribuição negra a uma posição de marginalidade.

É justamente nesse espaço de apagamento que se inscrevem as experiências quilombolas. Elas não são vestígios nem lembranças marginais, mas expressões de resistência e afirmação de identidades que seguem moldando a vida social e cultural de Castro. Daí a urgência de propor ações comprometidas com a diversidade cultural e com o dever da memória, capazes de enfrentar os apagamentos históricos e restituir às comunidades negras seu lugar de sujeitos na história local.

Neste sentido, este projeto de pesquisa em História Oral propõe a investigação das memórias e experiências de uma das Comunidades Remanescentes Quilombolas de Castro, o Limitão. Com intuito de compreender, a partir de suas narrativas, as práticas de resistência, memória e produção de sentidos coletivos, especialmente no que tange à transmissão de saberes e à afirmação identitária.

As festas da Comunidade Quilombola do Limitão ultrapassam a dimensão de celebrações religiosas ou de simples momentos de sociabilidade. Elas configuram-se como espaços de memória e resistência, nos quais se entrelaçam saberes tradicionais, vínculos comunitários e práticas de afirmação identitária. É nesse

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



horizonte que a pesquisa toma como ponto de partida três manifestações centrais: a festa do padroeiro, São João Batista; a Mesada dos Anjos, ritual em que uma refeição especial é dedicada a crianças de até sete anos como cumprimento de promessas; e a Festa de Troca de Sementes Crioulas, organizada pela Associação das Comunidades Quilombolas de Castro e adjacências. A escolha dessas práticas não decorre apenas de sua permanência no cotidiano, mas do papel que desempenham como lugares onde se transmitem experiências e se reforçam laços coletivos, mesmo sem ocupar espaço nas narrativas hegemônicas da cidade.

A questão que orienta a pesquisa emerge daí: de que maneira essas festas são narradas pelos membros da comunidade entre 2005 e 2025, e quais sentidos de memória, identidade e agência coletiva se produzem a partir dessas práticas? Em vez de assumir as festas como tradições imutáveis, a investigação busca compreender os modos como elas são continuamente resignificadas e apropriadas pelos sujeitos, em diálogo com estratégias de resistência frente aos apagamentos históricos.

O recorte temporal escolhido reforça essa perspectiva. O marco inicial, 2005, corresponde à certificação da comunidade pela Fundação Cultural Palmares, momento que inaugura uma nova visibilidade quilombola no cenário local. A marca final, 2025, coincide com a realização da pesquisa de campo, permitindo abarcar duas décadas em que as festividades foram atravessadas por transformações internas e por disputas externas ligadas à luta por reconhecimento e direitos. Esse intervalo não serve apenas como delimitação técnica, mas como chave para observar como a organização comunitária e a atuação da Associação Quilombola dialogam com a afirmação pública da identidade do Limitão.

Minha própria trajetória está entrelaçada à história do Limitão. Parte de minha família materna ainda vive na comunidade, e minha infância foi marcada por práticas de sociabilidade que iam muito além de simples brincadeiras. Os os mutirões, que mobilizavam grande parte da comunidade para colher e malhar feijão, a colheita do milho e a moagem no pilão de madeira, as festas de São João ou as mesadas de anjo

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



que eram verdadeiros banquetes, o dia em que nós crianças tínhamos o direito de comer antes de “todo mundo”, tudo aquilo que pra mim performava como uma brincadeira de criança, refletia a cooperação entre os membros da comunidade, a preservação das tradições, modos próprios de viver e de partilhar.

É desse lugar de pertencimento e de afetividade que nasce a vontade de registrar as memórias dos membros da Comunidade Quilombola do Limitão. Uma vontade que ganhou corpo quando participei da disciplina “Tópicos Especiais em Memória, Narrativa e História Oral”, no Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Identidades (PPGH/UEPG), onde aprofundi meu contato com as discussões sobre memória, identidades e as possibilidades abertas pela história oral como campo epistemológico.

Ao focar as festividades e os saberes tradicionais, a pesquisa pretende oferecer uma perspectiva alternativa da história local, compreendida como uma teia complexa de relações sociais. Mais do que preencher lacunas, trata-se de reconhecer a contribuição da memória e da cultura afro-brasileira na constituição das identidades neste contexto, afirmando uma abordagem inclusiva e sensível à diversidade de sujeitos e de manifestações culturais.

2. LIMITÃO: EXPERIÊNCIA E IDENTIDADE DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

A Comunidade Quilombola do Limitão está localizada a cerca de 65 quilômetros da sede do município de Castro - PR e recebeu esse nome em homenagem a um dos primeiros moradores da localidade, conhecido pelo apelido de Limitão. De acordo com as entrevistas e levantamentos realizados pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura (2005–2010), os primeiros habitantes da comunidade teriam fugido da fazenda Capão Alto em busca de abrigo em áreas de mata fechada para

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



escapar da recaptura e da escravidão. Atualmente, a comunidade mantém práticas de subsistência tradicionais. (GTCM, 2010, p. 124 - 127)

O Grupo de Trabalho Clóvis Moura, entre os anos de 2005 e 2010, por iniciativa do governo do estado, realizou pesquisas de campo em diferentes cidades do Paraná com o objetivo de analisar a historicidade a partir das práticas da vida cotidiana, buscando resgatar processos nos quais se manifestam a ancestralidade dos saberes e fazeres dessas comunidades. O grupo foi responsável pelo primeiro mapeamento das comunidades quilombolas no Paraná e tiveram papel fundamental no processo de autorreconhecimento destes grupos enquanto comunidades remanescentes quilombolas e sua posterior certificação.

Entretanto, mesmo após a certificação, as comunidades enfrentam um sério problema relacionado à questão da posse da terra. A falta de titulação territorial é um obstáculo significativo, em nível nacional. Sem o título, as famílias podem sofrer com a expropriação de suas terras ou a falta de garantias para permanecerem em seus territórios tradicionais. Segundo dados atualizados da Fundação Cultural Palmares (2025),⁴⁶ existem atualmente 3.190 comunidades quilombolas certificadas no Brasil. Porém, apenas 384 dessas comunidades possuem título de propriedade emitido, conforme informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2025)⁴⁷. Embora 1.937 processos de titulação estejam em andamento, mais de 2.800 comunidades ainda aguardam a efetivação de seus direitos territoriais. Esse cenário revela um profundo descompasso entre o reconhecimento identitário e a efetivação jurídica, comprometendo diretamente a permanência dessas populações

⁴⁶Dados atualizados sobre comunidades quilombolas certificadas disponíveis no site da Fundação Cultural Palmares: https://www.gov.br/palmares/pt-br/aceso-a-informacao/copy_of_Download_do_PDF_das_Comunidades_certificadas__Certidoes_expedidas__Posicao_14.04.2025.pdf;

⁴⁷ Informações sobre processos de titulação fundiária e títulos emitidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/processosabertos.pdf>. Acesso em: 07 maio 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



em seus territórios, bem como o exercício pleno de suas práticas culturais, sociais e econômicas.

O caso CRQ de Limitão exemplifica de forma concreta os desafios enfrentados, a comunidade foi oficialmente reconhecida como remanescente de quilombo em 2005, por meio da Portaria nº 37/2005 da Fundação Cultural Palmares, que certificou conjuntamente as comunidades Castro Serra do Apon, Limitão e Mamans⁴⁸. No entanto, desde 2006, a comunidade aguarda o andamento do processo de titulação fundiária, que ainda se encontra na fase de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)⁴⁹. A morosidade nesse processo reflete um entrave recorrente enfrentado por comunidades quilombolas em todo o país, que, mesmo após o reconhecimento oficial, permanecem sem garantias jurídicas plenas sobre seus territórios.

O relatório de trabalho TCM trouxe também apontamentos relevantes sobre aspectos culturais e tradicionais da Comunidade investigada, ainda que de forma descritiva e não aprofundada, uma vez que esse não era o foco central da pesquisa conduzida à época. As informações levantadas, no entanto, fornecem importantes indícios para análises futuras, como as que se propõe neste trabalho. Entre as práticas mencionadas foram registradas permanências de saberes tradicionais como o uso contínuo da medicina caseira com ervas e o artesanato em taquara e palha de milho (GTCM, 2010, p. 124 - 127). Além disso, cita as festividades em louvor a São João Batista e as “mesadas dos anjos” pontos de interesse para a pesquisa aqui proposta.

⁴⁸ BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 37, de 12 de setembro de 2005. Diário Oficial da União, seção

1, p. 22, 12 set. 2005. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/09/2005&jornal=1&pagina=22&totalArquivos=192>. Acesso em: 07 de maio 2025.

⁴⁹ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, INFORMAÇÃO E PESQUISA EM POVOS TRADICIONAIS. Limitão. Disponível em: <https://cpisp.org.br/limitao/>. Acesso em: 07 de maio 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Essas manifestações culturais presentes na Comunidade Quilombola do Limitão — como as práticas religiosas populares, o uso da medicina tradicional, o artesanato e as festas comunitárias são saberes e fazeres, transmitidos oralmente e ressignificados ao longo do tempo. O ato de rememorar, seja por meio de celebrações, narrativas ou práticas, desempenha um papel central nesse processo, pois ao lembrar e recontar sua história, a comunidade reafirma sua existência, reivindica pertencimento e consolida os sentidos que dão coesão a seu modo de vida. A memorização coletiva nestes casos é possível, pois o contexto de uma memória forte enraizada em uma tradição cultural “serve de cimento ao conjunto” para que os sujeitos “se reconhecem a si mesmos” e “adquirem sentido, valor e continuidade” (Candau, 2012, p. 46)

As festividades, especialmente em contextos quilombolas, são manifestações que ultrapassam a dimensão religiosa ou recreativa. Hebe Mattos e Martha Abreu entendem essas celebrações como um “lugar de memória para o exercício do direito de contar o passado de seu jeito e de celebrar a festa negra e a herança cultural de seus antepassados na luta contra a discriminação e o racismo”. (Mattos; Abreu, 2011, p. 15)

Outra festividade que recentemente tem mobilizado a comunidade quilombola de Castro e região, inclusive a CRQ de Limitão que sediou a festa em agosto de 2024, é a Festa de trocas de sementes crioulas, promovida pela Associação das Comunidades Quilombolas de Castro e Adjacências. Segundo reportagem publicada pelo portal Brasil de Fato (2019), o evento tem como objetivo preservar e valorizar práticas tradicionais, funcionando como um momento de troca não apenas de sementes crioulas — cada vez mais escassas diante da perda de territórios para cultivo —, mas também de saberes e experiências. Rozilda Cardoso, presidente da associação, ao ser entrevistada para a reportagem destaca que “o que você sabe fazer também é uma semente”, reforçando o valor do conhecimento compartilhado. A programação da Festa envolve culinária quilombola, oficinas de artesanato, espaços

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



de bem-viver e apresentações culturais. Ainda conforme a reportagem, a retomada e a renovação dessa prática tradicional reafirmam os vínculos comunitários, os conhecimentos ancestrais e a luta contínua pelos territórios, fazendo da festa um espaço de memória, política e pertencimento.⁵⁰ Esse resgate de saberes ancestrais é um meio fundamental para a garantia da identidade do grupo no tempo presente, visto que não se pode pensar a identidade (por exemplo, a identidade negra) apenas como um “retorno” ao passado ou à tradição esquecida. A identidade, precisa ser pensada como algo que integra passado e presente, e que se expressa nas práticas vivas, nas experiências cotidianas. (Certeau, 1992, p. 11).

A atuação da Associação das Comunidades Quilombolas de Castro e Adjacências tem se mostrado de grande relevância para esse fortalecimento identitário local. Por meio de eventos, encontros e ações político-culturais, a entidade incentiva a articulação entre grupos, despertando um senso de pertencimento coletivo. À luz do conceito de experiência de Edward P. Thompson, esse processo adquire significado ainda mais profundo: é na vivência cotidiana — entendida como a resposta mental e emocional de indivíduos ou grupos a uma série de acontecimentos inter-relacionados — que se forja a consciência de classe (Thompson, 1981, p. 15). Sendo assim, é possível entender que este senso de coletividade, estimulado nestas festas comunitárias, pode exercer um papel mobilizador na identidade dos sujeitos envolvidos. Raymond Williams (1971) por meio do conceito de “estrutura de sentimento” permite aprofundar essa discussão, para ele as experiências individuais, ao se articularem, afetam a coletividade de forma sutil, atuando como um “meio-do-caminho” entre as convenções herdadas e as novas formas culturais emergentes (Williams, 1971, p. 130). Essas ações, muitas vezes não conscientes, e através de

⁵⁰ Reportagem publicada pelo portal Brasil de Fato (2019). Tradição quilombola, preservação e troca de sementes é resgatada em festa em Castro. Disponível em <https://www.brasilefato.com.br/2019/07/15/tradicao-quilombola-preservacao-e-troca-de-sementes-e-resgatada-em-festa-em-castro/>

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



nuances implícitas no cotidiano, permitem que os sujeitos moldem a ordem social onde estão inseridos.

Dessa forma, ao propor a elaboração de narrativas por estes sujeitos, sobre suas experiências individuais e/ou coletivas, a presente pesquisa pode contribuir para o fortalecimento do engajamento comunitário e para a conscientização acerca dos direitos relacionados à memória e à identidade.

3. OBJETIVOS

Esse projeto de pesquisa busca interpretar como são elaboradas as memórias dos integrantes da Comunidade Remanescente Quilombola de Limitão, em Castro -PR, em relação ao cotidiano quilombola, especialmente às festividades de São João Batista, Mesadas dos anjos e Festa de Troca de Sementes Crioulas, com ênfase no período pós certificação pela Fundação Palmares até o período atual (2005 – 2025).

Diante disso, como objetivos específicos, o projeto propõe a coleta de entrevistas com os sujeitos da CRQ de Limitão e com lideranças da Associação das Comunidades Quilombolas de Castro, especialmente aqueles que vivenciam as festividades investigadas. Busca-se, assim, compreender como essas memórias se relacionam com a afirmação identitária e de que modo são construídas e ressignificadas, de forma situada, em um tempo e em um espaço, uma vez que seus sentidos não são fixos.

Entendemos que a mobilização destas memórias, promove uma atitude de autoconsciência dos narradores, conforme defendido por Portelli (1997). O gesto de contar, de compartilhar memórias e vivências, permite não apenas a preservação de saberes ancestrais, mas também a construção de sentidos sobre o vivido, tanto individual quanto coletivamente no presente.

4. HISTÓRIA ORAL QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A pesquisa ancora-se na história oral como campo epistemológico, priorizando a escuta e a construção dialógica das narrativas com os próprios sujeitos quilombolas, ao mesmo tempo em que se vale de fontes documentais locais. Ao articular memória, patrimônio imaterial, identidade e oralidade, o projeto se insere de forma coerente na linha de pesquisa “Memória, acervos e patrimônio” do PPGH-UEPG, que propõe uma reflexão crítica sobre os processos de construção e salvaguarda da memória social em seus vínculos com o território, a cultura e a agência coletiva. A escolha por este programa de pós-graduação se justifica pela excelência teórica e metodológica na abordagem de temas relacionados à história local/regional, história pública, cultura visual e patrimônio cultural, além da valorização das experiências de sujeitos historicamente marginalizados.

Em termos gerais, a história oral é uma metodologia concebida como uma prática dinâmica e dialógica de reflexão entre sujeitos, vai muito além da simples coleta de depoimentos, se trata de uma relação de complexidade entre a memória e a subjetividade humana.

A história oral não se utiliza apenas de fontes já existentes, um de seus traços fundamentais é a construção das fontes, que se dá em diálogo entre o historiador e o entrevistado, uma ação conjunta. O historiador Alessandro Portelli (1997) aponta que “documentos de história oral são sempre o resultado de um relacionamento, de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos”. (Portelli, 1997, p.35). Por conseguinte, a própria metodologia precisa ser flexível, moldada a partir das demandas que emergem das próprias entrevistas.

A história oral se distingue por tratar não apenas dos eventos em si, mas da maneira com a qual o narrador significou o evento. Desta forma a subjetividade, tanto de quem narra quanto de quem escuta, é um elemento central e precioso na construção do saber, e nenhuma outra metodologia ou tipo de fonte permite isso em igual medida. As fontes orais apontam para além do que o sujeito fez, mas o que ele

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



gostaria de fazer, o que acreditava estar fazendo e o que pensa que fez a partir do presente. (Portelli, 1997, p. 31).

Ao abordar as formas de resistência presentes na comunidade remanescente quilombola (CRQ) do Limitão, este projeto reconhece na história oral uma ferramenta metodológica e epistemológica fundamental. Isso porque, ao se dedicar à escuta e à valorização das narrativas daqueles historicamente marginalizados, a história oral possibilita o acesso e o registro das memórias que muitas vezes permanecem silenciadas pelos discursos oficiais. Conforme destaca Pollak (1989) essas memórias, que o autor denomina de subterrâneas, contrapõem-se à memória nacional hegemônica, permitindo que outras formas de existir, lembrar e resistir venham à tona (Pollak, 1989, p.4). Nesse sentido, a história oral não apenas documenta experiências, mas também potencializa a agência dos sujeitos quilombolas na produção e preservação de suas histórias.

Diante disso, é fundamental destacar que o relato de um acontecimento não corresponde exatamente à experiência vivida em si. O próprio ato de narrar é sempre situado em um contexto marcado por intencionalidades, não é algo fixo, mas sim um processo contínuo de construção e reconstrução, dotado de um caráter fluido e mutável. (Meneses, 1992, p. 10). Além do mais, é preciso se atentar ao fato de que a memória é sempre social, mas não é necessariamente coletiva, é necessário considerar a multiplicidade de narrativas que podem aparecer ao pesquisar uma determinada comunidade (Candau, 2012, p.49). Para Candau (2012), a memória social não é neutra: é influenciada por disputas, por relações de dominação e por formas de resistência. Ela se constitui nas interações, nos rituais, nas práticas e saberes culturais, assim como, no ato de escolher silenciar ou reconhecer determinadas narrativas do passado.

Nas comunidades tradicionais, como é o caso da CRQ do Limitão, as formas de transmissão da memória estão fortemente enraizadas na oralidade, em práticas culturais e espirituais, como festas religiosas, narrativas orais, modos de plantar e

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



curar. Essas práticas não podem ser compreendidas apenas como expressões de uma memória coletiva no sentido clássico, mas sim como formas vivas e situadas de memória social, enraizadas no cotidiano, na ancestralidade e nos vínculos afetivos com o território. (Souza, 2018, p. 67)

O processo de rememorar e verbalizar as experiências passadas, particularmente em um ambiente de relação mútua, um "experimento em igualdade" (Portelli, 1997) pode viabilizar que os participantes reflitam sobre si mesmos. No decorrer da narrativa e da interação com o pesquisador, o indivíduo é instigado a reavaliar suas próprias crenças e identidade, um ato de autoconsciência.

Como vimos, a prática da história oral é potente e reconhecida por sua capacidade de produzir sentidos e significados de memórias de grupos, que muitas vezes eram pouco contemplados por outras linguagens e fontes. No entanto, essa potencialidade vem acompanhada de uma proporcional responsabilidade com as preocupações éticas de seu emprego, exigindo seriedade na produção e interpretação das narrativas. (Frotscher e Laverdi, 2013, p. 63-64)

Para atender essa premissa, a pesquisa será conduzida de forma que atenda os princípios éticos da pesquisa científica, garantindo a privacidade e confidencialidade das entrevistas elaboradas, formalizando o consentimento dos participantes através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), submetendo o projeto ao Comitê de Ética da instituição, e buscando atender suas recomendações e exigências.

Embora a pesquisa com fontes orais demande um roteiro inicial orientado pela problemática do projeto, a entrevista em história oral deve ser flexível, pois o sujeito é compreendido como protagonista da narrativa. Devido a isso, a construção das fontes se dará com base em um roteiro semi estruturado, que permita a espontaneidade do narrador. Para que a entrevista aconteça de forma leve e promova um ambiente de confiança, é importante seguir algumas boas práticas da pesquisa

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



científica, como a apresentação clara dos objetivos e a disposição para esclarecer eventuais dúvidas ao longo do processo.

O compromisso com uma escuta atenta, o respeito às particularidades e multiplicidades e o rigor ético na condução das entrevistas garantem a sensibilidade, a seriedade e a devolução social dos resultados da pesquisa, reafirmando o propósito da construção intersubjetiva com a comunidade de narrativas que valorizem suas experiências e ampliem a compreensão acadêmica sobre memória social quilombola em Castro - Pr.

Ao registrar e interpretar essas experiências por meio da história oral, busca-se não apenas ampliar a historiografia sobre as comunidades quilombolas nos Campos Gerais, mas também fortalecer os processos de autoafirmação identitária, colaborando com a construção de uma história mais plural, sensível e comprometida com o direito à memória.

5. FONTES

As principais fontes desta pesquisa serão as narrativas orais, obtidas por meio de entrevistas com integrantes da Comunidade Remanescente Quilombola do Limitão, localizada em Castro – PR. As entrevistas seguirão um roteiro previamente estruturado, composto por núcleos temáticos, e serão realizadas com quilombolas que ainda residem na comunidade, bem como com aqueles que se mudaram, especialmente os que participam ou já participaram das festas em homenagem a São João Batista, padroeiro local, e da Festa de Sementes e Mudas Quilombolas do Paraná. Também serão incluídas lideranças da “Associação das Comunidades Quilombolas de Castro e Adjacências”. Todas as entrevistas serão conduzidas de acordo com os preceitos éticos da pesquisa científica, registradas em formato de áudio e posteriormente transcritas de forma digital. Com base em mobilizações anteriores e conversas informais, estima-se um total aproximado de doze entrevistados. Como complemento às fontes orais, serão consultados documentos

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



relacionados às festividades abordadas, tanto os preservados pelos próprios entrevistados quanto aqueles disponíveis na Casa da Cultura Emília Erichsen, instituição responsável pela guarda de parte da documentação histórica da cidade e da região. Além disso, pretende-se viabilizar o acesso aos registros que subsidiaram o processo de certificação da comunidade pela Fundação Palmares, em 2005.

Referências

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. **IberoAmericana**, ano XI, n. 42, p. 145-160, 2011.

CANDAU, Joël. O indivíduo às retóricas holistas. In: **Memória e identidade: do indivíduo às retóricas holistas**. São Paulo: Contexto, 2012.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. História oral: Problemas éticos e desafios metodológicos. Introdução ao dossiê. **Tempos Históricos**, v. 17, n. 2, p. 63-67, 2013.

GTCM. **Relatório do grupo de trabalho Clóvis Moura (2005-2010)** Complementar ao Relatório Publicado - 2005 / 2008. Curitiba, 2010

GUTIÉRREZ, Horácio. **Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e tradições nas primeiras décadas do século XIX**. História (São Paulo), v. 25, p. 100-122, 2006.

MARTINS, Ilton Cesar. **Eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na comarca de Castro (1853– 1888)**. 2011. Tese (Doutorado em História pelo Departamento de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes) Universidade Federal do Paraná Doutorado, Curitiba, 2011.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



MENESES, Ulpiano B. de. **A história, cativa da memória?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 34, p. 9-24, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro et al. **O que faz a história oral diferente.** Projeto História, São Paulo, v. 14, p.25-39, 1997.

PORTELLI, Alessandro. "História oral: uma relação dialógica" e "Para além da entrevista: uma auto etnografia da minha prática". In: **História oral como arte da escuta.** Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SOUZA, Suzimara Ferreira de. **Memória(s) na Comunidade Remanescente de Quilombo Serra do Apon-PR:** algumas formas de narrar a vida. 2018.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** [Tradução de Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



GASTON BACHELARD E PIERRE BOURDIEU: UMA INTRODUÇÃO À EPISTEMOLOGIA

Gabriel Henrique Divardim de Oliveira¹

¹ Doutorando em Educação pela UEPG.

O presente artigo tem como objetivo fazer uma breve introdução sobre estudos epistemológicos, citando a importância da epistemologia histórica de Gaston Bachelard e resumindo a influência deste epistemólogo em Pierre Bourdieu. Buscam-se os fundamentos da epistemologia bourdieusiana. O texto relaciona o uso do referencial teórico epistemológico da noção de campo de Pierre Bourdieu (2004) na produção de uma historiografia reflexiva. O debate epistemológico é trazido com o fito de proporcionar, na sua apresentação, a possibilidade de relato e troca de experiências entre programas de pós-graduação.

1. INTRODUÇÃO: A EPISTEMOLOGIA DE GASTON BACHELARD

A partir das discussões da disciplina Fundamentos Epistemológicos da Pesquisa em Educação (2022), do Mestrado em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, o presente artigo tem como objetivo desenvolver uma discussão sobre epistemologia, de modo a contemplar de maneira introdutória os fundamentos epistemológicos do referencial teórico escolhido pelo autor para desenvolver sua dissertação de mestrado, concluída em 2023, e também sua tese de doutorado em andamento. Os estudos epistemológicos marcaram a trajetória acadêmica do autor no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Estadual de Ponta Grossa, sendo assim, este artigo o ponto de partida para uma apresentação que será também, de certa forma, um relato de experiências.

Ora, a epistemologia é difícil de se definir, foi e é disputada por vários autores, entre diferentes disciplinas, mas traz em si, suma importância para o fazer científico. Etimologicamente explicada por Japiassu (1992, p.24), epistemologia significa discurso (logos) sobre a ciência (episteme).

Seu estatuto está longe de poder ser bem definido, tanto em relação às ciências, entre as quais pretende instalar-se como disciplina autônoma, quanto em relação à filosofia, de que insiste em separar-se sem se dar conta de que uma de suas razões de ser é postulá-la como uma das exigências fundamentais de qualquer olhar crítico e reflexivo sobre as ciências [...] (Japiassu, 1992, p.23).

No decorrer de sua história recente, a epistemologia teve seu ponto de partida na filosofia, como afirma Japiassu (1992, p.24), o termo só apareceu no vocabulário filosófico no século XIX e com estatuto duplo e ambíguo: “discurso sistemático que encontraria na filosofia seus princípios e na ciência seu objeto.”. Refletindo sobre princípios e possibilidades, problemas e necessidades da produção científica, a epistemologia acompanhou o desenvolvimento das ciências ao longo dos anos e atualmente é foco dos próprios cientistas:

De uma forma ou de outra, eles se colocam, mesmo que seja de modo implícito, questões sobre a razão de ser dos problemas, dos métodos e dos conceitos de suas disciplinas. Aliás, há toda uma tendência a fazer reflexão sobre a ciência curvar-se à disciplina científica [...] Isso não quer dizer que a epistemologia tenha cortado completamente seus laços com a filosofia [...] as grandes epistemologias continuam estreitamente associadas a uma filosofia; (Japiassu, 1992, p.30).

O autor cita que problemas que ultrapassam a competência dos especialistas também mantêm a associação da epistemologia com a reflexão filosófica. Para Japiassu (1992, p.31), mais importante que a problematização dos vínculos com a filosofia, se dá a relação da epistemologia com a História. Todas as epistemologias têm sua historicidade e além disso, torna-se necessário o refletir filosófico de uma

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



teoria da história das ciências, sendo também a história das ciências “uma das principais funções da epistemologia.”.

Para compreender o fundamental sobre epistemologia, é necessária a consciência de “que a epistemologia é uma arena de disputa entre os mais variados especialistas, assim como explicitar que os sentidos do que seja epistemologia sofrem alterações.”. Campos (2016, p.5). Nesse sentido, o presente artigo se ocupa em discutir uma dessas alterações, a vertente que fundamentou epistemologia bourdieusiana, Thiry-Cherques (2006) e Campos (2016): a epistemologia histórica de Bachelard.

Gaston Bachelard, de origem humilde nasceu em 1884, em uma aldeia da França, teve formação na física e na química, que lecionava, e mais tarde estudou filosofia. Em sua trajetória na filosofia estudou a fenomenologia, o fato científico e a história das ciências, se tornando assim um epistemólogo. (Catani; et al, 2017, p.50). A epistemologia de Bachelard, situada na categoria das epistemologias que se preocupam efetivamente com a história das ciências, defendia que o principal fundamento para um estatuto científico estaria na historicidade.

Para ele, as ciências nascem e evoluem em circunstâncias históricas bem determinadas. Por isso, a epistemologia deverá interrogar-se sobre as relações susceptíveis de existir entre a ciência e a sociedade, entre a ciência e as diversas instituições científicas ou entre as diversas científicas. O que importa é que se descubram a gênese, a estrutura e o funcionamento dos conhecimentos científicos. (Japiassu, 1992, p.66).

Bachelard se opôs ao pensamento científico positivista do século XIX que afirmava que a ciência constituía a própria verdade e justificava-se imune à crítica e julgamentos. Positivismo este, que refletia a confiança burguesa na ciência no contexto da expansão da sociedade industrial. A ciência influenciada pelo positivismo se via como verdadeira e imutável: “Todavia, não tardou a serem mostradas as insuficiências filosóficas do positivismo.” Ao contrário, então, surge o pensamento epistemológico de Bachelard: sendo produto da ciência e criticando-a.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A relação da ciência com a verdade em Bachelard, recebe outro sentido, sua epistemologia é polêmica e busca esse princípio na história das ciências. A busca pela historicidade é substantiva nesta epistemologia. Já sua relação com a filosofia apesar de crítica, é diferente da negação à filosofia, por parte da ciência positivista. É a partir dessa relação entre historicidade, filosofia e ciência que Bachelard aponta o papel histórico da epistemologia:

Por conseguinte, sendo o conhecimento concebido como uma “produção histórica”, a epistemologia visa um processo. A filosofia aí está presente. Mas é a epistemologia que tenta descobrir aquilo que as filosofias dos filósofos teimam em recobrir: os valores ideológicos que intervêm na prática científica. Seu papel histórico fundamental consiste em “dar à ciência a filosofia que ela merece” (Japiassu, 1992, p.73).

A intenção de Bachelard é uma filosofia sem dogmas, que entenda a ciência e a verdade em sua historicidade, afirmando que a ciência moderna não se enquadra em uma só doutrina e por isso merece uma filosofia “aberta”. (Japiassu, 1992, p.72-74). Historicizando as ciências, refletindo sobre seus erros do passado, Bachelard introduz a noção de ruptura epistemológica, admitiu a existência das ideologias coexistindo com as ciências e por isso alertou a necessidade de uma vigilância epistemológica que, a partir da filosofia, tente neutralizar na medida do possível a influência ideológica nos discursos científicos.

Dentro de uma lógica científica, onde não há verdades primeiras mas sim erros primeiros na história das ciências, Bachelard alerta contra o “vírus do precursor”:

A rigor, se existisse precursor, a História das ciências perderia todo seu sentido, pois a própria ciência só teria dimensão histórica na aparência. A complacência em procurar e descobrir precursores é o sintoma mais claro de inaptidão à crítica epistemológica. E isto, porque a ciência deve ter sua temporalidade específica e proceder sempre por reorganizações, por rupturas e mutações, passando pela experiência de acelerações e recuos. (Japiassu, 1992, p.79).

O erro é parte essencial do processo, sendo a ciência sendo “um verdadeiro sobre um fundo de erros”, e nesse sentido epistemológico, as ciências têm história mas não tem origem, trata-se de processo histórico de desenvolvimento e polêmica,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



em busca de superações. Daí a importância do conceito de obstáculo epistemológico para Bachelard: toda vez que as ciências se encontram ameaçadas pela resistência ou inércia do pensamento, precisam de reorganização.

No campo científico, teve o mérito de mostrar aos cientistas que o positivismo ingênuo não poderia ser mais a filosofia de sua prática. No campo filosófico, teve o mérito de mostrar aos filósofos que sua razão deve ser um produto da reflexividade dos atos, pelos quais o homem produz os instrumentos operatórios que são os conceitos. (Japiassu, 1992 p.78).

A contribuição de Bachelard e sua epistemologia histórica para destruir a crença na “imortalidade científica dos fatos” e em sua “imaculada concepção”, seguem essenciais para o debate epistemológico e contém importância significativa para refletir sobre a epistemologia bourdieusiana, a qual se fundamenta e compartilha do modo de pensar sobre a historicidade, os conceitos e sobre o olhar enquanto criador do objeto científico.

2. FUNDAMENTOS DA EPISTEMOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU

Pierre Bourdieu, nascido em 1930, graduou-se em Letras, Filosofia e mais tarde, filiou-se ao Centro Europeu de Sociologia, se tornando um dos sociólogos franceses mais influentes. Em sua relação com a filosofia, Bourdieu critica-a como uma disciplina puramente retórica e usa as ferramentas conceituais - em Bachelard usadas para reposicionar a filosofia - para assegurar a autonomia da sociologia e a desvincular da filosofia. Apesar das críticas, para Bourdieu a fronteira metodológica da construção racional atravessa todas as disciplinas. Presente na constituição do campo científico da sociologia na França, Bourdieu buscou um alto grau de cientificidade e objetividade. (Campos, 2016, p.6).

Em meio a uma variedade de influências, Bourdieu consentiu sua filiação ao estruturalismo genético ou construtivista. Em seu cerne, “a convicção de que as idéias, não só epistemológicas, mas até mesmo as mais abstratas, como as da

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



filosofia, as da ciência e as da criação artística são tributárias da sua condição de produção.” (Thiry-Cherques, 2006, p.28). Diferente do estruturalismo de Levi Strauss, em Bourdieu considera-se o sujeito inserido na estrutura mas também força estruturante, e também a estrutura como dinâmica e histórica. Os sujeitos, para Bourdieu, estariam todo tempo sendo influenciados pela estrutura mas teriam também possibilidades de criar e improvisar. Daí percebemos a diferença de Bourdieu para com o individualismo metodológico, para ele a formação das ideias é tributária das suas condições de produção e logo urge a necessidade de uma “vigilância epistemológica”. Para Bourdieu, o fazer científico requer uma desvinculação do senso comum e seus “obstáculos epistemológicos”, operando uma “ruptura epistemológica” e o que é primordial: construindo o fato científico técnico e racional. (Catani; et al, 2017, p.50-51).

Bourdieu afirma a necessidade de uma “sociologia da sociologia” semelhante ao conceito de “vigilância” de Bachelard, exigindo um controle reflexivo do pesquisador sobre sua própria produção e sobre a produção de seus pares, marcando uma institucionalização da reflexividade:

Tal análise crítica dos determinantes sociais do trabalho científico só pode ser plenamente eficaz se todos os pesquisadores forem incumbidos de se entregar não apenas às forças da sua vigilância, mas ao conjunto dos ocupantes de posições científicas concorrentes que constituem o campo científico. A reflexividade deve, para se realizar, conseguir institucionalizar-se, por um lado, nos mecanismos do campo, em particular na lógica social da discussão e da avaliação científica, e, por outro lado, nas disposições dos agentes. (Bourdieu, 2024, p.38).

A partir disso, Bourdieu desenvolveu seus conceitos baseando-se na epistemologia de Bachelard “de que o pensamento opera como um movimento de pinça, que descobre, integra e supera as limitações das teorias em uma composição conceitual cada vez mais abrangente.” (Thiry-Cherques, 2006, p.26).

Fundamentando-se também em uma epistemologia relacional formulando conceitos que são válidos em um contexto dado, historicamente definido, e não universais ou válidos em qualquer contexto. “Trabalhar com seus conceitos, mas ir

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



além, trabalhar com as suas perspectivas, com a idéia de um pensamento relacional e a repulsa à projeção universal de categorias historicamente definidas.” (Chartier, 2002, p.146). Para Bourdieu não faz sentido uma teoria dissociada da investigação concreta, em sua praxeologia social, seus conceitos primários foram fundamentados e assim disponibilizados para nosso uso, como uma caixa de ferramentas “O uso de um conceito supõe controle prático e, se possível, teórico dos usos anteriores e do espaço conceitual em que o conceito, tomado de empréstimo, havia sido utilizado”. (Bourdieu; Chartier, 2011, p.57).

Em minhas pesquisas, tomo a noção relacional de campo para contextualização histórica, por exemplo, enquanto realidade de representações. A epistemologia relacional se evidencia quando se afirma que o espaço social do campo depende também das ações individuais, repelindo a ideia do indivíduo isolado e também da universalidade das categorias históricas e específicas.

Quando descrevo o espaço social global como um campo, isto é, ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou transformação da estrutura. (Bourdieu, 1996, p. 50).

O campo como espaço de conflito, é histórico e não fixo, tem seus agentes disputando em busca de uma posição vantajada em relação aos rivais, seja para conservar ou subverter o campo. Usam seus diferentes tipos de capitais na disputa: entre capital econômico, cultural, social e simbólico. Condicionados pela realidade social que os compreendem, os sujeitos sociais tendem a formar representações do mundo social, como se este partisse de suas próprias vontades. A questão é que as representações fazem parte inevitavelmente da realidade e da posição que os sujeitos ocupam no mundo social. (Bourdieu, 2008, p. 447). Percebemos assim, a possibilidade da expansão da caixa de ferramentas do fazer científico entre conceitos do próprio Bourdieu, mas também de Roger Chartier, por exemplo, entre outras possibilidades que encontram respaldo em tal fundamentação.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Entre minhas experiências de pesquisa, a noção relacional presente na sociologia bourdieusiana se mostrou oportunidade de fundamentação epistemológica para a produção de historiografia crítica e reflexiva. Sendo assim, para o V Colóquio do PPGH da Universidade Estadual de Ponta Grossa, trouxe um pouco dos estudos epistemológicos que tem feito parte de minha trajetória científica no Programa de Pós-Graduação em Educação, da mesma Universidade.

Referências

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Tradução Cássia Silveira e Denise Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Retorno à reflexividade**. J. Bourdieu, J. Heilbron (org.). São Paulo: Editora Unesp, 2024.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP : Papirus, 2019. CAMPOS, Nevio de. Epistemologia: um recorte em Pierre Bourdieu. *Inter-ação* (UFG Online). 41, 399-418. 2016.

CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A.; HEY, A. P.; MEDEIROS, C. (Org.). **O Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017 (400 p.)

CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 6a Edição. Francisco. Alves. SÃO PAULO, 1991

THIRY-CHERQUES, H.R. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. RAP: Rio de Janeiro 40(1): 27-55. 2006.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DURANTE O ESTADO NOVO PORTUGUÊS

João Victor Maciel de Souza¹

Isadora Xavier da Silva²

Paulo Eduardo Dias de Mello³

¹ Graduando em História pela UEPG

² Graduanda em História pela UNEB

³ Doutor em Educação pela USP, professor do Departamento de História da UEPG

Durante o Estado Novo português (1933-1968), o governo fascista ditatorial de António de Oliveira Salazar buscou, através de um discurso de fim à analfabetização, levar a escolarização a todas as regiões do país, especialmente através das escolas móveis. Entretanto, utilizando da análise dos livros didáticos portugueses, chamados de manuais escolares, nota-se uma extensa campanha ideológica difundida no ambiente escolar, sendo esses manuais, um exemplo claro do alcance difusório da tentativa do controle salazarista na população. O seguinte trabalho, através da análise dos manuais escolares das primeiras quatro classes durante o Estado Novo português, procura definir os aspectos principais que consolidam a identidade nacional portuguesa, baseando-se nos estudos sobre identidade e alteridade de José Mattoso, a qual também, utiliza o ensino e a educação nas escolas como método de propagação de suas ideologias e concepções, baseadas em aspectos conservadores, nacionalistas, e religiosos, levando em consideração também o aspecto pedagógico dos manuais escolares e não apenas seu caráter ideológico.

1. DEFINIÇÃO TEMÁTICA

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Entende-se como Livro Didático, qualquer livro ou apostila destinado a escolas com o intuito de ser utilizado tanto pelos alunos, como base de estudo, quanto pelo professor para auxiliar suas aulas, servindo, em diversos casos, como uma espécie de guia de ensino, possuindo também uma definição clara a quem é destinado (grau de escolaridade, professor, ou aluno), além de diversas formas e categorias extremamente fluidas, que variam de acordo com a base teórica e a proposta pedagógica educacional a qual esse livro se debruça.

A pesquisa, em diálogo com a didática e o ensino da história, consegue trazer para esse campo uma perspectiva da produção e veiculação dos manuais escolares em regiões além do Brasil, observando outras possibilidades e utilizações dos livros didáticos que diferem da conhecida e utilizada nas escolas brasileiras. Ademais, também é possível perceber a utilização ideológica desses livros como uma forma coercitiva do Estado de controlar e moldar cidadãos através de um modelo amplamente fomentado e padronizado em todo o território nacional português.

Com isso, o trabalho possibilita a análise do livro didático como um objeto além do caráter ideológico, dando ênfase a esse ponto mas não desconsiderando todas as perspectivas e faces dele, levando em consideração os estudos de Chopin, e especialmente as propostas de Circe Bittencourt em “Ensino de História Fundamentos e Métodos”, na qual define o livro didático como complexo, sendo um objeto cultural de difícil definição, apesar da familiaridade que facilmente o distingue de outras produções escritas. Segundo a autora, primeiramente, o livro didático é uma mercadoria, pois segue as lógicas de produção do mercado capitalista e do corpo editorial. Além disso, é também um suporte de conhecimentos escolares propostos pelos currículos educacionais, fazendo-o com que esteja ligado ao Estado e suas concepções educativas e governamentais. Junto a isso, é um suporte de métodos

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



pedagógicos e um veículo de um sistema de valores, pois possui ideologias da sociedade e do tempo em que é constituído.⁵¹

A pesquisa também tem possibilidade de trazer uma conectividade entre países, e diferentes perspectivas a respeito do ensino de história, especialmente no campo de pesquisa sobre livros didáticos através da análise comparativa dos diferentes modelos e aplicações dos manuais escolares. Também se torna possível perceber como o Estado utiliza de propostas educacionais para mascarar intencionalidades de controle difíceis de identificar sem uma análise.

Neste trabalho, o foco se dará especificamente à análise de Livros de Leitura que circularam as salas da educação primária portuguesa durante o período do Estado Novo, que devido a ser um modelo autoritário de governo, utilizou da propaganda como forma de doutrinação e controle da população, tendo como grande expoente para a propagação de ideias e noções do governo, a escolarização. Não será dada ênfase a sua utilização em sala de aula, apenas à proposta ideológica educacional de sua formulação, veiculando sua concepção ao caráter pedagógico e governamental que envolve sua produção.

Assim, pretende-se analisar as noções identitárias presentes nos Livros de Leitura das primeiras quatro classes da educação primária, obtidos através de empréstimo pelo professor da Universidade do Porto Luís Grosso. Vale ressaltar que para a elaboração do trabalho, o conceito de Livro Único foi levado em consideração, o qual é definido como tendo um mesmo conteúdo, replicado com exatidão em qualquer livro didático usado nas escolas portuguesas na época, no qual, o uso desse modelo decorre da censura e controle Estatal da educação a qual possuiu um modelo e objetivo claro, sendo o livro didático, aquilo que moldou completamente a forma que a escola e seus métodos pedagógicos se estruturaram.

⁵¹ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez. p 301-302. Acesso em: 27 abr. 2025. , 2018

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Essa exatidão está presente no interior do livro, e permanece diante de novas edições, com alterações sendo feitas apenas no seu exterior - tamanho, capa, cor - ou na formatação das páginas, mas seu conteúdo em si, permaneceu o mesmo durante todo o regime salazarista, mesmo a materialidade do livro didático possuindo impacto na educação e entendimento do aluno a respeito do conteúdo deste livro, fomentando um controle identitário exato em todo território nacional.

Para compreender a identidade nacional portuguesa, José Mattoso, em sua obra “A identidade nacional”, analisa-a como resultado de um processo histórico e contínuo, porém, com alterações ao decorrer dos anos, devido a mudanças nas condições políticas, econômicas e culturais, além de variar de acordo com o país e o governo que a molda, pois depende de fatores culturais, políticos ou econômicos que são evidenciados e exaltados através dela. Segundo Mattoso é preciso ter em conta que:

Identidade nacional resulta antes de mais da percepção que os próprios cidadãos têm de formarem uma colectividade humana. Ora, dado que essa colectividade tem uma existência histórica, será necessário, desde o início de qualquer reflexão, não esquecer que a identidade nacional foi revestindo formas sucessivamente diferentes ao longo dos tempos. A identidade nacional, tal como existe hoje, resulta de um processo histórico que passou por diversas fases até atingir a expressão que actualmente conhecemos. (Mattoso, 1998, p. 03)

Essa afirmação evidencia que a identidade nacional necessita da percepção dos cidadãos como parte de um grupo unido por elementos comuns, como história, cultura, território e valores. Essa identidade não é imposta de fora, mas constituída internamente na medida em que as pessoas reconhecem a existência de uma coletividade à qual pertencem, se alterando ao longo do tempo, adaptando-se às mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas consequentemente, com cada período histórico contribuindo para moldar essa identidade, conferindo-lhe novos significados ou apagando outros.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



No caso do salazarismo, a identidade nacional atuou como estratégia de legitimação e mobilização política, tendo sido eficaz devido à ênfase que o regime conferiu a símbolos nacionais e valores conservadores, transformando-a em uma ideologia rígida e homogênea, que ignora a complexidade cultural e étnica existente no país.

Fernando Rosas, em “O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio Sobre o Estado Novo e a Questão Do Totalitarismo” (2001), busca discutir valores como obediência, respeito pela hierarquia, patriotismo, apego à ordem social e uma visão moral conservadora pertencentes ao molde do indivíduo durante o referido governo. a criação do “homem novo” era produzido por um sistema abrangente que inclui propaganda, instituições como a Mocidade Portuguesa e a FNAT, além da educação, que tinha por objetivo transformar os portugueses em cidadãos ideologicamente alinhados ao regime, tanto no espaço público quanto na vida privada. Nas palavras do autor:

Esse ser renovado, expurgado dos vícios do liberalismo, do racionalismo e da contaminação marxista, esse ser reintegrado, por acção tutelar e condutora do Estado, no verdadeiro «espírito da Nação», haveria de ser temente a Deus, respeitador da ordem estabelecida e das hierarquias sociais e políticas como decorrências do organicismo natural e imutável das sociedades, pronto a servir a pátria e o império, cumpridor dos seus deveres na família e no trabalho, destituído de «ambições doentias» e «antinaturais» e satisfeito com a sua honrada modéstia. Tais eram as «virtudes da raça», expressão mesma desse referencial essencial da ruralidade, dessa terra regada pelo suor dos que sobre ela labutavam, mãe da riqueza, da temperança e da ordem. (Rosa, 2001, p.113)

Com esse exemplo podemos extrair o conceito de “homem novo” como reflexo da tentativa de encaixar os indivíduos em uma ideologia totalitária e conservadora, que rejeitava a diversidade e ainda promovia a conformidade e uniformização da população. Além disso, idealizava-se um cidadão obediente às hierarquias estabelecidas, disciplinado e submisso aos valores do regime. Ao implantar uma nova identidade, o Estado Novo visava consolidar uma ordem social pautada na tradição, na religião católica, no militarismo exacerbado, e até mesmo. Dessa forma, o governo

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



tinha como objetivo, construir uma nação unificada, resistente às influências do liberalismo e do comunismo, garantindo a continuidade do regime.

2. ANÁLISE DAS FONTES: CARACTERÍSTICAS DA IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA

Através da análise dos livros didáticos por 4 diferentes vertentes, as quais possuem objetivo de trazer uma melhor compreensão de aspectos distintos da identidade nacional portuguesa nos livros didáticos, sendo elas: modelo familiar; questão racial; religiosidade; e patriotismo, foi observado que cada um desses aspectos representam facetas indissociáveis da identidade portuguesa, sendo essa tanto social quanto pessoal. Para melhor compreensão, cada vertente citada acima será discutida separadamente.

Vale ressaltar que a seleção desses tópicos resulta de uma leitura minuciosa e de uma análise aprofundada tanto do conteúdo escrito quanto da iconografia presente nos manuais de leitura destinados aos primeiros quatro anos letivos durante o Estado Novo Português. Esses materiais não são apenas compostos pelo arcabouço educacional da época, mas também refletem diretamente os valores, ideologias e objetivos do regime.

É importante destacar que os primeiros três anos abrangiam a totalidade do ensino obrigatório naquele período, o que confere ainda mais relevância à investigação desses manuais, pois eles desempenharam um papel fundamental na formação das crianças e na construção da identidade nacional idealizada pelo governo. Dessa forma, o estudo desses recursos educacionais permite compreender como a educação foi instrumentalizada para consolidar os fundamentos do regime autoritário, influenciando de maneira decisiva a percepção dos alunos sobre história, cultura e sociedade.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Em relação a iconografia, o seu conteúdo pode ser analisado através do conceito de currículo oculto, sendo isso, segundo Silva (2003), “[...] todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes” (Silva (2003, p.78), ou seja, representa aquilo que não está definido como um conteúdo específico a ser abordado, mas é transmitido ao aluno através de noções subjetivas presentes no livro didático, ou até mesmo no próprio professor, carregando com isso, uma atuação ideológica e não apenas conteudista.

Como primeiro âmbito analisado, o conceito de família é facilmente um dos mais notáveis durante a leitura, pois possui tanto excertos escritos, inculcados de valores baseados em uma noção determinista dos papéis de gênero (BUTLER, 2003), quanto representações iconográficas de um ideal familiar rígido e conservador. Ao observar a imagem de abaixo, nota-se uma definição visual bem clara do papel de gênero representado em cada indivíduo da família, sendo o primeiro a ser percebido, o pai - devido ao tamanho e posição na imagem - apresentado com roupas sociais, as quais servem para demonstrar sua atuação como o provedor da casa, como apresentado no Livro da Quarta Classe, página 50. Em seguida a figura da mãe é a próxima a ser vista, sendo ela a atuante do trabalho doméstico e da ternura e contato sentimental com os filhos, estes sendo sempre dois indivíduos - irmão e irmã, ou dois irmãos - que espelham as atitudes dos pais.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Livro de Leitura para a Quarta Classe. Editora Educação Nacional, p 50.

Além disso, um elemento muito importante na construção familiar presente nesses manuais é a característica racial dos indivíduos, sendo todos brancos, trazendo com isso, um discurso implícito que exclui a população negra do padrão familiar português, apesar de haverem trechos no Livro da Quarta Série, que tratam da questão racial.



Livro de Leitura para a Quarta Classe. Editora Educação Nacional, p 51.

No anexo citado acima, nota-se um discurso de inclusão social das populações negras pertencentes às colônias de Portugal na África, as definindo como parte

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



integrante da sociedade portuguesa junto a seus territórios, que aparecem aqui como parte do país, sendo também dito que a cor da pele deve ser respeitada pois também são portugueses.

A priori, o discurso dito acima não demonstra nuances ou problemáticas, entretanto, se posto lado a lado com a representação visual da população negra nos manuais, fica aparente um contraponto: se a população negra é descrita como parte integrante da sociedade portuguesa, por que quase não aparece visualmente nos manuais? Esse questionamento leva a alguns pontos de debate, o primeiro sendo, que apesar da população negra ser parte do povo português, ela estava longe de ser vista como o ideal familiar e populacional português, pois, durante a elaboração desses livros, Portugal estava, obviamente, inserido em um governo autoritarista, no início da segunda metade do século XX, e atuando como um país colonialista europeu que se considera branco, portanto, a inserção da população negra de forma visual nos manuais, poderia gerar subjetivamente uma ideia de pluralidade racial no país, algo inaceitável para o governo da época.

Por esse motivo, a representação racial nos manuais didáticos só era vista em pouquíssimas cenas de trabalho braçal, ou em discursos de integração da população negra, sendo na verdade discursos de tolerância, que existem apenas para garantir o controle das colônias como parte territorial de Portugal, pois um discurso de inserção como esse garantiria e influenciaria um senso de pertencimento ao país para as populações das colônias, sem que o governo precise assumir que Portugal, por considerar as regiões africanas como parte de si, deveria ser considerado também um país no mínimo multiracial.

É interessante notar também, que o discurso da identidade portuguesa como sendo algo para além da cor de pele, só está presente no Livro da Quarta Classe, sendo esta não obrigatória, ou seja, o mínimo de entendimento sobre educação racial não era considerado importante o suficiente para estar inserido nas obrigаторiedades,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



mesmo que essa “conscientização racial”, se é que pode ser chamada disso, tenha tido outros objetivos voltados a colonização e colonialidade.

A respeito da religiosidade inserida nos livros, é possível perceber que dentre as 4 categorias aqui discutidas, essa é a mais presente neles, tendo discursos em todos os manuais, e atuando de forma tanto objetiva - ou seja, subtítulos focados em orações, santos, mártires, entre outros -, quanto discursos inseridos de forma sutil, pois consistem na inserção de frases e vocábulos religiosos em partes destinadas a alfabetização ou prática de leitura, além do uso de imagens - como a logo abaixo - que trazem consigo a religião como sendo a protetora da sociedade portuguesa, servindo também como a legitimadora da ocupação e soberania desta perante outros povos.

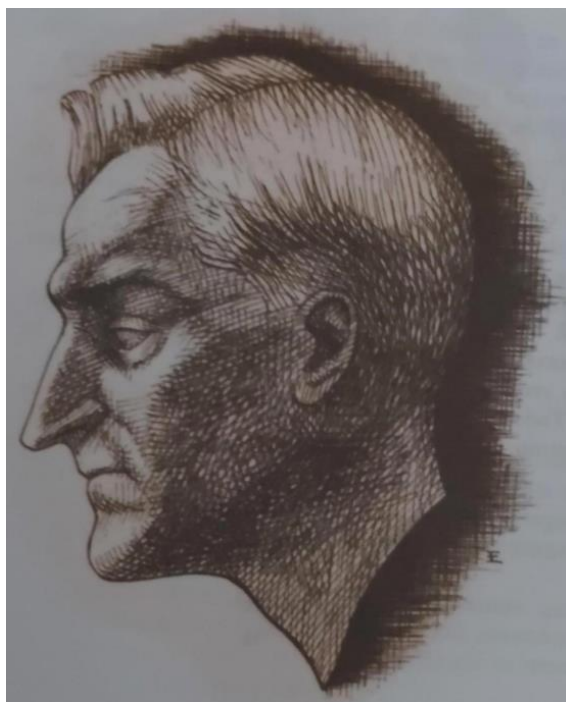


Livro de Leitura da Terceira Classe. Ministério da Educação Nacional, p 28.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Livro de Leitura da Terceira Classe. Ministério da Educação Nacional, p. 177.

Por fim, como último tópico analisado, o patriotismo presente nos manuais escolares é fortemente ligado a um nacionalismo baseado na militarização, o qual utiliza figuras históricas, instituições - como a mocidade portuguesa - e o próprio Salazar - figura acima - através da exaltação, para garantir que esse nacionalismo seja espalhado e aprendido pelos alunos, estando, assim como o âmbito religioso, presente tanto subjetiva como objetivamente, atuando também através de vocábulos e lições para aprender a soletrar.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ela ele eles elas
alto altar altura
Lusitos! Lusitas!
Viva Salazar!
Viva Salazar!

O Livro da Primeira Classe. Ministério da Educação Nacional, pp 34.

Com base nessa pesquisa, podemos entender que educação no Estado Novo desempenhou um papel crucial na disseminação e consolidação dos ideais autoritários, funcionando como uma ferramenta estratégica para a formação do "homem novo" e a perpetuação da ideologia salazarista. A análise do livro didático evidencia sua função como veículo de propagação de valores conservadores, nacionalistas e religiosos, refletindo as condições políticas, sociais e culturais do regime. Por meio da centralização do ensino, da imposição do livro único e da moral católica, o governo moldou uma sociedade conformista, disciplinada e submissa às disposições condicionais, garantindo a continuidade de uma ordem social alinhada aos seus objetivos. Reconhecer essas influências é essencial para uma compreensão crítica da educação como um campo ideológico, alertando para a necessidade de promover uma prática pedagógica que valorize a diversidade, a autonomia e o pensamento crítico.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Referências

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. **Saber histórico na sala de aula**. Tradução. São Paulo: Contexto, 1997. Acesso em: 10 set. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, R. G.; GIOVINAZZO JÚNIOR, C. A. Currículo oculto: aspectos da experiência educacional não declarada no currículo oficial e formal da escola. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. e66446, 2024.

CENTENO, Angel M.; PAZ GREBE, María de la. El currículo oculto y su influencia en la enseñanza en las Ciencias de la Salud. **Investigación Educ. Médica**, v. 10, n. 38, p. 89-95, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/investigacion-educativa-medica>. Acesso em: 18 jan. 2025.

COELHO, José Maria dos Santos. O ensino primário no Estado Novo português. **Revista de Arte, Mídia e Política**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 20-37, fev./mai. 2015.

FELGUEIRAS, M. L.; AMORIM, J. P. Regentes escolares e alfabetização de crianças pobres em Portugal (1930-1976). **Acta Scientiarum. Education**, v. 46, n. 1, p. e69218, 2024.

MATTOSO, José. **A identidade nacional**. Lisboa, Gradiva Fundação Mário Soares, 1998. Disponível em: <https://civilizacaoiberica.wordpress.com/wp->

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



content/uploads/2010/08/jose-mattoso-a-identidade-nacional-pdfrev.pdf. Acesso em:

17 ago. 2025

NETO, Aida Celeste Caetano. **Os manuais do ensino primário elementar e a inculcação dos valores do Estado Novo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ensino do Português) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa (Portugal), 2015.

PEREIRA, M. A escola portuguesa ao serviço do Estado Novo: as lições de história de Portugal do boletim do ensino primário oficial e o projeto ideológico do salazarismo. **Da Investigação às Práticas**, Lisboa, v. 4, n. 1, p. 63-85, 2013.

PIRES, C. M. G.; MESQUITA, E. C.; RIBEIRO, M. C. **A iconografia nos manuais escolares do Estado Novo**. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/47m9Mb5sVWbBKmQrML78FTt/>. Acesso em: 10 set. 2025.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. **Análise Social**, Lisboa, v. 35, n. 157, p. 1031-1054, 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41011481>. Acesso em: 17 ago. 2025.

SERRA, Filipe Mascarenhas. **A imagem nos manuais do ensino primário do Estado Novo**. Cultura, Lisboa, v. 21, 2005. Publicado em: 4 abr. 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/xxxx>. Acesso em: 17 ago. 2025.

SERRANO, Clara Isabel. O Estado Novo: (re)visitando os manuais de história portugueses. In: TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa (org.). **Estados autoritários e totalitários e suas representações**. Coimbra: [s. n.], 2008.

clima, regionalidades e museus



SERRÃO, Vanda Maria de Bragança. **O ensino durante o Estado Novo em Portugal: o papel do professor**. 2018. Tese (Mestrado em Ensino de História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 11-27.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS GENIUS LOCI E CIDADE GENÉRICA PARA SUBSIDIAR QUESTIONAMENTOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO EM PONTA GROSSA (PR)

Giovana Paganini¹
Patrícia Camera Varela²

¹ Mestranda em História pela UEPG

² Doutora em História pela PUCRS, Professora do PPGH

Diante das crises climáticas, sociais e tecnológicas atuais, este trabalho analisa o *genius loci* da Rua Xv de Novembro, em Ponta Grossa (PR), como expressão da identidade local que resiste à padronização da “cidade genérica”. A reflexão busca mostrar como reconhecer o espírito do lugar pode ajudar a preservar memórias e sentidos, oferecendo estratégias para “viver nas ruínas” e enfrentar as emergências globais a partir da história e da regionalidade.

Neste artigo, realizado com o apoio da Fundação Araucária, os conceitos de *genius loci* e de cidade genérica são fundamentais para orientar a análise. Enquanto o *genius loci* permite compreender a Rua Xv de Novembro como espaço de identidade, memória e pertencimento, a cidade genérica evidencia as ameaças contemporâneas de homogeneização e apagamento das singularidades locais. A articulação entre ambos possibilita problematizar as tensões entre preservação e transformação, revelando o patrimônio urbano como campo de disputa simbólica e como direito à memória e à cidade.

1. O ESPÍRITO DO LUGAR

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A Rua XV de Novembro de Ponta Grossa possui um *genius loci* próprio que rege sua ambiência. Esse conceito romano refere-se ao espírito guardião do lugar, provedor de identidade e significado (Norberg-Schulz, 1980, p. 11), sendo também entendido como a “alma do lugar”. Norberg-Schulz define lugar como uma parte integral da existência humana, ele aprofunda:

Obviamente algo além de uma localização abstrata. Significa uma totalidade feita de coisas concretas com substâncias materiais, formato, textura e cor. Juntas, essas coisas determinam um ‘caráter do ambiente’, o que é essencial para o lugar. No geral, um lugar é dado a um caráter ou uma atmosfera. [...] Como consequência, cidades e casas consistem numa multitude de lugares particulares (Norberg-Schulz, 1980, p. 6-8, tradução da autora).

Essa entidade é meio e mediadora das interações sociais, tangível na arquitetura e intangível nas sensações e memórias coletivas (Vecco, 2019, p. 2). Nesse contexto, as fotografias históricas da rua XV documentam a manutenção estética ou alteração da paisagem no decorrer das décadas trazendo pistas da relação de conservação ou apagamento da alma do lugar. Mariela Vecco (2019) relaciona o *genius loci* ao significado e lugar, refletindo percepções enraizadas em experiências emocionais e físicas, conforme Norberg-Schulz (1980, p. 166), que define o lugar como função física do *genius loci*, dependente da identificação e pertencimento coletivo ou individual, algo como o sentimento de “eu conheço esse lugar, eu reconheço essas esquinas”.

Dar forma ao etéreo é desafio, mas traços do *genius loci* da Rua XV de Ponta Grossa ainda podem ser identificados: um espírito boêmio, atento, garboso e moderno, presente em bares, cafés, atos políticos, expressões culturais e detalhes construtivos que permitem reinventar a rua sem renegar o passado. Esse *genius loci* não seria conservador ou enfadonho. Mas com as alterações arquitetônicas, demolições e modificação de uso que a rua vivenciou desde meados de 2000, abre o

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



questionamento: a rua Xv está perdendo seu *genius loci* e se tornando uma rua genérica?

A identificação do *genius loci* pode ser feita em qualquer localidade e constitui metodologia lúdica e intuitiva de leitura e conexão com o mundo. O *genius loci* da Xv difere do da Avenida Vicente Machado, assim como o de Castro opõe-se ao da Lapa, apesar de compartilharem aspectos históricos. Se foi difícil tornar a Rua Xv como patrimônio material, reconhecer sua imaterialidade é ainda mais improvável.

A dificuldade institucional em reconhecer o *genius loci* como bem imaterial evidencia limites dos modelos tradicionais. Embora haja avanços legais, há impasse quanto a atmosferas simbólicas e afetivas, amplamente experienciadas, porém difíceis de enquadrar nas normas, e até mesmo de ser analisado nas fontes fotográficas e documentais, mas estas nos dão pistas dessa relação da rua com o tempo e com quem pertence a ela e a ela pertence. Debates internacionais e marcos brasileiros ampliam o conceito de patrimônio imaterial, possibilitando refletir se o *genius loci* pode ser reconhecido como expressão legítima desse patrimônio.

Originário da tradição romana, o conceito integra debates contemporâneos sobre paisagem e identidade urbana. Sua natureza imprecisa e afetiva desafia critérios técnicos patrimoniais. Michael Petzet (2008), no simpósio do ICOMOS⁵², defende o *genius loci* como “o espírito inerente a todos os monumentos e sítios”, elemento invisível que assegura autenticidade (que resistências materiais são documentadas nas fotografias), continuidade e diversidade, em contraste com os “espíritos profanos da mudança total”. Ignorá-lo reduz o patrimônio à materialidade,

⁵² ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) é uma organização não-governamental associada à UNESCO, cuja missão é “promover a conservação, a proteção, o uso e a valorização de monumentos, centros urbanos e sítios”. Disponível em <https://www.icomos.org.br/>

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



afastando-o da experiência humana, conforme a Declaração de Québec (2008), que valoriza dimensões simbólicas e intangíveis.

Reconhecer o *genius loci* como patrimônio imaterial é um gesto técnico, político e epistemológico que amplia os critérios culturais, deslocando o foco da raridade para a vivência, continuidade e vínculo simbólico entre pessoas e espaços. Isso exige rever limites legais para incluir o afetivo, invisível e compartilhado. O *genius loci* dá sentido ao lugar, tornando ruas espaços de resistência e cidades paisagens vivas de memória.

Esse reconhecimento enfrenta entraves práticos e institucionais, principalmente nos tombamentos. A materialidade das edificações e memórias coletivas fazem parte do espírito, mas o reconhecimento legal é resistente. Um exemplo é o pedido de tombamento da Rua Xv de Novembro, trecho entre Augusto Ribas e Sant'Ana, cujo valor simbólico foi reconhecido, mas o processo indeferido pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (COMPAC), instituído pela Lei nº 6183/1999, é o conselho municipal responsável por receber sugestões sobre bens patrimoniais materiais e imateriais, decidindo por parecer técnico sobre inclusão no Inventário Municipal.

A Ata da Sessão Pública de Tombamento (2020) sugere que há na materialidade da rua e arquitetura algo além do concreto, uma dimensão sublime que torna o local único. A conselheira Brenda Ascheley de Moraes Ferreira, do Departamento de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura lê o parecer da Comissão Técnica que avaliou o pedido de tombamento do conjunto urbano *Art Déco* da rua Xv de Novembro:

Vale salientar, com louvor, que, analisando a atuação do COMPAC desde sua criação no ano de 1999, esta é a primeira vez em que se discute o tombamento de um conjunto arquitetônico em nossa cidade, ou seja, o que seria a indicação para a preservação de um único imóvel na Rua Xv de Novembro, tornou-se, por indicação do louvável Conselheiro José Ribamar

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Krüger, e pelo consenso dos demais conselheiros presentes, com exceção do conselheiro David Wagner, **a perpetuação de um trecho que carrega em si não somente o peso do material que o compõe, mas um misto de histórias, sentimentos, lembranças, recordações, vivências e convivências** (Ata da Sessão Pública de Tombamento de 03/02/2020, 2020, p. 2, grifo da autora).

Esse trecho é a pista de que a noção de patrimônio para além de edifícios individuais, para além de arquitetura monumental e institucional e para além do raro ou da exceção, inconscientemente ou não por parte do COMPAC, o reconhecimento de uma imaterialidade sublime como parte desse patrimônio material é o reconhecimento (tímido e desavisado) do *genius loci* como uma parte do patrimônio a ser protegido, por que ele é o que dá sentido a rua no passar do tempo.

Norberg-Schulz (1980, p. 14) ressalta que o lugar tem caráter temporal, transformando-se conforme estações, clima, iluminação e experiências vividas. Esse caráter é definido pela materialidade e formas do espaço, influenciadas por solo, céu, vegetação, clima, recursos naturais e saberes técnicos, que moldam o *genius loci* ao longo do tempo. Embora os lugares mudem, o espírito do lugar pode permanecer.

Norberg-Schulz enfatiza a importância da *stabilitas loci* para a vida humana, compatível com novas dinâmicas, pois “um lugar em que serve apenas para um propósito logo tornaria-se inútil. Até porque, é evidente que um lugar pode ser ‘interpretado’ de diferentes formas. Em 2019, Norberg-Schulz retoma a precisão de uma vagarosidade, ou seja, de respeito ao tempo do *Genius Loci*, nas mudanças no lugar em oposição à rapidez da modernidade ao dizer que:

Tentamos mostrar, no entanto, que a identidade humana pressupõe a identidade do lugar e que a *stabilitas loci* é, portanto, uma necessidade humana básica. O desenvolvimento da identidade individual e social é um processo lento, que não pode ocorrer em um ambiente em constante mudança. Temos todas as razões para acreditar que a alienação humana, tão comum hoje em dia, é, em grande parte, resultado das escassas

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



possibilidades de orientação e identificação oferecidas pelo ambiente moderno (Norberg-Schulz, 2019, p. 37, tradução da autora).

Compreender o papel do *genius loci* nas mudanças e permanências das paisagens culturais é fundamental. Esse “espírito do lugar” torna o espaço único, ainda que sujeito a transformações que, se feitas com suas “bênçãos”, respeitam a ambiência. Conforme Vecco (2019, p. 4), “o lugar como um artefato cultural revela como as ações de um indivíduo ou um grupo transformam os lugares que eles vivem: lugares demonstram como as respostas deles para as limitações e potenciais do ambiente são impressos na paisagem”.

Essa transformação respeitosa é visível na esquina da Rua XV de Novembro com a Augusto Ribas, onde a Joalheria Gravina está desde 1912, marco inicial do trecho proposto para tombamento. Na Ata da Sessão Pública de Tombamento (2020), após o Parecer Técnico do COMPAC, o advogado Carlos Roberto Tavarnaro, representante da Joalheria Gravina, contestou o processo, alegando nulidades e falta de mérito.

Quanto ao mérito, argumentou ausência de demonstração objetiva de interesse cultural que justificasse o tombamento, alegação refutada pelo Parecer Técnico. Embora a legislação exija expressividade cultural, a defesa afirmou que os autos não apresentavam evidências concretas de relevância histórica, artística, arquitetônica ou social, nem registros simbólicos ligados à Gravina, o que contraria a análise técnica. Também alegou que o estudo base, de 2001, seria desatualizado e superficial, mencionando apenas alterações no térreo e publicidade, modificações que refletem a funcionalidade atual do imóvel.

O argumento estendeu-se às condições urbanas da rua, como estreiteza e presença de fiação elétrica, bem como alterações em imóveis vizinhos, apontadas

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



como fatores que comprometeriam a integridade visual do conjunto. Por fim, argumentou-se que a simples proximidade com bens tombados não justificaria o tombamento por extensão, ignorando, contudo, a possibilidade legal de zonas de proteção adjacentes, o que o parecer técnico também rebate. E o mais irônico é que o próprio advogado, no final de sua fala, dá o argumento mais importante para o reconhecimento do conjunto urbano *Art Deco* da rua Xv de Novembro em questão, que é o valor imprescindível para institucionalmente reconhecer um bem como patrimônio e tombá-lo: o bem deve gerar identificação e ser catalisador de memória individual ou comunitária. O representante do imóvel Gravina relata publicamente:

Para concluir, quero deixar claro que não estou menosprezando a importância da Rua Xv no desenvolvimento de nossa cidade. **Particularmente ela tem um valor especial para mim e minha família, pois nela construímos uma parte significativa da nossa vida há quase cinquenta anos; com o Carlos, sucessor da joalheria, certamente acontece o mesmo.** Contudo, esse sentimento pessoal de profundo apreço por esta localidade [...] (Ata da Sessão Pública de Tombamento de 03/02/2020, 2020, p. 4, grifo da autora).

Isto é, essa rua e essas construções, que são alimentadas por um *genius loci* único, passam por mudanças, mas não apagamentos. As gerações passam, mas a relação com a rua permanece, mesmo naqueles contrários ao seu reconhecimento e proteção. No grupo de imagens a seguir, documentam a mesma esquina vista no mesmo ângulo olhando a Leste no sentido de onde estaria o pátio da ferrovia e hoje se encontra o Parque Ambiental. O objetivo é entender as mudanças da paisagem da esquina da rua Xv com a Augusto Ribas, onde se encontra a Joalheria Gravina.

Na Fotografia 1, da década de 1910, vê-se à direita um recorte da residência do doutor Carlos Ribeiro de Macedo e, à esquerda, a Residência de Theóphilo Alves Cunha, tombada e desde 2005 sede do Botequim Original Xv. No segundo plano, um sobrado eclético com térreo em bossagem e guarda-corpo metálico no primeiro pavimento, onde funcionava a confeitaria Sabatella e o Clube Literário. Na lateral

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



esquerda desse plano está a esquina que, desde 1912, abriga a Joalheria Gravina no térreo e um apartamento no primeiro pavimento. A fotografia documenta também a construção anterior ao sobrado, um comércio térreo colonial com telhado de quatro águas, aberturas ritmadas e destaque para a esquina, construída rente às vizinhas, antes da compra do terreno por Carlos Nicolau Gravina.

FOTOGRAFIA 1 - ESQUINA DA XV COM AUGUSTO RIBAS NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1910



Fonte: Museu Campos Gerais

Na Fotografia 2, do final da década de 1910, antes do incêndio que destruiu o sobrado da confeitaria e do clube, o comércio Gravina passou por modernização na fachada com platibanda para ocultar calhas, típico do ecletismo da época. O sobrado vizinho, antes colonial, tornou-se comércio no térreo e apartamento no andar superior, com sacada de ferro fundido e fachada adornada, indicando o início da fase inspirada

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



na Belle Époque parisiense, momento de renovação urbana inspirada nas reformas de Paris (Oliveira, 2018, p. 183).

FOTOGRAFIA 2 - ESQUINA DA XV COM AUGUSTO RIBAS NO FINAL DA DÉCADA DE 1910



Fonte: Museu Campos Gerais

A Fotografia 3, do início da década de 1920, mostra uma grande mudança na rua: a substituição do sobrado da confeitaria pelo Cine Éden, construção térrea. A partir do Código de Posturas de 1915, proibiu-se a construção de casas térreas na Rua Xv, estimulando a ocupação comercial no térreo e residências acima. A Joalheria Gravina mantém o padrão eclético, mas com a construção de um sobrado, com térreo comercial e moradia no piso superior, substituindo o casarão colonial anterior.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



FOTOGRAFIA 3 - ESQUINA DA XV COM AUGUSTO RIBAS NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1920



Fonte: Museu Campos Gerais

Na Fotografia 4, da década de 1940, a rua está modernizada e verticalizada, com os primeiros edifícios de três ou mais pavimentos. Destacam-se o Cine Ópera (1949) com seis pavimentos, o Edifício Santana (1946), o Bamerindus em construção (13 pavimentos) e o Edifício Dr. Elyseu (9 pavimentos). A Joalheria Gravina, à direita, apresenta fachada modernizada em estilo Art Déco, com elementos geométricos e sacada cega. O conjunto Art Déco, incluindo a antiga Casa Lange, teve suas fachadas atualizadas, com elementos rebuscados substituídos por frisos verticais e sacadas cegas. A atualização das fachadas indica uma vontade de modernidade frente a nova tipologia construtiva dos “arranha céus” pontagrossenses.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



FOTOGRAFIA 4 - ESQUINA DA XV COM AUGUSTO RIBAS NO FINAL DA DÉCADA DE 1940



Fonte: Museu Campos Gerais

Na Fotografia 5, as mudanças mais significativas são as ausências: a demolição da Casa Lange e a substituição dos comércios ao lado do Cine Ópera, respeitando o gabarito de no máximo dois pavimentos. A Joalheria Gravina permanece íntegra, com a fachada histórica preservada, embora encoberta por cores escuras e serralheria para ar condicionado. Essa preservação mostra que o *genius loci* e o patrimônio não limitam o progresso ou o comércio; o que limita é a preguiça.

clima, regionalidades e museus



FOTOGRAFIA 5 - ESQUINA DA XV COM AUGUSTO RIBAS EM 2024



Fonte: A autora

Isso significa que os lugares mudam, seus usos são adaptados e edifícios substituídos. A cidade é viva como seus habitantes, mas algumas mudanças ocorrem em ritmos e formas diferentes da dinâmica orgânica do *genius loci*. No prefácio do livro *Historic Cities: Issues in Urban Conservation* (2019), os especialistas Jeffrey Cody e Francesco Sivaro apontam que, nos últimos dois séculos, toda cidade passou por pelo menos uma dessas rupturas críticas: 1) a revolução industrial, o desenvolvimento urbano acelerado ou o colonialismo no século XIX; 2) as destruições da Segunda Guerra Mundial; e 3) questões da globalização, como o turismo em massa e o “desenvolvimento imobiliário sem precedentes que, na segunda década do século XXI, continua a desafiar as áreas urbanas históricas” (Cody; Sivaro, 2019,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



p. 16). Os autores reforçam que um dos principais pontos do livro é entender que o avanço descontrolado da globalização torna o patrimônio arquitetônico ainda “mais ameaçado, frágil e descartável”:

Isso é válido não apenas para edifícios individuais, mas também para um escopo mais amplo de estruturas e espaços urbanos. [...] Muitas vezes, lugares históricos insuficientemente protegidos têm sido demolidos devido a políticas governamentais, regulamentações de zoneamento e índices de aproveitamento do solo, ou têm sofrido um processo progressivo de deterioração destrutiva desencadeado pelo crescimento demográfico explosivo e pela infraestrutura deficiente (Cody e Siravo, 2019, p. 14, tradução da autora).

É possível refletir sobre a fragilidade das áreas urbanas históricas diante de desastres climáticos e guerras, como o ataque à Palestina desde 2023, as inundações no Rio Grande do Sul em maio de 2024 e os incêndios na Califórnia em janeiro de 2025. Essas perdas da estrutura urbana tradicional, cuja paisagem carrega significados culturais, causam apagamento histórico (de linguagens, materiais, técnicas construtivas e documentação) e apagamento identitário, já que a arquitetura expressa a memória coletiva ao refletir dinâmicas culturais, econômicas e políticas que moldam a identidade ao longo do tempo, impactando também a forma como as pessoas percebem e se conectam emocionalmente aos espaços (Lynch, 1960; Rossi, 1966). Sobre os impactos da pobreza na qualidade da arquitetura e da cidade que esses apagamentos causam, Norberg-Schulz é categórico:

Junto com a perda da estrutura urbana tradicional, a paisagem é privada de seu significado como uma extensão abrangente e reduzida a fragmentos dentro da complexa rede de elementos artificiais. O caráter do ambiente contemporâneo é geralmente marcado pela monotonia. Se alguma variedade é encontrada, geralmente é devido a elementos remanescentes do passado. A “presença” da maioria dos novos edifícios é muito fraca. Frequentemente, são usadas “fachadas cortina”, que possuem um caráter insubstancial e abstrato, ou melhor, uma falta de caráter. A falta de caráter implica pobreza de estímulos. O ambiente moderno, de fato, oferece muito pouco das surpresas e descobertas que tornam a experiência das cidades antigas tão fascinante. Quando se fazem tentativas para romper com a monotonia geral,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



estas geralmente aparecem como caprichos arbitrários (Norberg-Schulz, 2019, p. 40, tradução da autora).

O *genius loci* de Ponta Grossa não reside apenas nos edifícios históricos, mas nas atmosferas, silêncios e permanências discretas, representando um enraizamento simbólico que permite aos habitantes se reconhecerem no entorno. Yi-Fu Tuan (1980, p. 149) chamou isso de topofilia: vínculo afetivo entre pessoa e lugar, mediado por sensações, histórias e memórias.

2. PRÉ MOLDADO E VIDRO VERDE

Essa experiência do enraizamento simbólico está ameaçada pelo avanço da “cidade genérica”, termo de Rem Koolhaas (1995) para um modelo urbano desterritorializado e funcionalista, marcado pela padronização e anulação da memória urbana. Segundo Koolhaas (1995, p. 1250, tradução da autora), “A cidade genérica é uma cidade sem história. É grande o suficiente para todo mundo. É fácil. Não precisa de manutenção. Se ficar pequena demais é só expandir. Se ficar velha demais ela se auto destrói e se renova.” Essa cidade é uma superfície funcional, sem raízes nem vocação, um lugar sem *genius loci*.

Essa indiferença ao passado se manifesta numa arquitetura que ignora historicidade e cultura local, configurando o que Koolhaas (1995, p. 1249) chama de “cidade sem centro, sem identidade, sem memória”. Vale ressaltar que Arquitetura é trabalhar com o tempo e o espaço, é respeitar esse *Genius Loci*, é, na teoria, o oposto da Cidade Genérica. Apesar da homogeneização para uma estética global sugerir o oposto. Ele acrescenta que “Todas as Cidades Genéricas surgem da tábula rasa; se não existia nada antes, agora existe; se existia algo, logo será substituído” (Koolhaas, 1995, p. 1253, tradução da autora). Assim, a cidade genérica só se reconhece na destruição da diferença, crescendo na repetição e apagamento.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Por isso, é urgente refletir sobre o que a Rua Xv de Novembro ainda resiste a essa lógica. Diferente de muitos centros urbanos brasileiros, a Xv mantém densidade de sentidos que lhe confere caráter. Sua espacialidade concentra memórias, práticas sociais, formas e ritmos que a afastam da identidade genérica. Como observa Koolhaas (1995, p. 1250, tradução da autora), “Ao invés de concentração – presença simultânea – na Cidade Genérica os ‘momentos’ individuais são espaçados com distância para criar um traço quase imperceptível de experiências estéticas.” A Rua Xv permanece espaço de simultaneidade sensível, onde sociabilidade e signos históricos convivem em tensão, resistindo à diluição do espaço.

O Parecer Técnico da Ata da Sessão Pública de Tombamento (2020, p. 2) destaca que a Rua Xv é “um marco da identidade urbana da cidade de Ponta Grossa” e celebra “o encontro do velho e do novo”, evidenciando a convivência entre transformações de uso e permanências simbólicas. Apesar das mudanças no perfil funcional, elementos de identidade permanecem, sustentando relações vivas com o passado. Essa resistência revela que conservar patrimônio não significa imobilismo, mas reconhecer e interpretar o que permanece significativo. Assim, a defesa do *genius loci* exige uma compreensão crítica da conservação urbana, para garantir continuidade e significação.

Norberg-Schulz (2019, p. 39, tradução da autora) afirma: “respeitar o *genius loci* não significa copiar velhos modelos. Significa determinar a identidade do lugar e interpretar isso de novas maneiras.” A conservação é interpretação sensível às condições que moldam o lugar ao longo do tempo (Vecco, 2019, p. 11).

A cidade genérica, segundo Koolhaas, apaga o sensível, entorpecendo a experiência urbana, onde o espaço não interpela, apenas serve. Contra essa narcose estética, valorizar singularidades locais é resistência e aposta na resiliência cultural, definida por Fusco Girard et al. (2011, p. 13) como a capacidade dos lugares de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



manter identidade diante das transformações, sustentando relações vivas com o passado e promovendo criatividade enraizada.

Portanto, a paisagem significativa não pode ser reduzida à exceção histórica. Ela deve ser pensada como um campo em movimento, capaz de acolher transformações sem perder a continuidade. Isso exige uma abordagem crítica da conservação urbana, como propõem Cody e Siravo (2019) destacam que a conservação urbana deve proteger o significado histórico dos lugares, administrando as transformações sem que isso resulte na aniquilação do passado.

A crítica à cidade genérica de Rem Koolhaas (1995) ecoa na história urbana contemporânea. Françoise Choay (2001) alerta que a modernização urbana, ao buscar progresso funcional e estético, frequentemente elimina as especificidades locais e substitui a cidade vivida por espaços genéricos e espetaculares. Nabil Bonduki (2012) reforçam que a padronização do espaço atende à valorização imobiliária e ao controle social, apagando material e simbolicamente o lugar. Assim, a “cidade genérica” expressa uma política urbana que nega o lugar como mediação entre passado e presente, renega qualquer possibilidade de identidade regional.

Essa tensão entre identidade e repetição, memória e rasura, está no cerne da luta pelo direito à cidade. Nesse contexto, reconhecer o patrimônio em sua dimensão sensível, histórica e simbólica torna-se ato político. Preservar e compreender o *genius loci* é reivindicar o direito à cidade como espaço de significados compartilhados e permanência do que nos constitui.

Preservar o *genius loci* da Rua XV de Novembro, em Ponta Grossa, é reconhecer esse espírito resistente, mesmo diante das pressões do mercado e da normatização. Vecco (2019, p. 11, tradução da autora) afirma que “preservar o *genius loci* como identidade cultural e arquitetônica do lugar [...] significa entender

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



funcionalidade, tipologia, razões construtivas e estilísticas da sua origem”. Por fim, a paisagem urbana não é só o que se vê, mas o que nos constitui.

Referências

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social: arquitetura e urbanismo na construção da política habitacional brasileira**. São Paulo: Unesp, 2014. v. 1.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Lucia M. Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CODY, Jeffrey; SIRAVO, Francesco (Org.). **Urban conservation in the 21st century**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2019.

KOOLHAAS, Rem. **The generic city**. In: KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. 1995. S, M, L, XL. Nova York: Monacelli Press.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius loci: towards a phenomenology of architecture**. New York: Rizzoli, 1980.

PONTA GROSSA (PR). **Lei nº 6.183, de 14 de dezembro de 1999**. *Dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do Município de Ponta Grossa, cria o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, institui o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Ponta Grossa e dá outras providências*. Diário Oficial do Município de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 14 dez. 1999.

_____. Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. **Ata da Sessão Pública de Tombamento do trecho da Rua XV de Novembro entre as ruas Augusto Ribas e Sant’Ana**. Ponta Grossa: COMPAC, 2020. [Não publicado / ou informe o meio, se publicado].

PETZET, Michael, **Genius Loci – The Spirit of Monuments and Sites**. In: 16th ICOMOS General Assembly and International Symposium: Finding the spirit of place – between the tangible and the intangible, 29 sept – 4 oct. 2008, Quebec, Canada. Disponível em: <<http://openarchive.icomos.org/243/>>. Acesso em:

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



HERMANN HESSE E O MEDIEVO INTEMPORAL

Millena Borcoski¹
Névio de Campos²
Erivan Cassiano Karvat³

¹Mestranda em História pela UEPG e bolsista CAPES

²Doutor em Educação pela UFPR

³Doutor em História pela UFPR

A presente pesquisa trata-se de um recorte da dissertação de mestrado em andamento da autora. Pretende-se refletir sobre a trajetória do escritor alemão Hermann Hesse (1877-1962), focalizando em seus anos iniciais no processo de tornar-se poeta. Para tanto, a discussão do contexto cultural, político e econômico da Alemanha faz-se necessário para a compreensão do ambiente em que o escritor se constitui. Dentre os temas que impulsionam o vislumbre de Hesse com a literatura, debate-se no segundo tópico sobre as leituras que o escritor realizou de obras do Romantismo e os moldes do medievo — e portanto, de uma ideia de tempo, que Hermann Hesse obtém a partir dessa experiência.

Ressalta-se a importância das reuniões do Núcleo de História Intelectual para a construção do texto aqui apresentado. A base teórica-metodológica se estrutura a partir de Pierre Bourdieu (2008), Michel Foucault (2004) e Paul Ricoeur (1997), realizando o estudo a partir das análises de conteúdo.

As fontes utilizadas transitam entre cartas que Hermann Hesse escreveu para familiares e amigos, reunidas por Theodore Ziolkowski (1991), e ensaios autobiográficos compilados nas obras *Autobiographical Writings* (1972) e *My belief: essays on life and art* (1985). Para além desses recursos, recorre-se também às biografias escritas por Ralph Freedman (1981) e Richard C. Helt (1996), e a obra de contos medievais organizada por Hermann Hesse (1976).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



1. HERMANN HESSE E A ALEMANHA RECÉM-NASCIDA

Aos treze anos de idade, Hermann Hesse projeta o seu futuro para “tornar-se um poeta ou nada mais” (Hesse, 1972, p. 45). Essa passagem está inserida no ensaio *Life Story Briefly Told* (História de vida contada brevemente, 1925) em que o escritor, já em seus quarenta e oito anos e com algumas de suas obras mais famosas publicadas⁵³, reflete sobre seu passado. Hesse é conhecido por escrever obras categorizadas enquanto *Bildungsroman* (romance de formação), gênero literário que nas palavras de Oliveira e Gonçalves (2020):

É precisamente este quem tem no romance a sua experiência particularizada. Isto é, a narrativa que visa expor um determinado processo de formação precisará enredar uma cadeia de acontecimentos que afetem este indivíduo de maneira diversificada e acompanhar o desenvolvimento de suas reações a estes acontecimentos. (Oliveira; Gonçalves, 2020, p. 11)

Desse modo, por vezes as narrativas propostas pelo escritor perpassam por suas próprias experiências de vida. É possível relacionar a ficção com a vida de Hermann Hesse a partir das “escritas de si” encontradas em cartas e ensaios autobiográficos, produções recorrentes até seu falecimento. Michel Foucault (2004) reflete sobre a prática antiga da escrita de si enquanto um autocuidado ou autocultivo. Para além do registro das experiências vividas, há o exercício de auto reflexão no processo de escrita autobiográfica. Observar o passado é também atribuir sentidos do presente para aquilo que passou e realizar a inconsciente busca pelo aperfeiçoamento (Ragusa; Oliva, 2020, p. 119,). Nesse aspecto, relaciona-se com o estudo de Paul Ricoeur (1997) sobre o tempo fenomenológico, ou seja, o modo subjetivo com que cada indivíduo percebe a passagem do tempo objetivo. A ficção,

⁵³As obras *Demian* (1919) e *Sidarta* (1922) já haviam sido publicadas. No período ainda não houvera o processo de canonização do autor a partir do Prêmio Nobel de Literatura de 1946, porém, Hermann Hesse já vivia confortavelmente de sua escrita e era reconhecido entre os pares.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



segundo o filósofo, contribui para evidenciar as nuances do tempo fenomenológico que o tempo cronológico oculta. Em uma narrativa, o narrador — e no estudo sobre Hermann Hesse podemos atribuir esse papel a ele próprio — possui a liberdade de vivenciar experiências imaginárias do tempo, isto é, inserir-se em tramas temporais que não necessariamente estão vinculadas ao tempo cronológico ou histórico. (Ricoeur, 1997, p. 218) Há, portanto, variações imaginativas do tempo vivido através da construção de mundos e cronologias diversas.

Ressalta-se que a construção da trajetória intelectual perpassa por controvérsias, esquecimentos e indecisões que nem sempre serão traduzidas a partir das fontes consultadas. (Bourdieu, 2008, p. 81). O objetivo nesse texto é de analisar e interpretar as produções biográficas de Hermann Hesse em conjunto do contexto histórico em que o escritor está inserido.

Hermann Karl Hesse nasceu em 1877 em Calw, pequena cidade na região da Suábia no sudoeste alemão, filho de pais de tradição pietista⁵⁴. Tanto o recorte temporal quanto espacial sugerem algumas das temáticas que são recorrentes em sua literatura. Observa-se que o ano de nascimento do escritor ocorre apenas seis anos após o processo de unificação da Alemanha, a partir de sangue e ferro (*Blut und Eisen*) conforme pronunciado, 1862, por Otto von Bismarck (1815-1898)⁵⁵. O caráter militarizado da construção do Estado Alemão impactou de forma significativa o processo de industrialização do país.

⁵⁴O pietismo é um movimento religioso que surgiu na Alemanha ao fim do século XVII dentro da Igreja Luterana. Preza por um cristianismo com uma teologia viva, isto é, não bastava a leitura da Bíblia, necessitava a vivência individual e subjetiva. Quatro aspectos principais fazem parte do pietismo, segundo Pereira da Costa (1999): a experiência religiosa, o biblicismo, o perfeccionismo e a busca pela reforma na igreja. O idealizador do movimento foi o pastor Phillipp Jakob Spener (1635 – 1705), escritor de mais de 300 obras (livros, cartas, sermões), sendo a mais relevante para o movimento a *Pia Desideria* (1675). O pietismo inspirou o sistema pedagógico de August Francke (1663 – 1727) e a criação da Igreja Metodista por John Wesley (1703-1791).

⁵⁵Discurso proferido pelo chanceler e primeiro-ministro da Prússia sobre a unificação forçada e militarizada da Alemanha a partir da guerra, como foi o caso da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Segundo o estudo de Carvalho, Duarte e Cano (2014), no século XVIII a Alemanha era notoriamente um “país”⁵⁶ atrasado economicamente em comparação aos outros países europeus. Além da desestruturação geográfica em relação aos pontos de influência, a região ao norte sob o Império Prussiano e a região ao sul sob o Império Austríaco, o que se entendia por Alemanha possuía um governo também descentralizado. O que unia os autocratas alemães era o conservadorismo e a força para manter seu poderio através das terras. Logo, o desenvolvimento do mercado não era um objetivo até a invasão napoleônica, em 1806, fator essencial para as Reformas Prussianas (1807-1819). As reformas, entretanto, apesar da emancipação conquistada dos camponeses da servidão dos *Junkers*, favoreciam a manutenção do poder já estabelecido, principalmente militar. O ponto positivo, para a industrialização, foi a migração dos camponeses para as cidades, constituindo assim a nova mão de obra das indústrias que surgiram. Outro fator de destaque para o processo de industrialização alemão, é a unificação tributária (*Zollverein*, 1834), pois visava a circulação livre de mercadorias por todo o território, e para isso, era necessário a construção de uma rede ferroviária. As estradas de ferro, além de essenciais para as guerras de unificação da Alemanha, foram também importantes para a manutenção de uma união nacional. Nesse sentido, identifica-se o desenvolvimento industrial alemão acelerar-se a partir de 1871, pois

(...) ela se tornou não só um único Estado, como também um único mercado, e as possibilidades de se acumularem capitais aumentaram com a inserção de uma moeda única, com a constituição de um grande mercado interno e a padronização das leis já existentes. Tais questões apontam o importante papel do Estado nesse processo de industrialização alemã. (Carvalho; Duarte; Cano, 2014, p. 20)

Para além das mudanças econômicas que a indústria trouxe para a Alemanha, observa-se nas últimas décadas do século XIX as mudanças sociais que esse processo causou. Segundo Andrade (2007), o forte investimento na educação para a

⁵⁶As aspas são utilizadas por tratar-se da região germânica antes da unificação, portanto, não constituía um Estado-Nação como compreendemos hoje.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



formação de uma mão-de-obra qualificada contribuiu para a constituição de uma elite intelectual nas universidades.

Esta elite intelectual formaria uma “aristocracia da educação”, apegada a valores éticos, estéticos e políticos tradicionais. Isto era evidenciado desde o momento de ingresso dos estudantes nas universidades, quando estes procuravam aderir a confrarias (*Landsmannschaften*) orientadas por um ethos guerreiro, centrado em valores tradicionais de honra, disciplina, lealdade, obediência e coragem. Tais agremiações estudantis possuíam uma estrutura hierárquica e autoritária, exigindo de seus integrantes o apego ao código de conduta aristocrático, expresso especialmente através da prática do duelo. Desta maneira, os estudantes das classes médias abastadas poderiam se infiltrar em organizações tradicionais, com vistas a superar estigmas e adquirir maior status na sociedade. (Andrade, 2007, p. 154)

As discussões dentro de alguns desses círculos acadêmicos repudiavam a nova sociedade industrial e buscavam a tradição germânica dos tempos antes da industrialização. Esse processo de negação da realidade está associado com a nova percepção temporal adquirida a partir das novas dinâmicas de produção. Para o sociólogo britânico Anthony Giddens (1991), há uma desvinculação do tempo e espaço produzindo um “tempo vazio”. O ponto de referência das zonas do dia não se encontrava mais em um local — a posição do sol, por exemplo — mas sim nos ponteiros do relógio mecânico, criado ao fim do século XVIII. O tempo para além de vazio torna-se também uniformizado.

Nesse sentido, os modos de observar o passado, presente e futuro perpassam por esses novos modelos de percepção padronizada do tempo. Para Giddens “[...] o passado unitário é um passado mundial; tempo e espaço são recombinações para formar uma estrutura histórico-mundial genuína de ação e experiência” (Giddens, 1991, p. 22). Para tanto, o contexto de industrialização e urbanização que a Alemanha — assim como a Europa como um todo — passa na segunda metade do século XIX é frutífero para a constituição do Romantismo, movimento cultural e político que será debatido a seguir.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



2. AS LEITURAS DE HESSE SOBRE O ROMANTISMO E O MEDIEVO INTEMPORAL.

O romantismo foi/é⁵⁷ um movimento artístico e político que surge em reação às duas revoluções que marcam o século XVIII: a Revolução Francesa e industrial. Para Löwy e Sayre (1990), o romantismo, por essência, trata-se de um movimento anticapitalista, ou ainda antimoderno, pois:

A visão romântica apodera-se de um momento do passado real — no qual as características nefastas da modernidade ainda não existiam e os valores humanos, sufocados por esta, continuavam a prevalecer — transforma-o em utopia e val modelá-lo como encarnação das aspirações românticas. É nesse aspecto que se explica o paradoxo aparente: o “passadismo” romântico pode ser também um olhar voltado para o futuro; a imagem de um futuro sonhado para além do mundo em que o sonhador inscreve-se, então, na evocação de uma era pré-capitalista. (Löwy; Sayre, 1990, p. 41)

A Alemanha, diferentemente dos dois Estados citados anteriormente (França e Inglaterra) possui suas particularidades no que diz respeito ao Romantismo. Em um primeiro momento, pergunta-se as motivações da Alemanha, um Estado notoriamente atrasado como já discutido anteriormente, estar ao lado de duas potências europeias. Segundo Löwy e Sayre (1990, p. 81), nesse mesmo período o capitalismo instalou-se na Alemanha de forma efetiva e estatizada. Nesse sentido, Norbert Elias (1997) discorre sobre o descontentamento enfrentado por uma classe média alemã frente a um Estado-nação em que a burguesia, mesmo após o processo de unificação, não ascendia aos cargos de poder. A aristocracia representava a política e o nacionalismo, em oposição desenvolvia-se o ideal de humanidade e cultura, no sentido de Jacob Burckhardt, o cultivo de si mesmo. Através dessa crença de valores humanistas, há para Elias uma:

(...) transferência de ênfase emocional do futuro para o passado e o presente, de crença na mudança para melhor, para a crença no valor imutável das características e tradições nacionais, (...) entre o século XVIII e começos do

⁵⁷ Apropriando-se do entendimento de Löwy e Sayre (1990) sobre o Romantismo enquanto um movimento de oposição às dinâmicas obtidas a partir do capitalismo, observa-se que suas características não estão datadas em somente um momento. Enquanto houver capitalismo o Romantismo poderá surgir para contestar a realidade.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



atual, que conceitos tais como “civilização” e “cultura” mudaram de conceitos referentes a processo — a desenvolvimentos progressivos — para conceitos relativos a estados imutáveis. (Elias, 1997, p. 130)

Desse modo, Löwy e Sayre (1990) apontam que apesar do poderio político nas mãos dos nobres, a burguesia era responsável pela produção cultural da Alemanha. Há, portanto, um aburguesamento das noções e códigos morais, influenciados pela religião, racionalidade, trabalho e sucesso individual. (Löwy; Sayre, 1990, p. 82)

Comumente atribui-se ao Romantismo, apesar de reconhecer sua heterogeneidade, a característica de contraponto ao Neoclassicismo e Iluminismo. Guerreiro (2023, p. 72) observa a escolha de resgate de um medievo pelos românticos enquanto oposição à invasão Napoleônica em 1806, e, portanto, ao iluminismo francês. Há ainda no caso alemão, além da importância *Sturm und Drang*⁵⁸, o “pietismo místico suábio” (Löwy; Sayre, 1990, p. 87) — o mesmo da família de Hermann Hesse — desempenhando um papel fundamental para o pensamento subjetivo e religioso do Romantismo alemão.

Ao refletir nessas características — o desencanto com a realidade capitalista, a invenção de outro tempo, a atração pelo religioso e místico, observa-se aproximações com a experiência de Hermann Hesse com esses ideais. O escritor também realizou leituras e estudos durante sua juventude e anos iniciais de escrita enquanto profissão de autores do período romântico como é o caso de Wilhelm Heinrich Wackenroder (1773-1798) e Friedrich von Hardenberg, mais conhecido por seu pseudônimo Novalis (1772-1801). Em carta para sua amiga Helene Voigt-Diederichs⁵⁹, em 27 de agosto de 1898, Hermann Hesse expressa o que significava o movimento para ele e a necessidade de trazer para o presente suas características:

⁵⁸Período pré-romantismo, a tradução do termo é Tempestade e Impulso ou Agitação e Urgência, título da peça dramática de Friedrich Maximilian Klinger (1752-1831). O movimento literário prezava pela valorização das emoções e subjetividades.

⁵⁹Helene Voigt-Diederichs (1875-1961) era também uma escritora e fã dos poemas de Hermann Hesse. As dezenas de cartas trocadas entre eles eram recheadas de conversas sobre escritores românticos, música, e elogios. Tanto Helt (1996) quanto Freedman (1981) sugerem que o tom utilizado

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Romantismo! Ele tem todo o mistério e a juventude do coração alemão, toda a sua energia excessiva, bem como sua doença e, acima de tudo, aquele anseio por alturas intelectuais, aquele dom para o pensamento jovem e engenhosamente especulativo, que nossa era absolutamente carece. A religião da arte: para mim, essa é a essência e o objetivo do romantismo em sua forma mais ingênua e refinada. (Hesse *apud* Ziolkowski, 1991, p. 57)⁶⁰

Tal experiência foi possível e necessária pelo ambiente em que Hermann Hesse circulava no período em que se debruçou sobre o Romantismo, como também os contos medievais e gregos. Após a desistência da vida escolar e o cansaço que o trabalho em uma loja de relógios o causou, Hermann Hesse torna-se aprendiz em uma livraria na cidade universitária Tubinga, em 1895. A angústia de não fazer parte do ambiente acadêmico o levaram ao intenso estudo de obras que a livraria disponibilizava com o objetivo de entender o que o público leitor poderia consumir.

A preocupação acerca do consumo literário urge do receio de suceder na carreira de escritor. No mesmo ensaio em que ele constata em que “seria um poeta ou nada mais”, Hermann Hesse reflete sobre o que as escolas esperavam dos alunos, e portanto, para quais objetivos os preparavam.

Era possível tornar-se professor, ministro, médico, mecânico, comerciante, funcionário dos correios, ou músico, pintor, arquiteto; havia um caminho para cada profissão no mundo, havia pré-requisitos, uma escola, um curso de instrução para o iniciante. Somente para o poeta não havia nada disso! Era permitido e até mesmo considerado uma honra ser poeta, ou seja, ser bem-sucedido e famoso como poeta - infelizmente, nessa época, geralmente já se estava morto. Mas tornar-se um poeta era impossível, e querer se tornar um era ridículo e vergonhoso, como logo descobri. Aprendi rapidamente o que havia para ser aprendido com a situação: um poeta era simplesmente algo que você podia ser, mas não se tornar. (Hesse, 1972, p. 45-46, tradução nossa)⁶¹

nas correspondências significava um carinho além da amizade. Porém, no ano seguinte ao primeiro contato entre os escritores, Helene se apaixona e casa rapidamente com o editor alemão Eugen Diederichs (1867-1930). Foi essencial enquanto ponte para as primeiras publicações em livros do autor.

⁶⁰“Romanticism! It has all the mystery and youthfulness of the German heart, all its excess energy as well as its sickness, and above all that longing for intellectual heights, that gift for youthful, ingeniously speculative thought, which our age absolutely lacks. The religion of art: to me that is the essence and goal of Romanticism at its most naïve and refined.” (Hesse *apud* Ziolkowski, 1991, p. 57)

⁶¹“To this realization, however, was gradually added a further, painful insight. One could become a teacher, minister, doctor, mechanic, merchant, post-office, employee, or a musician, painter, architect;

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Ao debaterem sobre as características da construção do movimento romântico, Löwy e Sayre (1990) apontam para a transformação do trabalho qualitativo em quantitativo. Nesse trecho do ensaio escrito por Hesse, é perceptível a angústia de não poder tornar-se poeta no tempo em que vivia. A escola não somente priorizava o ensino dentro da lógica do novo sistema econômico vigente, como também repudiava e envergonhava o trabalho intelectual e artístico.

É possível relacionar essa reflexão com outro texto, *Childhood of the Magician* (Infância do mágico/mago, 1923) em que Hesse levanta a hipótese dessa relação de poder se instalar no momento em que é necessário deixar a magia da infância para trás em pró de exercer um trabalho produtivo para a sociedade burguesa. Ao falar sobre sua infância, o escritor detalha como sua casa estava envolta de magia: o gabinete de seu avô na qual continha uma biblioteca imensa, imagens de deuses e escrituras do outro lado do mundo; a paixão por música de sua mãe e a forma que ela cantava em outras línguas. Na vida escolar, não havia espaço para o aprendizado da arte pela arte. Não haviam cursos para tornar-se mágico, ou poeta.

A família Hesse realizou trabalhos missionários na Índia durante décadas. Por essa razão, Hermann Hesse esteve rodeado de textos e esculturas ditas orientais desde a infância. Em 1911, com o objetivo de retornar a esse imaginário esotérico para reencontrar-se consigo, o escritor viaja até a Índia. Apesar dos relatos de viagem demonstrarem frustração com a realidade — diferente daquilo que Hermann Hesse imaginava a partir dos livros e das conversas com seu avô, posteriormente a ideia de

there was a path to every profession in the world, there were prerequisites, a school, a course of instruction for the beginner. Only for the poet there was nothing of the sort! It was permissible and even considered an honor to be a poet; that is, to be successful and famous as a poet - unfortunately by that time one was usually dead. But to become a poet was impossible, and to want to become one was ridiculous and shameful, as I very soon found out. I had quickly learned what there was to be learned from the situation: a poet was simply something you were allowed to be but not to become.” (Hesse, 1972, p. 45-46)

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



um mundo longínquo passa a habitar seus escritos⁶². A fuga do mundo moderno para o campo ou para países “exóticos” é também uma característica da literatura romântica. (Löwy; Sayre, 1990, p. 43).

Essa fuga do mundo ou realidade em que habitava pode também ser traduzida pela busca pelo passado pré-capitalista. No caso de Hermann Hesse, há um interesse pelo passado medieval. Em 1918, Hermann Hesse organizou a obra de contos medievais *Aus dem Mittelalter*, que chega ao Brasil em 1970 sob o título *Histórias Medievais*. A obra original foi publicada pela editora *Buecherzentrale fuer deutsche Kriegsgefangene*, compilava quatro narrativas de Leo Greiner e seis historietas dos *Gesta Romanorum* (Atos Romanos, datada aproximadamente do final do século XIII e início do século XIV) escolhidas por Hesse. Em 1925, houve nova edição com tradução do latim realizada por Hermann Hesse do *Dialogus Miraculorum* (O Diálogo dos Milagres, datada do século XII) de Caesarius Von Heisterbach (ca. 1180 - ca. 1240). Além disso, Hermann Hesse escreve um prefácio para a edição justificando a importância da leitura de textos medievais:

Nossa formação há quase duzentos anos orientava-se totalmente para a Antiguidade clássica: nosso período alemão antigo e toda a cultura da Idade Média cristã foram afastados e esquecidos de maneira quase inconcebível. Em nenhum ginásio alemão lia-se, ao lado do latim ciceroniano, algo do latim dos monges, embora este tenha sido, por séculos a fio, a língua culta de nossos antepassados. (Hesse, 1976, p. 8)

Nesse sentido, Hermann Hesse critica o esquecimento dos textos medievais na formação escolar da Alemanha, mesmo que esses tenham feito parte da “língua culta dos antepassados”. Reforça-se a ideia de que o medieval está intrínseco na cultura germânica, assim como o Romantismo que buscou resgatar esse passado. Para Hesse, os contos medievais tornam-se saída do mundo “real” — ou moderno, para uma dimensão “intemporal”. Algumas vertentes de leitores de textos medievais, como aponta o escritor, viam no aspecto religioso do catolicismo um conforto para o

⁶²Principalmente nas obras *Sidarta* (1922) e *Viagem ao Oriente* (1932).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



enfrentamento da barbárie do presente, principalmente no momento de publicação da obra — após a Primeira Guerra Mundial. Entretanto, para Hesse, importava tanto mais o amor e o interesse por uma literatura que possuía valores que atravessam o tempo. Em suas palavras: “O traje (dessas histórias) é sempre antigo, mas o conteúdo não é velho nem novo, e sim intemporal, merecendo sempre o nosso interesse, como tudo que é humano.” (Hesse, 1976, p. 9-10).

Pedro Moacyr Campos já em 1972 reconhecia a importância das histórias medievais na escrita de Hermann Hesse. Um dos exemplos abordado pelo historiador é a narrativa de Narciso e Goldmund (1930), romance em que apesar de Hermann Hesse apontar eventos que remontam ao medievo⁶³, o tempo comumente em suas obras é incerto — o que Ricoeur chamou de libertação do narrador (Ricoeur, 1997, p. 218). Sugere-se que essa escolha da categoria “intemporal” em suas narrativas pretende a longevidade de suas ideias, dentre elas, o encontro com si mesmo para o cultivo da vida em um mundo (ou realidade) diferente do experienciado.

Referências

- ANDRADE, J. E-J. O processo de modernização conservadora na Alemanha e suas repercussões sociais na transição para o século XX. *In: Cadernos de História*, v. IV, n. 2, ano 2, 2007, p. 150-166.
- BARROS, J. D'A. O romantismo e o revival gótico no século XIX. *In: Artefilosofia*, Ouro Preto, n. 6, 2009, p. 169-182.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2008.
- CAMPOS, P. M. A Idade Média na obra de Hermann Hesse. *In: Revista de História*, v. 44, n. 90, 1972, p. 357-379.

⁶³“Falava aos camponeses da guerra na Itália, cantava à lareira a canção da batalha de Pavia, recomendava às avós remédios contra o reumático e a queda dos dentes, parecia saber de tudo um pouco e ter estado em toda a parte, e recheava a camisa, até mais não poder, de pedaços de pão, nozes e pêras secas que lhe ofereciam.” (Hesse, 2005, p. 112)

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ELIAS, N. **Os Alemães**: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos século XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

FOUCAULT, M. A Escrita de Si. *In*: MOTTA, M. B. da. (Org.) **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004, p. 144-162

FREEDMAN, R. **Hermann Hesse**: Pilgrim of Crisis. Sphere Books Ltd, London, 1981.

GUERREIRO, E. O romantismo como definição da modernidade literária. *In*: **Revista Literatura em Debate**, v. 18, n. 31, 2023, p. 66-88.

HELT, R. C. **A poet or nothing at all**: the Tübingen and Basel years of Hermann Hesse. Berghahn Books, 1996.

HESSE, H. **Autobiographical Writings**. Farrar, Straus and Giroux, 1972.

HESSE, H. **Histórias Medievais**. Editora Record, 1976.

HESSE, H. **My belief**: essays on life and art. Triad Panther, 1985.

HESSE, H. **Narciso e Goldmund**. Lisboa Guimarães Editores, 2005.

LÖWY, M; SAYRE, R. **Revolta e Melancolia**: O romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, L. de; GONÇALVES, J. A. H. R.. O que significa Bildung para aqueles que rejeitam a modernidade? Notas comparativas entre Hermann Hesse, Robert Musil e Thomas Mann. *In*: NOLETTTO, I. A. C. (Org.) **Ensaio sobre teoria e crítica literária**. Teresina: IFPI, 2020, p. 11-27.

RAGUSA, P; OLIVA, A. do S. Subjetividade, individuação e escrita de si aproximações teóricas entre Michel Foucault e Carl Gustav Jung. *In*: **Revista de Teoria da História**. v 23, n. 2, 2020, p. 112-126.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: Tomo III. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

SILVA, P. S. Formação, poesia e romantismo no Heinrich Von Ofterdingen de Novalis: algumas considerações benjaminianas. *In*: **Saberes Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**. v. 24, n. 1, 2024.

ZIOLKOWSKI, T. **Soul of the age**: selected letters of Hermann Hesse 1891-1962. Farrar, Straus and Giroux. 1991.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ESCOLAS CÍVICO-MILITARES E PRIVATIZAÇÃO: A SUBJETIVAÇÃO EM DISPUTA NA ESCOLA PÚBLICA

Gabriel Cesar Brunório¹

Luis Fernando Cerri²

Rosângela M. S. Petuba³

¹ Mestrando no Programa de História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Bolsista CNPq.

² Doutor pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

³ Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A militarização e a privatização da escola pública brasileira configuram processos recentes que reconfiguram o papel da educação, associando discursos de disciplina, eficiência e controle a modelos de gestão escolar. No estado do Paraná, tais iniciativas foram impulsionadas pela implementação das escolas cívico-militares e pela ampliação de parcerias com o setor privado, mesmo após a revogação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) em 2023.

Mais do que alterações administrativas, esses modelos incidem sobre os processos de subjetivação e de constituição das identidades estudantis, operando práticas de vigilância, disciplinamento e padronização. A literatura crítica evidencia que a escola não é neutra: pode funcionar tanto como espaço de emancipação quanto de reprodução de desigualdades sociais. Nesse sentido, autores das mais distintas linhas teóricas como Saviani, Arroyo, Foucault e Bourdieu ressaltam que as instituições escolares produzem corpos e subjetividades em diálogo com projetos de sociedade.

A partir dessa perspectiva, a presente pesquisa busca problematizar como a militarização e a privatização impactam a vida escolar, especialmente no que se refere aos marcadores sociais da diferença — gênero, raça, sexualidade, classe, deficiência e religião. O estudo também se apoia em referenciais contemporâneos,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



como Mbembe, ao analisar regimes de poder e exclusão; Rüsen, ao discutir a consciência histórica; e Brunório, ao evidenciar práticas concretas de repressão em escolas cívico-militares.

Assim, esta investigação parte do entendimento de que a análise desses modelos é fundamental não apenas para compreender seus efeitos no cotidiano escolar, mas também para avaliar em que medida contribuem ou não para a construção de uma cidadania democrática, inclusiva e plural.

1. CÍVICO-MILITARIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

A militarização e a privatização não podem ser compreendidas apenas como alternativas de gestão escolar, mas como expressões de projetos de sociedade que disputam sentidos para a escola pública. No caso brasileiro, tais processos se articulam ao avanço do neoliberalismo, que transforma direitos em serviços, desloca responsabilidades do Estado para o setor privado e legitima práticas de controle e padronização. Nesse horizonte, a escola cívico-militar emerge como resposta política que combina disciplina militar e gestão de eficiência, apresentando-se como solução para problemas de violência e rendimento escolar.

A disciplina fabrica corpos dóceis: úteis economicamente e obedientes politicamente. Ela aumenta as forças do corpo em termos de produtividade, ao mesmo tempo em que reduz sua autonomia em termos de liberdade. (FOUCAULT, 1975, p. 126).

No estado do Paraná, a adesão a esse modelo foi intensa, mesmo após a revogação do PECIM em 2023, evidenciando que a proposta se tornou uma política de Estado, e não apenas de governo. Essa continuidade revela a força de discursos que vinculam qualidade educacional a práticas de vigilância e hierarquia, em contraste com propostas pedagógicas críticas voltadas para a emancipação. Como apontam Arroyo e Saviani, a escola pública sempre foi um território de disputa, onde

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



se confrontam projetos que podem tanto reproduzir desigualdades quanto promover transformações sociais.

Assim, militarização e privatização devem ser lidas como fenômenos que ultrapassam os muros da escola, pois reconfiguram o papel da educação na sociedade, interferindo diretamente na constituição das juventudes, nas formas de pertencimento e nos modos de exercício da cidadania.

2. SUBJETIVIDADE, DISCIPLINA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

A escola é mais do que um espaço de transmissão de conhecimentos: ela é também um lugar de produção de subjetividades, no qual se disputam identidades e modos de pertencimento. Foucault (1975; 1982) demonstra que os dispositivos disciplinares, por meio da vigilância, da normatização e da hierarquia, moldam corpos dóceis e identidades ajustadas a padrões hegemônicos. Essa lógica é intensificada nas escolas cívico-militares e privatizadas, nas quais a disciplina não é apenas um recurso pedagógico, mas se converte em princípio estruturante de toda a vida escolar.

Ainda que Foucault tenha descrito o disciplinamento como produtor de corpos dóceis, é necessário reconhecer que esse projeto encontra-se em crise, pois as juventudes contemporâneas frequentemente resistem, subvertem e desafiam a eficácia desses mecanismos de controle. No contexto da escola pública, isso se expressa em diferentes formas de resistência à cívico-militarização e à privatização, seja por meio de mobilizações estudantis, questionamentos cotidianos às normas impostas ou estratégias criativas de afirmação identitária. Observar essas resistências, suas formas e significados, constitui também um dos objetivos centrais desta pesquisa.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A escola é mais do que um espaço de transmissão de conhecimentos: ela é também um lugar de produção de subjetividades, no qual se disputam identidades e modos de pertencimento. Foucault (1975; 1982) demonstra que os dispositivos disciplinares, por meio da vigilância, da normatização e da hierarquia, moldam corpos dóceis e identidades ajustadas a padrões hegemônicos. Essa lógica é intensificada nas escolas cívico-militares e privatizadas, nas quais a disciplina não é apenas um recurso pedagógico, mas se converte em princípio estruturante de toda a vida escolar.

Ainda que Foucault tenha descrito o disciplinamento como produtor de corpos dóceis, é necessário reconhecer que esse projeto encontra-se em crise, pois as juventudes contemporâneas frequentemente resistem, subvertem e desafiam a eficácia desses mecanismos de controle. No contexto da escola pública, isso se expressa em diferentes formas de resistência à cívico-militarização e à privatização, seja por meio de mobilizações estudantis, questionamentos cotidianos às normas impostas ou estratégias criativas de afirmação identitária. Observar essas resistências, suas formas e significados, constitui também um dos objetivos centrais desta pesquisa

Contudo, compreender os efeitos da escola exige também considerar sua função na formação da consciência histórica dos sujeitos. Nesse ponto, a reflexão de Jörn Rüsen (2015) é fundamental, pois destaca que a educação histórica integra experiência, identidade e ação, orientando a maneira como indivíduos e coletividades interpretam o tempo e constroem sentido para suas trajetórias “A consciência histórica é o processo pelo qual a experiência do passado, a interpretação do presente e a expectativa de futuro se integram numa orientação de sentido temporal que constitui identidade e ação.” (Rüsen, 2015, p. 45).

Esse conceito amplia o olhar para além da disciplina e do controle, permitindo perceber como os modelos de gestão escolar impactam não apenas os comportamentos imediatos dos estudantes, mas também suas formas de interpretar a realidade e projetar futuros. Ao privilegiar narrativas de ordem e eficiência, as

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



escolas militarizadas e privatizadas correm o risco de limitar a formação de uma consciência histórica plural e democrática, reforçando subjetividades alinhadas a projetos autoritários.

Em oposição a essa lógica de domesticação, Paulo Freire (1987) defende que a educação deve ser compreendida como prática da liberdade, orientada pela problematização crítica da realidade e pela construção da autonomia dos sujeitos. Nesse horizonte, a escola não pode reduzir-se a espaço de adestramento ou vigilância, mas deve possibilitar o exercício da consciência histórica como condição para a transformação social.

3. PROBLEMA DE PESQUISA, QUESTÕES E HIPÓTESES

O avanço da militarização e da privatização no âmbito da escola pública brasileira suscita a necessidade de compreender não apenas seus impactos administrativos, mas sobretudo os efeitos que produzem sobre a formação das subjetividades estudantis e sobre a constituição da cidadania democrática. Se, de um lado, tais modelos são legitimados por discursos que associam disciplina e eficiência à melhoria da qualidade, de outro, acumulam críticas por reforçarem práticas de exclusão, vigilância e padronização dos corpos e identidades.

Nesse sentido, a questão central que orienta esta investigação pode ser formulada nos seguintes termos:

Em que medida a militarização e a privatização da escola pública interferem na subjetivação e nos processos de formação da consciência histórica dos estudantes?

A partir dessa questão central, desdobram-se questões específicas:

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



- De que forma os discursos políticos, institucionais e midiáticos legitimam a militarização e a privatização da escola pública?
- Como os modelos de gestão escolar — regular, cívico-militar e privatizado — impactam as práticas disciplinares, as relações sociais e o cotidiano escolar?
- Que efeitos esses modelos produzem sobre os marcadores sociais da diferença (gênero, raça, sexualidade, deficiência, classe, religião)?
- Em que medida tais processos influenciam a formação de uma consciência histórica democrática ou, ao contrário, reforçam narrativas autoritárias?

Dessas questões emergem as hipóteses de trabalho:

1. A militarização e a privatização da escola pública reforçam lógicas de controle e disciplinamento que moldam corpos e subjetividades alinhados a projetos sociais autoritários.
2. Esses modelos de gestão não apenas reproduzem desigualdades já existentes, mas produzem novas formas de exclusão simbólica e institucional.
3. Ao privilegiar narrativas de ordem e eficiência, restringem as possibilidades de construção de uma consciência histórica plural, crítica e democrática.
4. Em contrapartida, resistências cotidianas — de estudantes, professores e comunidades escolares — podem tensionar e reconfigurar parcialmente esses modelos, abrindo brechas para práticas emancipatórias.

4. OBJETIVOS

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O objetivo geral desta pesquisa é investigar de que maneira os processos de militarização e privatização da escola pública impactam a constituição das subjetividades estudantis, a formação das identidades e a produção de uma consciência histórica, considerando seus efeitos sobre os marcadores sociais da diferença e sobre a construção da cidadania democrática.

De forma mais específica, busca-se examinar os discursos políticos, institucionais e midiáticos que legitimam ou contestam os modelos cívico-militar e privatizado de gestão escolar; comparar os efeitos das diferentes formas de gestão escolar — regular, cívico-militar e privatizada — sobre as práticas disciplinares, as relações sociais e o cotidiano escolar; analisar como tais modelos incidem sobre marcadores sociais como gênero, raça, sexualidade, deficiência, classe social e religião; avaliar em que medida a militarização e a privatização favorecem a construção de subjetividades críticas e democráticas ou, ao contrário, reforçam práticas de controle e exclusão; e, por fim, identificar resistências, contradições e práticas alternativas desenvolvidas por estudantes, professores e comunidades escolares frente a esses modelos de gestão.

4. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter crítico-interpretativo, fundamentada na análise de discursos e na perspectiva dos estudos críticos em educação. Parte-se da compreensão de que as políticas educacionais não são neutras, mas expressam projetos de sociedade, disputas ideológicas e reconfigurações do papel do Estado.

O desenho metodológico articula três procedimentos principais, complementares e interdependentes. Em primeiro lugar, realiza-se uma análise de discursos políticos, institucionais e midiáticos, voltada a mapear e compreender os sentidos produzidos em torno da militarização e da privatização da escola pública,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



especialmente após a revogação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) em 2023. Para tanto, serão consideradas falas de autoridades públicas, gestores, parlamentares, organizações da sociedade civil, coletivos estudantis, sindicatos, além de matérias jornalísticas e publicações em redes sociais, com ênfase no estado do Paraná e diálogo com experiências de outros estados, como Goiás e São Paulo.

Em segundo lugar, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica crítica, voltada à produção acadêmica que discute a militarização e a privatização da educação e seus efeitos sobre subjetividade, disciplina e identidades. Nesse campo, são mobilizados autores que analisam as reformas neoliberais na educação (Peroni, Adrião, Gentili, Freitas, Apple), as dinâmicas de disciplinamento e controle (Foucault, Dardot & Laval, Bourdieu) e a constituição das subjetividades e da diversidade (Louro, Santos, Souza & Góis, Timóteo & Carvalho, Brignol & Rodrigues).

Por fim, será conduzido um estudo de caso comparativo, de caráter qualitativo, voltado a identificar semelhanças, tensões e singularidades entre diferentes modelos de escola: regular, cívico-militar e privatizada. A comparação terá como base documentos institucionais públicos — tais como regimentos escolares, projetos político-pedagógicos, normas internas e contratos de gestão —, além de dados de fontes oficiais, como avaliações externas, índices de rendimento, taxas de evasão e indicadores de violência. Também serão considerados registros públicos, a exemplo de matérias jornalísticas, denúncias, manifestações estudantis, atas de conselhos escolares e documentos de organizações da sociedade civil.

Do ponto de vista ético, a pesquisa será realizada exclusivamente com dados públicos e acessíveis, não envolvendo a coleta de informações sensíveis ou entrevistas com sujeitos identificáveis. Caso se torne necessária a ampliação da coleta para materiais não públicos, será submetida apreciação ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição, em conformidade com as normativas vigentes.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A presente investigação, ainda em fase inicial, pretende contribuir para o debate sobre o futuro da escola pública brasileira, tensionando os sentidos da militarização e da privatização na constituição de subjetividades e identidades estudantis. Ao evidenciar tanto os mecanismos de controle quanto as resistências cotidianas, o estudo busca colaborar para a reflexão sobre os desafios da construção de uma cidadania democrática, inclusiva e plural. No campo da História, o trabalho se inscreve no esforço de compreender o presente como tempo histórico, analisando como instituições e práticas escolares se constituem como arenas de disputa de projetos sociais e políticos. Assim, contribui para ampliar a reflexão historiográfica sobre a escola enquanto espaço de memória, de produção de subjetividades e de formação da consciência histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel José de Araújo. **Pedagogia histórico-crítica: o processo de construção do conhecimento escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. Brasil: Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **The subject and power**. *Critical Inquiry*, v. 8, n. 4, p. 777-795, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2013.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Petrópolis: Vozes, 2015.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



TIMÓTEO, E. I.; CARVALHO, A. C. F. **Violência simbólica e espaço escolar.** Id on Line Multidisciplinary and Psychology Journal, v. 10, n. 31, supl. 2, set.-out. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

JESUS, Marília Cristina Sassim. **O FENÔMENO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DIFUSÃO DE INOVAÇÃO.** 2021.

SANTOS, Catarina de Almeida & CARA, Daniel Tojeira. **Militarização das escolas públicas no Brasil e o financiamento: da educação como um direito à educação como privilégio.** In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima et al. (Orgs.). (De)formação na escola: desvios e desafios. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 167-190.

SOUZA, Juliana Boanova; SANTOS, Suelen Assunção. **Programa Escola Cívico-Militar: diagnóstico do presente.** 2022.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



HISTÓRIA, CULTURA E NATUREZA: UM PERCURSO DE PESQUISA SOBRE OS MATADOUROS

Lucas Erichsen¹

Alessandra Izabel de Carvalho²

¹ (INMA) Doutor em História pela UFRJ

² (UEPG) Doutora em História pela Unicamp

O presente texto foi elaborado para o Colóquio da Pós-Graduação em História da UEPG e tem como objetivo apresentar de forma sintética os resultados do mestrado, bem como indicar seus desdobramentos analíticos. A escolha de compartilhar aqui a trajetória da pesquisa não responde apenas a uma exigência formal do programa, mas também a uma oportunidade de refletir sobre como a História pode lidar com objetos que, à primeira vista, parecem marginais, mas que se revelam centrais para compreender processos mais amplos de modernização, disciplinarização e organização urbana.

Especificamente a trajetória durante no PPGH-UEPH, a dissertação tomou como objeto os matadouros municipais de Ponta Grossa entre 1888 e 1934, buscando compreendê-los não como simples infraestruturas técnicas, mas como dispositivos históricos. Essa investigação se apoiou nos pressupostos da História Ambiental, entendendo que a fronteira entre natureza e cultura não é rígida, mas fruto de negociações e práticas históricas que reorganizam simultaneamente cidades, corpos humanos e corpos animais.

Ao trazer esse objeto à cena historiográfica, a pesquisa dialoga diretamente com as preocupações do Núcleo de Memória, Cultura e Natureza da UEPG, que tem como um de seus eixos centrais explorar a historicidade das interações entre seres humanos, ambiente biofísico e práticas culturais. Nesse sentido, o matadouro se mostrou uma lente privilegiada para observar como diferentes dimensões — técnica,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



cultural, política e ambiental — se cruzaram na configuração de espaços urbanos e na construção de sensibilidades sociais.

Assim, o que se apresenta nas páginas seguintes é mais do que um relato empírico: trata-se de um exercício de reflexão sobre os modos de se escrever História a partir de objetos que articulam, de maneira inseparável, cultura e natureza, humanos e não-humanos, saberes científicos e práticas cotidianas. O intuito é tanto compartilhar resultados como sugerir caminhos possíveis, contribuindo para o debate coletivo que este colóquio se propõe a fomentar.

1. CONTEXTO E PROBLEMA DE PESQUISA

A carne configura práticas sociais profundas; comer juntos é um vetor de identidade, e as formas de produzir, distribuir e consumir carne dizem muito sobre as organizações sociais e suas hierarquias. A dissertação *Passagens e novas fronteiras dos abates: o Matadouro Municipal de Ponta Grossa e a historicidade dos espaços de matança animal centralizada* (Rocha, 2015) teve como objeto os matadouros municipais de Ponta Grossa entre 1888 e 1934, entendidos não apenas como infraestruturas técnicas, mas como dispositivos históricos onde se concentraram saberes sanitários, ordens administrativas e representações sobre a morte animal. Ou seja, os matadouros precisam ser entendidos como espaços historicamente situados, de confluência entre práticas técnicas, saberes científicos, questões ambientais e formas culturais de se relacionar com a natureza e os animais. O interesse central foi compreender como a instalação, regulação e funcionamento destes estabelecimentos refletiam debates mais amplos sobre urbanização, higiene pública, modernização técnica e controle da natureza.

Partindo da hipótese de que, do fim do século XIX até meados do século XX, houve uma crescente “ocultação” do processo de abate — deslocamento físico dos

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



espaços de matança, disciplinarização dos trabalhadores, introdução de normas higiênicas e uso de jargões eufemísticos que reconfiguraram a linguagem do abate — a pesquisa utilizou um conjunto diversificado de fontes, incluindo documentos oficiais, trechos de jornais com reclames da população, atas da câmara municipal, imagens, relatórios técnicos e trechos da legislação. Levantamento foi marcado por dificuldades inerentes à escassez de documentos referentes aos matadouros propriamente ditos.

A pesquisa sobre o Matadouro Municipal de Ponta Grossa exigiu a coleta de informações dispersas. Um livreto sobre os 10 anos do governo Albary Guimaraes (1934-1944) foi essencial para identificar os primeiros dados da construção e localização do antigo matadouro público:

Com o objetivo de sanear a cidade do grande inconveniente, que se verificava até 1934, *de existir o mesmo dentro da zona urbana*, fizemos um prédio para nele instalar o matadouro, havendo a respectiva construção sido levada a efeito nas margens do rio Verde, *longe do centro citadino*, a-fim-de, aproveitando a água ali existente (...). (10 anos de governo – À guisa de prestação de contas ao contribuinte e à população em geral. 18 de agosto de 1934 a 18 de agosto de 1944. (Erichsen, 2023, p.16; Rocha, 2015, p.16. Ênfase minha).

Segundo o documento, a cidade teve um matadouro municipal na área urbana até 1934. Essa descoberta motivou a busca por registros como códigos de postura, atas da câmara, reportagens, documentos do Arquivo Público de Ponta Grossa e imagens ligadas ao antigo matadouro.

Iniciava-se uma busca pelo matadouro anterior ao que foi inaugurado na década de 1930. Era necessário observar cuidadosamente qualquer indício, considerando previamente que cada um desses era “uma presença ausente sem, no entanto, prejudicar de sua legibilidade: já que quem deixou rastros não o fez com uma intenção de transmissão ou de significação” (Gagnebin, 2002, p. 129.)

A pesquisa inseriu-se diretamente no núcleo “História, Cultura e Natureza” ao eleger um objeto — o matadouro municipal — que manifesta, simultaneamente, questões culturais (práticas de consumo, linguagens e sensibilidades), científicas

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



(discursos e práticas veterinárias e sanitárias) e ambientais (uso de água, gestão de resíduos, metabolismo urbano). Ao usar a História Ambiental como lente teórico-metodológica, o trabalho rejeita a separação rígida entre natural e cultural e analisa o matadouro como nó onde se produzem e se negociam normas sobre visibilidade, higiene e gestão dos seres vivos.

No contexto da pesquisa, a confirmação de que o aporte teórico-metodológico seria por meio da história ambiental se concretizou na supramencionada fonte (mas não somente nela) sobre o matadouro de Ponta Grossa e sua menção à utilização da água do Rio Verde. Isso materializou a natureza, mostrando como o ambiente biofísico (a água do rio) foi parte ativa do processo histórico — sem ela, a sanitização e a locação do matadouro não fariam sentido. Esse achado evidenciou que a História Ambiental não era apenas um enquadramento conceitual, mas um modo de perceber o mundo real — que o espaço do matadouro era construído não sobre o vazio, mas sobre uma complexa rede natural, social, cultural e histórica.

Nesse sentido, escolher a História Ambiental não foi casual, mas sim estratégico: ela permite romper com o dualismo canônico entre natureza e cultura, incorporando o biofísico como dimensão histórica legítima e interagente na análise social. O historiador ambiental não retira a história de seu escopo humano, mas a amplia para abarcar a natureza e mudanças ao longo do tempo. Assim, foi essencial para pensar o matadouro não apenas como espaço físico, somente como um dispositivo técnico-cultural.

Ou seja, a natureza não deve ser cenário neutro, simples palco, mas agente histórico: havia a lógica sanitária e civilizatória que movia o deslocamento do matadouro, mas ela estava aterrada ao incontornável mundo biofísico.

2. ANÁLISES E RESULTADOS DO MESTRADO

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Ao fim, a dissertação foi estruturada em três capítulos. O primeiro abordou as formas de abate em Ponta Grossa nos anos finais do século XIX, as primeiras discussões sobre a construção de um espaço municipalizado para a matança animal e de que forma a história dos matadouros se inseriu na virada para o século XX.

O segundo capítulo realizou um mapeamento da localização do primeiro matadouro municipal e analisou sua relação com a incipiente indústria da matança animal nas primeiras décadas do século XX. Da mesma forma, mapeou a conexão daquele local com uma cidade que, naquele período, vivenciava novas dinâmicas de desenvolvimento econômico, social e urbanístico, e que experimentava uma "limpeza" que era também moral, afastando para as margens aspectos considerados impróprios. O capítulo destacou ainda o surgimento de novas formas de produção de carne, baseadas em processos de racionalização, disciplinarização, centralização e modernização dos métodos de matança e de seus espaços. Nesse contexto, a pesquisa convidou a refletir sobre as diferentes técnicas de abate, suas transformações e repercussões.

O terceiro capítulo da pesquisa debruçou-se sobre o **século XX**, analisando o período posterior à metade da década de 1920, momento crucial para a consolidação de novos arranjos disciplinares e tecnológicos nos matadouros e matadouros-frigoríficos, com destaque para as linhas de desmontagem animal. Tais transformações efetivaram um processo de abstração do animal em produto, o qual definimos como Desanima(liza)ção, um conceito com maior força teórica e narrativa que articula duas etapas essenciais originalmente definidas por Noëllie Vialles: a desanimação (a remoção da vitalidade do animal, que inclui imobilizar, atordoar, suspender, sangrar e matar) e a desanimalização (a extinção dos sinais de animalidade do corpo pelo seccionamento da carcaça em partes), marcando, em essência, a passagem do animal vivo à carne destinada ao consumo (Erichsen, 2020, 2023; Vialles, 2008). (Erichsen, 2020, 2023; Vialles, 2008).

Ao investigar as condições das matanças para consumo humano na década

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



de 1930, o trabalho entrou em contato com as casas de banha, examinando como elas se inseriam na historicidade das práticas de abate ao aproveitar subprodutos (materialidades animais) antes descartados e como isso potencializava a singularidade do caso da cidade de Ponta Grossa.

Ainda no terceiro capítulo, avançando para meados dos anos 1930, foram analisadas as condições do primeiro matadouro, as motivações para seu deslocamento para uma região mais distante do centro e como esse distanciamento manteve reverberações com o núcleo urbano. Assim, o contato com essas reconfigurações espaciais pavimentou o caminho não apenas para análises da ordem discursiva das matanças, mas também para observações sobre os sentidos e usos, no tempo, de termos como *matar*, *abater*, *matadouro* e *abatedouro*, palavras que constituíram parte da formalização de uma ambígua relação com o ato de matar animais.

Um dos resultados centrais foi a identificação de processos de disciplinarização do trabalho e de racionalização técnica no interior desses espaços ao longo do recorte temporal. Observam-se, pelas fontes técnicas e relatórios, indícios de padronização das práticas de abate (linhas de desmontagem, separação de funções, hierarquização de tarefas) que antecipam o que emergiu nos matadouros frigoríficos atuais— visando reduzir a exposição do abate à vista pública e para criar rotinas que tornam o processo sistemático, eficiente e quase “impessoal”. No caso estudado, a implementação de novas rotinas e instalações foi acompanhada por discursos oficiais sobre higiene e modernidade, que serviam tanto para justificar os investimentos quanto para deslocar a percepção pública do abate.

A análise das fontes revelou também que as disputas em torno dos matadouros atravessavam várias esferas: debates sobre a localização, reclamações relativas a odores, resíduos, trânsito de animais, presença de parasitas como pulgas, reivindicações econômicas, e preocupações sanitária. Essas contendidas mostram que o matadouro não foi apenas técnico, mas também sociais e culturais onde se

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



moldavam sensibilidades urbanas — quem tinha voz para decidir, que riscos eram considerados legítimos, que interesses econômicos eram priorizados. Em outras palavras, a reconfiguração dos locais de abate foi um processo socialmente contestado, e as decisões tomadas consolidaram uma determinada hierarquia de interesses.

Ainda se tratando do ponto de vista semântico e simbólico, verificou-se uma mudança progressiva na linguagem e nas representações: termos eufemísticos (abater, abatedouro, desmanche, linhas de desmontagem) foram ganhando uso oficial e técnico, por meio da desanima(liza)ção — isto é, uma tentativa de tornar o animal e o ato de matá-lo menos visivelmente um evento de dor e morte, transformando-os em etapas técnicas e produtivas. Esse movimento conceitual acompanha o que a historiografia sobre matadouros indica como estratégias para domesticar a percepção pública da morte animal e, assim, facilitar a normalização do consumo de carne em sociedades humanas.

Por fim, os resultados permitem afirmar que o matadouro opera heurística e empiricamente como uma lente privilegiada à História Ambiental: sua análise articula simultaneamente o nível local e o global — das práticas técnicas que circulam entre cidades ao papel formador de saberes veterinários e sanitários —, o material e o discursivo — da arquitetura e das infraestruturas físicas às narrativas oficiais sobre higiene e ordem —, e uma longa temporalidade que atravessa transformações desde o fim do século XIX até as décadas centrais do século XX.

Essa conjunção mostra que os processos de modernização urbana e de consolidação de regimes sanitários não foram meramente procedimentos técnicos; foram escolhas sociais que determinaram o que devia ser tornado visível ou invisível, quais corpos e quais ambientes mereciam proteção, e que modos de vida deveriam ser priorizados. Em outras palavras, alguns elementos emergem culturalmente — práticas, linguagens, sensibilidades —, mas simultaneamente são organizados por necessidades materiais e políticas ligadas ao que se considera 'natural' (recursos

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



hídricos, disponibilidade de espaço, relações com o ambiente e espécies).

Portanto, natureza e cultura aparecem aqui como uma mutualidade dinâmica: não há uma fronteira estável entre elas, mas um processo contínuo de recíproca alteração e emergência, no qual o matadouro surge como um nó onde decisões técnicas, valores morais e condições biofísicas se entrelaçam e reconfiguram mutuamente.

Ou seja, a dissertação mostrou que os matadouros municipais de Ponta Grossa não se limitavam a uma função instrumental, civilizatória ou técnica: constituíam, simultaneamente, dispositivos urbanos e simbólicos que naturalizavam certas formas de ordem, progresso e disciplina — tanto sobre os corpos humanos (trabalhadores, agentes públicos) quanto sobre os corpos não-humanos (o gado) e sobre os ambientes locais. Lidos por meio de uma lente da História Ambiental, esses espaços revelaram-se como interseções complexas entre normas sanitárias, regimes de saber (médico, veterinário, técnico), interesses econômicos e sensibilidades públicas sobre o que devia ser visível ou oculto na cidade, mundo biofísico e relações entre humanos e animais não-humanos.

Por fim, vamos apontar os desdobramentos da pesquisa, permitindo situar o alcance e as possibilidades de continuidade acadêmica. Esse desdobramento não pretende deslocar o foco do objeto central deste colóquio, mas sim mostrar que este estudo abriu espaço para temas e ferramentas analíticas mais robustas.

3. CAMINHOS POSSÍVEIS

Em termos práticos, o prolongamento foi realizado durante o doutorado, o qual permitiu testar hipóteses levantadas no mestrado, refinar categorias analíticas e o aparato teórico-metodológico como um todo.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



No prolongamento doutoral, a tese *História Desanima(liza)da: os matadouros da cidade do Rio de Janeiro (1777–1881)* (Erichsen, 2020), confirmou que a modernização do abate implicou simultaneamente técnicas de “desanima(liza)ção” — processos materiais e discursivos que visavam tornar o abate menos visível e mais “técnico” —, alterações semânticas que eufemizavam práticas outrora explícitas, a presença de dinâmicas únicas ao caso brasileiro, a presença e relevância da relação entre humanos e animais não-humanos. Observou-se também uma circulação mais intensa de saberes veterinários e técnicos entre centros urbanos e projetos estatais, o que contribuiu para a institucionalização de práticas higiênicas e para a construção de novos regimes de responsabilidade sanitária. Teoricamente, o trabalho insere os matadouros na encruzilhada entre história ambiental, história dos animais e história da ciência, argumentando que esses espaços são centrais e mediadores das relações entre humanos e não-humanos e entre os polos cultura e natureza.

A História Ambiental se configura como um dos pilares teórico-metodológicos centrais. Sua aplicação permitiu situar os acontecimentos históricos em seu mundo biofísico, compreendendo-os não como fenômenos apartados da natureza, mas como emergentes de uma interação constante com ela. Não há mais “dentro e fora”, existem “somente” agenciamentos, instantes em que há interação onde “os fenômenos são a inseparabilidade ontológica da agenciabilidade interacional dos ‘componentes’” (Barad, 2003, p. 815). Inicia-se por compreender a performatividade das coisas no mundo ao que, e para nossos fins, também se ativa a percepção da historicidade ao que acontece “com os climas, os animais, as plantas, os vírus, os neurônios, as partículas e os átomos.” (Latour, 2016, p.162), sendo necessário compreender e pensar por meio de uma lógica diferenciada e muito própria. Nesse sentido, a História Ambiental permite explorar de modo consistente a densidade histórica das interações entre espécies e ambiente (Barad, 2003; Bennett, Joyce, 2010; Erichsen, 2020; Guattari, 2008; Latour, 2018; Pádua, 2010; Pickering, 2017; Stengers, 2002).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Ainda na rejeição do dualismo natural/cultural, a história ambiental urbana, então foi aliada a outros campos do conhecimento para que fosse possível operar a partir da premissa de que as cidades não são “cristais” separados do natural: são sistemas socio-naturais complexos e abertos em que o “urbano” e o “natural” se produzem mutuamente, em constante emergência e alteração, repletos de fluxos metabólicos urbanos compostos por fluxos, insumos e resíduos. Os matadouros emergem nessa ótica como nós do metabolismo urbano: demandam água, geram e processam resíduos, articulam cadeias de valor locais (curtumes, venda de subprodutos) e dialogam com infraestruturas de transporte e saneamento (rios, mar, estradas).

Essa abordagem sistêmica, ainda fundamentada em lentes lógicas e conceituais diferentes sobre como compreender cultura/natureza, permite capturar tanto a materialidade dos processos — infraestrutura construída com concreto, vidro, aço, madeira, a circulação de efluentes e logística — sentidos sociais e políticos que orientam decisões sobre destinação de resíduos, compatibilização sanitária e planejamento urbano, bem como a constante interação entre cultura e natureza e das relações entre humanos e outras espécies animais (Berry, 1964; Bunge, 1987; Costa, 1993; Deleuze; Guattari, 2008; Erichsen, 2020; Fischer-Kowalski, 1998; Melosi, 1993; Nicolis, 2007; Otter, 2010; Prigogine; Stengers, 2011; Swyngedouw, 1996; West, 2017).

Tendo em mente que a cidade é um sistema complexo em constante interação com o ambiente biofísico, sabe-se também que é um ambiente formado por diferentes seres vivos, como humanos e animais não-humanos. Nesse sentido, foi necessária incorporação dos animais não-humanos como agentes históricos. A opção por uma história humano-animal - ou “humanimal” (Erichsen, 2020) - não objetiva substituir o agente humano, mas restituir a agência dos outros seres nas dinâmicas sociais: os animais não são meros objetos passivos do consumo, mas atores cujas biologies, comportamentos e capacidades de circulação condicionam decisões administrativas,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



técnicas e econômicas. Reconhecer essa agência, ou estar a seguir o animal (Derrida, 2020; Erichsen, 2020), é indispensável para apreender a espessura das relações que produzem o consumo de carne e a organização dos espaços de abate (Daston; Mitman, 2005; Despret, 2013; Horta, 2019; Kean; Howell, 2018; Mcfarland; Hediger, 2009; Nieradzick, 2017; Norton, 2015; Ritvo, 1987; Shapiro, 2002).

Os matadouros aparecem como pontos onde a presença inevitável de outras espécies — sobretudo animais criados para consumo — torna visível a interdependência entre humanos e não-humanos. Por meio do trabalho, tornou-se possível acompanhar como práticas produtivas, técnicas de abate, estratégias de aproveitamento de subprodutos e decisões de localização se entrelaçam com ritmos e limites biológicos; em suma, os matadouros tornam-se laboratórios históricos para observar a constituição de modos de vida humanos e não-humanos em um mundo biofísico cheio, em acontecimentos históricos não flutuantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No geral, os caminhos dessa pesquisa permitem avançar a historiografia brasileira em ao menos três frentes. Primeiro, amplia o escopo da história urbana ao mostrar que infraestruturas (no caso de matança animal) e não são meros acessórios administrativos, mas agentes que determinam e são determinados por decisões políticas e técnicas. Segundo, incorpora a história humano-animal e a história ambiental ao conferir ferramentas analíticas para o fazer historiográfico ao seguir animais, fluxos biológicos (sangue, água, resíduos) e o ambiente, deslocando o foco exclusivo sobre atores humanos. Terceiro, articula história da ciência e da técnica ao demonstrar como saberes veterinários e sanitários circulam e legitimam mudanças: a disciplinarização do trabalho de abate e a adoção de “linhas” de desmontagem são tanto técnicas quanto formas de governar a percepção pública.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A pesquisa tem relevância social direta porque recupera e problematiza decisões que moldaram a forma como as cidades organizaram o abastecimento alimentar, a higiene pública, o tratamento de resíduos, convivência com outras espécies animais e viver no mundo biofísico, evidência as condições de trabalho e as hierarquias sociais emergentes dos matadouros, saneamento, planejamento urbano, impactos ambientais de cadeias alimentares, diálogos sobre bem-estar animal, elementos técnicos (tal como veterinários do Ministério da Agricultura que atuam na fiscalização e que entraram em contato para saber mais sobre a história dos matadouros) sustentabilidade e consumo responsável, fornecendo arcabouço histórico-crítico aos tomadores de decisão e à sociedade civil.

Em suma, trabalhou-se por meio dos matadouros e da história ambiental para oferecer o uma contribuição significativa para se repensar a historiografia por meio de lentes conceituais e tópicas analíticas que evidenciam a complexa rede de relações entre humanos, animais não-humanos e o ambiente no passado e no presente. Não somente, mas também se trata de elementos orientadores à constituição de uma epistemologia, a qual conformou a leitura das fontes, a construção da narrativa e, por sua vez, modos de enxergar o passado, o tempo presente e formas de viver no mundo.

Espera-se que esta breve síntese sirva como um convite para que os colegas e discentes possam dialogar e, eventualmente, explorar novos objetos de pesquisa.

Referências

BARAD, K. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 28, n. 3, p. 801–831, 2003.

BENNETT, J; JOYCE, W. Material Powers: Introduction. In: **Material Powers: Cultural Studies, History and the Material Turn**. London: Routledge, 2010.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



BERRY, B. J. L. Cities as Systems within Systems of Cities. **Papers in Regional Science**, v. 13, n. 1, p. 149–163, jan. 1964.

BUNGE, M. **Epistemologia: curso de atualização**. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

COSTA, N. **Sistemas formais inconsistentes**. Curitiba: Editora da UFPR, 1993.

DASTON, L; MITMAN, G. **Thinking with Animals: New Perspectives on Anthropomorphism**. New York: Columbia University Press, 2005.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5**. São Paulo: Editora 34, 2008.

DERRIDA, J. **O animal que logo sou**. Editora UNESP, 2002.

DESPRET, V. FROM SECRET AGENTS TO INTERAGENCY. **History and Theory**, v. 52, n. 4, p. 29–44, 2013.

ERICHSEN, L. **História Desanima(liza)da: os matadouros da cidade do Rio de Janeiro (1777-1881)**. Tese de doutorado—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

ERICHSEN, L. **Trajetos da Carne: Uma História dos Matadouros Municipais de Ponta Grossa (1888-1934)**. Ponta Grossa: Lambrequim, 2023.

FISCHER-KOWALSKI, M. Society's Metabolism: The Intellectual History of Material Flow Analysis, Part I, 1860–1970. **Journal of Industrial Ecology**, v. 2, n. 1, p. 61–78, 1998.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt; Tradução: Suely Rolnik. 19. ed. [S.I.]: Papirus, 2008.

HORTA, R. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 9, n. 2, 13 dez. 2019.

KEAN, H.; HOWELL, P. **The Routledge Companion to Animal-Human History**. [S.I.]: Taylor & Francis, 2018.

LATOUR, B. **Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime**. Cambridge, UK: Translated by Catherine Porter, 2018.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



_____. **Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas**. 1.ed. Tradução: DIAS, J. P. São Paulo: 34, 2016.

MCFARLAND, S; HEDIGER, R. **Animals and Agency: An Interdisciplinary Exploration**. Leiden, The Netherlands: Brill, 2009.

MELOSI, M. The Place of the City in Environmental History. **Environmental History Review**, v. 17, n. 1, p. 1–23, 1993.

NICOLIS, G. **Foundations of Complex Systems: Nonlinear Dynamics, Statistical Physics, Information and Prediction**. New Jersey: World Scientific, 2007.

NIERADZIK, L. The animal as a perspective for cultural analysis: On the mutual benefit of European ethnology and human-animal studies. **Journal of European Ethnology and Cultural Analysis (JEECA)**, v. 3, n. 1, p. 52–68, 2017.

NORTON, M. The Chicken or the legue: Human-Animal Relationships and the Columbian Exchange. **The American Historical Review**, v. 120, n. 1, p. 28–60, fev. 2015.

OTTER, C. Locating Matter: The Place of Materiality in Urban History. In: BENNETT, Tony; JOYCE, Patrick (Orgs.). **Material Powers: Cultural Studies, History and the Material Turn**. London; New York: Routledge, 2010.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estud. avançados**, v. 24, n. 68, p. 81–101, 2010.

PICKERING, A. The Ontological Turn. Taking Different Worlds Seriously. **Social Analysis**, v. 61, n. 2, p. 134–150, 2017.

PRIGOGINE, I; STENGERS, I. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RITVO, H. **The Animal Estate: The English and Other Creatures in the Victorian Age**. [S.l.]: Harvard University Press, 1987.

ROCHA, L. V.E. **Passagens e novas fronteiras dos abates: o Matadouro Municipal de Ponta Grossa e a historicidade dos espaços de matança animal centralizada**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



SHAPIRO, K. *The State of Human-Animal Studies: Solid, at the Margin!* **Society & Animals**, 2002.

STENGERS, I. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

SWYNGEDOUW, E. The City as a Hybrid: On Nature, Society and Cyborg Urbanization. **Capitalism, Nature, Socialism**, v. 7, n. 1, p. 65–80, mar. 1996.

VIALLES, Noilie. **Animal to Edible**. Cambridge England ; New York, NY : Paris: Cambridge University Press, 2008.

WEST, G. B. **Scale: The Universal Laws of Growth, Innovation, Sustainability, and the Pace of Life in Organisms, Cities, Economies, and Companies**. [S.l.]: Penguin Press, 2017.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



MATEANDO UM ACERVO: A CONTINUIDADE DA DIGITALIZAÇÃO E ANÁLISE AMBIENTAL DO ACERVO URIEL CARVALHO NOGUEIRA DOS SANTOS

Giovana Ferreira¹
Alessandra Izabel de Carvalho²

¹ Graduanda em História pela UEPG.

² Doutora em História pela Unicamp.

Este projeto dá continuidade à pesquisa iniciada em 2024, que conta com a digitalização e indexação do acervo Uriel Carvalho Nogueira dos Santos, que se encontra sob guarda do Museu Campos Gerais (MCG) dando ênfase em sua colaboração para o resguardo da cultura e produção da erva-mate no Paraná. No primeiro ano de pesquisa, os processos de digitalização que ocorreram no Laboratório Multiusuário de Humanidade Digitais e Inovação (LAMUHDI) receberam mais foco, e devido a demandas técnicas, as demais etapas propostas no projeto não puderam ser executadas de maneira plena; nesse segundo ano, as pastas ainda não processadas receberão a atenção necessária, e paralelamente serão aprofundadas as leituras acerca das discussões próprias da História Ambiental, de modo a auxiliar a análise das potencialidades informacionais do acervo.

1.CONTEXTUALIZAÇÃO

Uriel Carvalho Nogueira dos Santos foi um antigo funcionário do Instituto Brasileiro de Florestamento (IBDF, extinto órgão incorporado ao IBAMA) e do Instituto Nacional do Mate (INM). Ao longo de sua expressiva carreira, sendo um dos poucos técnicos responsáveis pela inspeção da produção de erva-mate no estado do Paraná, Uriel acumulou uma relevante coleção dos mais variados itens, desde

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



documentações jurídicas e oficiais (resoluções, portarias) e documentos pessoais (agendas de anotações, rascunho e contato), bem como itens tridimensionais (maleta, porta-canetas, bombas e cuias).

Diante da crescente interconexão entre a tecnologia computacional, e as Ciências Humanas, as práticas da pesquisa passam por um reprocessamento de metodologias. Além de apenas oferecer novas ferramentas para a computação das fontes, também faz emergir reflexões sobre como ocorre a produção de conhecimento na era digital, debatendo a relação entre historiador, seus públicos e acesso ao passado. Dessa maneira, a digitalização de acervos deixa de ser unicamente um conjunto de práticas de preservação, e se torna um parâmetro da História Pública; democratizando a acessibilidade dos diversos públicos às informações, e compartilhando a autoridade de criação de significados a partir destas informações contidas nas documentações disponibilizadas.

2. OBJETIVOS DA PESQUISA

O atual projeto visa suprir demandas que surgiram ao longo do último projeto, como as questões técnicas de processamento de *softwares*, a iniciar pelo de reconhecimento óptico de caracteres (OCR), que não se mostrou muito efetivo em documentações impressas em carbono, ou manuscritas. A ferramenta de OCR presente no *software* do *scanner C-Zur ET Series 18 Pro*, é de inegável competência quando o reconhecimento ocorre em documentações impressas, conseguindo quase 100% de acertos em quase todos os casos; porém, não é próprio para fontes manuscritas, já as impressões em carbono, por sua vez, não apresentam um contorno muito bem delimitado de seus caracteres, dificultando assim, seu reconhecimento. Mas também, existem documentações específicas (livros e encadernados) que não podem ser digitalizados em *scanners* de bandeja, de modo a conservar a integridade física dos itens, posto que *scanners* de bandeja necessitam prensar os documentos,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



dito isso, o ideal seria utilizar o *scanner Book Drive*, mas que demonstrou algumas falhas em seu *software* e comunicação com o servidor online do laboratório. Bem como, a continuidade da digitalização, e demais processos de tratamento de imagem do volumoso acervo, que não puderam ser concluídas em um ano de trabalho.

Também é de interesse levantar o debate analítico partindo das bibliografias particulares da História Ambiental, e da História Pública, posto que a ciência do conteúdo do acervo já está mais avançada, possibilitando o cruzamento de informações da documentação, e do vocabulário próprio da história.

Desta maneira, é possível concluir que o projeto não tem unicamente o objetivo de adicionar uma nova roupagem digital a documentação, mas para além, tornar os fatos nela contida, verdadeiras informações que possibilitem a pesquisa de maneira ampla por todos os públicos interessados. E assim, assistindo no processo de permanência de um conhecimento de relevância cultural e ambiental.

3. ORGANIZAÇÃO E TRABALHO

Utilizando-se da metodologia das Humanidades Digitais, de maneira combinada à análise qualitativa da pesquisa, a organização do trabalho se dá em três fases correlacionadas: a continuidade do processamento das pastas a serem terminadas, bem como das que ainda não iniciaram o processo de tratamento; esta primeira fase se dará de forma paralela com desenvolvimento das questões técnicas que dificultaram o bom andamento do projeto anterior, bem como o estudo de bibliografia própria da História Ambiental e Pública; e por fim, toda a documentação devidamente tratada será disponibilizada no repositório online Memórias Digitais do Museu Campos Gerais.

Para tanto, a primeira fase será a continuidade do tratamento documental, transpassando desde a catalogação e inventário do estado de conservação dos demais itens ainda não processados, até a digitalização em si, utilizando o *scanner*

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



IQ Contex, e se porventura se mostre necessário os *scanners* OS CT Zeutschel e C-Zur ET Series 18 Pro, bem como o tratamento posterior das imagens (corte refinado e *deskew*⁶⁴); e por fim a produção de metadados por meio das planilhas informacionais produzidas e desenvolvidas pelo LAMUHDI, sendo um processo de natureza intelectual que demanda da leitura detalhada de arquivo, por arquivo.

A segunda fase, que como dito anteriormente, ocorrerá de forma paralela a primeira, consiste na finalização do *software* de OCR em desenvolvimento pelo LAMUHDI que permite a correção manual dos erros na camada de texto extraídas da documentação tratada, já que, o tratamento de imagens pelo *Scan Tailor* (alteração de contraste e saturação) não se mostrou efetivo, assim, nos resta a correção direta da camada de texto; e também, o ajuste do *scanner Book Drive* para que os livros e encadernados possam ser digitalizados. Para além deste conjunto de práticas, será executado a leitura e estudos dirigidos da bibliografia específica sobre as questões da erva-mate no Paraná, sua história, impactos na economia paranaense, e importância cultural, em especial para os produtores tradicionais de erva-mate sombreada feita em harmonia com as florestas remanescentes de araucárias, assim, trazendo luz para práticas mais sustentáveis de plantio e cultivo.

Finalizando então o trabalho com a última fase que será a submissão dos arquivos devidamente tratados e informatizados pelas planilhas de metadados no repositório de acesso livre do MCG, tal etapa é de suma importância, pois para além de digitalizar os documentos, agora eles cumprem com sua funcionalidade pública de atingir de modo acessível todos os pesquisadores, historiadores, acadêmicos, professores e terceiros que possam vir a se interessar.

4. OPERACIONALIZAÇÃO

⁶⁴ *deskew*: nivelamento do ângulo das fotografias.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Existem alguns processos do trabalho que merecem maior atenção e explicação detalhada por serem de cunho muito técnico e específicos da digitalização, processos os quais serão tratados adiante.

A começar pelo OCR (reconhecimento óptico de caracteres). O *software* faz uma leitura das páginas da documentação e identifica uma camada de texto, que ao ser extraída, torna a documentação pesquisável, tanto a nível individual, pesquisando de forma isolada em um conjunto de páginas; ou, futuramente no repositório, pois ao pesquisar alguma palavra-chave, todos os conjuntos (desde que com a camada de texto identificada) serão relacionados a pesquisa feita. O LAMUHDI atinge uma “taxa que varia entre 80% e 95% de reconhecimento do texto presente nos arquivos dos documentos digitalizados.” (Souza, Almeida. 2024, p. 10), porém, aí entre a próxima problemática, as impressões em carbono; em média, um conjunto de documentos impressos em carbono, atinge de 30% a 60% de acerto em seu reconhecimento total de texto.

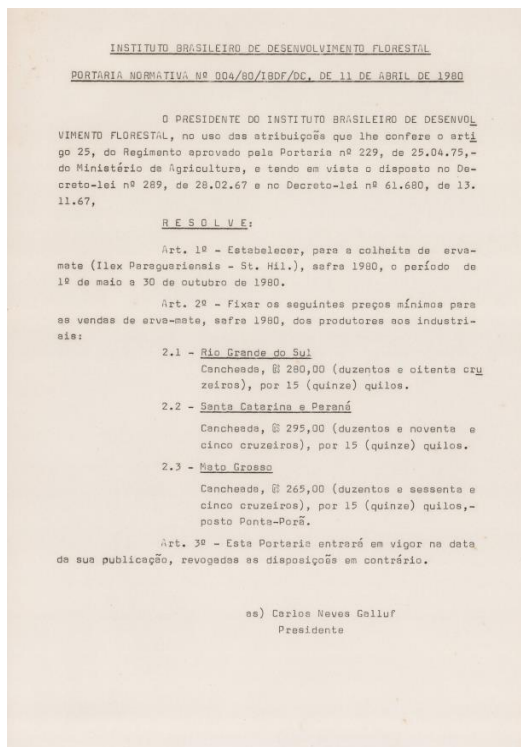
23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Fotografia 1 - Impressão em máquina de escrever elétrica, e sua camada de texto reconhecida.



INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
PORTARIA NORMATIVA Nº 004/80/IBDF/PC, DE 11 DE ABRIL DE 1980

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 25, do Regulamento aprovado pela Portaria nº 229, de 25.04.75, do Ministério da Agricultura, e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 289, de 28.02.67 e no Decreto-lei nº 61.680, de 13.11.67,

R E S O L V E:

Art. 1º - Estabelecer, para a colheita de erva-mate (*Ilex Paraguariensis* - St. Hil.), safra 1980, o período de 1º de maio a 30 de outubro de 1980.

Art. 2º - Fixar os seguintes preços mínimos para as vendas de erva-mate, safra 1980, dos produtores aos industriais:

2.1 - Rio Grande do Sul
Cancheada, @ 280,00 (duzentos e oitenta cruzeiros), por 15 (quinze) quilos.

2.2 - Santa Catarina e Paraná
Cancheada, @ 295,00 (duzentos e noventa e cinco cruzeiros), por 15 (quinze) quilos.

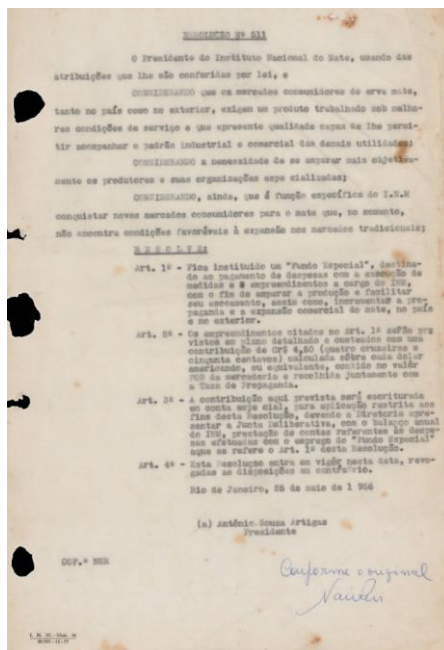
2.3 - Mato Grosso
Cancheada, @ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco cruzeiros), por 15 (quinze) quilos, - posto Ponta-Porã.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

as) Carlos Neves Galluf
Presidente



Fotografia 2 - Impressão em carbono, e sua camada de texto reconhecida.



I. N. M.
* V '0'
0 Presidente do Instituto Nacional do Mate* usando 4M
atribuições que lhe são conferidas por lei, e
Ct K'il - ; ::■ vue os «areados eonauðiores 40 erva *i>W,
tanto no pala com m exterior* exige* u« produto trabalhado aofc toalha*
ras oer4iç&w de serviço e «ue Rpreefénle *aahftado seja de lhe permitir aonpinhar @ padrio
Industrial @ eenareial das demais utiUiafina;
@r-Wilifif&wQ a necMMialda&e de ** separar saia @hjetlaraçoente os produtores* a suas
aargantaa*Sa» eape dalisuadasj
QD*3lfc:ifcA19b9 itoltf t&w I funçl0 alpoofica do 1;XM
eon ;&uistar novos aare&ão coneuatldatrea para o oate 4U«* n0 «ostento»
nSo @noentra condições favoráveis 1 apanafio no» aereauos tradicionaisl
d „ft “fr v .lf.Ai
«r1, 1» - Fica instituiu0 u» “Fundo Espialal”. isr Mnado ao pa*enaiito de fiesjjeas ck) a
arooucSe aa
«edfias a * enpraenftlaentoa a cargo d0 Xfil»
ooss o fie da aarpurar a pre&aoSo a facilitar
seu iilieroaaant0l essiK coso* Incer&er*taT a vroya*anda @ & lixpsRsSc coaorolal do esta* no
pais
e no exterior.
iivt* 2# * 0» snresnfiiMnUmi citados no &rt* X* s&f10 fr*
vistos ee plane detalhado « custeado* coa
ccntrihuição de CTf 4,50 (quatro cruaviros a
eineunta centavos) calcularia s5br* cuaa &bl*r
aaarlan&ão ou eaiuivulentsj sentido no valor
;*00 4a aeroadorla a wclbidn 4uata»nte esn
a Taxe 4a irapaganda»
art. 3º - A contribuição a*iu1 -revista ser 1 «scriturm»a
a»m conta aspe cia1» peraa aplica0So apixcavao restrita aos
fins desta BesolueSo» defende a rretoria i;pre-
““tisô1-i “ *** a ■*- «kilhil» M. We .: . *4 «i «*Ç. ■ «»»». i*1*. SbWA & E&. 1 sentar a Junta
lefiherativa, co0 o balarço amial
do im9 çrsstacl0 de contas Il*r*
ms efetua, as eo0 o @&prego fio “Fundo ^specia1
a*ue sa refere o &rt* iº de*to l.esoluçSo*
i*rt. 4º - Esta @solução entra em vl*0r neata data, revogadas as 4i*P#diç&de contra rio*
Rio de Janeiro* 25 de saio de 1 954
la) AntônirSousa ortigas
Presidente
cor** wh
N. M. - Mod. 16
30.000 - 12-55

Fonte: LAMUHDI, 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



É possível observar como a baixa precisão de contorno nos caracteres interfere na assertividade do reconhecimento, tanto que, não há apenas palavras erradas no OCR do documento impresso em carbono, mas também símbolos diversos e estranhos, como pequenos quadrados, bolinhas e pontos. Já a documentação impressa com uma máquina de escrever elétrica, tendo o contorno de seus caracteres praticamente perfeitos, não apresentou palavras erradas, não reconhecidas ou símbolos estranhos que não estão no corpo do texto.

Também seria de interesse destacar as especificidades do *scanner Book Drive* para digitalização de documentos com lombada em detrimento dos demais *scanners* presentes no LAMUHDI. O *Book Drive* possui uma grande cabine de corino preto que bloqueia a entrada de luz do ambiente, para que não interfira na digitalização executada por duas câmeras fotográficas *Canon EOS 1000D*, que são instaladas em trilhos sobre a bandeja em forma de “V”, e aí está a justificativa do porquê o *Book Drive* é o ideal para a digitalização de livros e encadernados, a bandeja em forma de “V”, bem como sua prancha de prensa, não forçam a lombada dos materiais, garantindo sua integridade física (em um *scanner* de mesa convencional, a prancha, mantém o documento totalmente horizontal, danificando a lombada de livros ou encadernados).

A última etapa de digitalização constitui-se na informatização por meio das planilhas de metadados. Um metadado pode ser entendido como uma conjunto de dados sobre um documento, foto ou arquivo; e permeia a ontologia, uma teoria que sugere um sistema de interligamento entre todos os tais dados, que, ao serem inscritas, se transformam em informações de fato, preservadas e acessíveis; mas, diga se de passagem, nas informações excessivas que reside o risco da desinformação (Scanagatta, 2023). Desta maneira, vale ressaltar que, os metadados não devem ser demasiados, de forma que não acabem redundantes e supérfluos, mais atrapalhando, do que auxiliando o trabalho. As planilhas são compostas pelos

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



mais variados tipos de informação, desde questões de organização interna dos acervos do Museu, como número de registro, subconjunto do número de registro e data de aquisição do acervo; até características físicas dos documentos, como breve descrição de seu conteúdo, estado de conservação, data de criação e autor. Todas essas informações, além de permitir um registro mais adequado do que o Museu detém de acervos e fundos, também possibilita uma melhor localização online dos arquivos quando estes forem submetidos no repositório, auxiliará na pesquisa feita por palavras-chave, nomes, datas e assuntos.

Finalizando, as discussões teóricas feitas baseadas em bibliografia particular da História Ambiental e História Pública, vão para além de um mero estudo e leitura, pois agregarão na análise de potencialidades de pesquisa do Acervo Uriel, posto que o cruzamento desta bibliografia com as informações da documentação criará um vocabulário próprio de referências, termos e temáticas em comum sobre produção tradicional de ervamate, sustentabilidade, ecossistemas, manejo consciente da terra e seus recursos. Desta maneira, serão constituídos metadados teóricos da documentação emergindo as possibilidades presentes no Acervo Uriel.

Algo que salta nesta etapa de análise, será a utilização de IA para tecer as árvores conceituais entre a bibliografia e a documentação, partindo de um esboço fundamentado em bibliografias de base da História Ambiental feito pelo *Chat GPT*, a análise será consolidada de forma mais consistente com a ferramenta da *Google*, *NotebookLM*, com mapas mentais e explosões de ideias.

5. DISCUSSÃO TEÓRICA

“Durante séculos, o homem é prisioneiro de climas, de vegetações, de populações animais, de culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode desviar-se sem o risco de pôr tudo novamente em jogo [...]” disse Braudel em seu livro *Escritos sobre a História* (1978, p. 50), nos deixando claro que vivemos com

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



a natureza, na natureza. Assim, é justificável os estudos sobre a esfera ambiental da vida, ainda mais, se a entendermos como força geradora de história (Williams, 2011).

Os temas ambientais são visivelmente observadas no Acervo Uriel, no que tange a várias questões como a complexidade dos sentidos carregados pelas interações contínuas entre humanos e natureza, sendo a paisagem um produto desta interação, e a erva-mate é tratada não apenas pelo seu viés ambiental, mas também cultural.

É de inegável importância para as demandas ambientais, a preservação do cultivo tradicional da erva-mate sombreada, pois, esta maneira de produção pode ser executada em harmonia com as florestas com araucária, posto que a erva-mate é uma espécie que pode se desenvolver bem à sombra. Nesta lógica, a harmonia com as araucárias é para além da estratégia de elaborar um produto de maior qualidade, sendo menos amargo e com folhas maiores, mas também sem insumos químicos; bem como, a preservação dessas florestas por meio do plantio da erva-mate em seus sub-bosques, e proteção da biodiversidade, da água e do ar, e da regulação do clima (Carvalho et al., 2022, p. 11-12).

Ante as constantes tensões entre os produtores tradicionais e as políticas governamentais de caráter exploratório, é de incontestável relevância para o resguardo destas práticas sustentáveis e ecológicas, o estudo dos variados temas referenciados ao longo do trabalho, cujos os quais são presentes na documentação do Acervo Uriel, em esferas de preservação do meio ambiente, memória e cultura.

Se tratando de cultura, o “matear” está para além de uma simples roda de pessoas bebendo mate, traz em suas entrelinhas, um extenso código de condutas e comportamentos que referenciam a sociabilidade dos indivíduos. Dentre a documentação do Acervo Uriel, o trabalho *Erva Mate* produzido em 1982, pelo curso de Engenharia Florestal do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria (RG), nos apresenta todo um conjunto simbólico de costumes e linguagens que atravessam a tradição riograndense:

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



[...]quanto à conduta:

- não se pede um mate, pode-se sugerí-lo de forma sutil, para que lhe seja oferecido;
- para se receber ou entregar a cuia de mate, deve-se utilizar a mão direita, no caso de estar ocupada deve-se dizer: '-Desculpe a mão.' A que o outro responde: '-É a mesma coisa, é a do coração';
- Ao se entrar em uma roda de mate deve-se sentar à direita do mateador, em caso contrário, a pessoa é chamada de "pialador do mate" (Bohnen et al., 1982, p. 24).

Fica claro que, estar em uma roda de mate, não é apenas estar, mas sim, compartilhar corpórea e sensivelmente de uma associação de vocabulários e sentidos próprios da prática. Portanto, é observável um aterramento na produção e consumo tradicional de erva-mate, ocorre uma mistura do trabalho com a terra, o trabalho passa a estar vinculado à essa terra, consolidando-se de forma harmoniosa com a natureza. Estes indivíduos não estão apenas explorando um recurso natural, cultivando o mate, mas estabelecendo uma forma de viver que parte das necessidades intrínsecas desse cultivo; não são mundos isolados, o mundo social, e o mundo natural.

6. CONCLUSÃO

Conclui se portanto que a continuidade do tratamento do Acervo Uriel é de suma importância para potencializar as pesquisas na área da História Ambiental, visto que abarca diversas questões que conversam com bibliografia produzida na área, tanto quanto é extremamente vasto, com diversos arquivos que podem ser explorados em variadas temáticas: cultura, economia, sistemas jurídicos, histórico da erva-mate, produção sustentável, entre outros.

Assim, concluo conceituando uma roda de mate: "agrupam-se pessoas sem distinção de raça, credo, cor ou classe social. Irmanando-os homens dentro de um clima de respeito" (Bohen et al., 1982, p. 24).

Referências

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ALMEIDA, Margarete Z. T. de; REIS, Maria Amélia G. de S. **O Museu como Espaço Interdisciplinar, Simbólico e Educativo. Arquivística. Objetos, princípios e rumos.** São Paulo. 2002.

BELLOTTTO, Heloísa Liberali. **Arquivos Permanentes, Tratamento Documental.** Editora FGV, Praia de Botafogo, Rio de Janeiro, RJ. 4º edição, 2006.

BOHNEN, Roque; THADDEU, Romário Nunes; LOVATTO, Joselito; WEILER, Antônio Renato; REGINATO, Evanisa F.; GENRO, Cícero J.; BRUCKER, Mônica; QUADROS, Dagoberto S. de; HASELEIN, Clóvis R.; RAVAZA, Herus B.; BULHÕES, Flávia; SILVERSTON, Abraham; BARNEWITZ, Alexandre; RILLING, Paulo André. **Erva Mate** [tipográfico]. Setembro de 1982. Acervo Uriel Carvalho Nogueira dos Santos. Museu Campos Gerais, Ponta Grossa. Consulta em: 15 ago. 2025.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História.** Editora Perspectiva, 1978.

CARVALHO, A. I.; NIMMO, E. R. ; LAVERDI, R. ; LACERDA, A. E. B. . **Conhecimento, memória e história: um olhar transdisciplinar sobre os sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate.** DOCUMENTOS 220, v. 373, p. 1, 2022.

SCANAGATTA, Manfredi. Public History e metadata. **Da fonti a oggetti informativi. Diffusione, didattica, co-creazione.** magazin, Vol. 4, Num. 1, 43-70, June 2023

SOUZA, Gabriel Lacerda de; ALMEIDA, Karine de Fatima. **DO PAPEL AO DIGITAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DOCUMENTAL.** Anais do evento XIX ANPUH Paraná, 2024. Disponível em: <https://www.encontro2024.pr.anpuh.org>. Acesso em 19.nov.2024.

WILLIAMS, Raimond. **Cultura e Materialismo.** Ed. UNESP, São Paulo. 2011.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



INTERDEPENDÊNCIA ENTRE CHICO BENTO E A NATUREZA

Mirielen Machado Rodrigues¹

¹ Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em História pela UEPG.

Esta pesquisa integra as discussões do terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado em História, na qual analiso a série Chico Bento Moço, publicada entre 2013 e 2021, com ênfase na representação da natureza como espaço e tema central das narrativas. Embora se reconheça que a natureza não pode ser entendida como um conceito fixo, universal e imutável, nas histórias em quadrinhos de Chico Bento ela é representada de modo singular, assumindo papel estruturante. Em Chico Bento Moço, essa interdependência manifesta-se na relação indissociável entre a vida no campo e a natureza, que não apenas se configura como cenário, mas constitui um elemento essencial da própria vida rural. Assim, o objetivo deste trabalho é refletir sobre as percepções dessa relação e sobre a forma como a natureza é construída e representada ao longo dos quadrinhos.

INTERDEPENDÊNCIA ENTRE CHICO BENTO E A NATUREZA

Interdependência é a condição em que duas ou mais partes dependem mutuamente para atingir objetivos, satisfazer necessidades ou funcionar de maneira eficaz. Esse conceito expressa uma relação de reciprocidade, na qual cada elemento é indispensável para a existência e o equilíbrio do outro. Nas histórias de Chico Bento Moço, essa interdependência manifesta-se na ligação inseparável entre a vida no

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



campo e a natureza, que não atua apenas como cenário, mas constitui parte essencial da própria narrativa.

O ambiente rural, com seus ritmos, paisagens e ciclos naturais, vai além de ser um simples pano de fundo: é a força que estrutura as histórias e confere sentido à vida do personagem. A natureza não apenas inspira suas histórias, mas age como ponto central, moldando as interações de Chico com os demais personagens e com o ambiente ao qual vive. Sem ela, as narrativas perderiam autenticidade, pois a natureza é elemento constitutivo da experiência rural e sustenta, de forma simbiótica, todo o enredo.

Dessa forma, ao reconhecermos a importância dessa dependência, percebemos que, ao longo da história, o conceito de natureza assumiu diferentes significados, nem sempre associados às mesmas ideias ou implicações. Desde os primeiros registros escritos, ela foi ora concebida como objeto de contemplação, ora como recurso a ser explorado, ou ainda como ambiente a ser dominado. Entretanto, foi apenas no século XX que a historiografia passou a adotar uma abordagem crítica e sistemática sobre os fatores ambientais e suas inter-relações com a história humana. Nesse período, o meio ambiente e suas dinâmicas se tornaram um tema de interesse global, impulsionado pela crescente preocupação com os impactos das atividades humanas sobre os ecossistemas. Como ressaltou Bloch (2001, p. 67), a observação e análise da paisagem contemporânea são fundamentais para uma compreensão mais profunda do passado, destacando a importância das transformações ambientais nas interpretações históricas.

De acordo com Duarte (2007, p. 79), nossa percepção da natureza é profundamente influenciada pela tradição monoteísta judaico-cristã, que a considera transcendente, singular e imutável. Nesse contexto, o que é classificado como “natural” tende a ser visto como inquestionavelmente positivo e além das normas

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



sociais. Essa concepção, no entanto, pode limitar nossa capacidade de questionar certos pressupostos culturais e sociais, pois, ao apresentar algo como “natural”, ele se torna imutável e fora do alcance da discussão ou intervenção humana. Duarte (2005) também explora como essa visão se conecta à ideia do paraíso ou Éden, tema central nas tradições judaico-cristãs. Essa idealização é amplamente utilizada por setores como o turismo, que promovem a imagem de “paraísos perdidos”, lugares onde a natureza, preservada e intocada, oferece um refúgio ao caos da vida moderna.

Refletindo sobre essa perspectiva, percebemos que as construções culturais acerca da natureza não apenas orientam a forma como a sociedade interage, compreende e utiliza o meio ambiente, mas também tendem a simplificar sua complexidade e a ignorar as implicações dessas relações. Os significados atribuídos à natureza são, portanto, produções culturais que variam no tempo e no espaço, moldadas por diferentes sociedades em contextos históricos e geográficos específicos. Assim, “homem” e “natureza” não devem ser entendidos como conceitos fixos, universais e imutáveis.

Pelo contrário, essas noções são constantemente reconfiguradas pelas dinâmicas culturais, sociais e ambientais. Nesse contexto, o interesse de historiadores pela relação entre seres humanos e meio ambiente contribuiu para a consolidação da História Ambiental, campo interdisciplinar que evidencia como a produção do conhecimento histórico também se vincula ao mundo natural. Tal enfoque não apenas reflete preocupações sociais e ecológicas contemporâneas, mas também oferece novas possibilidades de análise das interações entre sociedade e meio ambiente, permitindo problematizar os impactos da ação humana sobre o planeta e compreender de que maneira a natureza moldou e continua a moldar as sociedades humanas.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Embora entendamos que a natureza não pode ser vista como um conceito fixo, universal e imutável, Pinho Junior (2015, p. 15) argumenta que, nas histórias em quadrinhos de Chico Bento, a natureza é apresentada de forma única e universal, como um meio de entretenimento que, ao transmitir determinadas informações e se propor a educar a partir de fatos dados, trata problemas ambientais como se fossem os mesmos em todos os lugares e para todas as pessoas, desconsiderando singularidades, como podemos observar a seguir

Penso que essa perspectiva explicita a vontade de universalizar o sujeito, desconsiderando singularidades culturais produzidas pelos deslocamentos e diferenças da própria natureza, que é múltipla. Diante disso, as enunciações analisadas expressam atitudes resistentes, românticas, saudosistas e, em algumas situações, conservadoras quando confrontadas com os parâmetros de desenvolvimento considerados modernos (Pinho Junior, 2015, p.15).

Por isso, ao analisarmos de forma lógica, a afirmação de que a natureza é igual em todos os lugares e situações é problemática e precisa ser repensada. O conceito de natureza varia de acordo com o contexto cultural, histórico e geográfico, podendo assumir significados tanto físicos quanto simbólicos ou abstratos. No caso das histórias de Chico Bento, a natureza é frequentemente representada de forma idealizada, situada em um imaginário do interior do Brasil que mescla elementos reais e fictícios. Essa representação reflete não apenas uma visão romântica do campo, mas também constrói um cenário simbólico que reforça valores associados à simplicidade, à pureza e à vida em harmonia com o meio ambiente.

A NATUREZA COMO ESPAÇO E TEMA EM CHICO BENTO MOÇO

Observamos que existe uma interdependência entre o personagem Chico Bento Moço e a natureza, de modo que suas histórias não poderiam existir na forma como foram concebidas sem que a natureza assumisse um papel central. Essa presença não se limita a funcionar como pano de fundo narrativo, mas se configura

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



como elemento estruturante das histórias, influenciando o modo de vida, os valores e até mesmo os dilemas enfrentados pelo personagem.

Contudo, ao nos debruçarmos sobre essa relação, surgem novos desafios interpretativos: é necessário compreender de que maneira o conceito de natureza aparece nos quadrinhos, já que ela serve como base para a construção da identidade de Chico e para o desenvolvimento da narrativa. Nesse sentido, a natureza é apresentada de forma representativa e simbólica, ora como espaço de sociabilidade e trabalho, ora como fonte de pertencimento cultural e afetivo, evidenciando o vínculo inseparável entre o personagem e o ambiente rural.

Ao considerar as reflexões de Chartier (1990) sobre a ideia de representação, percebe-se que, no caso de Chico Bento Moço, a natureza não é apenas descrita como paisagem, mas representa uma conexão profunda e multifacetada, tanto emocional quanto identitária, com o campo. Essa ligação com a terra e suas origens permanece presente, mesmo quando o personagem se encontra em ambiente urbano. O vínculo com o campo constitui um tema central nas narrativas, pois expressa valores, tradições e experiências profundamente enraizadas no cotidiano da vida rural e no trabalho agrícola.

Mais do que um simples cenário, o ambiente campestre funciona como referência identitária, transmitindo saberes, práticas culturais e modos de sociabilidade característicos da comunidade em que Chico Bento está inserido. Ao mesmo tempo, as histórias de Chico Bento Moço evidenciam as tensões entre modernidade e ruralidade, problematizando os desafios da permanência no campo diante das transformações sociais, econômicas e culturais que caracterizam o mundo contemporâneo. Um exemplo significativo ocorre na edição Chico Bento Moço – O Ataque dos Drones (nº 49), na qual essas tensões se tornam explícitas: a narrativa aborda a inserção de tecnologias modernas no cotidiano rural, mostrando como elas

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



impactam a vida tradicional do campo e a relação do personagem com seu ambiente, revelando os conflitos entre inovação tecnológica e modos de vida historicamente estabelecidos.

No primeiro capítulo, ocorre um diálogo significativo entre Chico Bento Moço e seu pai, Nhô Bento, enquanto limpam as ervas daninhas da plantação de alface no sítio. Durante a conversa, o pai expressa preocupação com a capacidade de manter o sítio sem a ajuda de Chico e discute a necessidade de o filho priorizar seus estudos na faculdade de Agronomia ao invés do sítio. No entanto, a idade avançada de Nhô Bento e os anos de trabalho árduo no campo começam a cobrar seu preço, evidenciados por dores nas costas e sinais de desgaste físico. Dona Cotinha, mãe de Chico, anuncia que eles têm uma visita: Zeca, primo de Chico que mora na cidade e que sempre aparecia nas histórias do personagem ainda criança. Durante o almoço, Zeca conversa com Chico e pergunta sobre a faculdade. Chico admite estar cansado e enfrentando dificuldades devido à necessidade constante de retornar ao campo para ajudar seus pais nas demandas do sítio.

Durante o diálogo, Zeca lembra Chico que está cursando Engenharia Mecatrônica, ou seja, ele cria robôs. Ele explica que esse é o motivo de sua visita: testar os robôs que desenvolveu para auxiliar nas tarefas do sítio da família de Chico. Zeca trouxe 20 robôs da faculdade para o campo, como parte de um projeto acadêmico, para realizar testes nas atividades braçais realizadas por humanos no campo. Abaixo, podemos observar o diálogo dos personagens e o espanto do pai de Chico ao observar os robôs.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Figura 1 – Drones agrícolas no sítio de Chico.



Fonte: Chico Bento Moço. O dia da bergamota. Revista nº 49, p.26 e 27, 2017.

O enquadramento três destaca o campo e as plantações da família de Chico, compondo um espaço que reforça a relação entre o trabalho agrícola tradicional e a introdução de tecnologias avançadas com a figura do drone. Nesse contexto, Zeca realiza testes com um drone, demonstrando suas diversas aplicabilidades em tarefas pesadas no campo, como carpir o mato e monitoramento das plantações, auxiliando as atividades braçais. O momento marca o primeiro contato de Nhô Bento, pai de Chico, com essa tecnologia. Ele observa com curiosidade e se mostra surpreso com

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



a eficiência e a funcionalidade do robô, que representa uma ruptura significativa com o trabalho manual que praticou durante toda a vida.

Encantado com a possibilidade de reduzir o esforço físico exigido no dia a dia, Nhô Bento aceita a sugestão de Chico e Zeca para descansar em casa enquanto o drone assume as tarefas na lavoura. Essa cena não apenas reforça a visão otimista da tecnologia apresentada no início da história, mas também evidencia um dilema recorrente no campo: a adaptação das gerações mais velhas às inovações tecnológicas. Enquanto a automação promete maior eficiência e menos desgaste físico, ela também provoca reflexões sobre a mudança na relação do agricultor com a terra, o deslocamento de saberes tradicionais e os desafios da transição para um modelo agrícola mais moderno.

Os robôs desenvolvidos por Zeca foram programados para desempenhar uma ampla variedade de tarefas no campo, desde a colheita de tomates e a remoção de ervas daninhas até a ordenha das vacas, a limpeza do galinheiro e a alimentação das galinhas. Essas atividades, essenciais para o funcionamento do sítio da família de Chico, tradicionalmente exigem esforço físico intenso, experiência e dedicação contínua. No entanto, a introdução da tecnologia transforma essa dinâmica, permitindo que os robôs realizem as tarefas com rapidez, precisão e menor desgaste humano. Diante dessa inovação, Nhô Bento, que sempre seguiu uma rotina árdua de trabalho, não aceita inicialmente, mas acaba aceitando a sugestão de Chico e Zeca para descansar em casa, ainda que essa pausa represente uma ruptura inesperada com o seu cotidiano no campo.

Em Chico Bento Moço, a tecnologia é representada de maneira ambígua: embora seja valorizada por facilitar e otimizar as atividades no campo, também é vista como um fator potencialmente prejudicial, capaz de transformar drasticamente o espaço natural. Essas intervenções são frequentemente retratadas de forma

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



negativa, associadas à destruição da natureza e à desestruturação do equilíbrio ambiental. A dualidade presente na narrativa evidencia tanto o potencial transformador da tecnologia quanto seus riscos, especialmente no contexto do campo, onde a relação do homem com a terra é essencial para a identidade cultural e a sustentabilidade ecológica.

No entanto, ao abordar a natureza e a tecnologia de forma simplificada, os quadrinhos podem reforçar uma visão idealizada e, em certa medida, distorcida dessa relação. Tal abordagem pode limitar a promoção de uma consciência crítica sobre os desafios reais e as complexidades envolvidas no uso da tecnologia e na preservação do meio ambiente. Isso ressalta a importância de explorar nos quadrinhos não apenas os benefícios ou problemas isolados da tecnologia, mas também os debates mais amplos que permeiam sua integração na vida rural, como o impacto social e políticas públicas necessárias para os efeitos de sua implementação.

A partir da página 46 do quadrinho, observa-se que os robôs de Zeca estão descontrolados, eliminando tudo que encontram pelo caminho. Nhô Lau, pai de Chico, percebe indícios de que algo está errado: os pássaros não cantam, os ninhos estão vazios, o ribeirão está sem peixes e sua plantação de alface desapareceu. Ao conectar esses sinais, os personagens concluem que o problema é causado pelos robôs, que deixaram de seguir corretamente os comandos de suas funções devido a um defeito em sua inteligência artificial, destruindo tudo que encontram. Esse episódio evidencia a fragilidade das máquinas, que ainda dependem da supervisão e do conhecimento humano, mostrando que a tecnologia não substitui o raciocínio e a experiência humana.

Diante desse cenário, a história ressalta a necessidade de equilibrar a inovação tecnológica com as tradições locais, promovendo um diálogo entre o novo e o antigo. A modernização do campo não deve ser imposta de forma abrupta, mas

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



integrada de maneira que respeite os saberes locais e a identidade cultural das comunidades rurais. Para que as soluções tecnológicas não apenas coexistam, mas complementem práticas sustentáveis, é essencial um planejamento cuidadoso, políticas públicas eficazes e um envolvimento ativo dos trabalhadores do campo, evitando a descaracterização das formas tradicionais do campo.

De acordo com Procópio (2008, p.15), os quadrinhos funcionam como discursos de representação, nos quais valores, normas e o senso comum de uma sociedade são transmitidos por meio de signos linguísticos e visuais. Essa característica é evidente também na revista Chico Bento Moço – Raízes, nº 70, publicada em 2020, que traz como tema central o desmatamento. A narrativa da revista se debruça sobre a questão ambiental, utilizando-se de debates que já apareciam com frequência nas histórias de Chico Bento desde sua criação. A destruição da natureza é apresentada como um problema grave, assim como à poluição, à caça indiscriminada, às queimadas e ao desmatamento.

A história, dividida em seis capítulos, essa história acompanha o retorno de Chico Bento Moço ao campo para uma visita. Ao chegar à rodoviária da vila, ele é recebido por Zé Lelé, que logo o repreende por ter ficado tanto tempo afastado, sugerindo que Chico tem se distanciado da vida na roça. Durante a conversa, Zé Lelé menciona que precisa tratar de um assunto importante, mas Chico explica que está ali para realizar um trabalho da faculdade sobre “os impactos de nossas ações sobre o meio ambiente”, demonstrando estar sem tempo para ouvir Zé Lelé. Isso deixa Zé Lelé furioso, já que para ele, parece que a visita de Chico ao campo só aconteceu por conveniência e não por interesse em visitar sua família e amigos.

Ao questionar o motivo da irritação de Zé Lelé, Chico é levado pelo primo até a mata da vila, onde se depara com uma cena alarmante: o coração da floresta da Vila Abobrinha está sendo desmatado ilegalmente por alguém. Diante da destruição,

23 a 26 de setembro

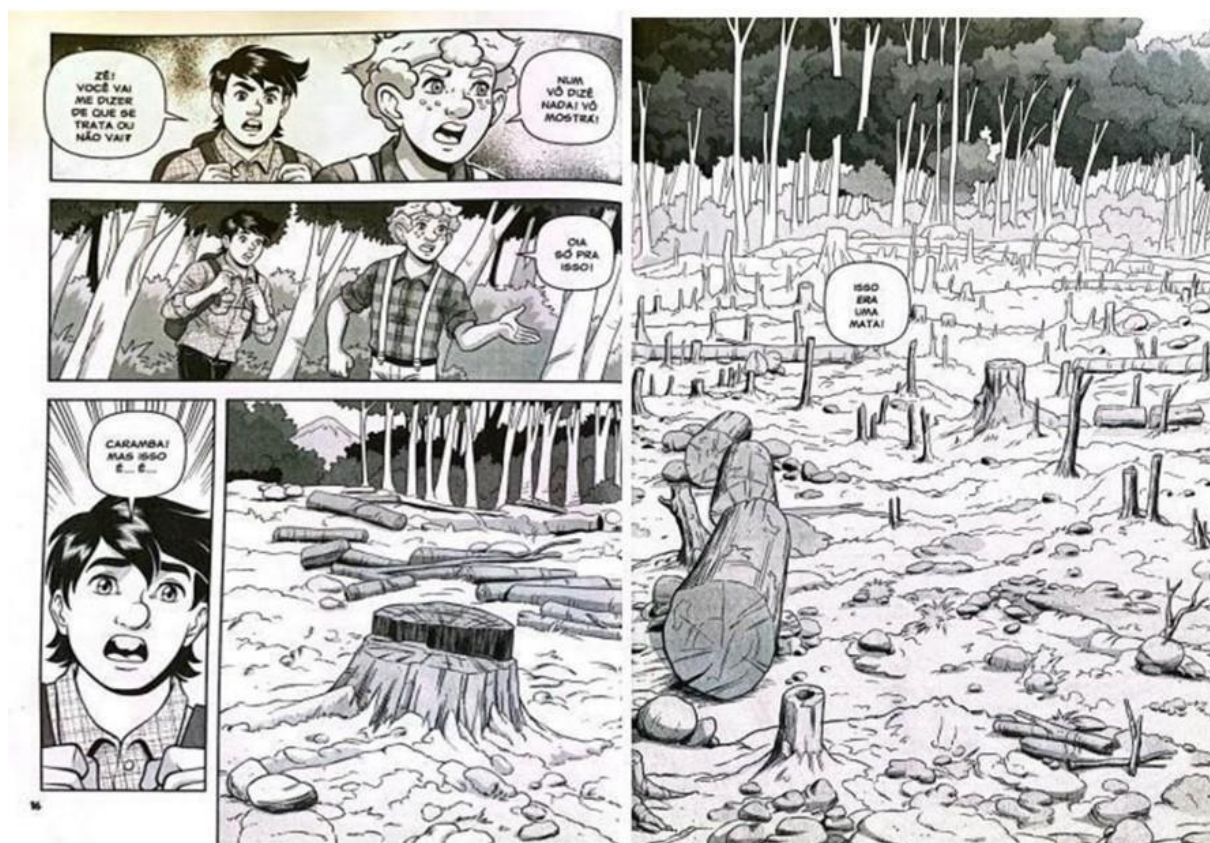
HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Chico Bento Moço fica preocupado, não apenas pelo impacto visual do desmatamento, mas também por perceber que a degradação ambiental está diretamente relacionada às questões abordadas em seu trabalho da faculdade, podendo usar a situação a seu favor, como podemos observar com detalhes na imagem abaixo

Figura 37 – Desmatamento na mata da Vila Abobrinha.



Fonte: Chico Bento Moço. Raízes. Revista nº 70, p.16 e 17, 2020.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Assim, nas representações acima, percebe-se que, nos quadrinhos de Chico Bento, a natureza não atua apenas como tema recorrente, mas como um elemento ativo que simboliza a relação intrínseca entre o ser humano e o meio ambiente. Nesse contexto, os quadrinhos tornam-se instrumentos pedagógicos capazes de sensibilizar o público para questões ambientais, demonstrando que a preservação da natureza não é uma responsabilidade isolada, mas um compromisso coletivo essencial à sustentabilidade do país.

Contudo, a análise realizada nesta etapa da pesquisa de dissertação revela que as abordagens e representações nas histórias de Chico Bento ainda permanecem superficiais, mesmo diante da explícita interdependência do personagem com a natureza. Caso Chico Bento Moço aprofundasse a discussão sobre os desafios ambientais contemporâneos como a expansão agrícola desordenada, o desmatamento ilegal e a crescente perda de biodiversidade brasileira, poderia contribuir de maneira mais significativa para a conscientização sobre a urgência de proteger os ecossistemas brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas histórias de Chico Bento Moço, é construída uma representação do campo e do interior do Brasil, que simbolicamente recria a vida de seus habitantes e o ambiente ao seu redor. Nesse contexto, o discurso busca convencer os leitores da realidade da história narrada, estabelecendo uma conexão entre o passado e o presente. Representar, nesse sentido, envolve utilizar símbolos e linguagem para fazer referência a algo que vai além do texto, buscando evocar ou reconstruir realidades passadas dentro dos limites da narrativa. A representação histórica, portanto, refere-se à forma como eventos, pessoas e contextos são interpretados e

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



apresentados, moldando nossa compreensão do passado. Esse conceito não se limita à seleção de fatos, mas abrange também a construção de narrativas que influenciam a percepção pública.

No entanto, ao abordar a natureza e a tecnologia de forma simplificada, os quadrinhos podem reforçar uma visão idealizada e, em certa medida, distorcida dessa relação. Tal abordagem pode limitar a promoção de uma consciência crítica sobre os desafios reais e as complexidades envolvidas no uso da tecnologia e na preservação do meio ambiente. Isso ressalta a importância de explorar nos quadrinhos não apenas os benefícios ou problemas isolados da tecnologia, mas também os debates mais amplos que permeiam sua integração na vida rural, como o impacto social e políticas públicas necessárias para os efeitos de sua implementação.

É possível observar que, mesmo quando a história aborda questões sociais e ambientais, como o desmatamento, a narrativa opta por um tratamento apaziguador, evitando confrontos diretos com problemáticas estruturais. Em vez de provocar reflexões mais críticas sobre os responsáveis pelo desmatamento e suas motivações econômicas e políticas, a trama frequentemente desloca a responsabilidade para indivíduos específicos, ignorando a complexidade da questão. Chico Bento Moço, apesar de ser um personagem carismático e admirável, não assume um posicionamento incisivo diante dos problemas, limitando-se a uma postura de observador ou de a gente que busca soluções pontuais, sem questionar as causas profundas dos problemas. Dessa forma, a história mantém uma perspectiva conciliatória, reforçando a ideia de que as mudanças ocorrem a partir de atitudes individuais, e não de mobilizações coletivas ou políticas públicas eficazes.

Referências

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



BLOCH, Marc. Apologia da história. Zahar, 2002.

CIRNE, Moacy. A Linguagem dos quadrinhos: o universo estrutural de Ziraldo e Maurício de Sousa. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DUARTE, Regina Horta. História & natureza. Autêntica, 2007.

ECO, Umberto. Apocalípticos e integrados. São Paulo: Perspectiva, 1979.

JUNIOR, Sérgio Ronaldo Pinho. O discurso da natureza nas hqs do Chico Bento: provocações ao campo de saber da ambiental. 2015. Mestrado em Educação Ambiental. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

LIMA, Savio Queiroz. A abordagem epistemológica das Histórias em Quadrinhos enquanto objeto-fonte. In: Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST. 2015. p. 1814-1828.

PARRILLA, Franciele Aline. Chico Bento, um caipira do campo ou da cidade? A representação do espaço rural e urbano e de seus habitantes na revista em quadrinhos do Chico Bento (1982-2000). Dissertação em História – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Assis - UNESP-Assis/SP, 2006.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho. O ethos do homem do campo nos quadrinhos de Chico Bento. 01/12/2008. Mestrado em Estudos linguísticos. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Biblioteca Depositária: FALE; BU.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



JOGOS ELETRÔNICOS E EDUCAÇÃO: REGIMES DE HISTORICIDADE, NARRATIVAS DIGITAIS E A GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Claudio Dos Santos Pereira de Oliveira¹
Luis Fernando Cerri²

¹ Mestrando em História pela UEPG

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas

A revolução digital e a crescente popularidade dos jogos eletrônicos têm provocado profundas transformações na maneira como as gerações atuais se relacionam com o passado. Esse fenômeno leva a novas interpretações de eventos históricos à construção de identidades culturais. No cenário contemporâneo, os jogos eletrônicos e a cultura gamer emergem como fenômenos socioculturais relevantes, refletindo novos regimes de historicidade (Hartog, 2013), e influenciando práticas educacionais. A experiência do jogador em mundos virtuais não apenas altera a percepção temporal, mas também realça a importância das narrativas digitais como um meio eficaz de engajamento e aprendizado (Jenkins, 2001; Dosse, 2001).

É importante reconhecer que os jogos eletrônicos de caráter histórico não são meras representações neutras do passado. Pelo contrário, eles integram um cenário de memórias em constante disputa, no qual diferentes grupos sociais buscam legitimar suas próprias versões da história. Bello (2019) reforça a ideia da pluralidade das memórias históricas, indicando que os jogos não oferecem uma única versão do passado, mas sim múltiplas representações. Quando inseridas em narrativas interativas, essas representações contribuem para reconfigurar a percepção coletiva da história, assim, os jogos eletrônicos criam ambientes imersivos onde o passado é continuamente ressignificado, permitindo diversas interpretações dos eventos

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



históricos. Essa dinâmica levanta questões cruciais para a teoria da História, especialmente em relação aos conceitos de "passado prático" (White, 2018), "micro-história" (Revel, 2010) e "operação historiográfica" (Certeau, 1982).

Nesse contexto, a integração da gamificação ao ensino de História surge como uma resposta à necessidade de métodos mais interativos e engajadores, embora também apresente desafios epistemológicos, éticos e metodológicos. Este estudo tem como objetivo analisar como os jogos eletrônicos e a gamificação no ensino de História estão moldando novas formas de interpretar o passado. Para isso, exploraremos as conexões entre a cultura gamer e a historiografia, destacando as transformações nas práticas de ensino e as novas abordagens na construção da consciência histórica.

1. GAMIFICAÇÃO EM DIÁLOGO COM A PRODUÇÃO ACADÊMICA

Desde a segunda metade do século XX, a historiografia tem passado por diversas transformações, questionando a linearidade tradicional da história e a própria noção de verdade histórica (Ávila, 2018; White, 2018). A crise da História como disciplina única e coesa abriu espaço para novas abordagens, incluindo formas interativas de representar o passado.

Com o surgimento dos jogos eletrônicos, esse debate se intensificou, pois, as narrativas gamificadas oferecem versões alternativas da história, muitas vezes reimaginadas com elementos ficcionais e decisões interativas que desafiam a rigidez dos relatos históricos convencionais. Um exemplo evidente é o da franquia de jogos *Assassin's Creed*, que reconstitui cenários históricos com detalhes impressionantes, mas permite ao jogador atuar como um agente que altera os eventos e interage com figuras históricas.

No papel do personagem Desmond Miles e outros agentes anônimos no presente, os jogadores são introduzidos a uma narrativa na qual os protagonistas são

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



colocados em uma máquina chamada *Animus*, onde a “memória genética” de antepassados é materializada em simulação virtual que reconstitui o passado. Sob essa perspectiva, são reconstituídos “virtualmente” múltiplos tempos históricos, como a Terceira Cruzada, a Renascença Italiana, as “Treze Colônias” americanas, o Caribe, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, através de cenas fílmicas, espaços exploráveis e um conjunto de possibilidades de interatividade virtual. Nesse sentido, “o mecanismo narrativo de um personagem do presente é uma *História Magistra Vitae* moderna: o presente alienado e desprendido de seu passado (exótico) volta-se à história para tirar lições e, assim, guiar e controlar o futuro” (Bello, 2019).

Dentro desse contexto, emergem propostas de transformar a experiência dos jogos e utilizar da imersão digital como uma ferramenta pedagógica. A gamificação, que pode ser compreendida como a inserção de elementos característicos dos jogos (como recompensas, pontuação, missões e desafios) em contextos não lúdicos, surge como uma estratégia de engajamento nas mais diversas áreas do conhecimento, incluindo o ensino de História (Paz, 2019). A utilização desses aspectos da cultura gamer no processo educacional busca não apenas despertar o interesse dos estudantes, mas também transformar a experiência de aprendizagem, tornando-a mais interativa, dinâmica e colaborativa.

Autores como Marcella Albaine Farias da Costa (2017) e Eucídio Pimenta Arruda (2009) têm oferecido contribuições significativas a este campo, proporcionando perspectivas valiosas que enriquecem a compreensão das intersecções entre jogos eletrônicos, ensino e historiografia. A contribuição de Costa (2017), em sua obra “Ensino de História e games: dimensões práticas em sala de aula”, transcende a simples sugestão de usar jogos e apresenta experiências didáticas concretas, demonstrando como a lógica dos games e a narrativa hipertextual podem ser aplicadas para mediar o aprendizado histórico. Sua perspectiva valida a gamificação não como um mero artifício para captar a atenção,

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



mas como uma metodologia capaz de promover uma "sala de aula autoral e colaborativa".

O trabalho de Costa (2017) nos permite, portanto, partir da premissa de que os jogos são ferramentas pedagógicas viáveis. Eucídio Pimenta Arruda (2009), em sua tese "Jogos digitais e aprendizagens: o jogo *Age of Empires III* desenvolve ideias e raciocínios históricos de jovens jogadores?", oferece um complemento analítico crucial, pois investiga se os jovens, ao jogarem, desenvolvem raciocínios históricos. Sua conclusão é de que embora o jovem não "aprenda" a história factual ensinada na escola através do jogo, ele "opera com raciocínios e maneiras de pensar historicamente que são fundamentais para a compreensão da historiografia" (Arruda, 2009, p. 8). O autor demonstra que os jogadores, ao gerenciarem civilizações, tomarem decisões estratégicas e se envolverem com as narrativas do jogo, estão, na prática, exercitando formas de pensamento histórico, como a análise de causa e consequência, a gestão de recursos em um contexto temporal e a compreensão de narrativas complexas.

Partimos da validação pedagógica de Costa (2017) para justificar a relevância da gamificação como prática de ensino, e utilizamos a análise de Arruda (2009) como ferramenta para investigar o núcleo dessa prática e a maneira como ela mobiliza e desenvolve raciocínios históricos nos estudantes. A contribuição dessa discussão, portanto, em conectar a "sala de aula autoral" de Costa (2017) com as "operações de cognição histórica" de Arruda (2009), analisando como as representações do passado, veiculadas e construídas através da gamificação, são processadas pelos alunos e de que forma isso contribui para a consciência histórica.

Em geral, Costa (2017) explora como os games podem ser empregados como ferramentas pedagógicas no ensino de História, investigando o potencial narrativo e imersivo desses recursos para engajar os estudantes e promover uma compreensão mais dinâmica do passado. Arruda por sua vez, tem se dedicado a analisar as implicações historiográficas dos jogos eletrônicos, discutindo como eles constroem e

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



veiculam representações do passado, e quais desafios e oportunidades isso representa para a disciplina histórica.

2. A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA NOS JOGOS ELETRÔNICOS

Para Michel de Certeau (1982) um texto histórico não é apenas um relato do passado, mas uma nova interpretação que resulta do uso de diferentes métodos, da redefinição das fontes e da estruturação específica da narrativa histórica. Assim como um historiador reconfigura documentos e eventos ao escrever um texto histórico, os jogos eletrônicos operam dentro de uma lógica própria de organização da história, criando um discurso que pode reforçar, questionar ou distorcer determinados aspectos do passado.

Portanto, compreender os jogos eletrônicos como uma forma de produção historiográfica exige um olhar crítico que leve em conta as práticas e os métodos envolvidos na construção dessas narrativas interativas. De acordo com Certeau:

Mais genericamente um texto histórico (quer dizer, uma nova interpretação, o exercício de métodos novos, a elaboração de outras pertinências, um deslocamento da definição e do uso do documento, um modo de organização característico, etc.) enuncia uma operação que se situa num conjunto de práticas (Certeau, 1982, p. 71).

Logo, Certeau (1982) define a operação historiográfica como um processo de construção narrativa que seleciona, organiza e dá sentido aos eventos passados. Nos jogos eletrônicos, essa operação ocorre em múltiplos níveis, a história oficial é reimaginada e reinterpretada pelo design do jogo, e os jogadores, ao tomarem decisões dentro desse mundo simulado, tornam-se coautores dessa história. Esse fenômeno sugere que os jogos eletrônicos não apenas replicam a historiografia tradicional, mas criam um novo espaço de experimentação narrativa.

É precisamente neste ponto que a análise de Certeau pode dialogar com a perspectiva de Eucídio Arruda (2009). O que Arruda descreve como as "operações

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



da cognição histórica" dos jogadores, ou seja, as formas como eles mobilizam, raciocínios e ideias sobre o passado para agir no jogo, pode ser compreendido como um paralelo direto da operação historiográfica. O jogador não está apenas consumindo uma história pronta, ele está ativamente engajado em um processo que espelha o do historiador, ele seleciona caminhos (suas fontes), organiza suas ações (sua narrativa) e busca dar um sentido à sua trajetória para alcançar a vitória (sua interpretação).

Se Certeau concebe a operação historiográfica como o trabalho do historiador sobre as fontes, nos jogos eletrônicos essa operação é transferida para o jogador. Ele assume o papel de um “mestre da história” que, por meio de suas decisões, reconfigura constantemente o passado. A dinâmica interativa do game, portanto, transforma o jogador no agente de sua própria operação historiográfica, materializando em tempo real as operações cognitivas que Arruda identificou. Certeau (1982) argumenta ainda que a história é sempre uma produção discursiva, ou seja, o passado não é simplesmente recuperado, mas reconstruído a partir das condições sociais, políticas e culturais do presente. Dessa forma, a operação historiográfica não é apenas o ofício do historiador, mas um processo de produção do conhecimento histórico, que envolve múltiplas práticas e escolhas interpretativas.

Sendo assim, pode-se entender que a operação historiográfica é um processo de construção narrativa que envolve a seleção de fontes, a organização de dados e a escrita da História conforme interesses e demandas do presente, de acordo com o interesse do historiador (Certeau, 1982). A lógica da operação historiográfica, encontra um paralelo direto nas práticas gamificadas. A gamificação no ensino de História replica essa mesma dinâmica, ela estrutura o aprendizado ao criar desafios, regras e interações que necessariamente moldam como os alunos acessam e interpretam o passado.

Assim como o historiador decide quais eventos enfatizar e quais perspectivas apresentar, o designer de um jogo educativo também estabelece recortes específicos

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



da história, guiando os jogadores por meio de experiências controladas que são, em sua essência, uma forma de operação historiográfica aplicada ao ensino. Esse paralelo mostra que a gamificação não apenas transmite conhecimento histórico, mas também recria a operação historiográfica de forma interativa, transformando o aluno em um agente ativo na construção da narrativa histórica.

3 REGIMES DE HISTORICIDADE E O PRESENTISMO NOS JOGOS ELETRÔNICOS

É sabido que a maneira como eventos históricos são representados nos jogos eletrônicos não é neutra, pois reflete as formas contemporâneas de se relacionar com o passado. É nesse ponto que a teoria dos regimes de historicidade, proposta por François Hartog (2013) pode ser conectada. Para Hartog (2013, p. 11), “um regime de historicidade é apenas uma maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categoriais, justamente como se falava, na teoria política grega, de constituição mista”. Compreender os diferentes tempos e maneiras pode ser fundamental para a análise dos jogos e da gamificação no ensino de História.

Segundo Hartog (2013), cada sociedade estabelece diferentes formas de relação com o passado, o presente e o futuro, e atualmente vivemos sob o presentismo, um regime em que o presente se torna a principal referência para a interpretação histórica hoje, é o presente que domina, ele é a referência. Isso significa que os jogos eletrônicos, ao reconstituírem cenários históricos, frequentemente projetam sobre o passado valores e preocupações contemporâneas, adaptando narrativas para torná-las mais acessíveis ao público atual. Além disso, a relação com o passado, como a do presente com o futuro, não é fixa: ela muda com o tempo, pois é histórica (Hartog, 2013).

Traçando ainda um paralelo com a ideia de passado prático de Hayden White (2018) que aponta que o passado é usado e reinterpretado no presente para atender

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



as necessidades sociais, culturais e políticas contemporâneas, diferente de uma visão tradicional que enxerga o passado como algo fixo e distante, White (2018) argumenta que ele é constantemente reconstruído e mobilizado de acordo com os interesses e preocupações do presente. Para White (2018) o passado não é estático, mas sim algo ativado no presente. Sendo assim, jogos como *Assassin's Creed*, *Call Of Duty*, *Age of Empires*, entre outros utilizam eventos históricos como pano de fundo, mas alteram narrativas para criar uma experiência mais envolvente, demonstrando como o passado pode ser adaptado para diferentes propósitos (Arruda, 2009).

Quando um jogo eletrônico representa um evento histórico, ele não está apenas transmitindo fatos, mas recriando aquele evento dentro de uma lógica narrativa contemporânea, tornando-o relevante para o público atual. A gamificação no ensino de História deve ser uma ferramenta útil desde que os alunos sejam incentivados a refletir criticamente sobre como e por que determinadas versões do passado são construídas. A gamificação pode ser uma adaptação para engajar os alunos e criar conexões entre passado e presente, mas também levanta desafios, como o risco de anacronismos ou a simplificação de processos históricos complexos. O conceito de presentismo, descrito por Hartog, é altamente relevante para os jogos eletrônicos e para a gamificação, pois a maior parte dos jogos históricos recria o passado a partir da mentalidade contemporânea. O presentismo pode ser perigoso, pois revisitar o passado com preocupações contemporâneas, podendo levar a distorções históricas em jogos e no ensino, onde eventos passados são julgados com valores do presente sem a devida contextualização. Para Hartog

A hipótese do regime de historicidade deveria permitir o desdobramento de um questionamento historiador sobre nossas relações com o tempo. Historiador, por lidar com vários tempos, instaurando um vai vem Entre o presente e o passado, ou melhor, passados, eventualmente bem distanciados, tanto no tempo quanto no espaço. Este movimento é sua única especificidade. Partindo de diversa experiências no tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidencia as articulações do passado, do presente e do futuro Hartog, 2013, p. 37).

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Sabe-se que cada época reconfigura sua relação com o tempo e com a história. As gerações anteriores aprendiam história por meio de textos e documentos escritos, os alunos contemporâneos frequentemente acessam o passado através de simulações, realidade virtual, e jogos interativos, o que altera sua percepção histórica.

Por mais que Prost (1996) afirme que a História é uma ciência que estuda o passado humano, é importante reconhecer que a forma como esse passado é acessado e interpretado varia conforme as tecnologias e as mentalidades de cada época.

4 NARRATIVAS DIGITAIS E A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

As narrativas digitais presentes nos jogos eletrônicos oferecem uma nova dimensão para a construção da consciência histórica. Diferentemente das narrativas tradicionais, que são lineares e unidirecionais, as narrativas digitais permitem múltiplas possibilidades de desenvolvimento, onde o jogador pode explorar diferentes caminhos e consequências para os eventos históricos.

Essa característica interativa dos jogos pode contribuir para uma compreensão mais complexa e nuançada da História, permitindo que os estudantes percebam que os eventos históricos não são inevitáveis, mas resultado de escolhas e circunstâncias específicas. A construção da consciência histórica através dos jogos eletrônicos também envolve a capacidade de compreender a relação entre passado, presente e futuro. Essa perspectiva temporal é fundamental, pois, como define Jörn Rüsen (2001), a consciência histórica é precisamente a operação mental que utiliza a interpretação do passado para orientar a vida prática no presente e construir perspectivas para o futuro. Quando um estudante joga um jogo histórico, ele não apenas aprende sobre eventos passados, mas é convidado a realizar essa mesma

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



operação: ele desenvolve uma compreensão sobre como as experiências do passado (no jogo) se relacionam com suas decisões no presente (da partida) e podem influenciar o futuro (o resultado). Essa dinâmica, portanto, fomenta a formação de uma consciência histórica crítica e reflexiva.

Além disso, os jogos eletrônicos podem promover a empatia histórica, permitindo que os jogadores se coloquem no lugar de personagens históricos e compreendam as motivações, desafios e limitações que esses indivíduos enfrentaram. Essa experiência imersiva pode contribuir para uma compreensão mais humanizada da História, onde os eventos não são vistos apenas como fatos abstratos, mas como experiências vividas por pessoas reais. No entanto, é importante reconhecer que a construção da consciência histórica, através dos jogos eletrônicos também apresenta desafios.

A simplificação de processos históricos complexos, a presença de anacronismos e a influência de perspectivas contemporâneas podem distorcer a compreensão histórica dos estudantes. Por isso, é fundamental que o uso de jogos eletrônicos no ensino de História seja acompanhado de uma reflexão crítica sobre as representações apresentadas e sobre as limitações dessas ferramentas.

5. DESAFIOS METODOLÓGICOS DA GAMIFICAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA

A aplicação de elementos dos jogos eletrônicos no ensino de História exige um cuidado metodológico, pois o simples uso de jogos e elementos lúdicos pode não ser suficiente para promover uma aprendizagem efetiva (Burke, 2015). A primeira grande questão que se coloca nesse processo é o equilíbrio entre a mecânica do jogo e o conteúdo histórico. Enquanto os jogos visam ao entretenimento, o ensino de História se dedica fundamentalmente a desenvolver o pensamento crítico e a capacidade analítica dos alunos. A simples inserção de pontuação ou recompensas, sem um

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



direcionamento pedagógico claro, pode levar a uma superficialização do conhecimento.

Assim, a gamificação deve ser cuidadosamente planejada para garantir que os alunos, ao serem expostos a esses elementos lúdicos, não percam de vista os objetivos de aprendizagem histórica. Segundo Prensky (2007):

Os professores de hoje têm que aprender a se comunicar na língua e estilo de seus estudantes. Isto não significa mudar o significado do que é importante, ou das habilidades de pensamento. Mas significa ir mais rápido, menos passo-a-passo, mais em paralelo (Prensky, 2007).

A tarefa do educador nesse contexto será, portanto, criar experiências que integrem a imersão do jogo com a reflexão crítica sobre os conteúdos históricos, permitindo que os alunos não apenas joguem, mas também compreendam as implicações históricas e sociais das suas escolhas. A ideia de “gamificar” a história pode ser aplicada por meio de simuladores históricos, jogos de interpretação e narrativa, onde os alunos assumem papéis de personagens históricos e vivenciam situações que exigem decisões baseadas no contexto da época. Esses jogos podem contribuir para o entendimento de processos históricos de forma mais palpável, permitindo aos alunos perceberem as complexidades e as múltiplas perspectivas que compõem a história de um determinado período (Zacchi, 2018).

O ensino de História, por sua vez, muitas vezes se vê diante do desafio de atrair o interesse de jovens cujos hábitos de consumo cultural estão cada vez mais voltados para as mídias digitais e as experiências imersivas. A gamificação surge, então, como uma alternativa para superar a dicotomia entre a tradicional forma de ensino da História, baseada em exposições verbais e leituras de textos, e o desejo de engajamento mais ativo por parte dos estudantes. Conforme aponta Moraes (2022, p. 42), “ao se envolverem ativamente na aprendizagem, os estudantes percebem a relevância do conhecimento histórico para suas vidas e para o mundo ao seu redor”. Nesse sentido, a gamificação não é apenas um recurso didático, mas uma verdadeira

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



metodologia que visa adaptar os princípios do jogo à construção de uma aprendizagem mais significativa, centrada no aluno.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou explorar a complexa relação entre jogos eletrônicos, ensino de História e historiografia, destacando como as narrativas digitais e a gamificação podem moldar novas formas de interpretação e ensino do passado. A análise dos regimes de historicidade e do conceito de passado prático revelou que os jogos não são meros entretenimentos, mas sim poderosas ferramentas de construção e reconstrução do conhecimento histórico.

A gamificação, quando aplicada de forma pedagógica e crítica, tem o potencial de engajar os alunos e promover uma compreensão mais profunda e interativa da História. No entanto, é crucial que educadores e historiadores estejam atentos a essas novas mídias, utilizando-as de forma consciente para desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de análise dos estudantes. A integração dos jogos eletrônicos no ensino de História não deve se limitar à transmissão de fatos, mas sim à promoção de uma reflexão sobre como o passado é construído, interpretado e ressignificado em diferentes contextos. Ao dialogar com a produção existente e incorporar as sugestões do orientador, este trabalho visa contribuir para o avanço no campo do ensino e para a formação de cidadãos mais críticos e engajados com o conhecimento do passado.

A discussão sobre os regimes de historicidade e o presentismo contribui para a compreensão das múltiplas relações entre o tempo e a História, um tema central para a historiografia contemporânea. O potencial de contribuição para o campo historiográfico reside na proposição de uma nova lente analítica para o estudo da História. Ao reconhecer os jogos eletrônicos como espaços de produção

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



historiográfica, o trabalho expande as fronteiras da disciplina, incentivando a pesquisa sobre como o passado é reconfigurado e ressignificado em mídias interativas.

Para a sociedade, a contribuição deste trabalho é significativa no contexto da educação. Ao propor a gamificação como uma ferramenta pedagógica para o ensino de História, o estudo oferece caminhos para engajar as novas gerações, que já estão imersas no universo digital. Isso pode resultar em uma formação de cidadãos mais críticos e conscientes sobre a construção do conhecimento histórico, capazes de analisar diferentes narrativas do passado e compreender suas implicações no presente.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eucídio Pimenta. **Jogos digitais e aprendizagens: o jogo Age of Empires III desenvolve ideias e raciocínios históricos de jovens jogadores?** 2009. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009

ÁVILA, Arthur Lima de. **O que é ensino de História: entre objetivos e objetos.** Saeculum, João Pessoa, v. 23, n. 39, p. 46-56, jul./dez. 2018.

BELLO, Robson Scarassati. **Assassin's Creed e a História: entre a simulação do passado e a narrativa histórica.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 39, n. 82, p. 199-220, 2019.

BURKE, Brian. **Gamificar: como a gamificação motiva as pessoas a fazerem coisas extraordinárias.** São Paulo: DVS Editora, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Marcella Albaine Farias da. **Ensino de História e games: dimensões práticas em sala de aula.** Curitiba: Appris, 2017

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História.** Bauru: EDUSC, 2001.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e História oral.** Topoi, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 314-332, 2000.

FILHO, João. **Jogadores e a consciência histórica: o caso de Assassin's Creed.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 44, n. 88, p. 470-490, 2024.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência.** São Paulo: Aleph, 2001.

MORAIS, Christianni Cardoso. **Gamificação no ensino de História: possibilidades e desafios.** Revista de Ensino de História, v. 15, n. 28, p. 35-48, 2022.

PAZ, Tatiana Gomes da. **Jogos digitais e aprendizagem histórica: uma análise do potencial pedagógico dos games.** História & Ensino, Londrina, v. 25, n. 1, p. 87-105, 2019.

PRENSKY, Marc. **Digital game-based learning.** New York: McGraw-Hill, 2007.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte: Autêntica, 1996.

REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social.** In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 15-38.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Editora UnB, 2001.

SILVA, Marcos Antonio da. **Jogos eletrônicos e ensino de História: reflexões sobre narrativas hegemônicas e contra-hegemônicas.** Revista História Hoje, v. 13, n. 25, p. 123-145, 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Manual de normalização de trabalhos acadêmicos da UEPG.** 5. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

WHITE, Hayden. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX.** São Paulo: EDUSP, 2018.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ZACCHI, Vanderlei José. **Gamificação na educação: uma proposta para o ensino de História.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, e230045, 2018.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: REFLEXÕES SOBRE SEUS USOS E A PESQUISA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Kenia de Souza Freitas Sgarbieiro¹

¹Professora na Escola Mun. Profª Adelaide Thomé Chamma e mestranda em Ensino de História/ PROFHISTÓRIA -UEPG

Georgiane Garabely Heil Vázquez²

²Doutora em História (UFPR) /Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Tendo em vista a importância de recursos didáticos para a prática educativa, inicialmente torna-se necessário refletir sobre o uso do livro didático em sala de aula pelo professor, tendo em vista que alguns educadores seguem de forma rigorosa, enquanto outros procuram formas de complementação ou até de substituição de recursos. Por se tratar de produto veiculado de valores ideológicos e culturais, o livro didático desempenha papel de protagonista no processo de ensino e aprendizagem com base em seu conteúdo pedagógico específico de cada disciplina, mas não substitui o professor.

A presente reflexão procura abordar os usos em que estão inseridos os livros didáticos. Quando se analisa um livro didático se analisa a escrita da História, o recorte proposto e suas utilizações. A análise do livro traz reflexões riquíssimas para o trabalho do professor. Mesmo se moldando como ferramenta para o trabalho do professor ao longo do tempo é importante ressaltar que o livro didático também se projeta e toma formato de uma mercadoria e é importante ter noção da materialidade das relações que estão implícitas no livro, como ressaltava Munakata, o livro didático é uma mercadoria destinada à escola. (Munakata, 2012, p.185).

O professor deve fazer o uso consciente desse equipamento, tão complexo, de trabalho e isso inclui muitas vezes analisá-lo, problematizá-lo e adaptá-lo. Nessa

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



jornada que se insere a presente reflexão. Para Chartier (1990), seja qual for o discurso ou o meio, o que se tem é a representação do fato através de um conjunto de ordenações simbólicas que permitem significar, fundamentar e produzir a realidade e seu conteúdo histórico do livro pode ser considerado uma representação.

1. A TRAJETÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

Nos primórdios da educação brasileira o livro didático era um instrumento do professor, visando atender o professor. Com a concepção da educação brasileira e a pouca instrução e formação disponível para o professor o livro didático também acabava completando essa lacuna. “No decorrer do século XIX, (...) ele passou a ser considerado também como obra a ser consumida diretamente por crianças e adolescentes, que obtiveram o direito de posse sobre ele.” (Bittencourt, 2008, p. 29).

Com o objetivo de promover a catequização dos indígenas a Companhia de Jesus enviou seus primeiros missionários em 1549 para as terras recém apossadas pela Coroa Portuguesa. O principal objetivo dos jesuítas era promover a catequização dos indígenas para isso os ensinavam a leitura e a escrita. Dessa forma a educação promovida pelos missionários jesuítas iniciou-se com os indígenas e mais tarde se estendeu aos filhos dos colonos. (Piletti; Piletti, 2012, p. 69)

Encarregados da catequização e dos primeiros momentos de instrução que ocorria nas terras que hoje formam o Brasil os jesuítas traziam livros de Portugal ou eles também eram enviados pelo rei, serviam para a instrução dos educandos e para o aperfeiçoamento dos mestres. Contudo, os livros eram escassos “(...) não existiam artes nem livros, pelo menos para todos. Via-se obrigado Anchieta a escrever os indispensáveis apontamentos e a distribuí-los pelos alunos.” (Leite, 1938, II, p. 542). Com o tempo foram criando suas próprias obras como é o caso do Padre José de Anchieta ao escrever Arte, também conhecida como “Arte da Gramática da Língua Portuguesa”.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A educação proporcionada pelos jesuítas aos indígenas era constituída de passagens bíblicas, estudo das línguas e alguns ofícios como carpintaria e tecelagem já o ensino proporcionado pelos jesuítas à elite era dogmática e literária, assim que concluíssem seus ensinamentos no Brasil poderiam obter a educação superior em uma instituição em Portugal.

Sob o reinado de D. José I, o primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, promoveu um conjunto de reformas que buscava fortalecer o rei e diminuir a influência da Igreja. Através de uma determinação, os jesuítas foram expulsos das concessões portuguesas em 1759. Mesmo que a reforma se propusesse promover dentre tantos outros objetivos a laicização isso também provocou um grande hiato do que se tinha como educação nesse momento uma vez e os jesuítas eram a principal fonte de educação formal na colônia. Pombal determinou que a educação jesuítica fosse substituída pelas aulas régias, criou um imposto que deveria prover o salário para os professores, mas isso não foi o suficiente para promover a educação na colônia. (Carneiro, 2017 p. 80).

Nelson Piletti e Claudino Piletti em sua obra “História da Educação”, enfatizam que em comparação com as escolas jesuítas poucas aulas régias chegaram a ser instaladas na colônia brasileira. A partir de 1772, graças ao subsídio literário, foram instaladas em diferentes pontos da colônia 17 aulas de ler e escrever, 15 aulas de Gramática latina, 6 aulas de Retórica, 3 aulas de língua grega e 3 de Filosofia. (Piletti; Piletti, 2012, p. 75).

A partir do novo contexto de expansão francesa e com a ameaça de ocupação de Portugal por tropas napoleônicas a Família Real Portuguesa decide fugir para sua colônia em terras brasileiras. Com o estabelecimento da corte no Brasil algumas mudanças significativas ocorreram nessas terras. A capital deixa de ser Salvador e passa a ser o Rio de Janeiro, agora era necessário que o Brasil fornecesse estrutura para a permanência da corte e para que a administração portuguesa se efetivasse, uma vez que o Brasil passa a ser a sede do Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Esse protagonismo do Brasil se reflete na educação e na área cultural. A abertura dos portos que ocorreu em 1808 não impactou somente o aspecto econômico do Brasil nessa época como também o aspecto cultural, com essa medida mais livros passaram a circular em território brasileiro.

Outro aspecto de destaque com a chegada da família real ao Brasil é a criação de diversas instituições como a Imprensa Régia em 1808, o Jardim Botânico e a Biblioteca Real em 1810, o Museu Real em 1818. Com o intuito de suprir as necessidades profissionais foram criados os primeiros cursos médicos e fundadas a Academia Real Militar e a Academia Real da Marinha, essas duas últimas instituições tiveram seus manuais impressos pela Imprensa Régia.

Segundo Schmidt (2021), a Imprensa Régia também funcionava como censor. Três autoridades examinavam o que seria publicado para assegurar “que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”, conforme observou o jornalista Juarez Bahia (1930-1998) no livro *Jornal, história e técnica – História da imprensa brasileira* (Ática, 1990).

A orientação levou os primeiros livros didáticos a terem conteúdo predominantemente religioso e os editores a conviverem com traduções e importações, principalmente de obras francesas. A situação mudou em 1821, quando o Estado deixou de ser o produtor oficial de livros para a educação básica e as editoras assumiram esse papel, valorizando autores nacionais. (Schmidt, 2021).

Com o retorno da família real a Portugal em 1821 o Brasil passa a ser administrado pelo príncipe regente, D. Pedro que proclama a independência do Brasil em 1822. Nesse cenário a Imprensa Régia dá lugar à Imprensa Nacional. As funções se mantiveram semelhantes, incluindo a publicação de livros. Em 1822, as editoras particulares começaram a surgir no Brasil. As diversas editoras que aqui atuavam muitas vezes imprimiam os livros na Europa, devido aos materiais serem de mais fácil acesso, baixando assim o preço dos livros. Começam a surgir então os primeiros livros didáticos de produção nacional. Ainda que fossem muitas vezes escritos ou

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



traduzidos por brasileiros eram, frequentemente, impressos na Europa onde o papel e as condições de confecção proporcionavam um preço mais acessível e material de melhor qualidade. Com o passar do tempo as editoras foram se estruturando e o livro didático também passa a ser impresso no Brasil. Surgem no Brasil as editoras Francisco Alves e a FTD (Frère Théophile Durand).

A educação que se deu nos primeiros anos de império encontrou vários desafios. Mesmo que a Constituição de 1824 garantisse o ensino primário universal e gratuito cada província deveria ser responsável pelo ensino, que muitas vezes não possuíam recursos suficientes. Dispondo de poucos recursos financeiros, pouca estrutura, muitas vezes os alunos eram conduzidos a salas de aula multisseriadas. Essa estrutura era embasada no método do pedagogo britânico Joseph Lancaster. Conhecido como ensino mútuo ou monitorial, o professor orientava os alunos mais “adiantados” que atuavam como monitores dos alunos que possuíam mais dificuldades. (Carneiro, 2017 p. 82).

Nesse contexto surge, em 1837, o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, inspirado nos liceus franceses e oferecia educação para os filhos da elite. As demais instituições de ensino procuravam equipar-se com Colégio Pedro II. Conforme aponta Carneiro (2017, p. 88), o Colégio Pedro II era modelado nos liceus europeus da época, visando a formação das elites intelectuais de então, e servia de padrão para os liceus da Província.

Como o colégio imperial era o único que podia distribuir o certificado de bacharel, necessário para o ingresso no ensino superior, a base do ensino nos colégios das províncias passou a ser a matéria cobrada nos exames, não existindo efetivamente um ensino secundário global ou erudito. No texto da lei é possível observar que o Império exigia que as províncias fundas sem escolas, mas os gastos para tal eram estritamente da província, bem como a qualificação dos professores deveria provir de seus próprios ordenados. Tudo isso desencorajava o crescimento do sistema educacional para que este fosse capaz de atender a todos. (Carneiro, 2017, p. 88).

Os livros que retratam a história durante os primeiros anos de colonização até o fim do Império buscavam enfatizar um projeto civilizador que colaboravam para a

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



construção da nação. O Período Imperial do Brasil durou de 1822 a 1889. Dois principais grupos incitaram a Proclamação da República, os militares na figura do Exército, que estava fortalecido após da Guerra do Paraguai e os latifundiários, diante da abolição da escravidão através da Lei Áurea em 1888.

Em 1890 o ministro da Instrução Pública, Benjamin Constant, que era adepto das ideias positivistas⁶⁵, começa a encabeçar uma mudança na educação brasileira. Ministro da Instrução Pública do novo governo, encabeçaria uma importante reestruturação agora era preciso formar cidadãos produtivos para a construção de uma nova nação.

Constant reformulou o currículo que a partir de então se distancia do formato humanista antes praticado e se aproxima do modelo científico proposto pelos positivistas. Determina critérios para a formação dos professores, estabelece os grupos escolares, estabelece o currículo do ensino primário e do secundário. O advento da República não provocou muitas mudanças na educação formal brasileira até então, a educação continuava a atender principalmente as elites, a maioria das escolas continuava a operar de forma precária. Contudo essas propostas não afetaram a educação efetivamente até a década de 1930, quando educadores criticariam o sistema vigente. (Carneiro, 2017, p.96)

Os livros de História não poderiam continuar com a mesma narrativa, era necessário construir um discurso historiográfico que fosse capaz de construir uma identidade adequada ao novo projeto de nação baseado nos princípios morais e cívicos. As ideias do teórico europeu Auguste Comte (1798-1857) passaram a ter ampla aceitação entre os republicanos brasileiros. Nessa corrente teórica, o positivismo, a escola era uma ferramenta essencial para a construção de um país que valorizaria a ciência e alcançaria o progresso.

⁶⁵ O positivismo é uma corrente filosófica que defende que o conhecimento verdadeiro é aquele que pode ser comprovado cientificamente, promovendo a ordem e o progresso social.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Em 1930 se encerraria o período da história brasileira conhecido como República Oligárquica e se inicia o Governo Provisório instituído por Getúlio Vargas após a Revolução de 1930 e que permaneceria no poder até 1945.

Nesse contexto estavam em evidência as ideias da corrente teórica denominada Escola Nova. Os teóricos dessa corrente defendiam uma educação mais dinâmica, democrática e participativa que valorizasse a construção do conhecimento pelo aluno em detrimento da memorização como ocorria antes. Segundo Carneiro (2017, p. 97), o manifesto dos pioneiros da Educação Nova pôs fim à República Velha, assinado por 26 intelectuais, na defesa do ensino público pleno, gratuito, laico, obrigatório e único, a fim de garantir o acesso livre e igual aos benefícios da educação, independentemente da classe social do estudante.

No Brasil pensadores como Fernando de Azevedo (1894-1974), Lourenço Filho (1897-1970), Anísio Teixeira (1900-1971) passaram a defender esses preceitos pedagógicos. Anísio Teixeira, por sua vez, em uma viagem para os Estados Unidos entrou em contato com os pensamentos de John Dewey (1859-1952), que defendia processos de aprendizagens mais práticos.

Em 1932 foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em São Paulo, e logo ficou conhecido nacionalmente. Trata-se de um documento endossado por 26 intelectuais de defendiam uma mudança na educação. Entre as propostas estava o ensino público laico, obrigatório e gratuito, o acesso livre e igualitário a educação independente da classe social.

No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a primeira etapa de sua gestão ficou conhecida como Governo Provisório (1930-1934), foi eleito através de eleições indiretas e implementou a Constituição de 1934, inaugurando também o Governo Constitucional (1934-1937). A partir de 1937, Getúlio Vargas inaugura o período chamado de Estado Novo através de um golpe de estado, que duraria até 1945.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O governo de Getúlio Vargas se caracterizou por uma postura ditatorial e populista a partir de 1937. Em 1930 foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública e Francisco Campos foi nomeado ministro. Promoveu uma reforma que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos, nessa reforma reorganizou o ensino básico em um ciclo fundamental e um médio, promoveu reformas universitárias e criou o Conselho Nacional de Educação.

Ao suceder a Francisco Campos, Gustavo de Capanema, que fica no ministério de 1934 até 1945, propõe uma educação que obedece aos princípios getulistas e colabora para a criação de uma identidade nacional, onde o Estado brasileiro seria visto como produtivo, economicamente enérgico e orgulhoso da sua identidade nacional. Para tanto, elabora o Plano Nacional de Educação, que possui seu texto final aprovado em 1937.

Nesse novo contexto educacional se destaca a instrumentação que se deu à disciplina de História, que foi usada para perpetuar o passado glorioso do país, com ênfase nos heróis nacionais e nas datas comemorativas. Buscava-se dessa forma uma educação que moldasse o indivíduo para a sociedade, indivíduos ordeiros e trabalhadores que respeitassem o senso de moral vigente.

É importante ressaltar que a segregação social ainda continuou a existir através da educação. Nesse período houve um florescimento de escolas voltadas para o ensino imediato ao mercado de trabalho, contudo as escolas-patrão ainda preparavam os jovens da elite para o ingresso nas universidades.

Trindade (2017) afirma que o Estado Novo foi uma fase singular na vida nacional, representando para a historiografia brasileira um recorte temporal considerado rico em possibilidades de pesquisa. Registra também que, desde o início dos estudos voltados para o Estado Novo, a historiografia vem experimentando transformações sob diferentes perspectivas sobre o regime.

Com a redemocratização em 1945, segundo Trindade (2017), o Brasil vivenciou um breve período democrático até 1964. Nesse momento a educação

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



contou com alguns avanços como a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1961. Pode-se destacar também a luta pela ampliação do acesso à educação e a atuação de Paulo Freire, que desenvolveu um método revolucionário para alfabetização de adultos. Novamente sob o discurso de combate ao comunismo, as forças armadas brasileiras instauram um novo golpe militar, o Golpe de 1964. Com o apoio dos setores religiosos e da classe média o Brasil entra novamente em um período ditatorial.

Com forte discurso de avanço econômico proposto pelo governo, a educação dessa época se destaca em duas frentes: a primeira estimulava a educação tecnológica e a segunda reprimia as ideias consideradas subversivas. Nesse contexto é introduzido o ensino da Educação Moral e Cívica, que possuía o papel de preparar o cidadão para o exercício da cidadania de acordo com os princípios vigentes no país.

Com a redemocratização em 1985 o Brasil passa por um processo complexo e gradual para reestabelecimento da democracia. Em 1987 é instaurada a Assembleia Nacional Constituinte que promulga a Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã.

Conforme registra Carneiro (2017, p. 123), o regime militar começou a dar sinais de decadência por volta de 1980, quando importantes mudanças estruturais foram propostas para a educação brasileira, sendo o ensino peça central das reformas. Ao mesmo tempo, trabalhou-se a ideia de que o ensino é fundamental para a formação de um cidadão consciente e da valorização de seu caráter plural, complexo e livre, o que se tornou um desafio após anos autoritários, ou seja, construir receptividade ao pensamento múltiplo e democrático.

Carneiro (2017) destaca que o Artigo 208 da Constituição Federal enumera as obrigações do Estado com relação à oferta de dispositivos educacionais aos cidadãos, tendo a educação como direito cidadão, e não apenas política pública para promoção do Estado, mas instrumento voltado à promoção do indivíduo.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Ainda Carneiro (2017) reforça que as marcas das tradições de ensino são visíveis nos currículos atuais, privilegiando modelos herdados de uma instrução culta das elites. Nesse sentido, enquanto políticas de estado buscavam ampliar o acesso à educação. As reformas priorizaram a escola culta ou moralizante e também a formação profissional e humana. “Como resultado, a educação brasileira ainda se debate para decidir qual é sua função majoritária” (CARNEIRO, 2017, p. 131).

2. REFLEXÕES SOBRE LIVRO DIDÁTICO E A PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA

A ampliação da pesquisa e da análise do livro didático no Brasil ocorreu entre as décadas de 1970 a 1980, quando surgem obras que analisam o conteúdo ideológico dessas publicações. Maria de Lourdes Deiró Nosella foi pioneira em discutir a ideologia nos livros didáticos brasileiros, seguida de Maria Laura Franco, Ana Lúcia G. de Faria e Olga Molina. Essas obras questionam as políticas públicas relacionadas ao livro didático, seu ensino e sua finalidade, a exemplo de João Batista Araújo e Oliveira, em a Política do Livro didático (1984). Em 1997, Kazumi Munakata analisa as relações do Estado na produção do livro didático, e mais pesquisas surgem sobre o livro didático na atualidade.

É importante que cada vez mais se analise, critique, repense e ressignifique o livro didático e seus usos no contexto educacional. Pirola (2008, p. 18) afirma que o Brasil possui destaque mundialmente na área de pesquisa em manuais e livros didáticos escolares, demonstrando um intenso fluxo de produção e respondendo por mais da metade de toda sua produção editorial.

Já Pirola (2008, p. 18) destaca o pioneirismo de Guy de Hollanda, por refletir sobre os principais manuais de História do seu tempo, através da obra “Um quarto de século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro - 1931-1956” (1957), considerada literatura preliminar, que examina programas e

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



manuais e demonstra a influência do regime de regulamentação de provas e exames. De autoria do mesmo autor, “A Pesquisa de estereótipos e valores nos compêndios para o ensino secundário brasileiro de 1930 a 1956” (1957) também deu suporte aos primeiros estudos sobre o assunto no Brasil.

O livro didático é um instrumento presente em nossa sociedade. Desde as séries iniciais o estudante já recebe seu livro para suas primeiras descobertas. Inicialmente o livro é uma ferramenta que auxilia no processo da decodificação da linguagem e na apropriação dela, sendo um grande aliado no processo estudantil, primeiramente na aquisição da linguagem escrita mediante ao letramento e alfabetização e depois para os demais estudos a apropriações que o estudante seguirá.

Sendo uma figura do cotidiano escolar, usado tanto por professores quanto por alunos nos debruçamos na questão. Afinal o que é um livro didático? O livro didático “(...) é um objeto cultural de difícil definição, mas, pela familiaridade de uso é possível identificá-lo, diferenciando-o de outros livros.” (Bittencourt, 2008, p. 299). Há vários fatores que influenciam na concepção do livro didático. Em relação ao seu caráter mercadológico, não se pode esquecer que o livro didático é uma mercadoria a ser comercializada entre as editoras e seu consumidor final, seja ele o estudante seja o professor.

O livro didático também é depositário de conteúdos escolares, pois conversa os conteúdos didáticos e os apresenta ao estudante. Dessa forma ele “(...) realiza a transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular.” (Bittencourt, 2008, p. 70). Trata-se de um instrumento pedagógico, que auxilia o professor e o estudante no processo de ensino e aprendizagem, sendo um veículo portador de um sistema de valores.

A complexidade da natureza desse produto cultural explica com maior precisão o predomínio que exerce como material didático no processo de ensino e na aprendizagem da disciplina, qualquer que seja ela. O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



professores e alunos, sendo utilizado, mas mais variadas salas de aula e concepções pedagógicas (...). Mas para entender o papel que o livro didático desempenha na vida escolar, não basta analisar a ideologia e as defasagens dos conteúdos em relação à produção acadêmica ou descobrir se o material é fiel ou não às propostas curriculares. Para entender um livro didático é preciso analisá-lo em todos os seus aspectos e contradições. (Bittencourt, 2008, p. 72).

O livro didático é a obra de caráter pedagógico, que se utiliza no processo de ensino e aprendizagem (Miranda; Luca, 2004). Evidentemente que o processo de ensino e aprendizagem não foi constituído de forma homogênea no território brasileiro da mesma forma que os livros não tiveram a mesma condição de confecção e acesso a todos. Essas peculiaridades devem ser consideradas quando se volta para o estudo do livro didático e seus usos.

Choppin (2004, p. 554), em relação à pesquisa histórica sobre livros e edições didáticas, aborda aspectos diversos e multiplicidade de abordagens e considera que as análises desenvolvidas segundo uma perspectiva ideológica ou sociológica respondem ou esclarecem questões colocadas pela sociedade contemporânea. Em cada país os temas abordados revelam preocupações comuns e recorrentes. A análise também revela que determinadas questões que se referem à formação da identidade nacional são frequentemente retomadas “Dentre as questões também muito frequentes destacam-se as que se relacionam com a inserção social, desde a aprendizagem de regras de boas maneiras até a educação para a cidadania, ou ainda as referentes à aprendizagem da leitura”. (Choppin, 2004, p. 556).

A análise de Choppin revelou que dentre os temas abordados a questão as minorias, dos imigrantes e o debate sobre a descolonização produziram importantes literaturas nos Estados Unidos e França. Dessa forma, os autores de livros didáticos reivindicam o status de agente, deixando de ser meros espectadores de seu tempo:

O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados. E os historiadores se interessam justamente pela análise dessa ruptura entre a ficção e o real, ou seja, pelas intenções dos autores. (Choppin, 2004, p. 556).

O Brasil recentemente democratizado, segundo Barnabé (2014, p. 32), também integrou a onda de reformas que ocorreram na década de 1990 em diversos países. Na prática, as reformas implantadas no Brasil nesse período evidenciaram a atuação do Estado com base nos princípios de universalização do Ensino, inclusão de etnias e minorias, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997 e no PNLD. O teor dos documentos oficiais, conforme Barnabé (2014) comprova tendência comum a outras disciplinas, da revisão de conteúdos; democracia e cidadania, e mundo do trabalho.

A década de 1990 também foi marcada pelo crescimento de pesquisas sobre o ensino de História (Bittencourt, 2011), abordando temáticas sobre formação docente, currículo, linguagens, produção historiográfica e livro didático.

Conforme registra Bittencourt (2011), a partir da comercialização do livro didático foram criados mecanismos de validação e aprovação, ocorrendo a aproximação do autor, da sua obra e do poder educacional, tendência que avançou para a primeira metade do século XXI, mas o interesse sobre a produção didática se apresenta, de forma paradoxal, principalmente pela incorporação de novos materiais didáticos tecnológicos que substituem manuais impressos didáticos.

Voltando-se para o seu uso em sala de aula, o livro didático é historicamente um apoio ao trabalho do professor. É como se fosse sua ferramenta de trabalho, onde o professor se debruça para traçar as melhores estratégias a fim de que seu aluno se aproprie do máximo de instruções que ele tem direito. De acordo com Bittencourt (1993, p.260) o livro didático também foi, durante muitos anos, a ferramenta que o

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



professor utilizou para sua formação. No início da educação brasileira eram raros os professores que tinham formação, encontrava então amparo no livro didático.

Com a expansão da educação no Brasil foi possível que a educação formal alcançasse o professor, no entanto, o livro didático ainda assume papel primordial no cotidiano do docente. Com uma carga horária excessiva de trabalho, muitas vezes é no livro didático que o professor encontra o auxílio que precisa no cotidiano para preparar suas aulas. Dessa forma é importante que o professor faça o uso crítico do livro didático que entenda o mesmo como um produto cultural, como uma mercadoria, que carrega valores ideológicos.

Toda a trajetória do livro didático seja suas primeiras traduções, depois os primeiros livros nacionais até mesmo o presente estudo é baseado no tempo presente e nas indagações se volta para o passado. Toda escrita carrega em si a idealização de quem escreve, “(...) ainda que isso seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente.” (Certeau, 2000, p. 34).

O livro didático à medida que passa a ser manufaturado e comercializado também carrega uma estratégia mercadológica. Para que as editoras vendam o livro didático o mesmo passou a se adaptar ao mercado. O livro didático assume assim o papel de mercadoria, como menciona Matos: “(...) livro didático de História é um produto comercial inserido em políticas públicas de educação nacional e por isso precisa ser estudado como tal.” (Matos, 2012, p. 169). As editoras passaram a buscar estratégias de venda e aceitação, nesse contexto é essencial que o professor compreenda esses pormenores que perpassam a confecção, escolha e utilização do livro didático para que a sua prática seja uma prática consciente.

Nessa perspectiva, o livro didático, seja ele de história, foco de nosso estudo, ou não, apresenta três esferas: a primeira é de tradutor dos conhecimentos acadêmicos para uma linguagem própria do saber escolar, ou seja, ele detém e sistematiza os conteúdos a serem ensinados na sala de aula; a segunda esfera reflete seu papel pedagógico, pois apresenta uma série de técnicas e métodos de ensino-aprendizagem como sugestão de aplicação para o

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



professor, apresentando as formas possíveis de como o conteúdo que ele oferece deveria ser ensinado. (Matos, 2012, p.180).

Durante os primeiros anos da educação brasileira o livro didático era instrumento caro, raro e de difícil acesso. A partir do século XX o livro se popularizou e com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) pôde alcançar ainda mais estudantes. Com o acesso ao livro didático os estudantes puderam desenvolver o seu próprio uso do livro didático. O mesmo livro, que é uma ferramenta de trabalho para o professor é um instrumento de estudo para o aluno. A partir do momento que o livro passa a contemplar o aluno os autores também redirecionam seu olhar para ele, o livro passar a ter ilustrações, uma linguagem mais próxima do educando, o que proporciona uma autonomia para esse estudante. Nesse sentido o livro se torna o companheiro íntimo na jornada acadêmica do aluno, é o livro que acompanha o aluno para casa, quando o professor não está presente e é no livro que o aluno pode procurar sanar suas dúvidas na ausência do professor.

Os conteúdos e métodos utilizados pelo professor em sala de aula estariam na dependência dos conteúdos e métodos propostos pelo livro didático adotado. Na dependência do professor em relação ao livro didático, admite-se que os bons livros didáticos são parte fundamental da qualidade da educação o livro didático assume essencialmente três grandes funções: de informação, de estruturação e organização da aprendizagem e, finalmente, a função de guia do aluno no processo de apreensão do mundo pelo livro didático assume papéis diferentes para o estudante e para o professor. Se através dele que o professor organiza, desenvolve e avalia seu trabalho pedagógico de sala de aula, para o estudante, o livro didático é um dos elementos determinantes da sua relação com a disciplina deve ser utilizado como uma fonte de busca de novos entendimentos

Bittencourt nos aponta sobre o livro didático:

[O livro didático] é uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização presente aos interesses do mercado, mas é também um depositário dos diversos

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



conteúdos educacionais, suporte privilegiado para se recuperar os conhecimentos e técnicas fundamentais por uma sociedade em uma determinada época. Além disso, ele é um instrumento pedagógico (...) E, finalmente, o livro didático deve ser considerado como veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. (Bittencourt, 1993, p.3).

Como professor e mediador, torna-se importante estar atento à pluralidade cultural a qual presenciamos não valorizando apenas o discurso eurocêntrico. A história é uma narrativa. Munakata (2016, p. 121), ao abordar livro didático como indício da cultura escolar, apresenta duas dificuldades: a primeira, referente ao livro didático, remete não apenas à fluidez da sua definição, mas também à aversão de que é muitas vezes objeto, sendo acusado como instrumento da antieducação, da dominação ideológica ou do cancelamento da autonomia do professor.

Em relação à definição do livro didático, a sua fluidez está relacionada ao lugar que esse dispositivo ocupa exatamente na cultura escolar, como se verá adiante. Uma definição provisória, adotada por muitos pesquisadores, enuncia que o livro didático é qualquer livro, em qualquer suporte - impresso em papel, gravado em mídia eletrônica etc. -, produzido explicitamente para ser utilizado na escola, com fins didáticos (Munakata, 2016, p. 121).

A relação entre a cultura escolar e a sociedade inclusiva é polêmica. Se a escola é uma instituição que investiu na pedagogia, normatizando-a e formalizando-a, e se, segundo Durkheim (1968), “a educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças maneiras de ver, de sentir e de agir às quais elas não chegariam espontaneamente” (p. 5), a fim de “formar o ser social” (p. 6), então, pode-se ainda falar em cultura escolar? A escola não estaria, assim, a serviço dessa sociedade, capitalista, que a instituiu? As tentativas de contornar essa dificuldade, com expressões como autonomia relativa ou relação dialética não passam de expedientes retóricos, que em nada esclarecem a relação efetiva entre a escola e a sociedade. Talvez haja aí uma desproporção entre escalas. Uma dessas coisas peculiares à escola é precisamente o livro didático. “Certamente ele pode estar em outros lugares,

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



como na biblioteca de um colecionador excêntrico, nos gabinetes do avaliador ou do pesquisador de livros didáticos, mas a sua existência só se justifica na e pela escola”. (Munakata, 2016, p. 122).

Munakata (2016) explica que um livro especial para a escola é uma necessidade. Para ele, trata-se de “manter longe da juventude todas as ocasiões de corrupção, como são as más companhias, as conversas grosseiras, as leituras frívolas e fúteis” (cap. XIV, § 17). Por isso na escola só devem se adotar livros especificamente produzidos para esse fim:

- I. Não dar aos alunos nenhuns outros livros, além dos da sua classe.
- II. Que esses livros sejam tão cuidadosamente ilustrados que, justa e merecidamente, possam ser considerados verdadeiros inspiradores de sabedoria, de moralidade e de piedade. (Cap. VI, § 62.) (Munakata, 2016, p. 122).

Assim, segundo Munakata (2016), o livro didático é, em primeiro lugar, o portador dos saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar. De modo geral, o livro didático é a transcrição do que era ensinado, ou que deveria ser ensinado, em cada momento da história da escolarização. No Ocidente, até o século XIX o ensino elementar, que estava longe de se universalizar, limitava-se basicamente a ensinar a ler, a escrever, a contar e a rezar, para o que bastavam os livros de catequese, e, na França, depois da Revolução, a catequese revolucionária.

Ainda segundo Munakata (2016, p. 135), “o livro didático não traz apenas indícios da cultura material presente nas escolas: como objeto, coisa, ele é também uma prótese do esquema corporal”. Já Bittencourt (2008) identificou as posturas que os alunos devem manter para ler o livro. Mais do que isso, a adoção do livro didático, o mesmo para toda uma turma da escola, foi fundamental para a consolidação de um dos aspectos mais arraigados da cultura escolar desde o final do século XIX: o ensino simultâneo, pelo qual o mesmo professor ensina a mesma disciplina para muitos alunos, ao mesmo tempo.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Lajolo (1996) discorre sobre informações e atitudes relacionadas à qualidade do conteúdo dos livros didáticos. Dessa forma, a qualidade precisa ser levada em conta nos processos de escolha e adoção dele, bem como, posteriormente, no estabelecimento das formas de sua leitura e uso. Se através do livro didático o aluno vai aprender, é preciso que os significados com que o livro aborda sejam adequados ao tipo de aprendizagem com que a escola se compromete.

Os significados que, em torno do livro didático, o aluno vai construir ou alterar, precisam, por um lado, corresponder aos padrões de conhecimento da sociedade em nome da qual a escola estabelece seu projeto de educação. Por outro, os significados que o livro veicula podem também questionar o conhecimento até então aceito como legítimo.

No processo de seleção do livro didático e ao longo de sua presença na sala de aula é preciso planejar seu uso em relação aos conteúdos e comportamentos com que ele trabalha. É só a partir disso que se pode descobrir a melhor forma de estabelecer o necessário diálogo entre o que diz o livro e o que pensam os alunos. Pois é só na interação entre o saber que se traz do mundo e o saber trazido pelos livros que o conhecimento avança. Assim, de acordo com Lajolo (1996), um livro didático não pode conter informações incorretas, porque estas levariam seus usuários a operarem com significados inadequados para a vida que vivem.

Segundo Romanato (2004), na abordagem sobre os alcances e limites do livro didático, esse material tem presença garantida em sala de aula, funcionando algumas vezes como substituto do professor, o que acaba passando do limite, uma vez que tal instrumento pedagógico deveria ser apenas um dos vários recursos a serem usados como material de apoio, deixando o professor dependente de seus conteúdos e metodologias propostas.

Ainda conforme Romanato (2004), o fato de o livro didático ser a principal fonte de recursos de que o professor dispõe se deve, principalmente, porque ele encontra o livro já pronto. Na maioria das vezes, basta apenas os alunos abrirem na página

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



indicada e fazer os exercícios e problemas, que geralmente são cansativos e repetitivos. “A ênfase maior costuma ser em técnicas operatórias, visando apenas à mecanização de fórmulas e procedimentos no desenvolvimento dos conteúdos, o que segundo o autor acaba tirando a oportunidade, ou seja, não é oferecido o momento de o aluno fazer suas descobertas”. (Romanato, 2004).

No estudo sobre produção, possibilidades e desafios para o ensino de História, Cavalcanti (2016) problematiza a complexidade do processo de gestação do livro didático, e, por conseguinte, redirecionar e ampliar o ângulo de percepção para compreender que a escrita produzida por um profissional é apenas um dos inúmeros elementos constitutivos do livro didático.

Cavalcanti (2016) resume que os autores dos textos não possam interferir nas práticas desenvolvidas por aqueles que trabalham na diagramação, sugerindo mudanças. “Entretanto, é o trabalho desses – ao formatar e produzir uma dada visualidade material para o livro – que oferece a primeira leitura para o público ao qual se destina, já que a primeira interpretação da obra dependerá da leitura visual”.

Cavalcanti (2016) explica que o *layout* estético é pensado como um conjunto de elementos que concorre no processo de apropriação e representação das práticas culturais, nas quais se encontra inserido.

O autor também explica que os profissionais responsáveis pela diagramação dos livros têm de atender aos referidos critérios que, em última instância, são definidores de muitos elementos que aparecem nos livros didáticos. Cada informação que aparece nas capas, nas contracapas e na folha de rosto – como título da obra, nome do autor, da editora, área do conhecimento, série à qual se destina, assim como cada ícone ou símbolo – é igualmente elemento de avaliação e, portanto, definido pelos editais lançados pelo Ministério da Educação (MEC).

Referências

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



BARNABÉ, L. E. De olho no presente: história antiga e livros didáticos no século XXI. **UFCAT**. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. 2, p. 114-132 - jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufcat.edu.br/OPIS>>. Acesso em: 12 set. 2024.

BARNABÉ, L. E. História antiga e livros didáticos no século XXI: inovações e permanências. **Alétheia Revista de Estudos sobre Antiguidade e Medievo**, Volume 9/2, 2014.

BERGMANN, K. A História na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n.19, fev.1990.

BITTENCOURT, C. M. F. (org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2011.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e saber escolar 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, C. M. F. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. **Tese** (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993..

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**: Ciências da natureza, Matemática e suas tecnologias. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB. 2006.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 02 maio 2024.

BRASIL. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>>. Acesso em: 02 maio 2024.

CAIMI, F. E. **Escola Nova e ensino de história no Brasil**. Universidade de Passo Fundo/RS. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206571_17c2cc8f6c783c7a3e673248fdda442f.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2024.

CARNEIRO, M. **História da educação**. História da educação / Maristela Carneiro. - 1. ed. - Curitiba, PR, 2017. 138 p.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



CAVALCANTI, E. Livro didático: produção, possibilidades e desafios para o ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 5, nº 9, p. 262-284, 2016. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/219/183>>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CERTEAU, M. Fazer história. In: **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000.

CHOPPIN, A. **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p.549 a 566, 2004.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968 [1895].

KOSELLECK, R. História dos conceitos e história social. In: _____. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Revista Em Aberto**. Brasília, ano 16, n. 69, p. 2-9, jan./mar. 1996. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/cibec/1996/periodicos/em_aberto_69.doc>. Acesso em: 11 ag. 2024.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugal/Civilização. Brasileira, 1938.Tomo II. Disponível em: <<https://archive.org/details/leite-serafim-1938-historia-da-companhia-de-jesus-no-brasil-tomo-2/page/n583/mode/2up>> Acesso em ago. 2025.

MATOS, J. S. (2013). Os livros didáticos como produtos para o ensino de História: uma análise do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD. **História**, 3(3), 165–184. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3268>>. Acesso em: 24 dez. 2024.

MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. (2004). O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Rev. Bras. Hist.** 24 (48). São Paulo: Scielo. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/t8rJqjBQ8f4bwPyV47zd8Dr/>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MUNAKATA, K. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/5761/576161043010.pdf> > Acesso em: 21 abr. 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



MUNAKATA, K. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: SBHE, v. 12, n. 30, 2012, p. 179-197.

MUNAKATA, K. Livro didático como indício da cultura escolar. **Hist. Educ.** (Online) Porto Alegre v. 20 n. 50 Set./dez., 2016. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/heduc/a/cwYpSWdmxxpLjK7ZRGfxhmc/?format=pdf&lang=p>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

PILETTI, C.; PILETTI, N. **História da educação**. São Paulo: Contexto, 2012.

PIROLA, A. L. B. Documentos didáticos no Espírito Santo do Estado Novo: algumas fontes, vestígios e reflexões sobre escritos para a escola. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH** - São Paulo, julho 2011. Disponível em:
<https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300674419_ARQUIVO_DocumentosDidaticosnoEspiritoSantodoEstadoNovo.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2025.

PIROLA, A. L. B. **O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático**: história e representações. Vitória: 2008. Disponível em <https://sappg.ufes.br/tese_drupal/nometese_114_ANDR%C9%20LUIZ%20BIS%20PIROLA.pdf> Acesso em: 19 abril. 2025.

PNLD. **Programa Nacional do Livro Didático**. Ministério da Educação, 2018. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>>. Acesso em: 21 mai. 2025.

ROMANATTO, M. C. O livro didático: alcances e limites. São Paulo. **Anais do VII EPEM: Matemática na escola: conteúdos e contextos**. São Paulo: SBEM-SP, 2004, p. 1-11.

SCHMIDT, S. Os primeiros livros didáticos. **Pesquisa Fapesp**. Edição 305, jul. 2021. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/os-primeiros-livros-didaticos>>. Acesso em: 12 out. 2024.

SILVA, G. V.; GONÇALVES, A.T. M. Algumas reflexões sobre os conteúdos de História Antiga nos livros didáticos brasileiros. **História & Ensino**. Londrina, v. 7, 2001. (p123-142). Disponível em:
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12313>> . Acesso em: 11 mai. 2025.

TRINDADE, M. P. A. O Estado Novo, novas abordagens: a gradativa mudança na historiografia brasileira e escolar. **Boletim Historiar**, n. 20, jul. /set. 2017, p. 49-70. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/historiar>>. Acesso em 21 mar. 2025.

- Houbstade, Kadrige
 - ~~Therian and~~
 - ~~John~~
 - ~~Porty~~
 - ~~John~~
 - ~~John~~

War

Lorenzini

CLIMATE

Finding Solutions for a Better Tomorrow

Diplomats agree on global warming








Acesso em 12 jul. 2025.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



"THE PROPHET OF WOMEN": CHARLOTTE PERKINS GILMAN E AS PERFORMANCES TEXTUAIS NA CRIAÇÃO DE UMA INTELLECTUAL REFORMISTA ESTADUNIDENSE (1860-1935)

Luana de Almeida Santos¹

Erivan Cassiano Karvat²

¹ Licenciada e Mestranda em História pela UEPG.

² Mestre e Doutor em História pela UFPR.

O projeto de pesquisa que aqui se expõe tem como objetivo investigar os elementos indiciados por Charlotte Perkins Gilman (1860-1935) para se inventar enquanto intelectual a partir de determinados sentidos textuais públicos, dentro do movimento feminino da Era Progressista Estadunidense, em fins do século XIX e início do XX. Utilizando da abordagem linguística/dialógica de Dominick LaCapra (1983), a pesquisa buscará evidenciar os sentidos da escrita pública de Gilman como uma relação transigente entre realidades textuais e contextuais, que tensionam o que se compreendia pelos signos "mulher", "intelectual" e "reformista" no campo progressista. Abordando tal atuação pública a partir das relações estabelecidas entre as invenções textuais e a materialidade dos lugares de produção, a pesquisa tomará como ponto de partida as associações femininas, sufragistas, clubes nacionalistas, revistas e jornais do progressismo contemporâneo à Gilman, buscando compreender como a escritora foi descrita, escrita, revisada e criada. Apontando assim, um possível diálogo entre os anseios eugênicos reformistas e a elaboração de uma figura profética e desencarnada que suplantaria a sua "inaptidão feminina" dentro de um campo intelectual masculino.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



1. A ELABORAÇÃO DE UMA "PROFETA DAS MULHERES": CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

Charlotte Perkins Gilman, teórica, romancista e reformista estadunidense, representa ainda uma inquietante figura da literatura progressista⁶⁶ do século XIX e XX. Desde seu suicídio em 1935, até a inauguração de um busto de bronze em sua homenagem na biblioteca Elisabeth Schlesinger, em 2009, inúmeras reinterpretações de sua obra foram feitas. (Weinbaum, 2001). Sejam pesquisas biográficas ou bibliográficas, os resultados construíram um conjunto imenso de ressignificações das ideias e sensibilidades de sua obra. Seus textos literários, já canônicos nos cursos de literatura estadunidense, foram lidos pelo olhar da escrita feminina, da cultura material, do simbolismo, tratados como monumentos da criação de um imaginário feminino. E ainda, desde os fins dos anos 1990, têm sido reinterpretados sob a luz da crítica literária em sua relação com a eugenia e o imperialismo. (Rensing, 2013).

A figura de Charlotte, enquanto sujeito que canalizou e agora expressa sentidos históricos, continua a pedir por leituras que abarquem sua complexidade literária e de personagem pública, principalmente, para se compreender a imagem que tentou criar de si enquanto ainda publicava suas obras e dialogava com seu contexto. Os extratos temporais que separam a Gilman do século XIX da autora do século XXI, ao mesmo tempo em que criaram uma vasta gama de personas, contraditórias entre si, e que respondem mais aos anseios de seus editores e

⁶⁶ A Era Progressista estadunidense, geralmente situada entre os anos de 1890-1920, foi marcada pelos discursos de reforma social em meio ao medo público da urbanização, da imigração, da superpopulação e da industrialização agressiva do período. O termo progressista se justificaria pela visão posterior que esses discursos criam no imaginário político nacional, no qual a formação de associações reformistas representava uma vontade de desenvolvimento humano, considerando de modo geral seus aspectos biológicos e sociais. Nesse sentido a economia e a eugenia se aproximaram de maneira pungente nas reformas administrativas. (Leonard, 2005).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



leitores do que aos da própria autora, podem, entretanto, nos ajudar a entender como Charlotte criou sua trajetória intelectual e foi recriada por ela.

É comum que a escrita feminina, principalmente a escrita feminina de cunho científico, se assegure por si mesma como prática marginal. Como discutido por Jaggar, Bordo (1997) e Lloyd (1979), é notável a existência de um cânone ocidental masculino de literatura e de produção científica que pressupõe o deslocamento do feminino para o místico, enquanto se alavanca o símbolo do masculino ao da razão. O campo da história intelectual, geralmente voltado para autores masculinos, se torna, assim, um marco de inflexão para essas discussões. Portanto, conforme nos aconselha Chartier (1995) a pesquisa que se propõe tem também como interesse fazer surgir nas fontes os locais onde os sujeitos femininos puderam deixar alguma marca, mas principalmente partir do entendimento de que sua produção e sua experiência estavam confluindo e agindo dentro do passado “masculino.” Sua escrita, que fez bailar temas de educação, nacionalismo, desenvolvimento genético e economia sexual, nos desafia a questionar as próprias relações entre gêneros de seu mundo - este que é igualmente indiciado e inventado em suas teses.

A construção de sua teoria maternalista, que teve bases em observações biológicas, sociais e econômicas, parece refletir não apenas as sensibilidades dos debates políticos e acadêmicos do período ao redor da sexualidade, da sociedade global e da evolução humana, mas também, pode servir como fonte para se pensar a criação de uma figura intelectual⁶⁷ em fins do século XIX.

Nesse sentido, utilizando da abordagem dialógica de LaCapra (1983),

⁶⁷ Esse personagem tão escorregadio, ora mártir místico e exilado, ora reflexo de uma função social, parece ser definido a partir das próprias indagações propostas pelo trabalho do historiador e dos intelectuais. (Dosse, 2007). Charlotte Perkins Gilman é tomada como intelectual tanto por sua produção, quanto por sua forma de atuação social. Por isso, compreender seu contexto, ou dialogar com ele, é também investigar como ela se mostrou publicamente e como ela se envolveu em redes de sociabilidade intelectuais. (Dosse, 2007).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



notamos a necessidade de contrapor a trajetória da atuação intelectual de Gilman aos temas de sua produção dentro de uma leitura que articule os preceitos teóricos da História Intelectual, aos questionamentos que a Epistemologia Crítica Feminista nos propõe. Portanto, compreender sua inserção, transferências e sociabilidades dentro de um campo reformista não restringiria a pesquisa ao reformismo eugenista estadunidense. Pelo contrário, como sua escrita abrange a experiência feminina e uma performance pública dessa experiência, em nossa leitura, a pesquisa pede por uma interpretação histórica que esteja aberta às epistemes construídas na vertente corpo, gênero, experiência e escrita, de autoras como Jaggar, Bordo (1997); Lloyd (1979); Rago (1998), Alcoff (2000) e Gardiner (1982).

Compreendemos aqui “performance” como ação em relação ao outro e ao grupo. Geralmente concebida como rito e quase indissociável do corpo, a ação performativa também pode ser encontrada no processo de escrita. Klinger (2008) chama atenção para a escrita confessional, a escrita de si, como uma forma de dramatização do sujeito a respeito de sua própria identidade. Essa dramatização pressupõe a canalização, através das performances, de modulações e distorções de seu contexto. Procurando estabelecer diálogos com as realidades textualizadas de LaCapra (1983), será utilizado do texto como uma base para a formulação dessa maneira específica de atuação do autor - a escrita como criação de si. Diferente da escrita de si, como abordada por Klinger (2008), essa não é confessional, mas intencionalmente pública. Por isso, para compreender a formação de uma persona intelectual em Charlotte Perkins Gilman, utilizaremos da noção de performance “textual” como toda ação que expresse sua contextualidade/experiência a partir de sua textualidade; buscando os tons, as imagens, e os sentidos com as quais a autora se formou através de sua escrita.

O projeto se dispõe a ler Gilman enquanto agente produtora dentro de um campo que se constrói tanto como sociabilidade intelectual quanto contexto a posteriori. Nesse sentido, a linguagem, assim como suas estratégias e modelos de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



intervenção pública, criam desdobramentos sobre sua produção e persona enquanto uma intelectual feminina e reformista. Portanto, experiência e identidade atravessam a linguagem criada, afetando seu campo da mesma maneira em que ele afeta sua escrita⁶⁸. Essa retroalimentação exige uma análise dentro do campo da História Intelectual que considere o gênero feminino em suas performances e restrições como elemento indissociável e indicativo de sua trajetória/produção intelectual.

A pesquisa que aqui se propõe deriva de um projeto inicial, executado na monografia para obtenção de título de Licenciado, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2023). Nessa produção foram analisadas as obras ficcionais e não ficcionais de Gilman; entre elas *Herland* (1979); *The Yellow Wallpaper* (1892); *The Crux* (2003); e também alguns dos volumes da sua revista *The Forerunner* (1909-1916), analisadas dentro de um recorte transversal temático. A pesquisa foi feita ao longo do Trabalho de Conclusão de Curso, mas também acompanhada por Iniciações Científicas: *Condição feminina, literatura e sociedade: Reflexões em torno da obra de Charlotte Perkins Gilman (1891-1915)*⁶⁹ e *Charlotte Perkins Gilman, "The Prophet of Women": Uma tese feminina sobre a evolução humana em fins do século XIX*⁷⁰.

⁶⁸ Gardiner (1982) utiliza da compreensão de imaginário masculino/feminino de Luce Irigaray (Whitford, 1986), com foco na escrita como forma de decodificação do imaginário masculino e construção de um feminino. Nesse sentido, a escrita surge como canalização de uma identidade que existe no momento que se expõe, desvelando um contexto, mas também inventando uma linguagem própria.

⁶⁹ Modalidade: PROVIC, Erivan Cassiano Karvat (Orientador); História - Teoria e Filosofia da História.

⁷⁰ Modalidade: PIBIC/FA, Erivan Cassiano Karvat (Orientador); História - Teoria e Filosofia da História.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



2. CONTEXTOS CONSTRUÍDOSE NOVAS POSSIBILIDADES: A DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

Ao buscar a construção de um contexto passível de diálogos com a obra de Gilman, encontramos um cenário prolífico. Os anos finais do século XIX e início do XX nos Estados Unidos, tensionavam as compreensões de seu passado, e os projetos para seu futuro dentro de uma lógica evolucionista. A eugenia se tornava vocabulário político e a Era Progressista criava novas maneiras de se pensar a organização da máquina estatal. O Estado era pensado como um corpo nacional e os discursos nacionalistas se fixaram na dissecação de sua ancestralidade genética - com sonhos de construir uma raça pura (Seitler, 2003; Leonard, 2005; Conway, 1997). O racismo científico se tornava cultural não apenas nas propostas anti-imigratórias e segregacionistas do mundo pós-abolição, mas também na forma de se conceber as relações sexuais e sociais; enquanto a sexualidade, se tornava um tema dos economistas e reformistas (Conway, 1997). O sexo, e a reprodução da raça branca, eram questões sensíveis que perpassavam o cotidiano, as relações de trabalho e os projetos políticos.

Por isso mesmo, os deslocamentos do feminino se tornaram tão preocupantes. A virada do século marcava também uma época de grandes transposições, alargamento de fronteiras e diminuição das relações entre espaço e tempo (Ávila, 2005; Trautsch, 2015). E ao mesmo tempo, a definição de limites, para corpos e territórios, se tornou teoria e prática social (Ross, 1901; Leonard, 2016). Charlotte Perkins Gilman canalizou e inventou sua realidade a partir desse cenário. Os temas dos textos de ficção selecionados demonstraram a tentativa de construção de um novo sentido e papel para o corpo feminino no espaço público. A maternidade se tornava o destino feminino e também um instrumento discursivo para a expansão das possibilidades de atuação feminina na vida social (Gilman, 2003; 1998; 1979). Sua obra ficcional participa de um conjunto de sentidos culturais

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



que articularam as ansiedades eugenistas às reivindicações pelo sufrágio e emancipação feminina - branca - de fins do século XIX e, que adentrou o XX como episteme do feminismo estadunidense. (Newman; 1999)

Envolta na discussão dos direitos femininos, a autora não apenas participou da Era Progressista com seu reformismo, mas interferiu nela com a elaboração de uma tese sobre a evolução sexual humana, especificamente feminina (Gilman, 1998). Os seus textos não ficcionais analisados, demonstraram a criação de uma tese em que a evolução humana era a base de toda a organização social e econômica - e que estava em fase de declínio por seus próprios vícios. Misturando o tom profético de suas referências do *Social Gospel*⁷¹ ao discurso esteticamente científico, a autora apontava erros, mobilizava reações e construía um universo textual singular. Com um vocabulário, conceitos e preceitos morais próprios, construídos ao longo de anos de publicação e modulação de seu discurso⁷².

Na análise inicial do acervo, indicamos a construção desse discurso em composição as suas performances textuais. Inventava-se uma intelectual sóbria, descendente de ingleses de sangue reformista, com as inclinações proféticas de uma "Beecher"⁷³. Da transcendência poética, imaculada moralmente até em seu sarcasmo crítico, Gilman se transfigurou, após a publicação de *Women and Economics* (1898) em uma intelectual racional, com o discurso de uma moralidade pragmática e racializada, orientada pela ciência. Uma "profeta" das mulheres, seu

⁷¹ Encabeçado pelos pastores Washington Gladden (1836-1918) and Lyman Abbott (1835-1922), o *Social Gospel* pode ser caracterizado como um movimento do protestantismo liberal estadunidense que pregava o aprimoramento social e econômico através de uma "redenção" cientificamente orientada, que seguisse princípios morais da religião cristã (Leonard, 2016, p. 12).

⁷² Conforme abordado na pesquisa anterior, analisando as obras *Women and Economics* (1898) e *The Man-Made World* (1911).

⁷³ Família de Gilman, descendentes diretos de ingleses puritanos de Plymouth.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



trabalho se tornou primordialmente relacionado ao movimento feminino⁷⁴, apesar de seus textos indicarem uma afinidade muito maior aos debates nacionalistas, reformistas e eugenistas de seus contemporâneos.

Sendo possível compreender, por enquanto, que o signo "mulher", se tornou instrumento e fim de sua obra, mas que sua tese é inspirada em uma visão universalista e evolucionista da condição humana. A recusa de uma biografia linear⁷⁵, ou mesmo de uma apresentação global de sua obra, combinada à leitura de seus trabalhos a partir da contraposição dos conceitos que a própria autora menciona e desenvolve, pôde nos levar a ultrapassar o dilema de definição de sua obra como eugenista ou feminista, criando um espaço para a leitura e a análise composta desses elementos. Até o momento, Gilman não se mostrou como um ou outro, mas sim, nessa leitura inicial, se expôs como uma janela de inteligibilidade histórica para as articulações que o corpo feminino e a categorização científica da reprodução sexual criaram no início do século XX. A obra de Charlotte Perkins Gilman nos convida a ler a produção intelectual de mulheres de maneira mais tensionada em relação ao seu tempo. Não para canonizá-las como símbolos de uma resistência política, mas para problematizar seus escritos como parte da construção dos significados sociais, raciais e de gênero, do universo com a qual seus trabalhos

⁷⁴ O termo "movimento feminista" dá sentido ao conjunto de lutas que reconheciam as mulheres como grupo oprimido social, política e economicamente pela sua condição "mulher". (Hirata, 2000, p.125 *apud* Pedro, 2006, p.269). Por isso, nem todos os movimentos do século XIX, liderados por mulheres que reivindicavam o voto, são necessariamente feministas. A reivindicação do voto, como salientado por Newman (1999), estava principalmente (e inicialmente) vinculado as propostas reformistas brancas. Nesse sentido, se optará, na maioria das vezes o termo "movimento feminino", como as mesmas se intitulavam.

⁷⁵ A respeito das ilusões da biografia, o conjunto de produção e atuação de Gilman dificilmente poderiam criar, no processo de escrita histórica, um sujeito linear e coeso com uma trajetória cumulativa. Pelo contrário, sua produção nos pede por uma leitura mais descentralizada, que compreenda as noções de "ocupações" e "espaços possíveis" (Bourdieu, 1998).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



dialogaram.

A partir da extensão e das contradições da obra e do acervo de Gilman nessa

pesquisa foi possível elaborar um vocabulário conceitual a partir das obras não ficcionais da autora, assim como um universo literário reformista próprio, e apontar, inicialmente, os primeiros indícios de uma intelectualidade pública. Porém, com esses primeiros passos, nos foi mostrado ainda mais possibilidades de investigação - principalmente em seu Acervo: *Charlotte Perkins Gilman Papers* (1846-1961).⁷⁶

3. CHARLOTTE PERKINS GILMAN: PERFORMANCES TEXTUAIS ATRAVÉS DE UM ACERVO.

O acervo *Papers of Charlotte Perkins Gilman*, 1846-1961 se encontra disponível na Plataforma digital da Biblioteca de Schlesinger, (Instituto Radcliffe, Harvard), e contém cerca de 30 caixas digitalizadas disponíveis para visualização e download. Estas caixas se encontram organizadas por temas: “Bibliográfico e miscelânea”; “Correspondência familiar”; “Correspondência geral”; “Escritos”; “Recortes de notícias”; “Desenhos”; “Diários e blocos de nota”. Muitos dos escritos e das correspondências familiares foram manuscritas por Gilman e, com o tempo, se tornaram praticamente ilegíveis, o que dificulta sua inclusão na pesquisa. Entretanto, as caixas “Bibliográfico”, “Miscelânea”, “Recortes de Notícias” e “Escritos”, contém documentos legíveis, e que ainda trazem indícios de uma performance pública de Gilman.

Utilizaremos das descrições e apresentações em jornais e periódicos de

⁷⁶ O acervo define suas balizas temporais em torno do nascimento de Gilman, até adições posteriores à criação da Coleção de Schlesinger, em 1961, com a inclusão de heranças familiares.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



fins do século XIX e início do XX, a respeito de Gilman, chamando atenção para os elementos que vão constituindo sua imagem pública. Já pontuamos os indícios de uma mudança de sua trajetória na virada do século - do nacionalismo trabalhista e reformista, para uma Gilman cada vez mais vinculada ao movimento feminino. Nesse tópico também temos as indicações de lugares de produção de sentido dentro da trajetória intelectual de Gilman, na forma de revistas que dialogaram com sua experiência enquanto autora. O trabalho será feito a partir de uma exploração do acervo de Gilman na Biblioteca de Schlesinger, disponibilizados virtualmente na plataforma HOLLIS, da Universidade de Harvard. Buscando por pastas e materiais que exponham resenhas, críticas e referências a Gilman em outras revistas e jornais, como evidenciado na revista *The Nationalist* e *The American Fabian*.

Neles podemos encontrar trechos em que Gilman é citada em revistas do movimento nacionalista e reformista, assim como publicações de pequenos trechos de sua obra, ou revisões feitas em jornais de alta circularidade. O acervo é imenso e pode ser utilizado por inúmeras pesquisas. Mas nessa exploração da coleção de Charlotte, além das leituras para conhecer o acervo como um todo, a pesquisa focará na análise de pastas selecionadas, como na Série IV: Writings (Escritos). Nela se dividem em subpastas as subséries A, B e C: “Manuscritos e datilografias por Charlotte Perkins Gilman”; “Manuscritos e datilografias por outros” e “Impressos, a maioria por Charlotte Perkins Gilman”, respectivamente. A análise se orientará pela relação de Gilman com o seu campo intelectual. Por isso serão buscados arquivos que se relacionem com o movimento nacionalista, reformista, e com as associações progressistas e sufragistas.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



4. METODOLOGIA E OBJETIVOS FINAIS

Conforme discutido na obra *Rethinking Intellectual History: texts, contexts, language*, por LaCapra (1983), os documentos históricos seriam produtos de utilizações de determinada linguagem em determinado período. Sua análise, entretanto, não poderia ser apenas interna ou externa, pois o mundo que produziu tal texto também é textualizado e infere nesse documento. Portanto, o caráter documental de todos os textos a serem analisados na concepção dialógica de LaCapra, diz respeito à materialidade hipertextual que essa fonte histórica faz referência. O documento é referência a um mundo passado e a uma realidade em si mesma, que ultrapassa seu momento de criação e é imbuído de plurisentidos.

O aspecto ser-obra, nesse sentido, representaria as possibilidades de leitura e interpretação histórica no presente. O ser-obra é o caráter de crítica e imaginação histórica que pode ser extraído do documento - é o sentido produzido na escrita histórica marcado pela historicidade do próprio historiador. Através de um tema, poderíamos ler o documento e interpretar seus sentidos de ser-obra a partir da abordagem dialógica. Essa abordagem ultrapassa apenas a análise de contextos como se fossem realidades encerradas em si mesmas e considera os aspectos ser-obra como pontos de criação de sentidos no presente do historiador. Portanto, a análise de documentos textuais, em LaCapra, parte de diálogos entre o historiador e as vozes textualizadas de um passado contextualizado.

Tais vozes, seriam compreendidas pela Epistemologia Crítica Feminista que, assim como os estudos de gênero, se constitui em um campo e categoria de análise que foca nas relações entre sexualidade, gênero e sociedade. Esse campo parte de alguns pressupostos comuns com os Estudos de Gênero, como a noção de gênero/sexualidade como construções históricas e antropológicas. A diferença é que a epistemologia crítica feminista, muito influenciada pela vertente “psicanálise e sexualidade” francesa, se volta mais as discussões em torno das formas de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



produção de conhecimento, escrita e símbolos culturais, em uma leitura crítica das relações entre masculino e feminino nesse meio. (Rago, 1998; Jaggar; Bordo, 1997).

Por isso, para buscar sentidos criados ao redor da formulação de uma figura pública, construída através da escrita, e que dialoga - em sua obra e em seu contexto

- com sexualidade e performance - optamos por buscar diálogos com esse campo/categoria de análise. Gardiner (1982), em sua leitura de Luce Irigaray, também será considerada em sua abordagem da literatura como atuação feminina. Igualmente, pretendemos buscar auxílio nas compreensões de Klinger (2008) em relação à performance textual, partindo de suas limitações e contradições em relação à Gilman, enquanto escritora que se pretendia "marginal", porém que confluía dentro de um discurso dominante e nacionalista, partindo de uma posição secundária na sociedade - mulher, não formada em meios acadêmicos regulares. Para pensarmos na criação do contexto através dos interesses em disputa que se projetam nas palavras e imagéticas textuais das fontes, conforme indicado pelo conceito Ser-Obra, mas também respeitando a materialidade de tais experiências, buscaremos a criação de um diálogo entre LaCapra e as sociabilidades de Dosse (2006). Pretendemos pensar em "espaços" temporais de sentido, para também utilizar do projeto que se apresenta como uma tentativa de analisar as formas como discursos, sexualidades, gênero e intelectualidade se articularam.

Na pesquisa anterior pudemos construir um cenário intelectual a partir de algumas discussões e de seus temas; mas as configurações de um campo intelectual estadunidense na virada do século, as funções intelectuais e as disputas que Gilman estabeleceu em relação aos seus contemporâneos também seriam importantíssimas para compreender a formação dessa persona intelectual. Nesse sentido, propomos uma investigação mais aprofundada de suas referências, leituras e contatos intelectuais; utilizando de seu próprio acervo para tal, mas

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



também de biografias como *Charlotte Perkins Gilman: The making of a radical feminist* (1980) e *To Herland and Beyond: The life and work of Charlotte Perkins Gilman* (1991); buscando indicar quais eram tais sociabilidades no âmbito público. Utilizando de seu Acervo, pretende-se também buscar quais eram as revistas e associações políticas em que Gilman se inseriu, criando assim um cenário de trocas intelectuais mais específico, assim como também poderíamos indicar a qual campo nos referimos quando falamos sobre a atuação pública da autora. A partir do levantamento desses "locais" pretende-se organizar as publicações, citações, poemas, revisões e resenhas relativas à figura de Gilman que identifiquem um diálogo com sua persona e contexto político/intelectual. Com essas fontes textuais selecionadas, a pesquisa tem como objetivo final investigar quais são os elementos da construção da imagem de Gilman enquanto intelectual, que se relacionem à noção de intelectualidade do período, à ascensão da eugenia como vocabulário político feminino, e aos "tipos" intelectuais de seu contexto. Pretendemos assim apontar possíveis relações entre a instrumentalização da eugenia como validação da intelectualidade feminina, por seu trabalho público com a sexualidade e um controle dessa linguagem. Conforme mencionado nas primeiras abordagens teóricas, o trabalho com a obra de Gilman também infere a necessidade de uma interpretação dialógica entre História Intelectual e a Epistemologia Crítica Feminista, como um esqueleto teórico que articule suas contradições e invenções enquanto intelectual feminina, de uma eugenia feminina, em um campo masculinizado. E mesmo, se assim for possível, para desafiar as noções de campo masculinizado ao pensar as performances femininas de Gilman e de outras autoras de seu contexto.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Referências

ALCOFF, Linda Martín. Phenomenology, Post-structuralism, and Feminist Theory on the Concept of Experience. In: L. Fisher; L. Embree (eds.) **Feminist Phenomenology**, pp. 39-56, 2000.

ÁVILA, Arthur Lima de. O Oeste historiográfico norte-americano: a Frontier Thesis vs. a New Western History. **Revista Anos**, Porto Alegre, v.12, n.21, p.369-413, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 2ª edição, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. Rev. **Cadernos Pagu**, v.4, n.1, pp.37-47, 1995.

CONWAY, Jill. Women Reformers and American Culture, 1870-1930. **Journal of Social History**, v.5, n.2, 1972.

DOSSE, François. **La Marcha de Las Ideas**. Traducción de Rafael F. Tomás. Universitat de València, 2006.

GARDINER, Judith K. On female identity and writing by women. In: ABEL, Elizabeth (org.) **Writing and Sexual Difference**. London - The University of Chicago Press, pp.177-193, 1982.

JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (eds.) **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. RJ - Editora Rosa dos Tempos, 1997.

KLINGER, Diana. Escrita de si como performance. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, n.12, pp. 11-30, 2008.

KNIGHT, Denise D. Prospects for the study of Charlotte Perkins Gilman. State University Press - **American Literary Study**, v.36, pp. 1-25, 2011.

LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: **Rethinking Intellectual History: Texts, contexts, language**. Cornell University Press, Ithaca, p. 23-72, 1983.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



LEONARD, Thomas C. Eugenics and Economics in the Progressive Era. **Journal of Economic Perspectives**, v.19, n.4, pp.207-224, 2005.

LEONARD, Thomas C. **Illiberal Reformers: Race, Eugenics and American Economics in the Progressive Era**. New Jersey - Princeton University Press, 2016.

LLOYD, Genevieve. The man of reason. **Metaphilosophy**, v.10, n. 1, 1979.

NEWMAN, Louise Michele. **White Women's Rights: The Racial Origins of Feminism in the United States**. New York - Oxford University Press, 1999.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos. **Revista Brasileira de História**, v.26, n.52, 2006.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, Gênero e História. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres, 1998.[

RENSING, Susan. Women 'Waking Up' and Moving the Mountain: The Feminist Eugenics of Charlotte Perkins Gilman. **MP: Online Feminist Journal**, v.4, n.1, 2013.

SEITLER, Dana. Unnatural Selection: Mothers, Eugenic Feminism, and Charlotte Perkins Gilman's Regeneration Narratives. **American Quarterly**, v.55, n.1, 2003.

TRAUTSCH, Jasper M. The origins and nature of American nationalism. **National Identities Journal**, 2015.

WEINBAUM, Alys Eve. Writing a Feminist Genealogy: Charlotte Perkins Gilman, Ration Nationalism, and the Reproduction of Maternalist Feminism. **Feminist Studies**, v.27, n.2, 2001.

WHITFORD, Margaret. Luce Irigaray and the Female Imaginary: Speaking as a Woman. **Radical Philosophy Journal**, v.4, n.3, 1986.

Fontes

CHARLOTTE PERKINS GILMAN PAPERS, 1846-1961; **Coleção Completa**. Schlesinger Library, Radcliffe Institute, Harvard University, Cambridge, Mass. Disponível em> <https://hollisarchives.lib.harvard.edu/repositories/8/resources/4827> Acesso em 21 de maio de 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



HATHITRUST. **The Collections**. Sobre as coleções e processo de digitalização. Disponível em> <https://www.hathitrust.org/the-collection/> Acesso em 21 de maio de 2025.

Obras mencionadas

GILMAN, Charlotte Perkins. **Herland**. Introdução de Ann J. Lane. New York - Pantheon Books, 1979.

GILMAN, Charlotte Perkins. **The Crux**. Introdução por Dana Seidler. Duke University Press, 2003.

GILMAN, Charlotte Perkins. **The Man-Made World, or, our androcentric culture**. Londres T. Fisher Unwin, 1911. Disponível em > <https://archive.org/details/b28070501/page/242/mode/2up> Acesso em 21 de maio 2025.

GILMAN, Charlotte Perkins. **Women and Economics: A study of the economic relation between men and women as a factor in social evolution**. Prefácio de Michael Kimmel e Amy Aronson. Berkeley University of California Press, 1998. Disponível em> https://archive.org/details/isbn_2900520209984/page/n9/mode/2up Acesso em 21 de maio de 2025.

GILMAN, Perkins Charlotte. “O papel de parede amarelo” (1892). In: **O Papel de Parede Amarelo e Outras Histórias**. Tradução, prefácio e notas de Martha Argel. São Paulo - Via Leitura, 2019.

HENDRICKS, Christina et al. **Language and Liberation: Feminism, Philosophy and Language**. Albany, State University of New York Press, 1999. Disponível em> <https://archive.org/details/languageandliberation0000unse/page/n5/mode/1up> Acesso em 21 de maio de 2025.

HILL, Mary Armfield. **Charlotte Perkins Gilman: The making of a radical feminist**. Philadelphia. Temple University Press, 1980.

LACAPRA, Dominick. **History & Criticism**. Ithaca, New York - Cornell University Press, 1985. Disponível em> https://archive.org/details/historycriticism00laca_0/page/n7/mode/2up Acesso em 21 de maio de 2025.

LANE, Ann J. **To Herland and Beyond: The life and work of Charlotte Perkins Gilman**. Virginia, University Press, 1991.

clima, regionalidades e museus



ROSS, Edward A. **Social Control: A Survey of the Foundations of Order**. New York
- Macmillan, 1901.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



"MINHA TERRA": ENSINO DE HISTÓRIA E REPRESENTAÇÕES SOBRE O PARANÁ E SANTA CATARINA

Larissa Jandrey Fraitag¹

Paulo Eduardo Dias de Mello²

¹ Graduanda em História pela UEPG

² Doutor em Educação pela USP, professor do Departamento de História da UEPG

Este artigo se dedica à análise dos manuais didáticos primários da coleção "Minha Terra", de João Barbosa de Moraes, produzidos na década de 1960. O objetivo é compreender como as concepções de História presentes nesses livros, utilizados em uma escola rural no interior de Santa Catarina, refletiam o contexto sociopolítico da época e as diretrizes educacionais de viés nacionalista. Investigamos como essas obras, ao privilegiarem a história do Paraná em detrimento da de Santa Catarina e ao invisibilizarem identidades locais, operavam como instrumentos de aculturação para crianças descendentes de alemães, em regiões que ainda mantinham muitas das tradições culturais germânicas. A pesquisa utiliza a análise documental para interpretar a relação entre o conteúdo dos livros, o nacionalismo do período e as intencionalidades pedagógicas subjacentes.

1. LIVROS DIDÁTICOS: UM PANORAMA

O livro didático, enquanto artefato cultural e pedagógico, ocupa uma posição central na história da educação e na constituição de saberes em diferentes sociedades. Longe de ser um mero instrumento neutro de transmissão de conteúdo,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ele se configura como um complexo *locus* de produção e circulação de ideologias, de valores e de representações sociais. Ao longo de sua trajetória, o livro didático tem sido um dos principais veículos para a consolidação de narrativas históricas, científicas e culturais, moldando a visão de mundo de gerações de estudantes. Sua análise, portanto, permite desvendar as concepções de educação, as diretrizes curriculares e os projetos de nação que permeavam uma determinada época. Nesse sentido, o livro didático transcende sua função instrutiva para se revelar um valioso documento histórico, capaz de expor as intencionalidades políticas, econômicas e sociais que perpassam a produção e o uso do material didático (Bittencourt, 2004).

Historicamente, a literatura escolar foi negligenciada por historiadores e bibliógrafos, despertando pouco interesse. Esse desinteresse se deve ao fato de o livro didático ser um objeto comum e naturalizado, pouco valorizado socialmente, educacionalmente e no mercado editorial. A falta de valorização resultou na má conservação e dispersão de coleções de manuais escolares antigos, o que dificulta a pesquisa no campo brasileiro, especialmente em regiões distantes do centro político e intelectual do país. Segundo Alain Choppin (2002), o livro escolar era um "objeto naturalizado", que por estar tão presente na vida de pais, alunos e professores, não despertava interesse para pesquisa.

A partir da década de 1960, no entanto, surge um esforço de historiadores para recuperar essa parte do passado. Em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial, pesquisadores na Alemanha, França e Japão começaram a analisar os manuais escolares em busca de vestígios que pudessem explicar os acontecimentos históricos. O dinamismo das pesquisas aumentou significativamente a partir de 1970, quando os historiadores passaram a demonstrar um interesse genuíno pelos livros didáticos, utilizando-os como fontes para a história das mentalidades. Esse crescimento é resultado da complexidade do próprio objeto, que transcende seu conteúdo para incluir suas múltiplas funções e os diversos agentes envolvidos em sua trajetória (Choppin, 2004).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O livro didático não é neutro, pois veicula e é influenciado por valores, ideologias e saberes de uma determinada sociedade e época. Além de seu objetivo principal de transmitir conhecimento, os livros também comunicam, de forma discreta, valores morais, religiosos ou políticos, tornando-se ferramentas fundamentais no processo de socialização e aculturação (Choppin, 2002). O livro também pode ser compreendido como um objeto material, uma mercadoria inserida em um sistema econômico de produção e consumo, cuja "materialidade" abrange a diagramação, revisão, impressão e distribuição. A compreensão profunda do livro didático, portanto, requer a análise de suas dimensões pedagógicas, econômicas e culturais/ideológicas interligadas.

A pesquisa histórica sobre livros didáticos pode ser dividida em duas grandes frentes: uma que o trata como um documento histórico para extrair informações sobre temas específicos, e outra que o analisa como um objeto físico, focando em sua materialidade e nas condições de sua produção e circulação. A pesquisa histórica sobre livros e edições didáticas tornou-se mais sistemática, com uma preocupação crescente em coletar e organizar dados e entender a regulamentação que condiciona sua existência e estrutura. A atividade governamental restringe a produção e a difusão do livro, pois ele é frequentemente submetido a uma regulamentação mais estrita do que outras produções impressas. O livro didático se tornou um símbolo de soberania nacional, com os Estados-nação reivindicando um papel central em sua elaboração e distribuição, como exemplificado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Brasil, que tornou o Estado o maior comprador de livros didáticos do mundo (Mukanata, 2012).

Apesar de sua centralidade, o livro didático foi curiosamente negligenciado como objeto de pesquisa acadêmica por muito tempo, sendo visto como um "espelho da sociedade" ou um mero "vetor ideológico". Essa visão contribuiu para o desinteresse entre historiadores e bibliógrafos, levando à sua categorização como uma "obra menor", até os anos 1980, no Brasil (Mukanata, 2003). O crescimento de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



pesquisas sobre o livro didático de História no Brasil, a partir da década de 1980, foi constante, com um aumento acentuado no início do século XXI. O trabalho de Circe Bittencourt (1993) é considerado um marco inicial para essa produção, pois introduziu temas e abordagens que transcendiam a mera denúncia ideológica, examinando o livro sob múltiplas perspectivas, como política pública e produto editorial.

Um aspecto fundamental que tem norteado as pesquisas recentes é a materialidade do livro didático. Roger Chartier (1994) ressalta que "não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler" e que a compreensão de um escrito depende das formas pelas quais ele chega ao seu leitor. Essa perspectiva, que o vê como um objeto material e uma mercadoria, é crucial para a compreensão de seu significado. As pesquisas atuais se dedicam a temas como políticas públicas, a constituição e evolução de disciplinas escolares e a análise de representações sociais e culturais, mostrando como o livro didático veicula ideologias e reflete as pressões sociais e políticas da época.

A pesquisa em questão se insere na intersecção dessas abordagens, focando na análise aprofundada do conteúdo dos manuais didáticos da coleção "Minha Terra", de autoria de João Barbosa de Moraes, sem desconsiderar sua materialidade e o contexto em que foram produzidos e utilizados. A pesquisa analisa especificamente os volumes "Terceiro Livro" e "Quarto Livro" da 21ª e 18ª edição, respectivamente, publicados pela Editora do Brasil em 1960. O foco é entender como as concepções de História presentes nesses manuais, utilizados em escolas rurais e isoladas no interior de Santa Catarina, buscavam moldar a percepção histórica de seus leitores, forjando uma identidade nacional em um período marcado por um forte nacionalismo e a Ditadura Civil-Militar, enquanto invisibilizavam as identidades locais. A obra demonstra a importância de investigar a organização, sequência dos conteúdos, ilustrações e valores implícitos para entender como o livro didático reflete o espírito da época e sua adequação ao contexto rural catarinense.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



No cenário brasileiro, a década de 1960 representou um período de intensas transformações sociais e políticas, com repercussões significativas no campo educacional. As diretrizes pedagógicas da época foram marcadas por um forte viés nacionalista e, posteriormente, influenciadas pela Ditadura Militar, buscando consolidar uma identidade brasileira coesa, muitas vezes, por meio de narrativas históricas que privilegiavam determinados eventos e personagens em detrimento de outros. Sem contradição com os ideais nacionais, elas deveriam também insuflar um sentimento de pertencimento local alinhado ao espírito do nacionalismo. Desse modo, a produção de livros didáticos com foco regional servia como um instrumento para reforçar a identidade nacional, mostrando como as histórias e as culturas locais se encaixavam em uma narrativa maior e unificada.

O estudo destes materiais permite investigar as dinâmicas educacionais e sociais do contexto específico, que se difere da situação de outras regiões do país. Este trabalho se insere nesse campo de investigação, buscando explorar como os manuais didáticos primários da década de 1960 buscavam moldar a percepção histórica e a identidade de seus leitores. Aprofunda-se o entendimento sobre a formação histórica no Brasil rural, com um foco específico em Santa Catarina. Ao analisar as abordagens e concepções de História presentes nesses manuais, pretende-se iluminar as estratégias discursivas empregadas para a construção de uma identidade, regional ou nacional, e seus possíveis impactos sobre o público leitor.

2. “MINHA TERRA” E CONCEPÇÕES DE HISTÓRIA

A presente pesquisa se dedica à análise dos manuais didáticos primários regionais da coleção "Minha Terra", de autoria de João Barbosa de Moraes, produzidos pela Editora do Brasil S/A. Os livros "Terceiro Livro" (21ª Edição, 1960) e "Quarto Livro" (18ª Edição, sem data), inserem-se em um contexto de intensa transformação social e política no Brasil, marcado por um forte viés nacionalista e,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



posteriormente, pela Ditadura Civil-Militar. Narrativas históricas e descrições geográficas veiculadas em obras regionais deveriam reforçar a identidade nacional, mostrando como as culturas locais se encaixavam em uma narrativa unificada. Nesse sentido, procura-se entender em que medida esses livros operavam como instrumentos de aculturação para as crianças descendentes de imigrantes alemães, considerando as representações veiculadas nos livros, assim como a contradição entre o público-alvo e o conteúdo dos livros, que frequentemente dedicavam mais espaço à História do Paraná do que à de Santa Catarina.

O estudo dos manuais "Minha Terra" revela que eles foram utilizados no contexto de escolas rurais multisseriadas em uma região do oeste catarinense, Cunha Porã, marcada pela forte presença da imigração alemã. A história da colonização de Santa Catarina, impulsionada por ondas migratórias, resultou em comunidades com fortes laços étnicos e culturais. A educação nessas regiões, que historicamente foi desenvolvida por iniciativa dos próprios imigrantes, foi posteriormente alvo de um ambicioso projeto de nacionalização impulsionado pela Era Vargas. O objetivo era "abrasileirar" esses grupos, proibindo o uso de outras línguas e impondo um currículo focado em civismo, geografia e história do Brasil.

Apesar do foco principal do trabalho ser a década de 1960, ressalta-se a permanência das concepções e práticas estabelecidas na Era Vargas, mantendo um currículo predominantemente focado no civismo e na história do Brasil, e negligenciando as histórias locais e regionais. O golpe militar de 1964 intensificou o controle ideológico sobre a educação, ajustando o currículo para reforçar valores como segurança nacional e ordem. Disciplinas como Educação Moral e Cívica ganharam destaque, e a vigilância sobre o conteúdo ensinado se intensificou, especialmente em regiões com forte identidade cultural, como a alemã, que poderia ser vista como um obstáculo ao projeto de unificação nacional.

A educação em Santa Catarina, assim como em outras regiões, foi usada como ferramenta de nacionalização e aculturação. Embora a legislação estadual

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



mencionasse a valorização da história regional, ela era sempre subordinada à narrativa nacional, resultando na supressão das identidades e histórias locais, especialmente aquelas ligadas às culturas de imigrantes, o que se reflete no conteúdo dos livros analisados.

No que diz respeito à concepção de história apresentada pelos manuais "Minha Terra", é possível observar em diversos trechos uma abordagem predominantemente factual e nacionalista. De maneira geral, os volumes estruturam os eventos de forma cronológica, apresentando listas de datas e acontecimentos considerados chaves na formação territorial e política do Brasil e, mais especificamente, dos estados do Paraná e Santa Catarina.

Essa abordagem se alinha com concepções de ensino de História de períodos anteriores, onde a memorização de pormenores era um aspecto valorizado. Conforme apontado por Kazumi Munakata (2016), em certos contextos históricos, os livros didáticos de História frequentemente enfatizavam a "memorização de pormenores". A relevância dos exercícios nesse modelo pedagógico é corroborada por Chervel (1990), que, ao discutir a importância desses elementos nos livros didáticos, afirma:

Se os conteúdos explícitos constituem o eixo central da disciplina ensinada, o exercício é a contrapartida quase indispensável. [...] Sem o exercício e seu controle, não há fixação possível de uma disciplina. O sucesso das disciplinas depende fundamentalmente da qualidade dos exercício aos quais elas podem se prestar. (Chervel, 1990 p. 204.)

O foco na história factual e na memorização se torna claramente perceptível ao analisar o final de cada capítulo dos livros, que invariavelmente apresentam questões de verificação sobre o conteúdo trabalhado. Embora as narrativas por si só já demonstrem um caráter factual, essa característica é ainda mais acentuada nos questionários que se seguem aos textos. Por exemplo, o volume 3, em seu início, ao abordar a história do Paraná, centra o texto na descrição do território e em seu

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



processo de independência, com ênfase em datas e figuras históricas. A finalização do texto é seguida pelo seguinte questionário:

A quem pertenceu, primeiro o território do Paraná? Que formava êle? Que julgaram seus filhos? Por quê? Que se puseram a fazer? Quando surgiu a idéia? Quando, de novo, se tratou do caso? Quando foi vencedora? Que aconteceu então? Quando se deu a instalação da Província? Qual seu primeiro presidente? (Morais, 1960. p. 28.)

Este modelo de questionamento, em conjunto com o texto, reflete uma perspectiva que privilegia a assimilação de datas, conceitos e nomes, sem, contudo, explorar uma história de caráter mais crítico ou que posicione os estudantes como agentes do processo educativo. Esse tipo de exercício, comum em livros didáticos da época, visava a fixação de informações específicas e a memorização das informações.

O texto celebra os marcos da formação da nação brasileira e dos estados em questão, como a constituição do território, os processos de independência e a instauração da República. Este tipo de narrativa é característico de manuais escolares que buscam construir uma identidade nacional e cívica nas jovens gerações. Alain Choppin (2004) destaca que uma das funções essenciais do livro didático é a ideológica e cultural, servindo como transmissor da língua, da cultura e dos valores e também como instrumento de construção de identidades. De forma complementar, Bittencourt (2004) menciona que os autores didáticos do século XIX se interessavam pela formação moral e pela disseminação de um saber considerado essencial para a nação.

No que se refere as concepções de história nacionalista, tomemos como o exemplo dois trechos, um deles sendo do capítulo "Ferrovia Notável" do livro de volume 3, e outro no capítulo "Heroísmo" do livro de volume 4.

No primeiro trecho podemos perceber uma exaltação do progresso e da engenharia nacional. O título "Ferrovia Notável" já impõe uma conotação de admiração e grandiosidade. O texto descreve a ferrovia como uma "verdadeira

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



maravilha" e uma "obra que honra a engenharia brasileira". Essa linguagem enfática celebra um feito de infraestrutura como um símbolo do progresso e da modernização do Brasil, um tema recorrente na construção de narrativas nacionalistas em livros didáticos. Também destaca figuras históricas nacionais ao enfatizar o papel do Imperador D. Pedro II, que, diante de um projeto inicialmente "julgado irrealizável", "confiou em Rebouças e resolveu iniciar as obras". Além de que, ao falar dos engenheiros, deixa implícita a incapacidade do engenheiro italiano em dar continuidade às obras, que em três anos pouco avançou, diferindo do engenheiro brasileiro Francisco Passos, que quando teve a obra entregue em suas mãos fez tudo ser concluído em pouco tempo. Este trecho demarca como eram as tentativas de elevar a moral brasileira. O capítulo "Ferrovia Notável" exemplifica o propósito dos livros didáticos nacionalistas daquele período: não apenas informar sobre um feito de engenharia, mas, sobretudo, inculcar um senso de orgulho e pertencimento nacional, enaltecendo o progresso e a liderança, e solidificando uma memória cívica através da repetição de fatos e figuras considerados essenciais para a identidade brasileira.

O capítulo "Heroísmo" no livro *Minha Terra* (volume 4), é outro exemplo contundente da perspectiva nacionalista presente nos livros didáticos daquele período. A começar pela tentativa de exaltação de "heróis" nacionais, o capítulo inicia com a promessa de contar uma "brilhante ação de heroísmo da nossa ilustre patriciã, durante a Guerra dos Farrapos". A figura é Anita Garibaldi, descrita como uma "heroína dos dois mundos" e cujas ações são retratadas de forma grandiosa. Como colocado por Circe Bittencourt (1992), essa exaltação de é uma prática comum nos compêndios didáticos brasileiros. Junto dela, vinha a promoção de valores patrióticos e cívicos, a narrativa detalha a bravura, a determinação e a lealdade de Anita Garibaldi em face da adversidade, afirmando "enfrentou o com altivez e coragem".

Há também uma preocupação com a formação de uma identidade regional. Ao focar em eventos como a Guerra dos Farrapos – mesmo sem falar propriamente sobre ela - e figuras como Anita Garibaldi, o capítulo contribui para a construção de

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



uma memória coletiva e uma identidade regional, trazendo uma heroína local, que vinha de lugares próximos aos quais os estudantes aos quais o livro didático era destinado vinham. A escolha de um tema e de uma figura como Anita Garibaldi reflete a intenção dos autores e editores da época em veicular essa identidade local e nacional, junto de valores específicos.

Essa fusão entre o ensino de uma história nacional e a introdução de elementos regionais é um aspecto relevante dentro do livro didático, é importante para entender como a formação histórica ocorria no Brasil rural, com foco na História de Santa Catarina e Paraná. A preocupação em incluir as especificidades regionais em manuais didáticos é uma tendência observada na época, que buscava incluir essas populações mais distantes no ideário brasileiro. A concepção predominante é a de uma história que integra o local e o regional dentro de uma moldura nacional. Demonstrando uma clara intenção de destacar e valorizar a história regional para o público local, com o objetivo de forjar uma determinada identidade regional e nacional em seus leitores.

Pensando especificamente no público de imigrantes alemães, há um trecho que traduz muito bem essa intenção. Ao dedicar um capítulo aos colonos de origem alemã e sua importância para a formação do estado catarinense, o manual finaliza o capítulo afirmando que aqui, estes imigrantes, “constituem famílias de brasileiros dignos e laboriosos que têm ilustrado e honrado o Brasil em todos os ramos da inteligência e do trabalho”. Este excerto demonstra uma preocupação explícita com a integração e a formação da identidade nacional. Ele serve como um exemplo direto da tentativa de assimilar e enquadrar grupos de origem estrangeira na identidade nacional brasileira, redefinindo-os não apenas como “colonos”, mas como “famílias de brasileiros” que contribuem ativamente para a grandeza da pátria.

A problematização reside no fato de que essa aparente inclusão opera sob um projeto de homogeneização cultural e ideológica. Ao louvar os imigrantes por serem “dignos e laboriosos” e por “ilustrar e honrar o Brasil”, o texto não apenas os

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



integra, mas também estabelece implicitamente os critérios para essa aceitação. Essa dignidade e laboriosidade estariam atreladas a uma ética do trabalho e a um modelo de progresso que, embora celebrados, podem ter exigido a subordinação ou mesmo a supressão de traços culturais, linguísticos e identitários que não se alinhavam ao ideal de "brasilidade" então promovido pelo Estado. Em outras palavras, a assimilação não é um processo neutro, ela implica uma negociação de identidades, onde a contribuição do grupo passa a ser valorizada na medida em que se conforma a um ideal nacional preexistente ou em construção.

Outro ponto que podemos perceber neste trecho, é o discurso inteiramente positivo, destacando as qualidades de "ordem", "perseverança", "amor ao trabalho" e "vontade de progredir" desses colonos. Não há menção a desafios, conflitos sociais, dificuldades de adaptação, preconceitos ou apropriações de terras que possam ter ocorrido no processo de colonização. Essa idealização e esquematização da realidade é uma característica comum dos livros didáticos nacionalistas, que, nas palavras de Choppin (2004), frequentemente apresentam uma "visão deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável" da sociedade para educar as novas gerações, silenciando "conflitos sociais" ou "atos delituosos".

Para além das características já apresentadas, a narrativa apresenta um forte traço eurocêntrico. Neste mesmo capítulo, o texto enaltece a influência dos "colonos alemães, italianos, belgas" no desenvolvimento agrícola e industrial da região, mencionando "produções ricas" e "indústrias". Também no trecho:

(...) – Gente ativa, ajuntou o papai, inteligente, robusta e sadia, senhora de adiantada cultura, foi elemento de imenso valor. A ela deveu o Estado o rápido progresso que vem demonstrando nos últimos tempos. (Morais, 1960. p. 121-122)

O imigrante alemão é posicionado como a principal causa do que o texto descreve como o "sucesso" do estado, em detrimento da participação e das contribuições de outros grupos étnicos que também integraram o processo de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



desenvolvimento regional, ocorrendo uma exaltação da contribuição estrangeira ao país.

Outro capítulo do livro 3, ao introduzir o estado de Santa Catarina, adota uma perspectiva em que o ponto de partida da história é a chegada de figuras europeias ao estado, como Sebastião Caboto, e a subsequente designação do nome de Santa Catarina. Embora haja menção aos "selvagens" (termo utilizado no manual para se referir aos povos indígenas), a perspectiva e o papel desses grupos na história não são aprofundados, sendo apresentados de forma secundária em relação à ação dos exploradores e formadores oficiais do estado. Este trecho também revela problemáticas tanto na terminologia empregada ao se referir aos indígenas quanto na hierarquia de importância atribuída aos diferentes grupos étnicos presentes no estado.

3. CONCLUSÕES

A análise dos manuais didáticos da coleção "Minha Terra" revela como a produção de livros didáticos na década de 1960, especialmente para escolas rurais em Santa Catarina, refletia o contexto sociopolítico da época e as diretrizes educacionais de viés nacionalista, demonstrando que esses livros não eram apenas ferramentas neutras de transmissão de conhecimento, mas sim artefatos culturais e pedagógicos que veiculavam ideologias e valores.

A concepção de história presente nos manuais é predominantemente factual e nacionalista. Os livros organizam os eventos de forma cronológica, com ênfase na memorização de datas e acontecimentos considerados chaves para a formação do Brasil e dos estados do Paraná e Santa Catarina. Essa abordagem se alinha com práticas pedagógicas mais antigas, onde a memorização de detalhes era valorizada. A presença de questionários ao final de cada capítulo reforça essa característica,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



pedindo aos alunos a fixação de informações específicas, nomes e conceitos, em vez de um pensamento crítico.

O nacionalismo é um tema central, manifestado através da exaltação de marcos da nação, como a constituição do território, processos de independência e a instauração da República. O texto celebra feitos de infraestrutura, como a ferrovia, como símbolos do progresso e da modernização do Brasil, reforçando um senso de orgulho nacional. Figuras históricas nacionais e regionais são enaltecidas, como D. Pedro II e Anita Garibaldi, respectivamente. Essa exaltação de "heróis" é uma prática comum em compêndios didáticos brasileiros que visam promover valores patrióticos e cívicos.

Os manuais tentam assimilar grupos de origem estrangeira à identidade nacional, redefinindo os colonos como "famílias de brasileiros dignos e laboriosos". No entanto, essa aparente inclusão opera sob um projeto de homogeneização cultural e ideológica. O texto estabelece implicitamente os critérios para a aceitação, valorizando a contribuição do grupo na medida em que se conforma a um ideal nacional preexistente. A narrativa é inteiramente positiva, destacando qualidades como "ordem", "perseverança" e "amor ao trabalho", sem mencionar conflitos sociais, dificuldades ou preconceitos.

A análise também revela um forte traço eurocêntrico na narrativa. O texto enaltece a contribuição de colonos alemães, italianos e belgas para o desenvolvimento da região, posicionando-os como a principal causa do "sucesso" do estado. Ao mesmo tempo, a história dos povos indígenas, referidos no manual como "selvagens", é tratada de forma secundária e não aprofundada, demonstrando uma hierarquia de importância entre os diferentes grupos étnicos.

Em última análise, os manuais "Minha Terra" servem como um exemplo claro de como a educação e o livro didático foram utilizados como ferramentas de controle ideológico e social, especialmente em um período de forte nacionalismo e sob a influência da Ditadura Militar. Eles não apenas transmitiram conhecimento, mas

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



também comunicaram, de forma sutil e explícita, valores morais, religiosos e políticos, atuando como ferramentas fundamentais no processo de socialização e aculturação das crianças, em particular as descendentes de imigrantes alemães. A pesquisa, ao desvendar a relação entre o conteúdo dos livros, o nacionalismo do período e as intenções pedagógicas subjacentes, contribui para uma compreensão mais aprofundada da história da educação e da formação de identidades no Brasil rural.

Referências

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. São Paulo: Autores Associados, 1993.

BITTENCOURT, Circe. **O livro didático no Brasil**. In: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber escolar, o livro didático e a história da educação. Campinas: Autores Associados, 2004.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CHERVEL, André (1990). **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, 2, 177-229.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-573, set./dez. 2004.

CHOPPIN, Alain. **O historiador e o livro escolar**. História da Educação, Pelotas, n. 11, p. 5-24, abr. 2002.

MORAIS, João Barbosa de. **Minha Terra: terceiro livro**. 21. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1960.

MORAIS, João Barbosa de. **Minha Terra: quarto livro**. 18. ed. São Paulo: Editora do Brasil, [s.d.].

MUNAKATA, Kazumi. **A produção do livro didático no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

MUNAKATA, Kazumi. **Livro didático como indício da cultura escolar**. História da Educação, Porto Alegre, v. 20, n. 50, p. 119-138, set./dez. 2016.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático como mercadoria**. PRO-POSIÇÕES, Campinas, v. 23, n. 3 (69), p. 51-66, set./dez. 2012.

ONGHERO, A. L. **Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina**. In: Simpósio Nacional de História, 27., 2013, Natal. Anais [...] Natal: ANPUH, 2013.

SANTOS, Ademir Valdir dos. **Educação e nacionalismo: configurando a escola primária catarinense na Era Vargas**. Rev. Bras. Hist. Educ, Campinas, v. 10, n. 03, p. 83-111, Dec. 2010. Disponível em:
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942010000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 Jun. 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



voltassem seu olhar para o assunto, mas também para que seus filhos fossem reconhecidos enquanto cidadãos, portanto como sujeitos de direitos.

Bruna Lopes (2019), ao analisar a história do autismo no Brasil com foco no ativismo materno, estabeleceu para fins de estudo a seguinte periodização: 1) 1950-1970 chamado de contexto anterior ao ativismo na causa; 2) 1980-1990, marcado pelo surgimento das primeiras associações e publicização na esfera pública acerca dos desafios vivenciados pelas famílias de autistas devido a ausência de suporte estatal e pelas violências quanto a negação de direitos básicos tal qual saúde e educação; 3) anos 2000 até a atualidade, contexto marcado pelo uso da *internet*, avanços legais no reconhecimento da cidadania dos autistas, emergência dos autistas enquanto sujeitos políticos ativos e crescimentos de pautas voltadas para o âmbito da educação, de maneira geral, tal qual: inclusão nas escolas regulares (de modo total ou não), mediador especializado, acessibilidade curricular, entre outros.

A presente pesquisa centra-se no último período mencionado pela autora supracitada, uma vez que é nesse momento que os avanços em políticas públicas educacionais visando atender os direitos educacionais (das pessoas com deficiência de modo geral e os autistas em específico) reconfiguraram a sala de aula de história fazendo com que um público que até pouco tempo atrás tinha suas matrículas negadas — por não serem considerados aptos para o aprendizado, ou simplesmente viam suas especificidades e demandas ignoradas em prol de um ensino homogeneizante e unificador — agora têm assegurado o direito ao acesso, permanência, participação e aprendizagem reconhecidos legalmente conforme descrito pela Lei nº 13.146/ 2015 (Brasil, 2015).

Pensando nessas questões, apropriamo-nos das reflexões estabelecidas por Valéria Aydos, Patrice Schuch e Anahí Mello (2022) que, ao discutirem sobre a temática da deficiência no campo da Antropologia, defendem a necessidade de “aleija-la”. Aleijar é a tradução de *crip*, termo inglês que é uma abreviatura de *cripple* que significa aleijado. Nas palavras das autoras: “aleijar as antropologias” e as

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



práticas etnográficas tem o sentido de descolonizar, mutilar, deformar e contundir o pensamento hegemônico sobre deficiência, acesso e inclusão, provocando-lhe fissuras” (Aydos; Schuch; Mello, 2022, p. 19). Em outras palavras, significa não apenas retirar a deficiência da invisibilidade, mas também ir além da perspectiva medicalizante e corponormativa que, não raro, permeiam tais discussões.

Desta forma, é necessário um debate acerca do capacitismo no contexto escolar, onde este conceito pode ser tanto criticado, como enfatizado, a partir das discussões de Di Marco (2020, p.18) que define o capacitismo como “[...] a opressão e o preconceito contra pessoas que possuem algum tipo de deficiência, o tecido de conceitos que envolve todos que compõem o corpo social”. O autor afirma em seus relatos que mesmo frequentando uma escola de ensino regular, seu corpo nunca fez parte da “norma” ou “regra” e que dificilmente reconhecia suas características ou sua identidade em outros colegas.

A partir dos relatos de Di Marco, percebemos a forma como o capacitismo está estruturado na sociedade, corpos com deficiência são vistos a partir da sua subjetividade, ou seja, ao não se reconhecerem em determinado espaço de vivências, são automaticamente marginalizados, perdendo o direito à dignidade, privacidade e a inviolabilidade.

Adriana Dias (2013), destaca que o capacitismo é um modo de organização social e política dos corpos segundo suas funcionalidades e capacidades. Esse conceito serve para visibilizar as violências historicamente praticadas contra as pessoas com deficiência, traz ainda a definição do termo capacitismo e tudo que a construção desse pensamento implica socialmente com relação a pessoas com deficiência, levantando a necessidade de trazer à vista esses corpos com deficiência, quebrando o estigma e a obsessão pelo “normal”.

Defendemos que tal perspectiva também é pertinente e necessária para o ensino de história. Cabe a nós refletirmos sobre as hegemonias em nosso campo e o apagamento de histórias e memórias “defiças”. No que diz respeito à História

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ensinada é preciso ter consciência de que a sala de aula de História também pertence aos alunos com deficiência, síndromes e transtornos. Há décadas estudiosos da área do ensino de história têm dedicado atenção à diversidade, seja ela das vozes do passado ou aqueles presentes na sala de aula. Entretanto, é preciso reconhecer que, ao que diz respeito às pessoas com deficiência, não raro, elas estão presentes em nossos textos apenas como aquelas reticências usadas quando apresentamos as categorias de diversidade (gênero, classe, sexualidade, questões étnico-raciais, etc.).

Um exemplo de tal afirmação pode ser observado no estudo elaborado por Karine Lopes e Eliza Lippe (2023) que observaram uma ausência nos principais periódicos (Revista Brasileira de Educação Especial, Revista Nacional de História da Associação Nacional de Professores de História (ANPUH), publicações do Congresso Brasileiro de Educação Especial e revista Boletim Historiar) de artigos que abordem o ensino de História a partir da perspectiva da inclusão demonstrando um apagamento em relação à temática.

Enquanto as publicações da área não atendem de modo satisfatório às demandas enfrentadas pelos professores de história atuante nas escolas, públicas e privadas, autores como Seffner (2007, p. 3) nos convidam à seguinte reflexão:

Frente a novos públicos de alunos, seguiremos ensinando o que sempre ensinamos? Frente a novas demandas da sociedade, seguiremos mantendo o currículo que sempre praticamos? Que critérios devemos adotar para proceder a mudanças curriculares na escola? Tudo que a sociedade solicita a escola deve atender? E se a escola tiver que escolher entre atender a uma demanda de um setor, que é contrária a demanda de outro setor, que critérios ela deve lançar mão para fazer esta escolha? Estas são perguntas bastante complexas de responder, não admitem respostas simples, dando margem a muita discussão.

Desta feita, se Circe Bittencourt (2018) têm razão ao destacar a histórica relação entre o ensino de história e a formação para a cidadania, não podemos ignorar que alunos autistas, com deficiência intelectual, Síndrome de Down, entre outros também são cidadãos e que possuem direito a terem seus direitos à aprendizagem assegurados. Tendo em vista as questões até aqui apresentadas, e cientes que

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



nenhum projeto de alteração da realidade pode ser bem sucedido em termos de aplicabilidade sem a escuta e engajamento da comunidade escolar, em especial dos professores.

2. A percepção dos professores de história

Os dados aqui apresentados e discutidos são resultantes da pesquisa de conclusão de curso realizada pelo autor principal deste trabalho, sob a orientação da segunda autora.

O processo de coleta ocorreu via elaboração de questionário por meio do *Google Forms* aberto para preenchimento entre os dias 10/06/2024 e 04/07/2024. De acordo com Janine Mota (2019, p. 373), os questionários são uma opção viável para as pesquisas, já que há “[...] possibilidade de acesso em qualquer local e horário; agilidade na coleta de dados e análise dos resultados, pois quando respondido as respostas aparecem imediatamente; facilidade de uso, entre outros benefícios”.

Quanto à composição, o instrumento contou com 20 perguntas, sendo 11 questões fechadas (com respostas obrigatórias) e 9 questões abertas, descritivas, sem obrigatoriedade de resposta. Sua aplicação aconteceu de forma *online* e foi divulgada via grupos de historiadores e professores de História da rede social *Whatsapp* e de outras redes sociais, como o *Instagram*.

O formulário obteve 61 respostas e foi preenchido principalmente por professores de Ponta Grossa-PR e de outras cidades do Paraná, como: Tibagi, Irati, Curitiba, Telêmaco Borba, Ivaí, Jaguariaíva e Araucária. Além disso, contou com respostas de outros estados, como: Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rondônia, Rio Grande do Norte, Bahia e Mato Grosso.

Ao que diz respeito ao perfil dos professores que participaram da pesquisa, cabe destacar que a maior parte (76,2%) se formou após o ano 2000. Tendo em vista

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



que a coleta de dados ocorreu via formulário online, não podemos ignorar que esse perfil pode estar relacionado à sua familiaridade com tecnologias digitais, além disso tal questão é pertinente no sentido de observar o período em que os professores se formaram e a criação de leis, diretrizes e políticas públicas visando as deficiências, o autismo e a inclusão escolar.

Salientamos também que, no que diz respeito à atuação profissional, os participantes atuam principalmente em escolas públicas e em turmas do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Sobre a formação dos professores temos os seguintes dados:

Ano de formação dos professores

Ano de Formação	Quantidade de Professores
Entre 1980-1990	4 (6,6%)
Entre 1990-2000	6 (9,8%)
Entre 2000-2010	31 (50,8%)
Entre 2010-2020	16 (26,2%)
Entre 2020-2024	4 (6,6%)

Fonte: produzido pelo autor a partir da análise do formulário.

É significativo o fato de que quase todos os docentes (60 de 61) já tiveram ou têm alunos diagnosticados como autistas, confirmando que a inclusão de estudantes com TEA é uma realidade comum nas escolas.

Ao descreverem o primeiro contato com um estudante dentro do espectro autista, as respostas obtidas continham palavras tal quais: “assustador”, “desafiador”, “conflituoso”, “difícil”, “diferente”, “apreensivo” e “delicado”. Outros afirmaram ter dificuldades em “saber como lidar” e estar “preocupada em atender as necessidades

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



dos alunos”. Por fim, obtivemos poucas respostas que enfatizaram esse primeiro contato como tranquilo.

As respostas acima nos convidam à reflexão. Compreendemos que não são apenas percepções pessoais, mas a resultante de uma estrutura capacitista, estrutura essa que as instituições de ensino fazem parte e, na qual, muitas vezes colaboram na sua construção e perpetuação.

Gardou (2015) trata a inclusão enquanto forma de garantir acesso ao patrimônio humano e social. Nesse sentido, defende que uma sociedade inclusiva é uma sociedade sem privilégios, exclusividades e exclusões, fazendo dessa abordagem um agente em busca de direitos e bens comuns que devem ser de acesso igualitário.

Uma sociedade não é um clube cujos membros possam monopolizar a herança social em seu proveito para usufruir dela de modo exclusivo e justificar, a fim de mantê-la, uma ordem que eles próprios tenham definido. Tampouco é um círculo reservado a certos sócios, ocupados em receber subsídios ligados a uma “normalidade” concebida e vivenciada como soberana (Gardou, 2015, p. 242).

A partir disso, a escola deve ocupar um papel de desafiar ativamente a normalidade, no sentido de que é extremamente necessário falar sobre deficiência e inclusão neste espaço, fazer uma inclusão sistemática do tema das deficiências para evitar os silenciamentos que ocorreram e ainda ocorrem em muitas esferas da sociedade no que diz respeito à diversidade e à deficiência.

Porque há silêncio em torno das deficiências? Se a inclusão significa abraçar a diversidade, porque temos medo de falar sobre as deficiências em sala de aula? É sensato reconhecer o quanto nossos alunos refletem o que projetamos como professores (Valle; Connor, 2014, p. 193).

Se o professor ou professora sentir desconforto ao falar sobre deficiência, logo, os alunos com e sem deficiência também sentirão. Por isso, colocar a diversidade humana no centro da inclusão é uma ferramenta poderosa contra o silenciamento. Refletir sobre o uso da língua, combatendo as expressões negativas,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



é função de todos os agentes pertencentes à comunidade escolar e isso se dá somente por meio da consciência e da reflexão.

Analisar as formas como as deficiências são representadas e desafiar os alunos a observarem com um olhar crítico as representações, ou a omissão dessas, nos mais diversos meios, como literatura, jornais filmes, entre outros (Valle; Connor, 2014), fazem parte de uma prática docente preocupada com justiça social, afinal: “Quando as deficiências são comentadas elas se tornam, parte do cotidiano e não a exceção” (Valle; Connor, 2014, p. 197).

Tais observações, trazem uma reflexão acerca da importância da educação como sinônimo de igualdade, democracia e inclusão, assim, quanto aos professores, em particular os de História, pela natureza do conhecimento que a disciplina representa, necessitam de uma postura cada vez mais ativa que vá de encontro a esses desafios em busca de promover um olhar crítico sobre os fatos seja no passado ou no presente, além de formar para a autonomia de pensamento e a cidadania. Vale destacar que o processo de inclusão passa pelos professores, de todas as disciplinas e áreas de formação, mas não é de sua inteira responsabilidade.

De acordo com o documento “Compromissos Éticos da Docência em História”, da Associação Brasileira de Ensino de História (2022), “a educação é vital para a democracia e a democracia é vital para a educação” (Associação Brasileira de Ensino de História, 2022, p. 27).

Nesse sentido, um dos compromissos propostos pelo documento é de que todos os professores e professoras, mesmo que de colégios particulares, lutem pelas escolas públicas, garantindo um direito e combatendo a opressão social que se converte em exclusão escolar, bem como assegurar o investimento em inclusão e acessibilidade:

Defendemos a necessidade de estabelecer políticas e práticas em educação especial e a ética da inclusão escolar nos espaços da Educação Básica e Ensino Superior. A modalidade de Educação Especial precisa ser pensada e discutida para além de mera inserção formal de estudantes em determinada instituição (Associação Brasileira de Ensino de História, 2022, p. 28).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Ainda segundo o documento, a escola é, talvez, o único espaço no qual entramos em contato com outras formas de estar no mundo, e aprendemos a respeitar, valorizar e aprender com a diversidade (Associação Brasileira de Ensino de História, 2022). Portanto, a História deve ser pensada em articulação com a educação inclusiva a fim de promover justiça social. Valle e Connor (2014) apontam para a necessidade de encarar a deficiência não como uma limitação ou lesão orgânica e sim como uma construção social, na medida em que é a sociedade que impõe as barreiras às pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, ensinar alunos com deficiência, no caso da pesquisa, alunos autistas, tem tudo a ver com como compreendemos as deficiências. Assim, as crenças dos professores, sejam esses principiantes ou os mais experientes, irão influenciar na forma como eles irão ensinar e incluir seus alunos com deficiência. “Assim aquilo no que você acredita e porque você acredita tem tudo a ver com quem você é como professor. E quem você é como professor tem tudo a ver com o que você pensa e como você ensina as crianças” (Valle; Connor, 2014, p. 35).

Ao longo da análise das respostas observamos as queixas dos professores quanto a ausência de orientações sobre como realizar a inclusão de forma adequada, ao mesmo tempo em que denunciam a ausência de formações continuadas que realmente os capacitem e orientem quanto ao modo de melhor atender esses alunos do ponto de vista da aprendizagem. Aqueles que desejam realizar um bom trabalho acabam procurando, por iniciativa própria, cursos e orientações para melhor atender seus estudantes.

Ao perguntarmos se esses professores sabem o que é o TEA, 57 responderam que sabem e 4 argumentaram que possuíam uma noção vaga a respeito. Quando perguntamos por quais meios eles obtiveram esse conhecimento as respostas apontaram tanto para as formações continuadas ou semanas pedagógicas quanto para uma iniciativa própria do professor em se informar e

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus

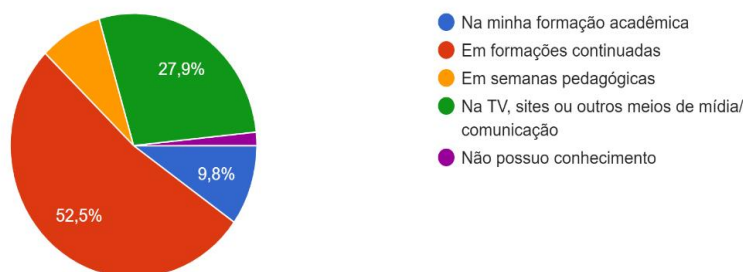


conhecer mais sobre o tema, por meio da TV, sites e outros meios de mídia/comunicação:

Como o professor aprendeu sobre o autismo

Caso a resposta anterior tenha sido positiva, como você aprendeu sobre o autismo?

61 respostas



Fonte: Gráfico extraído do formulário.

Um ponto importante referente à análise dessa resposta é que a maioria dos professores e professoras, formados em diferentes períodos apontam para a falta de um conhecimento acerca da inclusão e das deficiências introduzido em suas formações acadêmicas, mostrando que essa defasagem se deu e ainda se dá de maneira continuada em espaços que deveriam ser de amplo compartilhamento de saberes voltados ao ensino e as práticas inclusivas.

Tendemos a ver como negativas as diferenças, principalmente quando não temos contato. Muitos desses professores certamente não tiveram contato, enquanto estudantes, com alunos com deficiência e não debateram a questão na sua formação. Mas, e onde estavam ou estão os alunos com deficiência? Onde estão os professores com deficiência?

“Mais uma vez, dado o número de pessoas com deficiência na sociedade, pondero sobre a falta de professores com deficiências visíveis, onde estavam ou estão os exemplos a serem seguidos por estudantes com e sem deficiência” (Valle;

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Connor, 2014, p. 38). Em nossa pesquisa encontramos um professor que está dentro do Espectro Autista e que percebe, a partir da sua experiência pessoal, uma aprendizagem para trabalhar com alunos autistas:

Não. Não tive nenhuma formação durante as minhas graduações em História ou em Pedagogia. Se eu mesmo não tivesse sido diagnosticado como dentro do espectro e pesquisado por mim mesmo para me entender, também não teria entendido melhor esses alunos (Professor/Resposta: 52, Pergunta: 12).

Essa resposta foi dada por um professor com formação em História e Pedagogia. Ou seja, essa lacuna no processo de formação está presente não somente na área da História. Ele afirma que não recebeu suporte no seu processo de formação para ambas as áreas de atuação e, além disso, de acordo com a análise das respostas, sua formação ocorreu entre 2000 e 2010, portanto, antes da promulgação das leis citadas no decorrer do trabalho.

Esse exemplo demonstra que há uma distinção entre um direito promulgado e sua efetivação e que há uma longa trajetória até que todo o sistema de ensino e a cultura escolar (e universitária) se apropriem das discussões e as coloquem em prática.

No estudo empreendido os professores e professoras destacaram a importância de profissionais atuando em parceria com o professor regente. Entretanto destacaram que quando esse profissional não possui capacitação adequada para atuar no espaço escolar e junto ao estudante com necessidades educacionais específicas, esse sujeito pode se tornar mais um elemento de desgaste para o professor. Além disso, se a escola possui como foco principal a aprendizagem, no caso dos estudantes autistas, observa-se que na perspectiva dos professores participantes da pesquisa esse direito passa pela formação tanto do professor regente quanto dos acompanhantes.

As acompanhantes com formação em Pedagogia e que já possuem ou se interessam pela área de educação inclusiva e psicopedagogia, fazem um trabalho legal, se esforçando para que haja aprendizado pelo aluno. Utilizam materiais lúdicos e buscam compreender o hiperfoco do aluno e suas dificuldades. As que não tinham formação apenas cuidavam dele e

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



buscavam fazer com que ele copiasse a matéria de forma adaptada (Professor/Resposta: 1, pergunta: 11).

Ela é extremamente necessária, infelizmente não temos tempo para atender a grande quantidade de alunos em sala (cerca de 40), então o tutor em sala ajuda muito, contudo, o conhecimento de História ao aluno (dependendo do grau do autismo) pode ficar escasso dependendo do tempo que temos dentro de sala e da colaboração dos demais alunos, pois também há a necessidade de atividades e explicações adaptadas. Quando o grau de autismo é mais leve, não encontro essa dificuldade (Professor/Resposta: 24, pergunta: 11).

Acredito que é fundamental um acompanhante com formação pedagógica ou pelo menos um estagiário da área da educação. Mas de preferência uma pessoa com alguma formação sobre a TEA (Professor/Resposta: 36, pergunta: 11).

Não possuem metodologias pedagógicas. O papel fica restrito a acompanhar (Professor/Resposta: 34, pergunta: 11).

Finalizamos esse texto destacando a resposta do “professor 24” uma vez que seus apontamentos nos levam a refletir sobre o fato de que algumas pautas acerca da inclusão estão relacionadas com debates mais amplos sobre o bem-estar e aprendizagem de todos, além da valorização e respeito ao trabalho dos professores. Questões como infraestrutura adequada, turmas pequenas, disponibilidade de recursos e tecnologias para estudantes e professores, formação continuada, respeito salarial, hora-atividade adequada, entre outros, são elementos fundamentais não apenas para a inclusão de fato, mas para o bem-estar de toda a comunidade escolar. Os princípios da escola democrática em que todos participam da sua construção, incluindo a família, se fazem importantes em casos específicos como nas discussões sobre o autismo. Ainda há muito o que avançar e a escola, enquanto peça importante para a consolidação do exercício pleno da democracia, não pode e não deve atuar de maneira isolada. Todos os setores da sociedade devem pensar a inclusão enquanto direito básico garantido a todos os cidadãos.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE HISTÓRIA. **Compromissos Éticos da Docência em História**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2022.

AYDOS, V.; SCHUCH, P.; MELLO, A. G. de. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. *Horizontes Antropológicos* (online), v.28, p. 7-29, 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: 2015; 7 jul.

BITTENCOURT, C. M. F. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180035>. Acesso em: 30 out. 2025.

DI MARCO, V. **Capacitismo**: O Mito da Capacidade. São Paulo: Editora Letramento, 2020. 85p.

DIAS, A. **Por uma genealogia do capacitismo**: da eugenia estatal à narrativa capacitista social. 2023. Disponível em: http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/ebook/Textos/Adriana_Dias.pdf. Acesso em 30 out. 2025.

GARDOU, C. Ninguém tem a Exclusividade do Patrimônio Humano e Social. O movimento Inclusivo. **Educação**, n. 38, v. 2, p. 249-246, 2015. DOI: 10.15448/1981-2582.2015.2.20051. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/20051>. Acesso em: 29 jul. 2024.

LOPES, B. A. **Não Existe Mãe-Geladeira**: Uma análise feminista da construção do ativismo de mães de autistas no Brasil (1940-2019). Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

LOPES, K. M. L. LIPPE, E. M. O. Ensino de História na ótica das práticas educativas inclusivas: análise das produções acadêmicas brasileiras (2004-2021). *Olhar de Professor*, [S. l.], v. 26, p. 1–24, 2023. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.26.21240.028. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/21240>. Acesso em: 30 out. 2025.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



MOTA, J. S. Utilização do Google Forms na Pesquisa Acadêmica. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 12, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1106>. Acesso em: 30 out. 2025.

SEFFNER, Fernando. Das (possíveis) perversas faces das políticas de inclusão escolar: o que o ensino de História tem a ver com isso. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA E MULTIDISCIPLINARIDADE: TERRITÓRIOS E DESLOCAMENTOS, 24, 2007, São Leopoldo. **Anais - XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo: ANPUH, 2007.

VALLE, J. W.; CONNOR, D. J. **Ressignificando a Deficiência, da Abordagem social às Práticas Inclusivas na Escola**, Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O ENSINO DE HISTÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NO JORNAL DO MST NO PERÍODO DE 1981 A 2015

Mônica Gomes Alberichi¹
Prof.^a Dra. Andréa Mazurok Schactae²

¹ Mestrando em História pela UEPG

² Doutora em História pela UFPR

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais, no Brasil, que historicamente se destaca na luta pela reforma agrária e justiça social. A participação feminina nesse movimento, é apresentada, em estudos acadêmicos como, inicialmente invisibilizada ou relegada a papéis considerados "femininos" como saúde e educação (MST, 2025).

Segundo Ana Elisa Cruz Corrêa e Kesia Rayanne Almeida Oliveira (2025) desde os anos 2000, o MST tem buscado **construir com novas relações de gênero** em seu cotidiano, tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos, por meio da consolidação do "**Setor de Gênero**" (Corrêa e Oliveira (2025), oficializado em 2003, este setor, que antes operava como "coletivo" (Scott, 1990), representa um **salto de importância** para o debate e a organização das mulheres dentro do movimento, garantindo maior força e autonomia.

Segundo Silva (2016), a literatura acadêmica sobre o tema, estudos sobre as mulheres camponesas e sua atuação em movimentos sociais rurais, embora ainda tímida, vem crescendo e destacando o protagonismo feminino na resistência e na busca por direitos, essas pesquisas frequentemente ressaltam a importância dos sindicatos rurais como porta-voz e espaço de atuação política para as mulheres, se articulando com o feminismo inicialmente, mas ganhando corpo e impacto a partir dos anos 2000.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A passagem do termo "mulheres" para "gênero" no nome do setor, reflete a necessidade de envolver também os homens na discussão sobre a desigualdade de gênero e sua superação. Joana Pedro (2005), explica que o movimento feminista e de mulheres, nos anos oitenta, passou a usar a palavra "gênero" no lugar de "sexo" para reforçar a ideia de que as diferenças de comportamento entre homens e mulheres eram definidas pelo "gênero" e não pelo "sexo". Joan Scott (1995) argumenta que a fusão comum desses termos reflete a dificuldade de separar o físico do social, e de considerar o sexo como uma construção histórica e linguística, defendendo que o gênero deve ser entendido como a articulação do conhecimento sobre a diferença sexual e não como algo imposto ao sexo biológico.

Debates de gênero e história das mulheres, também são visíveis no MST. As reivindicações dos movimentos como: a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), que iniciou em 2000 com a participação de mulheres urbanas e rurais, no intuito de elaborar uma perspectiva feminista para enfrentar a pobreza e a exploração, e a Via Campesina, que iniciou no dia internacional da mulher, 8 de março de 2006, com a participação de 1.800 mulheres da Via Campesina que ocuparam o viveiro hortoflorestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro (RS), como forma de protesto contra a monocultura e seus prejuízos sociais e ambientais. Ampliando as pautas feministas para além das questões tradicionais, incluindo a resistência contra o agronegócio e a defesa da agroecologia (Santos e Picoletto, 2019).

No entanto, Silva (2016) aponta que a atuação das mulheres no MST sempre enfrentou resistências internas e desafios como a sobrecarga do trabalho doméstico, a desigualdade na divisão do trabalho e o predomínio masculino nos cargos de direção. Apesar desses obstáculos, a militância política colocou as mulheres com ferramentas críticas e organizativas para lutar contra sua subordinação, tanto no âmbito público quanto privado.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Portanto, voltar o olhar para as mulheres do MST e articular com o ensino de História, é significativo para os estudos de história das mulheres e relações de gênero, nos movimentos sociais.

A problemática central para esta pesquisa científica emerge da complexa intersecção entre uma nova e abrangente política educacional de gênero de nível nacional. A Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, torna obrigatória a inclusão de abordagens fundamentadas nas experiências e perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio, além de instituir a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História (BRASIL, 2024). Nesse contexto, de políticas educacionais que definem a valorização da história das mulheres, busca-se analisar como as mulheres são representadas nos jornais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) entre os anos de 1981 a 2015, observando a valorização, visibilidade e empoderamento das mulheres, bem como, as categorias de mulheres que aparecem como: mãe; esposa; trabalhadora; liderança política.

Nesse contexto, a pesquisa busca problematizar as representações das mulheres agentes do MST, construídas por uma das mídias do movimento social. Os resultados da pesquisa servirão de base para aplicação da legislação nacional recém-sancionada, que define como obrigatória:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País (Brasil, 2024).

Analisar como as mulheres são representadas no jornal MST, no período de 1981 a 2015 e apresentar como material didático, um jornal sobre as mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, são resultados que contribuirão para construção de uma igualdade de gênero no espaço escolar e na sociedade, especialmente com relação as mulheres rurais.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O campo da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero no Brasil representa uma área de abundante produção acadêmica e debate consolidado na historiografia brasileira. Sua formação tem origem na década de 1970, inicialmente denominada História da Mulher, surgindo como um ato político com o objetivo de visibilizar e dar voz a uma parte da sociedade que foi por muito tempo silenciada e renegada pela História Oficial do Homem (Lima, et.al.,2025).

A História das Mulheres teve o mérito de transformar as referências às mulheres apresentadas como exceção ou nota de rodapé, em tema central. No entanto, críticas posteriores apontaram que essa primeira vertente tendia a ser essencialista e universalista, referindo-se majoritariamente a mulheres brancas e heterossexuais, ignorando esferas identitárias como classe, raça e nacionalidade, Vicrovski, (2020,p.18) :

No entanto, com o tempo, a História da Mulher mostrou-se muito essencialista ao referir-se a uma essência em comum entre as mulheres. Em um primeiro momento, a história das mulheres pretendeu ser universal. Porém, essa pretensão de representar todas as mulheres, partiu da ideia de que todas fossem iguais, ignorando outras esferas que também produzem identidades como: classe, raça, nacionalidade, religião, etc

Foi nesse contexto que emergiu o conceito de Gênero como categoria de análise. Atualmente, os Estudos de Gênero se expandiram para além das mulheres, abrangendo masculinidades e homossexualidades, e se alimentam da interdisciplinaridade, conectando-se a categorias como classe, raça/etnia, religião, trabalho e violência (Vicrovski, 2020).

A trajetória das mulheres rurais se insere nesse debate, marcada por uma dupla exclusão que conjuga recortes de classe e de gênero. **Thais Giselle Diniz Santos, Katya Isaguirre e Ana Letícia Maciel de Vasconcelos (2022), destacam que o termo "mulheres rurais" ou "mulheres do campo" consolidou-se como uma categoria política e social atrelada aos movimentos que buscavam direitos de cidadania. Historicamente, o trabalho da mulher rural foi invisibilizado e desvalorizado, sendo seu trabalho reprodutivo doméstico, voltado ao cuidado familiar, relegado à**

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



esfera privada e não remunerado, enquanto sua participação no trabalho produtivo na agricultura era frequentemente considerada mera ajuda ao trabalho masculino (Santos, Isaguirre e Vasconcelos, 2022).

A participação feminina em movimentos sociais ganhou grande impulso no Brasil a partir da década de 1980, com a abertura democrática (Vilenia Venancio Porto Aguiar, 2016). A Igreja Popular, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais, teve um papel estratégico, oferecendo às mulheres rurais uma experiência formativa que as levou a questionar sua condição social e serviu como ponte entre a esfera privada e o espaço público da política, e acrescenta que a demanda inicial desses movimentos foi o reconhecimento político como trabalhadoras rurais. A luta pela sindicalização e pelos direitos sociais, como aposentadoria e licença-maternidade, foi crucial, culminando em conquistas significativas na Constituição Federal de 1988. A Constituição reconheceu a categoria "produtoras rurais", garantindo-lhes direitos previdenciários, como aposentadoria por idade aos 55 anos, e a obrigatoriedade da titulação de terras em nome do casal (Brasil, 1988).

No contexto do ensino de História, as políticas públicas mais recentes no Brasil, exemplificadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), refletem disputas ideológicas sobre a inclusão de temas de gênero (Vicovski, 2020). A BNCC, documento normativo homologado em 2017/2018 para a Educação Básica, é apresentada como referência nacional para a formulação dos currículos (Brasil, 2018).

O estudo documental da BNCC apresentado por Alessandra Kátia Vicovski (2020), aponta uma ausência de discussões explícitas sobre Gênero. O termo "gênero" é encontrado 329 vezes no documento, mas sempre em referência a gêneros gramaticais, literários ou musicais, e não à estrutura de gênero na sociedade. Essa omissão é vista como uma confirmação e apoio à naturalização das desigualdades de gênero existentes, e um reflexo do contexto de disputas políticas e pressões de grupos conservadores. Contudo, a BNCC recorre a termos relacionados

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



como diversidade, diferença e preconceito em suas competências gerais e específicas. Embora o documento proponha a discussão sobre o respeito às diversidades e o combate ao preconceito de qualquer natureza, ele não explicita os fundamentos teóricos e conceituais desses termos, o que dificulta a reflexão sobre como o documento se apropria deles (Vicovski, 2020).

A BNCC, ao não oferecer subsídios explícitos sobre o tema Gênero, impõe um desafio aos professores, que muitas vezes demonstram falta de conhecimento teórico aprofundado, frequentemente relacionando Gênero à opção sexual. No entanto, muitos docentes reconhecem a importância de discutir esses assuntos, buscando oportunidades para inseri-los em datas comemorativas, como o Dia Internacional da Mulher, ou em discussões sobre a evolução da sociedade (Vicovski, 2020).

A sanção da Lei nº 14.986/2024, que altera a LDB para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e perspectivas femininas nos currículos do ensino fundamental e médio, e que institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História, cria um novo e importante marco legal. Pesquisas são necessárias para avaliar como essa lei será implementada, como os professores adaptarão seus planejamentos, e se ela de fato garantirá a representatividade e a equidade de gênero nas escolas brasileiras (Brasil, 1996).

A questão da inserção da mulher na sociedade e no mercado de trabalho tem sido historicamente marcada por desafios e desigualdades persistentes. Problemas como taxas de desemprego mais altas, menores salários, dificuldades de crescimento profissional e maior informalidade são amplamente reconhecidos (Deeze, 2024). Em 2023, a lei de igualdade salarial no Brasil buscou estabelecer parâmetros para combater a falta de isonomia salarial entre homens e mulheres. O Brasil conta com legislação que impõe o tratamento igualitário de salários há décadas. Fabiana Alves Rodrigues (2023) destaca que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943 (Decreto-lei 5.542), já trazia em sua redação original a proibição expressa de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



diferenças salariais para o mesmo trabalho por motivo de sexo, além da CLT de 1943, as Constituições Federais de 1934 e 1946 já estabeleciam essa proibição.

Mesmo com leis importantes, como a Convenção nº 100 da Organização Internacional do Trabalho, aprovada em 1957, a diferença de salário entre homens e mulheres ainda existe no Brasil. Em 2019, as mulheres ganharam, em média, 77,7% do que os homens recebiam. A principal resistência na efetivação da igualdade de gênero decorre da complexidade dos fatores que influenciam a formação de salários e as possibilidades de ascensão profissional, os quais estão relacionados a aspectos sociais e culturais (Fabiana Alves Rodrigues, 2023).

No entanto, a violência de gênero, que se expressa e se reproduz culturalmente através de comportamentos irrefletidos, aprendidos historicamente e socialmente em instituições como igreja, escola, família e Estado, continua a contribuir diretamente para a opressão masculina sobre a feminina (Deeze, 2024).

A compreensão da feminilidade como uma construção social e histórica, e não como um destino biológico imutável, é um pilar fundamental para abordar essas desigualdades. Beauvoir (1967) em sua obra "O Segundo Sexo", argumenta que "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher". Esta afirmação desafia a ideia de que a forma que a fêmea humana assume na sociedade é definida por um destino biológico, psíquico ou econômico, mas sim que é elaborada pelo conjunto da civilização. A propagação da ideologia proferida pelo determinismo biológico utiliza-se de argumentos para subjugar as mulheres, criando noções culturais que condicionam suas existências a determinadas características, como maternidade, fertilidade e temperamento. Tais noções criam obstáculos que incidem nas relações sociais estabelecidas entre os sexos (Dorlin, 2020).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social brasileiro, que se autodefine segundo Moraes (2019) como de massa e autônomo, buscando organizar trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e construir um Projeto Popular para o Brasil. Fundado formalmente

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



em janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná, o MST nasceu da articulação de lutas pela terra que foram retomadas no final da década de 1970. Ao longo de quatro décadas, o MST se tornou o maior movimento social da América Latina e, possivelmente, do mundo, reunindo até 2 milhões de pessoas em todo o país (Caldart, 2001).

O MST traça suas origens a dois movimentos históricos distintos: as Ligas Camponesas dos anos 1950, organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro, e setores da Igreja Católica inspirados pela teologia da libertação, com muitos membros mais antigos tendo ligações com a Comissão Pastoral da Terra. Segundo Bevins (2025), o movimento se insere em uma narrativa histórica mais ampla, que remonta à Roma Antiga e ao feudalismo europeu, vendo as lutas pela terra no Brasil como fundamentais desde a colônia, onde a terra era concedida a aristocratas e mantida produtiva por povos indígenas e escravizados. O movimento também destaca a ausência de uma reforma agrária após a abolição da escravidão em 1888 e a fraqueza da burguesia brasileira no século XX para impulsionar a industrialização através de uma reforma agrária eficaz.

Bevins (2025) acrescenta que o Movimento do MST baseia suas ações em um artigo da Constituição brasileira de 1988 que determina que a terra deve cumprir uma "função social" e defendem uma Reforma Agrária Popular, um conceito que vai além da simples distribuição de terra para incluir a produção de alimentos saudáveis para toda a população e a transformação das relações de poder na sociedade, em favor da classe trabalhadora e camponesa, democratizar o acesso à terra e aos bens da natureza, garantindo sua função social e os direitos de demarcação para povos originários, comunidades tradicionais e trabalhadores do campo (Brasil, 2021).

Busca-se ainda garantir educação e cultura de qualidade no meio rural, promovendo formações técnicas, científicas e políticas, e utilizando os meios de comunicação para valorizar a cultura camponesa e combater preconceitos, assegurar direitos sociais no campo, com condições de vida digna, direitos trabalhistas garantidos e relações de trabalho baseadas na cooperação, visando a subsistência e

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



soberania nacional, estão intrinsecamente ligados à promoção dos direitos das mulheres e à busca por igualdade de gênero dentro do próprio movimento e na sociedade (Brasil, 2021).

A representação das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido um processo de luta e transformação contínuos, marcados por um notável protagonismo feminino desde as origens do movimento. Santos e Picolotto (2019) destacam que inicialmente, o foco central do MST estava na luta pela terra, com a figura masculina predominando como o "trabalhador rural sem terra", relegando a mulher a um papel de membro da família, sem poder ou representatividade política significativa. No entanto, desde o início da década de 1980, as mulheres começaram a se auto-organizar internamente para reivindicar seus direitos e espaços como sujeitos políticos.

No contexto rural segundo Eliane Oliveira (2025) do site Brasil de fato, as mulheres, especialmente as mulheres negras, enfrentavam e ainda enfrentam uma situação de maior invisibilidade, com dificuldades de inserção, menores rendimentos e ocupações precárias, apesar de somarem mais de 60% da força de trabalho feminina rural. Além disso, machismo e racismo eram pilares das principais questões enfrentadas cotidianamente pelas mulheres sem terra, somadas à desigualdade de gênero e trabalho, sobrecarga física e psicológica, e invisibilidade teórica e política. O trabalho não remunerado e de autoconsumo, como o cuidado com a casa, pequenos animais e horta, ocupava 74,9% das mulheres no mundo rural, sendo frequentemente visto como uma extensão de seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, o que encobria a verdadeira natureza de sua ocupação e reproduzia sua invisibilidade.

Apesar desses desafios, as mulheres do MST assumiram um protagonismo crescente na luta popular ao longo das quatro décadas de história do movimento. A auto-organização coletiva tem sido uma chave central para seu fortalecimento. Segundo Esmeraldo (2020) as mulheres do MST não só lutaram por representação,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



mas também assumiram papéis ativos e estratégicos, elas estão à frente de roças, cooperativas, escolas, centros de formação, setores, associações, e cozinhas solidárias, fortalecendo um diálogo e posicionamento como mulheres sem terra. Sua presença nas ocupações de terra, formando barreiras com crianças, e em marchas e ocupações de prédios públicos, sensibilizou a sociedade e pressionou o governo.

Em suma, a representação das mulheres no MST é o resultado de uma contínua luta por reconhecimento, valorização e emancipação. Elas atuam como agentes políticos de transformação socioambiental, redefinindo sua subjetividade, ocupando espaços de poder e desafiando estereótipos. A organização das mulheres no MST não é apenas uma denúncia das injustiças, mas um anúncio da capacidade de construir um mundo novo e mais justo, pautado na esperança e na ação coletiva (Esmeraldo, 2020).

A pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar e aperfeiçoar o campo da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, uma área de intensa produção acadêmica no Brasil, que segue em constante desenvolvimento e diálogo crítico. A promulgação da Lei nº 14.986/2024, que modifica a LDB ao incluir a obrigatoriedade de abordagens baseadas nas experiências e perspectivas femininas nos currículos do ensino fundamental e médio, além de instituir a Semana de Valorização das Mulheres que Fizeram História, estabelece um novo e significativo marco legal. Investigações são necessárias para analisar como essa legislação será aplicada, de que forma os docentes ajustarão seus planejamentos e se ela realmente assegurará a representatividade e a igualdade de gênero nas escolas brasileiras (Brasil, 1996).

O trabalho de pesquisa visa analisar os jornais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de 1981 a 2015, coletando todas as edições do Jornal Sem Terra desse período disponível no site do MST. A metodologia central seria a análise de conteúdo, conforme as técnicas descritas por Bardin (2016), que busca obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das informações.

A primeira etapa consiste na coleta e organização do corpus documental. O jornal será tratado não apenas como um documento que informa, mas também como um monumento que conforma uma determinada visão de mundo, reconhecendo que o periódico é um produto cultural e social que se elabora através do tempo. A análise considerará os três componentes que integram o resultado final da mensagem: o autor, o texto, e o leitor/destinatário (Mauad, 1996).

Contextualizando com as técnicas descritas por Bardin (2016), a sistematização objetiva do material para obter indicadores quantitativos e não-quantitativos sobre a frequência e o tipo de representação. Na perspectiva da Análise do Discurso, verificar na produção de sentido, em relação à representação das mulheres, utilizando do dispositivo teórico para lidar com o objeto, não apenas o que é dito, mas também o que está implícito, abordando o Gênero como uma categoria útil de análise crítica, o que implica questionar os significados atribuídos aos sexos, como se estabelecem e em que contextos.

O foco será na construção da diferença sexual e não meramente na descrição de papéis, utilizando também do método Histórico-Semiótico para a análise das fotografias e outras imagens veiculadas no jornal, entendendo que a imagem é uma mensagem que se organiza por expressão e conteúdo. Mauad (1996), destaca que ao integrar a Análise de Conteúdo, com a Análise do Discurso e a Histórico-Semiótica, a metodologia proposta garante um olhar crítico e complexo sobre o Jornal Sem Terra. Ela permite que o historiador questione ativamente o material, pois a imagem não fala por si só, é necessário que as perguntas sejam feitas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



esp. 1, p. 261–295, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>. Acesso em: 4 out. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEVINS, Vincent. Esta Terra É Nossa: como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra saiu do governo de direita mais forte do que nunca. *The Nation*, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/04/30/reportagem-destaca-mst-resistencia-reforma-agraria-e-reconstrucao-esta-terra-e-nossa/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 4 out. 2025.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. *Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024*. Institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História e dispõe sobre a inclusão de experiências e perspectivas femininas nos currículos escolares. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2024.

BRASIL. *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST? *Notícias / Reportagens Especiais*, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 810, de 23 de março de 2020*. Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para estimular e facilitar a titulação de terras a mulheres trabalhadoras rurais no âmbito da reforma agrária. Autor: José Guimarães (PT CE). Tramitação: Câmara dos Deputados; tramita no Senado desde 2023. Situação em 18 de junho de 2025: pronta para pauta na CDH do Senado.

BRASIL DE FATO. “Somos a força que movimenta esse país”, aponta dirigente do MST sobre luta das mulheres negras. *Brasil de Fato*, 25 jul. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/07/25/somos-a-forca-que-movimenta-esse->

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



[pais-aponta-dirigente-do-mst-sobre-luta-das-mulheres-negras](#). Acesso em: 29 jul. 2025.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207–224, dez. 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo do historiador. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. 7. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 189-198.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz; OLIVEIRA, Kesia Rayanne Almeida. A luta pela terra na perspectiva feminista. *Revista Estudos Feministas*, 33(1), 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2025v33n196490>. Acesso em: 21 set. 2025.

DAL RI, Neusa Maria. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): formação educacional, gênero e pandemia. In: NOVAES, Henrique Tahan (org.). *Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 205-240. DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-337-3.p205-240>.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes. *Boletim Especial – 8 de março de 2024*. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

DORLIN, Elsa. *Sexo, gênero e sexualidades: introdução à teoria feminista*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

DORNELLES, Beatriz Corrêa Pires. A pesquisa histórica a partir das páginas de jornais e a compreensão da prática jornalística. *Revista Caminhos do Pampa*, v. 1, n. 1, p. 94–107, jan.–jun. 2023. DOI: 10.56579/rihga.v1i1.786.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. Lutas de Mulheres Sem Terra para a afirmação de novas subjetividades. *Revista Mediações*, Londrina, v. 25, n. 3, p. 11-31, set./dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/38749>. Acesso em: 29 jul. 2025.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



LIMA, Mariana da Silva Rodrigues de et al. História das mulheres e historiografia brasileira: contextos, tendências e debates. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 85, e20250507, 2025.

MORAES, Isabela. MST: Você entende o que é esse movimento? *Cidadania, Cultura e Sociedade*, Politize!, 15 maio 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mst-voce-entende-o-que-e-esse-movimento/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos: rastros da experiência organizativa nas páginas do Jornal Sem Terra. *NORUS*, v. 7, n. 11, p. 232-268, jan./jul. 2019.

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; BETTO, Janaina. Movimentos sociais rurais e feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 2, e68693, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TtGpR8FvvfhnSw9kcQdWgMN>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SANTOS, Thais Giselle Diniz; ISAGUIRRE, Katya; VASCONCELOS, Ana Letícia Maciel de. Somos mulheres trabalhadoras rurais: da invisibilização ao reconhecimento de direitos previdenciários e da cidadania. *Revista Brasileira de Direito Social – RBDS*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 65–87, 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, jul.–dez. 1995.

SILVA, Iranilson Batista da. O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SILVA, Maria da Penha Ferreira da; ROCHA, Cristiane Silva. O escutar do silêncio – o que está por trás da mudez da BNCC sobre as estruturas de gênero. *Educação*, v. 8, n. 3, p. 483–496, 2020. ISSN 2316-3828. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p483-496>. Acesso em: 4 out. 2025.

SOUZA, C. M. S. Mulheres de fibra: a transversalização de gênero no contexto da Cooperação Sul-Sul para o setor algodoeiro. *Boletim do Tempo Presente*, Aracaju,

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



v. 11, n. 10, p. 29–44, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufs.br/tempopresente/article/view/18305>. Acesso em: 26 jul. 2025.

VICROVSKI, Alessandra Kátia. A questão de gênero na Base Nacional Comum Curricular: percepções dos professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental de uma cidade da Região do Alto Uruguai/RS. Erechim, 2020.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



MUSEU DE ARQUEOLOGIA CIRO FLAMARION CARDOSO: UM ESPAÇO DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO EM PONTA GROSSA (2001 - 2024)

Bruna Belter Zarpelão¹

Lorena Zomer²

¹ Graduanda em História Bacharelado pela UEPG

² Doutora em História pela UFSC

Inicialmente, o interesse por esta pesquisa se deu com o estágio voluntário que realizei, feito no processo de mudança do acervo do antigo *Museu Época* para o agora *Museu Aristides Spósito*, onde anteriormente se encontrava a *Mansão Vila Hilda*. Essa vivência possibilitou um contato com o mundo dos museus, no qual identifiquei afinidade e interesse pela área. Atualmente, participo do projeto de extensão no *Museu Campos Gerais*, o que me fez ter um contato mais direto com a instituição museu, aprofundando minha compreensão sobre práticas, funcionamento e aumentando meu interesse por essa área.

Este trabalho é referente à pesquisa de TCC, que se encontra ainda em fase de escrita, com intuito de investigar a criação do *Museu Ciro Flamarion Cardoso*, um museu privado de arqueologia em Ponta Grossa, analisando seus fundamentos, acervo e papel social. A pesquisa parte do pressuposto de que os museus são instituições fundamentais para a guarda da memória coletiva, a educação não formal e a valorização cultural.

O estudo analisa as particularidades de um museu privado, examinando os desafios de sua gestão, a conservação de seu acervo composto por originais, réplicas e fac-símiles, vendo suas diferenças em relação às instituições públicas.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Metodologicamente, a análise baseia-se em relatos orais feitos com o fundador do museu e colaboradores da instituição, na revisão de conceitos do ICOM e IBRAM, e na investigação da percepção do público por meio de avaliações do *Google* e *TripAdvisor*. Na revisão teórica são usados os conceitos de memória, patrimônio e educação não formal, com os autores Michel Pollak, Françoise Choay e Martha Marandino, entre outros, que permitiram compreender o papel do museu.

O objetivo central é compreender como esse espaço, mesmo sem reconhecimento oficial, se constitui como um lugar de memória, educação e complemento ao ensino, analisando sua contribuição e valorização da cultura e entender seu valor social.

1. MUSEUS: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Inicialmente, é interessante pensarmos de onde veio esta palavra “Museu” e o seu significado, segundo Julião (2006) esse termo se originou do templo das nove musas, que eram filhas de Mnemosine, a deusa da memória, em que se traz a ideia de um espaço destinado ao saber e a preservação de memórias. Entretanto, a concepção do museu que conhecemos hoje, resultou de um longo processo histórico, anteriormente esse termo foi pouco usado na Idade Média, mas vai ganhar força a partir do século XV, em que se tem o colecionismo se expandindo. Esse movimento esteve relacionado a aspectos científicos, humanistas do renascimento e a expansão marítima. Temos então, desde o século XIV, as coleções principescas que ganharam destaque, sendo enriquecidas entre os séculos XV e XVI com obras da Antiguidade, artistas, materiais vindos de outros países, em que eram financiados pelas elites.

Além dessas coleções, também se aumentam os Gabinetes de Curiosidades e as coleções científicas, no qual geralmente eram formadas por estudiosos que reuniam diversas espécies, objetos raros e utensílios exóticos, não eram abertos ao público, somente a pessoas do alto escalão e seus conhecidos, que seriam formas

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



de mostrar seu poder econômico e político. Com o passar do tempo, tais acervos passam por um processo de especialização, começaram a se organizar de maneira em que deixaram de ter uma função só de curiosidade, passando para o papel de pesquisa, com produção de conhecimento (Julião, 2006, p. 18).

Além disso, um movimento de grande importância para os museus, foi a Revolução Francesa, que vai trazer a concepção moderna de museu. Até o século XVIII, as coleções eram privadas e restritas a elite, a partir da revolução, passaram a ser incorporadas à nação e abertas ao público. Nesse contexto, se teve a recuperação de bens do clero, da coroa, para a nação, o que nos mostra a criação de decretos para a preservação do patrimônio. A partir daí, essas instituições assumem o papel de uma ideia pedagógica, de formar cidadãos, como por exemplo o *Museu do Louvre* em 1793, com obras de arte, que se tornou uma referência (Julião, 2006).

Com essa ideia já discutida de como se deu a criação de museus na Europa, é interessante pensarmos também como surgiram os primeiros museus no Brasil, considerando a política, cultura, dessas novas instituições. Enquanto na Europa os museus surgem em um contexto de fortalecimento da cidadania e dos estados nacionais, no Brasil, o aparecimento dessa instituição estava ligado ao período colonial. Analisar essa formação museológica no Brasil é fundamental para compreender a relação da sociedade com os museus, para pôr fim entender o tema central deste trabalho.

De acordo com Julião (2006), os museus brasileiros surgiram no século XIX, com a criação do *Museu Real*, fundado por D. João VI em 1818. Este museu que atualmente se chama *Museu Nacional*, e reúne o primeiro acervo formado por uma coleção de história natural. Posteriormente, se tem a criação de outros museus de destaque, como o *Museu Paraense Emílio Goeldi* e o *Museu Paulista*, conhecido como *Museu do Ipiranga*. Esses espaços eram dedicados a pesquisa das ciências naturais, para estudo e amostras da coleção natural, arqueológica, entre outros, com intuito de preservar as belezas locais e nacionais, depois em 1922 com a criação do

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Museu Histórico Nacional, que vai ser um marco inaugurar um museu com intuito a história, a pátria, trazendo através da cultura uma representação da nacionalidade, pensando com um cunho pedagógico. Além disso, no contexto deste estudo, nota-se que o *Museu de Arqueologia Ciro Flamarion Cardoso*, representa uma continuidade desse modelo de museu arqueológico, que foi uma das primeiras categorias criadas.

Já que o museu é o espaço físico e social, que expõem as coleções, refletem a memória e a identidade de um grupo. A museologia, se constrói como a parte teórica e metodológica, com objetivo de musealizar os museus, no qual se trata da curadoria, mediação, conservação e planejamento, em relação a instituição, atribuindo sentidos e significados.

A Museologia, termo que ganhou conotações diversas ao longo do século XX e mesmo antes, graças a uma busca por legitimação acadêmica por parte de alguns profissionais de museus, adquire uma nova dimensão, a partir dos anos 1960, fosse como “ciência” ou, ao menos, como um campo disciplinar autônomo, fornecendo as bases teóricas necessárias para o trabalho prático em museus’ (Brulon, 2018, p. 193).

A citação acima, evidencia a transformação da museologia ao longo do tempo, a busca por legitimação acadêmica pelos profissionais, conferiu a museologia um caráter disciplinar, aproximando da ciência. Já que a museologia passou a ser compreendida não apenas como uma organização de acervos, mas para oferecer fundamentos metodológicos para o trabalho prático dos museus, não se limitando apenas a ser um auxiliar do museu, mas em que analisa criticamente o papel social dessa instituição, orientando a preservação, comunicação, educação, entre outros.

Com essa disciplina, a profissional museóloga(o) tem como objetivo, dar sentido aos objetos, analisando o que se faz pra esse objeto ter valor, sendo que é algo construído social e culturalmente, o que é relevante para um grupo pode ser insignificante para outro, e neste momento entra a mediação museológica. O papel do profissional, não vai ser apenas dar valor ao objeto, mas estabelecer uma relação entre ele, o seu contexto original e o público que visita o museu, o tornando acessível para entendimento, musealizando aquele local e objetos.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Portanto a musealização que terá como base um tripé que é a preservação, pesquisa e comunicação, que basicamente se trata do principal que um museu deve ter, a preservação em que envolve a seleção, documentação e a inserção do objeto no contexto museal, tendo os cuidados necessários para preservar o material; a pesquisa que abrange desde a investigação inicial dos objetos, até o seu futuro sendo utilizado em estudos acadêmicos e pôr fim a comunicação, expondo o conhecimento de forma educativa, em que estimula a reflexão do público, em um espaço de educação não formal (Brulon, 2018).

Segundo Chagas e Nascimento (2006), temos mudanças de concepções em relação a museologia, quando se inicia a nova museologia, o então modelo tradicional tem uma visão em que é focada na coleção de objetos desvinculados das comunidades, reforçando o eurocêntrico, priorizando narrativas voltadas para os heróis, hierarquia, elite, objetos exóticos entre outros. Já a Nova Museologia traz uma visão, em que valoriza as comunidades, territórios e o patrimônio cultural. Com isso permanece um olhar mais político para tal instituição, em que evidencia que o museu não é só um local de preservação do passado, mas sim de diversos processos, em que se tem memória, poder, resistência, etc.

É neste sentido que a concepção do *Conselho Internacional de Museus* (ICOM), coloca-se, cuja criação é de 1946 e a qual marca um momento da consolidação da museologia e dos museus, em que se apresenta a definição de museu, tendo diversas alterações ao longo dos anos. Atualmente, a última definição aprovada foi a de 24 de agosto de 2022, em Praga, e retrata que:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Com esta definição, temos a ampliação do entendimento tradicional de museu, ou seja, além da inclusão, acessibilidade, diversidade, o museu ainda tem como principal atividade a participação da comunidade. No entanto, ainda assim locais que apresentam essas atividades específicas de museus, muitos deles não são formalmente reconhecidos pelo *Instituto Brasileiro de Museus* (IBRAM). Dessa maneira, o reconhecimento depende do atendimento aos requisitos e normas específicas para se considerar uma instituição museal, que foi algo analisado para entendermos a instituição *Museu Ciro Flamarion Cardoso*.

Nesse sentido, isso se dá um contraponto à ideia central do ICOM na qual não se limita apenas a preservação e educação, mas inclui acessibilidade, diversidade e participação da comunidade, qual se tem segundo Brulon (2018, p. 24) “à criação de instituições tais como institutos ou associações comunitárias que não apresentam a forma tradicional de um museu, mas que têm como princípio a prática da musealização”. Essa perspectiva amplia o entendimento do museu, no qual mostra diferentes formas de atuação museológica, mesmo não se encaixando no modelo, desenvolvem práticas de preservação, pesquisa e comunicação, contribuindo para valorização da memória. Nesse sentido a área educativa, é que mais se destaca pois é o contato com a comunidade, possibilitando a reflexão sobre diversos assuntos, que é um dos pontos principais da instituição *Ciro Flamarion Cardoso*.

E essa visão amplia a ideia de que o mais importante não é a forma institucional, mas sim sua ação social, cultural e política. Com essa valorização do ICOM, em se ter locais comunitários, democráticos, temos a criação de iniciativas locais, em que desempenham um papel de educação, preservação e comunicação, o qual seria o tripé para o museu. Desse modo, a ausência de reconhecimento oficial por órgãos como o IBRAM, não implica necessariamente na falta de valor cultural e social, ou até mesmo museológica.

Esta definição do ICOM é fundamental para o entendimento do que seria considerado museu, e suas iniciativas de musealização que seria de grande

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



importância para permitir compreender o papel do *Museu de Arqueologia Ciro Flamarion Cardoso*, que mesmo tendo seu enfoque na educação, ele abrange como um lugar de diálogo, de pesquisa, comunicação e preservação, em que se tem uma função social, pedagógica, entre outras.

Portanto, pensar na história do *Museu de Arqueologia Ciro Flamarion Cardoso*, que se deu a partir de quando Moacir Elias fundador da instituição, começou a criar réplicas egípcias a fim de fazer exposições itinerantes em 1992, em diversos lugares, como o *Museu Campos Gerais*. Nos anos seguintes, uma vez por ano levava a exposição para algum lugar, até que em um momento não teve como ficar transportando esses objetos, e em 2001 se tem a criação de seu museu, por tais motivos. Em uma casa localizada⁷⁷, e é um museu de cunho privado, com caráter educativo e que em seu acervo tem diferentes itens se tendo réplicas, fac-símiles e objetos originais, trazendo diferentes temas como Egito, pré-história, entre outros, que veremos mais à frente detalhadamente.

2. HISTÓRIA ORAL

A história oral é de grande importância para essa pesquisa, registrando memórias, tendo percepções relacionadas ao museu, já que se tem um contato direto com o criador e colaboradores, evidenciando o seu ponto de vista de como é o museu, sua história, recuperando memórias, onde revela experiências e relações que não se encontram nos documentos escritos (Thompson, 2002, p. 28).

Analisando a entrevistas⁷⁸ feita com o Prof. Dr. Moacir Elias Santos, que possui graduação em Arqueologia e doutorado em História Social, onde nos conta a sua história e história do museu, seus objetos, seu plano para o futuro, suas dificuldades,

⁷⁷ Casa localizado em Ponta Grossa - Paraná, na rua José Joaquim da Maia, 154 - Oficinas,

⁷⁸ Foi realizada entrevistas feitas pela autora, dia 09/04/2025 e dia 03/08/2025, no Museu de Ciências Naturais – UEPG e no Museu Ciro Flamarion Cardoso, com Moacir Elias Santos, e Élia Santos.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



entre outros, mas principalmente como o museu se iniciou e qual era o seu intuito inicialmente:

Museu veio com esse objetivo, trazer para o nosso público principalmente os estudantes daqui, da região de Ponta Grossa, acesso a uma coisa que eles não teriam, então essa foi a ideia principal criar um museu, não tem um espaço dedicado que faz parte da curricularização né, se você for olhar tá em todas os sextos anos têm Egito Antigo, Estudam o Egito antigo na escola, estudam o Mesopotâmia, estudam Grécia, estudam Roma, estudam a Pré-História Brasileira, e o que a gente tem para mostrar para as crianças sobre isso aqui? Como é que a gente pode tornar as aulas mais interessantes? De que forma a gente pode atrair, despertar a atenção das crianças? Então, eu falei, o museu vai servir para isso (Santos, 2025, p.7).

Como afirma o entrevistado, o museu tem seu foco principal em ser um lugar didático para os alunos do ensino fundamental e médio, tendo o museu aberto para o público em geral também. Sendo assim, para a sociedade poder conhecer, entender e se interessar por esses temas que o museu traz, já que são temas pouco explorados em Ponta Grossa e na região, sendo esses museus de cunho histórico.

Com essa posição educativa, em que se tem pesquisa, exposições e principalmente atividades com escolas, o museu já se apresenta como um espaço de cunho didático, mas o que se muda ao longo do tempo, é o tema e o foco trabalhado em tal instituição, se é uma forma tradicional, em que retrata a elite, objetos exóticos ou se é uma forma mais social em que repete a sociedade no geral.

No caso do *Museu Ciro Flamarion Cardoso*, o enfoque do museu é cunho didático, nas exposições e ideias principais são de observar a vivência da sociedade, se tendo uma diversidade de objetos para mostrar essa diferença da sociedade e da sua cultura. Mesmo que o museu tenha o enfoque em peças do Egito, povos originários do Brasil, entre outros. Com isso as pessoas começam a refletir sobre o que passou, do presente e do que pode acontecer, conhecendo costumes/ideias que permanecem e principalmente na ideia do museu, de ajudar as crianças a entender melhor o que estão estudando (Ramos, 2008).

Como o entrevistado Moacir Elias (2025) conta na entrevista, as visitas são todas guiadas, apenas se a pessoa não quiser mediação, optando estimular a

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



participação do público, por meio de perguntas e diálogo, ajudando os professores com a atividade educativa e com o tema dado em sala de aula, ampliando o conhecimento e reflexão dos alunos.

Muitos dos objetos são réplicas, que foram inspiradas em peças do acervo do *Museu Nacional*, instituição na qual o Dr. Moacir trabalhou e sofreu grandes perdas no incêndio em 2018⁷⁹. A ideia foi trazer como se fosse uma versão menor do *Museu Nacional*, para o interior do Paraná, já que diversas comunidades, nunca poderiam ter contato com esse material, tanto que como alguns objetos foram queimados, tanto pelo custo de viajar pra outro lugar, tendo diversos fatores que se dão na dificuldade de conhecer essa história.

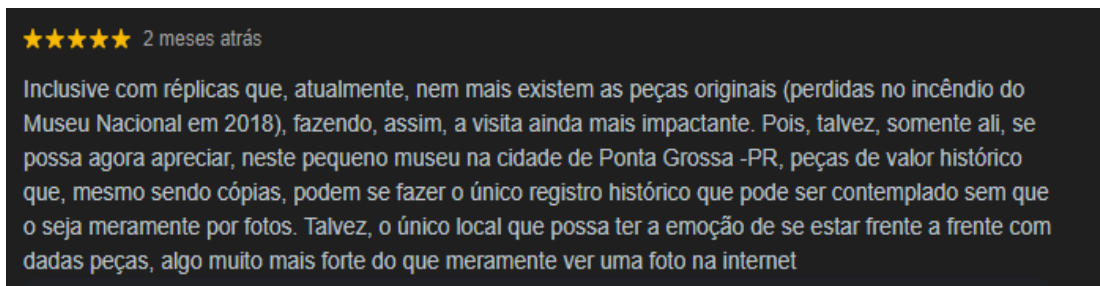
Para entendermos melhor essa ideia, usufruímos de analisar fontes digitais, sendo elas as avaliações do *Google e Tripadvisor*. Usar essas fontes é uma forma de alternativa ao uso das fontes tradicionais, não por desvalorizá-las, mas é uma forma de ampliação de fontes e pesquisas, no qual se tem um aspecto mais acessível. Muitas das informações que temos atualmente, são preservadas no modo digital, a fonte física, como documentos por exemplo, tem a chance de se perder ao longo do tempo, nesse sentido o digital aumenta a acessibilidade, e a preservação deste material é um modo de atribuir novos sentidos (Laitano, 2020).

Nesse sentido, interligando com essa pesquisa de TCC, é possível compreender uma ampliação de possibilidades de análise, as avaliações revelam como o público experimenta o museu, de que local são, entre outros. Como os comentários a seguir que confirmam a ideia já trabalhada de importância das réplicas e de contemplação dessas peças, já que a maioria delas foram perdidas.

⁷⁹ Notícia sobre o incêndio: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/04/o-que-se-sabe-sobre-o-incendio-no-museu-nacional-no-rio.ghtml>

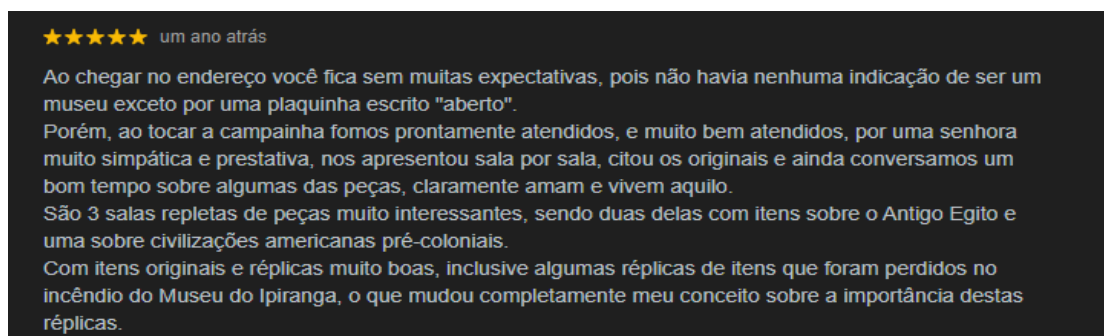


IMAGEM 1- PERCEPÇÃO DO PÚBLICO SOBRE AS RÉPLICAS DO MUSEU NACIONAL SEGUNDO AVALIAÇÕES



Fonte: Google, 2024.

IMAGEM 2 – AVALIAÇÕES DO GOOGLE SOBRE O ACERVO DE RÉPLICAS DO MUSEU DO IPIRANGA



Fonte: Google, 2023.

Com esses comentários, que consideramos como humanidades digitais, que é usada como fonte e podemos ver a mudança de opinião sobre a importância das réplicas, já que normalmente não se tem um valor tão grande comparado com o material original, mas é principalmente o entendimento de que não se veriam alguns objetos, se não existissem as réplicas, sendo uma forma acessível de reflexão. No entanto, ao analisar essas avaliações das réplicas, se é visto uma expectativa em relação às peças e a sua história, e do entendimento que se tem por réplicas, sendo algo visto como irrelevante para a história.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Essa valorização do acesso das peças, reflete na própria criação do museu, que é interessante pensarmos o porquê de o nome do museu ser *Ciro Flamarion Cardoso*, que seria uma homenagem ao Prof^o Dr^o *Ciro Flamarion Cardoso*, segundo Santos (2001) “A escolha do nome do museu foi uma homenagem que prestamos em vida para aquele que foi um dos maiores historiadores brasileiros, e o melhor pesquisador no campo da Egptologia em nosso país”. Que infelizmente faleceu em 2013, dava aula na Universidade Federal Fluminense (UFF) onde foi orientador de Moacir Elias.

O que me levou para fazer faculdade no Rio foi querer estudar Egito Antigo, esse foi um dos problemas também porque a faculdade estava voltada para a arqueologia brasileira, e eu fui naquela ideia, não, arqueologia tem que ser arqueologia e arqueologia, acabei me interessando muito por arqueologia brasileira, também trabalho muito com arqueologia brasileira, mas a minha paixão mesmo foi o Egito (Santos, 2025).

Seguindo a entrevista vemos que o entrevistado nos conta de algumas mudanças que ocorreram com o decorrer do tempo:

É muito gratificante a gente saber que pode contribuir com a educação, não a educação formal, que é o museu, mas a educação não formal, quantas paixões a gente pode despertar com uma coisa assim, né? então, eu acho que isso é muito importante. Então, o objetivo pessoal do museu era isso, ele não era nem tanto para ser um museu científico, né? Assim, museu para pesquisa, acabou virando, mas não era, o objetivo era didático (Santos, 2025, p. 7).

Dessa forma, vemos que o objetivo principal foi mudado conforme o passar do tempo, saindo de algo apenas didático para algo envolvendo esse conceito de “o que é um museu e qual a sua função?”, que interliga conforme a prática principal chamada de tripé do ICOM (1974) que especifica sobre as coisas mais importantes que se devem ter, para ser considerado um museu, que seriam, pesquisa, preservação e comunicação. Essas três bases para o conceito de museu se interligam em relação com o *Museu *Ciro Flamarion Cardoso**, que mesmo não sendo reconhecido como museu pelos órgãos formais, como ICOM, IBRAM, ainda se tem os princípios desse tripé, sendo algo que será comparado e discutido diretamente conforme a análise da

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



entrevista, trazendo o acervo, ações educativas, diálogos com o público, história, dificuldades, etc (Código de ética - ICOM, 1986).

3. O ACERVO DO MUSEU: ORIGINALIDADE, RÉPLICAS E FAC-SÍMILES

O acervo inicial começou com uma coleção de objetos, sendo eles réplicas feitas pelo Moacir Elias, na qual vai se dar no início do museu, mas a seleção de objetos é feita a partir do contexto, anteriormente era feita por peças bonitas ou que despertam o interesse pessoal, que chamava a atenção então ele reproduzia. No entanto, com o passar do tempo se tinha a necessidade de incluir objetos diferentes, que mostrassem aspectos do cotidiano, como agricultura, alimentação, entre outros, que mostrariam a realidade daquela sociedade. Como afirma Moacir (2025) “[...] Nós não tínhamos ferramentas que as pessoas usavam no dia a dia, antes tinha estátuas dos faraós, tinha estátuas de deuses, mas que Egito é esse que eu estou mostrando para o público? É um Egito irreal, a gente tem que trazer a sociedade”. Então essa mudança de perspectiva reflete na ideia de sair de um museu tradicional em que conta a história da elite, para algo em que envolva o povo, trazendo várias culturas e sociedades diferentes.

Como os objetos são selecionados conforme a necessidade e conforme o que cabe no espaço, que é uma das dificuldades que se tem no museu, e os objetos vão sendo construídos para trazer uma narrativa, uma história para o público, quebrando a ideia de um gabinete de curiosidade em que só tem diversos objetos expostos sem uma narrativa.

Segundo Moacir (2025), algumas peças foram adquiridas por escavações arqueológicas que o próprio fazia, em diversos lugares do Brasil, como Bahia, Goiás, Rio de Janeiro, onde encontrava esses materiais e moldava esses objetos, fazendo réplicas, para atividades de educação patrimonial, objetos como, peças de cerâmica,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



esqueletos, urnas funerárias, entre outros. Nesses trabalhos de escavação ou de restauro arqueológico, se tem como se fosse uma base de troca com outros museus, o Moacir fazia serviços como restauração para algum museu e em troca, tirava uma cópia do objeto com autorização, para se fazer réplicas, fac-símiles também se tem peças que o pai do Moacir foi adquirindo, que a maioria se trata de uma coleção indígena.

Nesse sentido, a conservação das peças originais, vão funcionar com o tratamento do material etnográfico, existe um controle periódico das peças, em que são vistoriadas para ver se não tem nenhuma infestação ou problema com o objeto. Utiliza-se secante, sílica gel que serve para tirar a umidade e o carbonato, em que vai sendo trocado para manter os objetos. Além disso, se tem as vitrines de microclima, controle de luz, temperatura, sempre pensando na conservação do material. Por fim, pensando nas réplicas, “são mais resistentes, então não requer tanto cuidado, porque daí também você tem um problema, estragou? teve algum problema? Faz outra, então essa é a vantagem” (Santos, 2025).

O acervo em si, é uma parte principal do museu, são os objetos e narrativas que vão dialogar com o público, em que se é uma fonte de acesso a refletir sobre a temática daquele local, no qual pensando no material e na preservação do *Museu Ciro Flamarion Cardoso*, vemos que com o passar do tempo vai se criando uma musealização, vai se tendo mudanças em relação a preservação e a forma de se pensar, saindo de algo apenas bonito para ser algo que mostre a sociedade, e que se faça refletir.

Interessante pensarmos, que como a maioria das peças são réplicas é algo que é desvalorizado, já que a original tem toda uma história por trás, mas as réplicas servem como forma de acessibilidade e entendimento, de objetos que não existem mais ou se tem dificuldades para visitar os locais que tem o material, desse modo como podemos ver nas avaliações seguintes:

U ...



23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Referências

BRULON, Bruno. **Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

BRULON, Bruno. *Passagens da Museologia: a musealização como caminho*. Museologia e Patrimônio, 2018.

FIORUCCI, Rodolfo. *História oral, memória, história*. Revista Eletrônica História em Reflexão, Dourados: UFGD, v. 4, n. 8, p. 1-12, 2010.

GOOGLE. **Avaliações do Museu Ciro Flamarion Cardoso**. Ponta Grossa, Paraná. Disponível em <https://share.google/3VL1QpjTT2D36qBaw> . Acesso em: 19 out. 2024.

TRIPADVISOR. **Museu de Arqueologia Ciro Flamarion Cardoso, Ponta Grossa (PR)**. TripAdvisor. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g1023654-d4377034-Reviews-Museu_de_Arqueologia_Ciro_Flamarion_Cardoso-Ponta_Grossa_State_of_Parana.html. Acesso em: 06 junho. 2025.

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a história do museu; Pesquisa histórica no museu**. In: *Caderno de diretrizes museológicas*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2006. p. 51-66.

LAITANO, Bruno Grigoletti. **(Con)figurações do historiador em um tempo marcado pela disrupção tecnológica**. *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 27, n. 45, p. 60-75, 2020. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



RAMOS, François Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

THOMPSON, Paul. *História oral e contemporaneidade*. Tradução de Andréa Zhourie; Lígia Maria Leite Pereira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1992.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O BRINQUEDO, A BRINCADEIRA E A FOTOGRAFIA NO MUSEU PARQUE HISTÓRICO DE CARAMBEÍ

Felipe Lomba Ferreira¹
Janaína de Paula do Espírito Santo²

¹ Mestrando em História pela UEPG

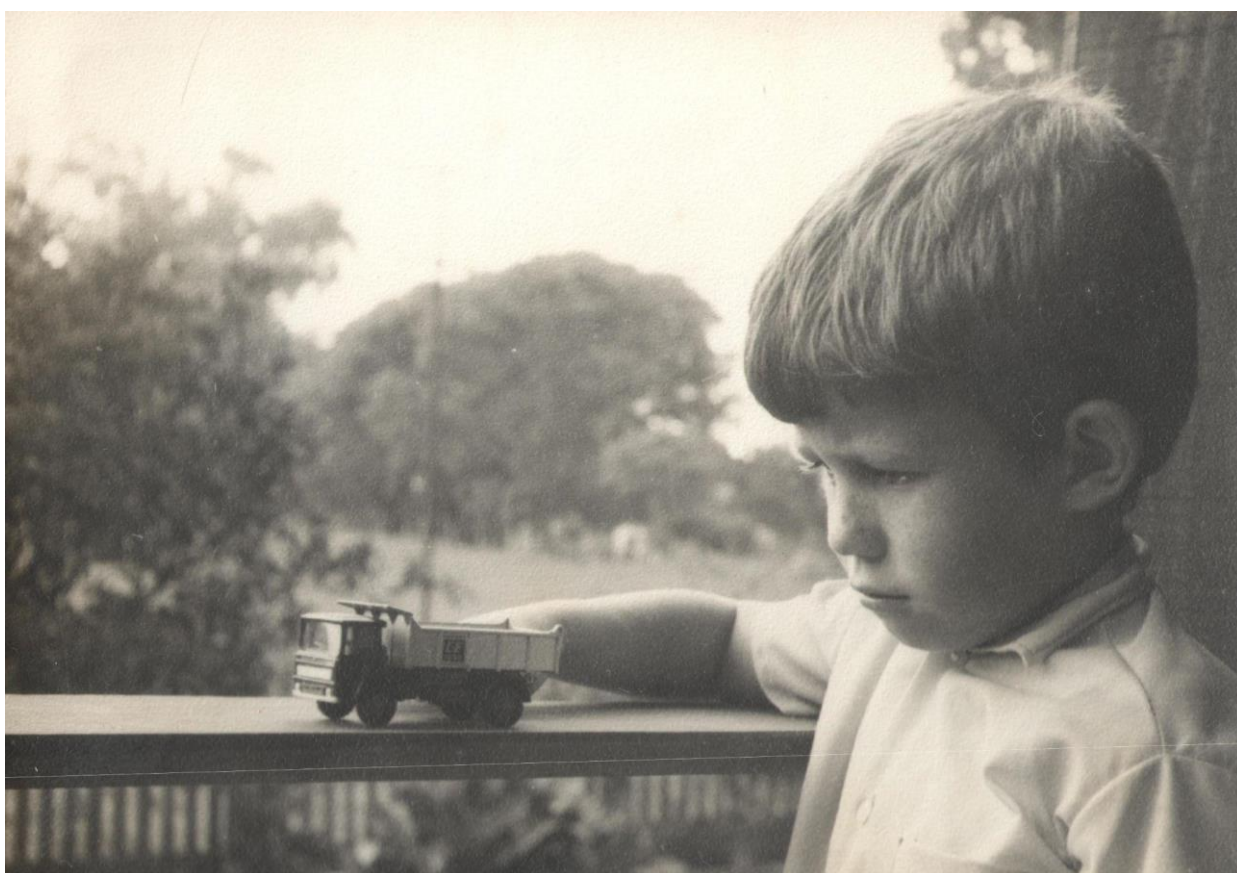
² Doutora em história pela UFG

O presente trabalho pretende partindo do acervo encontrado no Museu Parque Histórico de Carambeí - museu imigrante que busca preservar, promover e difundir a memória da cultura e colônia holandesa no município - discutir brevemente a relação entre brinquedos e brincadeiras com o mundo das imagens, das memórias e narrativas, desempenhando papéis como de lugares de memória, conceito cunhado por Pierre Nora (1993), ou até mesmo como parte de uma complexa narrativa que articula campo, indústria e progresso dentro de um contexto imigrante no interior paranaense. Para tanto serão utilizados para essa análise fotografias do acervo da instituição, trazendo aqui a imagem, a intenção e a memória ao centro da discussão, mas também objetos tridimensionais do acervo. O texto desse trabalho é guiado pelas leituras, discussões e diálogos desenvolvidos dentro do Núcleo de Pesquisas em História e Imagem.

1. FOTOGRAFIA, INTENÇÃO E IMAGEM



FIGURA 1- BRINCANDO COM CAMINHÃO



Fonte: ACERVO, Museu Parque Histórico de Carambeí, 2025.

A intenção, na perspectiva de Sebastião Salgado (2019), é o que difere a fotografia do hoje com a do ontem. Toda fotografia, ou até toda imagem, comunica algo, mas é a intenção que difere imagens quaisquer, de reais lugares de memória. Mesmo que posada, a fotografia impressa, ou como caso aqui trabalhado, fotografias que retratam a infância, foi feita pensada em ser perscrutada por múltiplos olhares, seja pelo pai que guardará a recordação de um momento para o futuro, seja pelo filho

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



que no futuro testemunhará registros de seu próprio passado, seja pelos avós que na fotografia do neto são capazes de enxergar a si mesmos na própria infância. Da mesma forma que diferentes pessoas podem olhar para uma mesma foto e enxergarem coisas diferentes, a partir de diferentes perguntas podemos orientar nossos olhares e dar perspectiva e profundidade para nosso objeto de estudo.

O que nós estamos fazendo com os telefones celulares não é fotografia, é uma nova linguagem de comunicação. As pessoas fazem para se comunicar, para enviar para as outras, e depois isso se perde. Esse arquivo não é importante para elas. As pessoas tiram muitas fotos, daí deletam algumas. E, quando trocam de telefone, perdem essas imagens. *Fotografia é outra coisa, fotografia é memória. Quando seu pai e sua mãe o fotografaram quando era um bebê, levaram o filme para revelar, fizeram um pequeno álbum. E essa foto é a sua vida. Essa fotografia, essa impressão que conta histórias, ela é realmente a memória de uma sociedade. A fotografia é o espelho da sociedade.* (Salgado, Sebastião. 2019) Grifos nossos

O que uma fotografia da infância faz num museu histórico? Quem desfez-se dela, removendo-a de seu acervo pessoal para entregá-la ao outrém? Melhor, o que viu-se nessa fotografia, a ponto de considerar que tal, merecia pertencer ao acervo de uma instituição que trabalha com a imigração holandesa? Essas perguntas são amplas e renderiam páginas de discussão se o objetivo fosse realmente esgotá-las, mas tentarei aqui usá-las como gancho de discussão, partindo não só delas mas também da minha experiência profissional e de minhas leituras feitas.

Como educador museal, autor e participante de uma série de atividades lúdico-pedagógicas, alinho meu ponto de vista com os de pesquisadores que estudam e alertam acerca dos riscos e perigos do uso de telas no desenvolvimento psicocognitivo infantil⁸⁰: o mundo virtual está alienando crianças de uma das mais importantes atividades para o crescimento pleno infantil — a brincadeira. Desenvolvendo atividades voltadas à faixa etária de 0 a 12 anos, notei que muitas

⁸⁰ Para ver mais sobre o assunto recomendo a leitura do trabalho de conclusão de curso: PASSOS, Tawanna. *Uso de Telas na Infância: Revisão Bibliográfica sobre Riscos e Prejuízos para o Desenvolvimento Cognitivo e Linguístico*. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2021.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



crianças necessitavam ser ensinadas a brincar, seja pelos seus responsáveis ou até mesmo pelos próprios educadores. Esse breve relato pode parecer desconexo com as perguntas realizadas anteriormente, mas ele é o estopim para pensarmos nas possibilidades que habitam o espaço museal. Seguindo o pensamento de Menezes (1994), instituições museais possuem a capacidade de ir além de seu caráter expositivo, passivo, e estimular a construção ativa do conhecimento, seja ele histórico-crítico, científico e até mesmo comparativo. É a partir dessa perspectiva de construção ativa do conhecimento que brinquedos e brincadeiras de outras épocas ganham sentido dentro do espaço museal, não apenas como uma forma de conhecer o passado, uma mera ilustração, mas sim como um convite para o presente pensar em outras possibilidades de ser e existir.

FIGURA 2 - MENINA E SUAS BONECAS



Fonte: ACERVO, Museu Parque Histórico de Carambeí, 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



As duas fotografias apresentadas até o momento podem parecer diferentes, mas têm muito em comum. Uma, elaborada, posada; um menino e seu caminhão de brinquedo num espaço doméstico, controlado (Figura 1). Outra, uma menina rodeada de bonecas, ao ar livre com os objetos espalhados pelo chão (Figura 2). Contextos diferentes e brinquedos diferentes, mas o que une ambas as cenas é a subjetividade do mundo adulto que as permeia: neste caso, podemos citar os papéis impostos aos pequenos, onde meninos brincam com carros, simulacros de maquinários, uma projeção do mundo adulto do trabalho; enquanto meninas brincam de boneca, de casinha, o papel cuidador feminino, tantas vezes naturalizado, sendo ensinado desde pequena.

Johan Huizinga, em sua obra *Homo Ludens*, *O Jogo Como Elemento da Cultura* (2019), trata o brincar, o jogo, não como parte do mundo das coisas, mas como parte do universo dos signos, do abstrato. As regras da brincadeira, o lúdico, é determinado apenas por quem brinca. Brincar aqui é um ato fechado em si. O brinquedo, nessa perspectiva, pode ser tratado como independente de sua forma, afinal ele é significado, não significante: a boneca, pode ser mãe, filha, princesa ou bailarina; o caminhão pode ser carro, carruagem ou até mesmo trem. Da mesma forma como o brincante significa o brinquedo, o universo dos adultos também projeta seus próprios significados na realidade infantil. Segundo Benjamin:

O brinquedo, mesmo quando não imita os instrumentos dos adultos, é confronto, e, na verdade, não tanto da criança com os adultos, mas destes com a criança. Pois quem senão o adulto fornece primeiramente à criança os seus brinquedos? (Benjamin, 2009, p.96)

O brinquedo pode ser tomado, segundo essa perspectiva, como uma dupla imagem. Uma imagem do que é e também do que nós queremos ver, do que é projetado sobre o real, o que nos olha (Didi-Huberman, 1998). O ser do brinquedo é o aparente, sua real forma, descritiva, observável. O que é projetado sobre ele é o que nessa discussão nos interessa, pois é aqui que dominam os significados

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



encharcados de tempo e historicidade próprias. O projetado sobre brinquedos são muitas vezes os ideais que os adultos desejam para suas crianças: ideais de trabalho, de vida, de interesse, e esses próprios refletem condições regionais, de época e contexto. Ideias de trabalho braçal onde o contato com a terra e o campo se refletem nos próprios brinquedos projetados para as crianças: mini-carroças (Figura 3), carretas e tratores em miniatura (Figura 4).

FIGURA 3- BRINCANDO DE TRABALHAR



Fonte: ACERVO, Museu Parque Histórico de Carambeí, 2025.



FIGURA 2 - TRATOR DE MADEIRA



Fonte: ACERVO, Museu Parque Histórico de Carambeí, 2025.

2. A INFÂNCIA E O LUGAR DE MEMÓRIA

Pierre Nora desenvolveu em sua obra o conceito de lugares de memória, conceito esse que tem como chave interpretativa a idéia de crise e ruptura, seja o não reconhecimento do hoje no ontem, seja a não espontaneidade da memória (1993). O lugar de memória nasce da incapacidade do hoje de manifestar de forma espontânea a memória, necessitando da criação de lugares para cristalizá-la e abrigá-la, um refúgio para que a partir desses espaços resgatamos para nós essa memória que de outra não forma não viria a nós. O lugar de memória pode não ser um lugar espacial, mas um objeto, um artefato, uma data, que carrega significados e que serve de estopim para acessar esse passado que parece tão distante.

A fotografia é um lugar de memória por excelência e o mais rico dela, é que como imagem, ela é e sempre será um lugar de múltiplas memórias. A fotografia em museus não é ilustrativa. A fotografia é para além da imagem que carrega consigo, é

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



objeto. Objeto com trajetória, produzido por pessoas com interesses, guardados com intenções específicas em contextos específicos. A presença de tais fotografias dentro do acervo de uma instituição que trabalha com a memória da imigração holandesa revela que para os doadores, antigos donos das mesmas, tais fotografias retratam não só memórias mas momentos que marcaram a experiência de vida na colônia, não só registro mas testemunhas.

Dentro de um museu de tipologia histórica, tais fotografias são vistas sempre a partir da dinâmica presente-passado-futuro. Para muitos visitantes adultos, fotografias de brinquedos e brincadeiras (por mais que registradas no contexto específico da colônia holandesa de Carambeí) remetem a própria experiência de vida. Para os mais novos públicos escolares, tais fotografias são de um momento distante e as brincadeiras nas fotos são muitas vezes alienígenas. O museu, como um espaço educativo, ao trabalhar com fotografias de natureza singular como essas, enquanto espaço de criação ativa de conhecimento, deve usar das ferramentas que possui a sua disposição para colocar em confronto amistoso o presente e o passado, tendo em vista o futuro, questionando e revelando a historicidade do presente.

3. SÍNTESE

Brinquedos, brincadeiras e fotografias são fontes que podem parecer muito diferentes para uns mas ao pensar nestes como amarrados pelo campo da representação, significação e linguagem, podemos tomá-los como similares e até mesmo complementares. O campo da intenção, como relembra Salgado (2019), é o que difere fotos do hoje com fotografias do ontem, e da mesma forma é questionando a intenção da forma que brinquedos são pensados que é nos permitido historicizá-los. Bonecos e bonecas, brinquedos azuis ou rosa, carros e charretes, a forma que brinquedos tomam diz muito sobre a sociedade que os produz e o tipo de imaginário, expectativa e gosto que tenta criar não só nas crianças, mas também nos pais. Por

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



mais que a criança escolha como e com o que brincar, a primeira escolha é sempre das figuras responsáveis que provêm o brinquedo para a criança.

Não chamo este momento final de conclusão por uma questão metodológica. Creio que conclusões em muitos momentos soam como o bater de um martelo, aplicando e distribuindo sentenças, muitas vezes com o ar de verdades absolutas e irrefutáveis. Gostaria de reservar esse espaço para refletir e num movimento dialético, convidar o leitor a transformar esse texto aqui apresentado em tese para ser confrontado com novas antíteses. Tomando uma abordagem que considero sousaniana (Sousanis, 2017), espero que este breve escrito cumpra o propósito de agregar perspectivas seja no estudo da infância como no estudo da própria imagem.

Referências

SOUSANIS, Nick. **Desaplanar**. São Paulo: Ed. Veneta, 2017.

DIDI-HUBERMAN, G. **O que Vemos, o que Nos Olha**. Trad-Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1998

BENJAMIN, Walter. **Brinquedos e Jogos**. In _____. Reflexões Sobre a Criança, o Brinquedo e a Educação. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez.1993.

SALGADO, Sebastião. **Sebastião Salgado: "O que estamos fazendo com os celulares não é fotografia."** Entrevista concedida a Sabie Kieselbach . DW Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/reel/3218867574935256> , acesso em 18 de junho de 2025.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: O Jogo Como elemento da Cultura. São Paulo: Perspectiva, 2019.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O TEMA INDÍGENA NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO QUADRINHO NOTAS DE UM TEMPO SILENCIADO

Hugo Francisco Garcia Pinheiro
de Oliveira¹ Mirielen Machado
Rodrigues²

¹ Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrando no ProfHistória.

² Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em História pela UEPG.

Nesta pesquisa, utilizaremos a obra *Notas de um Tempo Silenciado* (2015), de Robson Vilalba, como fonte para refletir sobre o tema indígena na história da ditadura civil-militar no Brasil. O quadrinho evidencia como as populações nativas foram impactadas pelo regime e como essas narrativas podem contribuir para uma compreensão crítica desse período. Por meio de ilustrações e depoimentos, a obra recupera memórias individuais e coletivas da resistência à repressão militar, oferecendo uma representação sensível e crítica de perseguições, torturas e desaparecimentos políticos. Ao destacar a luta de diferentes grupos contrários ao regime, o quadrinho se apresenta como um recurso relevante para promover reflexões históricas.

DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Sob a perspectiva de Hobsbawm (1995, p.224), a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, que dominou o cenário internacional na segunda metade do breve século XX, foi um conflito bipolar que influenciou

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



profundamente as relações econômicas, sociais e políticas em escala mundial. Esse embate ideológico e estratégico definiu alianças, fomentou disputas e condicionou a dinâmica internacional do período, constituindo-se em elemento fundamental para compreender os rumos da história contemporânea.

A América Latina configurava-se como um espaço estratégico dentro da rivalidade bipolar (Rapoport; Laufer, 2000, p. 70). A vitória da Revolução Cubana em 1959 consolidou a presença do modelo soviético na região, alterando significativamente as relações econômicas internacionais. Nesse contexto, os Estados Unidos intensificaram a pressão para que os países latino-americanos aderissem à sua política externa de combate ao comunismo, o que acentuou divisões internas sobre o modelo de desenvolvimento a ser implantado (Ayerbe, 2004, p. 16). O governo cubano, até então marcado pela submissão aos interesses estrangeiros, pela corrupção e pela repressão social, acabou por alimentar o movimento revolucionário que levou Fidel Castro ao poder, representando um desafio direto à tradicional hegemonia norte-americana no continente.

Sendo o maior país da América Latina, o Brasil ocupava posição estratégica nas preocupações dos Estados Unidos. A Revolução Cubana exerceu forte impacto sobre a região, estimulando a mobilização social e política e favorecendo o surgimento de movimentos reformistas e revolucionários. Para o governo norte-americano, essas mudanças eram interpretadas como reflexo da expansão soviética e da suposta “infiltração” comunista. Nesse contexto, a política externa dos EUA passou a concentrar-se em frear o avanço do nacionalismo econômico e das forças políticas que se distanciavam dos interesses capitalistas. Nesse período, no Brasil, conforme aponta Loureiro, o governo de João Goulart assumia um caráter reformista. No entanto, havia incertezas sobre até que ponto esse reformismo poderia evoluir, com o passar do tempo, para posições mais radicais, que escapassem ao

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



controle político vigente. Por isso, de acordo com Rapoport e Laufer:

A nova estratégia norte-americana procurava impedir que qualquer potência estrangeira (isto é, a URSS) pudesse colocar militarmente o pé no “hemisfério” e combater tanto o estado de crescente insurreição social das massas populares como as tendências nacionalistas e anti-americanas – incluindo todo “neutralismo” – latentes em setores que gravitavam em torno das classes dirigentes e das Forças Armadas. Esse ambiente poderia abrir uma brecha favorável ao que a política externa norte-americana entendia como “exploração comunista” da crise econômica e do descontentamento social. Além das suas particularidades nacionais – históricas e políticas – pode ser encontrado um substrato comum na incidência notória que a diplomacia e a inteligência norte-americanas tiveram nos processos que desembocaram nos golpes de estado de 1964 e 1966 no Brasil e Argentina (Rapoport, Laufer, 2000, p.71).

Assim, após o golpe de Estado de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart, o Brasil ingressou em um período de ditadura militar que se estendeu até 1985. O movimento contou com o apoio de setores das Forças Armadas, empresários, parte da classe média e do governo dos Estados Unidos, preocupado com a expansão do comunismo na América Latina em plena Guerra Fria. Esse período foi caracterizado por intensa censura às artes, à imprensa e à produção cultural, com o objetivo de controlar as narrativas públicas e silenciar críticas ao regime. Com o endurecimento do governo, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, a repressão atingiu patamares ainda mais severos. Nesse contexto, aumentaram significativamente os casos de perseguição, resultando em exílios forçados, prisões arbitrárias e assassinatos de diversos militantes políticos.

Durante a ditadura civil-militar, muitos povos sofreram perseguições e perdas irreparáveis, entre eles os indígenas, que além de ataques diretos, tiveram seu patrimônio ameaçado. A criação em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) segundo Beatriz e Patrícia (p.150, 2023), marcou uma fase de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



laicização da questão indígena, ao transferi-la para a responsabilidade do Estado. Contudo, ao longo de mais de cinco décadas, o órgão enfrentou sérios problemas materiais e logísticos, que frequentemente inviabilizavam sua atuação. A crise se agravou em 1967, quando uma Comissão de Inquérito revelou crimes cometidos por funcionários contra comunidades indígenas e seus bens, resultando no desmonte do SPI. De acordo com Breno (2018, p. 22) o golpe de 1964 agravou as contradições enfrentadas pelo órgão. A política de desenvolvimento nacional reforçou a acumulação de capital e levou à expropriação das terras indígenas, sobretudo com o avanço das frentes agropecuárias e a exploração das regiões onde viviam.

Desta forma, a ditadura civil-militar ainda é um tema recente sob a perspectiva histórica e permanece em evidência, sendo constantemente representada em diferentes meios de comunicação, ao mesmo tempo em que demanda debates e esclarecimentos contínuos. Nesse contexto, visando reagir à repressão e dar visibilidade às inúmeras atrocidades cometidas durante o regime, muitas vezes silenciadas ao longo da história, o sociólogo Robson Vilalba produziu uma história em quadrinhos de caráter denunciante e reflexivo. Lançada em 2015 pela Editora BesouroBox, a obra *Notas de Um Tempo Silenciado* recupera memórias individuais e coletivas da resistência contra a opressão militar. Por meio de ilustrações e depoimentos, o quadrinho reconstrói alguns momentos do período marcado por perseguições, torturas e desaparecimentos políticos, evidenciando a luta de diversos grupos que se opuseram ao regime.

QUADRINHO NOTAS DE UM TEMPO SILENCIADO

Notas de Um Tempo Silenciado, escrita no formato de quadrinhos, apresenta informações sobre a Ditadura Militar no Brasil. Dividida em 13

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus

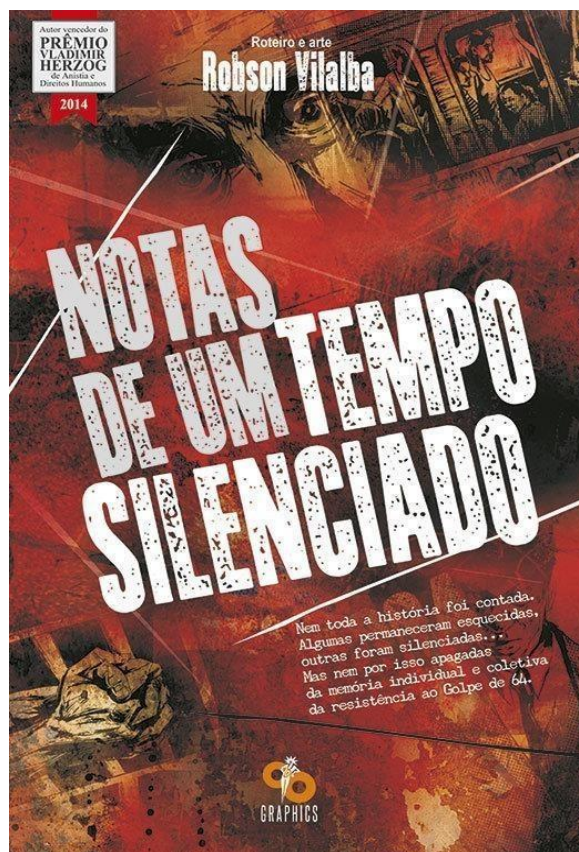


capítulos, a obra é ilustrada em preto e branco, reforçando a atmosfera sombria do período retratado. O quadrinho destaca eventos ocorridos no Paraná, como por exemplo a atuação da guerrilheira Sônia Lafoz, que participou da luta armada contra o regime entre 1964 e 1985, e denuncia a violência sistemática contra os povos indígenas, que resultou em episódios de genocídio. Além disso, o autor aborda a história da formação do movimento negro no Brasil, evidenciando sua resistência frente à repressão.

Segundo Chinen (2011, p. 05), palavras e imagens possuem um grande poder narrativo, e os quadrinhos, por unirem esses dois elementos, comunicam ideias e histórias de forma eficaz e singular. Como se pode observar a seguir, a capa do quadrinho apresenta, ao fundo, ilustrações que antecipam cenas da narrativa, funcionando como uma espécie de spoiler do enredo. O título, posicionado de forma central, reforça o impacto visual da composição, enquanto a cor vermelha predominante se destaca por seu caráter simbólico, frequentemente associada à tensão, à violência, ao sangue e à sensação de urgência, elementos que permeiam a obra. Essa combinação de recursos visuais constitui uma estratégia eficaz para atrair a atenção do público desde o primeiro contato com o quadrinho.



Figura 1 – Capa Livro “Notas de um tempo silenciado”, 2015.



Fonte: *Notas de um tempo silenciado*, 2015. **Disponível:** <https://universohq.com/noticias/notas-de-um-tempo-silenciado-e-o-primeiro-lancamento-da-besourobox/>. (acesso em 26 dez 2024)

Os quadrinhos, enquanto linguagem midiática em permanente transformação, passam da categorização de um simples entretenimento e arte, consolidando-se como um objeto cultural rico enquanto fonte de investigação para distintas áreas do conhecimento, principalmente no campo da História. Sua capacidade de articular discursos e elaborar representações sociais cria um ambiente fértil de utilização, ao possibilitar diferentes leituras sobre a realidade e contextos históricos nos quais são produzidos. Por meio de suas

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



narrativas, os quadrinhos não apenas espelham a realidade, mas a reelaboram simbolicamente, segundo as visões de mundo de seus autores.

Como o quadrinho é dividido em 13 capítulos e, neste artigo, não é possível analisar todos detalhadamente, optamos por selecionar dois capítulos para reflexão. Essa escolha está relacionada à necessidade de dar visibilidade a histórias que permanecem relevantes nos dias atuais, mesmo décadas após os acontecimentos retratados. Os capítulos selecionados foram: VIII – “Nem Tudo Foi Milagre” e IX – “A Domesticação dos Selvagens”. O primeiro capítulo apresenta a perspectiva dos povos indígenas da região da Foz do Iguaçu e sua relação com o governo durante a construção da hidrelétrica de Itaipu. Já o segundo aborda um episódio importante da história recente do Brasil, destacando o “Relatório Figueiredo”, que documenta a violência e as atrocidades cometidas pelo regime militar contra as populações indígenas, incluindo perseguições, torturas e estratégias de extermínio.

O TEMA INDÍGENA NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

No capítulo “VIII – Nem Tudo Foi Milagre”, é relatado que os povos indígenas da região oeste do estado do Paraná receberam terras do governo de Getúlio Vargas como parte de um acordo vinculado a um projeto de infraestrutura. A iniciativa estava associada à abertura de uma estrada ligando Guairá a Foz do Iguaçu, obra estratégica para a integração do território nacional e para o fortalecimento da presença do Estado em áreas de fronteira. Nesse contexto, como forma de reconhecimento pela participação indígena no processo, foi garantida a esses povos a ocupação do território de Ocoí-Jacutinga, situado no atual município de São Miguel do Iguaçu, próximo à fronteira com o Paraguai. Essa concessão não apenas atendia a interesses locais, mas também refletia a política varguista de incorporação de regiões

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus

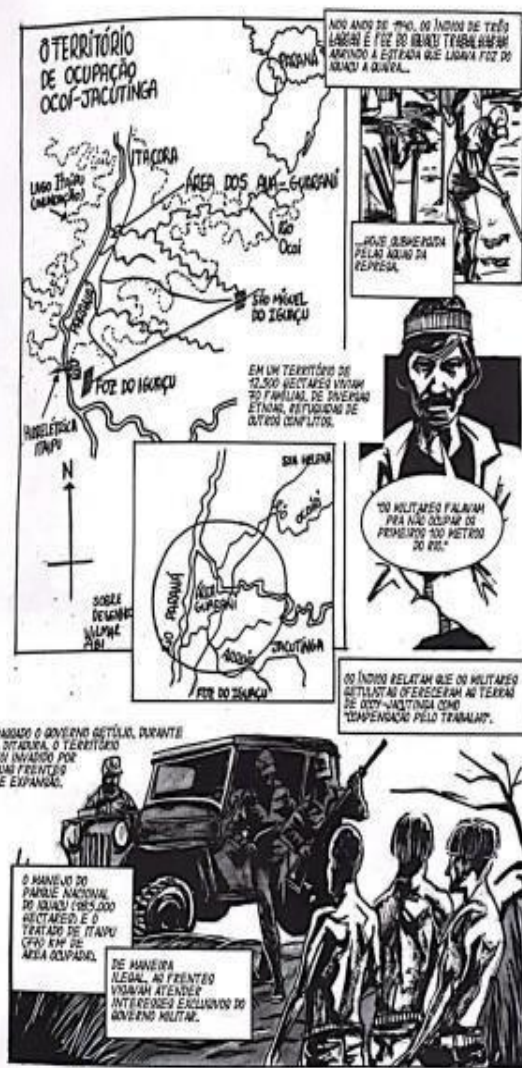


consideradas periféricas ao projeto de desenvolvimento e segurança nacional como observamos a seguir.

Figura 2 – A terra indígena.



52



53

Fonte: Notas de um tempo silenciado, p. 52-53, 2015.

Essa região ficou marcada pela construção da Usina Hidrelétrica de

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Itaipu, uma das maiores do mundo, implantada durante a ditadura civil-militar como símbolo de modernização e desenvolvimento nacional. Localizada em uma área de grande riqueza natural e de profundo significado cultural para as comunidades indígenas e ribeirinhas, a obra trouxe consequências devastadoras. Iniciada na década de 1970, a construção da represa implicou o alagamento de extensas áreas, incluindo parte do Parque Nacional do Iguaçu, o que resultou na expulsão forçada de povos originários de seus territórios tradicionais e sua realocação. Além da perda material e territorial, esses grupos sofreram a ruptura de seus vínculos históricos e espirituais com a terra, ficando desamparados diante da ausência de políticas de reparação efetivas.

O capítulo busca lembrar e denunciar a forma arbitrária com que o regime militar tratou os direitos territoriais dos povos indígenas, violando não apenas sua posse sobre a terra, mas também sua cultura e modos de vida. Durante os anos de ditadura, prevaleceram a negligência e a violência contra suas comunidades e territórios. Somente em 1982 o governo brasileiro promoveu a realocação dos indígenas afetados, transferindo-os para uma área situada a cerca de 20 km de suas terras originais. Contudo, essa nova ocupação revelou-se extremamente precária: as famílias foram instaladas em casas mal construídas, em condições insalubres, sem acesso regular à água potável e com infraestrutura deficiente. A mudança forçada não significou reparação, mas uma nova forma de violência, que aprofundou a perda territorial e comprometeu a autonomia, a dignidade e a sobrevivência cultural dos povos indígenas.

O nono capítulo, intitulado “IX – A Domesticação dos Selvagens”, traz à tona o Relatório Figueiredo, documento fundamental que expôs a brutalidade do regime militar contra os povos indígenas. Produzido em 1967, a pedido do Ministério do Interior, o relatório revelou crimes graves cometidos por funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), incluindo torturas,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



assassinatos, escravização e corrupção generalizada em uma instituição que deveria assegurar a proteção dessas populações (Andrade, 2025, p. 12). Essas denúncias evidenciam como, durante a ditadura (1964- 1985), os indígenas foram vítimas de um processo sistemático de violência e genocídio, resultante da conivência do Estado com interesses privados e com os grandes projetos desenvolvimentistas do período. Apesar de sua importância histórica, o relatório permaneceu desaparecido por décadas, silenciando a memória das atrocidades sofridas pelos povos originários.

Segundo Andrade (2025), entre os crimes mais graves relatados no Relatório Figueiredo contra os povos indígenas, destacam-se

os assassinatos, tanto individuais quanto em massa, os casos de prostituição de mulheres indígenas, a prática de trabalho escravo e a usurpação de seu trabalho, além da dilapidação de seus patrimônios, como terras, recursos naturais e bens culturais. Essas ações incluem venda ilegal de gado, madeira e minérios, além da exploração comercial de produtos extrativistas e artesanatos, muitas vezes realizadas por meio de doações e vendas criminosas de terras indígenas. (Andrade, p.20, 2025)

Segundo Andrade (2025) relatos colhidos por Figueiredo evidenciam um padrão sistemático de brutalidade que ultrapassava a exploração laboral, incluindo violência física e psicológica. Crianças que tentavam fugir desses abusos eram punidas de forma desproporcional, sendo espancadas e submetidas a castigos cruéis, como permanecer suspensas por dias apenas pelos dedos das mãos (Andrade, 2025, p. 21). A história em quadrinhos ilustra, com detalhes, a criação de campos de concentração étnicos, nos quais os indígenas foram obrigados a viver em condições desumanas, sem respeito por suas culturas ou direitos fundamentais. Esses campos funcionavam como instrumentos de “domesticação” e controle social, destinados a reduzir a resistência das comunidades indígenas e forçá-las a se submeter ao modelo de civilização imposto pelos militares. A

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

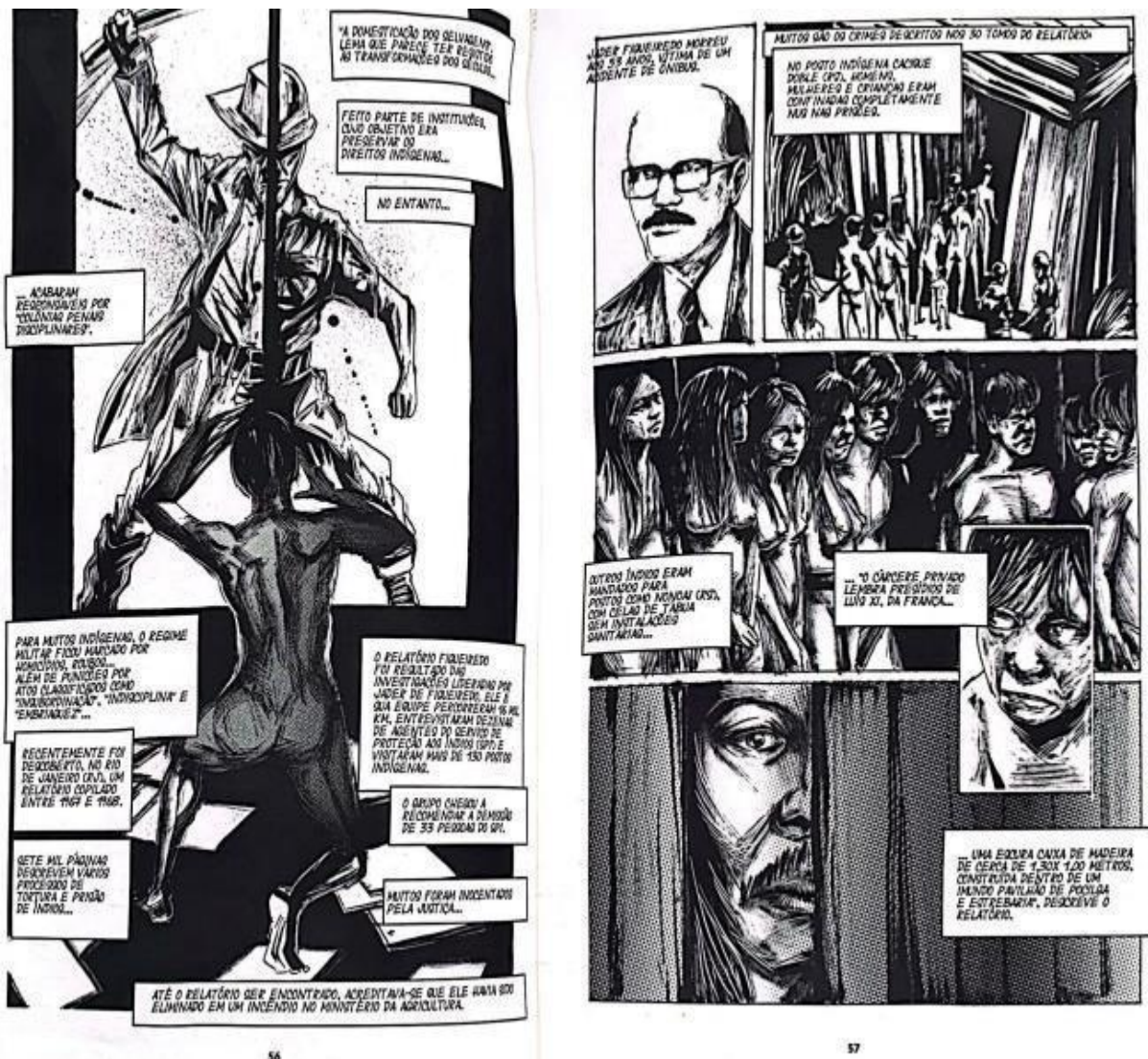
clima, regionalidades e museus



resistência cultural e territorial foi tratada como um obstáculo a ser eliminado, e o regime utilizou a força para impor uma “civilização” alinhada aos interesses do Estado como podemos observar nos enquadramentos abaixo.



Figura 3 – O cárcere privado.



Fonte: Notas de um tempo silenciado, p. 56-57, 2015.

No capítulo acima, observa-se a representação de diversos momentos de violação dos direitos humanos dos povos indígenas durante a ditadura militar. Nos enquadramentos, algumas cenas retratam torturas, homicídios, roubos e punições sofridas pelas comunidades indígenas nesse período. A

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



articulação com o Relatório Figueiredo torna essas violações ainda mais evidentes, revelando a crueldade sistemática e a negligência do Estado. Na dissertação de mestrado intitulada O Estado e a Questão Indígena: Crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969), defendida por Rodrigo Lins Barbosa em 2016, é possível, a partir da sua análise observar algumas fotografias e documentos do relatório, visualizar com clareza os abusos cometidos contra os povos indígenas, reforçando a dimensão da violência e da omissão institucional.

O capítulo teve como objetivo trazer à tona fatos sofridos pelos povos indígenas, representadas através dos quadrinhos. Por meio de seus signos visuais e narrativos, os quadrinhos permitem que o leitor reconheça e se identifique com as experiências retratadas, tornando perceptíveis momentos difíceis da história indígena que, muitas vezes, permanecem silenciados nos registros oficiais. Além disso, a linguagem dos quadrinhos oferece um espaço acessível e reflexivo para discutir a repressão, a resistência e a luta por direitos territoriais e culturais, contribuindo para a preservação da memória histórica e para a conscientização crítica sobre injustiças passadas. Dessa forma, a reflexão dessas representações evidencia a importância de considerar os quadrinhos não apenas como entretenimento, mas como ferramentas pedagógicas e políticas para a reconstrução e valorização da memória indígena.

REFLEXÕES FINAIS

A partir da leitura do quadrinho e da observação de fatos históricos sobre a violação dos direitos dos povos indígenas durante a ditadura civil-militar brasileira, observa-se que a recuperação da memória desse período é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. O quadrinho, como meio de comunicação de massa presente no cotidiano, pode ser utilizado como ferramenta para refletir sobre esses acontecimentos de



forma ética e responsável, considerando cuidadosamente suas representações. É fundamental romper o ciclo de violência e impunidade, assegurando que as futuras gerações reconheçam e valorizem a história, a cultura e os direitos dos povos originários do Brasil. Para isso, é necessário preservar a memória dos crimes cometidos contra essas comunidades, promovendo

uma reflexão crítica que corrija a invisibilidade histórica e os processos de esquecimento impostos a elas.

De acordo com Andrade (p.28, 2025), apesar de toda a repressão, a resistência indígena só se fortaleceu ao longo da década de 1970. Surgiram movimentos organizados, como o Movimento Indígena Unificado, com o apoio de missionários e organizações civis. Esse movimento culminou, em 1980, na fundação da União das Nações Indígenas, a primeira organização gerida exclusivamente por indígenas. Essa mobilização foi fundamental para assegurar a inclusão dos direitos territoriais e culturais na Constituição de 1988. Esses acontecimentos demonstram que a história, seja representada em quadrinhos ou em outros meios de comunicação, deve ser observada com atenção, proporcionando espaço para debates críticos e a preservação e o não esquecimento da memória indígena.

Referências

ANDRADE, Erik Douglas. Des-memória e Resistência: o impacto da ditadura militar e o papel da redemocratização na preservação da memória indígena no Brasil. Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas, v. 22, 2025.

BARBOSA, Rodrigo Lins. O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção



no SPI e na FUNAI (1964-1969). 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. Ditadura brasileira e questão indígena: entre as lutas por direitos civis e os debates sobre direitos humanos no mundo. *Ars Historica*, n. 17, p. 18-36, 2018.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. Editora Companhia das Letras, 1995.

MILENA, Lilian. 26 de julho 2012. “O massacre de indígenas na Ditadura Militar. *Brasiliana.org*. Disponível em: <<http://advivo.com.br/materia-artigo/o-massacre-de-indigenas-na-ditadura-militar>>. Acesso: 19 de jan. 2023.

TRINDAD, Carlos Benítez. 2018. “A questão indígena Sob a Ditadura Militar: Do Imaginar Ao Dominar”. *Anuário Antropológico*. 43 (1):257. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.2986>.

RAMOS, Beatriz; NASCIMENTO, Patrícia Emanuelle. Entre descasos e omissões: a política indigenista na ditadura militar (1964-1985). *Cadernos de Pesquisa do CDHIS| Uberlândia | vol. 36 n.2 | jul./dez. 2023*.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, p. 69-98, 2000

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



PDE – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Daniele Pereira da Silva¹
Maria Paula Costa²

¹ Mestranda em História pela Programa de Pós-Graduação em História PPGH-UEPG

² Doutora em História pela Unesp-Assis

Introdução

Esta pesquisa é uma amostra do primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado, que analisa a construção do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). O estudo se aprofunda desde a proposta inicial do Plano de Carreira dos Professores da Rede Básica Estadual do Paraná até a sua implementação como política pública educacional. Além de analisar o PDE, a pesquisa discute temas como formação de professores, Ensino de História e Estudos de Gênero, com foco nas professoras que abordaram esses conteúdos em suas participações no programa. O trabalho também apresenta a estruturação dos Artigos PDE e das produções didático-pedagógicas, que são resultados diretos da proposta de formação continuada oferecida pelo programa.

Para entender a pesquisa, é fundamental compreender o Campo do Ensino de História e suas questões centrais. Este campo se divide entre reproduzir os conhecimentos da universidade ou servir para a vida prática dos estudantes. É crucial enxergar a História escolar como um campo de pesquisa com sua própria historicidade, objetivos e preocupações, mas que ainda assim necessita das abordagens teóricas da academia. Afinal, a história é uma ciência que busca compreender os processos de continuidade e descontinuidade das ações humanas ao longo do tempo.

A "história escolar" é influenciada pela "história ciência", mas, ao se deslocar para a escola, desenvolve características e objetivos próprios, não sendo mera

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



reprodução da ciência histórica acadêmica. Segundo Bittencourt (2008, p. 39), as disciplinas escolares devem ser analisadas como parte da cultura escolar, para entender as relações com a cultura geral da sociedade. Portanto o Ensino de História possui dois objetivos principais: dar sentido à vida cotidiana dos estudantes através dos temas e discussões da ciência histórica, já que nem todos serão historiadores; e permitir que professores e historiadores investiguem seu próprio meio de trabalho e o conhecimento histórico desenvolvido na escola.

Para que o ensino de história construa um diálogo entre a historiografia e o conhecimento cotidiano dos estudantes, é preciso compreender as raízes dos problemas sociais e como afetam suas realidades. Essa mudança exige que o ensino de história deixe a memorização e passe a ser um processo de reflexão. Bittencourt (2008, p.47) distingue as disciplinas acadêmicas, que visam formar profissionais, das escolares, que visam formar "um cidadão comum que necessita de ferramentas intelectuais variadas para situar-se na sociedade e compreender o mundo físico e social em que vive".

A alteração do processo ensino-aprendizagem, de memorização para reflexão, implica uma mudança estrutural em metodologias e conteúdos. Munakata (2013) explica que "a superação da "decoreba" na história escolar, embora comum hoje, foi um desafio para professores dos séculos XIX e XX, exigindo uma reformulação de paradigmas epistemológicos e pedagógicos" (Munakata, 2013, p. 264). Esses novos desafios do ensino de história, que buscam a reflexão crítica sobre o passado e a relação com o presente, despertaram interesse em diversos temas, como as questões de gênero. A introdução desses novos paradigmas é um desafio, especialmente porque a participação das mulheres na história escolar ainda é pouco visível. Oliveira observa que a concepção de história privilegiou fatos e heróis masculinos, com mulheres aparecendo "pouco ou muito pouco", como coadjuvantes (Oliveira, 2017, p. 238 e 239).

Margareth Rago destaca que feministas marxistas na década de 1970 trouxeram à academia a participação de mulheres pobres e marginalizadas na vida

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



política e social. Apesar da contribuição da história das mulheres, percebeu-se que uma história apartada da "história dos homens" não era suficiente. Nas décadas de 1980, historiadoras e outras pesquisadoras se preocuparam em historicizar e questionar a exclusão e a polarização binária dos gêneros. Questionando como o discurso histórico construiu a ideia de homens e mulheres.

Rago (1998) argumenta que, mais do que incluir mulheres, é preciso encontrar categorias para conhecer os "mundos femininos" e propor novas interpretações, já que o espaço da escrita histórica tende a ser masculinizada, quando as historiadoras são relegadas a discutir apenas questões de gênero, como se não fosse possível estudar intelectualidade, política ou teoria da história sob a perspectiva de gênero. Apesar do campo dos Estudos de Gênero ter se consolidado, ainda há resistência em usar teorias feministas em pesquisas históricas não diretamente relacionadas a mulheres ou família, como se o pensamento dessas autoras só se aplicasse a temas como maternidade, infância e vida privada. Maria da Glória de Oliveira (2018) questiona se a diferenciação entre os sexos implica que uma mulher produz uma historiografia diferente da de um homem (Oliveira, 2018, p.113).

Entretanto o Gênero tem potencial para investigar diversos assuntos, assim como o Ensino de História, e se juntos, podem possibilitar diálogos com diferentes temas, como História do Brasil, Intelectualidade, História Cultural, História Ambiental, etc. Pedro afirma que a incorporação do gênero como categoria de análise enriquece a escrita da história (Pedro, 2011, p. 277). Assim, o Ensino de História pode ampliar o campo dos Estudos de Gênero, introduzindo-o como motor problematizador de eventos históricos.

Scott afirma que tal metodologia implica não só uma nova história de mulheres, mas uma "nova história", e que a inclusão da experiência feminina depende do desenvolvimento do gênero como categoria de análise (Scott, 1995, p. 73). Scott, Rago, Pedro e outras historiadoras defendem uma história discutida e revisitada a partir do gênero, não meramente para incluir mulheres, mas para alçá-las a uma categoria de análise histórica, possibilitando reescrever eventos históricos

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



considerando a influência do gênero na sociedade passada e presente. Isso implica questionar lutas, resistências e como a aceitação ou rejeição de normativas de gênero construiu poderes políticos, jurídicos, educacionais, religiosos, sociais e culturais.

Outra função da história é de orientar as pessoas no tempo e espaço, dando significado às vidas e à sociedade a partir do passado. Contudo, o conhecimento do passado não se restringe à escola; aprende-se em casa, na família, na igreja, na mídia, gerando conflito com o que se aprende na escola. O primeiro "embate" ocorre ao diferenciar passado e história, já que história não é o passado em si, mas o discurso sobre ele. ⁸¹Rüsen (2012) afirma que "a aprendizagem histórica é uma função da consciência histórica [...] e tem por tarefa transformar a experiência temporal em orientação prática"(Rüsen, 2012, p. 23).

As narrativas históricas se modificam de acordo com as necessidades de quem a conta e pelos valores do presente. História e passado estão intimamente ligados às necessidades do presente, pois só avaliamos o que aconteceu a partir do nosso tempo e espaço. É preciso ajudar os estudantes a entender que, embora a história esteja ligada ao presente, é fundamental compreender o contexto das pessoas do passado. É crucial que os estudantes entendam que as sociedades do passado também buscavam no seu passado respostas para seus problemas, e as narrativas sobre o passado moldavam seu presente. Não se pode apropriar do passado ignorando a dinâmica presente-passado, que é de todos os atores históricos.

1. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A FORMAÇÃO CONTINUADA NO PARANÁ

Um dos objetivos do Ensino de História é o de proporcionar uma aprendizagem histórica de qualidade para os estudantes da educação básica, e um dos caminhos

⁸¹ A aprendizagem histórica é o processo de compreender e interpretar o passado, enquanto a consciência histórica é o resultado dessa aprendizagem, refletindo como as pessoas utilizam o conhecimento histórico para dar sentido ao presente e projetar o futuro, construindo assim sua identidade e pensamento crítico sobre o tempo histórico.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



para que isso ocorra, é com a formação continuada de professores. Entretanto esses professores que atuam na educação básica deixaram a Academia a alguns anos e se dedicaram exclusivamente a sala de aula, então como retornar a esse meio para assim poder prosseguir com o aprimoramento dos seus conhecimentos?

Uma das "soluções" propostas seria a formação continuada oferecida pelo Estado, permitindo que o professor se dedique ao aperfeiçoamento profissional, focando na prática docente e na revisão do conhecimento teórico. Monteiro (2013, p. 36) questiona: "Assim, o que priorizar na formação: os saberes de professores experientes ou a problematização para a realização de pesquisa e a busca de inovações?". Algo fundamental na formação continuada, independente do tempo de sala de aula, é a necessidade de o professor pesquisar seu próprio trabalho. Os professores precisam discutir os desafios da sala de aula, suas expectativas profissionais e sugerir melhorias para sua realidade. Ao pesquisar sua realidade profissional, o professor pode mostrar que ensinar não é um dom, mas anos de estudo e dedicação. Novóia sugere:

1 – Passar a formação de professores para dentro da profissão, isto é dar aos professores um maior peso na formação dos seus futuros colegas e dos seus pares. 2 – Valorizar o conhecimento profissional docente, um conhecimento elaborado a partir de uma reflexão sobre a prática e sobre a experiência, transformando-o num elemento central da formação. (Novóia, 2012, p. 20)

O professor voltaria à universidade para aprimoramento teórico e pedagógico, mas levando suas experiências profissionais. Ele apresentaria as dificuldades reais, os aparatos físicos que possui, a realidade social dos alunos e a interação da comunidade escolar nas decisões do colégio. Isso criaria uma ponte entre a prática docente e as teorias sobre didática e ensino, com troca entre acadêmicos pesquisadores e professores da Educação Básica, buscando soluções a partir dessas vivências e revelando inseguranças sobre a atuação em sala de aula.

Na virada no milênio, Jaime Lerner (1995-2002) então Governador do Paraná, aprofundando as políticas neoliberais no Estado, diminuindo gastos com o funcionalismo públicos e adotando diretrizes do Banco Mundial para a educação. Seu

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



governo foi marcado pela terceirização de servidores e crescimento de professores em regime CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, em vez de concursos para o Quadro Próprio de Magistério (QPM). O Plano ABC, com prioridades de permanência do aluno, investimento nos profissionais da educação e participação da comunidade, desencadeou terceirizações e privatizações. Lerner também direcionou a formação de professores para palestras financiadas por empresas privadas. Essa "formação" servia mais como instrução pedagógica para direcionar o trabalho do professor a atender o mercado, e não como um aprofundamento teórico que os habilitasse para o trabalho em sala de aula ou pesquisa.

Requião (2002-2010), aparece no cenário político paranaense mais "progressista" e contrário às medidas neoliberais de Lerner. Em sintonia com o governo federal de Lula, Requião buscou reaproximar a educação pública das universidades e afastar as empresas privadas das escolas. O objetivo era formar cidadãos conscientes, valorizando o funcionalismo público e o papel do professor. Para isso, foram abertos concursos públicos para diminuir contratos temporários e investir na formação de "professores intelectuais".

Em 15 de março de 2004, a Lei Complementar 103 promulgou o Plano de Carreira para os Professores da Educação Básica Paranaense. Essa lei definia a progressão de carreira dos professores QPM (Quadro Próprio de Magistério) e os critérios para a participação na nova proposta de formação continuada. Ela garantia o aperfeiçoamento da carreira, valorização do trabalho docente, condições dignas de trabalho, remuneração e formação continuada, que resultaria na progressão de carreira.

A Lei definiu Hora-Aula e Hora-Atividade, sendo esta última um direito pago do professor, incluindo planejamento e correção de atividades. A carreira docente foi organizada por Níveis e Classes para profissionais com licenciatura, baseada em tempo de trabalho e aperfeiçoamento (especializações, mestrados e doutorados). Os professores seriam divididos em Seis Níveis e 11 Classes, e a formação continuada deveria contribuir para a promoção nesses níveis.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A formação continuada, denominada "Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE", foi apresentada no Capítulo VII da Lei Complementar. O Art. 20 instituiu o PDE na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, com o objetivo de aprimorar a qualidade da Educação Básica da Rede Pública Estadual, de acordo com as necessidades educacionais e socioculturais da Comunidade Escolar. Na divulgação inicial, o PDE era um aparato legal, não uma política pública oficial, sem detalhes sobre sua organização, beneficiários, duração ou local.

A lei estabeleceu um prazo para o início das atividades. Se o PDE não fosse implementado no prazo de dois anos, o professor que estivesse no Nível II, Classe 11 e tivesse pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado) seria automaticamente promovido para o Nível III, Classe 1, e teria progressão a cada três anos. Após essa lei, organizou-se um documento de abertura do PDE, explicando que o programa fazia parte da proposta de governo de Requião para "romper" com o neoliberalismo. Uma "turma piloto" foi organizada dois anos após a Lei Complementar 103, e um documento síntese foi divulgado em 2007, explicando o funcionamento do PDE, quem poderia participar e como cada área do conhecimento seria organizada.

2. O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Em 2006, o Governo do Paraná abriu 1200 vagas para professores QPM no PDE, sendo 110 para história. O PDE foi idealizado para ser um programa de interação entre Instituições de Ensino Superior (IES) e a Educação Básica. Sete universidades paranaenses (UEL, UNICENTRO, UNIOESTE, UEPG, UFPR e UTFPR), junto à SEED/PR e SETI (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná), ficaram responsáveis pela organização e implementação. A Lei Complementar 130 – 14 de julho de 2010 instituiu o PDE como Política Pública de Estado, regulamentando-o como Programa de Formação Continuada oficial do Paraná. Essa lei revela a proposta inicial e as mudanças que o programa sofreu, principalmente com as trocas de governo, incluindo as alterações de 2021.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O parágrafo único da Lei Complementar 130 – 14/07/2010 determina que o PDE é um Programa de Capacitação Continuada permanente, com ingresso anual de professores da Rede Pública Estadual para formação continuada de 2 anos, visando a melhoria do ensino-aprendizagem na Educação Básica. Isso garante que o PDE não seria descontinuado com a troca de governos. Durante os dois anos, o professor PDE deveria produzir um material didático de intervenção escolar e participar das orientações nas IES – Intuições de Ensino Superior.

Antes de 2021, o professor PDE se afastava 100% no primeiro ano para aprofundamento teórico, participação nos GTR – Grupos de Trabalho em Rede e orientações com professores das IES, e 25% no segundo ano para implementação do material didático, sem prejuízo financeiro. Esse afastamento era essencial para que o professor se dedicasse exclusivamente à pesquisa-ensino, livre da burocracia da sala de aula. O primeiro ano de afastamento era crucial para a construção da produção didático-pedagógica.

A produção e implementação do material didático deveriam considerar os problemas da escola, o conteúdo curricular e um problema educacional, conforme o Art. 4º e inciso 2 da Lei Complementar 130 – 14/07/2010. A intenção do Programa era proporcionar meios adequados para o desenvolvimento intelectual do professor, organizando o tempo de modo a permitir reflexões, sistematizações e implementações das propostas pedagógicas.

No PDE de 2007 (turma piloto), houve 64 horas para a elaboração do plano de trabalho, pois a produção didático-pedagógica ainda não era padronizada, sendo mais flexível. A elaboração e implementação da intervenção pedagógica ocorreu em 128 horas, finalizando com o trabalho final no último semestre. A turma piloto teve 320 horas para elaboração, aplicação e sistematização do projeto de pesquisa-ensino.

No PDE de 2008, a carga horária para elaboração e implementação das produções didático-pedagógicas foi reduzida para 96 horas, mas o tempo dedicado à orientação com o professor das IES dobrou a cada semestre. O motivo dessa

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



mudança não foi informado, mas em 2008 o PDE não era Política de Estado, e passava por um processo de tentativa e erro para organizar as atividades.

A turma PDE 2009 teve um cronograma mais conciso, com o professor e orientador desenvolvendo uma etapa da produção didático-pedagógica a cada semestre, e aumento na carga horária das orientações. No primeiro semestre, elaboração do projeto de intervenção pedagógica; no segundo, organização do material didático; e no terceiro, implementação em sala de aula. Totalizando 192 horas de pesquisa e construção do material didático, mais 96 horas de orientação. No último semestre, o professor PDE teria 64 horas para redigir o Artigo PDE.

Para finalizar a formação continuada, o professor PDE deveria entregar dois trabalhos: um Artigo PDE (Volume I), apresentando sua pesquisa e aplicação em sala de aula, e uma produção didático-pedagógica (Volume II), que é um projeto de pesquisa-ensino para uso em sala de aula. A estrutura do artigo PDE assemelha-se a um artigo comum, com resumo, nomes do professor PDE e orientador como autores, introdução, revisão bibliográfica, metodologia, resultados da pesquisa e desenvolvimento com os estudantes, e considerações finais.

As produções didático-pedagógicas são divididas em cinco partes: folha de rosto (informações básicas como nome do professor PDE, orientador, escola, nível de ensino, conteúdo estruturante e conteúdo específico). Em seguida, objetivos da pesquisa, demarcação espaço-temporal, apresentação das fontes utilizadas/construídas e a equipe que possibilitou a pesquisa. A atividade inicial descreve a intervenção do professor, apresentando o tema e fontes de apoio. Por fim, uma "atividade avaliativa" para os estudantes após a explicação e análise das fontes.

Ao todo foram selecionados oito professoras do Programa de Desenvolvimento Educacional para a análise de produções didático-pedagógicas e artigos sobre gênero. Ady Maria Souza, do PDE 2009, pesquisou a participação de mulheres na guerrilha do Araguaia e foi orientada por Cerize Nascimento Gomes, da UNICENTRO, especialista em Estudos de Gênero. Eliane Terezinha Greczyszn, do mesmo ano, atuava em Cascavel e analisou relatos de mulheres afro-brasileiras, orientada por

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Marcos Nestor Stein, da UNIOESTE. Elisene Aparecida Silva Casaçola, também do PDE 2009, estudou a violência sexual em São Sebastião da Amoreira, sob a orientação de Marcio Luiz Carreri, da UEL.

Em 2010, Eunice Inês Dallabarba Zakaluka, da UNIOESTE, trabalhou com a análise de gênero e cor em relação a mulheres negras e o trabalho. Inez Terezinha de Souza Freire, do PDE 2009 na UEM, pesquisou o papel feminino na colonização de Mandaguari. Marilene Aparecida Nunes, do PDE 2010 na UNESPAR, abordou a conquista do voto feminino no Brasil, através do protagonismo de Bertha Lutz. Rosicley Soares Silva, do PDE 2010 na UENP, focou na ascensão da mulher negra no mercado de trabalho. Por fim, Telma Denilze Silva, do PDE 2010 na UEPG, analisou a representação de mulheres indígenas em livros didáticos.

A maioria das professoras PDE possuíam pós-graduação em áreas como didática e gestão, e não tinham experiência prévia em Estudos de Gênero. Já os orientadores, que incluíram homens e mulheres, apresentaram linhas de pesquisa mais diversas, com foco em cultura, identidade e história social, mostrando como é possível fazer uma interrelação entre história social, identidades, intelectualidade e história cultural com Estudos de Gênero e História das Mulheres. A predominância de autoras mulheres nas produções sobre gênero sugere que esse tema é, por vezes, visto como de interesse exclusivo delas, embora a orientação tenha sido feita por homens em muitos casos.

Conclusão

Por fim, história escolar não pode ser vista como uma mera reprodução de narrativas acadêmicas, o ensino de história precisa ser capaz de transcender a sala de aula, fazendo com que os estudantes consigam conectar o passado com o presente. Para que assim possamos formar cidadãos críticos e conscientes da sua realidade. Autores como Bittencourt (2008) e Rüsen (2012) discutem que decorar nomes e datas não é suficiente. O que realmente deve ser o objetivo do ensino de



história, é criar uma consciência histórica, ferramenta que permite aos estudantes compreenderem o mundo em que vivem e se orientarem sociais, política e culturalmente.

Portanto, é possível compreender que a inclusão dos Estudos de Gênero foi e é fundamental, principalmente quando nos deparamos com o silêncio e a ausência das mulheres nas narrativas históricas. Devemos então questionar a própria forma como a história foi escrita, Rago (1998) e Scott (1995) nos mostram que o gênero é uma poderosa categoria de análise, capaz de explicar como as estruturas de poder que moldaram a sociedade e que, muitas vezes, persistem até hoje influencia no modo como vemos e interpretamos o passado. Incorporar essa temática ao ensino de história é uma forma de reconhecer e valorizar a riqueza e a diversidade das experiências humanas que foram, por tanto tempo, invisibilizadas.

Para que essa visão de uma história crítica e inclusiva se concretize, a formação continuada do professor é essencial. O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) do Paraná, em sua concepção original, foi um exemplo positivo de política pública que buscava essa integração entre a universidade e a escola. Ela oportunizava o desenvolvimento de professor como um intelectual, um agente de transformação, e promovia a criação de propostas pedagógicas que buscava alinhar-se as necessidades da escola. Infelizmente, as mudanças recentes no programa ameaçam esse avanço, distanciando-o de seus propósitos originais. É crucial, portanto, que apresentemos o processo de criação do Programa, e como foi o resultado de inúmeras discussões tanto da academia, como das reivindicações da Educação Pública.

Referências

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



MIRANDOLA, Luci Mara. **Educação: o Brasil e o Estado do Paraná entre os anos de 1960 e 2010**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Estado e Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

MONTEIRO, Ana Maria. Formação de professores: entre demandas e projetos. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 19-42, 2013.

NÓVOA, Antônio. Devolver a formação de professores aos professores. *Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/UFES*, Vitória, ES, v. 18, n. 35, p. 11-22, jan./jun. 2012.

NÓVOA, António. Formação de professores: uma terceira revolução? *Estudos em Ciências*, Lisboa, n. 67, p. 1-14, 2024.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018.

OLIVEIRA, Núcia Alexandra Silva de. Ensino de história e questões de gênero: observações a partir do Projeto “Os Jovens e a História”. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 231-249, dez. 2017.

PARANÁ. **Lei Complementar n. 103, de 15 de março de 2004**. Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, n. 6687, p. 1-5, 15 mar. 2004

PARANÁ. Lei Complementar n. 130, de 14 de julho de 2010. Regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, instituído pela Lei Complementar nº 103/2004, que tem como objetivo oferecer Formação Continuada para o Professor



da Rede Pública de Ensino do Paraná, conforme específica. Diário Oficial do Estado, Curitiba, n. 8266, p. 1-4, 20 jul. 2010.

PEDRO, Joana. Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. Topoi. vº 12, nº 22, jan./jun. 2011, pp. 270-283.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.

RÜSEN, Jörn. Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Tradução de Peter Horst Rautmann, Caio da Costa Pereira, Daniel Martineschen, Sibebe Paulino. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



novas abordagens, capazes de valorizar referências culturais que, muitas vezes, não se materializam em edifícios grandiosos ou objetos de destaque, mas que são fundamentais para a identidade e a coesão de comunidades inteiras.

É nesse contexto que a Praça Dom Antônio Mazzarotto, localizada no Jardim Carvalho, em Ponta Grossa (PR), se insere como objeto de estudo. Popularmente conhecida como “Praça da Igreja Santo Antônio”, ela ocupa lugar central na vida da comunidade, não apenas por estar situada em frente à paróquia homônima, mas também por concentrar práticas sociais e culturais que se repetem ao longo do tempo. Festas religiosas, feiras populares, encontros comunitários e atividades de lazer fazem desse espaço um verdadeiro palco de experiências cotidianas e coletivas.

A história da praça está diretamente ligada à trajetória da Igreja Santo Antônio e à figura de Dom Antônio Mazzarotto, primeiro bispo da Diocese de Ponta Grossa, que exerceu relevante papel pastoral e social entre 1930 e 1980. Ainda que a praça tenha recebido oficialmente o seu nome em 1964, os moradores mantiveram a denominação afetiva de “Praça da Igreja Santo Antônio”. Essa duplicidade entre nome legal e nome popular revela a complexidade das memórias e simbolismos que se entrelaçam na apropriação do espaço. Mais do que uma área urbanística, a praça tornou-se referência identitária, representando tanto a memória religiosa quanto o cotidiano comunitário.

Ao longo dos anos, a praça passou por transformações físicas, reformas e readequações, mas manteve seu papel de espaço de encontro e de sociabilidade. Essa vitalidade é perceptível nos depoimentos de moradores e frequentadores, que destacam tanto as qualidades quanto os desafios do local, como segurança, limpeza, arborização e manutenção. Independentemente das opiniões divergentes, há consenso em torno de sua importância simbólica para o bairro e para a cidade.

A análise proposta neste trabalho busca compreender a Praça Dom Antônio Mazzarotto como bem cultural com potencial de patrimonialização imaterial. Isso significa reconhecê-la não apenas em sua materialidade, mas como espaço simbólico no qual se projetam memórias, tradições e práticas sociais que sustentam a identidade

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



comunitária. O estudo considera, ainda, os referenciais legais que orientam o reconhecimento de bens culturais imateriais no Brasil e no mundo, como o Decreto nº 3.551/2000, a Convenção da UNESCO de 2003, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.753/2006, e a Lei Municipal nº 13.694/2020, que institui em Ponta Grossa o Programa de Salvaguarda de Bens Imateriais.

Ao problematizar a praça como patrimônio cultural, este trabalho parte da perspectiva de que os bens imateriais não existem de forma isolada, mas em diálogo constante com o suporte material que os abriga. No caso da Praça Dom Antônio Mazzarotto, o espaço físico é indissociável das práticas e dos usos que nele se desenvolvem. Trata-se de um exemplo de como a vida cotidiana pode transformar um local urbano em espaço de identidade, memória e resistência frente às pressões da modernidade globalizada e da homogeneização cultural.

Assim, a presente pesquisa pretende contribuir para a valorização de uma concepção ampliada de patrimônio, capaz de reconhecer na Praça Dom Antônio Mazzarotto não apenas um espaço de lazer ou de uso religioso, mas um bem cultural vivo, que integra a memória urbana de Ponta Grossa e merece políticas públicas de preservação e salvaguarda.

2. A PRAÇA E SUA HISTÓRIA

A história da Praça Dom Antônio Mazzarotto está ligada à formação do bairro Jardim Carvalho e à própria expansão urbana de Ponta Grossa. Desde a década de 1950, registros fotográficos e memoriais locais apontam a existência de um espaço comunitário em frente à primeira Capela de Santo Antônio. Em 1969, com a construção da nova matriz em alvenaria, o local ganhou maior centralidade na vida do bairro.

O bispo Dom Antônio Mazzarotto (1890–1980), natural de Curitiba e primeiro bispo da Diocese de Ponta Grossa, exerceu um papel fundamental na vida religiosa e

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



social da região. Sua atuação pastoral, a criação de paróquias e o investimento em obras sociais o tornaram figura de grande prestígio, motivo pelo qual a praça foi nomeada em sua homenagem ainda em vida.

Entretanto, a população manteve o nome popular de “Praça da Igreja Santo Antônio”. Essa duplicidade simbólica — nome oficial e nome afetivo — ilustra a reflexão de Nora (1993) sobre os “lugares de memória”, nos quais a experiência social e a vivência cotidiana prevalecem sobre as normas legais. A praça é, portanto, um espaço carregado de significados, em que se cristalizam afetos e identidades, confirmando a tese de que o patrimônio não é estático, mas resultado de relações sociais.

3. A PRAÇA COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE E IDENTIDADE

A vivência cotidiana da Praça Dom Antônio Mazzarotto a transforma em um espaço de sociabilidade fundamental para o bairro. Ali se concentram brincadeiras infantis, práticas esportivas, encontros familiares, atividades religiosas e eventos comunitários. Como destaca Camargo (2018), a relevância patrimonial não decorre apenas da materialidade, mas do valor simbólico atribuído pela comunidade.

Depoimentos coletados em reportagens e entrevistas já realizadas e disponíveis na internet confirmam essa percepção. Para alguns moradores, a praça é local de lazer e convivência, especialmente após reformas recentes que ampliaram a limpeza e a instalação de brinquedos. Outros, no entanto, destacam problemas como a falta de arborização ou questões de segurança. Essas divergências revelam que o patrimônio é também campo de disputa simbólica, onde diferentes percepções convivem e se sobrepõem.

Segundo Canani (2005), práticas culturais constituem-se em heranças simbólicas partilhadas coletivamente. No caso da praça, o uso reiterado para



encontros, festas e feiras reforça sua função como transmissora de tradições locais, consolidando-a como espaço identitário.

4. EVENTOS CULTURAIS, FEIRAS POPULARES E FESTAS RELIGIOSAS

As feiras e festas da Praça Dom Antônio Mazzarotto representam momentos-chave de sociabilidade. A Feira do Produtor, extensão da tradicional feira da Benjamin Constant, ocorre desde 2020, promovendo produtos agrícolas locais e fortalecendo a economia familiar. A Feira Gastronômica, iniciada em 2022, se consolidou como espaço de lazer, culinária e cultura urbana.

Além delas, a Festa Junina e a Festa de Santo Antônio mantêm laços religiosos e populares com a comunidade. Para Funari e Pelegrini (2005), manifestações culturais como essas são formas de resistência à homogeneização cultural, preservando a diversidade e a memória local.

Relatos de feirantes e moradores confirmam o impacto dessas atividades: o espaço proporciona lazer, gera renda, fomenta pequenos negócios e, sobretudo, fortalece o sentimento de pertencimento. A praça se torna, assim, um espaço híbrido, que articula o sagrado e o profano, o lúdico e o econômico, o cotidiano e o simbólico.

5. PATRIMONIALIZAÇÃO E INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

O debate sobre a patrimonialização da Praça Dom Antônio Mazzarotto exige compreender, primeiramente, a evolução das políticas culturais no Brasil e a incorporação da noção de patrimônio imaterial às práticas institucionais. Durante muito tempo, a preservação esteve associada ao tombamento de bens materiais de relevância histórica, artística ou arquitetônica. Contudo, a partir dos anos 2000, o país incorporou uma nova perspectiva, reconhecendo oficialmente o patrimônio cultural

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



imaterial como parte constitutiva da identidade coletiva.

Nesse contexto, o Decreto nº 3.551/2000 representou um marco jurídico ao instituir o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Esse decreto criou os chamados Livros de Registro, entre eles o Livro dos Lugares, categoria que abriga espaços como praças e outros territórios simbólicos de vivência comunitária. Assim, a Praça Dom Antônio Mazzarotto pode ser interpretada como candidata a essa forma de registro, uma vez que constitui um espaço carregado de significados e práticas culturais.

Em nível internacional, o Brasil ratificou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003), promulgada no país pelo Decreto nº 5.753/2006. Essa convenção estabelece que o patrimônio imaterial deve ser entendido como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas transmitidos de geração em geração, constantemente recriados e atualizados pelas comunidades. Ao considerar a praça como local de encontros, feiras e festas religiosas, percebe-se sua sintonia com os critérios estabelecidos pela UNESCO: trata-se de um espaço onde memórias são compartilhadas e identidades coletivas se reafirmam.

No plano local, a Lei Municipal nº 13.694/2020 de Ponta Grossa representa importante avanço ao instituir o Programa Municipal de Salvaguarda de Bens Imateriais. Essa lei estabelece diretrizes específicas para a preservação de manifestações culturais no município e cria instrumentos jurídicos que possibilitam o registro de bens simbólicos, garantindo-lhes visibilidade e proteção. A Praça Dom Antônio Mazzarotto, nesse sentido, pode ser objeto de reconhecimento municipal, reforçando seu papel como patrimônio cultural da cidade.

No entanto, o reconhecimento jurídico não basta para assegurar a preservação efetiva. De acordo com o IPHAN (2016), a salvaguarda do patrimônio imaterial deve ser construída a partir de inventários participativos, que envolvem a comunidade local no processo de identificação e valorização de suas próprias referências culturais.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Esses inventários não são apenas levantamentos técnicos ou burocráticos: tratam-se de instrumentos de escuta, diálogo e legitimação das memórias coletivas.

É nesse ponto que as contribuições de Nogueira (2007) se tornam fundamentais. O autor ressalta que o inventário é também um ato político, pois torna visíveis práticas que, muitas vezes, são marginalizadas ou invisibilizadas pelas políticas culturais tradicionais. No caso da Praça Dom Antônio Mazzarotto, realizar um inventário participativo significaria registrar feiras, festas, celebrações religiosas e outras atividades cotidianas como parte integrante do patrimônio local. Esse processo daria voz à comunidade, permitindo que moradores, feirantes, religiosos e frequentadores participassem ativamente da definição do que deve ser preservado.

Além disso, a reflexão sobre a patrimonialização da praça dialoga diretamente com importantes documentos internacionais. A Declaração de Québec (2008) introduziu a noção de “espírito do lugar”, entendido como o conjunto de significados, memórias e práticas associados a um espaço. A Praça Dom Antônio Mazzarotto representa exemplarmente essa ideia: seu valor não reside apenas na materialidade de sua estrutura física, mas nas experiências e identidades que ela abriga. Já a Carta de Fortaleza (1997) reforça a necessidade de políticas participativas de preservação, que reconheçam o papel central das comunidades na salvaguarda de seus próprios bens culturais.

No caso específico da praça, esse aspecto é evidente. Os depoimentos de moradores e frequentadores, registrados ao longo da pesquisa, demonstram a vitalidade do espaço e o apego da população às práticas que nele ocorrem. Há críticas, como as relacionadas à arborização ou à segurança, mas, em geral, prevalece a percepção de que a praça é parte fundamental da vida comunitária. Incorporar esses depoimentos em um inventário participativo seria, portanto, reconhecer a dimensão plural do patrimônio, que não se resume a consensos, mas também abarca tensões e disputas de memória.

Outro ponto fundamental é que a patrimonialização deve ser pensada como processo contínuo, e não como ato finalizado com a inscrição em um livro de registro.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A praça, por sua condição de espaço dinâmico, está sempre em transformação. Feiras podem mudar de formato, festas religiosas podem incorporar novos elementos e os usos cotidianos podem se reinventar conforme as necessidades da população. Assim, salvaguardar a Praça Dom Antônio Mazzarotto implica acompanhar essas transformações, garantindo que a vitalidade cultural permaneça.

Finalmente, cabe destacar que a patrimonialização da praça também funciona como forma de resistência simbólica. Em tempos de crescente homogeneização cultural e de especulação imobiliária que ameaça espaços coletivos, reconhecer e preservar um espaço comunitário como a Praça Dom Antônio Mazzarotto é reafirmar o direito à memória, à diversidade e ao pertencimento. Como lembra a própria população, não há patrimônio imaterial sem o suporte material que lhe dá vida: a praça precisa de cuidados físicos, mas também de reconhecimento simbólico.

Portanto, a Praça Dom Antônio Mazzarotto constitui um exemplo concreto de como a patrimonialização deve ser entendida como ação compartilhada entre poder público e comunidade. Mais do que um título jurídico, trata-se de um processo que envolve memória, identidade, participação social e resistência cultural. Reconhecê-la como patrimônio imaterial é não apenas um gesto de valorização simbólica, mas também um compromisso com a preservação da diversidade cultural urbana de Ponta Grossa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Praça Dom Antônio Mazzarotto como bem cultural com potencial de patrimonialização imaterial revela que este espaço não pode ser compreendido apenas em sua dimensão física, mas sobretudo como um território simbólico e comunitário, onde memórias, tradições e vínculos afetivos se entrelaçam. A pesquisa mostra, de certa forma, que a praça é apropriada pela população de diferentes formas: como local de lazer, de práticas religiosas, de feiras populares, de atividades

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



econômicas e de convivência intergeracional. Essa multiplicidade de usos confirma sua relevância enquanto referência identitária no bairro Jardim Carvalho e na cidade de Ponta Grossa.

Outro ponto que emerge da reflexão é a necessidade de vincular o processo de patrimonialização a ações educativas e culturais. A valorização da praça como patrimônio imaterial não deve ser vista apenas como uma medida de registro, mas como oportunidade de ampliar a consciência da comunidade sobre sua própria história e identidade. Atividades de educação patrimonial, oficinas, registros fotográficos e relatos orais podem contribuir para que os moradores se reconheçam como protagonistas do processo de salvaguarda.

Além disso, a Praça Dom Antônio Mazzarotto pode servir como modelo de gestão participativa do patrimônio cultural. Sua análise mostra que os espaços de convivência comunitária devem ser pensados não apenas como equipamentos urbanos, mas como territórios de memória e identidade que precisam ser constantemente revisitados, ressignificados e preservados. Esse olhar pode inspirar outras iniciativas de preservação em contextos urbanos semelhantes, onde praças, ruas e espaços cotidianos desempenham papel central na vida social.

Por fim, a pesquisa reforça que reconhecer a Praça Dom Antônio Mazzarotto como bem cultural é garantir o direito à memória, ao pertencimento e à continuidade das tradições locais. Mais do que proteger um espaço físico, trata-se de preservar uma rede de práticas sociais, religiosas e culturais que dão sentido à vida comunitária. O patrimônio cultural, nesse caso, não é apenas herança do passado, mas também possibilidade de futuro, pois projeta no tempo presente os sonhos, afetos e modos de viver que compõem a identidade do bairro e da cidade.

Assim, os estudos feitos até aqui, apontam que a patrimonialização da Praça Dom Antônio Mazzarotto deve ser vista como um processo coletivo, participativo e contínuo, que integra dimensões materiais e imateriais, fortalece a democracia cultural e assegura a diversidade frente aos desafios da modernidade urbana. Sua



preservação não é apenas um ato de memória, mas também de resistência e afirmação cultural.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, H. L. **Mapa para descobrir o patrimônio.** São Paulo: Aleph, 2018.

CANANI, A. S. K. B. **Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 23, p. 157-170, 2005.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. **Patrimônio cultural e memória.** São Paulo: Contexto, 2005.

GONÇALVES, J. R. S. **O patrimônio como categoria de pensamento.** In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IPHAN. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos.** Brasília: IPHAN, 2016.

NOGUEIRA, A. G. R. **Inventário do patrimônio cultural: teoria e prática.** São Paulo: Edusp, 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

Fontes:

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens



Culturais de Natureza Imaterial. Brasília: DOU, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006.** Promulga a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Brasília: DOU, 2006.

ICOMOS. Declaração de Québec sobre o espírito do lugar. Québec, 2008.

PONTA GROSSA (Município). **Lei nº 13.694, de 19 de maio de 2020.** Institui o Programa Municipal de Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial de Ponta Grossa. Diário Oficial de Ponta Grossa, 20 maio 2020.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



CAROLINA MARIA DE JESUS PARA ALÉM DA ESCRITA ÍNTIMA: UMA ANÁLISE DE QUARTO DE DESPEJO E CASA DE ALVENARIA

Nayara N Carneiro Roberto¹
Maria Julieta Weber²

¹ Mestranda em História pela UEPG

² Pós Doutora em História pela UFPR

O Intuito dessa pesquisa é analisar como as obras *Quarto de Despejo* (1960) e *Casa de Alvenaria* (1961) de Carolina Maria de Jesus, foram recepcionadas na cena sociocultural da década de 1960, relacionando questões da escrita feminina, das mulheres e das pessoas colocadas a margem. Em uma pesquisa anterior, tive a oportunidade de analisar a obra *Quarto de Despejo* a partir da perspectiva da maternidade. Carolina, que migrou em meio a inúmeras dificuldades para São Paulo, registrava em seu diário o cotidiano vivido na favela do Canindé, a luta contra a fome em uma cidade em processo de desenvolvimento.

Além da pesquisa acadêmica, tive a oportunidade de trabalhar *Quarto de Despejo* com crianças em uma escola municipal na cidade de Castro. A atividade consistiu em apresentar a obra de Carolina Maria de Jesus, instigando os alunos a refletirem sobre a desigualdade social e as aflições que a autora enfrentava com seus três filhos pequenos. Questões como essas continuam atuais em nossa sociedade, e discutir as obras da autora se torna de extrema importância para a educação escolar.

Portanto, a pesquisa parte da seguinte questão: De que maneira os discursos influenciaram seu sucesso inicial e o posterior silenciamento década de 1960, considerando os marcadores de gênero, raça e classe? Assim, reitero a importância de trabalhar para além do diário, mas compreender o sucesso inicial de *Quarto de Despejo* e o motivo de *Casa de Alvenaria* não obter a mesma aclamação. Após um



período de destaque a escrita de Carolina caiu no esquecimento, o que nos faz refletir sobre questões importantes no campo literário.

1. A ESCRITA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

A partir do olhar da *escrevivência*⁸², conceito elaborado pela autora Conceição Evaristo, é possível compreender a dimensão dos escritos de Carolina Maria de Jesus. A *escrevivência* consiste em um ato de escrita no qual a vivência individual se entrelaça à experiência de um coletivo historicamente marginalizado. Ao relatar seu cotidiano, Carolina Maria de Jesus rompe com paradigmas ao utilizar a escrita como forma de resistência. Por meio de suas anotações, acabou reivindicando a população negra um lugar de protagonismo na narrativa histórica.

Nesse sentido, é essencial pensar que naquele período de modernização do país a esfera pública era dominada por uma elite letrada. A produção escrita de mulheres negras era quase que inexistente, pois enfrentavam diversos obstáculos para ter visibilidade, sendo constantemente silenciadas. Para Nascimento (2020, p.21) as vozes de mulheres negras, indígenas, lésbicas e transexuais, em meados dos anos 1960, quando foi publicado *Quarto de Despejo*, estavam ausentes do cenário literário.

Nas décadas de 1950 e 1960 havia poucos escritores negros na literatura do Brasil e Carolina de Jesus era a única mulher negra a se destacar naquele momento⁸³, fato que pode ser observado na tabela abaixo, retirada da dissertação de mestrado de Michelle Nascimento (2020, p.27):

⁸² Esse conceito nasceu na dissertação de mestrado de Conceição Evaristo (1996) e vem sendo pensado por Evaristo e por diversas outras pessoas. (Queiroz, 2025, p.2)

⁸³ No período que vai de 1950 a 1962, foram publicados quinze livros de autoria negra: teatro, romance e predominantemente poesia, sendo que apenas Carolina Maria de Jesus publica diários – o que diz respeito à forma com a qual veio à público, gerida por Audálio Dantas (Nascimento, 2020, p. 27).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



QUADRO 1 – RECORTE 1950-1962 DA AMOSTRA PARCIAL DA PRODUÇÃO MARGINAL DA LITERATURA NEGRA (1900-1988).

Autor	Livro/Texto	Forma de Edição	Local	Ano	Gênero
Lino Guedes	<i>Suncristo</i>	Coleções Hendi	São Paulo	1950	Poesia
Lino Guedes	<i>Nova Inquilina do Céu</i>	Sem indicação	São Paulo	1951	Poesia
Romeu Crusoé	<i>A Maldição de Canaan</i>	Irmãos Di Giorgio e Cia	Rio de Janeiro	1951	Romance
Carlos Assumpção	<i>Protesto</i>	Associação Cultural do Negro	São Paulo	1958	Poesia
Eduardo de Oliveira	<i>Além do Pó</i>	Edição do Autor	São Paulo	1958	Poesia
Solano Trindade	<i>Seis Tempos de Poesia</i>	Editora H. Mello	São Paulo	1958	Poesia
Oswaldo de Camargo	<i>Um Homem tenta ser Anjo</i>	Edição do Autor	São Paulo	1959	Poesia
Carolina Maria de Jesus	<i>Quarto de Despejo</i>	Editora Francisco Alves	São Paulo	1960	Diário
Eduardo de Oliveira	<i>Ancoradouro</i>	Edição do Autor	São Paulo	1960	Poesia
Abdias do Nascimento (org.)	<i>Dramas para Negros e Prólogo para Brancos</i>	Teatro Experimental do Negro	Rio de Janeiro	1961	Teatro
Carolina Maria de Jesus	<i>Casa de Alvenaria</i>	Editora Francisco Alves	São Paulo	1961	Diário
Oswaldo de Camargo	<i>15 Poemas Negros</i>	Associação Cultural do Negro	São Paulo	1961	Poesia
Solano Trindade	<i>Cantares ao meu povo</i>	Editora Fulgor	São Paulo	1961	Poesia
Eduardo de Oliveira	<i>Banzo</i>	Editora Obelisco	São Paulo	1962	Poesia
Oliveira Silveira	<i>Germinou</i>	Edição do Autor	Porto Alegre	1962	Poesia

Fonte: (Nascimento *apud* Silva, 2020).

Dessa forma, reitero que esse estudo é de extrema relevância para o campo historiográfico, pois visa refletir como a interseccionalidade (gênero, raça e classe) estavam estritamente ligadas ao silenciamento de vozes marginalizadas.



Nesse contexto, falar sobre Carolina como uma escritora multifacetada é essencial para fortalecer debates sobre resistência e representatividade, destacando a autora em diferentes campos da educação. Evidenciar Carolina para além do diário íntimo contribui para introduzi-la em espaços de cultura, bem como instigar o pensamento crítico.

2. CAROLINA MARIA DE JESUS: *QUARTO DE DESPEJO* E *CASA DE ALVENARIA*

O primeiro livro de Carolina Maria de Jesus a ser reconhecido e ter grande sucesso inicial sendo traduzido para vários idiomas e chegando a 100 mil exemplares⁸⁴ foi *Quarto de Despejo* (1960), no entanto, sua obra foi muitas vezes reduzida a um simples retrato social, deixando de ser reconhecida como produção literária, algo que precisa ser questionado e problematizado ao longo da pesquisa.

Quarto de Despejo contou com o apoio de Audálio Dantas, jornalista que, ao se deparar com os escritos de Carolina, demonstrou interesse em publicá-lo, pois, para ele foi a forma mais real de retratar o cotidiano dos moradores do Canindé. Mesmo com algumas alterações feitas por ele, é possível compreender as dificuldades enfrentadas por Carolina.

Em seu livro de 1960, Carolina descrevia sua vida em meio a aflições vivenciadas com seus três filhos pequenos, Vera Eunice, João José e José Carlos. relatos marcantes, violência, preconceito, fome e suicídio são palavras recorrentes em seu diário, e que contrastavam com a ideia de um Brasil moderno propagado na época. O sucesso inicial de seu livro não durou por muito tempo, a elite letrada contribuiu para que seu livro caísse no esquecimento, bem como os editoriais, que recorrentemente a criticavam.

⁸⁴ Informação retirada do prefácio do livro “Quarto de despejo – Diário de uma Favelada” de Carolina Maria de Jesus (2020).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Segundo Meihy e Levine (1994, p.26), Carolina não recebeu inicialmente pelo sucesso de publicações e posteriormente quando isso aconteceu, precisou dividir seus rendimentos com o jornalista.

Antes de Carolina conseguir comprar uma casa, ela residiu nos fundos da propriedade de um gerente de supermercado, em Osasco⁸⁵. Quando a autora se mudou para casa de alvenaria no bairro Santana em São Paulo, continuou enfrentando diversas dificuldades, principalmente com seus novos vizinhos que a insultavam corriqueiramente.

A imprensa continuou a escrever sobre a “nova” vida de Carolina de uma forma nada agradável, pois inicialmente ela precisou dividir a casa com os antigos moradores que não tinham para onde ir e isso gerou especulações de jornalistas.

Como descrito por Meihy e Levine (1994, p.27), um repórter registrou este fato de maneira surpreendente, estranhando e publicando que “eles cozinhavam no mesmo fogão, lavavam suas roupas no mesmo tanque e se banhavam no mesmo chuveiro.

Carolina notava as críticas recorrentes em relação a sua vida e a seu primeiro livro publicado, como descrito em um trecho em *Casa de Alvenaria: Santana* (2021):

Li o artigo que Dona Helena Silveira de Queiroz escreveu referindo-se ao meu livro. Ela disse que não viu nada no meu livro para ser classificado Best Seller. Os semi intelectuais não vê nada que ocorre em seu país, vão a China inspirar-se. Escrevem livros que ficam ignorados do público e acabam nas latas de lixo.

⁸⁵ Meihy e Levine (1994)

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



IMAGEM 1 – Folha de São Paulo



Fonte: Folha de São Paulo, 1961.

Na imagem acima é possível compreender os relatos de Carolina sobre certa exclusão de uma parte da elite letrada, incluindo figuras como Jorge Amado, e a maneira que os jornalistas retratavam os acontecimentos vivenciados por Carolina após a publicação de seu livro *Quarto de Despejo*. Segundo sua filha Vera Eunice, em uma entrevista concedida ao *Catraca livre* (2020) relata que Jorge Amado ficou enciumado depois que Carolina vendeu mais exemplares em uma feira organizada por ele no Rio de Janeiro.

Nesse mesmo relato, Vera recorda a chegada na cidade do cristo redentor com sua mãe. As duas foram até a residência do escritor, mas foram informadas de que não poderiam permanecer no local, diante do ocorrido, a empregada tentou auxiliar Carolina de alguma forma, permitindo que apenas Vera permanecesse na residência. Esse episódio evidencia a exclusão da autora, mesmo após aclamação da sua obra.

Nesse contexto que seu segundo livro *Casa de Alvenaria* (1961) é publicado, tendo sua primeira edição em apenas um volume. No ano de 2021, foi lançada outra edição dividida em dois volumes, sendo o prefácio escrito por Conceição Evaristo e Vera Eunice.

O relato da filha de Carolina evidencia os desafios enfrentados pela autora pós publicação e seu primeiro livro, o que nos ajuda a compreender como a segunda obra foi marcada por outras circunstâncias na sua recepção. Segundo Meihy e Levine

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



(1994, p.35) mesmo Audálio Dantas e muitos outros jornais terem dito que o segundo livro era tão importante como o primeiro, este só vendeu apenas 3 mil exemplares de uma edição de 10 mil.

Nesses novos escritos Carolina relatou seu cotidiano em Osasco, e posteriormente em Santana em sua casa própria, mesmo com o sucesso de seu primeiro livro, a autora relata falta de dinheiro e o controle que Audálio Dantas tinha referente aos seus custos.

- Já faz dias que não compro carne por não ter dinheiro. Escrevi o Quarto de Despejo, para ter dinheiro e não tenho dinheiro, porque o senhor Dantas deu ordem aos editores internacionais para não me dar dinheiro. Porque é que eles não fazem assim com as escritoras brancas? (Jesus, 2021, p.421).

Os relatos de Carolina descrevendo as dificuldades que permaneceram mesmo após a publicação de seu primeiro livro em 1960, releva as desigualdades que ela como escritora negra enfrentou no campo literário e na sociedade em geral.

Dessa forma, é necessário investigar como suas obras foram recebidas ao longo do tempo, sendo assim, esse trabalho se propõe a seguir esse objetivo com base na abordagem qualitativa, concentrando-se nas bibliografias e na parte documental.

A metodologia busca dialogar com autores como Fairclough (2001, p.47) que discute em sua obra *Discurso e Mudança Social* a análise do discurso e suas abordagens, descrevendo que a prática discursiva, política e ideológica estabelece e mantém as relações de poder. Sendo assim, a linguagem não é neutra, mas está ligada as estruturas sociais marcadas.

Portanto Chartier em sua obra *A história ou a leitura do tempo* (2009, p.49) descreve que:

O objeto fundamental de uma história que se propõe a reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre, por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições e as convenções que limitam – de maneira mais ou menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer e fazer.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Partindo dessa ideia, compreende-se que Carolina Maria de Jesus ao relatar seu cotidiano na favela do Canindé e posteriormente em sua mudança na *Casa de Alvenaria*, rompe com essas estruturas mesmo estando inserida em um contexto de exclusão marcada pela desigualdade histórica, social, de gênero raça e classe. É justamente nesse ponto que outro eixo central da pesquisa é essencial: a interseccionalidade e seus marcadores de gênero, raça e classe. Autoras como Lélia Gonzalez em sua obra *Mulher negra- um retrato* (2018) e bell hooks *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo* (2019), e Conceição Evaristo com suas críticas a exclusão de mulheres negras na literatura brasileira, é possível compreender como Carolina, através de sua escrita rompeu com estruturas sociais. Como afirma Evaristo (2020, p.7):

Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve, o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar essas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência.

Carolina não registrava apenas sua vivência individual, mas revela o retrato de um coletivo, o qual muitas outras mulheres negras também vivenciavam em um país que estava se modernizando, mas permanecia excludente.

Isso fica evidente nas linhas de seu diário: “Aqueles paisagens a de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas” (Jesus, 2020, p. 85).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando as obras *Quarto de despejo* (1960) e *Casa de alvenaria* (1961), além da análise de jornais, a pesquisa pretende, ao longo do período proposto, compreender como essas produções foram recepcionadas no contexto sociocultural da década de 1960. Dessa forma, é importante refletir sobre os fatores que contribuíram para que a autora Carolina Maria de Jesus fosse, em grande medida, excluída do cânone literário.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Suas produções não receberam a valorização devida, uma vez que, para além do diário, a autora também escreveu romances, peças teatrais e outros textos, sendo uma escritora versátil. Atualmente, Carolina tem sido amplamente debatida, incorporada em vestibulares e inserida no meio acadêmico. Esse movimento é fundamental, e cabe a nós ampliá-lo, pois é essencial para o campo historiográfico incluir discussões sobre a presença de mulheres negras na literatura.

Sendo assim, professores, historiadores e pesquisadores devem reconhecer Carolina Maria de Jesus como autora fundamental para a literatura brasileira, em vez de reduzi-la a uma figura marginalizada. É necessário que esse pensamento crítico também ocupe espaços escolares, para que as crianças conheçam e valorizem a potência que Carolina foi e que continua sendo.

Referências

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 1. 80 p.

ESCREVIVÊNCIA. Vídeo. 23 min 17s. Publicado pelo canal Catraca Livre. 6 de fev. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>. Acesso em: 30 de outubro de 2025.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. UnB, 2001.

JESUS, Carolina Maria. **Casa de alvenaria–Volume 1: Osasco**. Companhia das Letras, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert M. **Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1994.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



NASCIMENTO, Daniela de Almeida. **Carolina Maria de Jesus e a escrita de si como lugar de memória e resistência.** 2020. 108f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários).

QUEIROZ, Eduardo Prachedes. Considerações a respeito de elementos constituintes de uma Escrivivência/Notes on the Elements that Constitute an Escrivivência [Writing-living].

QUERO Carolina Maria de Jesus como uma literata. Vídeo. 22min 41s. Publicado pelo canal Catraca Livre. 22 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a-hs5HUYdwQ>. Acesso em: 20 de agosto de 2025.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E DOCUMENTOS: A PRESENÇA NEGRA NO BAIRRO DA RESSACA EM PIRAÍ DO SUL

Moreira, Ana Karla Ap. Da M.¹

Santos, Merylin Ricieli dos²

¹ Licenciatura em História pela UEPG

² Pós-doutoranda em História pela UEPG

Tais escritos têm como objetivo promover uma reflexão aprofundada sobre a carência de registros documentais referentes às narrativas da população negra em Piraí do Sul, cidade localizada na região dos Campos Gerais, no estado do Paraná.

A partir da análise de diferentes documentos, fontes orais e narrativas locais, considerou-se a possibilidade de sinalizar para a existência de terras quilombolas nas proximidades do bairro da Ressaca, no município em questão. O propósito mais amplo da pesquisa, aqui apresentada, consiste em reunir e sistematizar essas informações, constituindo um pequeno acervo que contemple tanto o referido bairro quanto as experiências que, até então, permaneciam invisibilizadas nas “Histórias oficiais e oficiosas”.

Esse esforço suscitou uma reflexão historicamente situada acerca dos silenciamentos impostos às memórias dos moradores negros locais e da comunidade formada sob a influência do racismo estrutural e historiográfico. Entre os principais objetivos delineados, destaca-se a análise dos efeitos do racismo na construção das narrativas consolidadas. Aspectos que influenciam na desvalorização das experiências e identidades negras e quilombolas locais, contribuindo para a certa invisibilidade histórica dessas populações.

Diante dessa justificativa e inscrito sobre o prisma da História compartilhada (Frisch, 2016), buscando compreender o passado a partir de uma perspectiva que

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus

clima, regionalidades e museus



privilegie a produção coletiva do conhecimento, a presente pesquisa fundamentou-se teoricamente nos conceitos de Quilombo que, de acordo com o intelectual e político Abdias Nascimento afirma que “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência e comunhão existencial [...]” (Nascimento, 1980, p. 263).

No livro *O grito dos quilombos*, dos autores Marina Lourenço e Tayguara Ribeiro, é citado como no Brasil, os quilombos surgem durante o período colonial, a partir da fuga de escravizados e ex-escravizados que, em busca de refúgio contra a violência e trabalho forçado, se escondiam nas matas, florestas e serras afastados dos cativeiros, evitando serem capturados novamente. Foram os quilombos que possibilitaram a criação e adaptação de outras formas de vivências e formação de comunidades. A professora Maria Helena Pereira Toletto Machado, especialista em história social da escravidão, explica que em algumas exceções, trechos de fazendas e alforrias eram deixados em testamentos para alguns escravizados que aproveitavam para criar comunidades no local.

Já o conceito de Memória, sendo percebido como um campo de batalha onde as sociedades sempre lutam pela posse e seus usos, dará base para os argumentos aqui elencados, “pois quem controla a memória controla também uma parte essencial da identidade coletiva e do futuro.” (Le Goff, 1990, p. 476).

Depois de responder as problematizações que respondem ao objetivo proposto, a pesquisa almeja-se contribuir de forma significativa para a construção de um acervo digital sobre a cidade de Piraí do Sul, tendo como ponto de partida o bairro da Ressaca e a presença negra em territórios rurais e urbanos, promovendo o reconhecimento das contribuições históricas dessas comunidades e de indivíduos racialmente constituídos.

1. Justificativa

O viajante Auguste de Saint-Hilaire, cientista francês que iniciou sua jornada pelo interior do Brasil em 1816, dedicando-se às pesquisas botânicas, percorreu o

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Paraná em 1820, quando o território ainda era parte da província de São Paulo.

Em seus registros e relatos, o cientista chega a fazer referência a região dos Campos Gerais daquele século, demarcando aspectos sobre a beleza natural Paraná e o potencial produtivo da região.

A menção a Saint-Hilaire tem relação com a intencionalidade de desenhar o contexto histórico, geográfico e econômico do período que antecede o processo de criação e emancipação do município de Piraí do Sul (em 1881 e 1882), o qual, durante a viagem do naturalista, pertencia à Vila Nova de Castro.

Quanto à percepção do botânico a respeito de Castro, os registros são sobre a localização privilegiada, criação de gado e viabilidade das negociações comerciais, “[...] pois fica no caminho das tropas que vão de São Paulo ao Rio Grande. [...] Os habitantes são simples e hospitaleiros, mas vivem muito isolados.” (Saint-Hilaire, 1978, p. 107).

Outro aspecto por ele registrado, contempla a presença de sujeitos cativos como habitantes de Castro. Além de tecer críticas ao uso intensivo do trabalho escravo feito por africanos e afro-brasileiros na região, o botânico descreveu a situação precária, bem como as condições sociais desses sujeitos na época, afirmando que “O número de escravos é considerável, e o ócio em que vivem os senhores me faz temer que jamais o país se torne verdadeiramente próspero.” (Saint-Hilaire, 1978, p. 110).

Para além de uma perspectiva memorialista e europeia vinculada ao ideal de progresso e de uma liberdade socialmente demarcada, as obras de Saint-Hilaire são de suma importância para compreendermos parte da história da região dos campos gerais, principalmente acerca da participação africana e afro-brasileira como chave fundamental para movimentação da economia tropeira e agrícola na província.

Movimento comum às várias cidades paranaenses, mas que centram suas narrativas históricas apenas na figura do *tropeiro*, mito fundador de grande parte das histórias das cidades que atualmente compõem a região dos Campos Gerais,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



o que dá solidez às memórias regionais, mas, ao mesmo tempo, acaba por não contemplar outros indivíduos que também são constituintes dos processos históricos locais.

Segundo limitadas fontes, sobre a cidade de Piraí do Sul, foco dessa investigação, na primeira versão sobre sua formação, é narrado que o Capitão Governador João Rodrigues de França, um dos primeiros moradores de Curitiba, após a separação do estado do Paraná (1853), obteve por meio de uma sesmaria, o direito à essas terras. E entregou ao seu filho, o Padre Rodrigues França, como doação as terras do Vale do rio Pirahy, sendo uma terra inexplorada e habitada por grupos pertencentes aos Caigangues.

Em outras fontes, é citado o nome de Manoel da Rocha Carvalhais e sua esposa Joséfa Rodrigues Coutinho, que tiveram sua propriedade próxima a região, que se situava em um corredor de passagem do caminho das tropas, atuando como pouso, ponto de negócios, compra e venda de animais ou artefatos de couro. Ao lado da propriedade havia um oratório dedicado ao Senhor Menino Deus, para onde recorriam os crescentes moradores da região. Assim, ocorreu a construção da Capela do Menino Deus de Piraí do Sul, em 28 de janeiro de 1826 (MILLEO, 2002). A cidade foi chamada em fontes e documentos antigos de Bairro da Lança. Em 1882, foi elevada a “município” e construída a primeira Câmara Municipal. Em 1912, o município foi levado a “termo” e recebeu os primeiros juiz e promotor. Mais tarde, em 1946, foi elevada a “comarca” onde compareceram o Governador Moisés Lupion e assessores.

Em resumo, sua história tem versões atravessadas pela religiosidade e, em certa medida, como mais um dos tantos pontos de descanso dos tropeiros. Entretanto, o Bairro da Ressaca, apesar de não estar disposto nos “documentos oficiais”, é um dos mais antigos da região. Entre alguns moradores locais, circulam discursos e narrativas de que a região, no passado, teria abrigado terras quilombolas, ou, como mencionado por uma das entrevistadas, um “Quilombo de passagem”.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A busca por esses espaços, tradicionalmente relacionados à resistência e à preservação cultural, são fundamentais para a constituição identitária da população negra. Contudo, a ausência de trabalhos acadêmicos, fragmentação documental e a inexistência de acervos sobre esses indivíduos em repartições e instituições públicas, corrobora para manter a inviabilidade de elaborar contranarrativas históricas locais. Essa ausência limita a compreensão das experiências vividas pelos moradores e reforça a necessidade urgente de elaboração de reflexões e registros que abordem a questão de forma mais ampla e sistemática.

Dito isso, a proposta deste trabalho é apresentar um subprojeto de pesquisa que sinaliza para a existência dessa lacuna e, que na medida do possível, busque preenchê-la. Pretende-se, igualmente, trazer à tona as ancestralidades dos moradores pretos e pardos que reexistem na região. Ao valorizar e documentar essas histórias, almeja-se contribuir para a construção de narrativas mais inclusivas, representativas e emancipadoras, que reconheçam a herança cultural da população negra no município, bem como suas agências e permanências.

2. O Contexto

De acordo com relatos orais, os moradores do bairro da Ressaca eram denominados pejorativamente de “enxovianos”, termo que, segundo a memória local, estaria associado à hanseníase. Doença, historicamente estigmatizada e vinculada à imagem de indivíduos considerados impuros ou “lazarentos”. A palavra remete a discursos religiosos que evocam Lázaro de Betânia, figura bíblica ressuscitada por Jesus de Nazaré, dias após sua morte, em decorrência da lepra (Bíblia Sagrada, 1950).

Conforme as narrativas que circulam socialmente, o termo “enxoviano” referia-se, inicialmente, aos hansenianos, que, em busca de abrigo e proteção contra o preconceito e a discriminação enfrentados na cidade, migravam para o bairro. Essa mobilidade estava vinculada à necessidade de constituir um espaço

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

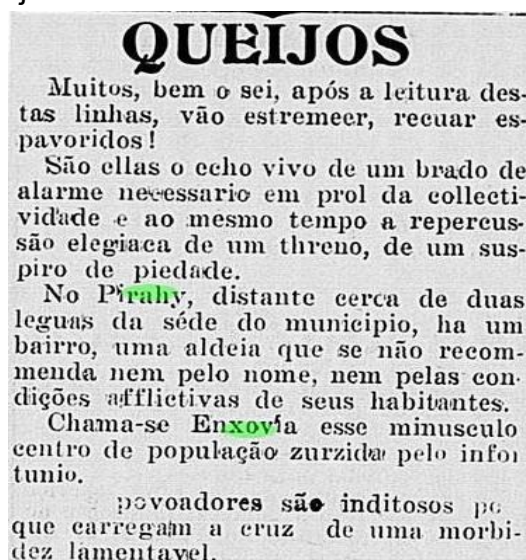
clima, regionalidades e museus



de maior dignidade e menor estigma social.

Com o tempo, o termo passou a designar não apenas esses sujeitos, mas o bairro como um todo, adquirindo conotação pejorativa e acentuando tensões sociais em festas e encontros locais, nos quais se consolidava uma imagem estigmatizada associada à doença e à exclusão.

Figura 1 – Recorte de jornal.



Fonte: A República: Órgão do partido republicano paranaense, ano de 1919.

Conforme as investigações anteriormente feitas, podemos perceber a existência do bairro para além do que conhecemos atualmente, tendo como função refugiar os diferentes indivíduos que buscavam espaços distantes da perseguição e, seguindo este raciocínio, podemos, por fim, trabalhar com a hipótese da região como abrigo, tanto para os escravizados fugitivos que buscavam cura para suas feridas e doenças, quanto para os “enxovianos” que causavam desprezo aos moradores do centro da cidade.

Por outro lado, essa pista nos leva a desenvolver a seguinte problemática: O bairro da Ressaca recebia os enxovianos por ser um “quilombo de passagem”; ou era um “quilombo de passagem” por receber os enxovianos?

Buscando dialogar com essa reflexão, a atual pesquisa tem como proposta

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



reunir documentos, registros e relatos sobre o bairro da Ressaca e os sujeitos denominados “enxovianos”, bem como organizar um compilado de fontes de diferentes naturezas que façam referência à presença negra em distintos contextos históricos e territoriais. Destaque para as terras limítrofes com o município de Arapoti, onde se encontra a comunidade quilombola da Família Xavier. Sobre essa comunidade, sabe-se que “[...] em Arapoti, no território da antiga Fazenda Boa Vista, o Quilombo Familiar Xavier é formado por cerca de 120 famílias de descendentes de Pedro Lázaro Xavier” (GOURA, 2022, p. 6).

Reconhecendo as transformações do conceito, compreende-se que o quilombo não se limita à dimensão de comunidade física, mas configura-se como um espaço de resistência e suficiência.

Constituídos majoritariamente por pessoas negras fugidas da escravidão, os quilombos possibilitaram a construção de experiências coletivas voltadas à liberdade, à proteção e à preservação de tradições culturais e religiosas. Conhecidos também como mocambos, esses agrupamentos assumiram diferentes dimensões, formas e temporalidades, mas compartilharam o mesmo horizonte: a luta incessante contra a opressão e a desumanização (GOMES, 2018).

Nesse sentido, a investigação propõe, em diálogo com a comunidade quilombola mencionada e com os moradores do bairro da Ressaca, construir, por meio da História Compartilhada (Frisch, 2016), uma experiência de História Pública (Santhiago, 2016). Busca-se, assim, articular universidade e comunidade em torno de um objetivo comum: organizar um acervo que documente vivências negras historicamente situadas em Piraí do Sul.

Essa iniciativa pretende não apenas salvaguardar fontes e memórias locais, mas também promover o encontro entre conhecimento acadêmico e saberes tradicionais, em um processo de co-produção de saberes e ideias.

Ao envolver a comunidade na elaboração de narrativas alternativas e na salvaguarda documental, espera-se valorizar identidades e subjetividades historicamente silenciadas. Esse movimento cria um campo de trocas dialógicas e

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



cognitivas entre acadêmicos e sujeitos locais, em um experimento de igualdade, tal como defende Portelli (1997). Assim, mediante metodologias qualitativas (Godoy, 1995; Lüdke & André, 1986) e entrevistas em História Oral (Portelli, 2016), pretende-se, testemunhar e registrar histórias contadas a partir das perspectivas de seus próprios protagonistas.

3. Objetivos

O objetivo geral deste projeto de pesquisa é construir conhecimentos (com)partilhados acerca de fontes, experiências, identidades e memórias das comunidades negras e quilombolas de Pirai do Sul, enfrentando os processos de invisibilidade e os efeitos do racismo epistêmico (Carneiro, 2005) e historiográfico (Reis, 2010), presentes tanto na sociedade, quanto no imaginário e escrita da história da cidade.

Como objetivos específicos, propõe-se: Compilar e sistematizar fontes orais, documentais e textuais que evidenciem a presença e a trajetória histórica da população negra e quilombola no bairro da Ressaca, no município de Pirai do Sul; Organizar e tornar público um acervo sobre territórios negros do contexto local, de modo a ampliar a circulação do conhecimento histórico no município problematizado; Apresentar em eventos e produções acadêmicas análises que evidenciem como os processos de invisibilidade, sustentados pelas mais variadas forma de racismo, marcaram a memória e as narrativas sobre essas comunidades.

4. Metodologias

A concepção metodológica do projeto está ancorada na perspectiva de que a produção do conhecimento histórico deve estabelecer relações dialógicas entre pesquisador e comunidade, de modo a contribuir para a elaboração de narrativas

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



plurais e para a salvaguarda das memórias ligadas ao “Quilombo de passagem”⁸⁶, ao bairro da Ressaca e às comunidades negras invisibilizadas pela historiografia tradicional.

Adota-se como referência central a História Compartilhada, entendida como chave possível no campo da História Pública. Essa abordagem pressupõe que “há um encontro de ideias e estruturas interpretativas, um diálogo entre expertise e experiência” (Frisch, 2016, p. 62). É nesse encontro que se delinea a possibilidade de produzir novas narrativas históricas, que não apenas desafiem a historiografia hegemônica, mas também reconheçam a autoridade compartilhada entre pesquisador e sujeitos locais.

Essa metodologia se insere no âmbito da História Pública, campo que se mostra “sensível às demandas dos sujeitos contemporâneos que atribuem significados ao passado, ora com motivações ideológicas, ora consumistas, ou ainda para o fortalecimento de lutas políticas atuais” (Borges; Rodrigues, 2021, p. 9). Nesse sentido, a História Pública, segundo Santhiago (2016), pode ser concebida como uma prática que produz narrativas “para o público, com o público e pelo público”, enfatizando o caráter coletivo e democrático da construção do conhecimento histórico.

Complementarmente, o projeto adota metodologias qualitativas (Godoy, 1995; Lüdke & André, 1986) e entrevistas em História Oral (Portelli, 2001; 2016), compreendidas não apenas como técnica de elaboração de entrevistas, mas como uma troca de olhares (Portelli, 1997), no qual se valoriza a arte da escuta e a centralidade das narrativas em um movimento dialógico.

⁸⁶ Embora a percepção e utilização do termo “Quilombo de passagem” não sejam inéditas, ainda carecemos de uma conceituação teórica que traduza adequadamente essa expressão.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



5. Resultados alcançados

As primeiras pistas desta investigação foram identificadas em 2024, durante o desenvolvimento da disciplina *História Local e Regional*. Nesse contexto, foram realizadas entrevistas com uma professora de história e um morador do bairro da Ressaca, ambos de Piraí do Sul. A partir dessas narrativas co-produzidas, emergiram elementos que descrevem a formação do bairro, a união comunitária e a resiliência dos moradores em prol do bem-estar coletivo, além de trazerem à tona menções ao chamado “Quilombo da Ressaca”. Até então, tais relatos circulavam apenas sob a forma de boatos e tradições orais transmitidas de geração em geração.

No primeiro semestre de 2025, o projeto adquiriu contornos mais definidos, com a elaboração de roteiros de entrevistas, o mapeamento da região, a realização de visitas e o agendamento de novos encontros com moradores. Até o momento, foram produzidas duas entrevistas já transcritas.

A primeira entrevistada foi uma ex-moradora de Piraí do Sul, que relatou memórias de sua infância, especialmente as histórias contadas por seu bisavô a respeito da existência de um “Quilombo de passagem” nas proximidades de um rio localizado no bairro estudado.

O recorte temporal sugerido por sua narrativa remonta a 130 ou 140 anos atrás, uma vez que, quando transmitiu essas histórias, seu bisavô já contava com cerca de 100 anos. Assim, estima-se que os episódios relatados teriam ocorrido entre 1885 e 1895. Segundo o depoimento, pessoas escravizadas fugiam para esse quilombo em busca de cura para feridas e doenças, permanecendo por um período breve antes de migrarem para fazendas próximas, em direção a cidade de Ventania e Arapoti.

Anteriormente a essa entrevista, foi realizada uma visita à Fazenda Boa Vista, no dia 13 de julho de 2025. A propriedade vinculada historicamente ao tropeirismo e ao manejo de tropas, prática comum na região por volta de 1870. A



fazenda preserva um casarão e um cemitério de pessoas escravizadas. Durante a visita, o guia destacou a presença de descendentes desses sujeitos, atualmente reconhecidos como parte da Família Xavier, que mantém uma comunidade quilombola em Arapoti, município vizinho a Pirai do Sul.

A segunda entrevista, realizada também em 2025, ocorreu no terreiro “Águas de Iara”, situado no bairro da Ressaca. Embora não se configure, à primeira vista, como um espaço vinculado diretamente ao quilombo, a existência de um terreiro de umbanda em uma região marcada por forte conservadorismo cristão constitui, em si, um indício de heranças negras na cidade, o que, de certo modo, se contrapõe às práticas hegemônicas. Essa presença evidencia a necessidade de ampliar a investigação sobre as trajetórias da população negra no bairro e na cidade como um todo.

Por fim, espera-se que a pesquisa contribua para o fortalecimento da memória social e da identidade cultural das comunidades negras investigadas, promovendo sua valorização e reconhecimento nos âmbitos local, acadêmico e historiográfico.

Anexo

Figura 1: Recorte do Jornal *A República: Órgão do Partido Republicano Paranaense*, do ano de 1919. O trecho evidencia a “Enxovia”, localizado nas proximidades de Pirahy, referindo-se ao Bairro da Ressaca, como é chamado atualmente.

Referências

BÍBLIA. João, 12:11. In: BÍBLIA SAGRADA. 2. ed. Tradução de Antônio Pereira



de Figueiredo. São Paulo: Ed. das Américas, 1950.

BORGES, Viviane; RODRIGUES, Rogério R. **História pública e história do tempo presente**. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 7-15.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FANCHIN, Dalva F. **Piraí do Sul, sua gente e suas histórias**. 1984. 19 p.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De uma autoridade compartilhada à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-71.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos/remanescentes de quilombos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 387-393.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



REIS, Fabio Pinto Gonçalves dos. **Práticas sociais relativas às crianças negras em impressos agrícolas e projetos de emancipação de escravizados (1822-1888)**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina**. Tradução de Mário Guimarães Ferri; notas de Regina Regis Junqueira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A CIDADE, A FONTE E O CRIME: O DELITO DE ESTUPRO EM PROCESSOS CRIMINAIS DE 1970 (PARANAGUA-PR).

Barbara Bombasar Faria¹
Prof. Dra. Georgiane Garabely Heil Vázquez.²

¹Mestranda em História pela UEPG e bolsista pela CAPES

²Doutora em História pela UFPR

O presente texto se constitui como uma síntese do primeiro capítulo da minha dissertação, ainda em andamento, no qual pretendo apresentar primeiramente o cenário espacial no qual minhas fontes estão inseridas, abordando-as logo em seguida, para finalmente historicizar o crime em pauta. Para tanto, partimos de um rol documental de 26 processos criminais tipificados pelo crime de estupro, ocorridos na cidade de Paranaguá (PR), durante a década de 1970, pensando os discursos legitimadores que se desenvolvem no interior das fontes. Essa pesquisa se insere dentro do gênero enquanto categoria de análise histórica, fundamentada nos estudos da historiadora Joan Scott (1995).

1. O CENÁRIO URBANO E SOCIAL DE PARANAGUÁ: CONTRADIÇÕES DE UMA CIDADE PORTUÁRIA

A cidade de Paranaguá, conhecida como a cidade-mãe do Paraná, constitui um espaço cuja história não pode ser dissociada do porto, das relações sociais que se estruturaram ao seu redor e das práticas que, direta ou indiretamente, se inscreveram no cotidiano de seus habitantes. Desde antes da invasão dos colonizadores, o território já era ocupado por diferentes grupos indígenas (Monteiro, 1994), em especial os que compunham o universo tupi-guarani, responsáveis pela própria origem do termo “Paranaguá”, derivado de “Pernanguá” ou “Parnaguá”, com o significado de “grande mar redondo”. A localização geográfica privilegiada, marcada por uma baía profunda e protegida dos ventos, foi determinante para a formação da

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



vila de Nossa Senhora de Paranaguá, configurando um ponto estratégico para a navegação, o comércio marítimo e, posteriormente, para a urbanização do espaço.

No decorrer do século XVII, a mineração do ouro estimulou a construção de um atracadouro rudimentar nas margens do Rio Tanguaré, atual Rio Itiberê. A estrutura simples, composta por pranchas e pontes de madeira, possibilitou o escoamento de produtos agrícolas, extrativistas e minerais, inserindo Paranaguá em uma rede comercial litorânea que conectava diferentes capitanias. No século XVIII, o fortalecimento do comércio, especialmente da erva-mate, da farinha de mandioca e do açúcar, consolidou o porto como eixo econômico e social da cidade. A proximidade física com o cais determinava o status social dos moradores: quanto mais perto da chamada “praia”, melhores eram as condições de habitação e prestígio. Assim, a própria urbanização refletia desigualdades raciais e de classe, já que os espaços afastados do centro portuário eram socialmente menos valorizados (Kato, 2011).

Com o aumento das demandas comerciais e as limitações do porto às margens do Itiberê, nas primeiras décadas do século XX se tornou evidente a necessidade de sua transferência para a Baía de Paranaguá, espaço mais adequado para embarcações de grande porte e com maior potencial de expansão. Esse processo foi impulsionado por uma concessão federal em 1872 a um grupo de empresários, os quais tinham como objetivo adaptar o porto para receber maior volume de cargas. A nova estrutura portuária, administrada a partir de 1917 pelo governo estadual, passou por obras de dragagem, construção de muralhas e melhorias de acesso (Machado, 2012), resultando na inauguração do Porto Dom Pedro II em 1935. Desde então, o porto se tornou o motor do desenvolvimento econômico e urbano da cidade, atraindo empresas, reorganizando o espaço urbano e moldando diretamente o cotidiano parnanguara.

O impacto do porto, no entanto, não se restringe ao âmbito econômico. A intensa circulação de mercadorias e pessoas estruturou práticas sociais e padrões de sociabilidade – criando espaços de marginalidade. Nesse cenário, a prostituição emergiu como prática fortemente associada à lógica portuária, não apenas como

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



atividade econômica, mas como elemento simbólico e discursivo acionado em processos criminais. A partir de um olhar rápido nos discursos de defesa em nossas fontes, observamos que em diversas peças jurídicas ocorria a imputação da prostituição às mulheres agredidas como estratégia para desqualificá-las, atribuindo-lhes a imagem de imoralidade e buscando justificar a violência. Compreender o peso simbólico atribuído à prostituição, portanto, torna-se indispensável para a leitura das fontes criminais, uma vez que evidencia como o discurso jurídico se entrelaça às relações de poder e de gênero que atravessam a cidade na década de 1970.

Ao mesmo tempo, o porto se insere como palco de conflitos políticos e sociais. Trabalhadores portuários, desde o início do século XX, protagonizaram greves e paralisações por melhores condições de trabalho, sendo frequentemente retratados pela imprensa local como desordeiros e perigosos (Figueira, 2022). Essa representação negativa serviu como justificativa para medidas repressivas, como a instalação de postos policiais próximos ao porto e o fechamento de espaços de sociabilidade considerados “subversivos”. O porto, assim, não apenas estruturava a economia, mas também orientava práticas de controle social, repressão e criminalização, atravessando diretamente a vida cotidiana e os discursos sobre a ordem pública (Figueira, 2022).

Nas décadas de 1970 e 1980, a gestão do poder público municipal esteve fortemente direcionada à expansão portuária, com a instalação de grandes empresas voltadas à sua lógica operativa. O depoimento do então prefeito José Vicente Elias⁸⁷ é revelador ao reconhecer que o porto influenciava até mesmo os resultados eleitorais, mostrando o entrelaçamento profundo entre economia e política local. No entanto, o privilégio dado ao desenvolvimento portuário não se traduziu em melhorias sociais amplas: bairros periféricos se expandiam sob abandono, enfrentando ausência de saneamento, precariedade habitacional e falta de acesso a serviços públicos básicos.

⁸⁷ Prefeito eleito, cujos mandatos foram de 1977 à 1983, e posteriormente de 1989 à 1992. Aqui me refiro a uma entrevista concedida a autora Laura de Moura e Costa (1999), no dia 10/02/1998, presente em sua tese de doutorado.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Assim, o contraste entre a grandiosidade das obras vinculadas ao porto e as condições de vida da população expõe o caráter seletivo do desenvolvimento urbano.

Essas desigualdades também se expressam no campo da saúde pública e da infraestrutura urbana. Desde meados do século XIX, Paranaguá carregava a marca de cidade insalubre, foco de doenças, o que contribuiu, inclusive, para a perda do título de capital da província em favor de Curitiba. Já no século XX, os relatórios e planos diretores apontavam problemas recorrentes de saneamento, coleta de lixo e descarte inadequado de resíduos, revelando uma gestão urbana que não acompanhava o crescimento populacional (Cerdeira, 1998). A rápida urbanização, intensificada a partir da década de 1960, ocorreu de forma desordenada (Angulo; Souza, 1998), com ocupações em áreas de manguezais e margens de rios, pressionando ainda mais a frágil infraestrutura (Caneparo, 1998).

Os dados demográficos mostram como esse crescimento foi acelerado: em 1970, Paranaguá já apresentava uma taxa de urbanização superior à média nacional, consolidando-se como centro urbano de porte médio (Disperati; Tremarin, 1998). Entretanto, a baixa absorção da força de trabalho pelos setores formais e a ocupação precária de novas áreas geraram desequilíbrios sociais profundos, reforçando fronteiras entre o centro valorizado e as zonas periféricas e ambientalmente vulneráveis, como a Ilha dos Valadares. Essas fronteiras geográficas, como destaca Laura Jesus de Moura e Costa (1999), também produziam fronteiras sociais, que se refletiam diretamente nas práticas e nos sujeitos que aparecem nos processos criminais da década de 1970.

Paranaguá, portanto, é uma cidade cuja história e urbanização não podem ser analisadas à margem de seu porto. Mais do que um espaço físico de circulação de mercadorias, ele estruturou as relações de poder, moldou as sociabilidades, reforçou desigualdades sociais e produziu discursos que atravessam os processos criminais. A compreensão desse contexto é indispensável para que possamos analisar as fontes utilizadas nesta pesquisa, pois é nele que se inscrevem as experiências, as tensões e as estratégias discursivas que constituem o universo social pesquisado.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



2. O ARQUIVO E SUAS VOZES: LIMITES E POSSIBILIDADES DA DOCUMENTAÇÃO

A leitura do processo-crime exerce sobre o pesquisador um fascínio singular. Diante das páginas amareladas e marcadas pelo tempo, somos tomados pela miragem enganosa de que nelas se encontra a verdade do passado, como se fosse possível penetrar no instante exato do acontecimento e dele extrair um real incontestável. Essa ilusão, embora sedutora, esconde a natureza mais complexa dessas fontes. O encanto não reside em suposta fidelidade ao acontecido, mas justamente no contrário: nas fissuras, nos silêncios, nas estratégias e nas versões que os sujeitos constroem diante do poder judicial.

Diferentemente da imprensa, que escreve para ser lida e molda seus relatos segundo expectativas de um público específico, os processos judiciais não nascem com a intenção de circular. O que neles se registra não é resultado de um discurso voltado à publicação, mas de encontros inesperados com a polícia e a justiça. Vítimas, acusados, testemunhas e vizinhos se veem subitamente impelidos a falar, a justificar, a explicar o improvável: o que se passou em determinado instante de desordem. É justamente no ordinário interrompido — na briga de vizinhos, na agressão inesperada — que vidas marginais e anônimas se tornam objeto de registro, deixando traços que de outro modo jamais seriam escritos. Trata-se, como propõe Arlette Farge (2017), da emergência de um “não dito” que ganha forma apenas porque o acontecimento rompeu a rotina e exigiu ser narrado.

Essa dimensão do inesperado é o que torna o arquivo fascinante. Cada processo abre uma janela trágica para vidas que, em circunstâncias comuns, permaneceriam silenciadas. É a desordem que arranca esses sujeitos da invisibilidade e os coloca diante do poder, expondo-os em páginas que, ao mesmo tempo em que os registram, também os aprisionam em categorias jurídicas. Não é o passado em si que o historiador reencontra, mas rastros, fragmentos que permitem vislumbrar

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



tensões sociais, conflitos de gênero, desigualdades e estratégias discursivas mobilizadas em situações-limite.

O próprio percurso desse arquivo reforça a potência simbólica da fonte. Em 2019, ao assumir a docência na Universidade Estadual do Paraná, campus de Paranaguá, a historiadora Kety Carla De March buscou localizar processos criminais do século XX e, em contato com a Primeira Vara Criminal da Comarca, foi conduzida ao depósito em que esses documentos permaneciam esquecidos. Entre caixas úmidas, corroídas por traças e desintegrando-se ao toque, repousava um conjunto de histórias prestes a desaparecer. Foi o olhar atento da pesquisadora — aliado à sensibilidade de uma servidora do Fórum — que desviou esse acervo do esquecimento. Iniciou-se então o processo de digitalização, em meio às dificuldades impostas pela fragilidade dos papéis. Alguns já apresentavam perda irreparável de trechos, corroídos pelo tempo. Hoje, esse acervo se encontra sob a guarda do Centro de Documentação Histórica do Litoral do Paraná, constituindo um marco na preservação da memória da cidade.

3. A CRIAÇÃO DA FÁBULA: CAMINHOS METODOLÓGICOS

Mas não se trata de tomar esses documentos como espelhos transparentes do real. O processo-crime é, antes de tudo, uma peça marcada pela formalidade jurídica e pela mediação de escrivães, peritos e juízes (Correa, 1983). É um mecanismo de controle social que transforma atos em autos, reelaborando-os segundo padrões institucionais (Grinberg, 2009). Ocorre então a necessidade de encarar essas fontes como construções narrativas: ficções que não buscam reconstituir fielmente os acontecimentos, mas produzir uma verdade aceitável no universo judicial (Grinberg, 2009). Como sugere Keila Grinberg (2009), o essencial é observar o processo de transformação do vivido em versões disputadas pelas partes, até que uma se imponha como a narrativa válida.

Em processos por estupro da década de 1970 em Paranaguá, observa-se frequentemente que os réus procuram desqualificar as vítimas, atribuindo-lhes

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



comportamentos considerados inadequados à moral feminina. No processo nº 202 de 1979, por exemplo, o acusado tenta sustentar sua inocência apontando que a mulher telefonava insistentemente para ele, mesmo sendo casado, e que era vista em companhia de outros homens. Ao mesmo tempo, procura amenizar sua própria conduta relatando que havia consumido duas latas de cerveja “praticamente sozinho”. A embriaguez, no imaginário social da época, era um atributo masculino tolerado; já para as mulheres, associava-se à imoralidade. No contexto de um julgamento por estupro, a narrativa buscava deslocar a responsabilidade para a vítima.

Essas estratégias só se tornam inteligíveis quando se considera o peso dos papéis normativos de gênero e a lógica de verossimilhança que orienta o julgamento. O que é plausível ou não no interior daquela sociedade guia tanto as versões dos envolvidos quanto a decisão judicial (Grinberg, 2009). O modelo de culpa ou inocência não é arbitrário, mas construído em conformidade com normas sociais, jurídicas e morais vigentes. O historiador, ao lidar com essas fontes, deve atentar-se a esses mecanismos, reconhecendo-os como parte essencial da produção da narrativa.

Outro aspecto central é a padronização operada pelos chamados “manipuladores técnicos”. Depoimentos carregados de emoção, hesitação ou linguagem popular são vertidos em registros uniformes, atravessados por jargões jurídicos e expressões eruditas. Essa transcrição produz um efeito de distanciamento e artificialidade, chegando ao extremo quando se trata de crianças vítimas de violência sexual (Fausto, 1984). O discurso infantil é revestido por terminologias médico-legais que soam estranhas à sua voz, como se uma menina de cinco ou seis anos pudesse narrar seu “desvirginamento” nos termos da perícia (Fausto, 1984). No processo nº 220 de 1972, por exemplo, o depoimento de uma criança de oito anos aparece já moldado por essa linguagem padronizada.

[...] que a declarante, costumeiramente, ia a casa de João [...] assistir televisão; que uma amiguinha da declarante de nome Maria ia em sua companhia assistir televisão na casa do acusado; que certa tarde, por volta das dezesseis horas a declarante e Maria estavam brincando num depósito de carvão junto a casa do réu; que o acusado chegando ao depósito de carvão, dirigiu-se a Maria dizendo que daria a ela dez cruzeiros para comprar doces e que os doces era para repartir com a declarante; que nessa

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



oportunidade o réu beijou a declarante na boca e disse “que gostoso”; que Maria disse para a declarante tirar as calcinhas, o mesmo dizendo o acusado; que então o réu mandou a declarante e Maria deitar no chão e beijou a ambas na partes pudicas; que o réu tirou o penis e colocou o mesmo no anus e na vagina da declarante e depois em Maria; que a declarante não gritou e nem sentiu dores [...] (Processo 220, 1972)

Ainda assim, cada processo carrega uma singularidade. Como lembra Boris Fausto (1984), trata-se de uma peça artesanal, marcada por erros de grafia, por depoimentos transcritos em bloco, por diferenças que revelam os contextos sociais em que foram produzidos. Ao fim, o processo-crime se mostra menos como um reflexo fiel do passado e mais como um campo de disputas narrativas. Ele nos fala tanto pelas vozes dos subalternos que nele emergem quanto pelas estratégias de poder que os moldam. Trabalhar com essas fontes exige reconhecer a presença da ficção — e, ao mesmo tempo, valorizar o fato de que, sem esses registros, muitas vidas permaneceriam para sempre no silêncio.

4. O CRIME DE ESTUPRO: ENTRE O JURIDICO E O SOCIAL

A compreensão histórica do crime de estupro revela uma trajetória marcada por permanências e transformações que ultrapassam séculos e atravessam diferentes ordenamentos jurídicos. Desde narrativas bíblicas, como a história de Tamar e Amnom, no segundo livro de Samuel, observamos a centralidade da virgindade como elemento estruturante da violência sexual. No episódio, a violência em si é relegada a segundo plano, enquanto o foco recai sobre a desonra que o ato de Amnom impõe à irmã, evidenciando como o corpo feminino era compreendido como patrimônio familiar (2 Samuel 13:9-14). A violação, nesse contexto, não atinge Tamar enquanto sujeito, mas antes o equilíbrio social, ao macular o bem que representava sua virgindade.

Esse paradigma se repete em diferentes sociedades. No Antigo Regime francês, por exemplo, a virgindade era considerada um valor a ser protegido, não por constituir atributo da mulher, mas como elemento de honra pertencente à família ou ao marido. A virgindade era “o ornamento dos costumes, a santidade dos sexos, a paz das famílias e a fonte das maiores amizades” (Bruneau, 1715, p.397 apud Vigarello,

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



1998, p.19). A punição ao esturador variava de acordo com a idade e o estado civil da vítima, reafirmando que o crime era entendido como ofensa ao grupo social que detinha posse sobre a mulher e não à mulher em si (Brownmiller, 1975). A violência sexual, portanto, esteve historicamente vinculada mais à salvaguarda da honra coletiva do que à reparação da dignidade da agredida.

Essa lógica atravessa o campo jurídico português e brasileiro. Nas Ordenações Filipinas do início do século XVII, já se delineava um tipo penal que se aproximava daquilo que hoje reconhecemos como estupro. A prática sexual mediante força era punida com a morte, mas a aplicação dessa pena oscilava conforme a condição da vítima. Se tratasse de mulher “honesta”, a execução era imediata; se fosse prostituta ou escrava, dependia de autorização expressa da Coroa. A lei também previa punição para quem colaborasse com o ato, revelando uma preocupação maior com a ordem social e o controle dos corpos do que com a reparação do dano à vítima.

No Brasil imperial, com o Código Criminal de 1830, o estupro passou a integrar o rol dos “crimes contra a segurança da honra”. A definição legal restringia-se ao ato cometido contra “mulher honesta”, categoria que excluía prostitutas e reduzia drasticamente a pena nesses casos. A virgindade e a idade da vítima também influenciavam diretamente o enquadramento penal, o que demonstra que o bem jurídico tutelado continuava sendo a honra social e não a integridade da mulher. Já o Código Penal republicano de 1890 suavizou ainda mais as penas (Hungria, 1959), mas incorporou uma definição mais ampla de violência, que incluía não apenas a força física, mas também meios que anulassem a vontade da agredida, abrindo espaço para reconhecer ameaças como forma de constrangimento (Castro, 1897). Ainda assim, a hierarquização entre mulheres “honestas” e “públicas” permaneceu, assim como a possibilidade de extinção da pena mediante casamento do agressor com a vítima — mecanismo que, na prática, legitimava a violência em nome da restauração da honra familiar.

O Código Penal de 1940 manteve muitas dessas concepções, tipificando o estupro como crime exclusivamente contra mulheres, limitado à conjunção carnal

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



mediante violência ou grave ameaça. Nelson Hungria (1959) ressaltava que o delito só se configurava na cópula “secundum naturam”, caracterizada pelo “ajuntamento do órgão genital masculino com o da mulher, com a intromissão do pênis na cavidade vaginal” (Hungria, 1959, p. 116-117), reforçando uma leitura que reduzia a violência sexual a uma dimensão biológica e heteronormativa. A justificativa para não estender a proteção legal a homens era justamente a desproporção entre o valor social atribuído à honra feminina e o impacto de uma violência similar contra indivíduos do sexo masculino.

Outro ponto central nesse percurso é a prova da violência. Por se tratar de um crime que geralmente ocorre em espaços privados, afastados de testemunhas, a palavra da vítima adquire relevância fundamental. Nos processos, o depoimento da agredida torna-se “a pedra angular da acusação”, mas ao mesmo tempo é filtrado por critérios de moralidade, honestidade e conduta socialmente aceitável. Assim, o reconhecimento jurídico da violência esteve sempre condicionado a valores externos ao ato em si, reforçando seletividades e silenciamentos.

5. CONCLUSÃO

A historicidade do crime de estupro evidencia uma construção social e jurídica que, ao longo dos séculos, priorizou a preservação da honra familiar e da ordem social em detrimento do reconhecimento da mulher enquanto sujeito de direitos. O corpo feminino, repetidamente tratado como propriedade, foi inscrito em legislações e práticas que mais legitimavam a violência do que a coíbiam. Essa síntese do primeiro capítulo — ainda em andamento — da minha dissertação, busca também situar o leitor diante dessa trajetória, ressaltando que a compreensão histórica do estupro é fundamental para problematizar os discursos e práticas que ainda hoje moldam a forma como lidamos com a violência sexual.

Referências

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ANGULO, Rodolfo José; SOUZA, Maria Cristina de. Morfodinâmica costeira. In: LIMA, Renato E. de; NEGRELLE, Raquel R. B. (org). **Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral de Paraná: Diagnóstico**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 175-184.

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will: Men, Women and Rape**. New York: Fawcett Columbine, 1975.

CANEPARO, Sony Cortese. Crescimento urbano de Paranaguá sobre o ecossistema manguezal, In: LIMA, Renato E. de; NEGRELLE, Raquel R. B. (org). **Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral de Paraná: Diagnóstico**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 165-174.

CASTRO, Viveiros de. **Os Delictos contra a honra da mulher: Adultério; defloramento; estupro**. Rio de Janeiro: João Lopes da Cunha, 1897.

CERDEIRA, Paulo Cezar Rizzo. A problemática dos resíduos sólidos na cidade de Paranaguá. In: LIMA, Renato E. de; NEGRELLE, Raquel R. B. (org). **Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral de Paraná: Diagnóstico**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 155-164.

CORREA, Marisa. **Morte em família: representações Jurídicas de Papéis Sexuais**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, Laura Jesus de Moura e. **Organizações de bairro: História e práticas comunitárias que possam levar à sustentabilidade do meio na cidade de Paranaguá e Ilha dos Valadares – Paraná – Brasil. Volume 2**. 1999. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) — UFPR, Curitiba, 1999.

DISPERATI, Joensen T. L.; TREMARIN, Adriana R.. Dinâmica sócio-econômica da rede urbana. In: LIMA, Renato E. de; NEGRELLE, Raquel R. B. (org). **Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral de Paraná: Diagnóstico**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 217-222.

FARGE, A. **O sabor do arquivo**. 1 ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2017.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FIGUEIRA, Priscila Onório. **Às margens da baía um Acoradouro: História do desenvolvimento do porto Dom Pedro II, na baía de Paranaguá (Séculos XVIII – XX)**. 2022. Tese (Doutorado em História) — UFPR, Curitiba, 2022.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **O que é um autor?**. Lisboa: Passagens, 1992. p. 89-128.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tania (org.). **O historiador e suas fontes**. Editora Contexto, 2009. p. 119-140.

GODOY, Amalia Maria Goldberg. Os Impactos sócio-ambientais da expansão do Porto de Paranaguá frente à maior inserção do Brasil no mercado internacional. In: LIMA, Renato E. de; NEGRELLE, Raquel R. B. (org). **Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral de Paraná: Diagnóstico**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 231-236.

HUNGRIA, Nelson; LACERDA, Romão C. de. **Comentários ao Código Penal. Vol. VIII, Arts. 197 a 249**. Rio de Janeiro: Ed. Revista Forense, 1959.

KATO, Alan Tadashi. **Retrato urbano: Estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) — UFPR, Curitiba, 2011.

MACHADO, Edson de Moraes. A formação e a trajetória do maior porto agroexportador do Brasil – Paranaguá. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Volume 46, Número 1, p. 233-252, abril de 2012

MONTEIRO, John. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995

VIGARELLO, Georges. **História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA VISUAL: ANTIGO REGIME E REVOLUÇÃO FRANCESA EM IMAGENS

Susana M. dos Santos Tavares¹
Marco Antonio Stancik²

¹ Mestranda em História pela UEPG

² Professor Doutor em História pela UFPR

O presente projeto de pesquisa elenca o ensino de História a partir da utilização de fontes históricas visuais, abordando o conceito de cultura visual. Partindo da premissa desafiadora de ensinar História na educação básica, cujas novas gerações emergem em meio ao mundo da inteligência artificial.

A utilização de imagens no estudo das transformações sociais e políticas da França desperta o olhar interpretativo para o encontro com a dimensão histórica. Abre possibilidades interdisciplinares entre História e Arte utilizando a Revolução Francesa como tema de análise e possibilidade interdisciplinar.

Serão utilizadas imagens como caricaturas populares, charges, obras de arte e símbolos da época que demonstrem o conteúdo envolto nas representações do contexto revolucionário francês, as representações da masculinidade nobre e popular, a participação das mulheres populares e a figura emblemática da rainha Maria Antonieta, bem como as visões diversas daquela conjuntura política e as perspectivas lançadas pela Revolução Francesa nas questões de cidadania cujo papel de Olympe de Gouges se insere.

1. REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA CULTURA VISUAL

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O ensino de História enfrenta o desafio constante de tornar o conhecimento histórico significativo e acessível aos estudantes. Estudos como de Alda Maria Saraiva mencionam essas nuances:

Um dos principais problemas do professor de História é explicar a utilidade do estudo da disciplina, constantemente questionado pelos alunos que não compreendem a necessidade de empreender viagens ao passado, quando precisam tanto aproveitar o presente (SARAIVA, 2022, p.14).

As novas gerações de estudantes da educação básica apresentam mudanças na maneira de conceber o conhecimento, buscam informações imediatas, ligadas a uma percepção bastante imediata da vida e sociedade, num contexto temporal que eclode de maneira exorbitante.

Embora deparada com posturas de negação da sua importância, reducionismo no número de aulas por exemplo, na prática docente é imprescindível relacionar passado e presente na abordagem dos diferentes recortes temáticos. A percepção do presente atribui sentidos para se estudar a História e desenvolver uma dimensão histórica. Nas palavras de Circe Bitencourt observa-se esta premissa desafiadora e que muitas vezes desvaloriza a disciplina e o ensino de História no contexto presente:

Na sociedade contemporânea, as rápidas transformações no mundo do trabalho, o avanço tecnológico configurando a sociedade virtual e os meios de informação e comunicação incidem fortemente na escola, aumentando os desafios para torná-la uma conquista democrática. (BITENCOURT, 2008, p. 14)

Em um mundo marcado pela predominância das linguagens visuais e midiáticas, o uso de imagens no ensino torna-se uma estratégia cada vez mais relevante. A relação positiva entre História e Arte então é uma proposta interdisciplinar rica, visto que ao longo da História da Arte estão os simbolismos representativos de diferentes temporalidades o que é constitutivo das culturas das sociedades, sobretudo a maneira como os sujeitos representaram a ancestralidade, o poder, a política e as transformações sociais ao longo do tempo.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Não data de hoje a utilização das imagens visuais, tanto para educar, quanto para instruir. Na tradição pictórica ocidental, em primeiro sentido, as imagens visuais integram o conjunto de representações sociais que, pela educação do olhar, definem maneiras de ser e agir, projetando ideias, gostos, valores estéticos e morais. (Mauad, 2015, p.81)

As imagens como fontes históricas, a exemplo de Paulo Knauss em “O desafio de fazer história com imagens” se relacionam com o conceito de cultura visual, cuja imagem passa a ser elemento dos processos de produção de sentido em contextos culturais. (Knauss, Paulo, 2006, p. 106).

Essa abordagem ressalta o poder da arte e cultura visual em moldar e perpetuar narrativas históricas, desafiando-nos a questionar como escolhemos lembrar e ressignificar os eventos marcantes das temporalidades e das revoluções.

O historiador Peter Burke explana as imagens de contextos revolucionários como representações construídas, e não como documentos neutros. As pinturas artísticas neste caso, tem função política clara: exaltar a liberdade, legitimar a revolta e moldar a memória coletiva de forma heroica. São fontes visuais poderosas para trabalhar com os alunos.

2 LEVANTAMENTO DE IMAGENS

A respeito da Revolução Francesa, tema central neste projeto há uma variedade de imagens simbólicas e fontes de representação didática no ensino de história. Caricaturas e charges da época podem servir para a aproximação dos alunos com diferentes contextos históricos, aguçando a sensibilidade estética e a análise crítica a exemplo da charge *Le peuple sous l'ancien Regime* data de 1815 cuja autoria é desconhecida:

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Fonte 3: Ilustração da Marcha das Mulheres sobre Versalhes. Museu Carnavalet, Paris, França

Buscar-se-á analisar representações visuais da Revolução Francesa à luz do contexto político e ideológico em que foram produzidas e identificar símbolos e imagens do imaginário político revolucionário, as representações de gênero em relação a figura do monarca Luís XIV, a rainha Maria Antonieta e os representantes populares envolvidos no processo revolucionário.

As Fontes 4 e 5 a seguir demonstram a ambígua representação de Maria Antonieta no contexto francês em que a austríaca ocupava o posto de Rainha dos franceses:

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Fonte 4: Retrato da rainha Maria Antonieta da França 1755-1793
Unbekannt: Autor desconhecido.



Fonte 5: "La Poulle d'Autriche", caricatura de Maria Antonieta (1755-93).
Arquiduchessa da Áustria · rainha · Louvre, Paris, França

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Considera-se o significado oposto de algumas representações da época. A visão estereotipada em relação a figura de Maria Antonieta (fonte 5).

A obra de Jean Paul Marat de Jacques Louis David no contexto da república francesa reserva contextualização e potencial simbólico para contemporaneidade:



Fonte 6: "A Morte de Marat" de Jacques-Louis David

Museu Real de Belas Artes da Bélgica

A pintura de Jacques-Louis David se insere no movimento romântico, que valorizava a emoção, o heroísmo e o engajamento político da arte. Com esta pintura, ele faz uma leitura simbólica e idealizada da revolução, elevando-a à categoria de mito fundacional da liberdade moderna.

Propõe-se uma reflexão sobre o uso das **imagens históricas e artísticas** como ferramentas pedagógicas no ensino de História, com foco nas representações simbólicas da **Revolução Francesa** e dos personagens envolvidos.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Pintura de Jean Jacques François Le Barbier



As imagens simbólicas podem revelar diferentes concepções de poder e serem apropriados no processo de construção do conhecimento histórico escolar.

O absolutismo, tradicionalmente abordado sob uma perspectiva política ou econômica, ganha outras dimensões ao explorar a perspectiva da cultura visual que a constituiu. Pode-se mencionar as contribuições de Roger Chartier sobre as práticas e representações em uma sociedade, bem como, analisar o conteúdo visual pertinente sob a ótica de Peter Burke e suas orientações na obra Testemunha Ocular submetendo as fontes visuais a análise.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pode oferecer, em especial a Didática da História e a prática docente caminhos e propostas para um ensino mais reflexivo, conectado a realidades

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



dos estudantes da rede básica de educação. As imagens deixam de ser apenas ilustrações em livro didático, mas, vistas como objetos de análise histórica e cultural.

O ensino sobre a revolução francesa serve para o entendimento da construção de cidadania exemplificada por esse evento de abertura da contemporaneidade. Abordá-la por meio da cultura visual é uma forma de inserir metodologias ativas de pesquisa, análise e produção temática na mediação entre o conteúdo e o estudante.

Imagens como retratos régios, gravuras da época e símbolos republicanos associados aos ideais revolucionários desafiam as possibilidades interdisciplinares. Estão em sintonia com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) cuja formação integrada e a leitura crítica de imagens a partir da cultura visual possibilitam o desenvolvimento de habilidades interpretativas, o pensamento e a dimensão histórica do contexto revolucionário francês.

A participação no V PPGH Colóquio foi uma experiência significativa durante o Curso do Mestrado Profissional em Ensino de História para o amadurecimento das percepções/indagações que envolvem o tema deste trabalho, das bibliografias ou até sobre o enfoque deste projeto que segue em fase de desenvolvimento.

Os diálogos serviram como motivação acerca da relevância deste tipo de abordagem. O Projeto segue em fase de estudo e elaboração e propõe-se além da reflexão sobre a Cultura Visual no Ensino de História, analisar as representações da masculinidade na conjuntura revolucionária e as representações da mulher em meio a Revolução: Imagens da Nobreza e do Povo assim serão discutidas. A pesquisa seguirá com vistas a destacar tanto as representações nobres e oficiais acerca destes personagens como as caricaturas e charges populares muitas vezes sem autoria reconhecida e que circulavam na França do final do século XVIII.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis: Vozes, 2008. 4ª edição.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. ***Ensino de história: Fundamentos e Método***. Cortez, 2008.

BURKE, Peter. ***Testemunha Ocular: História e Imagem***. Ed. Unesp.

BURKE, Peter. ***A fabricação do rei: A construção da imagem pública de Luís XIV***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

CHARTIER, Roger. ***A História Cultural: entre práticas e representações***.

CHARTIER, Roger. ***A ordem dos livros e o poder simbólico***. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CUNHA, Marcus Vinícius da. ***Didática da História e Cultura Visual***.

HUNT, Lynn. ***Política, cultura e classe na Revolução Francesa***. SP: Cia das letras, 2007.

HUNT, Lynn. ***A invenção dos direitos humanos: uma história***. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LIMA, Alda Maria Saraiva. ***O ensino de história: teorizações iniciais e opiniões de alunos e professores***. Belém, FRB, 2022.

MAUAD, Ana Maria. ***Usos e funções da fotografia pública no conhecimento histórico escolar***. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/47244>.

OZOUF, Mona. ***A Festa Revolucionária (1789–1799)***. São Paulo: Companhia das Letras.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). ***Fontes Históricas***.

RANCIÈRE, Jacques. ***O Espectador Emancipado***.

REIS, José Carlos; GUIA, Juliana. ***História & Imagem: reflexões sobre o uso de imagens como fontes para o ensino de história***.

TOCQUEVILLE, Alexis de. ***O Antigo Regime e a Revolução***. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MELLO E DONATO, Vico e Manuela. ***O PENSAMENTO ILUMINISTA E O DESENCANTAMENTO DO MUNDO: Modernidade e a Revolução Francesa***

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



como marco paradigmático. Revista Crítica de História, Vol.4, dezembro, 2011.
Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321989971>

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. *Educação, Imagem e Subjetividade*.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



“NÃO É RUIM DE MORAR, MAS NÃO É SEU”: MEMÓRIA E MORADIA OPERÁRIA NA COMUNIDADE RIO DOS PATOS – PRUDENTÓPOLIS, PARANÁ

Amanda Taeli Rodrigues¹
Robson Laverdi²

¹ Mestranda em História pela UEPG, bolsista CAPES

² Doutor em História Social pela UFF

Este texto apresenta algumas fontes e o percurso metodológico de uma pesquisa de dissertação em andamento, vinculada ao Núcleo de Pesquisa Memória, Cultura e Natureza da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que investiga os impactos do fechamento da firma Agibert Madeira e Derivados S.A. na comunidade Rio dos Patos, em Prudentópolis, Paraná. Utilizando história oral, analisam-se memórias de trabalhadores e moradores para compreender as transformações nas dinâmicas comunitárias após o encerramento das atividades industriais. No decorrer do texto detalha-se o processo de transcrição de 12 entrevistas semiestruturadas, discutindo desafios metodológicos como a preservação da oralidade na transcrição. Por fim, através de três narrativas exploram-se temas como o êxodo rural, a relação patronal com a empresa e o lugar das moradias operárias nas relações entre os sujeitos, o lugar e a firma. As narrativas evidenciam contradições entre a "segurança" e a vulnerabilidade da relação moradia-trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho aponta percurso a ser desenvolvido nos próximos semestres: escrita e análise das fontes de uma pesquisa de dissertação em andamento, vinculada ao Programa de pós-graduação em história. Para tal estudo, é preciso considerar que o Paraná tem como marco uma extensa floresta de araucária; portanto, desde o século

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



XIX, a exploração madeireira faz parte de uma das principais atividades econômicas do estado. Inicialmente, as serrarias eram localizadas no litoral, diante da facilidade de acesso aos portos de Paranaguá e Antonina. Com o desenvolvimento ferroviário, elas concentraram-se no Centro-sul do estado e, posteriormente, no Oeste, devido ao esgotamento das reservas de pinho próximas das estradas de ferro (Lavalle, 1981). Assim, a pesquisa de dissertação objetiva analisar os impactos do fechamento da firma Agibert, localizada na comunidade Rio dos Patos, em Prudentópolis (centro-sul do Paraná), a partir da memória de trabalhadores e moradores que atuaram ou residiram na comunidade, e como essas narrativas elaboram as dinâmicas comunitárias do local.

Segundo Gomes (1972), havia uma serraria localizada no Rio dos Patos desde, ao menos, 1920. A convite de Alberto Pinto de Carvalho, Severo Agibert tornou-se sócio da então “única serraria a qual era movida com um rodão de madeira acionada com a água da cachoeira onde hoje é a fábrica de pasta.” (Gomes, 1972, p. 41). Já Guil (2015) aponta que Severo Agibert constituiu uma sociedade com Alberto de Carvalho e que ambos construíram um moinho e uma pequena serraria. Após a dissolução da sociedade e a entrada dos filhos de Severo na empresa, foi construída a fábrica de pasta de celulose, entre 1957 e 1961. A empresa Agibert Madeira e Derivados S.A. – tradicionalmente conhecida como “firma Agibert” – exerceu atividades voltadas ao funcionamento de serraria, ao beneficiamento de madeira e à produção de pasta mecânica de celulose até o ano de 2019.

A comunidade é denominada Rio dos Patos em referência ao rio localizado em suas margens, fundamental para a operação da fábrica de pasta, pois a energia utilizada era proveniente de uma pequena usina construída junto ao salto do rio. A pesquisa parte do interesse em compreender como se constituíam as dinâmicas comunitárias e, sobretudo, porque é comum ouvir em conversas informais que a comunidade “já não é a mesma” após o fechamento da firma. Esses relatos são anteriores ao interesse acadêmico desta pesquisa, devido ao laço de parentesco que mantenho com moradores do Rio dos Patos. O desejo de desenvolver um estudo que



Assim, a produção de novas entrevistas ocorrerá após a transcrição das já realizadas, com o objetivo de identificar temáticas que ainda precisam ser Percebidas e aprofundadas.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS FONTES

O município de Prudentópolis é tradicionalmente caracterizado pela presença de descendentes de eslavos, especialmente ucranianos e poloneses. A partir da segunda metade da década de 1890, os imigrantes tornaram-se protagonistas da colonização do território (Skalinski, 2016, p. 55), junto a brasileiros (bandeirantes) e povos indígenas. As colônias do município foram organizadas em “linhas”, que acompanhavam o desenvolvimento das estradas. A Linha Rio dos Patos, às margens do rio homônimo e localizada a 7 km do perímetro urbano da cidade, é uma das 38 linhas iniciais (Imagem 1).

As demais linhas foram loteadas por particulares, entre elas a Linha Tijuco Preto (Zaroski, 2018), onde Maria Santos⁸⁸ nasceu em 1981. Mãe de três meninas – 4, 17 e 25 anos –, Maria viveu parte da infância em Tijuco Preto, área rural do município. Filha de pais agricultores, ajudava os pais no plantio desde a primeira infância, ao lado de seus irmãos. Eram onze irmãos no total, dos quais três faleceram. Atualmente, reside na Vila Mariana, no mesmo município, com as duas filhas mais novas, e trabalha como costureira em uma fábrica de EPIs, além de realizar serviços de costura em casa. Maria integra o grupo de trabalhadoras e trabalhadores que atuaram na firma Agibert e aceitaram participar da cocriação das fontes orais desta pesquisa. Para Portelli (2016), as fontes orais são narrativas individuais e informais, criadas a partir do diálogo entre historiador e narrador, resultando nas entrevistas.

⁸⁸ Por ser uma pesquisa em construção, os nomes dos entrevistados serão citados como nomes fictícios, mesmo que os mesmos tenham aprovado o uso dos seus nomes verdadeiros no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, já aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa desenvolvida com Seres Humanos da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

595

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Na entrevista, Maria foi convidada a falar sobre sua experiência como trabalhadora na firma Agibert e como moradora no Rio dos Patos. Para isso é preciso compreender que, para abordar tais temáticas, o conhecimento de sua trajetória biográfica até a chegada à comunidade faz parte de sua experiência. Nesse sentido, consideramos que o narrador assume um papel de responsabilidade narrativa ao articular suas vivências em um plano lógico e perceptivo, que abarca as multiplicidades temporais de suas experiências (Barbosa, 1997).

Assim, o que o sujeito narra nem sempre corresponde à agenda do historiador, cabendo a este a responsabilidade de praticar a escuta ativa (Portelli, 2016). Portanto, a entrevista de Maria não se limita ao trabalho fabril e às sociabilidades na comunidade Rio dos Patos, mas revela uma trajetória marcada por deslocamentos, trabalho precoce, relações familiares, modos de vida rural, êxodo, entre outros contrastes sociais:

Na época quando eu era pequena, eu morei um tempo com o meu pai. Eu não lembro com a minha família, quantos anos eu morei. Daí, eu acho que eu tinha na época uns oito anos, eu fui morar com a minha irmã, cuidar da filha dela. E a minha vida até então, até 16 anos, eu fui assim: morando com tia, morando com madrinha, cuidando de sobrinho. Não morando com a família, mas morando com madrinha, padrinho, tio, tia, sabe? Então, foi até os 15 anos, seria do caso da minha família. Porque nós morávamos lá no interior. Aí, até então, o meu pai... veio aqui na cidade e achou um emprego pra mim (Santos, 2025).

A circulação de Maria entre diferentes núcleos da sua família pode ser analisada em dois eixos interligados: os cuidados como responsabilidade compartilhada entre familiares, visando dividir custos econômicos, emocionais e sociais da criação infantil, e o trabalho informal de cuidado das crianças mais novas, atribuído às meninas do núcleo familiar. Esses aspectos evidenciam uma reconfiguração da estrutura familiar de Maria, que não deve ser naturalizada, mas interpreta à luz da organização da vida rural. Essa dinâmica também se manifesta quando o pai de Maria lhe consegue um emprego assalariado na cidade, incentivando-a a sair da área rural na expectativa de melhorias econômicas. Esse processo é um passo em direção à comunidade Rio dos Patos, mas, antes disso, Maria é inserida em

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



um novo contexto, descrito como difícil, mesmo que suas funções não diferissem das que exercia no ambiente familiar:

A.: E como que foi essa mudança sua do interior pra vir pra cidade? O que você sentiu de impacto?

M.: Na verdade, pra mim foi muito difícil porque eu até então tinha na época uns 14 anos, e daí você sair de uma família do interior pobre, né, sempre... E daí você chegar numa casa, numa mansão, né? Cuidar, vamos supor que nem eu, saber cuidar de uma criança pra mim foi muito assim difícil no começo, porque aí você chegar numa casa de família rica, né? Aí você tem que cuidar de uma criança sabendo que você tem que fazer tudo totalmente diferente. Porque uma criança, uma pessoa rica, é tudo os horários certos, de comida diferenciada. Não era que nem nós..Comia o que tinha. Então, pra mim, assim, foi... Até eu me adaptar foi muito, assim, difícil. Só que daí até então foi difícil, mas assim, sabe, também foi um aprendizado pra mim. E daí a partir do momento que eu vim, eu já tinha... Eu já comecei a trabalhar, já comecei a lidar com as pessoas que, né? Era totalmente. Mas assim, no começo foi bem difícil você ter uma vida, assim, uma vida bem... Digamos assim, uma vida no interior. Uma vida de você chegar numa casa de rico fica bem... Bem complicado. Mas é uma infância muito boa. Eu aprendi muito com isso (Santos, 2025).

A memória da mudança do interior rural para a cidade é apresentada como um processo abrupto, que enfatiza contradições e tensões inerentes ao êxodo rural. Ao narrar sua trajetória, Maria expõe as dinâmicas da vida no campo e a percepção de um mundo distinto ao migrar para o espaço urbano, evidenciando a construção cultural e social de espaços rural e urbano, apontados como antagônicos em sua narrativa⁸⁹. Assim, sua experiência constitui-se como pano de fundo para a análise de um contexto geral. A oposição entre “comer o que tinha” e os “horários certos” e a “comida diferenciada” da criança que cuidava, por exemplo, revela uma sensibilidade às diferenças culturais e de classe. Essa memória transcende a mera recordação: trata-

⁸⁹ Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Prudentópolis trata-se de um município de pequeno a médio porte, com uma economia marcada pela articulação entre atividades rurais e industriais. Com base nos dados do Censo Demográfico de 2022, o IPARDES registrou uma população total de 49.393 habitantes, sendo 27.005 residentes na zona urbana e 22.388 na zona rural. Assim, embora seja considerada uma cidade do interior paranaense, tanto por seu porte quanto por sua localização, é possível perceber a presença significativa das ruralidades, sobretudo quando contrastadas com o núcleo urbano do município. Fonte: IPARDES. *Caderno Estatístico Município de Prudentópolis*. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84400&btOk=ok>. Acesso em: 10 maio 2025

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



se de um processo de elaboração que, como destaca Portelli (2016, p. 12), não apenas narra eventos, mas revela os significados atribuídos à experiência.

Após vivenciar esse processo migratório e exercer diversas ocupações – como babá, costureira, faxineira e auxiliar de cozinha –, Maria relata sua mudança para o Rio dos Patos, acompanhada de dois irmãos, como uma alternativa para evitar o retorno à comunidade de infância e assegurar uma moradia econômica:

A.: E o que que fez vocês irem morar por lá?
M.: É que, digamos aqui... os aluguel, né? Então aqui, na verdade, eles, os meus irmãos, trabalhavam em empresa e eu trabalhava como costureira, como sempre fui costureira. Aí, pra mim não voltar pro interior, no caso, pra mim não voltar pra lá, eu fui morar no Rio dos Patos. Então lá, nós começamos a trabalhar, eu até então não trabalhava na firma, mas os meus dois irmãos já começaram a trabalhar na firma dos Agibert, né? Daí nós, tipo assim, a casa já era, tipo, uma casa... Digamos, nós não pagava aluguel. Então era bem mais fácil, financeiramente era mais fácil ir morar lá do que aqui, porque aqui o custo para nós seria maior e lá era menor (Santos, 2025).

A narradora mudou-se para a comunidade Rio dos Patos em 1996, aos 15 anos, e, logo após, ingressou como empregada na firma Agibert, porém sem registro em carteira devido à idade. Naquele período, o Rio dos Patos era composto por residências operárias próximas à serraria e à fábrica de pasta, cedidas aos trabalhadores pela firma Agibert (Imagem 2). Segundo Kosinski e Sochodolak (2014, p. 63):

No Paraná Moderno das primeiras décadas do século XX não havia a serraria sem vila operária, e não havia vila operária sem a serraria. Em outras palavras a indústria paranaense era urbana, ela só era possível onde houvesse grandes reservas de madeira. Longe das grandes cidades, ela aflorava apenas nos interiores.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



IMAGEM 2 – FAMÍLIA EM FRENTE A UMA RESIDÊNCIA NO RIO DOS PATOS



Fonte: Acervo pessoal de um entrevistado, 1979.

Prudentópolis, nesse caso, não foge a essa constatação. A formação de vilas operárias em torno de indústrias na região também não constitui um fenômeno isolado. No artigo “A vila operária da Madeireira Gomes: trabalho, moradia e dominação – Irati (PR) – 1950-1985”, o historiador Julio Cesar Braga (2011) analisa as relações entre trabalhadores da Madeireira Gomes e a vila operária da empresa. A cidade de Irati, localizada a 53 km de Prudentópolis, oferece um paralelo relevante, sendo que algumas análises do autor podem ser pensadas a este estudo. Assim, a necessidade de moradia de Maria e seus irmãos alinhou-se às demandas da firma Agibert. Segundo Braga (2011, p. 83):

Oferecer moradia aos operários tinha o papel de atração da força de trabalho do qual a indústria necessitava. A continuidade das famílias na vila operária, através do emprego da parentela, garantia a constituição e a permanência de uma força de trabalho fabril, permanentemente renovada através do crescimento da prole, além de evitar possíveis conflitos através da boa relação entre gerentes e trabalhadores.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A "segurança" de moradia também se aplica à família de Beatriz Soares⁹⁰, que, residente em Bracatinga (área rural de Prudentópolis), mudou-se com os pais para a Linha Rio dos Patos em busca de moradia e emprego na firma Agibert. Quando questionada sobre os motivos da mudança, Ana responde:

B.: Porque aqui era melhor, né? Tipo mais na mão. Lá onde que morava dava 28 km perto da cidade.

A.: Que região que é mais ou menos? Não conheço essa. Para que lado?

B.: Fica lá pra lá do Bracatinga. Entra lá e vai embora. É 9 km para sair no asfalto. Então era muito longe. Daí o pai optou né, todo mundo pequenininho, tudo criança, né? (Soares, 2023).

O pai da Beatriz "(...) desde solteiro trabalhou, sabe? Na empresa. Se aposentou e tudo." (Soares, 2023). Porém, antes, ele atuava em atividades reflorestamento⁹¹:

A.: Ela [a firma] tinha esse trabalho para fora assim?

B.: Tinha pra fora porque eles plantavam de tudo. Pinos pra fábrica mesmo, pro consumo da fábrica. Pinheiro também, na época era permitido cortar os pinheiros pra fazer a pasta ali na fábrica. Então era tudo plantado, sabe? O pai começou assim trabalhando fora no reflorestamento no interior. Daí depois que nós viemos pra cá. Pra fábrica. Ele trabalhou na serraria, né? Meu pai. Depois que fechou a serraria ele foi pra fábrica (Soares, 2023).

Nesse sentido, é possível reafirmar uma necessidade de mão-de-obra na área fabril. Mas, ao elaborar a memória sobre as escolhas paternas, Beatriz as interpreta como cuidado e responsabilidade, já que seu pai, trabalhador rural, tinha quatro filhos para criar e residia distante do núcleo urbano em expansão. Beatriz também ingressou na firma aos 16 anos, porém sem a estabilidade prevista em lei, por não possuir registro formal. Ela relata inclusive insegurança ao aceitar o emprego, já que foi convidada a integrar a equipe:

A.: E como que você começou a trabalhar na fábrica?

B.: Tipo assim, eu tava no restaurante, aí um dia eu tava vindo para cá, né? Daí o gerente, né, que era ali, Falecido Miguel falou "Oh Beatriz, tem uma vaga na fábrica, tamo contratando mulheres. Quer entrar trabalhar?" daí até na hora eu pensei, mas eu não vou aguentar né pois... pesado, né? Mas falei pra ele... daí não sabia se saía de lá né, pensei vai que eu saio e não dá certo,

⁹⁰ Nome fictício para preservar a identidade da entrevistada.

⁹¹ Entrevistas ainda não transcritas apontam que o trabalho com o reflorestamento e corte de madeira ocorria por empreitada, que se caracteriza pela execução autônoma de obra ou serviço específico, com remuneração vinculada ao resultado e extinção automática do vínculo após conclusão.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



mas pensei vou sair, aí sai sabe, graças a Deus deu certo, né. Foi difícil no começo. Era bem mais pesado.

Assim como Maria, Beatriz ingressou jovem na empresa, principalmente por serem mulheres residentes na comunidade e por possuírem familiares já vinculados à firma. Esse processo de vilas operárias serem ocupadas por famílias com múltiplos membros empregados na empresa não é incomum nas entrevistas realizadas até o momento. A exemplo de Beatriz, seu filho e seu marido também trabalharam na empresa, embora em períodos mais curtos. A questão central é que Beatriz ainda reside em uma das casas operárias até hoje. Ao ser questionada sobre a relação entre trabalhadores e patrões, ela aborda a situação atual da moradia:

B.: (...) Tipo a relação era boa assim, sabe? Claro que a gente teve alguns desentendimentos assim, mas pequenas coisas assim que né... às vezes ele queria que a gente ficasse num horário e a gente não podia, né? Então ele achava ruim, mas eu não posso ter assim... queixa dele, sabe. Sempre foram bom patrão, são até agora, ó, se a gente precisar, né? Ó fechou a fábrica, deixaram nós aqui, né? Não cobra aluguel, nada, sabe

A.: As casas são relacionadas à fábrica?

B.: A fábrica. Da firma... da antiga empresa, é tudo deles

A.: A fábrica que financiou assim? eu não sei como vocês falam... fábrica, como que vocês se referem ali...

B.: É... tipo aqui é tudo deles esses terrenos aqui, sabe? Tudo deles. Como fechou a empresa eles deixaram todo mundo morando aqui, sabe? Quem quis sair saiu, né? A maioria saiu. Mas tipo os mais velhos ficaram todos aqui... tipo a gente só paga a luz, água, e aluguel eles não cobram

A.: E sempre foi deles?

B.: Sempre foi deles. E a gente acostuma num lugar né? Então é difícil sair. Claro que se um dia eles mandar sair a gente tem que sair, né? (Duczak, 2023).

Para Braga (2011), o objetivo das residências operárias era imobilizar a força de trabalho, garantindo vigilância, ordem e pontualidade. Através da narrativa de Beatriz, é possível compreender como esse controle visava assegurar a produção, especialmente pela necessidade de trabalhadores em turnos atípicos, já que a fábrica de pasta funcionava continuamente devido à dependência do rio. No entanto, mesmo reconhecendo eventuais conflitos, a visão sobre os proprietários pode ser entendida como um controle patronal diante da permissão de moradia "sem custos" pós-fechamento, interpretada como um favor.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A memória organiza o passado a partir dos engajamentos do presente e das demandas futuras. Assim, a narrativa de Beatriz direciona a um caráter ambivalente da memória a fim de organizar e desorganizar uma construção sobre si e sobre o mundo (Candau, 2012, p. 64), pois transita entre dois polos: um sentimento de “gratidão” pelos proprietários e a consciência do controle exercido, evidenciado pela possibilidade de despejo iminente.

Diferentemente de Beatriz, quando Maria casa-se aos 16 anos com um morador do Rio dos Patos, ela deixa a residência e se muda para uma casa particular, mesmo continuando a trabalhar na firma Agibert. Depois, Maria foi morar “no que era dela”:

A.: E o que que fez você sair lá do Rio dos Patos pra ir pro Pousinhos?

L.: Isso, pra Pousinhos. Na verdade, tipo, na época, então, quando...

A.: Você lembra mais ou menos?

L.: Eu lembro. Tipo, na época que eu casei, né, tal, tinha a Cris. Na época, eu não lembro, mas acho que também tinha a Thaline. Tinha. Então, eu com meu... o pai delas, compramos um carro, um carro velho, né? E daí, daquele carro, nós trocamos por um lote, na época. Então, faz uns 17, quero ver cê [Thaline] tinha 4 anos, 3 anos na época. Então, de 3 a 17, eu não sei fazer conta da cabeça. Então, na época, daí nós trocamos e daí construímos a nossa casa, porque lá no Rio dos Patos, onde eu morava, quando eu trabalhava na firma, nós trabalhava né... Morava na casa que seria da empresa que o patrão cedeu pros moradores, pra quem trabalhava lá. E daí quando eu casei, tipo, eu fui do lado do Rio dos Patos, mas daí já era outra, né? Do lado da BR [277] já era olaria. Então, vamos supor, eu morava também em casa que era do dono, né? Então não era nada meu. Até então, naquela época, nós compramos terreno, construímos a casa e viemos morar ali. Pelo fato de eu morar na minha casa, que ali era meu. Porque até então, toda essa época, você morando em casa de empresa, aluguel. Então, sabe, foi assim (Santos, 2025).

O conceito de experiência, segundo Thompson (1981), posiciona o sujeito como agente histórico, considerando que as pessoas vivenciam suas relações a partir de necessidades, interesses e antagonismos. A experiência é elaborada a partir do vivido, ou seja, não é algo dado, mas um processo reflexivo sobre o mundo ao redor. Nesse sentido, a narrativa de Maria revela uma interpretação crítica, questionamentos e ações frente às suas condições materiais:

A.: O que você sente sobre essa mudança de ter ido para uma casa que era sua e sair de uma casa que era da firma?

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



M.: Foi muito bom. Muito bom, porque você tando no que é dos outros, digamos. Não é ruim de morar, mas não é seu. Então foi muito bom eu ter o meu cantinho, sabendo que ali era meu. Ali era meu e do pai das minhas filhas, então aonde nós construímos junto. Então ali foi muito bom. (Santos, 2025).

Ainda sobre a questão da moradia nas residências operárias, Luiz Souza⁹² conta sobre sua saída de Boa Vista, interior do distrito de Guamiranga⁹³, no final da década de 1970, quando tinha cerca de 8 anos. Luiz narra que, em uma família de oito filhos, seus pais, Osvaldo e Helena, mudaram-se para o Rio dos Patos, abandonando “a lida com a erva” (Souza, 2025):

A.: E daí quando eles mudaram para Rio dos Patos, eles continuaram fazendo isso ou começaram a fazer outra coisa?

L.: É que tipo daí... daí o pai já entrou trabalhar na firma ali, né?

Amanda: Então ele foi para Rio dos Patos para trabalhar na firma ou tinha outro motivo assim?

L.: É, ele veio pra trabalhar ali na firma. Nós viemos pra cá, embora já pra cá pra... daí já conseguiu um emprego ali e ficou trabalhando ali.

A mudança da família teve como objetivo o trabalho do pai de Luiz na serraria da firma Agibert. Assim como Maria e Beatriz, a família de Luiz abandonou a lavoura no interior. O narrador explica que as residências operárias eram divididas entre a “sede” (próxima à serraria, ao beneficiamento de madeira e à fábrica) e as localizadas do outro lado da via marginal de acesso à comunidade, região denominada “Bocó”, também pertencente à família Agibert. Luiz conta que “depois de uns tempos, daí o pai conseguiu uma casa, aquela ali perto da igreja, da firma também, sabe” (Souza, 2025). Na segunda metade da década de 1980, após o falecimento do pai, a família mudou-se para o bairro Vila Mariana, onde Luiz reside até hoje. No entanto, a saída da residência operária não é apresentada como uma simples escolha de sua mãe:

⁹² Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado.

⁹³ No período citado, Guamiranga era um distrito pertencente ao município de Imbituva. O município foi elevado à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 11.203, de 1995, com instalação oficial em 1997. Hoje, Boa Vista é reconhecido como um distrito que pertence à cidade de Guamiranga. Disponível em:

<http://www.guamiranga.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1237>. <http://www.guamiranga.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1237>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A.: E por que escolheram sair de lá para vir para cá?

L.: [Silêncio]. É que na verdade assim [pausa]. Na época eles pediram a casa para nós, sabe. Daí a mãe comprou a casinha pra cá já meio... já tipo meio correndo. Já com o acerto do falecido pai.

A.: Mas mesmo você trabalhando lá na firma, eles pediram a casa igual?

L.: É.

A.: É que você veio se alistar né?

L.: Uhum (Souza, 2025).

Alessandro Portelli (1997, p. 27) chama a atenção para a linguagem da oralidade que, quando transcrita, é representada por traços segmentários (grafemas, sílabas, palavras), mas também por elementos não segmentários – como tom, volume e ritmo –, que carregam significados. O ritmo da narrativa altera-se conforme o tema abordado. Na fala de Luiz, silêncios, pausas e não ditos permeiam o relato sobre a exigência de desocupação da casa, revelando um processo de elaboração da experiência vivida. O que antes era considerado uma garantia de estabilidade – moradia e emprego – transformou-se em perda simultânea: o lar e o provedor familiar. O “benefício” da moradia revelou-se condicional, revogado com a morte do pai, expondo a fragilidade daquilo que até então era uma segurança.

Por fim, é preciso considerar que o trabalho com a narrativa deve percorrer um caminho que reconheça que as hesitações e os silêncios transcendem a ideia de lacuna, sendo vistos como significação e ressignificação de processos sensíveis. Às entrevistas é inerente uma dimensão simbólica que não elucida diretamente os fatos, mas:

Permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças e associações de lembranças; permite, portanto, compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm (Amado, 1995, p. 135).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas orais transcritas revelam percepções iniciais sobre a relação entre trabalho, moradia operária e relação comunitária no Rio dos Patos, mas não esgotam a complexidade do objeto da pesquisa, constituído, também, por outras dinâmicas. Aqui, a relação entre a necessidade da mão-de-obra e a disponibilidade de residências

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



operárias emergiu como um eixo a ser analisado, mas ainda não consolidado, dado o caráter inicial do diálogo entre as fontes e bibliografias. Reconhece-se, portanto, conclusões provisórias e parcialmente limitadas pelo viés das primeiras entrevistas. A investigação em construção permitirá contestar, corroborar e problematizar a elaboração das memórias em contexto de abandono industrial.

Referências

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **História**, São Paulo, n. 14, p. 132, 1995.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. A experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 33, p. 293-305, 1997.

BRAGA, Julio Cesar. A Vila Operária da Madeireira Gomes: trabalho, moradia e dominação-Irati (PR)-1950-1985. **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 2, n. 2, p. 68-105, 2011.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GUAMIRANGA, Prefeitura Municipal. **NOSSA CIDADE/Histórico Completo**. Disponível em:

<http://www.guamiranga.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1237>.

Acesso em: 10 de maio 2025.

GOMES, N. D. (Org.). BARTCZCO, T. D.; DECZKA, N. M.; SAZATKOWSKI, D. **Prudentópolis, sua terra e sua gente**. S/e. 1972.

GUIL, Luiz Francisco. **As Linhas de Prudentópolis**. Curitiba: Arte Editora, 2015.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Prudentópolis**. Disponível em:

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84400&btOk=ok>.

Acesso em: 10 de maio 2025.

KOSINSKI, Lucas; SOCHODOLAK, Hélio. Cotidiano, practicas trabalhistas e espaços de sociabilidade. Vila operaria da fazenda forestal: Fernandes Pinheiro. 1920-1948. **Estudios del ISHiR**, v. 4, n. 10, p. 49-79, 2014.

LAVALLE, Aída M. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba: Grafipar/SEC-. PR, Curitiba, 1981.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



PORTELLI, Alessandro et al. O que faz a história oral diferente. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 14, 1997.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SKAVRONSKI, Maria Inêz Antonio. **Rezar e benzer**: Rituais sagrados e identidade étnica em Prudentópolis – PR (1990-2014). Dissertação (Mestrado em História, cultura e identidades – Área de concentração: História, cultura e identidades) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZAROSKI, Nelson Gilmar. **Prudentópolis suas linhas e seus pioneiros**. Guarapuava: UNICENTRO, 2018.

Fontes orais

SANTOS, Maria. Entrevista cedida à Amanda Taeli Rodrigues. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2025. Gravador de voz. Entrevista concedida durante visita residencial em Prudentópolis. [não publicada].

SOARES, Beatriz. Entrevista cedida à Amanda Taeli Rodrigues. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2023. Gravador de voz. Entrevista concedida durante visita residencial em Prudentópolis. [não publicada].

SOUZA, Luiz. Entrevista cedida à Amanda Taeli Rodrigues. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2025. Gravador de voz. Entrevista concedida durante visita residencial em Prudentópolis. [não publicada].

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



DA ERVA-MATE AO AGRONEGÓCIO: IPIRANGA-PR COMO UM REFERENCIAL HISTÓRICO PARA O SIPAM (GIAHS/FAO)

Laureen Silva¹
Alessandra Izabel de Carvalho²
Evelyn Roberta Nimmo³

¹ Mestre em História pela UEPG

² Doutora em História pela UNICAMP

³ Doutora em Arqueologia pela Universidade de Reading

A história produtiva de Ipiranga, município localizado na região Centro-Sul do Paraná, oferece amplas possibilidades para a análise das interações entre sociedade, economia e meio ambiente. Situado no bioma da Floresta com Araucária, o território foi, desde o final do século XIX, marcado pela exploração e beneficiamento de erva-mate sombreada, prática que combinava uso econômico, manejo florestal e sociabilidade comunitária. Esse sistema agroflorestal, associado a formas coletivas de uso da terra, como os faxinais, estruturou por décadas a economia local, a identidade cultural e a resiliência ambiental da região (Silva, 2025).

Na primeira metade do século XX, a erva-mate sombreada organizava não apenas a economia, mas o próprio modo de vida das famílias rurais. O sistema articulava o cultivo a um conjunto de práticas sociais e simbólicas, entre elas a cooperação comunitária, a transmissão de saberes ecológicos e a integração entre uso da floresta e preservação de serviços ambientais. Esse modelo, contudo, passou a sofrer pressões crescentes com o avanço da industrialização e da intermediação comercial, que transferiram o centro de beneficiamento e exportação para elites urbanas, enfraquecendo a autonomia dos produtores locais.

A partir da segunda metade do século XX, esse quadro se agravou. O cultivo sombreado foi progressivamente substituído por monoculturas mecanizadas de fumo, soja e milho, estimuladas por políticas de modernização agrícola, crédito subsidiado e pela integração às cadeias corporativas (Lavalle, 1996). Essa transição resultou em

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



mudanças profundas na paisagem, com a fragmentação e supressão de remanescentes florestais, e em transformações sociais, como a concentração fundiária, a redução da autonomia produtiva e o êxodo rural. Os impactos ambientais também foram significativos: perda da fertilidade do solo, diminuição da biodiversidade, redução da capacidade de regulação hídrica e maior exposição a eventos climáticos extremos (Dean, 1996; Pádua, 2002).

Em Ipiranga, muitos dos problemas ambientais⁹⁴ atuais derivam dessa lógica agropecuária intensiva, marcada pela agricultura mecanizada, pela pecuária e pelo próprio cultivo da erva-mate em condições de menor cobertura florestal. Ainda que a erva-mate tivesse sido historicamente associada a sistemas sombreados, a expansão de cultivos em áreas parcial ou plenamente desmatadas também fragilizou os mecanismos naturais de proteção, aproximando o território dos padrões de vulnerabilidade típicos da agricultura de larga escala (Gomes; Pillar, 2017).

Sabendo disso, a perspectiva adotada neste trabalho se insere no campo da História Ambiental, em uma busca por articular processos de longa duração às transformações socioecológicas. Ao mobilizar fontes documentais, dados estatísticos e referências historiográficas, a análise da trajetória produtiva de Ipiranga — da economia ervateira ao agronegócio — permite compreender os mecanismos locais que condicionam tanto a vulnerabilidade quanto a resiliência frente às mudanças climáticas. Nesse contexto, é fundamental considerar o reconhecimento, em 2025, do sistema de erva-mate sombreada da região centro-sul do Paraná como Sistema Importante ao Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), abrangendo onze municípios onde práticas agroflorestais tradicionais ainda estruturam comunidades e territórios.

⁹⁴ Dentre eles, a erosão de margens de rios, ocupação de áreas ambientalmente sensíveis e contaminação hídrica por insumos refletem práticas como preparo intensivo do solo, supressão de matas ciliares e cultivo próximo a nascentes, comprometendo a qualidade da água e a resiliência dos ecossistemas (Sparovek *et al.*, 2011). A conversão de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e reservas legais em zonas produtivas reforçou esse quadro, ampliando riscos de erosão e de eventos climáticos extremos (Brasil, 2012). Soma-se a isso o uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, bem como o descarte inadequado de resíduos, fatores que ampliaram a contaminação de solos e águas e constituíram passivos ambientais de longa duração (Peres; Moreira, 2007).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Embora Ipiranga não integre o conjunto de municípios contemplados, sua história recente funciona como referencial de alerta, evidenciando os riscos da desarticulação de sistemas tradicionais e reforçando a urgência de salvaguarda nos territórios que resistem.

O objetivo, assim, é contribuir para o debate sobre justiça climática e demonstrar como o estudo histórico de um município específico pode evidenciar a importância da valorização dos conhecimentos tradicionais e comunitários na formulação de estratégias de mitigação e adaptação diante das crises ambientais contemporâneas.

1. OS SISTEMAS TRADICIONAIS DA ERVA-MATE EM IPIRANGA

A organização socioeconômica de Ipiranga, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, estruturou-se em torno da produção de erva-mate sombreada, cultivada sob a cobertura da Floresta com Araucária em um sistema de uso múltiplo dos recursos naturais, o qual combinava exploração comercial, práticas de subsistência e preservação ambiental, configurando, assim, um arranjo socioecológico adaptado ao bioma e sustentado por relações comunitárias (Dean, 1996; Pádua, 2002; FAO, 2025).

Nesse contexto, o sistema de faxinais, exemplificado pelo Faxinal dos Lemes, articulava áreas de uso coletivo e propriedades familiares, permitindo a integração entre criação de animais, coleta de recursos florestais, cultivos agrícolas e manejo seletivo de ervas nativas (Lemes; Löwen Sahr, 2005). A terra assumia, portanto, caráter multifuncional: era espaço de produção, de circulação social (Silva; Viseu; Seifert, 2015) e de manutenção de serviços ecossistêmicos fundamentais, como a regulação hídrica e a conservação da fertilidade do solo.

O cultivo da erva-mate sombreada ocupava posição central nesse sistema, pois o sombreamento promovido por espécies arbóreas nativas — entre elas araucárias e imbuías — reduzia a erosão, estabilizava a temperatura do solo e

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



preservava a umidade, ao mesmo tempo em que a serrapilheira e as raízes profundas garantiam a ciclagem de nutrientes, dispensando insumos externos. A manutenção da cobertura florestal, por sua vez, preservava a biodiversidade, protegia nascentes e funcionava como barreira natural contra eventos climáticos extremos (Nimmo *et al.*, 2022; Dean, 1996; FAO, 2025).

Do ponto de vista social, a produção ervateira organizava o calendário agrícola, orientava o comércio e sustentava práticas culturais que reforçavam a coesão comunitária. A colheita mobilizava famílias e vizinhos, enquanto a renda obtida financiava festas religiosas e eventos coletivos. Registros documentais, como aqueles que mencionam carroções de erva-mate utilizados para transportar a banda Lira dos Campos em apresentações festivas, ilustram a estreita interdependência entre economia e sociabilidade (Lavalle, 1996). O chimarrão, nesse sentido, constituía não apenas uma prática de consumo cotidiano, mas também um espaço simbólico de negociação, de troca de informações e de reafirmação de identidades coletivas.

A relação com a floresta era, historicamente, mediada por conhecimentos acumulados localmente e transmitidos entre gerações. Técnicas como o corte seletivo, o sapeco controlado e os períodos de repouso dos ervais expressavam um manejo ajustado às condições ecológicas do território (Nimmo *et al.*, 2022), de modo que o saber prático, associado à diversidade de usos da terra e à manutenção da cobertura vegetal, conferia ao sistema uma resiliência hoje reconhecida como estratégica para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas (FAO, 2025).

Embora marcado por assimetrias de poder e por inserção subordinada nos circuitos comerciais que privilegiavam uma elite ervateira, esse sistema socioecológico constituiu, durante décadas, um modelo agroflorestal capaz de integrar objetivos econômicos, sociais e ambientais. Todavia, a partir das transformações decorrentes da industrialização e da centralização do beneficiamento, iniciou-se um processo de fragilização progressiva, que resultaria na reconfiguração de sua base produtiva e no apagamento gradual de práticas que haviam moldado tanto a economia quanto a vida social de Ipiranga.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



a iniciativa não se restringia ao âmbito local, mas se conectava ao movimento cooperativista mais amplo, então concebido como instrumento de modernização e de fortalecimento dos agricultores.

Contudo, as limitações estruturais em poucas décadas se impuseram. A falta de capital e as pressões políticas tornaram a cooperativa dependente de negociações com a elite ervateira e com o poder estatal. Nesse processo, parte de seus dirigentes, ao buscar viabilizar a organização, acabou por ser integrada ao próprio sistema que buscavam contestar, aceitando as regras do jogo político e empresarial (Bertagnoli, 1978).

Paralelamente, a crescente cooptação de lideranças locais por grupos empresariais e políticos ligados ao comércio de erva-mate consolidou uma nova estrutura de dependência, sustentada por incentivos como a promessa de preços estáveis e o acesso facilitado ao crédito, que mascarava a perda de autonomia produtiva. Do ponto de vista cultural, esse processo significou o deslocamento simbólico da erva-mate: de produto enraizado em um modo de vida e em um conjunto de saberes adaptados à floresta, passou a ser tratado como *commodity* agrícola, voltado sobretudo à exportação e submetido às flutuações do mercado internacional. Esse movimento implicou ainda na padronização do produto — quanto à granulometria, cor e embalagem — em conformidade com as exigências externas, reduzindo a diversidade de práticas locais e enfraquecendo os vínculos entre produção, identidade e território (Silva, 2025; Chaimsohn; Souza, 2020).

Assim, mais do que uma simples transformação nas relações comerciais, o período representou um reordenamento profundo das interações entre sociedade e ambiente em Ipiranga. A lógica da extração intensiva, voltada a atender às demandas de mercado, passou a pressionar a cobertura florestal e a modificar práticas de manejo, enquanto a centralização industrial reduzia a capacidade da comunidade de decidir sobre o destino de sua produção, inaugurando um ciclo de dependência que seria intensificado com a consolidação do agronegócio nas décadas seguintes.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Apesar das dificuldades e da sua curta duração, a experiência cooperativa não pode ser reduzida ao insucesso econômico, já que constitui um capítulo relevante da luta dos produtores locais por autonomia e dignidade, demonstrando que a história da erva-mate em Ipiranga também inclui tentativas de organização comunitária e de defesa do território. Nesse sentido, o cooperativismo permanece como parte da memória social do município, ainda que posteriormente ofuscado pelo avanço das monoculturas e pela consolidação do agronegócio (Silva, 2025). Assim sendo, o processo de ruptura da economia ervateira em Ipiranga foi marcado, simultaneamente, pela pressão de forças externas — industrialização, financeirização e centralização urbana — e pela fragilidade das alternativas internas de organização coletiva. Tal conjuntura abriu caminho para a transição que marcaria as décadas seguintes, com a adoção do fumo e, posteriormente, da soja como novas bases produtivas, cuja análise permite compreender de que forma a paisagem agrícola e social de Ipiranga foi radicalmente transformada, configurando um novo modelo de relação entre sociedade, economia e meio ambiente.

3. DA ECONOMIA ERVATEIRA À AGRICULTURA DE *COMMODITIES*: A PROGRESSÃO DA DEGRADAÇÃO (1960-1980)

A ruptura da economia ervateira em Ipiranga abriu espaço, a partir da década de 1960, para a inserção de novas culturas agrícolas. Nesse período, a produção de fumo foi incentivada por políticas públicas e por empresas integradoras que ofereciam crédito, insumos e garantia de compra (Lavallo, 1996), mas em contrapartida estabeleciam rígidas condições de cultivo. A lavoura do tabaco, conhecida por sua alta demanda de mão de obra, impunha um calendário detalhado que abrangia desde a preparação das mudas até o processo de secagem nas estufas, exigindo dedicação quase contínua das famílias rurais ao longo do ano. Em Ipiranga, essa característica reforçou a centralidade da mão de obra familiar e intensificou a pressão sobre mulheres e crianças, muitas vezes envolvidas nas diferentes etapas da produção.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Ao lado da elevada intensidade de trabalho, o fumo consolidou a dependência de insumos industriais. Fertilizantes químicos, defensivos agrícolas e pesticidas passaram a ser utilizados de maneira sistemática, vinculando a produção local ao modelo da Revolução Verde, que se expandiu no Brasil a partir da década de 1960 (Shiva, 1991; Mazoyer; Roudart, 2001). Essa lógica elevava os custos de produção e aumentava a vulnerabilidade dos agricultores ao endividamento, ao mesmo tempo em que gerava impactos ambientais como a compactação do solo, a redução da biodiversidade e a contaminação hídrica. Embora tenha proporcionado ganhos imediatos de renda para algumas famílias, a cultura do fumo inseriu o território em uma relação de crescente dependência tecnológica e mercadológica.

Na década de 1970, essa dinâmica foi intensificada com a expansão da soja, que rapidamente se consolidou como a principal cultura do município (Lavalley, 1996). A mecanização do plantio e da colheita, somada à utilização de sementes melhoradas e ao uso intensivo de insumos, transformou profundamente a paisagem rural de Ipiranga. O cultivo da soja, ao contrário do fumo, reduziu a necessidade de mão de obra familiar, mas contribuiu para o processo de concentração fundiária e para o êxodo rural, alterando de forma significativa o perfil social do município. A paisagem, antes composta por ervais sombreados e áreas de cultivo diversificado, passou a ser marcada pela homogeneidade das monoculturas mecanizadas.

Essas mudanças não se restringiram ao plano econômico. A substituição dos ervais sombreados pela monocultura de fumo e, em seguida, pela soja acarretou os primeiros sinais de crise ambiental. O desmatamento fragmentou a Floresta com Araucária, a compactação do solo reduziu sua capacidade de infiltração e a dependência de agrotóxicos aumentou a contaminação dos recursos hídricos (IPARDES, 2023; Dean, 1996; Klanovicz e Mores, 2017). O pêndulo que havia sustentado a economia ervateira, com suas práticas comunitárias e seu vínculo ecológico, inclinava-se agora para um modelo produtivo que rompia com a memória ambiental do território e inaugurava um novo ciclo de vulnerabilidades.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A lógica de integração contratual e o endividamento ligado à compra de insumos reduziram a autonomia produtiva de agricultores familiares, e a figura do produtor ervateiro, associado a práticas de manejo florestal e conhecimento tradicional, começou a dar lugar ao agricultor especializado em culturas comerciais mecanizadas, operando em função de demandas externas ao território (Silva, 2025). Com a perda de diversidade produtiva e a crescente homogeneização da paisagem, intensificou-se a dependência econômica e fragilidade ambiental — a partir dos anos 1990, o agronegócio passou a dominar a estrutura econômica de Ipiranga.

4. AGRONEGÓCIO, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E APAGAMENTO DA MEMÓRIA PRODUTIVA

A partir da década de 1980, Ipiranga consolidou o agronegócio como modelo produtivo hegemônico. A soja, que havia se expandido nos anos 1970, tornou-se a base da economia municipal, acompanhada pela intensificação da pecuária leiteira e pela integração da suinocultura às cadeias agroindustriais regionais. Essa transformação não apenas modificou a paisagem, agora dominada por extensas áreas mecanizadas, mas também redefiniu a identidade do agricultor, em um dilema que antagoniza os saberes ecológicos tradicionais (Ingold, 2000) e a necessidade de se submeter às exigências do mercado global de *commodities* (Silva, 2025).

A mecanização e a concentração fundiária reduziram a necessidade de mão de obra familiar, acelerando o êxodo rural. Embora a maior parte da população de Ipiranga ainda resida na zona rural — 9.261 dos 14.142 habitantes (IBGE, 2022) —, o perfil desses moradores já não se aproxima daquele do antigo produtor ervateiro. O pequeno agricultor, detentor de saberes sobre o manejo da floresta e o ritmo climático, deu lugar ao produtor integrado a cadeias agroindustriais, dependente de sementes transgênicas, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, cujos preços e condições são definidos em escala global. Essa transição não representou apenas uma mudança de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



fragiliza a capacidade de resposta das comunidades às instabilidades do clima (Altieri, 2004).

Em síntese, a consolidação do agronegócio em Ipiranga significou a substituição de um sistema agroflorestal historicamente adaptado pelo cultivo de *commodities* globais. A passagem de um modo de vida para um costume esvaziado de sua base produtiva ilustra como o município perdeu parte de sua resiliência histórica frente às mudanças ambientais. Essa transformação econômica esteve atrelada ao apagamento compulsório de um saber tradicional que, ao articular memória, território e clima, poderia oferecer caminhos para enfrentar os desafios contemporâneos da crise climática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da erva-mate em Ipiranga, marcada pela ascensão e declínio de um sistema agroflorestal adaptado à Floresta com Araucária, constitui um referencial histórico importante para compreender os desafios enfrentados hoje pelas comunidades reconhecidas no âmbito do SIPAM. A substituição gradual dos ervais sombreados por monoculturas de fumo, soja e integração agroindustrial resultou na perda de biodiversidade, na erosão de saberes locais e na fragmentação de uma identidade produtiva que, por décadas, estruturou o território (Silva, 2025).

Esse percurso evidencia o que pode ocorrer quando práticas tradicionais não recebem o devido apoio político e econômico. Ao observar a experiência ipiranguense, torna-se claro que os onze municípios paranaenses incluídos no SIPAM — Bituruna, Cruz Machado, Inácio Martins, Irati, Guarapuava, Pinhão, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo, São Mateus do Sul e Turvo — precisam adotar medidas que assegurem a continuidade da produção sombreada. A lição deixada por Ipiranga é direta: sem políticas públicas consistentes, valorização econômica do produto e preservação da floresta nativa, sistemas resilientes podem ser rapidamente desarticulados.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Evitar esse desfecho significa garantir apoio à agricultura familiar, fomentar certificações e selos de origem que agreguem valor à erva-mate sombreada e agroecológica, preservar os remanescentes da Floresta com Araucária e investir em processos de transmissão intergeracional de saberes. O reconhecimento do SIPAM deve ser compreendido como uma plataforma para fortalecimento da comunidade de prática que se articula em torno da erva-mate sombreada, capaz de gerar renda, conservar ecossistemas e reforçar identidades locais.

Assim, Ipiranga não é apenas exemplo de perda: é um referencial histórico que justifica e informa a urgência da salvaguarda dos sistemas tradicionais. Ao analisar as causas do declínio da cooperativa local, a cooptação de suas lideranças e as pressões do mercado, a experiência de Ipiranga oferece um diagnóstico preciso dos riscos que os territórios do SIPAM enfrentam. Portanto, a história do município contribui para legitimar o esforço internacional do SIPAM como uma política estratégica de resiliência que deve antecipar e mitigar pressões semelhantes, garantindo que a memória, o território e a sustentabilidade sejam de fato articulados.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BERTAGNOLI, Lucrécia Caron. **Indústria de beneficiamento de erva-mate no Estado do Paraná (1890-1977)**. 1978. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1978.

BRASIL. **Código Florestal: Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Brasília: Presidência da República, 2012.

CHAIMSOHN, Felipe; SOUZA, João Carlos de. **Sistemas de produção tradicionais e agroflorestais no centro-sul do Paraná e Norte Catarinense**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2020.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ERICSON, Peter. **Tobacco Farming and Labor Intensity: A Comparative Analysis**. University of California, 2019. Disponível em: <https://escholarship.org/content/qt7ks4s9js/qt7ks4s9js.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM): Sistema Tradicional de Produção de Erva-Mate Sombreada no Bioma Mata Atlântica**. Roma: FAO, 2025. Disponível em: <https://www.fao.org/giahs>. Acesso em: 10 ago. 2025.

GOMES, Letícia C.; PILLAR, Valério de P. Restoration of Araucaria forest: the role of species diversity and soil properties. **Forest Ecology and Management**, v. 391, p. 108–117, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: resultados populacionais preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 ago. 2025.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil avançado dos municípios paranaenses: Ipiranga**. Curitiba: IPARDES, 2023. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 5 ago. 2025.

LAVALLE, A. M. **Memórias de Ipiranga - da floresta ao asfalto**. Ponta Grossa: Imprensa Universitária - UEPG, 1996. v. 1. 101p.

LEMES, E. C.; LÖWEN SAHR, C. L. Da subsistência do Sistema Faxinal a subordinação a agroindústria do fumo: a desagregação do Faxinal dos Lemes no município de Ipiranga-PR. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2005, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: UNESP, 2005.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP, 2001.

NIMMO, E. et al. **Erva-mate sombreada: Sipam “Sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate na Floresta com Araucária, Brasil”**. Colombo: Embrapa Florestas, 2022.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786–1888)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino C. (Orgs.). **É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

SESSO, Patrícia Pompermayer; SESSO FILHO, Umberto Antonio; ESTEVES, Emerson Guzzi Zuan. **Sistemas de produção de erva-mate no Paraná e**

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



sustentabilidade. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 9, p. 1-20, 2024.
DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n9-219>.

SHIVA, Vandana. **The Violence of the Green Revolution: Third World Agriculture, Ecology, and Politics**. London: Zed Books, 1991.

SILVA, Laureen. **O pêndulo da erva-mate: do campo à indústria (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2025.

SILVA, L.; VISEU, A. P.; SEIFERT, R. E. A organização social e produtiva dos faxinais no Paraná. **Revista de Desenvolvimento Regional**, v. 20, n. 3, p. 220-235, 2015.

SPAROVEK, Gerd et al. **A revisão do Código Florestal brasileiro**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 89, p. 111-135, mar. 2011.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 8. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



“NASCI COMO HOMEM, FUI CRIADO COMO HOMEM, MORRO COMO HOMEM”: SUICÍDIOS E MASCULINIDADE EM PONTA GROSSA NOS ANOS 1950

Samuel Galvão Ribeiro¹
Ilton Cesar Martins²

¹ Graduando em História pela UEPG

² Doutor em História pela UFPR

O texto a seguir volta-se com um olhar para pensarmos as práticas suicidas⁹⁵ na década de 1950 na cidade de Ponta Grossa, pautadas em aspectos sociais que as permeiam, sobretudo as masculinidades. Como uma analogia inicial farei uma pequena passagem do que pretendemos demonstrar como uma peça teatral, onde a História (Ciência) é a norteadora de seu enredo.

O palco de discussões que se faz aqui presente está composto por elementos constituintes de nossa peça social que, por ventura, construiremos aqui juntos. Nossos “personagens” apresentam-se como indivíduos com seus perfis próprios e específicos, porém, todos eles possuem algo em comum em sua cena final: o suicídio. O palco, que por razões metodológicas historiográficas locais-regionais chamamos de Ponta Grossa, é o espaço onde nossos atores históricos encenam seus últimos trâmites da vida que lhes encontrou na cidade. Nosso objetivo é demonstrar como no enredo dessa peça que chamamos de vida, existem motivos alegados para que os sujeitos dessem um fim em si mesmo, estes elementos podem ser constituídos de noções de masculinidade, honra e violência social.

⁹⁵ O termo “suicídio” foi usado pela primeira vez em 1737 por Desfontaines e vem do latim sui (a si mesmo) e caederes (ação de matar). Sua definição refere-se ao ato voluntário de tirar a própria vida, geralmente motivado por sofrimento intenso, como angústia, ansiedade, depressão ou transtornos psiquiátricos. Lobo, H. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/suicidio-e-crime/217522857>. Acesso em: 11 ago. 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Ainda, como fonte primordial deste trabalho utilizamos processos-crime localizados no Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDPH) da UEPG. Como lidamos com inquéritos de um tema tão sensível como o suicídio, que traz a tona narrativas guardadas por mais de 70 anos, o nome de todos os indivíduos que encontramos nos documentos foram trocados por nomes fictícios, como uma forma de evitar constrangimentos no presente e, além disso, não perpetuar ainda mais a violência que eles sofreram em vida, sem reduzi-los somente ao suicídio.

Como base de nossa pesquisa, utilizamos como principais norteadores os textos de Michel Foucault (2003), “A vida dos Homens Infames”, e de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013), “Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920-1940)”. Essas duas teses deram suporte para construirmos os entendimentos sobre os aspectos da violência social, assim como nosso recorte de gênero que é a masculinidade.

1. NOÇÕES DE CIVILIDADE, MASCULINIDADE E VIOLÊNCIA SOCIAL

O palco de nossa peça é Ponta Grossa, cidade interiorana do Paraná. Comarca que passou por profundas transformações no início do século XX na transição do comércio tropeiro para uma “modernização” através das ferrovias. Com essa caracterização nas entranhas dos Campos Gerais, Ponta Grossa torna-se um espaço discursivo através de manifestações plurais na sociedade de sua época (Chaves, 2001). Nesse sentido floresceram espaços para uma exposição da civilidade, destacando-se o Jornal Diário dos Campos, anteriormente no começo do século XX conhecido como *O Progresso*.

O Jornal Diário dos Campos figura nessa primeira metade do século XX como um expoente discursivo aglutinador de ideias e manifestações da cidade. Portanto, com esse aparato Ponta Grossa via-se sendo educada com formas “civilizatórias” de se pensar e agir, e desenvolvia em seu costumeiro cotidiano noções de uma “cidade civilizada” (Chaves, 2001).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



De acordo com Pinsky (2014) a década de 1950 é o período que chamamos de *Anos Dourados*, pautado numa noção de diversos fatores atuantes na sociedade brasileira que acabaram por afetar o cotidiano dos indivíduos, e assim portanto atrelado às suas vidas. Nesse contexto, o país vê-se num cenário de otimismo e esperança, com o fim da 2ª Guerra Mundial e da ditadura de Getúlio Vargas em 1945, o Brasil olha para o futuro, sobretudo para a década de 1950, com uma positividade, arraigada por aspectos econômicos, políticos e culturais.

Pela tese de Cardoso (2010) observamos a implementação de uma sociedade varguista construída em promessas a partir de uma “cidadania regularizada” pela implementação do trabalho formal (Cardoso, p. 789, 2010). No palco onde nossa pesquisa se encontra vislumbramos os anos 1950 vivenciando essas marcas em aspectos como a violência social, onde a desigualdade perpetuada a partir das marcas deixadas pela Primeira República são alvos da civilização utópica de Vargas que havia governado o Brasil entre 1930 e 1945 e, além disso, um novo mandato entre 1951 e 1954, também resultado de um suicídio, onde seus governos tentam pregar uma noção imaginária de sociedade que não vem a existir. Portanto, a positividade dos *Anos Dourados* não se consolida totalmente, uma vez que uma civilização de Vargas torna-se justamente um mito.

O período vigente carrega consigo um novo olhar para o papel feminino na sociedade, com novas perspectivas para o que era visto como a “função social” da mulher. Entretanto, a figura masculina ainda se apresentava como o regente da família, levando consigo a “missão” de comandar o lar e prover a casa com seu trabalho. É necessário citar também que essa percepção era, sobretudo, pautada num modelo heteronormativo, e que inclusive em nossos inquéritos analisados não se encontram exemplos homoafetivos. É necessário pontuar que essa ausência é representada pelos preconceitos de sua época que revelam uma escolha de manipuladores técnicos, indivíduos que fazem parte de um pequeno grupo de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



indivíduos da sociedade pontagrossense da época⁹⁶. Esses manipuladores técnicos são a elite de sua época, cujo privilégio técnico - uma formação e atuação na carreira do Direito - os possibilitam de escolherem as narrativas permanentes e aquelas esquecidas. Dessa forma, entre suas escolhas de apagar narrativas, como a da homossexualidade, demonstra uma marca a mais no universo da masculinidade.

Ponta Grossa como aquela cidade “civilizada” que Chaves (2001) aponta em seu texto, reflete de certo modo as relações de positividade e “esperança” nos *Anos Dourados*. A constituição que tomou a cidade pela administração do prefeito Albary Guimarães, nomeado interventor durante o Estado Novo, onde governou Ponta Grossa entre 1934 e 1944, representa um expoente na “remodelação” estética da cidade, pautada nos aspectos civilizatórios de Vargas. Além disso, cabe lembrarmos que toda História Local está intrínseca num âmbito nacional, e vice-versa, portanto as relações arraigadas que citamos acima fazem parte do cotidiano pontagrossense⁹⁷.

Enquanto fonte documental de nosso trabalho, os inquéritos policiais revelam faces ocultas de narrativas, discursos, representações sociais, e principalmente, de vidas materializadas em pequenas frases em bilhetes com dedicação a outras diversas faces ocultas. Estes documentos são definidos por uma gama de poderes institucionais, cuja definição está atrelada a uma norma política-cultural, como nos mostra Lima (2017, p.105):

Procedimento administrativo inquisitório e preparatório, presidido pela autoridade policial, o inquérito policial consiste em um conjunto de diligências realizadas pela polícia investigativa objetivando a identificação das fontes de prova e a colheita de elementos de informação quanto à autoria e materialidade da infração penal, a fim de possibilitar que o titular da ação penal possa ingressar em juízo (Lima, 2017, p.105).

⁹⁶ Deve ficar claro que a existência dos inquéritos enquanto fonte denotam de uma realidade histórica que escolheu, por numerosos motivos, privilegiar nos escritos determinadas narrativas e esconder outras, é onde o historiador deve se atentar. (SOUZA, p. 193, 2022).

⁹⁷ Por ser uma cidade localizada na rota dos caminhos, Ponta Grossa sempre esteve articulada por diferentes formas de trânsito de pessoas: primeiro pelo ir e vir dos tropeiros e, no caso do nosso recorte temporal, pelos trens e a modernidade que representavam.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Então, os processos-crime que analisamos estão atrelados a uma instituição de poder dirigida como responsável pela coleta de informações acerca da infração cometida. Em Ponta Grossa, as diligências são dirigidas à Delegacia Regional de Polícia, sendo o delegado de cada distrito o responsável por redigir o caso. Mas então, por que o suicídio cuja morte está atrelada ao próprio “infrator” da diligência está em processos inquisitórios? Pelo Código Penal brasileiro, o suicídio não é visto como crime, porém atrela sua figura ao delito de induzir, instigar ou auxiliar o ato: “Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou a praticar automutilação ou prestar-lhe auxílio material para que o faça [...]” (BRASIL, p.50, 2023).

Nossa fonte documental apresenta-se então de duas maneiras: 1 - relatos das testemunhas nos casos das pessoas que se suicidaram, em sua maioria familiares, amigos e cônjuges, e; 2 - escritos deixados pelos indivíduos na cena da diligência, como cartas, bilhetes e fotografias. No texto de Souza (2022), o autor faz um balanço historiográfico acerca do suicídio e nos apresenta como essas fontes foram e são trabalhadas. Destacamos a figura de George Minois, precursor do tema na Nova História Cultural, Jacques Le Goff e Philippe Ariès que iniciam um estudo voltado para a morte. No Brasil é primordial a leitura de João José Reis com *A morte é uma festa* e de Fábio Henrique Lopes que pensa nas perspectivas do suicídio na medicina e na saúde (Souza, 2022).

Ainda que todos estes autores dialoguem diretamente com nosso tema – a morte - e sejam intelectuais precursores da temática, utilizaremos como tese central desse trabalho o texto de Foucault (2003), *A vida dos Homens Infames*, que permitiu uma reflexão sobre as permanências deixadas nos documentos e suas intersecções muito bem dialogadas ao texto do autor. Nossa linha teórica ainda que esteja alicerçada em Foucault se desenvolve sobretudo nas perspectivas de uma História das Emoções, bem trabalhada por Reddy (2023), que traz uma reflexão sobre a presença das emoções para os historiadores que trabalham sob os focos da História Cultural, e ainda podemos relacionar nosso trabalho à Micro-História, cujo papel se materializa muito bem na tese dos homens infames de Foucault.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Desse modo, os processos-crime em sua essência não são compostos necessariamente de provas e fontes documentais dos réus, eles podem ser - e são em sua maioria - impressões dos manipuladores técnicos. Nesse caso, os policiais que são responsáveis pelos escritos dos processos-crime colocam diretamente ou indiretamente suas ideias acerca da morte descrita. Portanto, os relatos dos familiares, amigos e outros relacionados à vítima são meramente advindas de uma ótica externa carregada de efeitos socioculturais das relações de honra e masculinidade na Ponta Grossa da década de 1950. Além de que, os inquéritos suicidas carregam consigo uma carga diferente de um inquérito de homicídio, por exemplo, incluindo interseccionalidades presentes em cada documento. A singularidade das narrativas suicidas é que faz do suicídio uma dádiva da análise social, cultural e sobretudo histórica.

Como objeto de estudo deste trabalho, além dos relatos das testemunhas das pessoas que se suicidaram, utilizamos também cartas, bilhetes e fotografias deixadas por eles e anexadas nos inquéritos. É importante salientar que esses documentos nos fornecem uma rica fonte documental e científica, pois eles nos demonstram ainda mais as últimas impressões e sentimentos dos sujeitos, em suas pequenas palavras e *meandros*. Analisá-los é como olhar para os últimos vinte segundos de uma peça teatral, nos transmite revelações e panoramas anteriores, entretanto não conseguimos construir todo o roteiro desse grande teatro, que por fim chamamos de vida. Este aspecto das pequenas eloquências é o que Foucault (2003) chama de notícias, pela veracidade dos acontecimentos e pela velocidade em que se concretizam.

Existem diversas formas de se olhar para o suicídio e analisá-los a partir da ótica histórica. Lopes (2007) utiliza do pensamento voltado para a saúde e medicina, e intersecciona essa análise com o aspecto do gênero. Ainda poderíamos pensar em aspectos da cena do “crime”, como as formas em que se realizam as mortes e suas necessárias problematizações. Entretanto, utilizamos do gênero masculino para se

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



pensar em como uma violência social os atinge, nesse modo materializados em suicídio.

Nesse sentido, o aspecto de gênero aparece como um elemento extremamente cerceador das relações sociais que são geradas em períodos e locais históricos específicos, como o Brasil pós-abolicionista e republicano do século XX. É desse modo, que a tese de Albuquerque Júnior (2013) se desenvolve, abordando elementos que tratam de uma “feminilização da sociedade” o autor trata da criação de um Nordeste masculino pautado em processos históricos do Brasil pós-imperial. No texto do autor, conseguimos captar relações de construção de uma figura masculina no nordeste na primeira metade do século XX, ainda que tão distante do Sul do Brasil, sobrepondo a tese de Albuquerque as noções de masculinidade na região trabalhada podem ser utilizadas como parâmetro para um eixo Centro-Sul. Não estamos afirmando aqui que a figura do nordestino desenvolvida por Albuquerque Júnior (2013) é a mesma do homem sulista no século passado, mas sim fazendo jús ao seu trabalho que utiliza de aspectos sociais, culturais e sobretudo históricos para a construção de um típico masculino do Brasil na primeira metade do século XX.

Na tese de Albuquerque Júnior (2013) é feito uma vista sobre o patriarcalismo em Gilberto Freyre, a partir de sua obra *Ordem e Progresso* e outros artigos. É aqui que encontramos uma análise contundente sobre a construção da figura masculina na sociedade brasileira republicana, vivendo nos processos de pós-abolição. O autor utiliza de Freyre para delinear pilares de masculinidade e traçar então o patriarcalismo como produto de uma *feminilização da sociedade*.

Para ele, o que Freyre constrói em sua sociologia do século XX acerca da constituição de uma “família” patriarcal está relacionado ao passado escravista no Brasil, representado pelas relações de homens brancos senhores de terra que dominavam determinados espaços rurais. Ou seja, Freyre objetivava ligar o patriarcalismo às práticas de masculinidade que se constituíram em seu presente e que eram reflexos do passado escravocrata, rural, e que agora se refletiam no presente urbano industrializado.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O Brasil republicano que tentava apagar seu passado escravocrata, ao mesmo tempo recordava-o como forma de legitimar formas de permanência de um poder legitimador da violência social, nesse caso a masculinidade. É aqui onde as noções de “honra” e “virilidade” tomam forma como produto de uma fragilidade masculina, é onde as relações de gênero que começam a mudar no início do século XX ameaçam a ordem vigente do “macho” de ocupar espaços onde as figuras femininas não ocupavam até então. A *feminilização da sociedade* faz do patriarcalismo um processo de “[...] desvirilização, de declínio de um dado modelo de masculinidade [...]” (Albuquerque Júnior, p.130, 2013).

A tese de Albuquerque Júnior reflete os signos deixados pelo Brasil Republicano nas primeiras décadas do século XX. Assim como uma História Nacional é feita através de pequenos aspectos de uma História Local, o contrário também acontece. À vista disso, Ponta Grossa no auge da década de 1950 também refletia os aspectos nacionais arraigados pelo passado escravista, sobretudo numa comarca interiorana. Os aspectos do patriarcalismo na região dos Campos Gerais pode ser um paralelo a tipificação masculina no Nordeste de Albuquerque Júnior.

Ainda, os *Anos Dourados* aparecem aqui como momento de reflexo das sociedades do pós-guerra. Durante a 2ª Guerra Mundial, as mulheres passaram a ocupar novos lugares, sendo o campo do trabalho o maior alcance dessa comunidade. Enquanto a figura masculina estava presente no *front*, as mulheres passaram a se dedicar a ambientes e esferas historicamente construídas por homens. A *feminilização da sociedade* de Albuquerque Júnior seria então a materialização do passado escravocrata brasileiro - arraigado pelas noções de masculinidade - numa junção aos efeitos do mundo no Pós 2ª Guerra Mundial⁹⁸.

⁹⁸ Devemos lembrar que o Brasil foi participante da Segunda Guerra Mundial e apresentou efeitos significantes no país, sobretudo no Governo Vargas. A cidade de Ponta Grossa não foge desse parâmetro, já que é um lugar de passagens, desse modo o Jornal Diário dos Campos é a principal fonte de comunicação com a população neste momento, que divulga a situação do país e do mundo. (Chaves, 2001).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Como feito acima, apresentamos o panorama geral do que se caracteriza a nossa pesquisa, a junção de um local (Ponta Grossa), nossa fonte documental (processos-crime) e por fim a caracterização social do nosso tema (violência social e masculinidade). Nosso objetivo agora é unir essas tipificações e delinear-las no escopo principal de nosso texto: o suicídio.

2. AS INFÂMIAS SUICIDAS

No início da pesquisa fizemos uma análise quantitativa dos processos-crime no recorte entre os anos 1950 até 1954, ou seja, um período de cinco anos, onde escolhemos dois deles para analisarmos aqui. Ainda que neste trabalho fizemos uma análise qualitativa, a base quantitativa nos demonstra um caminho para quais processos-crime foram escolhidos para análise e quais as proporções dos casos. Nesta perícia, verificamos tanto casos femininos quanto masculinos, para dar um panorama geral de como chegamos nos dois escolhidos.

É necessário pontuarmos como o conceito da “infâmia” em Foucault nos mostra caminhos para olhar para os inquiridos. Esse constructo linguístico nos mostra pelas palavras dos homens que se suicidaram suas pequenas “insignificâncias” pelo olhar de Foucault, mas que através delas guardam em si um universo carregado de signos. Olhemos um exemplo do texto: “Abatido sob o peso da mais excessiva dor, Duchesne, funcionário subalterno, ousa, com uma humilde e respeitosa confiança, lançar-se aos pés de Vossa Majestade para implorar sua justiça contra a mais malvada de todas as mulheres...[...]” (Foucault, p.209, 2003).

A população em Ponta Grossa na década de 1950 era de aproximadamente 53 mil habitantes, atualmente de acordo com o último censo a cidade registra 358.371 moradores. No total encontramos 37 inquiridos nomeados como suicídio, sem diferenciação de gênero, sendo um deles uma suspeita de caso masculino. Desses 37 casos, encontramos 22 casos masculinos e 15 femininos. Com esses dados



conseguimos identificar que a proporção de casos em 1950 era sete vezes maior se comparado ao mesmo número atualmente.

Os inquéritos masculinos, que se distribuem entre suicídios e tentativas de suicídio, nesse recorte correspondem a 59,46% dos casos e se disseminaram da seguinte forma:

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DE CASOS SUICIDAS MASCULINOS NO PERÍODO 1950-1954

Ano	Total	Proporção (em %)
1950	3	13,64
1951	1	4,55
1952	6	27,27
1953	7	31,82
1954	5	22,73

Fonte: tabela elaborada pelo autor com dados retirados dos inquéritos judiciais presentes no CDPH-UEPG

Conseguimos perceber que a maior quantidade de casos aconteceram nos anos de 1953, 1952 e 1954 respectivamente. Estes anos representam mais de dois terços das mortes, e representam uma significativa crescente em comparação ao mesmo período da década passada (1940):

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DE CASOS SUICIDAS MASCULINOS NO PERÍODO 1940-1944

Ano	Total	Proporção (em %)
1940	2	11,11
1941	3	16,67
1942	4	22,22
1943	7	38,89

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



1944	2	11,11

Fonte: tabela elaborada pelo autor com dados retirados dos inquéritos judiciais presentes no CDPH-UEPG

Escolhemos um inquérito de 1952 e um de 1953 para analisarmos. Nossa escolha não baseou-se totalmente na proporção de casos, utilizamos a ferramenta quantitativa e a partir dela encontramos, numa análise qualitativa, narrativas que nos deram suporte para a construção de nossa peça. A seguir, então entremos nos cenários e analisemos as últimas instâncias de nossos atores.

O ano é 1952, Nestor Silvério⁹⁹ um homem de trinta anos, branco, casado, tira sua própria vida com três tiros ocasionados na região do peito em 22 de novembro. O homem deixa dois bilhetes, um para sua mãe e esposa e outro para seu amigo. No primeiro, as frases “nasci como homem, fui criado como homem, morro como homem”¹⁰⁰ dão o tom de suas últimas palavras para as figuras femininas que as acompanharam até o fim de sua vida. O pequeno verbete carrega três frases simples, cuja palavra homem se repete três vezes, e carrega em si uma representação de uma sociedade específica de sua época, sobretudo de noções de honra e masculinidade de uma comarca local do interior do Paraná, Ponta Grossa.

Através dos escritos deixados por Nestor colocamos em sobreposição uma prerrogativa de Foucault (2003), onde suas palavras “[...] revelam no meandro de uma frase um esplendor, uma violência que desmente, ao menos aos nossos olhos, a pequenez do caso ou a mesquinhez bastante vergonhosa das intenções.” (Foucault, 2003, p. 209). Enxergamos em três locuções verbais, *nasci, fui criado, morro* que acompanham o substantivo *homem*, múltiplas formas de analisarmos o que as últimas palavras de Nestor representam para as narrativas de violência social.

Nasci como homem parte de pressupostos construídos nos processos históricos que Albuquerque Júnior (2013) constrói em sua tese, a partir do momento

⁹⁹ Lembramos que todos os nomes neste trabalho são fictícios, como já apresentado no início do trabalho.

¹⁰⁰ CDPH/UEPG, 1952, caixa 1, n.1155.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



em que se faz homem nas palavras de Nestor “*fui criado como homem*”, percebemos então relações de gênero que se materializam na figura dele. Estas relações são enfim evidenciadas e legitimadas quando ele termina o bilhete com “*morro como homem*”, é aqui onde o suicídio toma força como resultado do patriarcalismo, mas não só dele, de outros signos como o machismo, a virilidade, onde cada caso é influenciado por essas confluências violentas e estigmatizadas. É aqui onde suas últimas palavras demonstram a força que a masculinidade se expressa num homem urbano dos anos 1950 no Brasil republicano. O suicídio de Nestor Silvério claramente não se esgota nas noções de honra e virilidade disseminadas em Ponta Grossa de 1952, entretanto demonstramos aqui que certamente a masculinidade construída historicamente no Brasil pós-abolicionista foi uma influência direta para Silvério suicidar-se.

Destacamos ainda que este bilhete foi direcionado a sua mãe e sua esposa, figuras que para sua época e para o indivíduo representavam aquela “ameaça” a tomada do poder pela *feminização* da sociedade, dessa forma não podendo mais suprir as necessidades do lar Silvério suicidou-se. Para Nestor tirar sua própria vida como homem, no fim, valia mais do que perder sua “honra” e masculinidade no meio em que se encontrava, e ainda seu suicídio representava em si mesmo uma noção de virilidade.

Enquanto historiadores podemos codificar através de pequenas palavras um universo de símbolos e discursos, e o inquérito de Nestor Silvério não foge dessa premissa. Ainda no bilhete a primeira frase que encontramos é a seguinte: “Para minha mãe e minha mulher. Confidencial”. Através disso conseguimos traçar alguns sentidos já presentes pelo sentimento que ele quis deixar no bilhete. A presença das figuras femininas (mãe e esposa) materializa aqui a importância delas para a vida de Silvério, e de diversas formas isso fica claro, ele tinha uma responsabilidade com estas familiares, uma responsabilidade afetiva, que demonstra sobretudo como Nestor era um ser humano. A palavra *confidencial* cunha aqui a forma como Nestor gostaria de ser tratado depois de sua morte, nesse caso o bilhete era direcionado somente para sua mãe e esposa, entretanto acabou nas mãos dos manipuladores técnicos que

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



anexaram-o no inquérito policial. Nós enquanto historiadores temos acessos a fontes que por muitas vezes não são autorizadas pelos seus autores, ou pelo menos não trazem em si uma função de carregar o estudo da História, esse é o caso das cartas de Nestor. Entretanto, faz parte do ofício do historiador em muitos momentos olhar para documentos como esses, que nos revelam mesmo em pedidos “confidenciais” um universo de signos culturais e emotivos.

Ainda em seu inquérito, na carta direcionada a seu amigo percebemos um discurso maior que no bilhete para sua mãe e esposa. Encontramos aqui um diferente espaço de eloquência de Nestor, percebe-se que aqui ele deixa instruções maiores para um amigo de confiança que cuidaria de suas pendências econômicas. Novamente, no final da carta Silvério indica uma “confidência” para o destinatário.

Cinco meses após a morte de Nestor, em abril de 1953 outro homem se suicidou, utilizando arma de fogo. Emanuel Dias deixou uma carta e um pequeno bilhete, além disso encontramos três testemunhas que depuseram em seu inquérito, incluindo seu filho. Começaremos com seu bilhete que trás a seguinte mensagem: “Não culpem ninguém. Sou eu mesmo o autor da minha morte. Emanuel Dias”¹⁰¹. Quando lemos primeiramente essas palavras nos questionamos até que ponto essa “culpa” do suicídio, construído como estigma¹⁰², é totalmente de Dias. Na análise de seu inquérito utilizaremos essa premissa para pensar nas problemáticas que suas frases carregam.

A carta deste homem infame trás algumas informações que explicam sua eloquência de culpa. Ele diz que fez negócios de forma precipitada e que deveria ter sido mais controlado. No decorrer da leitura de seu inquérito descobrimos que Emanuel era dono de uma firma. Algo que chama a atenção na carta dele é seu pedido de perdão à “deserção”. Em quais sentidos um homem que se suicida por conta de seus negócios seria deserdado pela sua família? Essa relação é materializada pelas

¹⁰¹ CDPH/UEPG, 1953, caixa 1, n.1171.

¹⁰² Em Goffman (2004) conseguimos fazer paralelos de como o suicídio é transformado em um estigma, como um aspecto que torna os indivíduos que os cometeram serem “diferentes”.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



noções masculinas em prover o lar, em sustentar uma família, algo apontado no início de nossa tese. Esses efeitos acontecem pela feminilização da sociedade apontada por Albuquerque Júnior (2013), onde Emanuel Dias sentiria-se “ameaçado” e fragilizado em não conseguir dar conta dos negócios, já que é uma esfera dominada por homens em sua época.

No bilhete deste homem ele diz para “não culpar ninguém” devido a sua morte, já que ele seria o único autor. O que faremos aqui é ressignificar essas palavras infames de Emanuel. Como historiadores em diversos momentos nos deparamos com situações onde o presente pode proporcionar uma visão mais ampla sobre situações do passado, do que o próprio passado (Jenkins, p.34, 2001). Assim, percebemos que Dias não se via nos diversos aspectos históricos, sociais e culturais que vínhamos apontando até aqui. Mas com o olhar do presente podemos afirmar que a “culpa” de sua morte não é única e exclusiva sua, pelo menos não de forma abstrata no ato suicida.

O “peso” social de manter os negócios ativos e conseguir cuidar de sua família permeava este homem, que se viu numa situação onde sua existência não fazia mais sentido. Isso revela como no Brasil varguista o papel masculino atinge picos da noção de “honrar” sua nação e por conseguinte sua casa, a partir do trabalho.

Nesses dois inquéritos analisados, observamos a presença exclusiva de homens brancos e assalariados. Nossa escolha em examinar esses documentos evidencia também a necessidade de destacar a ausência de outras interseccionalidades. Na análise geral, nota-se a escassa presença de homens negros e a inexistência de relatos provenientes de sujeitos LGBTQIA+ (ao menos de forma primária e explícita). Assim, as ausências também revelam uma narrativa masculina que optou por privilegiar as hegemonias de sua época.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Um dos motivos palpáveis na escolha de toda nossa análise está num de nossos teóricos-base, Albuquerque Júnior (2013) traz para centro de sua narrativa os personagens masculinos para desmistificar a ideia de que uma “História dos Homens” seria esquecida se não falássemos sobre os homens. Quando escolhemos as narrativas masculinas nosso olhar não vem para privilegiar historiograficamente essa população, ela vem como conscientização e como alerta para lembrarmos que quando trabalhamos com estudos de gênero olhar para as masculinidades e para o machismo pela perspectiva masculina também ajuda a construir debates historiográficos que rompam com essa lógica.

Os inquéritos de Nestor e Emanuel nos aparecem como pequenos fragmentos de um passado que guarda múltiplas camadas sociais. Neles encontramos suas infâmias, onde a tese de Foucault (2003) é explicitada em suas cartas e testemunhas. Ainda, o “fazer-se homem” de Albuquerque Júnior (2013) também aparece aqui empiricamente.

Essas formas são meios em que nossa tese principal - a masculinidade - como produto dos suicídios se materializa. No texto captamos através dos inquéritos as figuras masculinas sendo o palco de uma narrativa construída por esse passado, que privilegiava a honra e a virilidade como atributos essenciais para a vivência de um homem na sociedade de sua época, e ainda mais reforçada em sociedades conservadoras como Ponta Grossa.

As discussões aqui deixadas representam para nosso presente um passo à frente na desconstrução de barreiras legitimadoras de um conservadorismo. E ainda, traz para diversos campos sociais uma possibilidade de se pensar em quais sentidos os aspectos de gênero são meras expressões cotidianas que influenciam diretamente na forma como lidamos com a vida, e aqui falamos de vida enquanto existência humana. Portanto, esperamos que as lástimas deixadas pelos sujeitos que conhecemos através dos inquéritos policiais possam gerar através desse estudo uma mudança social, e ainda prevenir que mais “Nestores” e “Emanueis” sejam atores das infâmias suicidas.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo” - uma história do gênero masculino (1920-1940)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CARDOSO, A. Uma Utopia Brasileira: Vargas e a Construção do Estado de Bem-Estar numa Sociedade Estruturalmente Desigual. **Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro**, vol. 53, no 4, 2010, p. 775-819.

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos**. Aos Quatro Ventos, Curitiba, 2001.

DURKHEIM, E. **O Suicídio**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

ESTACHESKI, D. L. T. NARRATIVAS SOBRE MORTES SUICIDAS OU HISTÓRIAS (IM)POSSÍVEIS. **Historiæ, Rio Grande**, v. 11, n. 1, p. 28-40, 2020.

FOUCAULT, M. **A vida dos homens infames**. In: _____. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222, 2003.

GOFFMAN, Erving, **Stigma - Notes on the Management of Spoiled Identity**, Englewood Cliffs N.J, Prentice-Hall, 1963 (Trad. Bras. Mathias Lambert, Rio de Janeiro, Zahar, 2004).

JENKINS, Keith. **A História repensada**. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001 [1991], p. 9-120.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal**: volume único. 5. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.

LOPES, F. H. **Medicina, educação e gênero: as diferenciações sexuais do suicídio nos discursos**

médicos do século XIX. Educar, Curitiba, n. 29, p. 241-257, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



REEDY, W. M. A INCONTORNÁVEL INTENCIONALIDADE DOS AFETOS: A HISTÓRIA DAS EMOÇÕES E AS NEUROCIÊNCIAS ATUAIS. **Dossiê Emoções Medievais: Conceitos, Métodos e Teorias**. Maranhão, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18817/brathair.viAheadofPrint>>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SCHNEIDER, S. D. “Só achei uma solução: a ‘morte’” violência e subjetividade nos escritos de mulheres suicidas (1940 – 1970). Marechal Cândido Rondon, 2022.

SOUZA, D. H de. História do suicídio: um balanço historiográfico. **Intellèctus - Ano XXI, n.2, p. 181-199, 2022.**

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



SABERES EM MOVIMENTOS: UM BREVE PENSAR SOBRE A EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO PIRITUBA (1984-2024)

Giovana Rodrigues Martins¹

¹ Mestre em História pela UEPG

Considerações iniciais.

O objetivo deste texto é revelar o papel da educação no assentamento Pirituba, que integra ao Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST), avaliando a historicidade das instituições no local e a realidade das escolas assentadas, entendendo a importância das instituições educacionais para a compreensão do sujeito sobre si. Diferentemente de pesquisas anteriores que trabalham sobre o tema, o ineditismo deste texto é acerca do lugar que se fala, neste caso o assentamento Pirituba, bem como da maneira que se trata, através da história oral, dos relatos daqueles que construíram as instituições e dos que participaram e participam dela diariamente.

Por se tratar de uma pesquisa de um movimento com uma comunidade tão ativa e atuante pelas mobilizações políticas e sociais no Brasil, constatou-se que a metodologia da História Oral não apenas auxilia na construção da narrativa historiográfica, mas também ajuda na compreensão da resistência, reflexão e transformação social vivida pelos personagens da pesquisa. Em paralelo a isso, o local do ensaio não conta com um acervo sobre a temática amplo, carecendo de uma análise feita por meio daqueles que vivenciaram o processo pela educação.

Embora um dos intuitos seja contribuir para o acervo memorial e historiográfico, não há intenção de salvaguardar a memória daqueles que participaram deste trabalho. O propósito é compreender a cultura local e as dinâmicas vivenciadas, precavendo-



se do que Robson Laverdi¹⁰³ chama de usos populistas de "dar voz ao outro". As memórias com as quais foram trabalhadas não dependem do âmbito acadêmico para serem ouvidas; o proposto é uma análise historiográfica do fenômeno estudado: a relação entre espaços formativos e a identificação do ser sem-terra.

Na condução deste trabalho, as narrativas estudadas basearam-se em onze entrevistas, realizadas no ano de 2023, para uma dissertação de mestrado ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Assim, este texto é apenas um pequeno fragmento da pesquisa realizada entre os anos de 2022 a 2024, e por isso aqui será revelado apenas uma pequena parte da complexidade do grupo em análise.

Sobre a escolha dos entrevistados a mesma não foi arbitrária; ao contrário, buscou-se compreender como e se a educação influenciou no processo identitário do ser sem-terra, analisando a realidade em que vivem e o panorama educacional do assentamento, visto que este era o objetivo da pesquisa que este ensaio integra. Os sujeitos da pesquisa entrevistados neste trabalho estão apresentados no Quadro 1:

Quadro 1- Sujeitos da pesquisa.

NOME	IDADE	GÊNERO	OCUPAÇÃO	LOCAL
Alessandra Silva de Carvalho	40 anos	Feminino	Advogada	Agrovila V
Arlizete Ferreira	58 anos	Feminino	Agricultora e costureira	Agrovila I
Elci Pereira	56 anos	Masculino	Agricultor	Agrovila I
Eleidimar Pereira dos Santos	46 anos	Masculino	Professor	Agrovila I
Fernanda Ramos	24 anos	Feminino	Cooperada	Agrovila III
Maria Izabel de Almeida Fontes	45 anos	Feminino	Funcionária pública	Agrovila III
José Aparecido Ramos	57 anos	Masculino	Agricultor	Agrovila III

¹⁰³ LAVERDI, R. Raymond Williams e história oral: aproximações sócio constitutivas. In: LAVERDI, R.; MASTRANGELO, M. (org.). Desde las profundidades de la história oral. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Lourdes Sanchez	61 anos	Feminino	Agricultora e diretora	Agrovila VI
Maria de Fátima Matheus	57 anos	Feminino	Agricultora	Agrovila I
Rosalina Lima	-	Feminino	Professora	Agrovila I
Sandra Lucia dos Santos	-	Feminino	Professora	Itapeva/SP

Fonte: A autora, 2024.

A seleção se deu em conjunto com o MST da região, que integrou todas as etapas desta pesquisa. Para a realização do trabalho e escolha de seus personagens estabeleci três grupos: 1) ocupantes: lutaram pela ocupação e conquista das escolas no Assentamento Pirituba; 2) comunidade: vivenciou o processo de conquista pela educação e/ou integrou como aluno as instituições que serão trabalhadas; 3) equipe escolar: participa do cotidiano escolar na atual conjuntura.

Foi utilizada a entrevista semiestruturada, em que havia um roteiro previamente estabelecido, que possibilitou permear os meandros da subjetividade dos sujeitos da pesquisa. Esse instrumento permitiu a realização de um mapeamento dos sentidos e da identificação do ser sem-terra, além de corroborar na compreensão da complexidade educacional que a educação nos limites do assentamento Pirituba já apontava.

O uso da metodologia foi essencial para a realização da pesquisa, que tinha como intuito levantar os elementos de identificação do ser sem-terra no setor educacional. Assim, o método foi mais que adequado neste sentido, uma vez que a produção da memória por meio de registros orais, conforme destacado por Ulpiano T. Bezerra de Meneses¹⁰⁴, não apenas reflete na conscientização política, como também coleta, organiza e reconhece indicadores empíricos valiosos para o entendimento do

¹⁰⁴ MENESES, U. T. B. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.



fenômeno relacionado a determinado grupo. Por meio desses registros, fica claro a possibilidade de recolher aspectos importantes para os sujeitos.

A formação da educação no assentamento Pirituba.

É essencial começar este tópico destacando que, inicialmente, os assentados do local buscavam as escolas como um meio de afastar seus filhos da lida com a terra. As instituições eram vistas como espaços de melhoria de vida, associadas à criação de caminhos mais promissores para os estudantes, desvinculando-os do espaço rural. Entretanto, proponho uma análise mais profícua desta questão, que pode reduzir e excluir a noção de educação do campo desenvolvida pelo MST, os debates encontrados no decorrer da pesquisa, bem como percurso historiográfico para o ensino visto na localidade.

Com uma ligação direta ao seio familiar e suas necessidades, a educação emergiu como uma prioridade entre os entrevistados. Com o tempo, a criação de espaços formativos possibilitou o enraizamento dos sujeitos ao campo, contribuindo para a manutenção e consolidação na luta pela terra. Assim, a criação de espaços de permanência, como educação, saúde, etc. foram essenciais para a continuidade da conquista pela terra, que muitas vezes pareceu distante. D. Fátima, residente da Agrovila I¹⁰⁵, é afirma que:

Primeiramente, nós tivemos que lutar por isso, chegar, estar aqui na terra, nós tivemos que correr atrás dessa escola. Mas aí as famílias se reuniram, né, os pais, as mães se reuniram em busca da escola, que é o papel principal, né. Nós estávamos naquele momento, né. Não só ficar aqui em cima da terra, como nós precisamos ter uma escola para colocar nossos filhos na escola, né. Colocar nossos filhos. Primeiramente, a gente só pensou em nossos filhos estudando. Aí, daí, nós corremos atrás dessa escola. Mas também, depois que nossos filhos, que nós vimos que nossos filhos estavam estudando, nós percebemos também que poderíamos estudar, né? [...]. As crianças crescem confiantes de quem eram e são, e têm um papel muito importante e

¹⁰⁵ O termo “Agrovila” refere-se à divisão territorial da área estudada. Trata-se de uma espécie de bairro rural, no qual há lotes destinados às moradias e outros voltados à produção. Atualmente, a área conta com seis agrovilas, resultado de longos processos de ocupação — que levaram mais de 10 anos para serem concluídos — em sua grande extensão territorial, que abrange 17.420 hectares.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



fundamental aqui no assentamento. E com isso, a partir da escola, que eles começaram a estudar, a adquirir consciência, conhecimento, adquirir de entender o papel deles, o papel dos pais, o papel deles junto aqui no assentamento.¹⁰⁶

A iniciativa pela educação surgiu para proporcionar às crianças acesso ao conhecimento no sentido tradicional de ensino. Contudo, a percepção de um ensino abrangente e acessível a todos, onde a escola é um espaço de conscientização e aquisição de sentidos, não demorou a se consolidar. Edvaneide Barbosa da Silva¹⁰⁷, no ano de 2008, identificou a problemática na busca por instituições no Assentamento Pirituba, estabelecendo como objetivo exclusivo a educação do ensino infantil, situação superada nos anos iniciais do acampamento. É possível dizer que a conscientização do direito à educação teve como ponto de referência o trabalho desenvolvido pelo movimento, que nesta pesquisa apareceu como sujeito educativo atuante no processo formativo de seus integrantes.

Marcado por dificuldades, destaca-se que a conquista das escolas não foi um processo fácil. Atualmente, a localidade conta com todas as etapas educativas, desde o maternal até o ensino médio, com as escolas: E.M. Terezinha de Moura Rodrigues na Agrovila I, vinculada ao município de Itapeva, abrangendo do ensino infantil até o fundamental I; E.M. Agrovila III: Ciranda da Educação, no bairro de mesmo nome, vinculada à cidade de Itaberá, e que atende crianças da creche à pré-escola; e a E.E. Idílio Mendes, localizada também na agrovila I, pertencente à rede estadual de ensino, onde atua com o ensino fundamental II e ensino médio.

Nos primeiros anos, o assentamento contou com uma escola improvisada, localizada na Agrovila I. As escolas itinerantes ou de caráter emergencial são uma característica adotada pelo MST em sua prática, devido à urgência na inserção das crianças e jovens no processo escolar. A escola abrigava apenas o ensino

¹⁰⁶ Entrevista concedida à autora, em janeiro de 2023.

¹⁰⁷ SILVA, E. B. Encontros e desencontros: a ação política entre educadores e famílias no assentamento Pirituba II - Sudoeste Paulista (1984-2006). 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



fundamental I, com aulas multisseriadas ministradas por professoras do município de Itapeva. Para que as crianças pudessem estudar a partir do atual 6º ano, era necessário deslocar-se para as escolas das cidades, como relata Arlitezete Pereira, conhecida como D. Zete:

[...] a minha primeira filha, que é a Vanessa, né, hoje ela trabalha. Ela estudou aqui, e naquele tempo, ela é de (19)87... Aqui não tinha escola, tinha uma escolinha de madeira, a primeira escolinha que teve aí era uma escolinha, casinha de madeira, né. Só que tinha só até a quarta série, aí de quinta série os alunos tinham que ir para a cidade. Ela estudou nessa escolinha aí, daí todo dia vinha um ônibus 5 horas da manhã. O dormitório já estava, o motorista, numa casinha que tem ali. Aí a gente levava, eu levava ela todo dia 5h da manhã. Podia tá chovendo, não tinha luz naquele tempo aqui não, era barro, era a gente saía do jeito que ia, né? Eu levava ela lá no asfalto para ela pegar o ônibus, e voltava embora todo dia. Até que ela estudou, hoje ela é auxiliar de dentista. Trabalha aqui no postinho, fez curso e tudo. Mas estudo, foi bem. Daí depois dela eu tive a Bruna, que é a mais do meio, e o outro meu filho, que é o Lindberg também, eles já estudaram tudo aqui, não precisou tá indo cedinho para a cidade. Porque na cidade era difícil, né, chegava ônibus que quebrava no meio do caminho, passando às vezes até fome, Chegava 15 horas da tarde em casa, não era fácil, né?! Mas a escolinha aqui toda vida, e depois disso melhorou, tem escola aqui bem dizer na porta, né?¹⁰⁸

O término do ensino foi desafiador, exigindo apoio familiar e comunitário, uma vez que o transporte representou uma conquista dos militantes em relação à prefeitura. O relato também evidencia a realidade vivida por parte dos jovens nos primeiros anos do acampamento e assentamento, assim como as diversas experiências por eles enfrentadas. Portanto, entende-se que a consolidação de todas as etapas educacionais no assentamento Pirituba é crucial na redução da evasão escolar camponesa, melhorando a qualidade de vida de jovens e crianças assentadas, que não precisam mais enfrentar as dificuldades da estrada e a distância em relação às escolas.

Quanto à relação entre escolas, municipalidades e assentamento, tem como marco negociações. A chegada dos novos sujeitos levou à reestruturação do local, que era dominado pelos proprietários de terra. Foi necessário o reconhecimento

¹⁰⁸ Entrevistada concedida à autora, em janeiro de 2023.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



dos camponeses como integrantes das dinâmicas sociais, da cultura local e detentores de direitos constitucionais, tornando-se imprescindível a construção de espaços de permanência, como escola. Acerca disso, S. Zezinho diz:

Então, aqui no nosso grupo do III especialmente, nós, quando conquistamos uma pequena área de terra, tínhamos a sede da fazenda, né. Como tinha então a nossa reivindicação com o município de implantar educação no nosso grupo, aqui no assentamento, tinha bastante crianças e não tinha sala de aula, não tinha aula. A escola mais próxima ficava a uns 6 km do local do acampamento. E mesmo lá nesse lugar não tinha salas, não tinha uma escola organizada, não cabia, não tinha cômodos. Eles tinham uma escola lá que estudava 12 alunos, 12 a 15 alunos, de primeiro a quarto ano, tudo junto, multisseriado. E nós então fizemos uma proposta para o município, de nós cedermos essa casa, sede da fazenda, para que o município então a adequasse, fizemos essas alterações nas salas e criasse salas. Tipo, eram cinco, seis cômodos, eles quebravam parede, faziam salas de aula. Isso aconteceu em 1987. O município trouxe para cá os educadores. Eles ficaram durante uma semana na escola, dormiram na escola e trabalharam. Foi esse o primeiro passo dado em relação à primeira escolinha da Agrovila III.¹⁰⁹

Seu Zezinho comenta sobre as dificuldades que a Área III enfrentou para estabelecer a instituição Ciranda da Educação. É evidenciado o descaso do poder público na região, considerando a necessidade de organização e iniciativa da comunidade para concretizar a escola. Atualmente, a situação pouco mudou, com a não implementação das alterações na escola, que inicialmente era uma medida temporária, tornou-se permanente. Assim, Lourdes completa afirmando:

E veio um projeto de construção de escola, só que ficamos sabendo que o projeto era para nós, nós que apresentamos, e ao final essa escola foi levada para outro bairro, e não foi construída a escola na Agrovila III. Então, na Agrovila III ainda aquela escolinha que está lá embaixo, na vila de baixo, existia o projeto para construção, para substituir aquela escola, de... Ah, faz assim uns 23/24 anos atrás, naquela época.¹¹⁰

A aspiração comum entre os assentados é ter uma escola estruturada e agradável para suas crianças. No entanto, Lourdes revelou no trecho acima que a construção não ocorreu na área assentada, mas sim no bairro da cidade. Ou seja, os meses de negociação que antecederam a obra não foram cumpridos.

É necessário destacar a dinâmica cultural estabelecida na região. Nesse

¹⁰⁹ Entrevistada concedida à autora, em fevereiro de 2023.

¹¹⁰ Entrevistada concedida à autora, em fevereiro de 2023.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



sentido, é possível mostrar como as relações culturais foram relevantes, utilizando o conceito de Raymond Williams¹¹¹ sobre cultura. Segundo o autor, a cultura é um modo de vida realizado a partir das interações materiais, expresso e ressignificado na individualidade. Com a exclusão hegemônica tangente, não há surpresa no relato de Lourdes, embora ela tenha expressado indignação durante a entrevista; o mesmo ocorre com outros entrevistados que mencionam o episódio. Assim, observa-se uma naturalização das diferenças sociais entre campo e cidade, apesar de possuírem elementos em comum e colaborarem nos aspectos culturais construídos, sendo interventores das relações sociais nas municipalidades envolvidas nesta pesquisa.

Outro ponto que ecoa é a dinâmica entre o Estado e a região assentada. O movimento tem um inimigo com nome e características próprias: o modelo social proferido e formulado pelo Estado é contra quem o MST combate, uma vez que impede o desenvolvimento nas regiões pela reforma agrária. Quem adverte isso é o pesquisador e militante João Pedro Stedile¹¹². O intuito não é cometer anacronismo, visto que se compreendem as mudanças e avanços em perspectiva nacional e regional; no entanto, durante muito tempo houve o assombro da negligência, que deixa marcas na história local. Assim, é possível articular a construção da escola no bairro da cidade e a exclusão das demandas assentadas a um modo de sociedade, uma maneira de ver o mundo e uma forma de moldá-lo.

Observou-se que o percurso pelas escolas exigiu um esforço considerável, derivado das experiências desenvolvidas em conjunto com o MST e da necessidade imediata. É provável que, mesmo sem as ações promovidas pelo movimento, houvesse hoje instituições de ensino no assentamento Pirituba; no entanto, é possível afirmar que seriam diferentes, com outro significado e uma nova relação entre escolas e comunidade.

¹¹¹ WILLIAMS, R. Cultura e materialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

¹¹² STEDILE, J. P. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Entre a escola real e a ideal.

O número de escolas do campo e no campo aumentou significativamente, o que evidencia o esforço na conquista dessas instituições. O processo de luta pela educação no assentamento Pirituba foi marcado por dificuldades e por debates entre o setor público e a comunidade assentada, uma vez que não havia apoio dos governos locais. Ainda assim, na perspectiva da comunidade, é possível dizer que houve êxito na implementação das escolas locais, como cita D. Fátima:

Eu percebi que era uma necessidade que nós tivéssemos de lutar por uma escola. A necessidade de que nossos filhos estudassem, é a vontade que nós percebamos quando teríamos que colocar nossas crianças na escola para fazer aquilo que nós não tivemos oportunidade de fazer: estudar em uma escola dentro do assentamento. Uma escola dentro do assentamento, perto da casa de todos. Porque, quando eu era criança, principalmente, eu e meus irmãos não tínhamos uma escola perto de casa. Nós estudamos, mas levantávamos de madrugada e andávamos uns 15 quilômetros para chegar na escola. Nós que passamos por uma cidadezinha e depois voltamos, chegando em casa no meio do dia, com vontade de comer e tudo. E daí nós percebemos, eu percebi, que não era isso que eu queria para as minhas crianças, né? E para as crianças de todos que estavam aqui. Nós queríamos uma escola perto de casa, onde as crianças não precisariam sofrer tanto, sair tão longe para estudar, e que as crianças ficassem que estudam. Então, nossas crianças ficaram que estudaram para... estudar para não crescerem como crianças que ficam só na rua. Entrar na escola, porque elas tinham que estudar, era o que pensávamos. Eu pensei particularmente, e acho que outros pais também.¹¹³

D. Fátima revelou uma mudança de pensamento entre os camponeses da década de 1980: a percepção enquanto sujeitos de direitos. Compreende-se que a educação é um elemento essencial para a continuidade da vida, representando uma possibilidade de mudança de perspectiva. A entrevistada evidenciou a importância que a educação teve em sua trajetória. Devido ao status e ao histórico da educação camponesa em nível nacional, ela ficou entre os milhares de brasileiros que não tiveram acesso ao ensino básico. Sua realidade, no entanto, mudou com a implementação de instituições dentro do assentamento, permitindo que chegasse ao

¹¹³ Entrevista concedida à autora, em janeiro de 2023.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ensino superior com o auxílio do movimento. Com isso, para a entrevistada, a escola é um espaço de transformação para a classe camponesa.

É necessário salientar que as escolas não surgiram como um lugar de enraizamento desde o início. Foram vistas como uma forma de tirar os jovens do campo, um refúgio da vida difícil que levavam. Hoje, no entanto, as escolas possuem o significado de permanência no campo, pois os educandos não precisam mais sair para garantir o cumprimento de um direito básico.

Contudo, quanto às possibilidades reais, os currículos das instituições analisadas não contemplam projetos vinculados ao campo. Suas diretrizes foram formuladas pelos setores municipais e estaduais de ensino, sem relação com os ideais camponeses. Isso pode sugerir a inexistência de qualquer vínculo com a realidade local. A escola precisa estar alinhada aos anseios da comunidade e às suas potencialidades, e não apenas ao que se idealiza como saber dentro dos assentamentos da reforma agrária.¹¹⁴

O currículo é a estrutura cultural da escola, a síntese do conhecimento a ser construído dentro dos muros educacionais. Ao ler o documento, percebe-se a intencionalidade do saber instituído, embora ele seja apenas uma das instâncias dentro das escolas e não determine o ensino em sua totalidade.

A partir da leitura das diretrizes curriculares estabelecidas pelos municípios de Itaberá e Itapeva, onde se localizam as escolas estudadas, assim como pelo Estado de São Paulo, observa-se a distância entre o modelo educacional formulado pelo MST e o conteúdo estabelecido nas escolas. Os temas escolares estão vinculados a uma

¹¹⁴ Ao longo do trabalho, ficou evidente a falta de materiais adequados em sala de aula para a realização de práticas pedagógicas diferenciadas. O poder público não realiza uma análise do saber a partir da realidade local. As questões que tangenciam a comunidade, as vivências dos educandos e seus interesses adentram a esfera escolar de outras maneiras: nas poucas interações entre a comunidade e as instituições educativas no cotidiano escolar — que não foram e nem serão aprofundadas neste ensaio — e nas iniciativas individuais dos professores. Esses docentes, apesar de seus esforços, enfrentam limitações decorrentes das condições de trabalho e da formação deficiente, conforme apontado pelos próprios educadores entrevistados ao longo da pesquisa.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



política tradicional de educação, sem diferenciações entre o público citadino e o campesino. A ideia de um saber direcionado à realidade do aluno, que respeite e preserve as relações socioculturais trazidas por eles, não se encontra na base curricular dos documentos analisados.

Não há nenhuma disciplina ou projeto permanente vinculado a educação do campo nas escolas desta pesquisa, mas a criação de projetos assim não é impossível. Em nível nacional há diversos exemplos de instituições com modelos que se assemelham ao que parece ser desejado pelos militantes assentados.

É o trabalho prático que cria uma vinculação entre os princípios defendidos pelo MST e o saber experienciado nas instituições¹¹⁵. Os documentos oficiais das escolas deste ensaio não se alinham ao conhecimento e às diretrizes filosóficas estabelecidas pelo movimento, o que coloca muitos professores em uma encruzilhada. Durante o trabalho de campo e os contatos estabelecidos ao longo das entrevistas, ficou evidente a existência de docentes ainda dispostos ao diálogo em busca de um saber diferenciado, com vínculo na educação do campo, como diz Rosinha:

Foi só na hora de montar os projetos para a sala que não consegui, depois de um tempo em que eu não consegui. Mas, depois que as professoras concursadas chegaram, que já estavam há mais tempo na função, eu realmente não consegui fazer o trabalho da mesma forma como nos primeiros anos. Mesmo assim, a professora que eu falei, que é mais velha do que a gente, fez uma pós-graduação para entender melhor a área, e ela é ótima para trabalhar. Não sei se poderia falar o nome, ela foi agora para representar a escola lá em Belo Horizonte. Ela voltou toda empolgada e, assim, eu gostei muito.¹¹⁶

Rosalina Maria, mais conhecida como Rosinha, que reside na Agrovila I, relatou sua experiência como educadora e as percepções sobre outros professores,

¹¹⁵ Os trabalhos práticos dão sentido e criam uma vinculação efetiva entre ensino e mundo camponês, o que não desvalida a importância e necessidade de projetos, programas, bem como a existência de um currículo voltado ao mundo camponês. É por meio dos documentos oficiais que há a segurança da permanência do saber campesino, já que existe a possibilidade cobrança e verificação em caso de descumprimentos, não ficando os educandos a mercê das ações do professorado e da secretária de educação.

¹¹⁶ Entrevista concedida à autora, em janeiro de 2023.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



especialmente aqueles vindos da cidade. Apesar de acreditar que há resistência por parte dos colegas que não se reconhecem com o campo, ela revelou que ainda há uma equipe interessada em tais temáticas

Contudo, houve mais um empecilho posto a realidade: a defasagem na formação dos educadores e a elaboração de conteúdos prontos e padronizados. O desejo de formar o que Mônica Molina e Maria Isabel Antunes-Rocha¹¹⁷ chamam de “intelectuais orgânicos” da classe trabalhadora camponesa — professores que constroem uma criticidade a partir da vida no campo — ainda está longe de se concretizar.

Muitos professores não foram formados para lidar com a complexidade do contexto social. Esta é uma problemática nacional que afeta cada vez mais o cotidiano das escolas públicas. Rosinha evidencia esta problemática, ao relatar as dificuldades em trabalhar com professores sem formação adequada:

Na verdade, eu morei aqui e estudei, fazendo uma universidade bem diferente, voltada para a educação do campo. Tanto que o curso se chama Pedagogia da Terra, né? Quem estuda a Pedagogia da Terra tem uma visão diferente da pedagogia comum. Eu achei um pouco de dificuldade, porque algumas pessoas, algumas professoras que dividiram a sala comigo, disseram: 'Ah, não, essa atividade tem que pôr a mão na terra, vai sujar, vai estragar a minha unha. 'Aí, não, vai sujar meu sapato'. Porque, daí, a gente tinha que ir até a horta, no canteiro eu tive dificuldade, porque não conseguia fazer tudo sozinho, já que eram várias crianças pequenas. Éramos quatro da Educação Infantil, e três da cidade, que tinham a mesma linguagem.¹¹⁸

Como os funcionários ingressam por meio de cargos públicos, seja por concurso ou processo seletivo, não há controle sobre a relação deles com esse tipo de saber. Ou seja, parte do corpo docente não tem vínculo com o campo nem a devida instrução, o que faz com que muitos não consigam realizar um trabalho satisfatório.

¹¹⁷ MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Educação do Campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores - reflexões sobre o Pronex e o Procampo. *Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220-253, jul./dez. 2014.

¹¹⁸ Entrevista concedida à autora, em fevereiro de 2023.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A visão diferente da entrevistada está relacionada ao seu percurso pessoal e formativo. Criada na área rural e com uma formação proporcionada por programas de educação voltados à reforma agrária, Rosinha demonstra a diferença que isso fez em sua atuação profissional. Grande parte dos professores possui uma vivência urbana e, por falta de interesse, preconceito ou até mesmo dificuldades em implementar atividades diferenciadas, o conhecimento voltado ao campo não se efetivou. A prática se distanciou dos documentos formulados pelo MST e não atendeu às expectativas em relação à educação camponesa, o que não significa que não resolvam parte das demandas do cotidiano local.

É possível compreender que se estabelece uma relação complexa: de um lado, educadores dispostos a fazer a diferença; de outro, aqueles que enfrentam dificuldades na implementação de um saber voltado ao campo.

A educação é um ponto-chave entre o mundo desejado e o vivido, sendo um dos meios pelos quais o sujeito se forma. Há outras experiências que moldam o ser social, e o âmbito cultural possui várias interfaces em sua construção, que tanto modulam o sujeito quanto são moduladas por ele. Entretanto, o saber proporciona os recursos necessários para que o indivíduo compreenda sua relação com o mundo e se insira em determinados contextos. A educação, dependendo de sua intencionalidade, pode ser uma fronteira para criação de novos horizontes.

Considerações finais

Como explicitado no início do ensaio, este trabalho refere-se a um pequeno fragmento da dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da UEPG. A escrita aqui apresentada possui limitações decorrentes do próprio recorte escolhido, entretanto, o objetivo central foi compreender a importância das instituições no assentamento Pirituba e a realidade que se consolidou diante do histórico das áreas rurais.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ENTRE O “NÃO-LUGAR” E O “MAU-LUGAR”: BLADE RUNNER (1982) E AS EMERGÊNCIAS DE UMA ÉPOCA

Vitor Bomfim Lopes¹
Erivan Cassiano Karvat²

¹Formado em História pela UEPG e mestrando em História pela UEPG.

²Doutor em História pela UFPR.

Este trabalho diz respeito à minha primeira Iniciação Científica feita durante a graduação em História. Trago-a para debate, novamente, mesmo não sendo o tema de minha pesquisa em Mestrado (PPGH-UEPG), pois obras distópicas são terrenos férteis para discussões acerca de questões climáticas e outras emergências historiográficas que enfrentamos em nosso contexto histórico-social atual. Mesmo um filme como *Blade Runner*, lançado em 1982, e inteiramente baseado na obra literária *Androides sonham com ovelhas elétricas?*, lançado por Phillip K. Dick, quatorze anos antes da película cinematográfica, alguns apontamentos chave ainda ecoam em nosso horizonte de problemáticas devido a feridas abertas que constantemente são inflamadas por situações do presente capitalista.

1. POSIÇÕES ANTAGÔNICAS DO REAL: O FUTURO POSSÍVEL DA UTOPIA E O FUTURO EVITÁVEL DA DISTOPIA

A distopia é filha da utopia; uma filha maldita, mas que não nega sua origem. Ambas estão conectadas ontologicamente – ou epistemologicamente, – pois não há distopia sem utopia, e vice-versa.

Utopia é, grosso modo, uma projeção – “Composto pelos vocábulos gregos (adv. De negação) e topos (lugar), o termo designa uma ideia fora do lugar [...]”¹¹⁹ – de um lugar, espaço, ou mundo inexistente onde simulações ideais fazem parte da

¹¹⁹ LEVY, Nelson. Crítica e utopia. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



lógica de sua existência imaterial. Seria, portanto, um “não-lugar”, construído através do discurso que expressa mentalidades e realidades em vista da constituição de um futuro também projetado, imaginado.

A concepção mais comum, que entende a utopia como sinônimo de lugar ideal no sentido positivo, nasce a partir da obra *Utopia*, de 1516, de Thomas Morus.¹²⁰ A influência da obra transbordou para além do âmbito literário, enquadrando discursos histórico-políticos com temas de futuros justos como “discursos utópicos”. Isto é, surge, aqui, um elemento basilar para entender a utopia como manifestação política, literária e sociológica: o desejo de mudança. O pensamento utópico é intrinsecamente uma vontade manifesta de transformação, e ao mesmo tempo se apresenta como movimento sem fim, procura como constância.¹²¹

Essa constante também se apresenta na distopia.

Embora seja um conceito dicotômico, o discurso distópico traz consigo similaridades com a utopia no posicionamento em relação ao entendimento do mundo: o mais evidente é, como recém dito, a presença da mudança como elemento central, mas é válido ressaltar a noção de lugar, neste caso, o “mau-lugar”. Ou seja, na distopia, busca-se mudança através da projeção de um lugar indesejável.

Enquanto a narrativa utópica tem como função o devir social pela busca do ideal igualitário, a distopia utiliza-se constantemente de narrativas apocalípticas para evidenciar lugares e caminhos onde não devemos chegar; assim, a distopia trabalha com a “psicologia reversa” da narrativa utópica. Se pensarmos apenas como conceitos divergentes, a distopia só existe a partir do momento que a narrativa utópica se

¹²⁰ “O problema da definição [da utopia] não é filológico mas de conteúdo [...]. A etimologia é conhecida e é muito simples quando se supera a disputa filológica aberta pelo livro de Thomas Morus”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11ª Edição. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 1284-1285.

¹²¹ TONIN, Thays. *OS FANTASMAS DA MODERNIDADE E AS IMAGENS DISTÓPICAS EM QUADRINHOS E OUTRAS ARTES*. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



estabelece – assim sendo, obras como *O Príncipe*, de Maquiavel, podem ser pensadas como consequência de um pensamento e/ou posicionamento distópico.¹²²

O pano de fundo para os discursos utópicos e distópicos é a modernidade. E a partir do século XIX, mas principalmente no século XX, a sociedade moderna escolhe sua filha favorita: a distopia desponta como cenário mais adequado. Engana-se quem pensa que essa preferência simboliza um pessimismo filosófico, pelo contrário, o discurso distópico se destaca pela esperança.

Mas se a distopia é o “mau-lugar” ou um futuro problemático, onde a esperança se encaixa? Ora, no íntimo da narrativa distópica encontra-se um lembrete da possibilidade outra; isto é, os cenários elaborados identificam que o problema é um condicionamento e não de uma natureza fixa, tal como destinada, que existem projetos políticos e valores culturais impostos, sendo um devir que deve se evitar – ao menos fazer algo para que seja evitado, – maus espíritos que devem ser exorcizados através de uma ação. Ao lidar com um futuro indesejável, toda distopia anuncia uma realidade outra possível de se alcançar, desejável – “uma utopia pós-distópica.”¹²³

Portanto, as narrativas distópicas projetam imagens que não queremos ver para que possamos desejar outras coisas, outros lugares; a distopia materializa o “não-lugar” para que ele fique apenas no campo imaterial, do não-desejável.

É em 1927 que o gênero distópico chega às telas dos cinemas. *Metrópolis*, do diretor alemão, Fritz Lang, expõe um futuro onde o trabalho capitalista atingiu o seu ápice na produção de desigualdades entre patrões e operários. No longínquo ano de 2026, a classe operária vive escravizada pela lógica do mercado no subterrâneo das cidades, vivendo para trabalhar, morrendo ao trabalhar em demasia, enquanto os ricos desfrutam de suas riquezas, na parte de cima da cidade, levando suas vidas idílicas sem a menor das preocupações. *Metrópolis* escancara, através da imagem, os sintomas da sociedade moderna alemã vivendo as complicações do pós-guerra, no período de Weimar. Sintomas, aqui, no sentido revelado por Aby Warburg (2015),

¹²² Id. Op. Cit.

¹²³ Id. Op. Cit., p. 50.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



como aquilo que está em função da memória; e esta memória, por sua vez, como responsável pela criação de toda a dimensão simbólica. A arte é pensada como um viés sintomático que está sempre relacionada à memória.

O “mal-estar” da sociedade moderna está justamente nessa dimensão simbólica criada na relação entre memória e arte, neste caso, a arte projetada pelo cinema.

Talvez a razão deste “mal-estar” diante do simbólico resida no fato de que a aparente simplicidade do esquema, com que nossa cultura interpreta o significar, esconda a remoção de um significar mais familiar e originário, e que não se deixa reduzir docilmente a este esquema (Agamben 2007, p. 231).

Mesmo diante do mal-estar causado pela distopia visível através das telas, ela ainda é a mais conversa com o pensamento ocidental moderno, pautado pelas antinomias: luz x trevas; liberdade x controle; bem x mal; etc. Ainda, as histórias distópicas mexem com o *pathos* de uma sociedade moderna que busca a autonomia, poder de julgamento (no sentido jurídico), de definir e escolher. Sem perder de vista a esperança: no fim de *Metrópolis*, em meio à resistência e luta, a classe trabalhadora vislumbra a conquista de sua liberdade, selado pelo amor entre Freder (filho do capitalista central da trama) e Maria (líder espiritual dos operários).

É no incômodo do mal-estar que a distopia encontra espaço no espírito moderno sedento por mudança. Diante da amargura busca-se uma forma de encontrar o deleite da vida.

1.1. A primazia da distopia: relações com a modernidade

[...] a linguagem dos gestos na forma da imagem, amiúde reforçada com legendas pela linguagem da palavra (que se dirige também ao ouvido), coage as obras arquitetônicas (como arco do triunfo e teatros) e esculturas (do sarcófago à moeda), com ímpeto indestrutível de sua formação expressiva, a uma revivescência da comoção humana em toda a amplitude de sua polaridade trágica (Warburg, 2015, p. 373).

Uma possível explicação da difícil, porém fértil, relação entre sociedade moderna e narrativas distópicas pode ser encontrada na dimensão simbólica da cultura, capaz de relatar aspectos fundamentais da experiência humana: a orientação

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



e a expressão, ou seja, exprimir sentimentos, desejos, paixões, medos e anseios, por um lado, e orientar-se no mundo e contexto vivenciado, por outro.

Os sintomas remetem a conflitos de sentidos, a vários sentidos; no caso de uma obra, a imagem nos afeta por ela mesma ser, por si, afetação¹²⁴. Ao nos depararmos com a imagem, estamos parenta aos conflitos de sentimentos.

Em outras palavras, entender a imagem como sintoma é percebê-la como sobrevivência de ideias, desejos, temores e angústias da vida humana. E isto tudo tem a ver com a predileção pela distopia na modernidade, visto que é na exposição do mal-estar que se encontra, intrinsecamente, o desejo de resolver este problema. É no horizonte de possibilidades outras que a negatividade deixa de ser o único caminho para se mostrar como um obstáculo a ser superado. Ainda, outro diagnóstico pode ser feito: as imagens distópicas como imagens-fetiche, onde existe a relação de negação e afirmação de um objeto pelo fetichista e, com essa relação, é possível relacionar-se com o que não poderia ser apropriado, nem satisfatório¹²⁵. Ademais, o fetiche satisfaz uma necessidade humana por simplesmente existir como tal; então:

como presença, o objeto-fetice é, sem dúvida, algo concreto e até tangível; mas como presença de uma ausência, é, ao mesmo tempo, imaterial e intangível, por remeter continuamente para além de si mesmo, para algo que nunca se pode possuir realmente. [...] Essa ambiguidade essencial do estatuto do fetice explica perfeitamente um fato que há muito foi revelado pela observação, a saber, que o fetichista tende infalivelmente a colecionar e a multiplicar os seus fetiches (Agamben, 2007, p. 61-62).

Eis, portanto, a infindável relação entre modernidade e distopia. Nada mais é que uma obsessão de se imaginar futuros, idealizar outros-lugares, não-lugares.

O dualismo típico do moderno: evidenciar para esquecer; relatar para mudar. São essas antinomias insolucionáveis uma outra compulsão moderna. Um exemplo, o medo generalizado da liberdade e a vontade de fugir desta liberdade de qualquer

¹²⁴ DIDI-HUBERMAN, Georges. A imagem sobrevivente. História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

¹²⁵ AGAM BEN, Giorgio. Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



forma possível.¹²⁶ Esse temor se encontra presente na literatura do final do século XIX e, a partir do século XX, as narrativas distópicas se apropriam do receio para projetar seus futuros, com os medos e sintomas do presente. Das inquietações, os caminhos do progresso científico e tecnológico que no modernismo arquitetural eram os mais visíveis: “[...] o maquinismo é imaginado [...] como o lugar da plenitude e da felicidade. Mas o fiasco do modernismo tornou-se logo evidente, desde o exílio do Bauhaus nos Estados Unidos: a técnica fizera nascer o totalitarismo.”¹²⁷

É diante desse cenário do espaço urbano que fica exposto problemas modernos; a decadência do pensamento iluminista de progresso científico, a descrença generalizada em pensamentos otimistas quanto ao futuro promissor de uma sociedade nos moldes do ídolo da razão. O século XX mostrou para o Ocidente – com os campos de concentração, guerras mundiais e as bombas nucleares – o lado sinistro da ciência.

Questões sobre os limites de poder dos Estados, sobre organização social, e sobre os limites da ciência (preocupados com a relação infeliz entre ciência genética e eugenia) começam a aparecer nessa atmosfera de medo e pessimismo. É por isso que, nas obras distópicas deste período, a questão da soberania é central. As distopias do século XX possuem a vontade de expressar o descontentamento com o projeto moderno de sociedade, problematizando a ideia de progresso, de corpo ideal, da ciência como ícone incólume, etc.

Continuamente, é preciso expor o mais íntimo dos defeitos a fim de fortalecer o que se espera de novo.

2. BLADE RUNNER (1982) E AS LÁGRIMAS NA CHUVA QUE EVIDENCIAM O SENTIMENTO DE UM TEMPO HISTÓRICO

¹²⁶ BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

¹²⁷ Id. Op. Cit., p. 197-201.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Los Angeles, 2019. A cidade futurística de Ridley Scott é caracterizada, entre outras coisas, pelo caos, desordem, e pela atmosfera cansada de seus habitantes que andam por suas ruas estreitas e desorganizadas protegendo-se da chuva ácida habitual do local.

A cidade é sufocante, não apenas pela sua superpopulação, mas também pelos prédios, torres e edifícios enormes e decadentes. O trânsito de carros voadores é desordenado; a economia, predominantemente informal e asiática¹²⁸, busca seu espaço por todos os cantos da cidade. Tudo é comércio, tudo é mercadoria; não há presença de biodiversidade, a cacofonia é a única constante do local.

Neste mundo onde a entropia parece ser um problema estrutural existem andróides de tecnologia avançada trabalhando e explorando incansavelmente as colônias interplanetárias, estes trabalhadores robóticos são conhecidos como replicantes. Com os recursos naturais em nosso planeta esgotados, as árduas tarefas que realizam estes escravos são essenciais para fins de preservação e continuidade da sociedade humana. A Corporação Tyrell, incumbida da fabricação dos replicantes, desenvolveu diversos aprimoramentos que foram chamados de Nexus-6: unidades especializadas, mais inteligentes, autônomas e com certa habilidade para desenvolver emoções humanas. Sem perder de vista o controle sobre os novos andróides, os Nexus-6 foram concebidos com uma vida útil de quatro anos. No espaço, seis replicantes rebelam-se em uma das colônias, assassinando pessoas e retornando à Terra. Mesmo sob proibição se transladam clandestinamente para a cidade de Los Angeles. Com a notícia chegando aos ouvidos das autoridades, são acionados os blade runners, detetives especializados no extermínio desse perigo conhecido como replicantes.

¹²⁸ A excessividade asiática, que contribui com a cacofonia babélica dessa Los Angeles distópica, não é acidental. Como aponta Barros (2011), além dos chineses dominarem o comércio, é retratado no filme a presença dos japoneses na imagem de uma japonesa anunciando a Coca-Cola, num enorme anúncio de LED, apresentando a ideia de capitais internacionais na cidade. A presença dos migrantes é uma ameaça da perda de uma identidade propriamente “americana”.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Símbolos sonoros e visuais que enfatizam a decadência, o caos, o medo e o pessimismo podem ser vistos por todo o filme. A Terra, em *Blade Runner*, tornou-se a casa daqueles que não foram capazes (financeiramente ou fisicamente) de deixá-la para viver uma vida melhor nas colônias espaciais. A burguesia deixou para trás, além das pessoas, um planeta poluído e degradado socialmente em prol do crescimento industrial desenfreado. Assim, esta mesma burguesia, utilizando-se desse sistema capitalista-corporativista têm no consumismo sua ferramenta de alienação social com a desculpa, ou melhor, com a promessa de que todos podem um dia viver uma vida melhor nas colônias espaciais. Eis a música melódica e triste de Vangelis que, por várias vezes, transmite um ar de que tudo não passa de um sonho, como se ali, na Terra, seus habitantes suportassem suas vidas miseráveis apenas com o anseio de dias melhores prometido a eles pelas propagandas que promovem o consumo como sinônimo de júbilo.

Nada escapa de seu tempo: estes elementos representados na linguagem do filme estão diretamente ligados ao contexto da obra, a sociedade dita como pós-moderna. Neste contexto, o foco se dá “pela crise do pensamento iluminista e do projeto civilizatório moderno”.¹²⁹

Os replicantes são a materialização do receio emergente da opressão tecnológica ou da perda da identidade de *ser humano*. Existe uma disputa entre memória: a diferenciação entre replicantes cada vez mais perfeitamente humanos está nas conexões entre suas experiências vividas, suas referências e relações com a realidade, seus registros de memória, e como essas relações se transformam oralmente, em conversações, etc. Os replicantes buscam forjar memórias, a tessitura de suas histórias, através da construção de suas identidades. O que os torna menos humanos que nós, humanos? Sem tempo para ponderações, pois tempo é dinheiro, e dinheiro simboliza escapar dessa Terra infernal, bucólica.

¹²⁹ MARTINS, Leonardo Azzi et al. *Blade Runner e as Lágrimas na Chuva: O Cyberpunk no Cinema de Ficção Científica como Metáfora do Presente*. Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2019.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A resposta para qualquer pergunta é a força policial: os *blade runners*, agentes de um esquadrão de elite da polícia responsáveis por “aposentar” os replicantes – termo usado para significar execução. Rick Deckard (Harrison Ford) é convocado à missão de investigar e deter o grupo de Nexus-6 que fugiu ilegalmente para a Terra. Aqui, percebe-se uma característica bastante comum no enredo de Blade Runner: a antinomia. Os replicantes Nexus-6 anseiam por sua longevidade e suas esperanças são depositadas na Terra, em contrapartida, para os humanos, a longevidade está nas colônias interplanetárias.

Em Blade Runner os personagens manifestam uma problemática moral, mais focada na identidade do que na humanidade. A cena em que Deckard visita o dono da Tyrell Corporation, Dr. Eldon Tyrell (Joe Turkel), em sua mansão, é um bom exemplo dessa questão.

Na cena, o *blade runner* se desloca ao local para fazer o Teste Voight-Kampff em um modelo Nexus-6 e buscar entender melhor o funcionamento e as características deste tipo de replicante – o Teste Voight-Kampff é, grosso modo, um detector de replicante; seu funcionamento se dá pela análise de micro expressões e, principalmente, nas reações emotivas expressas na dilatação da pupila e na respiração dos replicantes. No grande salão do poderoso Tyrell, decorada com bonsai (num mundo onde a fauna e a flora são inexistentes, tal decoração é essencialmente um sinal de poder) e com uma abertura, lembrando uma janela, que mostra a projeção de uma Los Angeles romantizada, longe de ser a Los Angeles decadente e sufocante, como se Tyrell tivesse em posse de seu próprio mundo particular, Deckard se depara com Rachael (Sean Young). A replicante é apresentada no filme como uma espécie de divindade, emergindo do escuro e sendo acompanhada por uma trilha sonora esotérica.

Surge então o Dr. Eldon Tyrell (Joe Turkel), e diferentemente do que se espera do “Deus da Biomecânica”, se mostra um homem fraco e frágil, mesmo que rico e poderoso. A ironia é que Tyrell é um ser humano deveras “imperfeito”, tanto psicologicamente quanto fisicamente, apresentando problemas de visão e sendo um

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



sujeito extremamente excêntrico – residindo em um prédio que se assemelha a uma pirâmide faraônica futurista. O ponto chave desta cena é Deckard achar que Rachel não é uma replicante, portanto, ele está ali para submeter um ser humano ao Teste Voight-Kampff. Entretanto, Tyrell diz à Deckard que Rachael está com dúvidas quanto à própria identidade. Ao passo que Deckard estranha a suposta crise de identidade, Dr. Eldon lança mão das aparências:

A meta da Tyrell é o comércio. Nosso lema: “Mais humano que um humano”. Rachael não passa de um experimento. Começamos a identificar neles uma estranha obsessão. Afinal, não têm experiência emocional e só alguns anos para armazenar essas experiências que eu e você temos como certas. Se dermos o passado, temos um ambiente aconchegante para suas emoções e, conseqüentemente, podemos controlá-las melhor (Blade Runner, 1982).

Ao compreender o que acabara de ouvir, Deckard espanta-se com a ideia da implementação de memórias falsas nos replicantes. Este momento é uma virada de chave para o *blade runner* que, ao ter falhado em diferenciar um replicante de um humano, começa a questionar-se sobre sua própria identidade e o seu trabalho – há, aqui, uma culpa que o faz questionar se “assassinato” seria mais correto do que “aposentar”.

Outro elemento emblemático do filme é a sina dos replicantes Nexus-6 aqui na Terra: nenhum deles sobrevive. Pris (Daryl Hannah) é aposentada por Deckard no decorrer do filme, e Roy, no clímax final da trama, após saber que não há como prolongar sua vida, assassina Tyrell, seu criador, e entra em confronto com Deckard, seu perseguidor. No terraço de um prédio, a chuva característica da cidade cai aos montes; o *blade runner*, desarmado, tanta fugir do replicante clandestino pulando para o terraço de um prédio vizinho. Com a chuva, Deckard escorrega e, por pouco, não cai, se segurando apenas por uma viga. Eis que Roy aparece. Desesperado, Deckard está prestes a aceitar a sua morte, pronto para se jogar dali; porém, Roy o segura pelo braço, salvando-o.

O *blade runner* então, confuso e apavorado, se vê diante de uma figura melancólica e ao mesmo tempo decidida, dizendo: “Vi coisas nas quais vocês nunca acreditariam. Naves de ataque em chamas perto da borda de Orion. Vi a luz do farol

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



cintilar no escuro no Portal de Tannhäuser. Todos esses momentos se perderão no tempo como lágrimas... na chuva. [...] ¹³⁰. Em sua última ação com vida, Roy o replicando Nexus-6, comete o ato mais humano e empático da trama: ele salva a vida de seu caçador.

Talvez a contradição maior em Blade Runner é anunciada por Scott como prenúncio de um medo pós-guerra: a iminente desumanização do ser humano diante de uma cidade sufocante que engole tudo e todos para alimentar o capitalismo selvagem, enriquecendo quem nos faz mal, e deslocando homens e mulheres à margem para serem esquecidos em meio ao caos urbano planejado.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estâncias**: a palavra e o fantasma na cultura ocidental. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BARROS, José D.'Assunção. **A cidade-cinema pós-moderna**: uma análise das distopias futuristas da segunda metade do século XX. Revista Crítica Cultural, v. 6, n.1, p. 303-332, 2011.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª Edição. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 1284-1285

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente**. História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

LEVY, Nelson. **Crítica e utopia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MARTINS, Leonardo Azzi et al. **Blade Runner e as Lágrimas na Chuva**: O Cyberpunk no Cinema de Ficção Científica como Metáfora do Presente. Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2019.

¹³⁰ BLADE Runner. Direção: Ridley Scott. Los Angeles: Warner Brothers, 1982. Baseado nanovela "Do androids dream of electric sheep?" de Philip K. Dick.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



TONIN, Thays. **OS FANTASMAS DA MODERNIDADE E AS IMAGENS DISTÓPICAS EM QUADRINHOS E OUTRAS ARTES**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

WARBURG, Aby. **Histórias de fantasmas para gente grande**: escritos, esboços e conferências. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



HISTORIOGRAFIA DO PARANÁ: A NARRATIVA E AS REPRESENTAÇÕES NAS OBRAS DE DAVID CARNEIRO

Jhoymar Campos da Silveira¹

Antonio Paulo Benatte²

¹Mestre em Ensino de História pela UEPG

²Doutor em História pela UNICAMP

Desde o paranismo do início do século XX, a historiografia paranaense tradicional tem se mostrado pródiga em criar, enaltecer e mitificar a figura dos “heróis”. Em geral, essas narrativas legitimam a versão dos vencedores em detrimento dos vencidos e consolidaram-se como obras referenciais, quase canônicas, amplamente reproduzidas até a atualidade. Nesse contexto, destaca-se David Carneiro como um dos mais conhecidos historiadores paranaenses. Em sua vasta produção, a Revolução Federalista e o Cerco da Lapa figuram entre os temas mais recorrentes.

À luz das reflexões de Michel de Certeau, este trabalho investiga a trajetória intelectual de David Carneiro, seu “lugar social” e sua “operação historiográfica”, examinando a construção de representações e de memória em suas obras, por fim, discute-se também o impacto de sua produção no ensino de História.

DAVID CARNEIRO: “LUGAR SOCIAL” E “OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA”

David Carneiro é um membro da elite social curitibana, herdeiro de uma linhagem familiar, economicamente estabelecida pela indústria da erva-mate (Oliveira, 2000), herdeiro de um nome que se repetiu por gerações, nosso investigado, por exemplo, foi o quarto a usar o nome “David Carneiro”, é ligado ao movimento paranista, autodeclarado continuador do trabalho de Romário Martins, o pai do

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Paranismo. Associado politicamente ao republicanismo, teve acesso à educação e formação militar, é justamente nas academias militares que David Carneiro se aproxima dos ideais da filosofia positivista, que orientará toda sua produção intelectual (Machado, 2012).

“O último dos paranistas”, como assim intitulou Ricardo Oliveira (2001, p. 24), por grande influência do pai, o Coronel David Carneiro (terceiro dos David Antonio da Silva Carneiro), foi um grande entusiasta do republicanismo:

o Coronel David Antonio da Silva Carneiro (1879-1928), pai de David Carneiro, ao lembrar a data histórica da proclamação da República no Brasil ressaltou a missão do filho Vicota: dar mostras de civismo, servir ao próximo e trabalhar pela pátria, difundir exemplos morais e culturais para a construção de uma nova sociedade. Compreendia o pai que era necessário pregar os ideais republicanos, pois a República em que viviam não era a idealizada por Benjamin Constant, mas sim a que “abastardou o caráter, esmagou a justiça e arruinou o Brasil.” (Machado, 2012, p. 21).

Segundo Machado (2012), essa crítica feita à República que se instalou, pelo pai de David Carneiro, é uma herança que vem do David Carneiro avó, ou o segundo David Carneiro, referente ao assassinato sumário do Barão do Serro Azul, no entanto, não representava recusa, mas sim, um diferente entendimento de qual seria o modelo, ou o desenvolvimento ideal da República.

Ainda por influência do pai, a quem David Carneiro chamava de “tremendamente paranaense” (Machado, 2012, p. 20), vem a grande paixão ao lugar de nascimento, ao ideário de Paraná que começa a ser construído no denominado “Movimento Paranista”, do início do século XX, que criou um conjunto de signos e símbolos representativos como tradicionais ao regionalismo paranaense. Para ilustrar melhor a ideia dos sentimentos paranistas, resgatamos a ideia de um de seus fundadores, Romário Martins:

Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense [...] Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, cadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compoz uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou uma bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore. (Martins, 1946, p. 91).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A produção literária e historiográfica de David Carneiro vai ser fundamental na construção dessa identidade paranista, sendo essa produção, também resultado do seu meio, das suas ligações familiares e sociais.

Carneiro teve formação essencialmente militar, estudou no Colégio Militar de Barbacena (1916) e no Colégio Militar do Rio de Janeiro (1919-1922), onde entra em contato com os ideais da filosofia positivista de Augusto Comte. Assim, entendemos que a origem social privilegiada da família Carneiro, sua ligação com o mundo empresarial da erva-mate, a influência do sentimento paranista do início do século XX, seu contato com formação militar e com o positivismo, são fatores importantes para entender a narrativa de David Carneiro.

O interesse de Carneiro pelos eventos do Cerco da Lapa aumentam após o casamento com Marília Suppicy de Lacerda, sobrinha do Coronel Joaquim Lacerda. Segundo Cordova (2013), David Carneiro, tendo o positivismo como cerne, além do ideal identitário, vai contribuir para mitificação do heroísmo paranaense:

David Carneiro foi um intelectual que trabalhou no sentido de elaborar uma simbologia própria ao paranaense, com vistas à mitificação do herói regional. A representação da morte do maior herói do Cerco da Lapa, General Gomes Carneiro, juntamente com seu panteão, justifica essa mitificação e concretiza-se pelo próprio monumento construído em homenagem aos heróis do Cerco (Cordova, 2013, p. 369).

Assim, a construção da narrativa de David Carneiro é fruto do republicanismo da família, militarista e positivista por sua formação nas escolas militares, vai mitificar heróis regionais, enaltecendo os grandes feitos, militares, dos grandes personagens da História do Paraná, militares, civis e políticos, mas envolvidos em eventos militares:

Foi o Cerco da Lapa que justificou o processo de tombamento dos casarios que compõem o Setor Histórico. Foi pela resistência do Cerco da Lapa, que se combateu o movimento maragato rebelde e assegurou-se a república pica-pau no Brasil: um viva aos florianistas! E foi também o Cerco da Lapa um dos temas utilizados pelos paranistas para discorrer sobre a construção de uma identidade paranaense.

David Carneiro pode ser considerado um dos intelectuais mais proeminentes do Cerco da Lapa, pois sustentou variados argumentos para reiterar a identidade político-cultural paranaense no contexto nacional gerado desde a Proclamação da República. (Cordova, 2007, p. 185-186).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Essa significação que Carneiro faz sobre o Cerco da Lapa tenta construir um ideário universalizador da história do Cerco da Lapa, do Paraná e identidade para seu povo (Cordova, 2016, p. 206), pensando assim, temos a confirmação de que a narrativa de David Carneiro exerceu influência na formação histórica do povo paranaense.

Antes explorar os trabalhos de Carneiro, é necessário ter uma visão sobre a forma com que David Carneiro realiza sua “Operação Historiográfica” (Certeau, 1982, p. 66), ou seja, como David Carneiro pensava a História e o ofício do historiador. Queremos evidenciar elementos das representações criadas nas obras de David Carneiro, para entender como a história local foi criada e entender os efeitos que essa construção produz até hoje. Essa construção é social, e não apenas individual, pois segundo Michel de Certeau:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (Certeau, 1982, p. 66-67).

Na perspectiva de Certeau, a “operação historiográfica” de Carneiro pode ser entendida como resultante de seu “lugar social”, não necessariamente acadêmico, mas que inclui posição social e econômica, assim como ideologias políticas e contexto histórico; dessa forma, suas obras não são neutras, mas privilegiam determinadas vozes, personagens e acontecimentos. Por isso, antes de começar a analisar as representações construídas por David Carneiro, achamos importante estabelecer uma hipótese sobre sua forma de operação historiográfica, em outras palavras, entender quais princípios orientam a prática historiográfica de David Carneiro.

Bisneto, neto e filho de outros que compartilharam o mesmo nome “David Carneiro”, herdou mais do que seu nome: desde seu avô, sua família está associada à produção de erva-mate: seu avô foi sócio de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Serro Azul, o mais importante industrial e comerciante de erva-mate paranaense da época.

Em suma, a operação historiográfica de David Carneiro é resultado de sua posição socioeconômica ligada produção industrial da erva-mate, o que lhe deu acesso ao convívio com a elite social e política de Curitiba do início do século XX, da sua educação militarista, filiado à ideologia positivista e do seu grande apego ao Movimento Paranista, ou seja, a valorização regional do Paraná e do homem do Paraná.

O próprio David Carneiro escreveu um trabalho historiográfico, publicado em 1952, como edição comemorativa ao centenário da emancipação política do Paraná, chamado *A História da História do Paraná* (1952). Nessa obra, David Carneiro descreve suas teorias, ideias e percepções sobre história e historiadores, sobre verdade, a função da História e do historiador, aplicando essas teorias à construção historiográfica sobre o Paraná.

Sobre essa obra, Machado (2012) aponta que, David Carneiro segue o princípio da História como mecanismo de “evolução social”, ou seja, buscar a verdade sobre o passado, para compreensão do presente e construção do futuro, ou, crédulo em uma “história progressista” (Machado, 2012, p. 56), uma história “mestra da vida”. David Carneiro também acreditava em sistemas e métodos de buscar a verdade e construir a História.

Na perspectiva de Carneiro, como método, a História deve fazer investigação de fatos e para buscar a verdade. A ciência estaria no apego à sociologia, pois recorre às suas leis para previsão dos acontecimentos sociais. A arte é a forma de expressar a História, como filha do estilo literário (Carneiro, 1952, p. 12-13).

Por tanto, podemos considerar que Carneiro é adepto da História Social, mas ainda apegado a aspectos de uma historiografia tradicional, entende que a função da História é buscar a verdade sobre o passado, cumprindo uma finalidade evolutiva, de entender o presente e construir um futuro melhor.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Apesar da predominância do pensamento progressista da História, segundo Machado (2012), na operação historiográfica de David Carneiro não existe uma única corrente de pensamento, mas uma mescla de referências: assim, quando nos lembramos do contexto social, econômico e histórico da vida de David Carneiro, fica muito fácil entender a força do pensamento positivista (comteano) em seus trabalhos e de perceber as representações criadas em suas obras.

Maria Julieta Weber Cordova nos ajuda a interpretar, de forma muito precisa, o modo de operação historiográfica e de construção da narrativa de David Carneiro:

Já David, ainda que visse como Bento, a necessidade de apego às tradições ervateiras e de valorização das características paranaenses, enquanto um intelectual positivista teceu críticas ao comportamento acomodado adotado pelo catolicismo, em prol do que denomina, conforme Comte, de “evolução social”. É em busca das “leis de evolução social” e da “necessidade do conhecimento sistemático da história” que materializa seu discurso regional e corporifica a identidade paranaense consolidada por um passado glorioso. (Cordova, 2016, p. 253).

A operação historiográfica de David Carneiro valoriza o papel dos líderes e dos grandes acontecimentos, mesmo que reconheça que esse papel não é determinante, os grandes homens e grandes acontecimentos alavancam a evolução humana (Carneiro, 1952, p. 61-61).

Outro ponto importante da teoria historiográfica de David Carneiro é o que o próprio chamou de “*Julgamento Histórico*”. Segundo David Carneiro, aqueles que cumpriram importante papel para solução de problemas de sua época, mesmo não parecendo simples ver a amplitude dos problemas contemporâneos, assim como solucioná-los. David Carneiro define como “grande homem”, os que resolvem os problemas sociais contemporâneos, ou seja, aqueles que desempenharam “*papel histórico*” (Carneiro, 1952, p. 86), dessa forma, o “Grande Homem”, pelas complexas relações que envolvem o desempenho do papel histórico é um “gênio inventivo”, classificado como sábio, santo ou herói: “O que a história exige é que alguém reconheça o problema e lhe dê solução adequada. A esse indivíduo, a história glorifica, imortaliza.” (Carneiro, 1952, p. 87).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



É necessário ponderar que um Grande Homem não é somente um estadista que resolva problemas governamentais, mas todo aquele que apresente desfechos adequados a problemas prementes de caráter sentimental (santos), intelectual (sábios e gênios) ou prático (heróis) problemas que o passado próximo lega e que o grande homem faz desaparecer.

Grande Homem é quem preenche um “papel histórico” encontrado em seu caminho, quer seja local quer seja universal. Mas ele é sempre, mais uma consequência do passado visto que o pretérito é que lhe impõe diretriz à vida, lhe enche o futuro de preocupações altruístas, fazendo vibrar seu coração aos anseios herdados. Sua ligação ao futuro é no sentido dos exemplos e das lições que deixa. A glorificação dos pósteros se amplia com o tempo, as admirações e os aplausos repercutindo pelos séculos além. (Carneiro, 1952, p. 88).

É importante olhar esses aspectos da operação historiográfica de David Carneiro para que possamos entender melhor as suas escolhas e posições que aparecem nas suas obras, assim, também podemos entender como Carneiro produz sua narrativa e suas representações.

MEMÓRIA COLETIVA, INVENÇÃO DE TRADIÇÕES E REPRESENTAÇÕES

As obras de David Carneiro são repletas de representações. Chamamos a atenção para três diferentes representações que estão inseridas na historiografia de David Carneiro: a representação da Lapa, são só como o palco dos eventos, mas como o local destinado ao acaso para defender a República, um local que serviria para construção da identidade regional; O segundo conjunto de representações que podemos identificar é referente a luta, David Carneiro representa o Cerco da Lapa como o fator determinante para a consolidação da República. Mesmo a Lapa capitulando, na perspectiva de David Carneiro, foram os 26 dias de resistência que impediram os federalistas gaúchos atingirem São Paulo e unir forças com mais tropas paulistas, formando a força necessária para destituir Floriano Peixoto do poder e alterar os rumos da República; Por fim, destacamos a representação e a construção dos “heróis”, que destacamos nas obras de David Carneiro.

Para interpretar as obras de David Carneiro usamos o conceito de representação, desenvolvido na perspectiva de Roger Chartier, entendendo que sua

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



abordagem sobre representações é uma tentativa de superar práticas historiográficas globais, universalizadoras, totalizantes e “naturais”, assim, para superar essas tendências, ao citar Marcel Mauss e Emile Durkheim, Chartier diz:

Tentar superá-la exige, a princípio, considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como verdadeiras “instituições sociais”, incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social — “As primeiras categorias lógicas foram categorias sociais; as primeiras classes de coisas foram classes de homens em que estas coisas foram integradas” —, mas também considerar, corolariamente, estas representações coletivas como as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social — “Mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos”. (Chartier, 1991, p. 183).

Chartier, por tanto, entende que esse conceito de representação, ou representação coletiva, é uma forma de articulação melhor do que apresenta uma teoria de mentalidade universal:

Este retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim e à noção de “representação coletiva” autoriza a articular, sem dúvida melhor que o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (Chartier, 1991, p. 183).

Acreditamos ser esse entendimento sobre conceito de representação coletiva ideal para entender tanto a escrita de David Carneiro, quanto suas ideias, representações e determinadas finalidades; Para Chartier, o mundo é construído conforme as representações coletivas, fruto das relações sociais, econômicas ou históricas dos grupos humanos. Nesse sentido, uma das hipóteses trabalhadas no presente texto é que as obras de Carneiro e suas representações produziram a construção de determinadas realidades, ou ainda, as representações das obras de Carneiro tentam criar uma verdade histórica, uma identidade, símbolos e uma história regional que enaltece e mitifica determinados personagens como heroicos:

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade. Ao trabalhar sobre as lutas de representação, cuja questão é o ordenamento, portanto a hierarquização da própria estrutura social, a história cultural separa-se sem dúvida de uma dependência demasiadamente estrita de uma história social dedicada exclusivamente ao estudo das lutas econômicas, porém opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade. (Chartier, 1991, p. 183-184).

Desse modo, uma reflexão hipotética também deve ser discutida, sobre a intenção, ou não, de David Carneiro ao escrever seus trabalhos sobre o Cerco da Lapa, com toda sua carga de representação, em criar símbolos e elementos de apego identitário, através da produção de uma memória universal e coletiva, não só do povo da Lapa, mas também do povo do Paraná. Sobre o conceito de Memória coletiva, segundo Maurice Halbwachs:

A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. (Halbwachs, 1990, p. 80-81).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A verificação da hipótese de construção de memória coletiva pode ocorrer através da aceitação e de legitimação da narrativa de David Carneiro, dos efeitos dessa narrativa sobre a historiografia, na forma como seus trabalhos interferiram a construção de tradições. Sobre o conceito de Tradição Inventada, Hobsbawn explica:

Por "tradição inventada" entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (Hobsbawn, 1997. p. 9).

Ou seja, David Carneiro “inculcou” na mente da população paranaense esses valores de heroicização dos personagens, os líderes legalistas da resistência na Lapa, como sentimento de identidade coletiva do povo paranaense. Sem sombra de dúvidas, as obras de David Carneiro sobre o Cerco da Lapa se tornaram, e parecem ser até hoje, referências historiográficas importantes e quase canônicas; a repetição do discurso de Carneiro, desse modo, aparece em sua influência e em forma de referência para tantos outros trabalhos. A narrativa de Carneiro, além de produzir suas diversas representações, também produz um efeito contrário, junto com o empoderamento da memória, do aparecimento nas narrativas, o exagero de lembrança também gera exagero de esquecimento, como explica Paul Ricoeur:

Também era o nível em que a problemática da memória cruzava a da identidade a ponto de com ela se confundir, como em Locke: tudo o que constitui a fragilidade da identidade se revela assim oportunidade de manipulação da memória, principalmente por via ideológica. Por que os abusos da memória são, de saída, abusos do esquecimento? Nossa explicação, então, foi: por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A idéia de narração exhaustiva é uma idéia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva. Alcançamos, aqui, a relação estreita entre memória declarativa, narratividade, testemunho, representação figurada do passado histórico. Como notamos então, a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada da história oficial. (Ricoeur, 2007, p. 455).

Quando Ricoeur chama a atenção para a seletividade da memória e os esquecimentos produzidos por narrativas, buscamos quais foram as escolhas que David Carneiro usou para sua produção historiográfica, se seus trabalhos correm o risco de produzir silenciamentos ou esquecimentos históricos, por excessos de memória.

REPRESENTAÇÃO E MITIFICAÇÃO DOS HERÓIS NAS OBRAS DE DAVID CARNEIRO

A produção historiográfica de David Carneiro, a partir de sua narrativa, cria representações, a mais evidente de todas é a sustentação do mito do herói, é parte da sua “operação historiográfica”, construindo assim, uma identidade:

A reflexão do herói, como elemento identificador de uma coletividade, não deve contar somente com uma interpretação unilateral da documentação oficial, mas tratar também dos vestígios de memória, entendendo o monumento como um documento que gerou o cotidiano dos que vivenciaram aquela batalha. (Corodva, 2007, p. 151).

Essa identidade estava ligada a coletividade da qual David Carneiro pertencia, de destaque político, social, ligada a economia da erva-mate, uma vez que, segundo Machado: “David Carneiro se erige como porta-voz desta classe” (Machado, 2012, p. 26). Nas obras *Cerco da Lapa e seus heróis: antecedentes e consequências da Revolução Federalista no Paraná* (2004) e *O Paraná e a Revolução Federalista* (1982), analisamos as rerepresentações construídas por David Carneiro, que geram mitificação de heróis em sua narrativa.

David Carneiro cria a representação de “heróis” para a atuação de alguns personagens. O herói político, para David Carneiro, seria Floriano Peixoto, por liderar e salvar a República no momento em que mais foi necessário. O herói civil eleito por

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



David Carneiro foi Coronel Joaquim Rezende Correia de Lacerda, líder civil local durante os eventos do Cerco da Lapa, assinou a Capitulação da Lapa, logo depois se refugiou.

Grande parte dos trabalhos de David Carneiro são dedicados a enaltecer Antônio Gomes Carneiro como “herói” militar. Carneiro descreve com muito entusiasmo a atuação de Gomes Carneiro como líder que salvou a República, por resistir em condições precárias por 26 dias, determinantes para salvaguardar a República. Além da liderança, a morte de Gomes Carneiro é entendida como sacrifício máximo, em nome da lealdade cumprimento do dever, com muita coragem e convicção do seu papel. Ao longo das páginas das obras pesquisadas verificamos constantemente atribuição de adjetivos ao coronel Gomes Carneiro, são elogios especiais sempre construindo de forma muito clara e direta a imagem de um homem perspicaz, corajoso, valente, leal, um grande líder, um grande militar, um soldado convicto, em fim, um grande herói.

A descrição da morte de Gomes Carneiro merece uma atenção especial para entender a forma de construção da representação de Gomes Carneiro pela narrativa em mártir e heróis da salvação e consolidação da República:

Eram 6h30min da tarde; pouco mais, talvez.

A fuzilaria não cessara lá fora, e os canhões troavam soturnamente, respondendo ao bombardeio federalista.

Gomes Carneiro respirou fundo. Todos o olharam ansiosos. Deixou pender a cabeça, fixando o olhar vidrado num ponto longínquo que só ele via...

O Frei Caneca? A salvação da República?

A glória? – Quem sabe em que pensam os heróis nessas horas de agonia?

Estava cumprida a missão que lhe fora confiada. Estava morto!

Podiam agora passar sobre o seu cadáver, os exércitos federalistas vitoriosos.

Podiam seguir rumo ao Rio; podiam levar os seus heróicos canhões para combater contra os seus primitivos manejadores.

Ele estava morto, mas além do Paraná, que se sacrificara com ele, estava a República salva! (Carneiro, 2004, p. 136).

Podemos ver a Lapa representada como cenário de sacrifício e seu povo vítima dos sofrimentos, devido as dificuldades circunstanciadas pelo Cerco, consequências desse sacrifício, em nome de cumprir seu dever patriótico. A narrativa de David Carneiro representa a Lapa não só como espaço de memória regional, mas também

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



de relevância nacional, um símbolo de identidade regional e exemplo moral de luta, vitória e heroísmo.

A NARRATIVA DE DAVID CARNEIRO E O ENSINO DE HISTÓRIA

A legitimação da narrativa de Carneiro gera influências não só na historiografia mas também na construção e preservação do patrimônio histórico paranense. É justamente por esse processo de legitimação que vemos a influência das obras de Carneiro atingem uma importante etapa da construção do conhecimento histórico, o ensino de História.

Podemos confirmar essa hipótese ao analisarmos como o conteúdo Cerco da Lapa é trabalhado nas escolas, analisando os recursos didáticos disponibilizados e usados nas aulas sobre o tema. Na perspectiva de Circe Bittencourt, a historiografia que David Carneiro produziu atendia todas as necessidades do ensino de História de épocas anteriores, atualmente ainda servem para atender determinados objetivos, mas com limitações. Segundo Bittencourt:

a História serviu inicialmente para legitimar um passado que explicasse a formação do Estado-nação e para desenvolver o espírito patriótico ou nacionalista. A contribuição do seu ensino para a constituição da identidade permanece, mas já não se limita a constituir e forjar uma *identidade nacional*. Um dos objetivos centrais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na constituição de *identidades*. A identidade nacional, nessa perspectiva, é uma das identidades a ser constituídas pela História escolar, mas, por outro lado, enfrenta ainda o desafio de ser entendida em suas relações com o local e o mundial.

A constituição de identidades associa-se à formação da cidadania, problema essencial na atualidade, ao se levar em conta as finalidades educacionais mais amplas e o papel da escola em particular. A contribuição da História tem-se dado na formação da cidadania, associada mais explicitamente à do *cidadão político*. Nesse sentido é que se encontra, em inúmeras propostas curriculares, a afirmação de que a História deve contribuir para a formação do “cidadão crítico”, termo vago, mas indicativo da importância política da disciplina. (Bittencourt, 2009, p. 121).

Bittencourt completa que a finalidade do ensino de História, em criar uma formação política, está articulada a formação intelectual e humanística dos estudantes. (Bittencourt, 2009, p. 122).

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A narrativa de David Carneiro está presente em diferentes materiais de apoio didático e em diferentes níveis de ensino, no entanto, apenas reproduzindo suas representações, em outras palavras, concluímos que existe uma permanência que surge como efeito do excesso referencial dos trabalhos de David Carneiro aplicados ao ensino de História, a permanência de apagamentos históricos, de excesso de memória e da mitificação de heróis, que resiste a inclusão de novos debates e sujeitos apagados do tradicionalismo historiográfico paranaense.

No entanto, o que pretendemos não é o descarte da produção historiográfica de David Carneiro nem negar sua relevância, mas entender seu papel na historiografia paranaense. Consideramos necessário e importante revisitar a obra de David Carneiro, para reacender o debate histórico sobre seus temas, problematizar sua narrativa e incluir aqueles que sofrem silenciamento, tanto na historiografia como no Ensino de História.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

CARNEIRO, David. **A História da História do Paraná**. Curitiba: Secção de Artes Gráficas da Escola Técnica, 1952.

CARNEIRO, David A. **Gomes Carneiro e a consolidação da República**. Curitiba: edição de autor, [s/d.].

CARNEIRO, David. **O cerco da Lapa e seus heróis: antecedentes e consequências da Revolução Federalista no Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

CARNEIRO, David. **O Paraná e a Revolução Federalista**. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, p. 173-191, 1991.

CORDOVA, M. J. Weber. **BENTO, BRASIL E DAVID**: o discurso regional de formação social e histórica paranaense. 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2016. v. 1.

CORDOVA, M. J. Weber. **David Carneiro e a legendária Lapa no Paraná**: a produção historiográfica regional e a memória do patrimônio tombado. Revista Eletrônica Documento/Monumento, v. 10, p. 367-380, 2013.

CORDOVA, M. J. Weber. **O paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense**: o episódio do Cerco da Lapa. Revista de História Regional, v. 12, p. 151-190, 2007.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger, **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MACHADO, Daiane Vaiz. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro**. Curitiba. Dissertação. Universidade Federal do Paraná. 2012.

MARTINS, Romário. **Paranística**. In: **A DIVULGAÇÃO**. Curitiba, p. 91, fev./mar. 1946, p. 91.

OLIVEIRA, Ricardo C. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo C. **O silêncio das genealogias**: classe dominante e Estado no Paraná (1853-1930). Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A ERVA-MATE E A INVENÇÃO DE UMA PAISAGEM CIVILIZADA: TRABALHO, NATUREZA E IDENTIDADE NO PARANÁ

Murilo Carlos Siqueira¹
Alessandra Izabel de Carvalho²

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

² Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas.

A erva-mate teve um papel central na história do Paraná, tanto na conformação dos limites do Estado quanto na identidade de sua população. Sua produção e consumo tem origem nas práticas culturais Guarani, e tornou-se um fator decisivo, ainda no século XVI, nas relações entre indígenas, jesuítas e espanhóis, integrados ao já consolidado mercado do mate na bacia do Rio da Prata (Nimmo e Nogueira, 2018). A partir do século XIX, as riquezas acumuladas pelo mate no Paraná contribuíram para a formação de uma elite política, econômica e cultural que atuou para estruturar a infraestrutura necessária para a consolidação do complexo agroexportador, como a estrutura viária, portos e o aparato regulatório do Estado (Linhares, 1969).

Além disso, a elite do mate também desempenhou um importante papel sociocultural, como exemplo, pode-se citar a mais antiga universidade do Brasil, a Universidade Federal do Paraná, fundada em 1912 como Universidade do Mate (Wachowicz, 2022). A influência do financiamento da erva-mate na intelectualidade paranaense foi tão presente que boa parte da sua produção teórica entre 1890 e 1940 “constitui, na verdade, uma imensa bibliografia orgânica do mate” (Pereira, 1996 p.17). Além da integração da produção intelectual paranaense ao processo socioeconômico do mate, os “magnatas do mate” também definiram a paisagem urbana da capital do Estado, conforme aponta Pereira (1996 p.116), “a erva-mate tornara possível trazer à cidade todos os signos mais evidentes da condição moderna: o boulevard, a fábrica, a iluminação e o burburinho urbano das ruas”.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Se por um lado a erva-mate permitiu a acumulação de capital e investimento em um projeto modernizador do estado, por outro, ela é vista com certa desconfiança ou preocupação, principalmente por se tratar de uma atividade essencialmente extrativista e que engajava majoritariamente as famílias mais pobres. Já no início do século XIX temia-se que a dedicação à erva-mate pudesse prejudicar a produção de alimentos e o desenvolvimento de cultivos consideradas culturalmente superiores como o trigo¹³¹, além de ser considerado um trabalho de “mínimo esforço”¹³² (Balhana, Machado e Westphalen, 1969 p.110). A falta de controle sobre essa atividade ameaçava sua própria continuidade devido a exploração desenfreada dos ervais nativos e a queda da qualidade, por isso nesse período abundam legislações que buscavam preservar os valiosos ervais nativos da exploração que os ameaçava, bem como resguardar a qualidade do produto (Eckert, 2012; Vanali, 2010).

As políticas públicas que buscavam estabelecer o controle sobre o trabalho com a erva-mate aconteceram até mesmo depois do “fim” do seu ciclo econômico, no contexto de “modernização” da agricultura expressa pela revolução verde a partir da década de 1970. Documentos do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) apontam que, diferentemente do que é entendido pela historiografia, o problema da produção de erva-mate não era a queda da demanda de mercados internacionais, mas sim de queda da oferta. Por isso as ações desse instituto seriam orientadas ao controle e racionalização da produção da erva-mate¹³³.

¹³¹ Santos (1995) descreve que o cultivo de trigo estava ligada a uma ideia de civilização do Paraná, por aproximar a região dos padrões culturais europeus.

¹³² Os autores citam o relatório do então presidente da província do Paraná, Zacarias de Goes de Vasconcelos.

¹³³ Existem pelo menos 3 fontes que sustentam essa afirmação que são: o artigo 2º do decreto 289 de 1967 que cria o IBDF e orienta a seu objetivo “à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País” e que pautou todos os demais documentos da instituição; A justificativa da portaria 3234 de 23 de janeiro de 1973, que estabelece o zoneamento econômico da erva-mate, afirma que existe a necessidade de “racionalização da produção da erva-mate em áreas prioritárias da região ervateira tradicional dos Estados do Paraná e Santa Catarina, com vistas ao pleno abastecimento dos pólos de beneficiamento do produto destinado a exportação e consumo interno” e; Um texto produzido para o III Edição do Curso de Fiscois Classificadores de erva-mate realizado em outubro de 19851 pelo IBDF: “Estas transformações sofridas no setor ervateiro causada pelos motivos já citados geraram escassez na oferta e consequentemente

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Para além das justificativas econômicas e técnicas sobre os problemas e a produção da erva-mate, em diferentes momentos históricos, as mudanças na orientação de governo, que trazem diferentes concepções de sociedade, Estado e meio ambiente, tornam visíveis ou invisíveis determinadas categorias de produção e de trabalhadores. O presente artigo tem como objetivo discutir alguns dos valores envolvidos na construção das políticas públicas que foram pautadas pelo ideário de trabalho, de identidades, da etnicidade e racialização e sua relação com o meio ambiente.

1. ERVA-MATE E PLANTADA E ERVA-MATE NATIVA

A maioria das pesquisas históricas sobre a erva-mate dedicaram-se em analisar registros que vão até o ano de 1967¹³⁴, quando o Instituto Nacional do Mate (INM) foi extinto, pois a principal justificativa da perda de interesse das pesquisas foi esgotamento das fontes causado pelo fim da atividade¹³⁵. Entretanto, verifica-se que apesar de todas as dificuldades e limitações em comparar os dados da produção de antes e depois de 1970¹³⁶, o “desaparecimento” da produção de erva-mate no estado

alta nos preços, estimulando o produtor ao plantio sistematizado da erva bem como a manutenção e a conservação de ervais nativos.

MUSEU CAMPOS GERAIS. Texto Datilografado “A economia ervateira” **Acervo Uriel Nogueira**. Pasta 16. S/d.

MUSEU CAMPOS GERAIS. Portaria nº 3.234 - DEM. **Acervo Uriel Nogueira**. Pasta 17. Rio de Janeiro, 22 jan. 1973.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a produção, circulação e tributação da erva-mate e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 1 mar. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-289-28-fevereiro-1967-376825-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 11 mai. 2025

¹³⁴Como em Oliveira, 1974; Eckert, 2011; Gerhardt, 2013; Goularti Filho, 2013; Fernandes, 2011 e; Fernandes, 2019.

¹³⁵A historiadora Marisa Correia de Oliveira (1974) em sua dissertação de mestrado, por exemplo, atribui a ausência de dados nas delegacias estatísticas do Paraná pós 1950 ao desaparecimento completo da produção de erva-mate depois desse período, existindo a partir de então apenas como forma de subsistência em pequenas propriedades. Para a autora, o derradeiro fim desse importante ciclo econômico aconteceu em 1966, com o fechamento completo do mercado argentino para a erva-mate brasileira.

¹³⁶Conforme levantamento feito por Souza (2023) há uma descontinuidade nos dados de produção a partir de 1970 pois a erva-mate passou a ter duas origens diferentes, dos ervais nativos, e por isso

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



do Paraná tem pouco a ver com uma queda da produção em números absolutos¹³⁷, e mais com a sua perda de importância relativa na economia do estado, que no contexto da revolução verde, crescia em ritmo acelerado, puxado principalmente pelo surto de industrialização e a evolução do setor financeiro da região norte do Paraná (IPARDES, 1981 p.9). Assim, a erva-mate tornou-se uma atividade marginal em relação a outras culturas nesse contexto de aceleração econômica.

Apesar do ideário produtivo da revolução verde ter atingido a produção de erva-mate, assim como as demais culturas, o seu manejo mudou muito pouco com o passar do tempo. As práticas dos povos indígenas que deram origem à cultura da erva-mate antes da chegada dos europeus na região permanecem presente até os dias de hoje. Isso acontece em parte porque, apesar de grande parcela da produção brasileira e praticamente toda a produção argentina ser oriunda de ervais plantados no sistema pleno sol, em paisagens completamente cultivadas, nunca houve um processo avançado de domesticação da erva-mate, já que “as características das plantas cultivadas são exatamente as mesmas das plantas nativas” (Marques, 2014 p.96) e ela estaria em “um estágio intermediário entre uma planta silvestre a incipientemente domesticada” (p.97).

O fato de não ter sido completamente domesticada não significa que a erva-mate não tenha sofrido alterações decorrentes da sua relação com os seres humanos. O que ocorreu historicamente com essa cultura foi uma domesticação da paisagem, ou seja, um processo muito mais amplo de coevolução entre sociedade humana e natureza onde o manejo de árvores e outros produtos florestais não madeiráveis produziram uma seleção natural e cultural em um “continuum natureza-cultura,

considerada como produção extrativista, e dos ervais plantados, considerada como silvicultura, dificultando a consolidação dos dados estatísticos. Além disso, a partir de 1988, os dados da produção passaram a ser registrados em toneladas de folha bruta, e não mais em toneladas de erva-mate beneficiada, dificultando ainda mais a elaboração de séries históricas.

¹³⁷Souza (2023) realiza um levantamento de dados de diferentes fontes, aplicando um fator de conversão da erva-mate em folha verde para cancheada de 2,5 kg para 1 kg, o que permitiu formular uma série histórica mais longa. Através do seu levantamento, pode-se constatar que houve um aumento da produção dos ervais nativos, totalizando um crescimento acumulado entre os anos de 1980 e 1990 de 73,8%.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



associados com condições socioeconômicas e ecológicas específicas” (Marques, 2014 p.65).

Esse processo é observado por Nogueira (2021) ao analisar a cultura de erva-mate em municípios do Centro-sul do Paraná através de visitas às propriedades e entrevistas de história oral, onde constatou que as famílias de agricultores agroecológicos desenvolveram com a erva-mate e outras espécies de plantas um conjunto de conhecimentos e práticas continuados ao longo de gerações. Esse conjunto de práticas e saberes no manejo das diferentes espécies e demais interações socioecológicas com a floresta imprimiu na paisagem camadas históricas e ecológicas que conferem a essas famílias uma identidade ambiental que permitiu a preservação desse importante patrimônio cultural e biológico.

Existe um forte componente político nessas identidades ambientais, segundo Carvalho, Nimmo e Laverdi, (2022 p.28) os erveiros que se veem como administradores e portadores de um conhecimento tradicional, que, em um plano maior “podem contribuir no enfrentamento das mudanças climáticas, da insegurança alimentar e de uma série de outras questões”. Os movimentos sociais do campo ligados a agroecologia que se fortaleceram a partir da década de 1990 foram fundamentais para conformar essa experiência de classe na região de resistência ao modelo de agricultura hegemônica da revolução verde. Nesta época, a preponderância da produção oriunda de ervais nativos é vista por atores do setor industrial como um problema, pois dificultava o controle de qualidade sobre a produção, como consta na ata da reunião prévia para o VIII Seminário Quadripartite do Setor Privado da Erva-mate do Mercosul, ocorrida em Florianópolis em 1992:

Fazendo uso da palavra, o senhor Anselmo Zanellato, Presidente do Sindicato das indústrias de Mate de Catanduva (SC), discorreu sobre as dificuldades na produção da erva-mate, por não haver classificação, sendo que alguns industriais estão comercializando “erva-mato” usando “Caúna”, mato que imita a erva-mate. Relatou, também, que no Brasil a erva-mate cultivada é de 10% e a nativa de 90%, quando na Argentina é de 95% e 05%, respectivamente. Para a equiparação da percentagem entre a produção cultivada e a produção nativa, vislumbra, para o Brasil, apenas o incentivo à

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



pesquisa, tese reforçada pelo representante da EMBRAPA/PR, que no momento atual é precária, principalmente no Estado de Santa Catarina¹³⁸.

Percebe-se aqui que modelo de produção desejado pelos industriais é o de ervais plantados a pleno sol, enquanto os ervais nativos ou sombreados eram considerado como atrasados.

2. ERVA-MATE, DICOTOMIAS E ETAPISMOS

Vários textos historiográficos fazem uma análise da produção de erva-mate através de uma perspectiva bastante etapista de desenvolvimento. Eles descrevem os diferentes ciclos econômicos sucedendo-se uns aos outros, às vezes se sobrepondo, mas com períodos bem determinados de crescimento, apogeu e declínio, evoluindo e culminando em um sistema capitalista cada vez melhor acabado e integrado. A ideia é que há um efeito de espelhamento na periferia da economia mundial em relação ao seu núcleo, mesmo de que forma desigual e com as suas especificidades. Entende-se assim que o Paraná deveria passar pelas mesmas etapas de desenvolvimento pelas quais passaram os países europeus. Pode-se citar como exemplo dessa retórica o texto de Francisco Magalhães Filho que afirma que a evolução do processo semi-industrial para industrial do mate foi introduzida “pelos estímulos do comércio exterior” que “rompeu com a estrutura escravagista e fez surgir o capitalismo” (1996 p.138). Para esse autor, a mão de obra assalariada necessária a essa atividade migrou “tanto do subemprego da agricultura de subsistência semifeudal e semiclância, quanto da imigração européia” (p.139). Percebe-se, através dos termos utilizados para qualificar as diferentes atividades econômicas, a ideia de uma linha evolutiva dos sistemas produtivos, em que a erva-mate ocupa um lugar mais evoluído por estabelecer relações de trabalho “predominantemente assalariadas desde a época em que no Brasil ainda dominava o escravagismo” (p.146).

¹³⁸MUSEU CAMPOS GERAIS. Ata da reunião prévia para o VIII Seminário do Setor Privado erva-mate do Mercosul. **Acervo Uriel Nogueira**. Pasta 14. Florianópolis, 13 jun. 1992.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Essa lógica etapista é comum também na história social do trabalho. Batalha (1998) cita como exemplo de historiografia comum na década de 1960 o esforço de elaborar grandes sínteses sociológicas integradoras. Nessas explicações, a organização dos trabalhadores dependia da industrialização da economia, que também pressupunha um trabalho urbanizado. Segundo esses modelos, enquanto a importação de trabalhadores europeus foi determinante para a organização operária no Brasil, a migração de trabalhadores do meio rural para o urbano provocou o seu atraso, pois aquele ambiente seria marcado por relações paternalistas e autoritárias.

Negro e Gomes (2006) também destacam a necessidade de superar as dicotomias tradicionais na história do trabalho, como a falta de integração entre os estudos sobre o período da escravidão e o período republicano. Para os autores, os esquemas de pensamento que engessam as pesquisas e análises de seus resultados, dividindo a história em dois polos opostos, como urbano/rural, centro/periferia, liberdade/escravidão, moderno/arcaico, interditam a compreensão de sujeitos históricos na medida que o primeiro polo se sobrepõe e o segundo é sempre tomado como inferior.

Através dessas críticas fica claro que existe um discurso racial subjacente aos textos que tratam sobre as relações de trabalho na história. Negro e Gomes (2006 p.228) citam como exemplo as teses de Florestan Fernandes, que descrevem um “processo de transição da escravidão para o trabalho livre como algo naturalizado e evolutivo sob o impacto inexorável das transformações econômicas, obra do previdente desejo das elites agrárias”. Há nessas teses um determinismo econômico que apaga da historiografia a experiência de determinados grupos. Elas são produtos de uma ideologia de construção nacional projetada pelas elites e reforçada por ideologias do racismo científico europeu. No caso da erva-mate, essa abordagem etapista de desenvolvimento que se expressa nas relações de trabalho tem implicitamente como base o ideal de embranquecimento da população, para fomentar essas formas “superiores” de relação de trabalho.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Essa ideologia se manifesta em diversas políticas públicas no Paraná, implementadas principalmente no final do século XIX e início do século XX. Pereira (1996), ao analisar os regramentos municipais da sociedade paranaense entre 1829 e 1889, discute o conceito de morigeração da sociedade, que pautou grande parte dessas políticas. Esse termo era frequentemente utilizado pelas camadas superiores para determinar um conjunto de características que consideravam positivas, como o ideário de trabalho, acumulação, civilização, etc. Em seu texto, o autor relata um processo histórico em que os negros, escravizados ou não, integram junto com outros sujeitos de povos tradicionais do Paraná, como indígenas e caboclos, uma categoria de pessoas “não-morigeradas” e que eram alvos dos códigos de posturas municipais. Proibições como a não realização de bailes, jogos de cartas, cantorias, reuniões em bares ou em outros estabelecimentos comerciais, buscavam disciplinar esses sujeitos, restringindo sua relativa liberdade.

O trabalho com a erva-mate foi um entrave ao processo de morigeração da sociedade pretendido pela classe dominante. Primeiramente, devido à sazonalidade da produção que, segundo Linhares (1969), promoveu o uso de mão de obra assalariada, uma vez que os trabalhadores poderiam ser utilizados e dispensados rapidamente. Esse sistema permitia a livre circulação desses sujeitos, que poderiam se inserir nas relações de mercado trabalhando como jornaleiros ou até mesmo negociando a erva-mate. Esse mercado possibilita uma alternativa ao trabalho nas fazendas de gado para libertos e escravizados, que não aceitavam se submeter ao regime de trabalho mais autoritário e centralizador nessas propriedades (Pereira, 1996). Dessa maneira, a erva-mate era vista como uma atividade inferior, predatória e que poderia atrasar o desenvolvimento do estado, principalmente pela sua capacidade de gerar ociosidade para os trabalhadores.

A resolução desses problemas passava por “projetos de substituição das classes baixas locais, que representaram o incentivo à imigração europeia” (Pereira, 1996 p.20). Apesar desses textos estarem se referindo ao processo do fim do século XIX e início do XX, eles projetam uma perspectiva de desenvolvimento e um ideário

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



de trabalho que está presente até hoje no imaginário e nos sentidos das narrativas dos trabalhadores.

3. A DIALÉTICA DO TRABALHO E DO MEIO AMBIENTE

São frequentes os relatos de memórias de famílias de imigrantes que chegam em um ambiente natural e hostil, superando a sua condição de pobreza transformando esse ambiente através do trabalho. Destaca-se nessas entrevistas uma dimensão ecológica na construção das identidades étnicas que fazem parte do projeto de embranquecimento da população.

Como exemplo, podemos citar a entrevista de Estanislau Bigunas, de 81 anos, agricultor de Bituruna-PR, que relata suas memórias coletivas de família, transmitidas de seus avós para seus pais e tios, sobre a sua imigração da Polônia¹³⁹ para o Brasil. Quando solicitado a falar mais sobre a história de sua família, relatou que sua mãe lhe contava que “eles tinham que ir no mato procurar ninho de passarinho, pegar ninho de passarinho chupar para matar fome porque não tinha o que comer” ou então se alimentar de brotos de amora. Depois de superada essa condição de pobreza, Estanislau elenca um conjunto de conquistas que seu avô alcançou através do trabalho, como construção da casa, da represa, do paiol, do potreiro, graças a sua habilidade de “desdobrar” a madeira com sua serra circular. Por fim, depois de vários acidentes e dificuldades, seu avô faleceu com mais de 90 anos, e Estanislau faz a seguinte reflexão:

Agora que nem nós aqui percebe que a gente não está bom... Não tá bom porque nós queria mais dinheiro, mas não é fácil, para ter dinheiro tem que trabalhar para ganhar, né? Dinheiro sozinho não vem. Mas perto daqueles começos que era imigrante que vieram ali nos começos, que não tinham profissão, não tinham comida, nós tinha feijão, nós temo arroz, temo carne, temo sal, tudo ali... temo tudo ali. (Bigunas, 2018)¹⁴⁰

¹³⁹ Estanislau explica que, na verdade, seu pai é originário da Lituânia, emigrou para Polônia onde casou-se e então veio para o Brasil.

¹⁴⁰ BIGUNAS, Estanislau. **Entrevista 17**. Entrevista concedida à Alessandra Izabel de Carvalho, Evelyn Roberta Nimmo e Robson Laverdi para o projeto “Uso e conservação da araucária na agricultura familiar

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Essas narrativas de transformação ambiental têm relação direta com a dialética entre trabalho e meio ambiente discutida por Stefania Barca (2014). Segundo a autora, uma das características dessa dicotomia é a ideia profundamente enraizada na cultura judaico-cristã de pecado original e expulsão do Éden. Nesta mitologia, a natureza é vista como um lugar de sofrimento e suor e o trabalho como um castigo divino imposto ao homem. Outra característica dessa dicotomia é a ideia de que o trabalho é a principal causa de destruição ambiental, presente inclusive nos movimentos trabalhistas e de esquerda. A constatação de que a exploração da natureza e dos trabalhadores são as duas faces da mesma moeda, segundo a autora, já estava presente em Marx e Engels, pois o trabalho e a natureza constituem uma relação metabólica e dialética. O que o capital fez foi organizar a exploração da natureza através da exploração do trabalho humano. Por isso a superação dessa dicotomia pressupõe pensar na floresta e na paisagem, não apenas como um lugar de conservação ou de destruição, mas sim em um lugar de trabalho e que é construído através do trabalho.

Por outro lado, Barca (2014) também alerta para o risco da edenização da natureza. A autora cita diversos exemplos como o caso da “bonifica agrária”, que promoveu a arregimentação de milhares de trabalhadores na Itália no século XIX para realizar várias benfeitorias para tornar o território habitável e que resultou na ideia vigente até hoje de uma pátria construída. Destaca-se nesse caso o seu caráter de autoritarismo através do emprego de uma linguagem militar, que impunha o redesenho da natureza através do controle da mão de obra. Outro exemplo é a marcha para o Oeste nos Estados Unidos, ao qual somava-se também a ideia de progresso empreendida pelo homem branco (ou WASP – White, Anglo-Saxon and Protestant) predestinado a dominar a natureza hostil para transformá-la em um paraíso. Podemos relacionar essa ideologia a outro mito da cultura judaico-cristã que é o retorno à terra

– Fase 2: o papel da erva-mate e dos sistemas tradicionais de manejo florestal na restauração e conservação da Floresta com Araucária”. Bituruna, Iratizinho. 07 jun. 2018. Arquivo de áudio MP3.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



prometida, mas diferente do êxodo bíblico, ele não se dá através de uma caminhada no deserto, mas pelo trabalho para transformar a natureza hostil em um paraíso terreno.

Na historiografia do Paraná, o discurso de edenização da natureza também está atrelado aos empreendimentos migratórios. Como por exemplo, Altiva Pillati Balhana, para explicar o sucesso da colonização alemã no Paraná, recorre a uma frase do naturalista francês Saint-Hilaire Langue em sua viagem ao Brasil entre os anos de 1816 e 1822: “Os Campos Gerais são paraíso terrestre do Brasil” (Balhana, 1969 p. 90)¹⁴¹. Paradoxalmente, a autora relata a não concretização da promessa de paraíso devido ao solo ser “impróprio” para qualquer atividade agrícola, demandando uma verdadeira “reconquista” da região através do trabalho e da tecnologia empregada pelos colonos (Balhana e Machado, 1968 p. 223).

Letícia Leal de Almeida (2016) define a obra desses autores como a produção de um “regionalismo consensual”, a serviço do capital econômico e político do seu tempo e por isso constituíam-se como um “discurso autorizado”, almejando o desenvolvimento e organização cultural eurocêntrica do Paraná. Por isso a autora destaca a ausência ou minimização do papel de outros grupos étnicos e sociais como negros, indígenas e caboclos nas obras desses intelectuais em contraposição ao protagonismo do imigrante branco e europeu.

A questão da erva-mate é que, a despeito dos esforços de substituição dos grupos étnicos e sociais do Paraná para a construção de uma sociedade morigerada ou de modernização da agricultura, ela permaneceu no território, não somente integrando-se às novas dinâmicas, mas também contribuindo com os processos de colonização. Segundo Samuel Guimarães da Costa (1989), a principal característica da cultura da erva-mate como um fator de modernização das relações sociais e econômicas é o seu aspecto ecológico que fixou os trabalhadores na área de

¹⁴¹ O livro trata-se de um trabalho interdisciplinar, com pesquisas conduzidas por historiadores, geógrafos, geólogos, agrônomos, dentre outros, para discutir o que consideravam ser os fatores de sucesso da colônia Witmarsum, localizada na região dos Campos Gerais, no Estado do Paraná.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ocorrência da espécie que, diferente de outras atividades extrativistas, produz mais quando preservada. A fixação da produção levou a uma disciplinarização dos trabalhadores e permitiu o estabelecimento “das colônias de neo-europeus, principalmente italianos, poloneses e ucranianos”, ao mesmo tempo que, devido a sua delimitação espacial, pôde ser controlada pelo Estado e gerar o enriquecimento de sua própria elite dirigente (Costa, 1989, p.86).

Como exemplo desse processo, nesse outro trecho da entrevista com Estanislau, a erva-mate aparece como um importante elemento de fixação dos trabalhadores no território, pois quando ainda não estavam adaptados ao ambiente ou, nas palavras de Estanislau, ainda não “pegavam o ritmo ali no Brasil”, a venda de erva-mate foi o que permitiu adquirir os produtos básicos para subsistência da família:

Que nem o falecido avô lá, diz que precisava fazer alguma compra, parece que iam na União da Vitória [...]. Daí ele fazia um pouco de erva, diz que uma vez ele fez noventa quilos de erva assim, quantas arrobas? Seis arrobas, né? carregou na charrete, puxava com cavalo, levava lá no Mallet pra vender lá... Noventa quilômetro, dali aonde que ele morava, lá em Mallet. (Bigunas, 2018)

Percebe-se assim que, ao longo da história, a produção de erva mate foi tomada, ora como uma forma de modernização, ora como uma forma de atraso, a depender, dentre outros elementos, de como são retratadas, analisadas e avaliadas as formas e relações de trabalho estabelecidas nos ervais. Essas relações envolvem o controle e disciplinarização dos trabalhadores, entendidos como peças-chave para a moralização da sociedade em um projeto de morigeração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tensões implícitas nas relações que pautaram as políticas de desenvolvimento do estado, travestidas em um discurso de progresso e domínio do território e da natureza, marginalizaram populações negras, indígenas e caboclas na sociedade paranaense e suprimiram sua presença na historiografia regional. As raízes ideológicas desse projeto se encontram na dicotomia entre trabalho e meio ambiente

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



profundamente ligada aos sentidos da cultura judaico-cristã como os mitos do pecado original, expulsão do Eden e edenização da natureza.

Compreender esses sentidos é importante para refletirmos sobre as narrativas dos erveiros para além do importante discurso ambiental e político que esse atores reivindicam, que passaram a ser mais valorizados socialmente a partir da década de 1990. Os conhecimentos repassados através das gerações, e que têm como origem as práticas culturais dos povos tradicionais, não passaram incólumes pelos conflitos e tensionamentos desses processos históricos, tão pouco pelas consequências dos projetos de modernização da agricultura durante a Revolução Verde, a medida que, mesmo em ervais sombreados e com grande variedade de espécies, ainda persiste um certo trabalho ou esforço de controle muito próxima das referências de trabalho nos ervais plantados.

Referências

ALMEIDA, Letícia Leal de. **Regionalismo paranaense: do esboço de uma sinopse de História Regional do Paraná à História do Paraná (1951-1969)**. 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P. e WESTPHALEN, Cecília M. **História do Paraná**. 2. ed. Curitiba: Grafipar, 1969.

BARCA, Stefania. Laboring the Earth: Transnational Reflections on the Environmental History of Work. **Environmental History**. Chicago, v. 19 n.1 p. 3-27 jan. 2014 Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1093/envhis/emt099> acesso em 10/03/2025.

BATALHA, C. H. M. "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências". In: FREITAS, M. C. (Org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p.145-58.

CARVALHO, Alessandra Izabel de.; NIMMO, Evelyn Roberta; LAVERDI, Robson. Por uma história oral ambiental dos conhecimentos ecológicos tradicionais da erva-mate no Centro-Sul do Paraná e Planalto Norte Catarinense. In: CARVALHO, Alessandra Izabel de.; BENEDUZI, Luís Fernando; ZANINI, Maria Catarina

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Chitolina.; DADALTO, Maria Cristina.; LAVERDI, Robson. (orgs.). **Memórias, histórias e etnografias: estudos a partir da história oral**. Santa Maria, Ponta Grossa: Editoras das UFSM e UEPG, 2022. p. 21 - 40

ECKERT, José Paulo. "A maior parte dos bens nacionais foram devastados irresponsavelmente...": ação governamental e extrativismo de erva-mate durante o século XIX no Rio Grande do Sul. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon v. 15 p. 457-480, 2011.

LINHARES, Temistocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1969. 522p.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n 87, jan/abr, 1996 p 131-148.

MARQUES, Anésio da Cunha. **As paisagens do mate e a conservação socioambiental: um estudo junto aos agricultores familiares do Planalto Norte Catarinense**. 2014. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MARTINS, Romario. **História do Paraná**. 3.ed. Curitiba: Prefeitura Municipal, 1995.

NEGRO, A. L; GOMES.F, Além das Senzalas: uma história social do trabalho. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, vol.18, n.1, junho de 2006, pp.217-240.

NIMMO, E. R.; CARVALHO, A. I. de; LAVERDI, Robson; LACERDA, A. E. B. de. **Conhecimento, memória e história: uma visão transdisciplinar sobre os sistemas tradicionais e agroecológicos de erva-mate**. Colombo: Embrapa Florestas, 2022.

NIMMO, Evelyn; NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. Sementes da discórdia: o plantio e comércio de erva-mate no contexto missionário e colonial na América Platina. In: **A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e mediação cultural**. FLECK, E. C. D ROGGE, J. H. orgs. . Editora Oikos. São Leopoldo, 2019. p. 376-404.

OLIVEIRA, Marisa Correia de. **Estudo da erva-mate no Paraná: 1939 - 1967**. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/24600/D%20-%20OLIVEIRA%2c%20MARISA%20CORREIA%20DE.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso em 10 mar. 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



MULHERES NO ENSINO DE HISTÓRIA E NA HISTORIOGRAFIA PARANAENSE: MARIA JOSÉ CORREIA, A BARONESA DO SERO AZUL - 1853-1921

Eliane Batista de Lima Morano¹
Antonio Paulo Benatte²

¹ Mestranda em Ensino de História- ProfHistória pela UEPG

² Doutor em História pela UNICAMP

A inspiração para esta pesquisa surgiu de um momento singular em sala de aula, numa aula de história para estudantes do 9º ano sobre as revoltas da Primeira República, em particular a Revolução Federalista e seu desfecho em solo paranaense. Ao abordar a figura do Barão do Serro Azul, um aluno levantou uma questão fundamental: “o que aconteceu com a família do barão após a sua morte? E a sua esposa, não conta a sua história?”

Durante a minha graduação em História, estagiei no Museu Paranaense e, em parte, consegui responder àquela pergunta. No entanto, me questionei sobre a dificuldade para encontrar textos que tratam sobre as mulheres no ensino de história e na historiografia paranaense tradicional. Segundo Margareth Rago, em um artigo sobre “As Mulheres na Historiografia Brasileira”, a inclusão feminina na historiografia tem questionado uma história centrada no homem como sujeito universal, evidenciando as fragmentações de gênero. Além disso, no mesmo artigo, a autora busca desfazer a noção abstrata de “mulher” como uma essência única, para pensar as mulheres em sua diversidade¹⁴².

As historiadoras Pérola de Paula Sanfelice e Juliana Fleig, em seus estudos sobre “Enedina Alves Marques e a representatividade da mulher negra no Paraná”, consideram que “Enedina [a primeira mulher negra formada em engenharia pela

¹⁴² RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 84-85.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Universidade Federal do Paraná] está apenas no rodapé da História”, e, portanto, é necessário tirá-la dali. A história geralmente é contada pelo “olhar masculino”, o que resulta no apagamento historiográfico das mulheres. As referências bibliográficas afirmam que a atuação feminina se passava “quase que exclusivamente no ambiente privado da família e do lar”, e, como resultado, sua influência e contribuições foram subestimadas ou não devidamente documentadas. Considerando que a historiografia tradicionalmente privilegiou o “sujeito universal” masculino e suas façanhas¹⁴³, relegando a presença feminina a uma posição marginal, eu me pergunto: quantas mulheres ainda estão rebaixadas às notas de rodapé?

Perante esse viés, busquei investigar a biografia da baronesa do Serro Azul, bem como a sua influência como uma mulher da elite na sociedade curitibana no final do século XIX e início do XX, incluindo a sua biografia na história paranaense e no ensino de história como parte de um material didático.

Partindo deste princípio, ao buscar referenciais bibliográficos, me deparei com um tema pouco explorado. Porém, descobri que havia uma biografia publicada recentemente (2025) por três estudantes, duas de mestrado e uma de graduação: Amanda Prado, graduada em História e Mestranda em Educação; Lorena Dal Castel, graduada em Artes Visuais e Mestranda em Artes Visuais; e Lilian Cardoso Mendes, graduada em Artes Visuais. As pesquisadoras iniciaram seu projeto durante a graduação. São os únicos escritos sobre a história da baronesa. Outros estudos, não acadêmicos, estão relacionados ao turismo promovido pela prefeitura de Curitiba com a finalidade de divulgar ações realizadas pelo Solar do Barão (residência dos Correia), o Núcleo de Ação Educativa da Fundação Cultural de Curitiba e o Centro de Documentação e Pesquisa Guido Viaro. Assim, este projeto de pesquisa se propõe a explorar justamente essas lacunas, buscando dar visibilidade às

¹⁴³ SANFELICE, Pérola de Paula; FLEIG, Juliana. É preciso nomear a outra: a primeira engenheira negra do Brasil que ficou no rodapé da história - Enedina Alves Marques e a representatividade da mulher negra no Paraná. In: VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil (Org.). **Nova História das Mulheres no Paraná**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 13. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso 15 de julh, 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



experiências femininas que, como a da Baronesa do Serro Azul, permaneceram muitas vezes à margem das grandes narrativas historiográficas. O intuito é tirar do esquecimento, da ocultação e do silenciamento uma mulher que lutou pela honra do marido, criou os filhos na viuvez e realizou importantes ações filantrópicas que transcendiam o papel tradicional de dona de casa, mãe ou anfitriã, superando as adversidades políticas do período e dedicando-se aos desafios que a realidade lhe impunha.

Para Rago, trata-se de um esforço a fim de retirar as mulheres do silêncio produzido por um discurso historiográfico tradicional centrado no homem, coincidindo com as demandas do feminismo que busca maior visibilidade no espaço público e a desconstrução de mitologias misóginas e falocêntricas que dificultavam o crescimento pessoal e profissional das mulheres¹⁴⁴. Logo, essa pesquisa busca escrever uma biografia da baronesa do Serro Azul, Maria José Correia, como parte de um material didático-pedagógico do ensino de História.

O CONTEXTO DAS MULHERES DE ELITE E A ANULAÇÃO DO FEMININO

Recentemente, foi incluída no currículo a Lei 14.986/2024, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com o intuito de incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e instituiu a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País para o ensino dos diversos aspectos da participação feminina na história, na ciência, nas artes, na cultura do Brasil e do mundo.¹⁴⁵

¹⁴⁴ RAGO, *op. cit.*, p. 85.

¹⁴⁵ **BRASIL.** Lei 14.986 de 25 de setembro de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. **Diário Oficial da União: Brasília**, DF., 25 de setembro de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Entre muitos outros estudos, o livro *Nova História das Mulheres no Brasil* indica que, nesse período de fins do século XIX e início do XX, as mulheres de elite viviam em um sistema social patriarcal, no qual sua atuação era majoritariamente confinada ao espaço doméstico. A sociedade, a economia e a política eram estruturas dominadas por homens, baseadas em ideias de superioridade masculina e subordinação feminina¹⁴⁶.

A educação dessas mulheres visava prepará-las para serem boas esposas e mães, focando em atividades domésticas e na gestão familiar, com a vida acadêmica e as profissões de prestígio sendo desestimuladas. A mulher casada foi, por muito tempo, considerada civilmente incapaz, necessitando da autorização do marido para trabalhar fora ou gerir propriedades, evidenciando uma forte dependência e subordinação legal. A identidade feminina era frequentemente reduzida aos papéis de filha, esposa e mãe. A historiografia tradicional, por sua vez, contribuiu para o silenciamento e a invisibilidade dessas trajetórias femininas, focando em grandes figuras masculinas e eventos canônicos.

MARIA JOSÉ CORREIA: UMA TRAJETÓRIA DE INFLUÊNCIA E RESILIÊNCIA

Antes de analisar a vida de Maria José, é necessário discutir a biografia como um método de pesquisa histórica e uma forma de narrativa historiográfica. A biografia, tanto como método de pesquisa quanto como forma de narrativa, é essencial para resgatar e trazer à luz mulheres que tiveram participação significativa na sociedade, mas que foram esquecidas ou marginalizadas pela historiografia tradicional.

Pierre Bourdieu, em “A ilusão biográfica”, critica a visão de senso comum que concebe a vida como uma história linear, coerente e com um propósito definido¹⁴⁷. O

2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/114986.htm. Acesso em: 12 de ago. 2025.

¹⁴⁶ HABNER, June E. Honra e Distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. (Orgs.) **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 44.

¹⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



sociólogo argumenta que essa busca por uma “história de vida” unificada e com sentido teleológico é uma “ilusão retórica”,¹⁴⁸ reforçada por tradições literárias e pelo interesse do sujeito e do investigador em dar uma lógica à existência narrada. Essa perspectiva é importante para entender a marginalização feminina, pois a historiografia tradicional, ao privilegiar essa “filosofia da história” linear e “bem-sucedida”, “tende a excluir ou simplificar trajetórias que não se encaixam nesse molde”. A identidade, segundo Bourdieu, é uma “abstração formidável”, incapaz de abarcar a natureza fluida e multifacetada da realidade biológica e social. Ao questionar essa imposição de uma identidade “constante e durável”, a biografia permite desvelar a complexidade das vidas, incluindo as das mulheres, cujas experiências muitas vezes foram descontínuas ou não se alinharam aos padrões socialmente esperados.¹⁴⁹

Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano*, reforça a importância de focar nas “artes de fazer” e nas “práticas cotidianas” dos sujeitos “ordinários”.¹⁵⁰ Certeau, aponta para a “grave lacuna” na pesquisa impulsionada pela “tomada de consciência feminista”, que revelou que as mulheres estavam “inteiramente ausentes” de certas áreas de estudo.¹⁵¹ A solução para isso foi a coleta de “longos diálogos” com mulheres, buscando entender seus “gestos de mão, decisões e sentimentos que presidem em silêncio ao cumprimento das tarefas do cotidiano”. Isso sublinha como as biografias e histórias orais são vitais para resgatar experiências “silenciosas” que a historiografia convencional, focada em registros oficiais e discursos dominantes, negligenciou.¹⁵²

A obra *Nova História das Mulheres no Paraná* é um testemunho direto da aplicação da biografia para combater o esquecimento feminino. A apresentação da coletânea ressalta que o objetivo é revisitar a História das Mulheres no Paraná para

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 184.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 185-186.

¹⁵⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 22-23.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 114-115.

¹⁵² *Ibid.*, p. 138-139.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



apontar como as pesquisas sobre esses temas se ampliaram na historiografia paranaense, agregando novos olhares, novas abordagens, evidenciando os protagonismos das mulheres na história do estado. O livro reconhece que ainda existem lacunas, hiatos e silêncios na história das mulheres no estado e se propõe a diminuir tais vazios historiográficos.¹⁵³

Diversos capítulos da obra ilustram a importância da biografia para este fim. O capítulo “É preciso nomear a outra: a primeira engenheira negra do Brasil que ficou no rodapé da história: Enedina Alves Marques e a representatividade da mulher negra no Paraná” é um exemplo e modelo. As autoras citam Joan Scott ao denunciar que a história do desenvolvimento humano foi narrada quase sempre por homens, resultando na desaparecimento das mulheres dos registros do passado. Elas enfatizam que essa invisibilidade é ainda mais intensa para as mulheres negras, cuja experiência foi silenciada pela historiografia tradicional e teve pouco espaço na produção de pesquisadoras que atuaram na área da História das Mulheres. O objetivo do texto é narrar e divulgar a trajetória de vida da mulher paranaense Enedina Alves Marques. A biografia de Enedina, uma mulher negra que se tornou a primeira engenheira civil do Brasil em uma área majoritariamente masculina, desafiou os padrões acadêmicos e sociais da época, revelando sua resistência e intelectualidade frente a estigmas de raça e gênero (como a expectativa de que “a mulher negra deve ocupar o espaço doméstico, o papel de servir aos outros”). A análise detalhada de sua vida, incluindo a dupla jornada de trabalhadora e estudante e os preconceitos enfrentados na academia, demonstra como a biografia é essencial para trazer à tona figuras que foram deliberadamente apagadas ou minimizadas pela história dita oficial.¹⁵⁴

O capítulo “Mulheres sem filhos e suas narrativas sobre maternidade no Paraná do século XX” vale-se de entrevistas biográficas para explorar como mulheres que não tiveram filhos reconstruíram suas experiências de não-mães em um período

¹⁵³ VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil (Org.). **Nova História das Mulheres no Paraná**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, p. 244.

¹⁵⁴ SANFELICE e FLEIG, *op. cit.*, p. 13-42.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



histórico de extrema valorização da maternagem, o século XX. A biografia aqui permite evidenciar a pluralidade de experiências, subjetividades e sentimentos que existem entre a mãe e a não-mãe, desafiando a caricatura e a inferiorização socialmente impostas às mulheres que não se encaixam no ideal materno.¹⁵⁵

O capítulo “Do badalo do sino ao batuque do atabaque: Mães de Santo em Irati/Paraná” busca dar visibilidade a estas mulheres, justamente por serem líderes de uma religião que no estado do Paraná não é hegemônica, e que, muitas vezes, sofrem processos de segregação e de marginalização. As autoras reconhecem que as memórias femininas, por si sós, são raras e esparsas, e que isso se agrava no caso das mulheres integrantes de religiões de matriz africanas no Brasil devido à histórica repressão de sua religiosidade. O uso da história oral (entrevistas biográficas) é crucial para contar a história das mulheres na umbanda e destacar o papel de liderança feminina presente nessas religiões de matriz africana, muitas vezes baseadas no matriarcado e na ancestralidade.¹⁵⁶

O capítulo “Da (in)visibilidade à profissionalização: mulheres e arte no cenário paranaense (fim do século XIX e começo do século XX)” questiona a ausência de mulheres no mundo da arte e afirma que este só se amplia, se revigora e é refeito a partir do momento em que olhamos para a presença e criação das mulheres. A pesquisa biográfica serve aqui para discutir as lacunas que a história da arte tem deixado e as dificuldades que as artistas enfrentaram para obter reconhecimento. A biografia, ao detalhar as vidas de artistas como Iria Cândida Correia e Maria da Conceição Aguiar Lima, busca suprir os silenciamentos dos discursos da história da arte dominante e excludente, mostrando que a escassa presença feminina não se devia à falta de talento, mas à exclusão e interdições sociais.¹⁵⁷

¹⁵⁵ VÁZQUEZ, *op. cit.*, p. 45-74.

¹⁵⁶ GUARIZA, Nadia M. VAZ, Vania. Do badalo do sino ao batuque do atabaque: Mães de Santo em Irati/Paraná. In: VÁZQUEZ, *op. cit.*, p. 75-92.

¹⁵⁷ PRIORI, Claudia. Da (in)visibilidade à profissionalização: mulheres e arte no cenário paranaense (fim do século XIX e começo do século XX), In: VÁZQUEZ, *op. cit.*, p. 93-127.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O capítulo “Mulheres e meninas rurais: memória e gênero no Faxinal Barra Bonita – Prudentópolis/PR” inicia afirmando que “Silenciar e/ou apagar são dois verbos constantes na produção historiográfica e nas relações sociais em que mulheres estão imersas”. As autoras notam a ausência do debate de gênero em pesquisas sobre faxinais, o que invisibiliza a experiência de mulheres neste meio rural específico. A biografia, por meio de entrevistas, permite que essas mulheres se re(afirmem) enquanto sujeitas e agentes ao comunicar suas experiências, revelando como o trabalho das mulheres rurais, frequentemente visto como serviço doméstico em contraste com o trabalho produtivo masculino, foi subvalorizado ou apagado. A biografia, neste caso, traz à tona a experiência rica e as especificidades de mulheres que não controlam o espelho da história: as pretas, pobres, periféricas e camponesas.¹⁵⁸

Em síntese, a obra *Nova História das Mulheres no Paraná* e os princípios teóricos de Bourdieu e De Certeau convergem para demonstrar que a biografia é um método historiograficamente eficiente para desconstruir narrativas hegemônicas. Revelar a agência e resistência feminina, mostrando como mulheres, apesar das opressões de gênero, raça e classe, desenvolveram estratégias e táticas para atuar e resistir em seus contextos sociais e, assim, preencher lacunas históricas resgatando figuras e grupos que foram sistematicamente desvalorizados.

Para Ana Paula Vosne Martins, “o trabalho com trajetórias biográficas e mesmo com biografias de mulheres, pode contribuir para o alargamento da compreensão não só de um campo historiográfico como o das mulheres.”¹⁵⁹ Nesse sentido, a biografia de Maria José Correia, baronesa do Serro Azul, escrita por Amanda Prado, Lilian Cardoso Mendes e Lorena Dal Castel, é um esforço direto para preencher essas lacunas e restaurar uma narrativa feminina esquecida.

Martins considera que:

¹⁵⁸ PETRIW, Claudete Maria; MOREIRA, Rosemeri. Mulheres e meninas rurais: memória e gênero no Faxinal Barra Bonita – Prudentópolis/PR. In: VÁZQUEZ, op. cit., p. 181-227.

¹⁵⁹ MARTINS, Ana Paula Vosne. **Faces femininas do conservadorismo: filantropas e feministas brasileiras no começo do século XX**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2024, p. 24.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A história das mulheres olhou para aquelas que vieram de baixo, as trabalhadoras, as mulheres rebeldes e inconformistas e aquelas que viveram nas margens da sociedade, em prisões, bordéis, manicômios. A maioria das mulheres, no entanto, não viveu em tais condições, nem foi rebelde. Algumas procuraram recriar seus espaços dentro da ordem, se adaptando às restrições e, ao mesmo tempo, forçando seus limites¹⁶⁰.

ORIGENS E CASAMENTO ESTRATÉGICO

Maria José nasceu em Paranaguá, em 1853, em uma família influente e de posses, a sétima de nove filhos de Gertrudes e Manoel José Correia. Sua família, e a de seu futuro marido, construíram poder através de atividades comerciais, especialmente a erva-mate, e da ocupação de cargos públicos.

Sua infância foi marcada por uma educação domiciliar refinada, com mestres particulares, o que era comum para mulheres da elite, contrastando com a educação formal e universitária de seus irmãos, como Leocádio, que se tornou médico e político. Apesar de não ter frequentado instituições de ensino formal, suas cartas revelam sua fluência e habilidade na escrita.

Aos 18 anos, em 1871, Maria José casou-se com seu primo, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul. Essa união, comum entre as elites, foi uma manobra estratégica para consolidar e expandir a influência e a riqueza das famílias. Como esposa de Ildefonso, uma figura central no cenário empresarial e social de Curitiba, Maria José viveu em um imponente palacete que refletia o poder e a riqueza da família, inclusive hospedando o Imperador D. Pedro II.

VIUEZ E CAMINHOS PARA A EMANCIPAÇÃO FEMININA

Após a morte trágica de Ildefonso, em um cenário inicialmente hostil, a viuvez marcou para Maria José um tempo de poder e de revanche. Ela se viu na posição de

¹⁶⁰ MARTINS, *op. cit.*, p. 37.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



viúva com filhos pequenos, enfrentando o desafio de manter a posição da família na elite paranaense.

Nesse contexto e circunstâncias, a filantropia era uma estratégia de visibilidade: Maria José dedicou-se intensamente à filantropia, realizando numerosas doações a pessoas e instituições, como a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio (voltada para ex-escravizados). Essa prática era um instrumento de afirmação social para mulheres da elite, permitindo-lhes alcançar notabilidade e reconhecimento público em uma esfera tradicionalmente masculina¹⁶¹.

Na gestão dos negócios, ela assumiu um papel ativo na administração dos empreendimentos da família, como a Imprensa Paranaense e oito marcas de ervamate, muitas vezes por meio de procuradores. Sua coragem em expor publicamente disputas comerciais demonstra sua determinação em manter a influência e a gestão familiar, desafiando as expectativas tidas como “naturais” para mulheres da época.

Para a manutenção do *status* social, Maria José continuou a participar e sediar eventos sociais da alta sociedade curitibana em suas propriedades, utilizando esses espaços de sociabilidade para sustentar e assegurar o futuro de sua família e o prestígio social. A participação de suas filhas nesses eventos reforçava a continuidade do *status*.

Mesmo após a Proclamação da República, Maria José manteve o uso do título de Baronesa do Serro Azul, que embora sem valor legal, conservava um significado simbólico de respeito e influência. O título foi incorporado ao sobrenome de seu filho mais novo, perpetuando a memória do pai e o prestígio associado ao nome.

No âmbito familiar, suas cartas, especialmente para as netas, revelam uma face afetuosa e familiar, mas também sua capacidade de articular ideias e navegar entre discursos formais e íntimos, evidenciando sua formação e inteligência.

¹⁶¹ PRADO, Amanda; MENDES, Lilian Cardoso; DAL CASTEL, Lorena. **Maria José Correia, a Baronesa do Serro Azul**. Curitiba: Singular Cultural, 2025, p. 76.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biografia de Maria José Correia é fundamental para o ensino de História no Paraná por diversos motivos, como combater à invisibilidade. Sua história serve como um contraponto direto à lacuna, silêncio e apagamento das experiências femininas na historiografia tradicional. Ela oferece um exemplo concreto de como as mulheres, mesmo dentro de estruturas opressoras, encontraram formas de agir e influenciar a sociedade.

A trajetória de Maria José permite explorar a multiplicidade das experiências femininas e suas abordagens de oposição frente aos dispositivos masculinos de poder. Ela mostra que a capacidade da mulher não estava unicamente atrelada à figura do marido, mas que a viuvez, por exemplo, podia ser um catalisador para maior autonomia e atuação pública, ainda que dentro das normas sociais da época. Sua vida ilustra como as assimetrias de gênero impactavam a inserção das mulheres em esferas como a empresarial e a cultural, mas também como a filantropia e a sociabilidade podiam ser usadas como estratégias de visibilidade e poder feminino.

A história de Maria José integra a história das elites curitibanas em contextos nacionais (transição Império-República, abolição) e globais (influência da *Belle Époque* no urbanismo e lazer). Permite discutir como as histórias regionais e locais são cruciais para a compreensão de processos históricos mais amplos e complexos. A pesquisa sobre a Baronesa destaca as dificuldades em encontrar registros femininos e a importância de uma análise crítica das fontes, questionando como a história é construída e quem a narra. Isso pode incentivar os alunos a pensar sobre a operação historiográfica e a produção histórica. Portanto, a inclusão da biografia de Maria José Correia em materiais didático-pedagógicos não apenas revive uma figura histórica importante, mas democratiza o conhecimento histórico ao dar voz e protagonismo às mulheres, enriquecendo a compreensão das dinâmicas de gênero e das relações de poder na historiografia paranaense.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). Usos e abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Lei 14.986 de 25 de setembro de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. **Diário Oficial da União: Brasília**, DF., 25 de setembro de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/14986.htm. Acesso em: 12 de ago. 2025.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano I: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**: Ana Gertrudes de Jesus e sua gente. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1995.

GUARIZA, Nadia M. VAZ, Vania. **Do badalo do sino ao batuque do atabaque**: Mães de Santo em Irati/Paraná. In: VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil (Org.). Nova História das Mulheres no Paraná. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso 13 de ago, 2025.

HABNER, June E. **Honra e distinção das famílias**. In: PINSKY, Carla Bassanezi et al. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2018.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

LOPES, Elaine. **Mulheres negras no ensino de História do Brasil**: A história de Maria Firmina dos Reis. 2022. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3599>. Acesso 15 de julho de 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



MARTINS, Ana Paula Vosne. **Faces femininas do conservadorismo**: filantropas e feministas brasileiras no começo do século XX. Curitiba: Ed. da UFPR, 2024.

PETRIW, Claudete Maria. MOREIRA, Rosemeri. **Mulheres e meninas rurais**: memória e gênero no Faxinal Barra Bonita – Prudentópolis/PR. In: VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil (Org.). Nova História das Mulheres no Paraná. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso 13 de ago, 2025.

PRADO, Amanda; MENDES, Lilian Cardoso; DAL CASTEL, Lorena. **Maria José Correia, A Baronesa do Serro Azul**. [Curitiba]: Singular Cultural, 2025.

PRIORI, Claudia. **Da (in)visibilidade à profissionalização**: mulheres e arte no cenário paranaense (fim do século XIX e começo do século XX) In: VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil (Org.). Nova História das Mulheres no Paraná. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso 13 de ago, 2025.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; MARTINS, Ana Paula Vosne (orgs.). **Mulheres na História**: Paraná, séculos XIX e XX. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997.

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira**. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 15, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SANFELICE, Pérola de Paula; FLEIG, Juliana. **É preciso nomear a outra**: a primeira engenheira negra do Brasil que ficou no rodapé da história - Enedina Alves Marques e a representatividade da mulher negra no Paraná. In: VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil (Org.). Nova História das Mulheres no Paraná. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso 13 de ago, 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



DROGADIÇÃO, INDIVÍDUO E SOCIEDADE: REPENSANDO O SUJEITO HISTÓRICO (1980-2025)

Reinaldo Gluszcza¹
Georgiane Garabely Heil Vázquez²

¹ Mestrando em História pela UEPG

² Doutora em História pela UFPR

A questão do uso indevido de substâncias psicoativas tem se revelado como fonte de análise e discussão na sociedade contemporânea tornando-se um importante objeto de estudo. Desse modo, analisar as criações de sentidos, sujeitos e conexões entre processos históricos, culturais e identitários, bem como a fluidez do conceito de gênero dentro da toxicodependência, buscando-se um arcabouço mais pormenorizado dos reais contornos da questão do uso de drogas, tornam-se evidentes. Nos propomos através desse trabalho estudar a problemática do uso indevido de drogas no recorte temporal de 1980 a 2025, partindo da metodologia da História Oral que inclui a Ego-História e consiste numa busca de cientificizar a história de atores, inclusive do próprio pesquisador, conduzindo-os a colocar-se como objeto de seus discursos. O percurso da vida ultrapassa o muro do particular, pois revela o que se apresentava fora das fontes, nas teias sociais e simbólicas da história. Desse modo, as lembranças de dependentes químicos ativos ou passivos, não se restringem a autorrevelações de experiências narcisistas, limitadas à ação do “eu”.

O uso indevido de drogas tem-se agravado diariamente. Segundo estimativas apontadas no Relatório Mundial sobre Drogas, em 2022, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), mostra que cerca de 284 milhões de pessoas — na faixa etária entre 15 e 64 anos — usaram drogas em 2020, 26% a mais do que dez anos antes. Os números também preocupam no Brasil. De acordo com o Ministério da Saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS), em 2021, registrou 400 mil atendimentos a pessoas com transtornos mentais e comportamentais devido ao uso

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



de drogas. Segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, no ano de 2023 os Centros de Atenção Psicossocial álcool e drogas (CAPSad), atenderam mais de 1.000 casos envolvendo menores com medidas socioeducativas no Paraná, (Sisnase, 2023).

Segundo Robert W. Connell e James W. Messerschmidt em seu estudo: Masculinidade hegemônica (2013), Revista Estudos Feministas, analisam os conceitos como resposta a problemas práticos tendo a capacidade de “viajar” no tempo e no espaço recebendo novos significados sendo evidentes no estudo de gênero. Acreditamos que tal problemática no que se refere ao convívio dentro do âmbito da toxicodependência gera estigmas e estereótipos que acaba por assimilar homens e mulheres em padrões pré-estabelecidos. A temática do uso de drogas gera problema para o governo e para a sociedade em geral. E tendo em vista o objetivo do Mestrado ofertado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa como formar pessoal de alta qualificação e capacidade criadora para intervir com competência teórica, política e técnica, produzindo conhecimento sobre a construção de sentidos, a constituição de sujeitos e as conexões entre processos históricos, culturais e identitários, nos encontramos inseridos diariamente nessa temática e sendo a academia um lugar de reflexões nos propomos a problematizar a questão do uso indevido de drogas, para refinar as discussões apontando a mobilidade social do indivíduo dentro das instituições que prestam tal serviço público e particular detalhado melhor os contornos da questão.

1. PROBLEMÁTICA

Nossa sociedade é norteadora por uma política pública proibicionista. Somente a partir da década de 80, com a abertura política, o usuário deixa de ser visto como um simples delinquente e passa a compreender-se a dimensão patológica causada pelo uso de algumas substâncias. Porém, no âmbito acadêmico ocorre um distanciamento do aspecto farmacológico e patológico ou relacionados à saúde do usuário. As

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



análises concentram-se nas causas sociais do uso indevido de drogas e suas relações com os meios políticos, socioculturais, econômicos e ideológicos nas políticas brasileiras no combate ao uso de drogas Trad (2011), aliada a estigmatização e preconceitos que cercam tal problemática e criando diversos tipos de problemas, inclusive no aspecto patrimonial e imobiliário, como a desvalorização visualizada por Carneiro (2018).

Nesse mesmo período, da década de 80, os programas de Redução de Danos despontam, não só no Brasil, mas no campo internacional, apontando para novos modelos de prevenção ao uso e abuso de drogas. De acordo com Trad (2011, p.119) “[...] a Redução de Danos consiste em um conjunto de princípios a serem aplicados a qualquer comportamento humano que implique em algum tipo de risco.” Esse sistema é apontado como alternativa para o tratamento da dependência química. Em outras palavras, entende a abstinência como ideal, mas aceita abordagens que reduzem os danos, sendo visualizada de “Baixo para Cima.” Desse modo efetiva-se uma política pensada no indivíduo, e não numa comunidade social excludente e preconceituosa legitimada nas políticas proibicionistas, porém ainda longe de ser implantada com sucesso.

Atualmente ocorre um fortalecimento sociocultural na compreensão do problema que envolve o uso de drogas. Entretanto, paralelamente ocorre uma disputa com os moldes tradicionais do Proibicionismo Criminal e do slogan “Diga não às Drogas”, preocupado com uma visão mecanicista e utilitária do indivíduo apto para o trabalho herdado da revolução industrial do século XIX. Nesse sentido, esse trabalho, a partir de estudos de casos (a própria trajetória do pesquisador no “mundo das drogas” e de outros personagens) vem para problematizar as políticas públicas, bem como a real mobilidade dos indivíduos nas instituições sociais, dando melhores contornos à problemática do uso de drogas.

As políticas públicas brasileiras são vistas ora como uma questão de segurança, o que envolve repressão ao tráfico de drogas, ora como uma questão de saúde pública que pressupõe repreensão à demanda e uma política de Redução de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Danos. A partir de um contexto geral das políticas públicas com relação ao uso de drogas tentaremos apontar alguns problemas do tempo presente com relação à temática, bem como visualizar algumas lacunas institucionais que causaram e causam alguns obstáculos intransponíveis para uma reabilitação dos indivíduos, bem como vislumbrar as mobilidades dentro de um sistema social normatizador inquestionável pelo senso comum.

A venda de drogas movimentava anualmente um mercado que chega à casa de 500 bilhões de dólares ao ano Coggiola (2024). Nas teias de relacionamentos internos estão envolvidos com o narcotráfico outros agentes: indústria bélica; exploração camponesa no plantio de algumas substâncias como coca, ópio e maconha; mercado financeiro na lavagem de dinheiro; indústria farmacêutica; indústrias de bebidas alcoólicas; indústria de fumo, entre outras. Um problema atual e contemporâneo para o sistema de saúde e para a sociedade em geral.

No governo Figueiredo nos anos 80 são criados os conselhos antidrogas a partir do decreto lei N° 85.110. Xavier (2012), Conselho Federal (CONFEN), Conselho Estadual (CONENS) e Conselho Municipal (COMENS). Estas instituições estavam focadas no binômio: Abstinência X Repressão. A partir do governo FHC é criada uma secretaria exclusiva para o assunto. O Sistema Nacional Antidrogas (SENAD) que é responsável em 1995 por uma nova resolução de combate químico, restringindo a venda de produtos que poderiam ser utilizados no refino de drogas. Em 1998 é extinguido o COFREN e é criado o Conselho Nacional Antidrogas (CONAD).

Desse modo o Sistema Nacional Antidrogas, juntamente com o Ministério da Saúde, Educação e Assistência Social, fica responsável pela prevenção, tratamento e reinserção social dos usuários de drogas ao meio social. No ano de 1999 ocorreu o Primeiro Fórum Social Antidrogas na cidade de Brasília. Seu objetivo era uma maior abertura de discussão entre os meios intelectualizados e a população. Apesar de diversas inovações e de muito se caminhar, apenas a partir de 2004 realmente se efetiva uma valorização do indivíduo em termos restritos, discutido através da realização de fóruns nacionais e regionais com o envolvimento da comunidade

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



científica e segmentos da sociedade civil em como abordar a questão. No ano de 2005 o governo Lula aborda essa temática com o PPD (Política Pública sobre Desenvolvimento), juntamente com políticas de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas em parceria com o Ministério da Saúde.

Sobre a Política Pública de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e Drogas do Ministério da Saúde podemos afirmar que se inicia a partir de 1998 com o tráfico de drogas passando a ser considerado crime hediondo e não possuindo mais fiança, as atenções voltam-se para o usuário através de programas de prevenção ao uso, patrocinados pelo Estado. Mas evidencia-se uma má organização desses investimentos que acabam por servir à repressão. Em 1991 as políticas estão a cargo da então Coordenação de Saúde Mental que passa a discutir o modelo assistencialista que resulta num maior alcance das políticas e em consequência um maior enfoque no indivíduo.

Porém o ano de 1995 marca uma estagnação das verbas aos centros de apoio ao paciente com transtornos mentais, devido ao bloqueio à Reforma Psiquiátrica, Yasui (2010). Mas em 2002, inspirada em um modelo Italiano onde um posto operava 24H por dia e com capacidade de atender a praticamente todo tipo de demanda de cuidados de saúde mental, surgem o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), Garcia, Leal e Abreu (2008). Este último era composto por equipes que trabalhavam diariamente com famílias possibilitando uma estrutura mais elaborada de referência e contrarreferência comprometida com a desinstitucionalização psiquiátrica, culminando na criação e implementação, em larga escala, de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) para tratamento de usuários de álcool e drogas, regulamentada através de portarias a partir de 2002.

As ações promovidas pela Política de Atenção Integral pautam-se por prevenção, tratamento e educação, reconhecendo que o consumo dessas substâncias é um problema de saúde pública e adota o método assistencialista de Redução de Danos como meio para atingir os objetivos. O enfoque começa a mudar, das campanhas preventivas apoiadas em um modelo proibicionista e em uma política

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



criminalista que associa o uso de drogas à delinquência e à marginalidade para um âmbito maior, norteado pela Coordenação de Saúde Mental em parceria com gestores locais, universidades e sociedade civil em geral, na construção de respostas às demandas decorrentes dessa área. Sendo possibilitada a implantação da nova Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Drogas, regulamentada através da portaria GM nº. 816/2002, que ratifica a criação de serviços específicos para essa clientela através do sistema de Centros de Referência a Assistência Social Álcool e Drogas (CAPSad). A Portaria visa:

[...] à organização e implementação de uma rede estratégica de serviços extra hospitalares de atenção aos pacientes com esse tipo de transtorno, articulando à rede de atenção psicossocial. Tendo como princípio aperfeiçoar as intervenções preventivas como forma de reduzir os danos sociais e os danos à saúde representada pelo uso prejudicial de álcool e outras drogas. (Garcia; Abreu; Leal, 2008, p. 271-272)

Essa portaria evidencia uma grande dificuldade de superação nos meios já cristalizados do sistema proibicionista e a dificuldade de implantação de políticas públicas assistencialistas.

Desse modo fica evidente a necessidade de uma discussão mais ampla e de um estudo mais aprofundado sobre a problemática social do uso de drogas. Neste trabalho nosso intuito é de que abordando de forma individual as estruturas que norteiam as instituições representantes das políticas públicas e que prestam assistência particular ou privada à questão da drogadição, bem como as instituições criminais e de saúde, possamos ter uma ideia mais aprofundada da mobilidade social do sujeito dentro da sociedade e assim termos uma maior amplitude de visão dessa complexa problemática. Nos termos de E.P. Thompson, a drogadição pode ser considerada em uma situação atípica:

[...] um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípica. Um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. (Thompson, 2001, p. 235)

E tendo em mente o postulado do “Círculo Hermenêutico” de Rüsen, Pina (2011) segundo a utilidade prática de uma pesquisa que voltando para o meio

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



possibilita uma orientação espacial e em consequência o modifique, possamos apontar com mais precisão como realmente se operou o sistema através da representação individual, apontando para um contexto social amplo que por vezes gerou estigmas e estereótipos que acabaram e acabam por dificultar o trabalho de recuperação e reinserção social de tais indivíduos na sociedade Garcia, Abreu e Leal (2008).

A droga assume um caráter político social de legitimação de ideologias sociais e governamentais, tornando os toxicodependentes em populações flutuantes, não socializados, que têm seus vínculos e suas estruturas arruinadas, tornando-os em peões em um jogo marcado por pressões internas e externas da indústria de armas, de bebidas alcoólicas, da prostituição, da indústria farmacêutica, ocorrendo uma disputa de valores, interesses e ideologias, como já foi dito, através de discursos e projetos vagos Garcia, Leal e Abreu (2008). O Brasil caracteriza-se pelas alianças dos interesses de grupos políticos e de corporações privadas com influência no Estado que apresenta um esvaziamento de princípios protecionistas do Estado legitimados pelo slogan “Cada um sabe o que é melhor para si” Carneiro (2002).

2. METODOLOGIA

A Terceira geração dos Annales (1968-1989), com historiadores como Le Goff, Georges Duby e Michelle Perrot iniciam um processo de discussão da história das mentalidades e da história cultural ampliando o leque de fontes até então aceitas. Segundo Sichelero (2020), os historiadores não buscam mais uma visão dos grandes homens e dos grandes fatos, mas uma história que busque explicar as estruturas econômicas, sociais, políticas, psicológicas, mentais etc.:

Entende-se que tanto as antigas ferramentas e experiências dos historiadores (a utilização de livros e documentos físicos, a vivência dentro do arquivo etc.), quanto as novas ferramentas proporcionadas pela informática (utilização de arquivos digitais, editores de texto, páginas da internet, redes sociais etc.) são importantes para produção histórica, cabendo a cada historiador utilizar o

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



instrumento mais adequado de acordar com os seus interesses, objetivos e posições particulares. (Sichelero, 2020, p.14).

Batista e Perez (2016), afirmam que a aplicação de novos métodos vem se adaptando considerando o desenvolvimento dos meios pelos quais são formados e aplicados. Desse modo, uma nova análise qualitativa que vem tomando forma é a ego-história. A Ego-História é um método de análise descoberta graças ao alcance proporcionado pela história Oral e consiste na busca de cientificizar a história do pesquisador conduzindo-o a colocar-se como objeto de seu discurso, unindo duas fronteiras intransponíveis até então “História e Memória”. Segundo Pierre Nora em seu estudo “Ensaio de ego-História” *apud* Gisafran Nazareno Mota Jucá s/d, afirma que:

“A Ego-História não se trata de uma autobiografia pretensamente literária, nem de uma profissão de fé abstrata, nem de uma tentativa de psicanálise. O que está em causa é explicar a sua própria história como se fosse de outrem, tentar aplicar a si próprio, seguindo o estilo e os métodos que cada um escolheu o olhar frio, englobante e explicativo que tantas vezes se lançou sobre os outros. Em resumo, tornar clara, como historiador, a ligação existente entre a história que cada um fez e a história de que cada um é produto.” (Jucá, s/d, p.7).

Segundo Alberti (2000) a partir da década de 1970 temas contemporâneos vão sendo incorporados valorizando-se a análise qualitativa, onde experiências individuais passam a ser importantes para uma melhor compreensão do passado. Unido a essa nova visão, a descentralização da história factual possibilitando uma melhor articulação do social através de uma revalorização do sujeito individual ou coletivo na história. O relato pessoal expressa o social e uma visão possível dentro de uma sociedade, reconstruindo processos e revelando informações que documentalmente seriam perdidas.

Além da entrevista, outros registros podem ser abordados e problematizados como fonte, dentre eles: biografias, músicas, caricaturas, fotografias, desenhos, filmes, monumentos, obras de arte, de arquitetura e de literatura etc. Dentro desse trabalho analisaremos discursos a partir de entrevistas, duas obras literárias que contam a história de uma de nossas fontes, bem como as fontes institucionais que prestaram serviços para a recuperação e reabilitação do indivíduo através da análise

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



de seus discursos e suas omissões possibilitando a aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas audiovisuais.

Os historiadores modernos são bastante céticos quanto ao valor das fontes orais. Paul Thompson, por outro lado, defende o valor das fontes orais na história social moderna como uma forma de valorizar “aqueles cujos pontos de vista são descartados” Prins *apud* Burke (1992). Alberti (2000) afirma que a história Oral é uma nova forma de pesquisa para o estudo da história contemporânea. Nessa abordagem a história individual pode demonstrar as reais possibilidades de mobilidade dentro de um dado período, no caso deste trabalho, as análises sociais e estruturais dos anos de 1980 aos dias atuais através da história de vida de sujeitos, enfatizando a questão da toxicodependência.

Alberti (2003), afirma que a história individual “colore o passado” dando vida às conjunturas e estruturas que de outro modo apresentar-se-iam estáticas e rígidas, tornando-as distante da realidade. Verena Alberti (2000) novamente, fala que diversos meios têm se preocupado e utilizado a história oral como fonte, dentre eles: historiadores, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, entre outros. A partir da Nova História Cultural, a História passa a ser revisitada e ganha uma nova roupagem. Fatos históricos passam a ser analisados com novas abordagens, possibilitando assim novas visões de um mesmo acontecimento.

Essa ampliação de fontes possibilita um novo “recomeço” para a história, ampliando o campo historiográfico e refinando a análise dos acontecimentos, valorizando o processo e não o fato em si como única fonte pertinente à ciência histórica, como é apontado por Peter Burke (1992) e em Burke (2008, p.10) “O terreno comum dos historiadores pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações.”

Assim, essas ideias justificam o emprego da experiência individual, pessoal e nossa busca em pesquisar a toxicodependência por esse prisma. A História Oral surge como metodologia de pesquisa e como constituição de fonte em meados do século XX. Inicialmente utilizada no campo da Sociologia e da Antropologia, até os anos 70

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus

clima, regionalidades e museus



era barrada pelo fascínio que exercia o documento escrito e sua suposta “objetividade”. Hoje sabe-se que a própria subjetividade é objeto do pensamento científico, bem como as omissões em um discurso Cardoso (2013). Sendo assim, o método em História Oral está intimamente ligado à biografia do indivíduo.

As omissões, as afirmações, os traumas e as alegrias mostram o que é estrutural ao grupo, ilustrando formas típicas de comportamento, sendo o indivíduo um recipiente de todo um conjunto de normas institucionais, religiosas, familiares e sociais que apontam para um conjunto heterogêneo que constituem uma dada sociedade.

Outro tema a ser estudado é a criação dos conceitos de feminilidade e masculinidade nos grupos de drogadictos demonstrando, assim, normas surdas. Elas são reproduzidas, como apontam Silva, Souza e Perez (2021), em seu estudo com jovens no Rio de Janeiro, dando luz a essa questão:

Identificamos que as relações desiguais de gênero e os padrões normativos de feminilidade e masculinidade reproduzidos no contexto da iniciação e manutenção do uso de drogas, evidenciam particularidades de gênero, inclusive no que diz respeito às consequências danosas para as mulheres. (Silva; Souza; Perez, 2021, p. 3)

Quanto aos homens, no que se refere a masculinidade hegemônica, segundo Connell e Messerschmidt (2013) o conceito de masculinidade influenciou o pensamento sobre os homens, gênero e hierarquia social. Dessa forma, cabe uma crítica sobre o aspecto de masculinidade apontado por Petersen, Collier e Maclanes *apud* Connell e Messerschmidt (2013) onde o conceito torna essencial o caráter dos homens a “impor” uma unidade falsa a uma realidade fluida e contraditória subtraindo o protagonismo da mulher em vários sentidos.

Assim a ideia de um “eu” sólido e unitário é contestada, tornando-se óbvia o estudo de documentos-ego. A ideia de indivíduo como algo constante, como um conjunto uniforme que possui um destino predeterminado traçado. Nas palavras de Bourdieu (1996), trata-se da “Ilusão de unidade do eu”:

[...] é a ilusão de uma identidade coerente e específica embutida na ideia de vida como estrada, caminho, traieto, corrida; como uma série única de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



acontecimentos sucessivos como um todo, com projetos e intenções que segue uma ordem cronológica (uma lógica prospectiva e retrospectiva) e obedece ao postulado do sentido da existência. Para consubstanciar essa ideia, dispomos do nome próprio, da individualidade biológica e da assinatura que asseguram a constância de uma unidade” (Bourdieu, 1996, *apud* Alberti, 2000, p. 3)

Como demonstra Daniel Bertaux (1997) uma trajetória de vida não é assimilável a uma reta ou uma curva harmoniosa como parece indicar o termo frequentemente utilizado de “trajetória”. A maioria das existências é, ao contrário, revisada pelas forças coletivas que reorientam seus percursos de forma imprevista e geralmente incontrolável. A maioria das linhas de vida estão “quebradas” Bertaux (1997), no sentido geométrico do termo.

No final do século XX ocorrem mudanças estruturais que transformam a sociedade e fragmentam a cultura que no passado forneciam referenciais que criavam a visão de união do indivíduo. Essa descentralização, chamada por Stuart Hall (1992) de “perda de um sentido de si”, provoca o deslocamento do sujeito resultando em uma crise de identidade. Resultante das mudanças nos padrões sociais, a identidade torna-se historicamente objeto de pesquisa e preocupação. Mais recentemente, a globalização acentua ainda mais essa fragmentação identitária através da rápida dissolução de relações recém-formadas, causando um descentramento identitário que se reforma e se adequa a novas informações. Desse modo o indivíduo encontra-se imerso na multidão solitária do seu eu, Hall (1992).

Outra abordagem a ser utilizada nessa pesquisa é a abordagem biográfica. Gilberto Velho (2006), na busca para delimitar o espaço social afirma a relação entre ela e os indivíduos, procurando identificar os espaços de possível atuação através das decisões e desempenhos dos indivíduos que produzem efeitos e transformações na organização e estruturas sociais. As instituições norteiam a nossa sociedade contemporânea ocidental normatizando os indivíduos a partir de suas divisões sociais, englobando, absorvendo e tornando-se margem em suas vidas. Os laços de parentesco, os códigos de condutas sociais respaldado no poder penal e as instituições religiosas entre outras sufocam o indivíduo, natural e sobrenaturalmente.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



A proposta deste trabalho é perceber como dentro da trajetória de vida dos indivíduos que estão em tratamento ou já terminaram são criados e recriados, rompido e simbolizado tais instituições sociais normatizadoras. Como vê e como é visto dentro do espaço social dos anos de 1980 a 2025, como dependente químico e nas Políticas Públicas. A relevância do projeto fica evidente na fala de Velho (2006) que assinala a importância da trajetória individual para uma maior e melhor compreensão das forças, tensões e dimensão sociocultural da sociedade contemporânea.

3. CONCLUSÃO

Analisar historicamente, a partir da trajetória de vida dos sujeitos protagonistas das interpretações dadas as políticas públicas referentes à drogadição no Brasil contemporâneo (1980-2025). Bem como entender como se estruturou e está estruturada a sociedade pontagrossense, com enfoque nas políticas públicas que tratam do uso de substâncias psicoativas apontando a mobilidade individual dentro das instituições que trabalham com a temática do uso de drogas, como: Instituições de reabilitação, hospitais e comunidades terapêuticas pelas quais as fontes passaram. Estudar a construção de gênero a partir do referencial teórico de masculinidade e feminilidade em sua relação com a toxicodependência elencando aparelhos digitais de análise de fontes utilizados na pesquisa, produzindo conhecimento a respeito do desempenho de tais aparelhos digitais no manuseio das fontes vai de encontro aos anseios do V Colóquio de História do PPGH-UEPG: História em emergência: clima, regionalidades e museus. E a emergência da história no sentido de urgência da problemática da drogadição no que se refere a esse trabalho, aceito para o mestrado na linha de estudos: Sujeitos, discursos e identidades.

Referências

ALBERTI, V. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ALBERTI, V. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

BATISTA, L. L.; PEREZ, C. **Novos Meios e Novos Métodos de Pesquisa: desafios, soluções e avanços**. ORGANICOM. Ano 13. Número 25. 2016.

BERTAUX, D. **Relatos de Vida: perspectivas etnossociológicas**. Nathan. Paris, 1997.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

CAMARGO, A.; HIPOLITO, L.; LIMA, V. da R. **História de vida na América Latina**. In: **O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: ANPOCS, 1986-1990.

CARDOSO, H. **A história oral como método em uma análise da construção de identidades em uma família de descendentes de imigrantes: o uso das transcrições e da escrita videográfica no processo hermenêutico**. X Encontro Regional Sudeste de História Oral: Educação das Sensibilidades, Violência, Desafios Contemporâneos. Campinas, UNICAMP, 10 a 13 de setembro de 2013.

CARNEIRO, H. **A fabricação do vício**: Disponível:
http://www.neip.info/downloads/t_hen1.pdf. Acesso: 05 jan. 2015.

CARNEIRO, R. T. **Eles não moram, se escondem, não dormem, viram a noite: vivências espaciais de homens que transformam a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná**. Ponta Grossa, 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Área de concentração – Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

COGGIOLA, O. **O COMERCIO DE DROGAS HOJE**. >> Laboratório de Reflexões Transdisciplinar sobre a Crise da Modernidade. Revista eletrônica: o olho da história. [online] disponível em: <http://www.olhodahistoria.ufba.br/04coggio.html> último acesso: 20 de setembro de 2024.

CONNELL, W. R.; MESSERSCHIDT, W. J. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Revista Estudos Feministas. 2013

GARCIA, M. L. T.; LEAL, F. X.; ABREU, C. C. **A política antidrogas brasileira: velhos dilemas**. Psicol. Soc., Porto Alegre 257-266p. 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



JUCÁ, G. N. M. **Seminário da Prainha: Limites e possibilidades da “Ego-História” como opção metodológica.** Disponível:

<http://encontro2008.historiaoral.org.br/resources/content/anais/Gisafran%20Nazaren%20Mota%20Juc%E1.doc>. Acesso: 10 jan. 2024

PINA, M. L. M. **O ensino de história na perspectiva de Jörn Rüsen.** Curitiba: Editora da UFPR, 2011. Disponível em:

file:///C:/Users/silvana/Downloads/admin,+Journal+manager,+17+Resenha+-+mestrando+-+Max+-+284-292.pdf Acesso: 17 de nov 2024

PRINS, G. **História oral.** In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SICHELERO, G. G. **A Construção do banco de dados na Pesquisa Histórica: análise de uma experiência.** Porto Alegre, 2020

SILVA, A.; SOUZA, B.; PEREZ, C. **As relações desiguais de gênero e o uso de drogas entre jovens no Rio de Janeiro: evidências de consequências diferenciadas para mulheres.** *Revista Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1-15, 2021.

THOMPSON, E. P. **Folclore, antropologia e história social.** IN: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

TRAD, S. **A trajetória da prevenção às drogas no Brasil: do proibicionismo à redução de danos – e seus reflexos nas políticas locais.** Departament d'Antropologia, Filosofia i Treball Social. Programa de Dotort d'Antropologia de la Mediciiana. Universitat i Virgili Tarragona, 2010. Tese de Doutorado dirigida por Dr. Josep Oriol Romaní y Alfonso.

UNODC - UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **O Relatório Mundial sobre Drogas 2024 do UNODOC alerta para o crescimento do problema das drogas no mundo em meio à expansão do uso dos mercados de drogas.** 2024. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo/brazil/pt/frontpage/2024/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2024-do-unodc-alerta-para-o-crescimento-do-problema-das-drogas-no-mundo-em-meio--expanso-do-uso-e-dos-mercados-de-drogas.html> Acesso em 28 set. 2024.

VELHO, G. **Ciências sociais e biografia individual.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 38, jul-dez. 2006.

XAVIER, R. T. **Desafios na Atenção Integral de Pacientes Usuários de Crack e outras Drogas nos CAPSad.** Dissertação. Mestrado em Psicologia. São Leopoldo, UNISINOS, 2012

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



YASUI, S. **Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira** [online]. Rio de Janeiro Editora FIOCRUZ, 190 p. 2010.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus

clima, regionalidades e museus



A HISTÓRIA PENSADA POR ELAS: A ATUAÇÃO DAS MULHERES PIONEIRAS NA CONSTRUÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DO SÉCULO XX

Ana Lúcia da Silva¹

Rosângela Maria Silva Petuba²

¹Mestrando em História pela UEPG

²Doutora em História pela UFSC

Este trabalho intitulado a “A História Pensada por Elas: A Atuação das Mulheres Pioneiras na Construção da Historiografia Brasileira do Século XX” propõe uma reflexão sobre o apagamento histórico de historiadoras fundamentais, como Alice Piffer Canabrava, Emília Viotti da Costa e Maria Yedda Leite Linhares. A pesquisa argumenta que o desconhecimento de suas obras e trajetórias limita nossa compreensão sobre o processo de construção do conhecimento histórico no Brasil. Essa lacuna contribui para a manutenção das desigualdades de gênero que demandam um olhar historiográfico crítico e urgente.

1. Proposta da Pesquisa

A mulher enquanto um agente histórico tem se mostrado cada vez mais presente em estudos, debates e pesquisas nas universidades públicas do Brasil e em eventos acadêmicos que são espaços de mediação das produções acadêmicas nas respectivas universidades. Contudo, persiste uma notável ausência de entendimento do papel da mulher na historiografia brasileira.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



O desconhecimento da produção intelectual das mulheres no campo da historiografia limita o conhecimento e as práticas historiográficas reproduzindo estereótipos que contribuem para a manutenção da desigualdade de gênero dentro da academia e na difusão do conhecimento histórico. Essa pesquisa é fundamentada pelos desafios significativos na incorporação efetiva do trabalho de grandes historiadoras em currículos, práticas pedagógicas e sob a luz do reconhecimento acadêmico.

Desse modo, espera-se que a presente investigação contribua para a construção de novas narrativas compreendendo as causas e consequências do apagamento dessas mulheres do mundo intelectual e acadêmico. No entanto, faz-se necessário cuidar para que a perda em relação a produção historiográfica feminina não se torne algo irreparável (Rodrigues E Santos, 2024).

A pesquisa mostra-se uma proposta interessante a ser explorada pela necessidade de questionar a historiografia tradicional que ao longo do tempo se perpetuou através de um discurso hegemônico que se configura como sendo, elitista, racista e patriarcal, estabelecendo o homem branco como único protagonista da construção e consolidação dos saberes que integram a sociedade. Desse modo, o apagamento da mulher se configura enquanto um fenômeno histórico e social resultado da articulação entre o poder e o saber, conforme argumenta a perspectiva focaultiana (Focault, 1979).

Há muito tempo as mulheres estão ativamente envolvidas na construção do conhecimento e suas contribuições vão para além do que se é conhecido, são inimagináveis, mas ainda pouco reconhecidas. O objetivo deste projeto não se constrói pela ideia de agir como curadoria para o acervo intelectual das historiadoras objeto de análise, mas reside no resgate biográfico e documental dessas historiadoras, cujas obras e trajetórias foram fundamentais para se pensar métodos e práticas no desenvolvimento da historiografia no Brasil.

Ao analisar suas influências, legados e os desafios que enfrentaram, a pesquisa busca, além de preencher uma lacuna historiográfica, oferecer uma

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



compreensão mais plural e completa da construção da história. Espera-se assim contribuir para o reconhecimento efetivo da produção historiográfica feminina e promover a equidade de gênero na academia enriquecendo o debate e combatendo a cultura predominantemente masculina que ainda limita as referências bibliográficas universitárias a produções elaboradas apenas por homens.

A ausência do reconhecimento da atuação das mulheres pode ser identificada em diversos segmentos da sociedade, isso é arraigado de uma maneira que já foi naturalizado o “homem” enquanto ser de transformação do espaço e tempo. O homem historiador, feitor da própria história, pensador e crítico, mas a mulher é condicionada a um espaço subalternizado de capacidade intelectual reduzida e participação residual. É um processo de construção dos discursos hegemônicos que resultam no apagamento histórico da mulher e do qual esse trabalho busca questionar.

O debate sobre a categoria de gênero como ponto de análise histórica é fundamental para este trabalho. O instrumental teórico será respaldado por PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica (2005) e COLLING, Ana Maria. Gênero e História: Um diálogo possível (2004) para compreender a relação entre história e gênero analisando como o gênero, enquanto categoria de análise, impactou nas trajetórias e produções das historiadoras estudadas propondo desnaturalizar e criticar as narrativas patriarcais que moldaram a historiografia.

A partir da obra de Pinsky, Carla Bassanezi; Pedro, Joana Maria (org). Novas Histórias das Mulheres no Brasil (2012) a problematização da ausência das mulheres nas narrativas históricas e no reconhecimento da construção historiográfica será explorada para contextualizar a emergência da história das mulheres no cenário acadêmico brasileiro, assim como os desafios enfrentados por pesquisadoras e suas produções identificando a importância da revisão crítica dos discursos historiográficos. Contribuindo com este debate RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira (1995), aborda a centralidade do problema da falta de valorização do papel da mulher na historiografia, conforme pontua:

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Esta reflexão as faz tanto mais necessária, quanto mais nos damos conta de que a História não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história. (Rago, 1995, p. 81).

Desse modo, reforça-se a urgência de questionar narrativas que, historicamente, silenciaram vozes femininas (OLIVEIRA, 2018) e criaram contornos de uma perspectiva predominantemente masculina da construção do conhecimento histórico no Brasil. Assim, objetiva-se compreender as bases e os mecanismos de apagamento visando ao resgate das metodologias, impactos de contribuições de suas obras. A conexão entre este estudo e os eixos temáticos do V Colóquio do Programa de Pós-Graduação em História é profunda pela dimensão premente e pela necessidade de refletir sobre abordagens históricas que respondam aos desafios contemporâneos.

2. Caminhos Teórico-metodológicos

A presente pesquisa configura-se como um estudo de caráter qualitativo, com foco na análise de produções historiográficas e nas trajetórias pessoais e profissionais de Alice Piffer Canabrava, Emília Viotti da Costa e Maria Yedda Leite Linhares. O trabalho busca se desenvolver por meio da combinação de pesquisa bibliográfica e documental, alinhando-se aos pressupostos teóricos dos discursos na historiografia e dos estudos de gênero.

Conduzindo-se a partir da análise bibliográfica será realizada uma revisão aprofundada das obras de referência que são “O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo” de Canabrava (1951); “Da Senzala à Colônia” (1998) e “Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue” (1998) da Costa e “História Geral do Brasil” (1990) de Linhares. Essa etapa visa aprofundar-se em seus temas de pesquisa, as abordagens teóricas e as práticas metodológicas empregadas, assim como os impactos de suas produções na historiografia do século XX.

A pesquisa complementa a análise bibliográfica através de um levantamento documental e biográfico. Dessa forma, busca-se por materiais como artigos

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



acadêmicos, entrevistas, correspondências (se disponível e acessível) e outros documentos que revelem aspectos de suas trajetórias de vida e nos debates historiográficos da época. Será direcionada atenção excepcional à recepção de suas obras - objetos de estudo nesta pesquisa - pela comunidade acadêmica, identificando possíveis atos de resistência, o processo de apagamento e a desvalorização de suas produções, o que permitirá analisar os mecanismos de silenciamento do protagonismo feminino na academia.

No processo de constituição da História enquanto disciplina acadêmica no século XIX, e também ao longo do século XX, as mulheres foram muitas vezes relegadas ao anonimato. Cabe a nós historiadoras e historiadores indagarmos hoje sobre os limites daquilo que Maria da Glória Oliveira denominou de “constatação resignada” em relação à cultura historiográfica brasileira, corroborando a ideia de que não havia mulheres historiadoras devido à condição feminina na sociedade patriarcal marcada pela falta de acesso à educação, à cultura letrada e à formação profissional. (Rodrigues E Santos, p.32, 2024)

Tem-se a pretensão de reconstruir suas trajetórias, compreendendo o contexto em que atuaram e os desafios enfrentados em um período de consolidação da academia brasileira, marcado por conflitos sociais, como a Ditadura militar, o processo de redemocratização e tensões ideológicas na produção do conhecimento histórico. A análise dos dados será guiada pelos conceitos da História das Mulheres e da categoria de Gênero, conforme discutido no referencial teórico.

A pesquisa abordará uma perspectiva crítica e decolonial indicando as hierarquias de saber e poder que moldaram a historiografia, objetivando lançar luz sobre as epistemologias e o conhecimento produzido por essas mulheres pioneiras e que desafiaram valores de subalternidade feminina e contribuindo para a promoção da equidade de gênero no ambiente acadêmico.

Segundo Costard (2017), uma perspectiva decolonial das questões de gênero deve fazer o eterno movimento de historicizar as diferenças e as relações sociais, apresentadas também como relações de poder. Assim, pensar a crítica ao papel esperado das mulheres e das múltiplas identidades de gênero na História é retirá-las

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



curriculares dos cursos de História nas universidades públicas do Brasil será possível perceber que esse lado da história não está presente. O discurso para além da linguagem é uma prática social, o sujeito é constituído pelo discurso e a identidade é plural e em constante transformação.

Menciono aqui o exemplo claro de Maria Yeda Leite Linhares, historiadora notável por sua trajetória e os enfrentamentos do qual fez parte, sendo exilada na França em 1969 e em 1974 acabou exilada internamente ao retornar para o Brasil. Uma das autoras mais importantes e fundamentais da historiografia brasileira tendo sua contribuição comparável à de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, mas esquecida pelos cânones tradicionais da história do Brasil.

Alice Piffer Canabrava é mais um exemplo inquestionável da barreira do gênero na história, após ser a primeira assistente na cadeira de História da Civilização Americana sob a orientação do professor Paul Vanorden Shaw, teve a oportunidade de participar do concurso para preencher a vaga de cátedra que seu orientador deixará após retornar aos Estados Unidos. Embora sua tese e o seu desempenho no concurso tenha sido alto e suas notas as maiores, a banca não lhe concedeu a cátedra sendo preterida por ser mulher.

Emília Viotti da Costa é um nome muito importante no presente trabalho, historiadora em uma época predominada por homens enfrentou um regime catedrático com uma cultura machista que dificultava o desenvolvimento de sua carreira. Sendo assim utilizou das disciplinas na qual lecionava como “Introdução aos Estudos Históricos”, apesar de consideradas de menor hierarquia no ambiente acadêmico da época, demonstrando seus predicados teóricos e metodológicos (Ribeiro, 2017).

Aposentada compulsoriamente em 1968 pela sua atuação contra o regime militar, foi exilada nos Estados Unidos por mais de vinte anos onde se tornou professora emérita da Universidade de Yale e continuou a produzir suas obras e influenciar a historiografia. É fundamental que as discussões acerca desse trabalho sejam direcionadas pela análise crítica dos discursos, sujeitos e identidades para



entender como a sociedade se constrói sob a ótica de uma história dominante como parte de uma estrutura que define e reduz o trabalho das mulheres.

Referências

COLLING, Ana Maria. **Gênero e História. Um diálogo possível**. In: Revista contexto e educação. N.71/72. Editora Unijuí, 2004. pp. 29-43

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1951.

CANABRAVA, Alice Piffer. **História da Civilização Brasileira**. v.IV. São Paulo: Difel, 1964.

RODRIGUES, Beatriz; SANTOS, Cleyton Rodrigues dos. **As mulheres na Universidade de São Paulo (USP): Alice Piffer Canabrava e a (in)visibilidade da mulher na historiografia brasileira**. Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis. v. 31, n. 56, p.21-35, 2024. Acesso em: 14 de abril de 2025.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org). **Novas História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.p.555.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Difusão Europeia, 1966.

Costa, Emília Viotti da. **Coroas de Glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** História 2005, vol.24, N.1, p.77-98

SCOTT, Joan W. Gênero: **Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.** Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

COSTARD, Larissa. **Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de história.** Revista fronteira pedagógica, Macapá, p. 159 – 174. 2017.

OLIVEIRA, Maria da G. de. **Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia.** História da Historiografia, v. 11, n. 28,p.104-140, set/dez, 2018.

LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

RAGO, Margareth. **As mulheres na Historiografia Brasileira.** In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). Cultura em Debate. São Paulo: UNESP, 1995. p.81

FOCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil.** Ed. São Paulo: Contexto, 2016.

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: As Vozes do Silêncio. In: FREITAS, Marcos Cesar (Org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva.** 7ed. São Paulo: Contexto, 2014.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Lutas e conquistas das primeiras historiadoras em História Econômica (1934-1971).** In: SAES, Alexandre Macchione; RIBEIRO, Maria Alice Rosa; SAES, Flávio Azevedo Marques de (org.). Rumos da História Econômica



no Brasil: 25 anos da ABPHE. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2017. p. 45-66.

FOCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Revista Brasileira de História. V.27. N.54. São Paulo, 2007, pp.281-300.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



ENTRE RAÇA E GÊNERO NA FAFI-PG (1950–1968): PERCEPÇÕES INTERSECCIONAIS

Merylin Ricieli dos Santos¹

Ilton César Martins²

¹ Pós-doutoranda em História pela UEPG

² Professor do DEHIS/UEPG e Docente no Programa de Pós Graduação em História

1. APRESENTAÇÃO

Diante da proposta de compreender como se configuraram os processos de acesso, permanência e conclusão do ensino superior na segunda metade do século XX em Ponta Grossa, essa investigação adota como referência a teoria racial crítica, na perspectiva da interseccionalidade, como um dispositivo fundamental para refletir a respeito das desigualdades sociais entre homens e mulheres, negros e brancos.

Observando como as hierarquias de gênero e raça atuaram de forma combinada na constituição de barreiras e oportunidades dentro do espaço universitário, contribuindo para a manutenção ou o tensionamento das estruturas sociais excludentes do período, este texto apresenta resultados parciais da pesquisa de estágio pós-doutoral desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com financiamento da CAPES.

Com início em dezembro de 2023, o presente estudo tem como campo de investigação o acervo documental da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FAFI-PG), fundada em 1950 e antecessora da UEPG (1969). O objetivo central consiste em realizar um levantamento descritivo das

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



matrículas registradas entre 1950 e 1968, a partir de recortes de raça e gênero, discutidos sob a ótica da racialização e da interseccionalidade. Os dados, de caráter quali-quantitativo, permitem compreender a baixa presença de estudantes negras e negros no ensino superior ponta-grossense muito antes das políticas afirmativas, bem como os desafios acrescidos enfrentados por mulheres negras em função das barreiras de gênero e raça.

A Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FAFI-PG), criada em 1949 e com atividades iniciadas em 1950, representou o primeiro núcleo de ensino superior da região dos Campos Gerais e foi precursora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), fundada em 1969. A análise de sua documentação é fundamental para compreender a formação das elites intelectuais locais, bem como os limites de acesso ao ensino superior por parte de populações historicamente marginalizadas.

Nessa perspectiva, percebe-se a relevância de investigar a presença de estudantes negros na FAFI entre 1950 e 1968. O estudo ancora-se nas noções de racialização (Silva, 2017; Albuquerque; 2009) e interseccionalidade (Akotirene, 2019; Crenshaw; 1989), entendendo que raça e gênero são categorias centrais para analisar as desigualdades de acesso à educação superior.

Já as discussões sobre racialização serão tangenciadas pela percepção das complexidades associadas ao processo heteroidentificação experienciados pelos indivíduos negros, expondo como as divergências de termos e signos são exclusivas dos registros atrelados apenas aos sujeitos assim identificados.

Para Fernanda Oliveira da Silva (2014) a racialização é um processo bastante amplo e pode ser utilizado enquanto categoria, pois apresenta signos e códigos que definem grupos e relações. Wlamyra Albuquerque (2009) situa a diferença entre raça e racialização, onde o primeiro diz respeito às diferenças, cor e condição social, e o segundo trata das teorias raciais. A intelectual negra também pontua que o termo racialização ganha propósito investigativo quando Barbara Fields e outros intelectuais e pesquisadores passaram a inquirir como e por que a noção

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



raciais, tampouco haviam discussões ou órgãos institucionais que considerassem as implicações das nomenclaturas para identificação e heteroidentificação racial dos sujeitos que ingressariam na faculdade.

Por mais que as nomenclaturas utilizadas fossem comuns às referências de classificações fenotípicas da população na época, as informações permitem mapear não só os padrões de ingresso e permanência de estudantes negras e negros nos cursos ofertados, mas como questões raciais sinalizam para elementos políticos e educacionais em todos os níveis de ensino.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para além de um panorama do percentual racial, distribuição por gênero e levantamento quantitativo de matrículas dentre um recorte temporal e outro, foi possível observar algumas especificidades. Dentre elas, as maneiras as quais os processos de heteroidentificação racial dos discentes eram realizadas e as diferentes estratégias, signos/palavras utilizadas para (de)nominar indivíduos negros nas fichas de inscrições, dentre eles: parda, morena, clara, morena clara e preto.

Dos 682 registros, a maioria corresponde a estudantes brancos. As categorias “moreno(a)” (oito) e “branca-negra” aparecem em menor número (sete), sugerindo a presença de estudantes negras(os) ou descendentes, ainda que diluída em terminologias ambíguas.

Sobre a categoria “branca-negra”, optou-se por essa construção conjunta de adjetivos a fim de demarcar uma oscilação no ato de perceber um ou outro indivíduo de acordo com suas características fenotípicas, uma vez que, quem fazia esse processo eram os médicos responsáveis por assinar os atestados de saúde mental ou comprovante de vacinação dos candidatos matriculados.

Os agentes responsáveis pelo recrutamento de jovens para o exército brasileiro também realizavam tal análise fenotípica, registrando-a no documento de

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



alistamento militar, no caso dos homens.

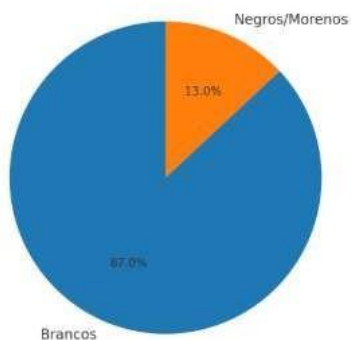
Encontrou-se ainda, ao longo das centenas de fichas/registros, algumas divergências no que tange à identificação racial preenchida em diferentes documentos. Alguns sujeitos, por exemplo, estavam descritos como cor branca em uma certidão de nascimento e como morena em outro(s) documento(s), ou como branca no Atestado de saúde e morena no certificado de reservista.

Essa fluidez descortina várias questões a respeito das especificidades atreladas às categorizações e heretoidentificações raciais, principalmente na década de 1950, período em que o estudo das relações étnico-raciais não tinham um campo consolidado.

A categoria “sem informação” (total de doze) também é significativa, revelando lacunas nos registros, porém, não foi apresentada nos gráficos. Há ainda outra categoria não mobilizada, a dos registros de matrículas inexistentes, definição estabelecida pela autora para identificar os envelopes vazios ou com numeração trocada.

Gráfico 1

Distribuição Racial das Matrículas (1950-1968) - FAFI-PG



Distribuição de Gênero das Matrículas (1950-1968) - FAFI-PG

Fonte: A autora, 2025.

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



As matrículas entre homens (314) e mulheres (368) apresentam concentrações distintas por curso: mulheres eram maioria em Letras Neolatinas e Geografia e

História. Enquanto que os homens, a maioria estavam matriculados nos cursos de Geografia/História e matemática. A análise interseccional revela que mulheres negras/morenas representavam a menor parcela, enfrentando barreiras duplas de acesso (gênero e raça).

Interseccionalidade é entendida aqui como “uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais.” (Bueno, 2021, p.3).

Diante disso, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) explicam que para além da interpretação global de entender a interseccionalidade como um campo de estruturas múltiplas que constituem indivíduos, grupos ou comunidades, é necessário compreendê-la como uma maneira de abordar uma gama de questões e problemas sociais. Que as discussões precisam ser ampliadas, buscando não apenas compreendê-la, mas principalmente seu impacto. Ou seja, “nosso foco deve ser “o que a interseccionalidade faz e não o que a interseccionalidade é””. (Yuval-Davis, 2006 *apud* Bilge; Collins, 2021).

Nessa perspectiva, os dados de matrículas levantados na FAFI, mostram que a interseccionalidade, como categoria analítica, sinaliza para problemas sociais passados, mas que, sob outra roupagem, refletem no tempo presente, como o baixo percentual de negras e negros nas universidades públicas e a própria questão econômica geracional, uma vez que as mulheres continuam na base da pirâmide econômica no Brasil.

Seguindo para as problematizações a respeito do gênero e raça, a pesquisa apresenta dois aspectos que chamaram atenção: Nenhuma mulher foi descrita como preta; Apenas um sujeito foi assim definido. O termo preto foi registrado, até o

23 a 26 de setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



momento, uma única vez, mais precisamente, no ano de 1960. Já o termo pardo, foi pouco utilizado, aparecendo somente em duas fichas de matrícula de dois discentes homens (em 1961 e em 1964, respectivamente).

O termo negro não aparece em nenhuma ficha/documento até o presente momento, talvez pelo período histórico que ainda associava aspectos pejorativo à palavra negro e/ou preto.

Sobre isso Cuti, pseudônimo de Luiz Silva, explica que “não empregar socialmente a palavra “negro” é impedir a transformação do seu significado negativo para positivo, é abortar o processo iniciado pelos próprios negros na busca de sua cidadania.” (Cuti, p.7, 2010). Por mais que o intelectual negro esteja discutindo as implicações associadas ao uso do termo *afrodescendente* e ao prefixo *afro* em si, no tempo presente, observa-se como o campo das autodeclarações e heteroidentificações é complexo, mas ao mesmo tempo fluido, porque as dinâmicas de ressignificação de palavras/termos/nomenclaturas impactam diretamente na produção dos índices, e, conseqüentemente, na implementação, ou não, de políticas afirmativas.

Voltando às matrículas da FAFI, se concentraram nos primeiros anos da década de 1950, mas a presença de estudantes negros(as) manteve-se residual ao longo de todo o período, indicando a exclusão estrutural da população negra do ensino superior na faculdade mencionada.

23 a 26 de setembro

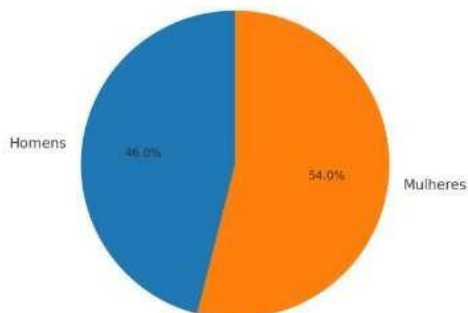
HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Gráfico 2

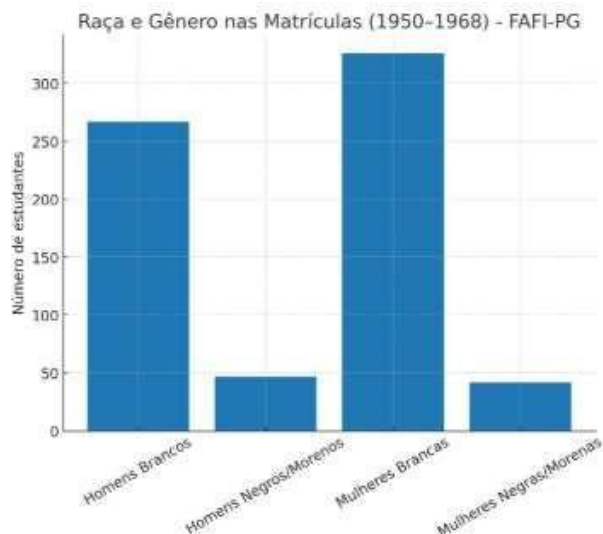
Distribuição de Gênero das Matrículas (1950-1968) - FAFI-PG



Fonte: A autora, 2025.

Nessa ótica, a intersecção entre raça e gênero sinalizam para questões sobre racialização e oportunidade de acesso ao ensino superior, e como essa dinâmica impacta na realidade de indivíduos negros como os sujeitos que apresentam os menores índices no que tange ao acesso e conclusão do ensino superior.

Gráfico 3



Fonte: A autora, 2025.



Assim, em um cruzamento analítico envolvendo raça e gênero, observa-se que a maioria dos estudantes negros(as) eram homens. Mulheres negras aparecem em números ainda mais reduzidos, evidenciando os obstáculos impostos por marcadores simultâneos de gênero e raça (Crenshaw, 1989; Akotirene, 2019). Sem mencionar, que muitas mulheres se matricularam, mas não concluíram o curso, ou trancaram e não reabriram a matrícula. Foi comum também, observar algumas fichas de matrículas

onde mulheres trancavam as matrículas e retornavam anos depois, com outros sobrenomes, ou anexando a certidão de casamento, ao invés de nascimento.

Movimento que evidencia uma ruptura da vida acadêmica das matriculadas, enquanto que os homens que cancelavam, trancavam ou desistiam do curso e depois retornavam, usavam comprovantes de alistamento no exército brasileiro ou simplesmente mudavam de curso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica das matrículas da FAFI-PG entre 1950 e 1968 revela que o ensino superior ponta-grossense foi espaço de acesso limitado para a população negra, especialmente para mulheres negras. As categorias raciais utilizadas nos documentos não apenas demonstram ambiguidades, mas também refletem os mecanismos de exclusão e invisibilização.

O levantamento contribui para a compreensão das desigualdades educacionais no período anterior às políticas afirmativas, além de evidenciar a importância da preservação e análise de acervos institucionais. Ao revisitar a história da FAFI-PG, reafirma-se a necessidade de construir uma historiografia que inclua os sujeitos negros e suas trajetórias no ensino superior brasileiro.

23 a 26 de
setembro

HISTÓRIA EM EMERGÊNCIA

clima, regionalidades e museus



Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALBUQUERQUE, W.R. **O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

BUENO, Winnie. Sobre Interseccionalidade. In: COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. p.2-3.

CUTI, Luiz Silva. Quem tem medo da palavra negro. Revista **Matriz**. 2010.
Disponível em: . Acesso em: 25 ago 2025.
COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex**. University of Chicago Legal Forum, v. 1, p. 139–167, 1989.

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 201–210, 2006.

IANNI, Octavio. A racialização do mundo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 1-23, maio de 1996.

LARA, D. F. de; MOLINA, S. C. **Pesquisa qualitativa e quantitativa: aproximações e distanciamentos**. Revista UNINGÁ Review, v. 21, n. 1, p. 98–105, 2015.

SILVA, Fernanda Oliveira da. A Racialização observada pela ótica da experiência dos Clubes e Centros Culturais Negros na diáspora negra ao sul do atlântico (Brasil- Uruguai) - notas de pesquisa como forma de iluminar a nova história do trabalho.

Cadernos do LEPAARQ. Pelotas. Vol. XI . nº22 . 2014.

_____. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira brasil-uruguai no pós-abolição (1870- 1960)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – PPGH-UFRG